Uiran Gebara da Silva

Bagaudas e circunceliões: revoltas rurais e a escrita da história das classes subalternas na Antiguidade Tardia

Tese apresentada ao Programa de História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em História

Orientador: Prof. Dr. Norberto Luiz Guarinello

São Paulo
2012

À Nadia e à Camila

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço, com todo o carinho e amor, à Camila, a melhor companheira do Multiverso.

Em segundo lugar gostaria de agradecer ao apoio desde a infância dado pelas pessoas de minha família mais próxima: aos meus tios Jaime Rodrigues, José Rodrigues, Maria Aparecida e Duca, assim como a Laila Gebara Spinelli e Roberto Gentil Spinelli. E principalmente ao apoio em todos os momentos de minha mãe Nadia.

Também devo agradecer aos amigos cuja presença (meio que) garantiu a manutenção dos meus dois pés no chão, como a minha irmã Maíra, a minha prima Carol, Bernardo, Cláudia, Desirée, Juliana e Fernando, Rodolfo, Erica, Ricardo Urbano, Patrícia, Ana, Tiago Attorre, Luciano, Lucia, Lana, Livia e Pedro Ramos, Tiago Pessoa, Veruska, Marco e Ranulpho, Pedro Malavolta, Érika, Inaê, Nathalia, Melissa, Tati, Ricardo Buzzo, Edu, Patu, Kaká, Danilo, Legume, Milton, Denis, Fernanda, Dani, Elton, Priscila, Juliano, Marco, Guilherme, Paulinho, André, Claudinho, seu Pedro, Tônico e Moisés e ao finado San Raphael.

E lembrando que o *show* tem que continuar, agradeço também a Tiago, Luis, Valtier, Felipe e ao Mau. E também ao Tadeu.

Reservo um agradecimento especial aos que não deixam que as pressões acadêmicas criem um historiador pelego: o meu primo Lucas Spinelli, Erick Zen, Lucas Marchezin, Chris Mara, Nadine, Pedrina, Stan, Givanildo e Piauí.

Ao Alexandre e ao Antônio pela oferta de santuário contra a insanidade em Araçoiaba. E também a Ademar e Claudete Zanon (*in memoriam*) pela hospitalidade, pela amizade e pela filha maravilhosa que criaram.

A Norberto Guarinello, pela amizade e pela orientação que ajudou a podar os excessos da virada linguística. E aos amigos do LEIR-MA, um grupo de pessoas que fez com que a experiência de pesquisa em História Antiga fosse muito menos

solitária, muito mais frutífera e prazerosa: Bruno, Fábio, Gustavo, Gilberto, Ivana, Joana, Juliana, Rafael, Sarah, Tati, Eduardo, Alan, Alex, Camila, Pedro. E, claro, à Solange, sempre alerta.

Agradeço também ao Carlos Machado, por sua enorme disposição para a discussão de ideias prematuras, e pelo auxílio em encontrar o caminho de Oxford. Nesse contexto, gostaria de agradecer a Bryan Ward-Perkins, que me recebeu para o meu breve estágio na Inglaterra. Sua disposição em debater as mudanças na arqueologia da Antiguidade Tardia foi tão importante quanto a sua capacidade de me indicar as pessoas certas para conversar. Gostaria também de agradecer pelas discussões sobre minhas ideias acerca dos bagaudas com Simon Loseby e David Lambert, assim como a Chris Wickham pela discussão de pontos cruciais da minha tese (sem esquecer o agradável café).

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, pela concessão da bolsa de doutorado e o apoio financeiro para a realização do estudo.

*A história universal não existiu sempre,
a história como história universal é um resultado.*

Karl Marx

*A regra é geleia amanhã e geleia ontem,
mas nunca geleia hoje.*

Lewis Carroll

RESUMO

SILVA, Uiran Gebara da. *Bagaudas e circunceliões: Revoltas rurais e a escrita da história das classes subalternas na Antiguidade Tardia*. 2012. 350ff. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2012.

Esta pesquisa é um estudo comparativo entre os bagaudas gauleses e os circunceliões africanos, dois grupos revoltosos rurais da Antiguidade Tardia. Seu objetivo primário é descrever o caráter social de ambos os grupos, levando em conta os múltiplos relatos nas fontes antigas e as interpretações modernas divergentes a respeito deles, que vão desde multidões rurais sob domínio patronal, monges cristãos fanáticos, até rebeliões camponesas. A comparação histórica é composta por três perspectivas analíticas. A primeira estabelece uma compreensão comparada das tradições de composição e recepção dos textos por meio dos quais a memória social sobre bagaudas e circunceliões se objetivou em vestígios textuais. A segunda explora a hipótese de uma crise de hegemonia nas regiões rurais do Império Romano tardio, tendo como base as possíveis relações das revoltas com as práticas de produção e de reprodução das condições de existência, as relações de trabalho e as experiências de classe. A terceira observa as iniciativas e respostas das estruturas imperiais na Gália e na África às ações desses movimentos de insurgência. Tal perspectiva lida com a questão fundamental da ação do Estado imperial contra essas revoltas e o papel desse Estado na manutenção da Ordem social nas zonas rurais do Império Romano, tendo como contraparte os horizontes de organização comunitária que podem ser encontrados nessas revoltas. Uma questão central está relacionada ao problema teórico do estudo e escrita de uma história das classes subalternas na História Antiga. Esta pesquisa buscou trabalhar com esses problemas não apenas no plano teórico, mas também a partir da investigação histórica prática.

Palavras-Chave: Antiguidade Tardia; Império Romano; revoltas rurais; bagaudas; circunceliões; Teoria da História.

ABSTRACT

SILVA, Uiran Gebara da. *Bacaudae and circumcellions: rural revolts and the writing of history of the subaltern classes in late antiquity*. 2012. 350ff. Thesis (Doctorate) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2012.

This research is a comparative study between the Gaul *bacaudae* and the African *circumcellions*, two groups of rural rebels of late antiquity. Its first aim is to describe the social character of both groups, in view of the multiple accounts from the ancient sources and the divergent modern interpretations on them, which range from patronized rural mobs, fanatical Christian monks, to peasant rebellions. The historical comparison is composed by three analytical perspectives. Firstly, this research establishes a comparative comprehension of the traditions of composition and reception of the literary texts in which the social memory of the *bacaudae* and *circumcellions* were incorporated. Secondly, it explores the hypothesis of a hegemony crisis in the late Roman countryside, basing on the practices of production and reproduction of the conditions of existence, working relationships and class experiences. Thirdly, it observes the initiatives and responses of the imperial structures in both Gaul and Africa to the actions of the insurgents. Such comparative dimension addresses the fundamental issue of imperial state action against these revolts and the role of that state in keeping the social order in the Roman countryside. It has as its counterpart the communal organization horizons that can be found on those revolts. A key issue is related to the theoretical problems concerning the study and writing of the history of subaltern classes in ancient history. This research strived to work these problems not only on the theoretical level, but also from the practical historical investigation.

Keywords: late antiquity; Roman empire; rural revolts; *bacaudae*; *circumcellions*; theory of history

Sumário

Introdução	9
I. A historiografia do século XX sobre bagaudas e circunceliões e os modelos de sociedades rurais	13
1. Historiografia dos Bagaudas e dos Circunceliões revisitada	16
2. Mitos historiográficos e arqueologia rural	23
3. Comparando Alhos com Bagaudas	33
II. Esquecimento e História das classes subalternas	37
III. Os <i>Topoi</i> Literários da Reversão de Linhas de Autoridade, a Inversão da Ordem Social e Era de Ouro nas descrições das revoltas rurais da Antiguidade Tardia	56
1. Bagaudas, Bandidos e Usurpadores	57
2. A tópica dos <i>latrones</i> : banditismo e seu campo semântico	63
3. Os <i>topoi</i> da rebelião de baixo e a Saturnália	76
4. <i>Servus Calidus</i>	91
5. Os Códigos das Revoltas	95
IV. Comunidades rurais e reprodução social: as origens sociais dos revoltosos	128
1. Breve consideração sobre o “rural”	128
2. Continuidades, rupturas ou regionalização	135
3. Campesinatos e exploração	167
4. Os camponeses bagaudas	182
5. Os rondadores de adegas	201
6. Paradigmas e modelos	218
V. Rebelião, Identidades políticas e comunitárias	226
1. Revolta e consciência de classe	228
2. Motivações e Objetivos	238
3. Racionalidade de turba	248
VI. Conclusões	279
Apêndices:	
A. Documentação traduzida sobre as revoltas	282
B. Sermões Anônimos da África e da Gália	345
Bibliografia	348

Introdução

*Por gerações nossos senhores não ouviram a voz do povo, Eve...
E ela é muito, muito mais alta do que eles se dão ao trabalho de lembrar.
Alan Moore*

Descobri os bagaudas e os circunceliões em uma breve referência a eles presente no livro *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*, de Perry Anderson, uma obra que, contrariamente ao seu impacto e longevidade, conta com pouca admiração entre os especialistas em História Antiga. Essa pouca admiração pela visão de Anderson da transição entre Antiguidade e Idade Média pode ser imputada, em parte, à natureza de seu livro, uma obra de síntese feita por um leitor marxista de outros autores (nem sempre marxistas como ele) que não lida diretamente com a documentação. Mas, por outro lado, essa pouca admiração também pode ser considerada resultado direto das opiniões e conclusões presentes na bibliografia que ele leu, já que sempre foi um ótimo leitor. E, por causa disso, a obra de Anderson é muito representativa dos acertos e erros de sua época. Ali era esboçada uma comparação entre ambos que era típica da historiografia da época. Anderson argumentava, a partir da bibliografia especializada, que os bagaudas eram um movimento de camponeses em revolta contra a piora de suas condições, enquanto os circunceliões lhe pareceriam ser um movimento com raízes no nomadismo berbere, no qual os interesses de classe tinham menos importância do que os fatores de motivação religiosa e a resistência à romanização.

Havia na historiografia lida por Anderson outros autores que também fizeram essa comparação. Nessas outras comparações, bagaudas e circunceliões apareciam como grupos que podiam ser ou não considerados como movimentos de resistência contra a exploração de classe, dotados ou não de consciência de classe, dotados ou não de caráter revolucionário, mas não lhes era recusada a origem em meio às classes subalternas das regiões rurais da Gália e da África. O maior problema daquela historiografia era que parecia só considerar a ação das classes subalternas quando em levante, quando em resistência violenta contra a exploração.

Adicionalmente, naquela historiografia na qual Anderson se baseara, havia um paradigma de interpretação das relações de trabalho rural que teve grande longevidade. Como aquela historiografia estava preocupada com a explicação da transição da Antiguidade para a Idade Média, esse paradigma formulou a hipótese

de que entre a escravidão antiga e a servidão medieval haveria uma linha contínua de aumento da dominação pessoal dos grandes proprietários sobre os trabalhadores rurais. Assim, haveria entre os séculos III e V d.C. uma crise da escravidão rural, um aumento da exploração dos camponeses livres e o surgimento de um camponês semiescravo, o colonato. No entanto, o servo feudal só apareceria no século XI, que resultava na hipótese de um longo período de 300 anos de piora contínua da situação dos trabalhadores rurais. O grande problema desse paradigma da longa transição é a sua invisibilidade na documentação, e essa perspectiva passou a ser revista ao longo das últimas décadas, não sendo mais certeza nem a crise da escravidão, nem o colonato ou mesmo a piora das condições dos camponeses na Antiguidade Tardia.

Paralelamente, a partir do final dos anos 1970 e começo dos anos 1980, interpretações que recusavam a importância da dimensão de classe aos bagaudas e circunceliões começaram a ganhar força. Interpretações que se consolidaram a partir da década de 1990, quando os bagaudas passaram a ser considerados exércitos de camponeses a mando de grandes proprietários e os circunceliões passaram a ser considerados puramente monges errantes hereges.

É irônico que, conforme a historiografia passava a apresentar a gradual desconstrução daquele paradigma da linha contínua de dominação pessoal sobre os trabalhadores rurais, as análises sobre bagaudas e circunceliões deixaram de dar peso à sua caracterização como trabalhadores. Isso deriva diretamente das dificuldades da investigação da história das classes subalternas, pois esse tipo de investigação tem de lidar com um processo de esquecimento que atua em dois níveis: a memória seletiva dos produtores de vestígios do passado e a investigação também seletiva dos historiadores modernos. Ao longo do processo de investigação, fui me surpreendendo, pois, ao contrário da minha impressão inicial, o esquecimento mais intenso do caráter de classe dos revoltosos da Antiguidade Tardia não era aquele produzido pelos relatos do passado, mas aquele presente na produção historiográfica moderna sobre as classes subalternas.

A pesquisa aqui presente foi pensada de forma a enfrentar esse esquecimento utilizando como uma de suas principais ferramentas a comparação das duas revoltas. Deriva disso a organização dos capítulos que se seguem. No primeiro capítulo, esforço-me para colocar o problema da comparação de bagaudas e circunceliões e como as mudanças na historiografia social da Antiguidade Tardia

demandam uma reinterpretação desses dois movimentos de revolta. No segundo capítulo, apresento uma problematização da questão teórica da investigação da história das classes subalternas e as possibilidades do uso dessa abordagem para o estudo da Antiguidade. Os outros três capítulos desenvolvem a investigação comparativa em três níveis diferentes. No terceiro, é realizada uma comparação no nível das lógicas de produção textual e literária de forma a demonstrar as lacunas e ilusões interpretativas da historiografia mais recente sobre bagaudas e circunceliões. O quarto capítulo retorna à historiografia social do Império Romano tardio e aos diferentes modelos de interpretação das relações sociais rurais. Esse retorno teve como objetivo caracterizar melhor as origens sociais dos revoltosos e entender o contexto social e o cotidiano a partir do qual aconteceram essas revoltas. O quinto capítulo, por fim, se concentra nas descrições das revoltas e nas suas relações com o principal instrumento de enfrentamento diante delas, o Estado imperial. Neste último nível de comparação, busquei entender as revoltas por meio da noção de experiência de classe e formular os horizontes comunitários que os revoltosos contrapunham à Ordem romana.

Essa lógica de organização da investigação teve como objetivo garantir ao máximo a exposição sistemática do suporte empírico às interpretações aqui desenvolvidas, e assim, justificar a minha preferência por certos modelos de relações sociais no campo da Antiguidade Tardia (em detrimento de outros possíveis).

Uma das minhas preocupações ao longo dessa pesquisa foi a de traduzir para o português o máximo possível dos textos sobre ambos os grupos. Acredito ter conseguido fazê-lo com a integralidade dos textos sobre os bagaudas. Isso não foi possível com os textos sobre os circunceliões, para os quais há muitas menções formulares e redundantes, principalmente na obra de Agostinho e nos livros medievais sobre heresias. Por causa disso, me concentrei na tradução de textos que expressassem a variedade e chamei a atenção para as fórmulas e redundâncias no corpo da análise. A íntegra das passagens traduzidas da documentação sobre bagaudas e circunceliões está no primeiro apêndice. Todas as traduções a partir do latim foram feitas por mim, assim como boa parte das traduções de autores modernos (exceto quando já se encontra uma tradução publicada em português).

Espero que o leitor possa encontrar nesta tese o que busquei desde seu início: um exercício de desvelo do esquecimento da história das classes subalternas do

final da Antiguidade, um exercício que contribua necessariamente no plano teórico e que, por meio da investigação prática, resulte na reconstrução das ações passadas de pessoas pertencentes a essas classes.

I. A historiografia do século XX sobre bagaudas e circunceliões e os modelos de sociedades rurais

Esta investigação constitui-se em um estudo comparativo entre os bagaudas gauleses e os circunceliões africanos, dois grupos sociais associados a rebeliões rurais entre os séculos III e V d.C. Os bagaudas são recorrentemente mencionados na documentação como revoltosos no século III e no V d.C. Enquanto as referências ao lugar no qual aconteceram as revoltas do século III apontam para a Gália como um todo, as revoltas do século V são associadas mais precisamente aos Alpes, à Armórica e à Tarraconense. Já as menções às ações dos circunceliões vão de meados do século IV a meados do século V d.C., e sua localização se espalha por muitas regiões da África do norte, principalmente a Numídia.

As primeiras menções às revoltas na Gália encontram-se em três panegíricos gauleses endereçados ao imperador Maximiano. Embora o termo bagaudas não seja utilizado nesses panegíricos, é descrita a ação de camponeses armados na Gália um pouco depois da ascensão de Diocleciano no final do século III, em um contexto de crise política do Império Romano. Essas revoltas são associadas ao termo bagaudas (*bacaudae*) quando são descritas nos resumos históricos de Aurélio Vítor e de Eutrópio, ambos da segunda metade do século IV.

As ocorrências seguintes também se dão em contextos de crise, não só política, mas também social. Em primeiro lugar, no *De Gubernatione Dei*, escrito por Salviano de Marselha nos anos de 440, sob a forma de descrição da exploração e da injustiça sofridas pelos camponeses gauleses nas mãos dos ricos e dos agentes do governo. A seguir, na *Crônica Gálica* de 452, que localiza uma revolta de bagaudas na Gália entre os anos 430-435 e 448. A mesma revolta gaulesa é mencionada na *Vida de São Germano* de Constâncio de Lyon, escrita no final do século V. A Crônica de Hidácio apresenta alguns levantes de bagaudas entre os anos 440 e 455 na região da Tarraconense, no vale do Rio Ébro. Por fim, em *História Nova* de Zósimo, obra escrita no início do século VI, há menção a bagaudas nos Alpes, ou perto dos Alpes, que teriam expulsado uma tropa de godos da região no ano de 407, e a descrição da luta dos habitantes da Armórica por autonomia em relação ao Império.

Embora compartilhem com os bagaudas o caráter de levantes em regiões rurais, uma diferença imediata pode ser afirmada a respeito dos circunceliões por causa da caracterização destes como hereges na documentação. Isso se dá devido ao papel que estes desempenharam dentro da disputa que ocorreu na África romana entre o que se poderia chamar de dois partidos cristãos, os donatistas e os cecilianistas. Os donatistas eram defensores de uma maior ênfase na santidade do martírio e apresentavam uma maior desconfiança das relações entre Império e Igreja Cristã. Os cecilianistas, que se autointitulam na documentação produzida por eles mesmos como os “católicos”, sentiam-se mais confortáveis em relação à proximidade com o Império e defendiam uma menor ênfase na santidade do martírio e maior ênfase na unidade da hierarquia da Igreja.

A documentação que temos sobre essa disputa é quase toda do partido cecilianista e nela a associação com os circunceliões serve para difamar os donatistas. Os circunceliões são mencionados pela primeira vez na obra *Contra Donatistas* de Optatus, bispo de Milevis, publicada entre as décadas de 360 e 380. Em seguida, eles são mencionados recorrentemente ao longo de toda a obra de Agostinho referente à questão donatista, do fim do século IV à terceira década do V, em cartas, sermões, polêmicas, tratados e em seu catálogo de heresias. Há também uma menção na lei 16, 5, 52 do Código Teodosiano de 412 e, por fim, eles são mencionados na biografia de Agostinho escrita por Possídio na década de 430 d.C.

Assim, as fontes antigas permitem caracterizar, a princípio, *bagaudas* como o nome dado a grupos de camponeses insurretos na Gália romana, na maior parte das vezes ao norte, que agem no século III e no século V d.C. (há, porém, alguns autores que acreditam que também tenham agido no século IV). No entanto, a tradição historiográfica sobre os bagaudas é bem heterogênea em sua caracterização dos revoltosos, pois enquanto alguns autores modernos veem em maior ou menor grau a presença de escravos, outros autores veem a presença de grandes proprietários no controle do movimento. Já os circunceliões também podem ser caracterizados inicialmente como revoltosos rurais da África romana, geralmente localizados na Numídia. A sua historiografia também é bastante heterogênea, principalmente porque a partir de sua caracterização como uma espécie de heresia, desenvolveu-se uma corrente interpretativa para a qual os circunceliões seriam especificamente uma violenta ordem ascética de origem rural, na qual as motivações religiosas teriam autonomia em relação à realidade rural.

É importante notar que mesmo com toda a discussão que se possa fazer atualmente a respeito de como caracterizar ambos os grupos, em algumas publicações mais gerais ou de síntese, como exemplos, o verbete sobre bagaudas na *Realencyclopädie* de Pauly-Wissowa (Szádecky-Kardoss, 1968), o capítulo sobre a terra em *The Later Roman Empire*, de A. H. M. Jones (Jones, 1992 pp. 766-822), ou mais recentemente, o verbete sobre levantes camponeses no *The Cambridge Dictionary of Classical Civilization* (Shipley, et al., 2006 pp. 654-655), os bagaudas e os circunceliões são geralmente apontados como os principais exemplos de revoltas camponesas na Antiguidade. Isto é, não só da Antiguidade Tardia, mas da Antiguidade (o que é expresso ainda mais claramente no *The Cambridge Dictionary*). Isso pode ser considerado um resultado da influência da historiografia dos anos 1960, do impacto principalmente do texto de E. A. Thompson (como é o caso de A. H. M. Jones), ou dos autores da Alemanha Oriental e de autores soviéticos (como é o caso da enciclopédia Pauly-Wissowa). Mas isso também pode ser indicativo da natureza das fontes que apresentam esses objetos e que permite distanciá-los inicialmente das revoltas nativistas típicas do processo de conquista romana do Mediterrâneo ou durante o Alto Império.¹

Em contraposição a isso, um bom reflexo das mudanças recentes na historiografia sobre ambos os grupos revoltosos está no *Guia Harvard para a Antiguidade Tardia* (Bowersock, et al., 1999 pp. 328-329; 377-378), em que os respectivos verbetes buscam distanciar os bagaudas e os circunceliões de interesses dos camponeses. Mas é digno de nota que o verbete dos bagaudas é escrito por Raymond Van Dam e o dos circunceliões é escrito por Michael Gaddis, que, como demonstrarei adiante, estão entre os principais defensores das interpretações revisionistas.

Essa ampla diversidade na caracterização dos dois grupos presente na historiografia é tornada mais complicada em razão das mudanças pelas quais passou nas últimas décadas a História Social das regiões rurais do Império Romano. Pois uma das maiores dificuldades em lidar com a historiografia já estabelecida sobre bagaudas e circunceliões é que a maior parte dos autores escreveu a partir de paradigmas e modelos anteriores às mudanças recentes na historiografia atual sobre o mundo agrário romano tardio. Por isso, os modelos de sociedade romana e

¹ Para um bom apanhado dessas revoltas nativistas, cf. (Dyson, 1971).

de cenário agrário com os quais essa historiografia anterior trabalhava entram em choque com as investigações das últimas três décadas.

1. Historiografia dos Bagaudas e dos Circunceliões revisitada

Dentre os historiadores que estudaram os bagaudas, quase todos trabalham com a ideia de colonato e intensificação das relações de patronagem no campo. E, como veremos no próximo item deste capítulo, essas perspectivas deixaram de ser consensos historiográficos no final do século XX. Mas por causa da profunda influência dessas ideias, a presença delas será o eixo articulador da apresentação das historiografias sobre os bagaudas e circunceliões.

O primeiro debate historiográfico a respeito dos bagaudas no século XX tinha como pressuposto a visão de uma Gália romana articulada pelas relações de patronagem. Esse debate tinha de um lado a interpretação das ações dos bagaudas como revoltas dos desqualificados da terra tornados bandidos, como a que se encontra na obra de Camille Jullian (Jullian, 1926 pp. 51-56, vol VII; 174-176, vol. VIII 180-182), e do outro a de que fossem revoltas nativistas celto-gaulesas como as de Henry Hubert (Hubert, 1932).² Henry Hubert defendia que a raça celta estivera adormecida sob o Império e estaria voltando à superfície, divergindo de Camille Jullian, para quem os motivos e o nome *celta*, quando apareciam, seriam uma reinvenção política na Gália do Império tardio.³

A questão de identidade celta ou gaulesa perdeu espaço para a luta contra a exploração como razão das revoltas nas interpretações marxistas dos bagaudas feitas em meados do século XX. Estas, contudo, também partem da existência das instituições de colonato e do fortalecimento da patronagem no campo romano. Elena Staerman, dialogando com outros historiadores soviéticos, identificou a composição social dos bagaudas com camponeses, oprimidos pela imposição das relações de colonato e pelo empobrecimento, associados a grupos de escravos. O debate desse

² Há uma longa tradição historiográfica sobre os bagaudas que recua até a Idade Média. No que diz respeito ao debate entre Henry Hubert e Camille Jullian, este é herdeiro de uma forte tendência nacionalista de interpretação dos revoltosos no século XIX. Cf. o primeiro apêndice do livro de Juan Carlos Sánchez León (Sánchez León, 1996).

³ Para uma breve apresentação do debate, cf. (MacMullen, 1992 [1966])

grupo de historiadores buscava entender o papel destes grupos no processo de desintegração do Império no “Ocidente”. Essa desintegração seria resultado da crise do modo de produção escravista: alguns autores afirmando uma verdadeira revolução social das massas de trabalhadores rurais, outros assinalando o significado histórico, mas a falta de possibilidades e consciência de classes para que tais revoltas se consolidassem em uma verdadeira revolução social (Staerman, 1980). De acordo com Raymond Van Dam (Van Dam, 1985 p. 26), um debate semelhante pode ser encontrado nos trabalhos de historiadores marxistas alemães, como nas ideias de S. Szádecky-Kardoss (Szádecky-Kardoss, 1968).

Essa historiografia marxista parece ter tido algum impacto sobre dois autores britânicos centrais da historiografia social do Império tardio. Edward Arthur Thompson (Thompson, 1952) problematizou a questão da dificuldade de estudar os bagaudas por meio de documentos feitos por membros da classe dominante e classificou socialmente os bagaudas como grupos heterogêneos de trabalhadores rurais. Ao mesmo tempo, propunha que haveria no movimento uma perspectiva de emancipação local dos camponeses e escravos das relações de dominação da sociedade romana. Essa perspectiva de emancipação teria se desenvolvido ao longo dos três séculos iniciais do Império e se consolidado na ação dos bagaudas, tendo bandidos anedóticos, Bulla Félix e Maternus, como os precursores dos bagaudas. Por sua vez, Arnold Hugh Martin Jones (Jones, 1992 [1964] pp. 185-193), de quem não se pode dizer que definia a si mesmo como marxista, não se distancia muito da perspectiva de Thompson. Apontava a questão fiscal no âmbito das motivações de tais grupos e concordava com Thompson ao identificar o caráter agrícola dos seus integrantes. Jones, porém, considerava menor a participação de escravos e era bem enfático a respeito da relação dessas revoltas com as pressões do colonato e da patronagem. Os comentários sobre os bagaudas feitos por Perry Anderson (Anderson, 2000 [1975]) são uma síntese clara dos debates marxistas com as interpretações anglo-saxãs de E. A. Thompson e A. H. M. Jones. Anderson é ainda mais veemente na relação dessas revoltas com o processo de perda de liberdade dos pequenos camponeses e o que ele chama de relativa melhora da condição dos escravos, como um prenúncio da servidão medieval.

Dentro do mesmo contexto intelectual, tanto Moses Finley quanto G. E. M. de Ste. Croix trabalharam a partir da obra de A. H. M. Jones e a desenvolveram em

vários sentidos. Assim, embora discordem quanto ao grau de desestruturação da escravidão e quanto ao que seria o motivo econômico fundamental das sociedades do Mundo Antigo, classe ou *status*, ambos olham para os bagaudas pela ótica do empobrecimento dos camponeses em razão da taxaço e sua perda de liberdade via colonato ou *patrocinium*. (Finley, 1999 pp. 89-92; Ste. Croix, 1998 pp. 469-470).

Escrevendo quase paralelamente a Ste. Croix, Pierre Dockes via nos bagaudas fundamentalmente a revolta de escravos, associando mais enfaticamente o processo de criação do colonato romano ao processo de desenvolvimento da servidão medieval. Sua interpretação dos bagaudas também se orientava pela ideia de colonato como instituição para rebaixar o estatuto social dos camponeses (Dockes, 1982).

A interpretação de Camille Jullian, por sua vez, seria reinventada na historiografia anglo-saxã por Ramsay McMullen (MacMullen, 1992 [1966]) e, depois, por Raymond Van Dam (Van Dam, 1985 pp. 25-56), que diminuiriam ainda mais o papel da identidade ou nacionalidade celta ou gaulesa, e poriam ainda mais ênfase nas relações sociais de domínio patronal sobre os pobres da zona rural da Gália. No entanto, MacMullen e Van Dam parecem concordar com uma visão de que as relações de patronagem são típicas da sociedade gaulesa, anteriores à dominação romana, e que o processo de dominação romana teria sido superficial, não se enraizando nos grotões rurais da Gália. Essa historiografia inglesa do final do século XX desconsiderou as interpretações com viés emancipatório, ou mesmo a agência dos camponeses, reformulando o debate em novos termos, acentuando a continuidade da dominação dos poderosos locais sobre estes movimentos, contrapondo-se não só aos marxistas, mas também a Thompson e Jones.

Uma das exceções na historiografia mais recente é o trabalho de John Drinkwater, que se aproxima de Jones em seu ceticismo quanto à abrangência do ímpeto emancipatório, mas que não recusa aos bagaudas o caráter de revoltas vindas de baixo. Seus estudos sugerem que os movimentos denominados bagaudas pela documentação ou pelos historiadores modernos têm uma heterogeneidade que fica escondida pelo uso do termo, vago em sua opinião. Daí também decorre a negação de que haja qualquer continuidade efetiva de levantes de camponeses ao longo dos três séculos. Essa negação de continuidade tem como consequência a já mencionada recusa ao caráter emancipatório dado por Thompson às revoltas do

século III (Drinkwater, 1989), embora o reconheça em algumas das revoltas do século V (Drinkwater, 1992). Isso é possível porque os estudos de Drinkwater também são marcados pela visão de um Império Romano tardio pautado pelo fortalecimento das relações de patronagem rural e colonato. Dessa forma, sua perspectiva é a de que haja uma profunda heterogeneidade por trás daquilo que a documentação chama de bagaudas, os quais, embora tivessem como denominador comum a luta contra o Estado imperial e contra os impostos, seriam constituídos em certas regiões por camponeses lutando de forma autônoma e, em outras, por camponeses sob a dominação patronal.

Como se pode ver na breve síntese historiográfica apresentada acima, embora a caracterização das origens sociais dos bagaudas varie bastante, todos os modelos de relações sociais na Gália romana tardia presentes nessa historiografia incluem a patronagem e a consolidação do colonato. Os mesmos modelos de sociedade patronal estavam presentes nos debates historiográficos sobre os circunceliões. Contudo, esses modelos não aparecem tão claramente nos estudos sobre os circunceliões, uma vez que a compreensão das ações e das características sociais dos circunceliões invariavelmente está ligada à investigação do Donatismo como um cisma da Igreja cristã na África.

É possível descrever o Donatismo como um cisma causado, ao longo do século IV, pela divergência a respeito da organização da Igreja e da nomeação de bispos na África. Durante a perseguição aos cristãos feita por Diocleciano, muitos bispos teriam anatematizado e entregue as escrituras para serem queimadas. Outros, tentando mitigar o conflito e diminuir o número de mortos, agiram como agentes de controle dos próprios cristãos africanos que estavam dispostos a se oferecer ao martírio. O Donatismo surgiu da recusa de parte dos cristãos e bispos africanos em reconhecer posteriormente tais bispos, os quais passaram a ser considerados *lapsi* ou *traditores*. Os defensores desses bispos constituíram-se na dita ortodoxia católica africana, cujo partido penso, a princípio, ser mais adequado chamar de cecilianistas, por causa de Ceciliano, o bispo adversário de Donato, já que a ideia de que os donatistas não se considerassem universais também é uma construção retórica dos seguidores de Ceciliano (Tilley, 1997). Ao longo do século IV os donatistas e os cecilianistas se organizaram quase como duas igrejas diferentes, cujo único elo comum era a Igreja cristã fora da África.

Várias interpretações já foram formuladas para entender o cisma: a oposição entre martírio e disciplina eclesiástica, a recusa da predominância do bispado de Roma sobre o de Cartago, a interpretação mais concreta do evangelho da religiosidade donatista ou a recusa da subordinação da Igreja ao Império.⁴ Mesmo com todas as divergências, o Donatismo se manteve durante o século IV como um cisma e só passou, por obra do grupo de Agostinho, a ser considerado uma heresia no começo do século V.

As menções aos circunceliões se davam dentro do contexto do debate maior da Igreja Africana entre cecilianistas e donatistas, com eles sendo sempre mencionados pelos cecilianistas, como forma de atacar a legitimidade dos Donatistas. Por causa disso, o uso pelos estudiosos do século XX dos modelos de relações sociais nas regiões rurais da África romana acabava tendo de dialogar com a disputa entre as igrejas, o que permitiu aos historiadores formular teorias engenhosas a respeito do caráter mais ou menos rural da Igreja Donatista.

No conjunto de autores que identificam as ações dos circunceliões com o protesto social, a maior parte deles tende a classificar os circunceliões como habitantes errantes das zonas rurais. Os circunceliões poderiam ser classificados como uma ordem de trabalhadores errantes que não se confundiam com os colonos em processo de fixação à propriedade onde trabalhavam, como interpreta Charles Saumagne (Saumagne, 1934). Outros autores tentaram articular sua condição de trabalhadores rurais em processo de empobrecimento que perderam suas propriedades e passaram ao protesto errante se apropriando da ideologia cristã, como defende Elena Staerman (Staerman, 1980) ou Diesner⁵ (apud Bustamante, 2002; e Pottier, 2008). Emir Tengstrom se contrapôs a esta interpretação, que, em sua visão, associava em demasia os circunceliões aos donatistas e, por outro lado, ignorava os sinais de que eram pequenos proprietários que ocasionalmente trabalhavam em outras propriedades na prensa de azeitonas e que sofreram um processo de difamação⁶ (apud Atkinson, 1992). Portanto, nesses autores, as

⁴ Para uma investigação ampla, cf. Frend, W. H. C. *The Donatist Church*. Oxford: Oxford University Press, 1951; e para uma visão um pouco mais cética quanto ao que Agostinho escreve: Tilley, Mauren A. *The Bible in Christian North Africa. The Donatist World*. Minneapolis: Fortress Press, 1997.

⁵ Diesner, Hans-Joachim. *Kirche und Staat in spätrömischen Reich: Aufsätze zur Spätantike und zur Geschichte der alten Kirche*. Berlin: Evangelische Verlagsanstalt, 1963.

⁶ Tengström, Emir. *Donatisten und Katholiken. Soziale, wirtschaftliche und politische Aspekte einer nordafrikanischen Kirchenspaltung*. Goteborg: Goteborg Universitat, 1964.

determinações do colonato ou da piora das condições sociais dos camponeses também são chaves explicativas das ações dos circunceliões.

Há, por outro lado, um conjunto de autores que sobrepõem os objetivos religiosos aos objetivos de protesto social. Uma das principais e mais influentes interpretações nesse sentido foi da W. H. C. Frend, que, ao mesmo tempo em que desenvolveu uma leitura dos circunceliões como uma espécie de ordem monástica errante, associou isso às características culturais e étnicas da religiosidade do norte da África, dando um caráter nacionalista ao Donatismo e fazendo dos circunceliões seus ativistas radicais (Frend, 1951).

Há muitos autores que concordam com a caracterização de Frend dos circunceliões como uma ordem monástica extremista, alguns acentuando um pouco mais a dimensão do protesto social, como Jean-Pierre Brisson (Brisson, 1958),⁷ Theodora Büttner⁸ (apud Pottier, 2008) e Salvatore Calderone (Calderone, 1967). Tal leitura se baseia em evidências ambíguas de ascetismo errante nos textos de Agostinho,⁹ Possídio, Tychonius e Isidoro de Sevilha,¹⁰ e também no significado da palavra *cella* no latim da África romana, que, entre inúmeras outras coisas, além de celeiro, pode significar altar dos mártires (*circumcelliones* significaria, assim, aqueles que circulam por celeiros ou por altares de mártires) (Frend, 1952) (Frend, 1969).

Paralelamente, outros autores recusam por completo a dimensão social nas motivações dos circunceliões, acentuando o anseio pelo martírio como a principal razão de suas ações. Para esse último grupo, as mudanças na historiografia sobre as relações sociais na zona rural da África e do Império Romano não parecem ter inicialmente um papel muito significativo. Mas isso não é de todo verdadeiro, pois, enquanto as discussões sobre o colonato como instituição podem ser ignoradas por essa “escola interpretativa”, em seu lugar, a questão do patronato rural ligada aos

⁷ Assim como (Bustamante, 2002), (Bustamante, 2001).

⁸ Büttner, Theodora. *Circumcelionen und Adamiten. Zwei formen mittelalterlicher Haeresie*. Berlin : Akademie-Verlag 1959.

⁹ No caso de Agostinho, a ideia de que os circunceliões sejam uma espécie de monges errantes deriva do texto Enar. In Psalm 132. Um texto bem ambíguo no que concerne a sua descrição dos circunceliões, cf. por exemplo, (Pottier, 2008).

¹⁰ Acredito que a crítica de Brent Shaw ao uso de Tychonius e de Isidoro de Sevilha para o estudo dos circunceliões seja importantíssima, uma vez que Shaw demonstra ser uma atribuição errada do texto de Tychonius, assim como o distanciamento do conteúdo e as incoerências dos textos medievais, em sua maior parte repetindo o que se encontrava em catálogos de heresias, em relação ao que escreveram os autores mais próximos das ações dos circunceliões (Shaw, 2004). A crítica de Shaw será exposta com mais detalhes no capítulo IV.

circunceliões e donatistas é desenvolvida de duas maneiras. Na primeira, os autores enfatizam uma conexão orgânica entre circunceliões e donatistas,¹¹ diminuindo as dissensões entre eles (dissensões presentes na documentação), e interpretam os bispos donatistas como mediadores entre os circunceliões e a versão africana dos potentados no controle da revolta desse grupo. Tem papel especial nessa argumentação o apoio dos bispos donatistas à revolta de Gildo de 396 a 398.¹² Na segunda, também enfatizando a organicidade, o patronato deixa de ser posto em termos de relação entre grande proprietário e camponês e passa a ser posto em termos de patronagem religiosa, com os monges e os mártires donatistas podendo ocupar este espaço de organização da vida dos pobres das zonas rurais da África.¹³

Como se pode ver, nem mesmo as tentativas de caracterização dos circunceliões como uma heresia cristã impedem que a investigação histórica a respeito deles também se entrelace de alguma maneira com os debates acima mencionados.

Uma das principais razões de minha preocupação com essa mudança de modelos e interpretações das zonas rurais do Império Romano tardio é porque o estudo das revoltas ou insurgências (sejam elas camponesas, escravas, patronais ou puramente religiosas) exige uma compreensão delas em contraste com os momentos de normalidade. Isso não quer dizer que tal contraste implique que a diferença entre a revolta e a normalidade seja qualitativa, isto é, que sejam dois estados distintos e discretos da ação dos agentes rurais. Acredito que o maior desafio para esses diferentes modelos de compreensão da vida no campo romano tem de dar conta dessas duas situações em termos de um *continuum* de ações e atitudes dos trabalhadores e pequenos proprietários rurais e suas comunidades. A revolta ou o momento violento que se encontram expressos nos relatos sobre bagaudas e circunceliões podem ser entendidos como uma exceção, com motivos externos à vida normal no campo romano (como geralmente é o caso de interpretações funcionalistas, como a de Raymond Van Dam), ou como um momento que faz parte de um espectro contínuo e de um desenvolvimento de relações sociais.

¹¹ Uma boa crítica à organicidade dos circunceliões com os donatistas é a de Iver Kaufman, que chama atenção para a semelhança da linguagem agostiniana com a do noticiário inflamado antiterrorismo pós-09/11 (Kaufman, 2009).

¹² É o caso, por exemplo, do estudo de Elza Rossi Frazão (Frazão, 1976) ou, mais recentemente, de Zeev Rubin (Rubin, 1995).

¹³ Uma interpretação que começa com os estudos de Peter Brown (Brown, 1961) e (Brown, 1968), e teve ampla aceitação, mas variadas ênfases: (Caner, 2002), (Figuinha, 2009), (Pottier, 2008).

Acredito que tal linha de compreensão seja mais útil, pois ela consegue explicar tanto as situações de conflito, quanto as situações de conciliação e negociação no cotidiano rural.

Por isso, uma das principais preocupações desse estudo sobre os bagaudas e circunceliões é compreender comparativamente os relatos sobre ambos os grupos, levando em consideração a riqueza de transformações pelas quais passou a historiografia do campo na Antiguidade Tardia.

2. Mitos historiográficos e arqueologia rural

Como afirmado acima, um dos maiores problemas da historiografia sobre bagaudas e, em menor grau sobre circunceliões, é que ela trabalha com modelos de relações sociais no campo que não correspondem mais ao estado atual da pesquisa sobre a Antiguidade Tardia.

Por um lado, do ponto de vista dos debates estabelecidos na historiografia sobre o fim do Mundo Antigo, estes estudos são profundamente marcados pela ideia de colonato e patrocínio, noções que têm sido duramente criticadas nas últimas décadas. Por outro, houve uma série de desdobramentos no campo da arqueologia das zonas rurais romanas que ainda não foram incorporados nos modelos de sociedade que se aplicam à Antiguidade Tardia, principalmente no que concerne às classes subalternas nas zonas rurais (o mesmo, por exemplo, não é o caso dos pobres urbanos, cuja compreensão das condições de vida é um pouco mais bem estabelecida).

Uma mudança semelhante na historiografia aconteceu com o paradigma do Mundo Antigo como um sistema escravista. No estado atual da historiografia é bem menor a força da ideia de escravidão como a forma de relação de produção hegemônica no Mundo Antigo, agora reconhecido como um mundo muito mais heterogêneo no que diz respeito às formas de trabalho dependente e livre. Por outro lado, a ideia de uma crise da escravidão começando no século III também não é mais aceita como o fora (sendo parte fundamental tanto da visão marxista, quanto

da weberiana do fim do Mundo Antigo).¹⁴ Esta mudança de paradigma historiográfico foi elaborada pela academia brasileira, como se pode ver, por exemplo, no trabalho de Fábio Jolly (Jolly, 2005) e Norberto Guarinello (Guarinello, 2004), o que me parece não ter ocorrido com o colonato e o patrocínio.¹⁵

Pretendo aqui delinear um esboço simples das mudanças que aconteceram na historiografia e um esboço mais simples ainda das mudanças na arqueologia. Contudo, penso que esses esboços provisórios bastarão para organizar uma reflexão sobre as dificuldades que encontrei em lidar com a historiografia estabelecida sobre circunceliões e bagaudas e com as mudanças na historiografia do Império Romano tardio.

a) Colonato

Pretendo começar pela renovação que aconteceu no terreno das discussões sobre o colonato romano e por que a existência dessa instituição não pode mais ser inocentemente aceita hoje como era há alguns anos. A instituição do colonato romano, até o começo dos anos 1980, era uma noção consensual entre os historiadores do Império Romano tardio.¹⁶ Talvez a expressão mais clara do conteúdo desse consenso seja o artigo de A. H. M. Jones sobre o colonato romano (Jones, 1958).¹⁷ O colonato seria, a partir dessa perspectiva, uma instituição legal criada pelo Império ao longo do século IV e que teria prendido parte dos camponeses à terra. O principal debate em torno do colonato é se este teria sido criado de cima para baixo pelos imperadores, ou se teria sido um reconhecimento posterior de relações de patronagem estabelecidas entre os grandes proprietários e os seus arrendatários ou antigos pequenos proprietários que teriam perdido suas terras.

¹⁴ Para uma discussão dessas mudanças cf. (Wickham, 2005) e os artigos de Andrea Giardina e Chris Wickham em (Wickham, 2007), mas retornarei a ela no capítulo 4.

¹⁵ Infelizmente, a maior parte do material historiográfico que critica o colonato e a patronagem rural inexistem no Brasil, pois estão em livros de baixa tiragem (geralmente italianos), de difícil importação, ou porque estão em periódicos não digitalizados e/ou indisponíveis na internet (geralmente italianos e franceses). O mesmo vale para as publicações sobre arqueologia rural da Gália e da África da Antiguidade Tardia.

¹⁶ A bibliografia sobre a história moderna da ideia de colonato romano pode ser encontrada em (Clausing, 1925), (Marcone, 1988), (Carrié, 1983) e (Giliberti, 1999).

¹⁷ A presença do colonato aparece ainda mais desenvolvida no seu grande estudo sobre o Império Romano tardio (Jones, 1992.). Cf. Geoffrey de Ste. Croix e Moses Finley. (Ste. Croix, 1998; Finley, 1999).

No entanto, um debate sobre a real validade dessa instituição foi inaugurado com um artigo relativamente curto de Jean-Michel Carrié, “Le ‘colonat du Bas-Empire’: un Mythe Historiographique?” (Carrié, 1982). Neste artigo, Carrié atacou os fundamentos ideológicos por trás da criação historiográfica dessa instituição nos séculos XVII, XVIII e XIX. Centrando fogo principalmente em Fustel de Coulanges e seu projeto historiográfico, Carrié defendia que os historiadores do século XIX transformaram em uma instituição do passado romano o que teria sido claramente uma invenção de historiadores modernos que escreveram sobre o mundo rural romano a partir da experiência da transição da organização feudal da terra para a organização capitalista.

Em um segundo artigo (Carrié, 1983), ele buscou demonstrar que não há nada nas fontes legais do fim do Império que sustentasse a visão de que a palavra *colonatus* nessa documentação significasse uma espécie de semiescravidão. A legislação teria apenas o objetivo de garantir a continuidade fiscal, isto é, que os camponeses se mantivessem trabalhando nas terras às quais eles estavam associados nas listas de cobranças de impostos. Por isso, claramente ligado às necessidades das reformas fiscais da Tetrarquia, “o colonato” das leis também não teria sua origem em relações diretas de patronagem entre os grandes proprietários de terras e os camponeses, fossem eles ex-pequenos proprietários, arrendatários ou escravos. O colonato presente nas fontes legais não parecia também atender aos desejos aristocráticos de controle do trabalho agrário, e todas as limitações sobre as liberdades dos camponeses e trabalhadores livres poderiam ser claramente associadas às exigências da taxação, não devendo ser extrapoladas para fora desse contexto.

A crítica de Carrié não foi nem imediatamente,¹⁸ nem integralmente aceita, mas iniciou um processo de desconstrução dessa teoria do colonato, e o seu impacto em longo prazo resultou num cenário no qual “a Historiografia sobre o ‘colonato’ romano está mais fragmentada do que nunca”, nas palavras de Walter Scheidel em um artigo-resenha de 2000. Scheidel, ao analisar dois livros sobre o colonato,¹⁹ tentava fazer uma síntese do estado da questão na época (Scheidel, 2000).

¹⁸ Para uma resposta indignada, ver Arnaldo Marcone (Marcone, 1985).

¹⁹ (Mirković, 1997) e (Lo Cascio, 1997). Além desses há também (Martino, 1993), (Marcone, 1993), (Sirks, 2001) e (Vera, 1998).

De acordo com Scheidel e Cam Grey,²⁰ esse cenário fragmentado corresponde à tentativa de adequar os antigos debates sobre o colonato romano à desconstrução proposta por Carrié. Alguns autores ainda sustentam o que Scheidel chamou de “modelo evolutivo”, o antigo paradigma no qual os trabalhadores rurais sofreram uma piora em suas condições de existência nos séculos III a VI, aos poucos adquirindo o estatuto de semilivres. Dentro desta perspectiva, como antes, ainda existe o debate que questiona se tal estatuto foi imposto pelas leis, ou se as leis se conformaram às ações de patronagem dos grandes proprietários. Há, também, o grupo dos que agora propõem que o colonato teria se desenvolvido de forma suplementar, não sendo um desenvolvimento das antigas relações de arrendamento da terra (a *locatio conductio*) que se mantiveram em existência. E ainda, nesse reexame da questão, voltou com muita força o debate se o “colonato” seria uma novidade do Império tardio ou se seria apenas uma readequação das leis fiscais que já existiam no Principado. Por fim, se o colonato existiu como um estatuto ou ordem pessoal, associado ao cotidiano dos camponeses, ou se seria apenas um instrumento teórico administrativo bem distante do dia a dia nas zonas rurais.

Em meio a tal fragmentação, de acordo com Grey (Grey, 2007 p. 159), pode estar emergindo um cenário de consenso na historiografia, no qual se consolidaria a interpretação da fixação dos camponeses como um instrumento puramente fiscal, que teria passado por um longo processo de implementação. Esse processo se constituiria de uma boa parte das leis respondendo mais a problemas locais e imprevistos e tendo, além disso, um impacto social profundamente variado quando se olhasse para o todo do Império Romano, e não teria relação direta com relações de dependência ou patronagem rurais. No entanto, parece-me que tal consenso é bem menor do que Cam Grey supõe.

Chris Wickham, por sua vez, defende que essas leis podiam ser utilizadas no sentido de reforçar as relações de dominação direta no campo. Assim, mesmo que ele concorde com a perspectiva de que os objetivos de criação da legislação do colonato sejam puramente legais, orientados para o controle fiscal, ele ainda defende que elas poderiam ter sido rapidamente apropriadas em favor dos

²⁰ O artigo de 2007 de Cam Grey é uma boa introdução a essas mudanças na historiografia (Grey, 2007). Há também reflexões pertinentes no livro recém-lançado desse historiador, que tem como tema a problemática do camponês e das comunidades rurais da Antiguidade Tardia (Grey, 2011 pp. 15-18; 181-189).

interesses dos grandes proprietários (Wickham, 2005 pp. 521-527). Em oposição a essa visão, Cam Grey defende que é necessário observar as oportunidades abertas à iniciativa dos camponeses (individualmente ou coletivamente), que também poderiam tirar proveito da mudança na legislação, por exemplo, colocando alguns poderosos uns contra os outros (Grey, 2007 pp. 206-212). O que me parece ser comum aos dois autores, porém, é a consciência de uma variação determinada pelas condições das comunidades locais nisso que, por muito tempo, os historiadores se acostumaram a chamar de estatuto pessoal do colonato.

b) Patronagem rural

Paralelamente aos debates de desconstrução da ideia de colonato, também foi retomada outra discussão diretamente relacionada: o debate sobre a patronagem no Império Romano e a ideia do surgimento ou fortalecimento da instituição do patronato rural e das leis de *Patrocinium* na Antiguidade Tardia. Assim, de forma muito similar ao desenvolvimento da ideia de colonato como instituição, um consenso surgiu entre o final do século XIX e meados do século XX de que teria acontecido no final do Império Romano um processo de fortalecimento das relações de patronagem rural (Grey, 2011 pp. 5-7; 206-212). Este consenso foi construído a partir da conjunção de alguns documentos de natureza variada e originários de regiões bem distantes dentro do Império Romano: de um lado, um conjunto de leis do Código Teodosiano batizado de *De Patrociniis Vicorum* e uma lei posterior presente no Código Justiniano, do outro os relatos de Libânio sobre a situação rural na Antioquia e de Salviano de Marselha sobre a situação rural na Gália.²¹

Um dos pontos centrais para essa visão anterior é muito provavelmente a natureza das fontes. A investigação histórica sobre o patronato romano urbano, que pode aparecer inicialmente sob o nome de *patrocinium*, *clientes*, e posteriormente como *suffragium*,²² lida com as redes de clientes dos aristocratas romanos, fundamentalmente na cidade de Roma, e progressivamente passa a tratar de temáticas talvez semelhantes, como a relação de alguns senadores com cidades

²¹ CTh XI.24 (360-415; CJ); CJ. XI.54.I; Libanius, *Orationes*, XLVII; Salvianus, *De Gubernatione Dei* V.8.38.

²² Esse é um dos aspectos mais fundamentais para a compreensão das relações civis dentro do Império Romano de acordo com G. E. M. De Ste. Croix, segundo o qual, as relações de voto e sufrágio oriundas da república passam a ser substituídas pelo clientelismo e pelo patronato (Ste. Croix, 1954). Para uma avaliação mais recente, cf. (Garnsey, 2010).

inteiras, algo que pode aparecer no linguajar do patronato. No entanto, nas fontes desse período, são raríssimas as menções ao patronato rural. Mas quando a documentação na Antiguidade Tardia passa a apresentar algumas menções, como as de Libânio ou de Salviano de Marselha, a temática do patronato acaba sendo transplantada para esse cenário. Assim, o debate sobre as relações de patronagem, que na época do Alto Império se baseia fundamentalmente em textos que se referem ao cenário urbano, quando passa para o Império tardio, projeta as mesmas relações de patronagem para o contexto das relações sociais no campo. Um dos pontos de partida de boa parte dessas críticas é o estudo sistemático sobre o patronato romano realizado por Hans-Joachim Krause²³ (apud Grey, 2011 p. 206).

A outra questão que se passou a colocar contra este fortalecimento do patronato rural no Império tardio é também similar a críticas que se têm feito à teoria do colonato. Autores mais recentes fazem objeção à generalização do conteúdo das leis ou dos relatos de Libânio e de Salviano de Marselha para o Império como um todo. Essa crítica à generalização foi acompanhada de uma suspeita das agendas ideológicas orientadoras dos relatos mais substanciosos, como no caso de Libânio (Carrié, 1976). E finalmente, a historiografia atual reconhece o peso devido à orientação também fiscal dessas leis que organizam as relações de patronato. Isto é, seu objetivo não seria administrar as relações de patronato em si, nem a favor dos patronos, nem a favor dos clientes. Seu objetivo seria regulamentar essas relações a favor do Estado de forma que elas não resultassem em evasão fiscal (Grey, 2011 pp. 209-212).²⁴

Assim, da mesma forma que se desenvolveu uma desconstrução da visão historiográfica do colonato como instituição, a ideia de que esta legislação específica sobre o patronato expressasse um processo de fortalecimento das relações de patronagem no Império tardio passou a ser seriamente contestada. Alguns autores passaram a defender que as relações de patronato se mantiveram tão sólidas como eram no Alto Império (Whittaker, 1993 e 1995; Garnsey, et al., 1989), negando qualquer fortalecimento. E já outros autores passaram a ver essa legislação também como um sinal de crise das relações de patronagem rural, causada pela presença de

²³ Jens-Uwe Krause *Spätantike Patronatsformen im Westen des Römischen Reiches* München : C.H. Beck, 1987.

²⁴ Uma defesa da possibilidade do fortalecimento do patronato por essas leis está em (Wickham, 2005, p. 527). Fortalecimento que tenderia a desaparecer com a desarticulação do Estado imperial.

outros personagens poderosos na figura de líderes das comunidades nas zonas rurais romanas, como bispos e santos, ou por outras opções de trajetória dos camponeses (como a fuga para territórios controlados pelos bárbaros ou pelos bagaudas, cf. Drinkwater, 1989).

As divergências a respeito do patronato rural no Império Romano são menos polarizadas e mais vagas do que aquelas sobre o colonato e talvez por isso seu impacto tenha sido menos sentido. Assim, só recentemente apareceram estudos que foram influenciados em alguma medida pelas mudanças sofridas na historiografia e que, em consonância a isso, acabam por valorizar a agência dos camponeses romanos, como é o caso do estudo dos camponeses da África romana feito por Leslie Dossey (Dossey, 2010) ou os trabalhos de Cam Grey.²⁵

c) Arqueologia rural

Além da desconstrução do colonato e do patronato, outro campo de estudos no qual as ideias fundamentais se alteraram radicalmente é o da arqueologia rural da Antiguidade Tardia. As ideias de colonato e patronato expressas pela historiografia caminhavam junto com outras noções associadas ao campo romano, profundamente ligadas aos estudos de cultura material. Essas outras noções também passaram a ser revistas nos últimos anos: a ideia de um grande abandono das terras, as *agri deserti*, causado pelo aumento dos impostos no Império tardio e a ideia do desenvolvimento e aumento dos grandes domínios avançando sobre e destruindo a pequena propriedade. O conjunto dessas ideias sobre o campo no final da Antiguidade, que caminharia diretamente em direção à grande propriedade concentrada do feudalismo medieval, teve muita influência na interpretação que se fazia dos dados arqueológicos das regiões rurais da África e da Gália, pelo menos até o início dos anos 1980. Isso pode ser visto, no caso da Gália, por exemplo, nas teorias do abandono das regiões rurais no norte da Gália a partir do século III e a concentração demográfica de populações que antes viviam dispersas.

A reconsideração das *agri deserti* não foi súbita, e pode até ser considerada como um desenvolvimento das ideias de A. H. M. Jones, que já se mostrava cético

²⁵ Cf. seus estudos pontuais sobre agência camponesa na Antiguidade Tardia (Grey, 2007) e (Grey, 2007). Para um estudo abrangente que também apresenta o estado atual da questão, cf. (Grey, 2011).

quanto às *agri deserti* serem um sinal claro de diminuição da produção agrária devido à fuga de mão de obra ou decréscimo populacional. Jones defendeu que sua presença na legislação fosse reflexo da preocupação imperial para com a manutenção de produção em terras de baixa produtividade e consequentemente da cobrança de tributos a partir delas (Jones, 1992 [1964] pp. 812-822), no que foi acompanhado por C. R. Whittaker (Whittaker, 1993 [1976]). Já mais recentemente, Cam Grey sugere que a legislação sobre as *agri deserti* fosse fruto de uma incompreensão da burocracia imperial até mesmo a respeito dos períodos de descanso de terras de boa produtividade (Grey, 2007).

Assim, ao mesmo tempo em que foram sendo formuladas as revisões críticas do que se entendia por colonato e patronato rural romano, *agri deserti* e a ideia de concentração ininterrupta da propriedade rural na Antiguidade Tardia, outros aspectos associados a essas visões do campo romano ou pós-romano foram também revistos nos trabalhos mais recentes de arqueologia rural romana.

Uma questão metodológica relacionada a isso é que, até pouco tempo atrás, quando se olhava para a arqueologia das zonas rurais romanas na Antiguidade Tardia, era bem difícil encontrar estudos sobre os pequenos proprietários ou camponeses arrendatários, isto é, arqueologia preocupada com os vestígios fora do escopo da *villa* romana. A maior parte das investigações era (e ainda é) acerca da ampla presença de vestígios da *villa* durante o Império Romano e seu posterior desaparecimento no final da Antiguidade (Wickham, 2005 pp. 466-481) (Dyson, 2003). Uma das justificativas para isso é também metodológica, pois o tipo de dados empíricos encontrados em assentamentos rurais de nível sub-*villa*, isto é, propriedades menores que as *villae* romanas, apresentam maior dificuldade de identificação. O mesmo ocorrendo com as habitações dos trabalhadores rurais pobres que trabalhavam em contrato de arrendamento.

Os estudos mais recentes sobre bagaudas que fazem uso de conclusões baseadas em pesquisas de arqueologia da Gália, por exemplo, são os de John Drinkwater (Drinkwater, 1989) e Clifford Minor (Minor, 1999). Ambos se baseiam nas investigações de E. M. Wightman (Wightman, 1978) e Patrick Galliou (Galliou, 1984), que correspondem ao paradigma arqueológico de concentração fundiária, intensificação do patronato rural e colonato.

No caso da África, o mesmo problema da divergência de paradigmas está presente no grosso da historiografia.²⁶ Em um estudo recente, Leslie Dossey parte da sistematização de inúmeras pesquisas que apontam ter havido na África da Antiguidade Tardia um processo de desenvolvimento da produção para exportação do século II ao V (de azeite, de grãos, de cerâmica).²⁷ Em outra parte da investigação de Dossey, uma segunda sistematização de estudos mais recentes ainda demonstra que esse desenvolvimento teve um profundo impacto na própria África, em suas regiões rurais, que progressivamente passaram a consumir produtos (como cerâmica de menor qualidade, mas ausente anteriormente) e a apresentar uma intensificação da presença de moedas (cobre) no período estudado. Tendo tudo isso por base, Leslie Dossey associa o problema historiográfico dos circunceliões e a questão mais ampla das condições sociais dos camponeses africanos na Antiguidade Tardia a essa sistematização das conclusões dos dados arqueológicos. O resultado é que as ações dos circunceliões como narradas na documentação ganham uma dimensão social bem diferente daquela dos trabalhos anteriores, sendo articulados a uma perspectiva de ação política que é resultado do anterior empoderamento e politização dos habitantes das zonas rurais da África e não como resultado automático de uma piora de suas condições sociais (Dossey, 2010 pp. 170-175). Chris Wickham vê um processo um pouco mais acentuado de desarticulação das relações econômicas na África romana. No entanto, ele não parte do mesmo conjunto de dados e não investiga as regiões da Numídia, como faz Dossey. Wickham concentra-se apenas na Proconsularis e na Byzacena, cf. (Wickham, 2005 pp. 720-728).

O estudo de Leslie Dossey propõe uma arqueologia do consumo rural que se foca não nas elites, mas nas classes subalternas rurais da África do Norte. Assim, dialoga com um estudo recente de grande impacto, *The Fall of the Roman Empire and the End of Civilization*, de Bryan Ward-Perkins, que situa o debate sobre o fim do Império Romano na compreensão dos níveis de vida da população romana – inclusive a população rural de classes subalternas –, baseando-se na análise da arqueologia de produtos feitos para comércio em larga escala, muito mais do que da

²⁶ Recentemente encontrei uma reflexão muito semelhante às minhas palavras acima no grande livro sobre o donatismo de Brent D. Shaw, exatamente no apêndice em que ele lida com a confusa historiografia sobre circunceliões (Shaw, 2011 pp. 830-832).

²⁷ Ver também o artigo de síntese feito por David Mattingly (Mattingly, et al., 1995).

produção de luxo para a aristocracia. Ward-Perkins conclui pela desarticulação militar do Império, o que leva a uma desarticulação dos sistemas comerciais que sustentavam essa produção. Por sua vez, o resultado disso é um processo de simplificação da produção material de larga escala dessas sociedades (Ward-Perkins, 2005). Tanto o trabalho de Ward-Perkins quanto o de Dossey tomam como elemento importante de compreensão das classes subalternas o seu nível de vida, pautado pelo seu acesso a itens materiais oriundos de um sistema de produção em larga escala. Sem entrar no mérito do quanto essa perspectiva reascende as teorias modernistas,²⁸ ou do cuidado que se deve ter ao pensar níveis de vida de classes subalternas em consonância com processos de exploração,²⁹ é importante reconhecer por trás dela uma base de dados empírica que altera radicalmente a compreensão das condições de vida dos habitantes das regiões rurais do Império Romano tardio.

Embora a arqueologia rural da Antiguidade Tardia na Gália não demonstre uma agricultura pujante como a da África, aquele cenário de abandono e de concentração da propriedade da terra não é mais consensual.³⁰ As pesquisas arqueológicas mais recentes sobre o campo no norte da Gália durante a Antiguidade Tardia apontam para uma recolocação do problema da concentração da habitação rural e do surgimento de vilas camponesas em outros termos, reconhecendo ser impossível observar a concentração de propriedade a partir de dados arqueológicos.³¹ Além disso, boa parte daquilo que se considerava como assentamentos de povos germânicos hoje passou a ser encarado como assentamentos de camponeses romanos mais pobres, sendo indistinguíveis de assentamentos de camponeses germânicos.³² E, finalmente, o tipo de cultura cerâmica rústica e produzida em série e comercializada, que permite Leslie Dossey pensar a África em termos de uma arqueologia do consumo, também pode ser encontrada no norte da Gália, embora apareça em menor quantidade em

²⁸ Cf. (Dossey, 2010 pp. 31-32; n.4).

²⁹ Como é defendido por E. P. Thompson em um debate sobre padrões de vida das classes subalternas durante a industrialização na Inglaterra (Thompson, 1997).

³⁰ Uma descrição sintética da mudança na interpretação arqueológica pode ser encontrada em (Ouzolias, et al., 2000). Cf. também (Wickham, 2005 pp. 465-481).

³¹ Cf. (Ouzolias, et al., 1997), (Ouzolias, 2001), (Van Ossel, 1992), (Peytremann, 2003) e (Leveau, et al., 2009).

³² Cf. (Ouzolias, et al., 1997), (Ouzolias, et al., 2000), (Wells, 2001) e (Van Ossel, 2006).

comparação com a África.³³ Assim, mesmo no caso da Gália não é possível aceitar passivamente a visão anterior das relações rurais.

Acima há um breve esboço de como os modelos de compreensão das relações sociais no campo passaram por sérias revisões, que ainda não foram sintetizadas de forma extensiva. Por um lado, os antigos modelos foram habilmente desconstruídos,³⁴ por outro, poucos modelos para essa normalidade foram realmente propostos. Não é mais possível aceitar levianamente nem a ideia do colonato como ordem de camponeses romanos semilivres, nem ver a Antiguidade Tardia como momento de aumento linear das relações de patronagem no campo. Consequentemente, é necessário pensar ambas as revoltas a partir dessa historiografia mais incerta e de modelos menos consolidados.

Essas mudanças historiográficas podem significar uma oportunidade para pensar essas revoltas de um ponto de vista que valoriza um pouco mais a agência dos membros das classes subalternas. Mas para isso, antes é necessário lidar com uma questão metodológica e uma questão teórica. Como esse é um estudo comparativo, encerro este capítulo com uma exposição da proposta de comparação que articulou o meu estudo dos bagaudas e dos circunceliões. E o próximo capítulo, por sua vez, é inteiramente dedicado à problemática da investigação da história das classes subalternas.

3. Comparando Alhos com Bagaudas

Um objetivo central deste estudo é descrever o caráter social de ambos, bagaudas e circunceliões, levando em consideração os múltiplos relatos presentes nas fontes antigas e as divergentes interpretações modernas sobre eles, que abrangem desde multidões rurais sob domínio patronal, até rebeliões camponesas. Assim, sendo este um estudo comparado, é necessário estabelecer os parâmetros de comparação dos dois objetos de análise.

³³ Cf. (Bayard, 1998) e (Redknap, 1988).

³⁴ Cf. uma situação exemplar dessa desconstrução no verbete para o colonato no *Guia para a Antiguidade Tardia*, (Bowersock, et al., 1999 pp. 385-386).

O quadro geral de referência que costumeiramente se utiliza para a investigação histórica dessas revoltas é o Império Romano. Assim, em um primeiro momento, uma investigação comparativa dos dois grupos insurgentes poderia ser feita dentro do quadro de referência de uma História do Império Romano. Isso circunscreveria a investigação a uma problemática mais geral. E a maneira com a qual o investigador lida com tal quadro geral tende a variar bastante. Usualmente o Império Romano se apresenta como um contexto geral que conforma a investigação, agindo como uma metacontextualização documental, isto é, como um rótulo criado a partir de recortes geográficos, étnicos ou temporais, enquanto raramente este quadro geral é problematizado. Nesses casos, esse quadro geral ao qual a pesquisa se refere se constitui em uma *Forma* da História (Guarinello, 2003). Exemplos disso são os recortes de periodização típicos do estudo histórico, como Antiguidade, Mundo Antigo, Antiguidade Tardia, Ocidente ou Mediterrâneo. Tais formas da História *sempre* trazem implicadas concepções *a priori* e raramente postas em discussão sobre as sociedades estudadas. Mas quando a pesquisa é problematizadora desse quadro geral, investigando os parâmetros sociais e culturais que sustentam generalizações, tais como “Civilização Romana” ou “Mediterrâneo”, o uso desses quadros gerais pode inclusive resultar em uma contribuição real para a compreensão dos fenômenos históricos. Contudo, para que isso aconteça, o quadro geral tem de ser menos entendido como uma *Forma* e mais como um paradigma ou uma problemática geral que abranjam e sobredeterminem as pesquisas históricas e que podem ser contestadas e invalidadas. Nestes termos, seria possível por meio da pesquisa confirmar ou invalidar a existência de uma civilização romana e da romanização, ou uma integração mediterrânica ou o fim do Império Romano, o que não é possível fazer com “Antiguidade”, “Idade Média”, ou “Antiguidade Tardia”, ideias cuja ação contextualizadora, embora cômoda, acarretam pressupostos não discutidos e impossíveis de se provar ou invalidar.

Há, contudo, além do quadro geral, outras dimensões que determinam a pesquisa. O processo de especialização imposto hoje pela pesquisa científica demanda que se olhe para cada um dos dois grupos com um enfoque de história regional ou local. Isso cria uma polarização do processo de investigação e gera certos impasses. Tanto sob a problemática geral, quanto sob o enfoque local ou regional, essa polarização é produzida pelos pressupostos não ditos. No primeiro

caso, pressupõe-se que a conexão entre os dois grupos esteja na existência de um Império e que sua história leve a reboque as histórias locais, meros efeitos de um motor central. No outro caso, pressupõe-se que os eventos locais tenham uma história particular e que a sua relação com outras comunidades seja acidental. Os próprios efeitos do Império seriam acidentais. Ainda, o conjunto de documentos escritos ou materiais acaba sendo formulado de acordo com a projeção no passado de divisões nacionais modernas, pois aqui também agem certas *formas* da História, de matriz étnico-nacional. Um exemplo claro é aquela *forma* que postula a equivalência da Gália romana com a França moderna, o que limita seriamente a investigação de pontos de contato, de áreas de intersecção ou de fronteiras. Nenhuma das duas alternativas é satisfatória isoladamente. Principalmente porque em ambas se dificulta o trato da problemática do esquecimento das classes subalternas.

Minha investigação foi pautada primariamente pelo processo de leitura e domínio da historiografia já estabelecida a respeito dos dois objetos, o que invariavelmente cria uma etapa inicial da prática de pesquisa pautada pela história regional. Adicionalmente, a inscrição do estudo dentro da *forma* História Antiga suscita reflexões generalizantes, que tento lidar criticamente por meio da problematização da ideia de uma integração mediterrânica.³⁵ Tentei lidar com a polarização criada por essas duas instâncias da investigação tentando escapar de um estudo generalizante abstrato, mas também tentando escapar da investigação de duas histórias separadas. Para tanto, busquei decompor os dois objetos de estudo em unidades de análise que permitiriam uma comparação mais direta. Inspirado no esforço de desconstrução de categorias consolidadas na historiografia presente em *The Corrupting Sea*, de Peregrine Horden e Nicholas Purcell (Horden, et al., 2000), e na discussão sobre estudos comparados, feita por Chris Wickham na introdução de seu *Framing the Early Middle Ages*, assim como em algumas de suas respostas à desconstrução operada pelos dois autores anteriores (Wickham, 2005), tentei estabelecer três dimensões passíveis de comparação para se estudar conjuntamente bagaudas e circunceliões.

³⁵ A proposta crítica mais acabada da ideia de integração mediterrânica é oferecida por Ian Morris, com investigação de uma “mediterranização”, cf. (Morris, 2005).

Essas dimensões comparativas seriam: as estruturas literárias que dão forma à documentação, a condição camponesa ou de trabalhadores rurais e a relação desses grupos com as estruturas imperiais.

Escolhi essas três dimensões comparativas porque elas me permitiram ao mesmo tempo desenvolver o objetivo inicial de definição das características desses grupos e também verificar outras questões associadas a essas revoltas, que orientaram minha investigação da documentação.

Em primeiro lugar, busquei uma compreensão comparada das tradições de composição e recepção dos textos por meio dos quais a memória social sobre bagaudas e circunceliões se objetivou em vestígios textuais. Isso significou estabelecer alguns pontos de contato nas formas de representação que os diferentes autores fizeram de ambos os grupos. Estes pontos de contato se constituem no uso recorrente da temática da inversão social, que dividi em três *topoi*, e que acredito ser uma das chaves de compreensão da ideologia dos produtores de textos, geralmente articulada por valores das classes dominantes.

Em segundo lugar, busquei delinear, também de forma comparada, as origens sociais dos bagaudas e circunceliões. Assim, tendo como base as possíveis relações das revoltas com as práticas de produção e de reprodução das condições de existência, modos de produção, relações de trabalho e experiências de classe, pude explorar a hipótese de uma crise de hegemonia nas relações das zonas rurais da Gália e da África da Antiguidade Tardia.

A terceira dimensão comparativa são as iniciativas e respostas das estruturas imperiais na Gália e na África às ações desses movimentos de insurgência. Tal dimensão lida com a questão fundamental da ação do Estado imperial contra essas revoltas e o papel desse Estado na manutenção da Ordem social nas zonas rurais do Império Romano. Isso se justifica por ser essa organização imperial que serve fundamentalmente de eixo à construção historiográfica de que, sob o Império Romano, há uma sociedade integrada. Um desenvolvimento importante dessa terceira dimensão comparativa é a investigação dos horizontes de organização comunitária que podem ser encontrados nessas revoltas e em que medida esses horizontes entram ou não em conflito com a ordem política imperial romana.

II. Esquecimento e História das classes subalternas

A interpretação de E. A. Thompson sobre os bagaudas é um ótimo eixo para orientar a reflexão teórica que é realizada neste capítulo. Em seu artigo já mencionado sobre os bagaudas (Thompson, 1952), ele defendeu que os produtores antigos de registros escritos conscientemente evitavam falar abertamente sobre essas revoltas de pessoas das classes subalternas. Para E. A. Thompson, os bagaudas deveriam ser compreendidos em termos de um processo de desenvolvimento que vai de Maternus ou Bulla Félix no século II a suas várias manifestações no século V. Esse processo estaria expresso em uma documentação na qual os escritores compartilhariam uma má vontade em escrever ou apresentar o enfrentamento, pelos generais romanos, de adversários tão pouco dignificantes. Assim, essa documentação se constituiria em uma produção voluntária de esquecimento, na qual as menções mais claras à revolta camponesa na Gália seriam resultado das duas grandes crises do Império Romano e do domínio sobre o campesinato.

A importância desse estudo de E. A. Thompson está na formulação de uma problemática a respeito do esforço de esquecimento nos relatos produzidos pelas elites sobre a agência de grupos das classes subalternas, e entendo que essa problemática também poderia ser válida para uma investigação do caso dos circunceliões. Uma das consequências de tomar essa problemática como central é que a sugestão de Thompson de que haveria um silêncio intencional nas fontes documentais deva ser encarada como um problema em si da investigação. A partir disso, para que tal problemática possa ser adequadamente associada às fontes antigas, a investigação deve ser acompanhada pela averiguação de como tal silêncio pôde ser produzido e o que o teria motivado.

Dois caminhos de investigação podem ser trilhados para lidar com as causas desse silêncio: o conflito social ou a rigidez dos modelos literários. A resposta está provavelmente em uma articulação de ambos, pois escrever a história das classes subalternas é ter de lidar com o esquecimento produzido intencionalmente ou não pelos produtores de vestígios textuais.

Assim, a temática que pretendo desenvolver neste capítulo é a da investigação histórica das classes subalternas e de diferentes problematizações desse esquecimento analítico e documental. Há três pontos de referência intelectuais para o desenvolvimento desse tipo de investigação: as reflexões sobre a História de Walter Benjamin, que denominou tal esforço como “História dos Vencidos”; os apontamentos de Gramsci para a investigação da História das classes subalternas; e a obra coletiva dos historiadores marxistas ingleses, que acabou consolidando a ideia de uma “História vista de baixo”.

Um historiador que investiga a história das classes subalternas, principalmente aquela dos trabalhadores que não fizeram nenhuma revolução (como os de períodos pré-capitalistas) e que resistiram cotidianamente à exploração classista, mais cedo ou mais tarde acaba se encontrando com as ideias sobre a História de Walter Benjamin. Penso que isso aconteça por causa da força e da radicalidade com as quais ele colocou o problema da escrita da história das classes exploradas, ou, como o próprio Walter Benjamin denominou, a escrita de uma História dos Vencidos.

O texto “Sobre o Conceito de História”, de Walter Benjamin, foi, no século XX, e continua sendo hoje, uma das referências centrais para a formulação inicial e o consequente desenvolvimento, por um lado, da crítica da ideia de História Universal, e, por outro, para a formulação de uma História dos Vencidos. Pretendo demonstrar e elaborar aqui alguns dos pontos centrais da contribuição de sua reflexão para a investigação e a escrita de histórias das classes subalternas: a ideia de totalidade social implícita em sua reflexão; a sua crítica à ideia de história universal; e o papel político da escrita (ou rememoração) da história das classes exploradas.

A visão da História de Benjamin se enquadra dentro de uma perspectiva de análise materialista e orientada para a compreensão da luta de classes na História. Dentro da heterogênea tradição³⁶ do Materialismo Histórico, Benjamin geralmente é situado em torno daquilo que Maurice Merleau-Ponty e depois Perry Anderson denominaram Marxismo Ocidental (Anderson, 2004) (Jay, 1984). Porém, algumas leituras de “Sobre o Conceito de História”, de Walter Benjamin, postulam sua desconfiança da categoria de *totalidade* (Gagnebin, 2005 pp. 79-104) (Habermas,

³⁶Estou usando a palavra *tradição* para me referir ao Materialismo Histórico no mesmo sentido que o utilizado por E. P. Thompson em *Miséria da Teoria*, o que torna o uso do adjetivo *heterogênea* quase uma redundância (Thompson, 1978 pp. 43-44).

1979). Isso usualmente posiciona a reflexão de Benjamin em uma região marginal dentro dessa tradição, já que essa categoria é chave no desenvolvimento das ideias do Marxismo Ocidental.³⁷ Como consequência disso, não é surpresa que o primeiro impulso seja excluir Walter Benjamin desse grupo, como o faz Martin Jay em seu livro *Marxism and Totality*, no qual Benjamin é, no máximo, um interlocutor de Adorno e uma referência para Habermas. Mas ao se realizar esta exclusão, talvez se perca de vista o papel que sua visão particular de totalidade desempenha em sua reflexão sobre a História dos Vencidos e na sua crítica à ideia de História Universal.

Em seu estudo, Martin Jay busca observar a presença de diferentes concepções de totalidade no Marxismo Ocidental: longitudinal, latitudinal, concreta, descentralizada, descritiva, expressiva (ou genética), extensiva, intensiva, natural, normativa (Jay, 1984). Dentre estas, há duas que atravessam toda a sua investigação e que têm relação mais direta com a questão da crítica à História Universal. A primeira é a que Martin Jay chamaria de *totalidade latitudinal*, isto é, uma totalidade que diz respeito ao sistema social (ou à existência material) organizado como um todo (Jay, 1984 p. 32). O segundo tipo de totalidade é a que Martin Jay chamaria de *totalidade longitudinal*: “uma crença de que a história poderia ser entendida como um todo progressivamente significativo com um começo, um meio e um fim” (Jay, 1984 p. 26),³⁸ um tipo de totalidade que, por sua vez, corresponde à compreensão da história humana como um todo em desenvolvimento.

Por incrível que pareça, é possível encontrar tanto uma concepção de totalidade latitudinal quanto uma de totalidade longitudinal no ensaio de Benjamin. Aqui, a *totalidade longitudinal* está intrinsecamente associada à reminiscência como fundamento da atividade do historiador materialista e à História a contrapelo como sua tarefa.³⁹ A história construída pela burguesia e seu método, o historicismo, subjuga o passado como coisa, como “o que aconteceu”, hierarquizam o que é importante por meio da empatia dos dominantes de hoje com os dominantes do passado. Não é possível desvincular o projeto de escrita da História presente no ensaio de Benjamin de uma perspectiva de compreensão histórica da luta de

³⁷ A centralidade da ideia de totalidade para o materialismo histórico foi postulada por George Lukács em seu *História e Consciência de Classe* (Lukacs, 2003 [1923]) Para os desdobramentos intelectuais da força dessa categoria, cf. (Anderson, 2004), e de forma mais sistemática e aprofundada em (Jay, 1984).

³⁸ “[...] a belief that history could be understood as a progressively meaningful whole with a beginning, middle and end.”

³⁹ Para uma compreensão das referências intelectuais da visão de História de Walter Benjamin, cf. (Gagnebin, 2009) (Löwy, 2005).

classes, uma vez que, de acordo com Walter Benjamin, o historiador materialista deve reconstruir o passado a partir de uma visão, que é ao mesmo tempo instantânea e um todo indiferenciado do passado. E é nesta visão do todo indiferenciado que subsiste como reminiscência aquilo que ele chama de perigo.

6. Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como aos que a receberam. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. Pois o Messias não vem apenas como salvador; ele vem também como o vencedor do Anticristo. O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer. (Benjamin, 1996)

O momento de perigo no presente⁴⁰ permite a reminiscência, isto é, a ameaça que a dominação de classe apresenta no presente à tradição e à existência permite o reconhecimento da manutenção da dominação como um todo indiferenciado, como uma dominação reatualizada na história humana. Reconhecer essa dominação significa reconhecer a instrumentalização tanto das classes dominadas,⁴¹ dos perdedores na história entendida como luta de classes, quanto daquilo que seu trabalho produz: os bens de cultura cujo destino é serem expropriados. É isso que Benjamin quer dizer por instrumentalização da tradição.

Por conseguinte, Walter Benjamin empreende a crítica do Historicismo, método que engendra a construção da História Universal burguesa como história

⁴⁰ É possível fazer uma leitura bem literal disso associando esse perigo presente ao Fascismo, mas dentro do pensamento de Benjamin, o Fascismo e o Nazismo são formas avançadas da sociedade burguesa (Löwy, 2005 pp. 65-69).

⁴¹ Walter Benjamin faz um uso bem particular do conceito de dominação (*Herrschaft*), que articularia ao mesmo tempo a dominação política (violenta ou ideológica) e a opressão ou exploração econômica, uma vez que para ele ambas as dimensões devem ser compreendidas por meio de tal articulação (Löwy, 2005 pp. 104-105).

dos vencedores, uma história cujo elemento estruturante do discurso é a empatia para com os vencedores. A burguesia como classe é aquela que domina na sociedade capitalista e, portanto, herdeira de todas as classes dominantes do passado e herdeira da dominação, em todas as eras, sobre as riquezas produzidas socialmente, mas apropriadas apenas pelos vencedores, pelas classes historicamente dominantes: os despojos.

7. Fustel de Coulanges recomenda ao historiador interessado em ressuscitar uma época que esqueça tudo o que sabe sobre fases posteriores da história. Impossível caracterizar melhor o método com o qual rompeu o materialismo histórico. Esse método é o da empatia. Sua origem é a inércia do coração, a acedia, que desespera de apropriar-se da verdadeira imagem histórica, em seu relampejar fugaz. Para os teólogos medievais, a acedia era o primeiro fundamento da tristeza. Flaubert, que a conhecia, escreveu: “Peu de gens devineront combien il a fallu être triste pour ressusciter Carthage”. A natureza dessa tristeza se tornará mais clara se nos perguntarmos com quem o investigador historicista estabelece uma relação de empatia. A resposta é inequívoca: com o vencedor. Ora, os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes. A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores. Isso diz tudo para o materialista histórico. Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais. O materialista histórico os contempla com distanciamento. Pois todos os bens culturais que ele vê têm uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror. Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, como à corveia anônima dos seus contemporâneos. Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo. (Benjamin, 1996)

A compreensão da história como um todo é uma compreensão que carrega consigo um aviso de perigo para o presente. A articulação histórica da memória da dominação no passado é a revelação da dominação no presente. A tarefa de escrever a história a contrapelo nasce de uma reflexão sobre a tradição e a cultura acompanhadas de horror. Horror causado pela compreensão de uma totalidade histórica de dominação. A história universal não é apenas uma ideia sobre o passado, é um discurso parcial, que esconde o horror e o perigo da dominação de classes sob a rememoração dos vencedores em triunfo. Escrever a História a contrapelo é mostrar por meio da reminiscência⁴² o outro lado do processo histórico, que foi ignorado ou escondido pelo Historicismo. É, nas minhas palavras, desvelar a totalidade longitudinal que existe como realidade geral da dominação de classes, cujo desenvolvimento histórico, que aparece à burguesia na forma de progresso, leva à catástrofe.

A *totalidade latitudinal*, por sua vez, aparece na proposta de método do historiador materialista. Ela está implícita na ideia de observação do objeto histórico como mônada. Um vislumbre do passado como mônada, enquanto momento cristalizado no qual suas tensões se revelam, implica uma conexão da imagem presente em um vestígio desse passado com a totalidade social deste passado e também com a totalidade do processo histórico.

17. O historicismo culmina legitimamente na história universal. Em seu método, a historiografia materialista se distancia dela talvez mais radicalmente que de qualquer outra. A história universal não tem qualquer armação teórica. Seu procedimento é aditivo. Ela utiliza a massa dos fatos, para com eles preencher o tempo homogêneo e vazio. Ao contrário, a historiografia marxista tem em sua base um princípio construtivo. Pensar não inclui apenas o movimento das ideias, mas também sua imobilização. Quando o pensamento para, bruscamente, numa configuração saturada de tensões, ele lhes comunica um choque, através do qual essa configuração se cristaliza enquanto mônada. O materialista histórico só se aproxima de um objeto histórico quando o confronta enquanto mônada. Nessa estrutura, ele reconhece o sinal de uma

⁴² A reminiscência é uma lembrança ou uma imagem do passado que lampeja no instante presente de situação de opressão ou dominação, imagem que pode ser reconhecida pela empatia às situações de opressão e dominação, uma empatia inversa à dos historiadores burgueses cf. (Löwy, 2005 pp. 65-69).

imobilização messiânica dos acontecimentos, ou, dito de outro modo, de uma oportunidade revolucionária de lutar por um passado oprimido. *Ele aproveita essa oportunidade para extrair uma época determinada do curso homogêneo da história; do mesmo modo, ele extrai da época uma vida determinada e, da obra composta durante essa vida, uma obra determinada. Seu método resulta em que na obra o conjunto da obra, no conjunto da obra a época e na época a totalidade do processo histórico são preservados e transcendidos. O fruto nutritivo do que é compreendido historicamente contém em seu interior o tempo, como sementes preciosas, mas insípidas.* (Benjamin, 1996)

Entendo, assim, que se há uma desconfiança para com a totalidade em Walter Benjamin, ela é uma desconfiança para com uma ideia de tempo vazia, homogênea e instrumentalizada como espaço do processo histórico aditivo, para com uma visão conformista da história enquanto Progresso. Uma desconfiança, enfim, da aparência da História como algo movido pelo desenvolvimento técnico, produtor da cultura, da civilização, e abstraído de suas consequências nefastas sobre as classes dominadas ou oprimidas; o progresso abstraído da barbárie que ele mesmo causa. Mas há a presença de *outras formas de totalidade* em sua ideia de História, uma vez que no projeto de História a contrapelo ou na História dos Vencidos seu método delineia a busca e a reconstrução, por meio da reminiscência, de um todo a partir da imagem imobilizada e tensa do passado como uma totalidade articulada; um todo que traz, por meio da ideia de tempo passado recorrente e conservado em cada momento do presente, o que a história burguesa busca esquecer: o horror da opressão e da exploração de classe.

Concluindo, a análise das noções sobre totalidade presentes em “Sobre o Conceito de História”, de Walter Benjamin, revela que a ideia de História Universal funciona para Benjamin de forma muito semelhante à do fetiche da mercadoria para Karl Marx. Da mesma maneira que Marx em *O Capital* opera uma crítica da Economia Política a partir da sua incapacidade de expor as relações de exploração que a própria realidade social esconde (Grespan, 1996) (Rosdolsky, 2001), a concepção de História a contrapelo de Walter Benjamin também opera a crítica da História burguesa e sua incapacidade de expor e de reconhecer na realidade de antagonismo social do passado o aviso de ameaça existencial no presente.

O conteúdo dessa crítica à ideia de História Universal se apoia numa noção de totalidade do processo da história humana. Mas essa não pode ser entendida em termos de linearidade progressiva. Ela deve ser entendida, em primeiro lugar, como totalização, como um processo que nunca se conclui como uma totalidade fechada. Em segundo, deve ser entendida da mesma maneira que a unidade aparente da totalização da sociedade burguesa, posta pela sujeição do trabalho e dos trabalhadores à subjetividade do Capital, que subsume as contradições, que esconde o processo de fragmentação (e pluralidade) das relações sociais sob a forma homogeneizadora da mercantilização de todas elas.

Assim, a unidade de uma totalidade longitudinal do processo de desenvolvimento histórico deve ser entendida como a base para a crítica à unidade posta pela perspectiva de progresso: uma concepção de progresso que engendra uma unidade apenas aparente da história. Ela é uma unidade linear que subsume as contradições, que esconde aquela base: um processo histórico fragmentado e plural da história humana. Essa base é uma totalidade das possibilidades e das formas de produção e das formas de existência concreta da humanidade, escondidas por uma aparência de universalidade das relações gerais capitalistas, relações que teriam alcançado seu desenvolvimento mais pleno sob a sociedade burguesa e que acabam projetando *seu* desenvolvimento como *único desenvolvimento possível* obscurecendo outros caminhos possíveis.

Walter Benjamin encontra o critério metodológico para a investigação da história das classes dominadas na empatia para com as classes que sofreram a opressão e dominação ao longo da história humana. Para ele, a história das classes oprimidas é uma História dos Vencidos, daqueles que a iniciativa deixou como vestígio a lembrança de que a dominação de classe continua sendo reiterada. A história delas é fragmentada por causa da reiteração dessa dominação no presente e pela empatia do historiador burguês para com as classes dominantes do passado. E a única possibilidade de plena compreensão dessa História dos Vencidos é a redenção no presente: a revolução do proletariado. Estudar a história das classes exploradas é estudar uma dimensão fundamental da história humana que sistematicamente é apresentada como subordinada a uma história escrita do ponto de vista das classes dominantes.

Outra reflexão que é referência para a investigação da história das classes subalternas é a de Antonio Gramsci. Gramsci, em acréscimo à própria formulação da noção de classes subalternas, articulou algumas indicações de como lidar com a investigação da história dessas classes. Em um dos seus cadernos de estudo e escrita na prisão sob o regime fascista italiano,⁴³ Gramsci desenvolveu alguns apontamentos metodológicos para esse estudo:

A história dos grupos sociais subalternos é necessariamente desagregada e episódica. É indubitável que, na atividade histórica desses grupos, existe tendência à unificação, ainda que em termos provisórios, mas esta tendência é continuamente rompida pela iniciativa dos grupos dominantes e, portanto, só pode ser demonstrada com o ciclo histórico encerrado, se este se encerra com sucesso. Os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem: só a vitória “permanente” rompe, e não imediatamente, a subordinação. Na realidade, mesmo quando parecem vitoriosos, os grupos subalternos estão apenas em estado de defesa, sob alerta (...). Por isto, todo traço de iniciativa autônoma por parte dos grupos subalternos deve ser de valor inestimável para o historiador integral; daí decorre que uma tal história só pode ser tratada através de monografias e que cada monografia demanda um acúmulo muito grande de materiais frequentemente difíceis de recolher. Caderno 25.2 (Gramsci, 2002 pp. 135-136)

Essa percepção de que a história das classes subalternas é necessariamente desagregada se aproxima da problemática desenvolvida por Benjamin. Quando Gramsci afirma: que toda unificação é provisória e rompida pela ação dos grupos dominantes; que tal estudo só pode ser monográfico; que os grupos subalternos estão sempre sob a iniciativa dos dominantes e que mesmo quando a vitória política acontece, ainda assim estão sempre em estado de defesa e sob alerta, tais opiniões parecem representar uma consciência similar à de Benjamin de que toda a História é a História da Luta de classes, de que a dominação de classe foi e tem sido reiterada ao longo da história. E por causa dessa transitoriedade das vitórias dos grupos subalternos, é que todo traço de iniciativa autônoma dos grupos subalternos é

⁴³ Para as condições de escrita de Gramsci na prisão cf. (Secco, 2006 pp. 105-128).

inestimável para o historiador. Mas há grandes diferenças na maneira como um e outro lidam com essa problemática.

A unidade histórica das classes dirigentes acontece no Estado e a história delas é, essencialmente, a história dos Estados e grupos de Estados. Mas não se deve acreditar que tal unidade seja puramente jurídica e política, ainda que também esta forma de unidade tenha a sua importância, e não somente formal: a unidade histórica fundamental, por seu caráter concreto, é o resultado das relações orgânicas entre o Estado ou sociedade política e “sociedade civil”. As classes subalternas, por definição, não são unificadas e não podem se unificar enquanto não puderem se tornar “Estado”: sua história, portanto, está entrelaçada à sociedade civil, é uma função “desagregada” e descontínua da história da sociedade civil e, por este caminho, da história dos Estados ou dos grupos de Estados. Caderno 25.5 (Gramsci, 2002 pp. 139-140)

Como a unidade histórica das classes dominantes reflete sua unidade histórica em um Estado, em uma sociedade política que articula força e hegemonia, a história das classes subalternas estaria relegada às organizações localizadas na sociedade civil, instituições cuja cultura e organizações políticas não têm influência no Estado estrito, instituições que são no máximo instâncias provisórias de resistência à hegemonia das classes dominantes. Assim, desse ponto de vista, a história das classes subalternas seria também uma história marginal à História do Estado, à história das classes dominantes.

À primeira vista, parece que sua reflexão converge na direção daquela de Benjamin. Há, porém, a possibilidade da constituição, mesmo que temporária ou provisória desse Estado, dessa organização política e unificação dos grupos subalternos. Gramsci está preocupado com a capacidade de organização da classe trabalhadora em um novo bloco histórico de oposição à hegemonia burguesa, a constituição de um Estado da classe trabalhadora. Por isso, a compreensão de eventos do passado em que algo semelhante a isso aconteceu é importantíssima para suas investigações. Talvez seja por isso que a maior parte das observações metodológicas de Gramsci lide com tal possibilidade, como, por exemplo, quando discute a hegemonia interna dentro de um bloco político subalterno:

Entre os grupos subalternos, um exercerá ou tenderá a exercer uma certa hegemonia através de um partido, e é preciso estabelecer isto, estudando também o desenvolvimento de todos os outros partidos, por incluírem elementos do grupo hegemônico ou dos outros grupos subalternos que sofrem tal hegemonia. (...) o Estudo do desenvolvimento destas forças inovadoras, de grupos subalternos a grupos dirigentes e dominantes, deve investigar e identificar as fases através das quais elas adquiriram a autonomia em relação aos inimigos a abater e a adesão dos grupos que as ajudaram ativa ou passivamente, uma vez que todo este processo era necessário historicamente para se unificarem em Estado. O grau de consciência histórico-política a que estas forças inovadoras chegaram progressivamente, nas várias fases, se mede exatamente com estes dois parâmetros, e não apenas com aquele de sua separação das forças anteriormente dominantes. Caderno 25.5 (Gramsci, 2002 pp. 140-141)

Desse modo, Gramsci busca entender a capacidade de criação de relações políticas organizadas nos grupos subalternos e a partir disso constrói critérios metodológicos para a investigação. Quanto mais consolidado o movimento político subalterno, mais claramente será possível entender os passos e o desenvolvimento das iniciativas dos grupos sociais subalternos. Essa constituição do grupo em um “Estado” delineia sua articulação política em busca de autonomia, sua resistência à hegemonia imposta pelas classes adversárias, e tal autonomia é percebida através dos graus nos quais o movimento das classes subalternas constrói sua própria hegemonia concorrente. Os parâmetros de tal construção são sua consciência da diferenciação dos seus objetivos daqueles das classes dominantes e sua capacidade de atrair outros grupos subalternos, isto é, de universalizar seus objetivos.

Assim, no final das contas, a capacidade de se constituir em um Estado,⁴⁴ em uma sociedade política para si, para seus interesses, é a chave de compreensão da História das classes subalternas para Gramsci. Uma perspectiva bem diferente da de Benjamin. Embora para ambos a distância das classes subalternas em relação ao Estado seja um elemento crucial na produção do esquecimento de suas ações –

⁴⁴ Retomarei a discussão dos apontamentos de Gramsci e as possibilidades do uso de suas noções de Estado e Hegemonia para a investigação do Império Romano tardio no capítulo 5.

ou na não produção de sua história, por meio da marginalidade e fragmentação de seus vestígios –, a forma pela qual o historiador vence tal esquecimento é bem diferente. Para Benjamin, o eixo racional de compreensão está no reconhecimento da opressão compartilhada entre gerações, a tradição dos oprimidos, já para Gramsci, o eixo de compreensão está na racionalidade de sua capacidade organizativa para a resistência. Tais diferenças, contudo, mesmo que, em certo sentido, até contraditórias, parecem ter atuado como determinações complementares sobre a produção historiográfica acerca da história das classes subalternas.⁴⁵

Isso fica claro quando se olha uma das principais correntes de investigação da história das classes subalternas, o que foi chamado de *História vista de baixo*. O que se segue é a apresentação de um breve sumário da trajetória de desenvolvimento da História vista de baixo. Eu me baseei fundamentalmente em autores anglo-saxões, uma vez que é neste contexto linguístico-acadêmico que se desenvolveu a maior parte das reflexões sobre esta abordagem. Uma rápida pesquisa em periódicos de história no Brasil é reveladora: não há quase nenhuma reflexão a respeito desta abordagem aqui. O que me parece uma grande contradição entre teoria e prática, uma vez que muitos historiadores brasileiros tenham praticado, principalmente para períodos mais recentes da história brasileira, uma investigação histórica vista de baixo. No entanto, uma consulta de mesmo tipo a periódicos em língua inglesa – já que tal proposta se consolidou entre autores britânicos – mostra que ali houve efetivo debate e reflexão a respeito dos limites e possibilidades dessa abordagem, mesmo que hoje ela não seja tão central quanto foi nos anos 1960-70.

A trajetória da História vista de baixo é profundamente imbricada com o desenvolvimento da História Social (e o mesmo poderia ser dito de outras abordagens nascidas no século XX, como História das Mentalidades, História do Cotidiano, Micro-História, etc.). Isso significa que o desenvolvimento da História vista de baixo, um tipo específico de abordagem interessada na perspectiva da história como luta de classes, se insere no desenvolvimento dessa subárea da disciplina histórica.

⁴⁵ Para a importância de Antonio Gramsci para a reflexão sobre a História das Classes Subalternas, cf. (Hobsbawm, 2012).

Entendo, no entanto, que embora hoje a História Social seja uma subárea que englobe estudos de diferentes abordagens e correntes teóricas, isso não quer dizer que sua existência como área seja anterior ao surgimento das abordagens que a integram, muito pelo contrário. A História Social se define muito mais como uma abertura da disciplina em termos metodológicos (com a ampliação da natureza de evidências empíricas legítimas para além da documentação estritamente estatal) e teóricos (com a ampliação de temas, objetos e questões disponíveis para além das narrativas políticas e militares pautadas por questões ligadas ao desenvolvimento de estados nacionais do século XIX). Mas ao fim do processo, acaba aparecendo como um resultado institucional, e por isso aparentemente neutro, do desenvolvimento de todas aquelas abordagens acima mencionadas.

Pensando a História vista de baixo como uma abordagem, um dos seus caracteres distintivos é que seu olhar é voltado para a percepção da ação histórica das classes subalternas. Isto é, um olhar investigativo que põe em destaque, em primeiro lugar, a história particular das pessoas “de baixo”; em segundo lugar, como esta história particular tem impactos na história da sociedade em geral; e em terceiro lugar, a visão dos “de baixo” sobre si e sobre a sociedade como um todo. Esses são elementos decisivos na comparação com outras abordagens associadas à consolidação da História Social e da História Cultural: a História das mentalidades busca um substrato de ideias e comportamentos comum, e às vezes até mesmo homogêneo, em uma mesma sociedade; a História do cotidiano busca entender as relações sociais do dia a dia, que ora são vistas como repetitivas, ora como o verdadeiro espaço da mudança social, ora como permanentes, ora efêmeras; a Micro-História busca compreender o processo histórico, tomando a metáfora de Ginzburg, pelo *close up* e pelo idiossincrático, naquilo que ele revela do global e mais geral. E muitas vezes é possível que estas abordagens estejam presentes de forma concomitante e complementar em uma pesquisa histórica.

O caso da História da Cultura é mais complexo, pois esta hoje possa ser classificada como algo entre a abordagem e entre a subárea. Isso é resultado de um longo processo de desenvolvimento de pesquisas baseadas em abordagens culturalistas no final do século XX. Em realidade, esse processo tendeu a subsumir toda a disciplina histórica aos parâmetros da História da Cultura. Mais do que qualquer outra das abordagens que mencionei como exemplo, a História da Cultura se desenvolveu de tal maneira que quase não é possível conceber uma pesquisa

histórica hoje que seja levada a sério sem que os problemas, os objetos e as fontes empíricas não sejam definidos e articulados em termos de produção cultural. Isso vale tanto para História política quanto para a econômica ou social.⁴⁶

Esse olhar “de baixo” é assim denominado pela primeira vez em um artigo 1966 de Edward Thompson, “A História vista de baixo” (Thompson, 2001 pp. 185-202), no qual ele faz um rápido exame da produção de historiadores ingleses que prestaram atenção às classes subalternas. Esta produção é associada por Thompson ao desenvolvimento de histórias dos movimentos de trabalhadores que gradualmente deixaram de ser história de Instituições e passaram a ser História das “pessoas comuns”. Uma história engajada, por princípio, e que se definia principalmente por seu antagonismo à versão oficial da História Inglesa, na qual os atores são políticos, intelectuais, empresas, e a mudança tecnológica é pensada como um fator neutro. Thompson já expressava uma importante preocupação neste artigo: a História vista de baixo, ao se ampliar e se difundir, ao se tornar mais aceita, tornara-se uma real ameaça à História oficiosa da Inglaterra, mas sua institucionalização e integração incorrem no risco de ao “ter êxito, engordar e (...) adotar hábitos normandos”.⁴⁷

Essa produção que Thompson nomeia “de baixo” é entendida por Eric Hobsbawm, em um artigo de 1988, feito em homenagem a George Rudé, “A História vista de baixo – Algumas reflexões”,⁴⁸ como um resultado da era contemporânea. Hobsbawm define, com mais precisão do que Thompson, a História vista de baixo como a história dos movimentos populares, e a entende como resultado das sociedades criadas pela Revolução Francesa; sociedades nas quais o impacto da ação das classes subalternas, sob a forma de movimentos populares, na mudança

⁴⁶ Devo minha reflexão sobre a relação da História Social com a História da Cultura às aulas ministradas pelo professor Bryan Palmer na Universidade de São Paulo em 2008 (Social History and the Current Conjuncture., 2008). Para a história das mentalidades e da História da Cultura, cf. (Dosse, 1994). Para uma reflexão sobre a História do Cotidiano, cf. (Guarinello, 2006). Para uma reflexão sobre a Micro-História e sobre essas intersecções (Ginzburg, 2007 pp. 249-279). Essa investigação não é o lugar onde desenvolver a questão de se a ideia de Cultura se opõe, se complementa ou se realmente engloba o que o senso comum do historiador denomina econômico, político ou social. Para a exposição da importância da ideia de Cultura e das relações dos estudos de cultura popular com o desenvolvimento da investigação da História das classes subalternas, cf. a introdução de *Costumes em Comum* (Thompson, 1998 pp. 13-24) e o prefácio de *O Queijo e os Vermes* (Ginzburg, 1998).

⁴⁷ O papel de E. P. Thompson no desenvolvimento dos estudos sobre História das classes subalternas é bem complexo. Envolve desde o impacto historiográfico de *A Formação da Classe Operária*, até sua participação no desenvolvimento das oficinas de história dos trabalhadores ingleses, cf. (Kaye, 1984), (Flett, 1991), (Purdy, 2002) e (Palmer, 1996).

⁴⁸ Inexplicavelmente traduzido para o português como *História de baixo para cima* (Hobsbawm, 1998 pp. 216-231)

da sociedade se torna imediatamente aparente; algo que, segundo Hobsbawm, não acontecia em sociedades pré-capitalistas. Para Hobsbawm, o maior desafio posto por uma História dos movimentos populares é metodológico, que para tentar entender o comportamento e a visão de sociedade dos movimentos populares, tem de formular questões e modelos explicativos da ação a partir de documentação quase sempre lacunar, enviesada ou incompreensível do ponto de vista da classe dominante.

Tanto no texto de Thompson, quanto no de Hobsbawm, a perspectiva histórica da ação das classes subalternas é implicitamente associada às ideias de resistência à dominação e exploração de classe, mesmo que os autores por eles citados como praticantes dessa abordagem não lidem direta ou mesmo indiretamente com a presença da luta de classes em suas investigações. Lembrando que tanto a obra de Hobsbawm quanto a de Thompson tem como eixos de suas investigações históricas o conflito de classes no mundo contemporâneo.

Harvey Kaye, em seu livro *The British Marxist Historians*, elege a História vista de baixo como um dos principais eixos de contribuição desse grupo de historiadores britânicos: Maurice Dobb, Rodney Hilton, Christopher Hill, Eric Hobsbawm e Edward Thompson (Kaye, 1984). Harvey Kaye entende a História vista de baixo como um campo com diversas abordagens teóricas e práticas, embora enderece críticas a cada uma delas: estudos sobre mentalidades, modernização, cultura popular, etc. Em comparação, Kaye acredita que a contribuição central dos historiadores marxistas ingleses para ela é sua ênfase na presença da luta de classes na realidade dos “de baixo” e na possibilidade de investigação desta realidade a partir da experiência das classes subalternas. A compreensão desta experiência busca a dimensão politizada e racional da atividade das classes subalternas, seja ela emancipatória ou não (mesmo nas ações de subordinação, com as quais os historiadores britânicos marxistas teriam mais dificuldade em lidar). Além disso, pelo próprio contexto de exploração e dominação que organiza a experiência e atividade histórica dos “de baixo”, a História vista de baixo não pode ser a investigação de um setor separado da sociedade, pois as classes subalternas existem em relação à classe dominante, num contexto de totalização social organizado por processos de exploração e dominação.

Jim Sharpe, na reflexão “História vista de baixo”, ao delinear os problemas dessa abordagem, associa os artigos de Thompson e Hobsbawm a uma

predominância de estudos de movimentos do mundo contemporâneo e à escolha de grupos manifestamente politizados como objetos de investigação, o que me parece injusto não só para com Thompson, mas também para com Hobsbawm (Burke, 1992 pp. 39-61). Há uma confusão aí: só porque relacionam o desenvolvimento inicial de uma História vista de baixo como resultado de uma consciência moderna da presença das massas na política, não quer dizer que defendam que ela se restrinja a esses movimentos modernos.⁴⁹ Com base nesta crítica injusta, porém, Sharpe, desenvolve uma defesa muito adequada da ampliação do escopo temático e cronológico da História vista de baixo, mostrando que não há nada metodologicamente ou teoricamente que invalide um estudo “de baixo” de sociedades e épocas não capitalistas, embora seja necessário levar em consideração os diferentes desafios envolvidos. Sharpe entende a História vista de baixo como qualquer investigação que fale sobre os de baixo, não considerando como central em sua constituição nem o reconhecimento das classes subalternas como agentes históricos, nem a compreensão da dominação e da exploração “vista de baixo” (necessariamente associada a uma interpretação marxista), mas sim a dimensão da História dos de baixo como parte da constituição de uma identidade social.

Talvez por isso seu artigo dê a impressão de que não há muita diferença entre História vista de baixo e História do Cotidiano, História das Mentalidades, História da Cultura das classes subalternas. Não consigo entender essa dimensão da identidade social como algo apartado dos outros dois fatores, mas sim como algo construído a partir da experiência compartilhada da exploração e da dominação. E penso que é exatamente por causa dessa sua preocupação em definir a História vista de baixo quase que exclusivamente em termos identitários, que Jim Sharpe sinte a necessidade de fazer o alerta para que a História vista de baixo não se torne um nicho que não se comunica com a totalidade da história da sociedade.

Esse sumário das reflexões sobre a História vista de baixo demonstra como essa abordagem toca em vários pontos comuns as reflexões de Benjamin e de Gramsci. Mas penso que seja importante enfatizar um ponto: a necessária politização do trabalho do historiador que está implicada nessa abordagem. A História vista de baixo é uma abordagem que, quanto mais profundamente

⁴⁹ Toda a obra de Thompson e os livros de Hobsbawm sobre banditismo social, rebeldes primitivos e pessoas extraordinárias legitimam minha discordância com essa crítica.

compreende o passado, mais engajada, mais honesta e clara em seu posicionamento ideológico precisa ser. Embora isso não seja necessariamente verdadeiro para todas as interpretações dessa abordagem, julgo que a sua real força investigativa e capacidade de causar desconforto nos historiadores estejam associadas a esta dimensão. A observação da luta de classes na história é parte integral da conceituação original de uma História vista de baixo, mesmo que de forma implícita. Pois a História vista de baixo é uma abordagem cujo objetivo é reconhecer as classes subalternas, exploradas, como agentes históricos, enfatizando que a história não é feita apenas por grandes estruturas desumanizadas ou indivíduos carismáticos, mas pela ação coletiva da massa anônima.⁵⁰

Nisso, ela entra em conflito com o atual “estado espiritual” de nossos tempos, no qual se tornou norma para os historiadores (e outros cientistas sociais) não assumir-se ideologicamente, não assumir como historiador a qual projeto de sociedade se associa, quais interesses de classe defende, qual posição política é seu ponto de partida intelectual, pois, como explicitação do conflito social na história humana, como compreensão da experiência da opressão e da resistência articulada a partir do ponto de vista dos de baixo, ela exige que os outros historiadores também se posicionem ideologicamente. Sua presença alerta para a percepção de que nem todos os discursos e representações têm iguais implicações para as ações no presente, e que tais discursos em sua pluralidade têm implicações e usos bem diferenciados para as relações de poder e para as relações de dominação e exploração no presente.

Tal consciência dos pressupostos e dos impactos políticos da investigação histórica já estava presente em Walter Benjamin e em Antonio Gramsci e é inseparável da preocupação para com o papel desempenhado pelo esquecimento dos “de baixo” na escrita da História.

⁵⁰ Um dos impactos mais interessantes dessa abordagem se deu na sua apropriação pelos *Subaltern Studies* na Índia, inicialmente profundamente pautados pela articulação da investigação das classes subalternas com a das questões postas pelo pós-colonialismo: cf. (Bhattacharya, 1983). As investigações realizadas pelos pesquisadores ligados aos *Subaltern Studies* resultaram em desenvolvimentos bem interessantes. Nos anos 1980, teve grande impacto a problematização feita por Gayatri Spivak (baseada em uma leitura de Derrida) da voz dos subalternos (não pensados necessariamente como classes) como uma construção intelectual do Ocidente, em seu ensaio de 1985, em que os próprios vestígios da história dos subalternos eram postos em questão (Spivak, 2010). Isso resultou em discussões sobre os usos da noção de classes subalternas que, embora tenham se pautado mais pela crítica da posição ideológica dos próprios pesquisadores, expandiram o escopo do significado de dominação e exploração para questões de gênero e etnias. Mais recentemente voltou a ser acentuada a questão da agência das classes subalternas, como demonstra Gyan Prakash (Prakash, 1994).

Investigar a história das classes subalternas é mais do que apenas assumir uma perspectiva teórica que valorize as relações de classe, mesmo que o uso dessa perspectiva seja parte importante do processo de investigação. Não é possível investigar a história das classes subalternas sem problematizar que parte do poder das classes dominantes está no controle ideológico dos relatos históricos e, por meio dele, no controle da memória transformada em história. Esse tipo de controle ideológico não é atributo exclusivo de relatos sobre revoltas e pode incidir e incide no grosso da produção de vestígios do passado e relatos históricos. Mas revoltas como as dos bagaudas e dos circunceliões me parecem ser um objeto de estudo particularmente revelador das tensões sociais que resultam nessas revoltas. Tensões que podem ser observadas de inúmeros pontos de vista diferentes e também acompanhadas de inúmeras hipóteses explicativas para suas razões e motivações: políticas, religiosas e econômicas. Uma excelente ilustração dessa miríade de possibilidades está nos dois conjuntos historiográficos produzidos a respeito das revoltas aqui estudadas.

No meio dessa diversidade de olhares, uma avaliação mesmo que superficial da documentação textual deixa pouco espaço para dúvidas sobre a centralidade da dimensão das classes sociais e das lutas de classes para uma compreensão de ambos os grupos, o que acredito demonstrar no capítulo referente às origens sociais dos revoltosos: os textos sobre circunceliões e bagaudas expressam a ação de grupos oriundos de classes subalternas. Isso que estou chamando de esquecimento é parte inerente da produção de vestígios no passado e da produção historiográfica no presente e, portanto, responde ao posicionamento ideológico dos autores antigos e modernos que querem obscurecer ou mesmo ignorar os conflitos com membros de classes subalternas.

No entanto, não me parece que a produção desse esquecimento seja tão homogênea como E. A. Thompson dava a entender em seu artigo sobre os bagaudas. Diferentes autores que utilizaram diferentes estruturas formais literárias, interagindo com diferentes contextos políticos e se utilizando de diferentes recursos retóricos, permitiram menções diferenciadas dos dois movimentos insurgentes nas suas várias manifestações textuais. Portanto, investigar essa história não é apenas uma busca por uma história secreta, lida apenas nas metáforas e alegorias, daquilo que ocorreu, mas do que foi escondido. É também uma investigação da

documentação que muitas vezes insinua e, algumas vezes, apresenta claramente para o olhar atento as trajetórias possíveis, mas abortadas pela força. Assim como, em outras vezes, é a mudança da perspectiva que descobre a agência das classes subalternas em eventos antes só vistos como obra das elites.⁵¹

Esse esquecimento não é pura intenção política e também não é uma ação puramente individual dos autores. Ele é parte integrante da tradição e das práticas de escrita que se atualizam na ação de um escritor. Ele é ideologia produzida coletivamente e objetivada em artefatos textuais. Por causa disso, também é necessário investigar a ação dos modelos literários como um dos espaços onde a ideologia das classes dominantes produz o esquecimento da ação das classes subalternas, mas que, adicionalmente, não se produz de forma homogênea, pois esta ideologia das classes dominantes, ela própria não é homogênea, mas composta de valores muitas vezes contraditórios e antagônicos. E são essas contradições internas que muitas vezes permitem encontrar a voz dos subalternos.

⁵¹ Isso fica bem claro na prática investigativa de Thompson e de Ginzburg, cf. (Thompson, 1997), (Thompson, 1998) e (Ginzburg, 1998).

III. Os *Topoi* Literários da Reversão de Linhas de Autoridade, a Inversão da Ordem Social e Era de Ouro nas descrições das revoltas rurais da Antiguidade Tardia

A principal preocupação deste capítulo é apresentar uma reflexão a respeito de elementos constitutivos dos textos sobre bagaudas e circunceliões. Essa reflexão poderia ser justificada em termos puramente metodológicos, defendendo uma maior compreensão da relação entre as estruturas formais e o conteúdo textual em lugar de uma leitura tradicional que se atém apenas ao conteúdo como um retrato imediato do passado (ou, que entende qualquer formalização como negadora de referencialidade do documento literário). Mas acredito que a melhor contribuição que eu possa dar a esse debate seja por meio de uma investigação histórica substancial, em lugar de uma discussão puramente teórica.⁵² Por isso, prefiro justificar esta reflexão a partir dos próprios problemas historiográficos em torno da compreensão de bagaudas e circunceliões, isto é, dos desencontros oriundos das diferentes interpretações desses grupos revoltosos e de como a investigação desses elementos textuais é um dos planos de comparação dos dois grupos de revoltosos que mencionei no primeiro capítulo.

Como penso ter demonstrado no primeiro capítulo, nas duas últimas décadas, ganhou força uma interpretação que entende estas revoltas (em maior grau para os bagaudas e em menor grau para os circunceliões) como instrumentos de uma ascensão do poder militar e social de grandes proprietários regionais no período da Antiguidade Tardia. De forma que hoje é possível reconhecer que há duas interpretações com bastante força e que não dialogam entre si: a rebelião de baixo e a rebelião patronal.⁵³

⁵² Do ponto de vista teórico, acredito que seja suficiente o tratamento da problemática desenvolvido por Carlo Ginzburg em *O fio e os rastros* (Ginzburg, 2007), onde ele argumenta que a forma literária não nega referencialidade, embora atue como uma importante mediação que deve ser levada em consideração. Para uma colocação menos polêmica da discussão, cf. (Burke, 1992).

⁵³ Por exemplo: no que diz respeito aos bagaudas, enquanto Peter Heather escolhe a segunda interpretação (Heather, 2006 pp. 282-283, n.54), Chris Wickham prefere a primeira (Wickham, 2005 pp. 529-533) e Brian Ward-Perkins demonstra dificuldade em decidir entre as duas interpretações (Ward-Perkins, 2005 pp. 45-46, 54).

Entendo que as interpretações dos bagaudas e dos circunceliões como rebeliões patronais tende a menosprezar a complexidade discursiva dos documentos que falam das revoltas, uma vez que transformam um de seus elementos com sentido bem vago, no caso o termo *latrones*, no fator central de sentido das descrições dos agentes dessas revoltas. E, por causa da força dessa interpretação patronal, é necessário lidar primeiramente com ela e, por meio da análise dela, estabelecer os elementos para uma compreensão comparativa da documentação sobre as revoltas.

Para isso, em primeiro lugar, apresento essa interpretação patrimonialista das revoltas da Antiguidade Tardia e como ela se baseia na redução dessas ao banditismo e, daí, os problemas decorrentes desta redução unívoca ao banditismo. Em um segundo momento, busco reconstruir as tradições textuais que fornecem os outros elementos presentes nas descrições das revoltas em acréscimo aos sinais de banditismo: o mundo invertido e a igualdade saturnálica que seriam criados pelos revoltosos. Denominei esses elementos respectivamente de *Topoi Literários de Reversão de Linhas de Autoridade*, de *Inversão Social* e da *Era de Ouro*. Para delinear tais tradições, apresento os setores da literatura e da sociedade romana que reproduziram esses elementos, como os mitos de Saturno, as referências às festas Saturnálias, a Comédia latina e as descrições de revoltas de escravos. Por fim, discuto o papel que esses *topoi* podem ter, atuando como códigos na legitimação discursiva da Ordem romana, ao mesmo tempo em que permitiriam ao investigador moderno entrever representações específicas de levantes subalternos na documentação sobre as revoltas na Gália e na África.

1. *Bagaudas, Bandidos e Usurpadores*

A interpretação dos bagaudas e dos circunceliões como ações promovidas sob as ordens de grandes proprietários busca explicar esses revoltosos dentro de um paradigma das sociedades mediterrânicas como sociedades de patronagem. O autor que se tornou referência para essa interpretação dos bagaudas é Raymond Van Dam, mas C. R. Whittaker também a propôs para os circunceliões (assim somando uma patronagem social a outra, já anteriormente desenhada na

historiografia: uma espécie de patronagem religiosa dos bispos donatistas sobre circunceliões).

Para defender que bagaudas sejam movimentos controlados por cima, Van Dam sustenta sua interpretação em dois pontos: em primeiro lugar, na pressuposição da existência de redes patrimonialistas de longa duração na Gália; em segundo lugar, na redução de todos os múltiplos sentidos possivelmente associáveis aos bagaudas pelas descrições nos documentos a um único termo: *latrones* (Van Dam, 1985 pp. 25-58). Assim, para Van Dam, é possível ver na Gália uma mesma formação social de longa duração cuja principal característica seriam as redes de patronagem, existentes desde a era do Bronze até o Feudalismo. Nesta perspectiva, a “Civilização Romana” é interpretada como um “verniz” e, ao mesmo passo, Van Dam recusa o que chama de “modelo de conflito”, pois este não daria conta das continuidades da sociedade gaulesa. Contudo, o “modelo de conflito” que ele pensa não ter poder explicativo restringe-se apenas aos conflitos oriundos de exploração do trabalho camponês e internos à sociedade. Pois ele delineia uma visão de sociedade gaulesa local muito bem amarrada pelos laços de patronagem, inexplicável do ponto de vista dos conflitos de classe, mas que apresenta conflitos contra o poder Imperial central:

Outra perspectiva sobre a transformação da Gália da Antiguidade Tardia enfatiza, por sua vez, como nós vimos, as continuidades que ligam a sociedade romana com a sociedade medieval. Essa perspectiva de continuidade deve muito a Marc Bloch, que argumentou em sua história rural da França que os lordes medievais tinham como predecessores os senhores das *villas* galo-romanas ou até mesmo os líderes de aldeias da Gália antiga. Em tal modelo de continuidade estrutural, a organização básica da sociedade, as relações de autoridade e dependência entre os homens e a relação entre os homens e a terra e os meios de produção permanece essencialmente imune à imposição de mudanças oriundas da administração no andar de cima da sociedade. Mas, como Bloch também enfatizava, essa perspectiva de continuidade não negava modificações na composição e na ideologia das elites dominantes causadas pela presença das cortes imperiais, a ascensão do cristianismo ou o assentamento das tribos bárbaras. (...) pessoas usualmente pediam assistência dos homens de autoridade local, que

poderiam, por sua vez, tomar termos emprestados do léxico da autoridade imperial. Nesse sentido, as bagaudas representavam não um movimento revolucionário, mas um movimento social reformista, uma vez que seus objetivos também podem ser vistos como a imposição de maiores, e não menores, ligações de dependência e, como um retorno às ligações tradicionais de dependência que, por mais opressivas que possam parecer para nós, ainda garantiriam segurança e assistência (Van Dam, 1985 pp. 26-27).⁵⁴

Van Dam defende um modelo teórico de interpretação no qual a investigação das motivações e demandas imediatas dos camponeses e habitantes das zonas rurais exclui opções políticas alternativas à sua visão de patronagem de longa duração. E assim, apresenta as relações de dependência e a sólida coesão social da sociedade na Gália como a única perspectiva possível para esses habitantes. O que permite Van Dam articular as relações de dependência de longa duração e as demandas dos camponeses da Gália é sua definição dos bagaudas como um movimento reformista, o que ele constrói a partir das ideias sobre banditismo social de Eric Hobsbawm. Hobsbawm, por sua vez, identificou a imagem do banditismo “nobre” com os anseios de justiça social de regiões rurais e na proposição de que certos bandidos seriam agentes de protestos sociais primitivos (Hobsbawm, 2010 [1972]). A interpretação do banditismo feita por Hobsbawm casa perfeitamente com o modelo atemporal de relações de dependência de Van Dam, uma vez que outro ponto de apoio de sua ideia de que os bagaudas são grupos comandados por autoridades locais está no uso do termo *latrones*, bandidos, para defini-los nos documentos.

⁵⁴ Another perspective on the transformation of late antique Gaul stresses instead, as we have seen, the continuities that link Roman Society with medieval society. This perspective of continuity owes much to Marc Bloch, who argued in his history of rural France that medieval lords had as predecessors the masters of Gallo-Roman villas and even the village chieftains of ancient Gaul. In Such a model of structural continuity, the basic organization of society, the relationships of authority and dependence between men, and the relationship of men to the land and the means of production remain essentially immune from the imposition of changes in the upper-level administration. But as Bloch also emphasized, this perspective of continuity does not deny modifications in the composition and ideology of the dominant elites due to the presence of imperial courts, the rise of Christianity, or the settlement of barbarian tribes. (...) people often appealed for assistance from men of local authority, who might in turn borrow from the lexicon of imperial authority. In this sense the Bagaudae represented not a revolutionary but rather a reformist social movement, since their aim can also be seen as the imposition of greater, not lesser, ties of social dependence, and as a return to traditional ties of dependence that, however oppressive they may seem to us, still guaranteed security and assistance.

As referências a bandidos, portanto, nos permitem vislumbrar aspectos de liderança que eram frequentemente limitados pela perspectiva unilateral⁵⁵ de nossas fontes literárias. Embora escritores possam ter descrito as atividades de bandidos apenas porque elas ofendiam suas sensibilidades sobre o funcionamento adequado da administração central, historiadores modernos deveriam aproveitar a oportunidade para investigar as funções dos líderes com autoridade local. Em particular, bandidos sociais e seus apoiadores eram usualmente apenas versões extremas de líderes mais locais e seus dependentes, atípicos em sua composição social, métodos e objetivos, mas característicos em seus papéis e necessidades. Admitidamente, poucas pessoas eram tão distantes da sociedade *mainstream* do que os pastores e os soldados desertores; mas muitos habitantes da Gália eram culturalmente e socialmente desprivilegiados e a maioria, incluindo as elites locais, era geograficamente isolada da corte imperial. Similarmente, uns poucos líderes locais agiam como foras da lei armados. Mas, uma vez que líderes tais como os proprietários locais de terras desempenhavam papéis similares aos dos bandidos sociais, as atividades publicadas de bandidos podem nos lembrar de muitos aristocratas locais que nunca serviram nas burocracias administrativa ou militar, nem apareceram nos documentos literários sobreviventes, mas que proveram segurança e justiça pra sua clientela. (Van Dam, 1985 p. 19)⁵⁶

Como se pode ver, na interpretação de Raymond Van Dam, a visão do Centro imperial traduz como bandido qualquer ameaça a seu controle administrativo, e por

⁵⁵Para Van Dam, a perspectiva é unilateral só porque representa a visão do Centro imperial.

⁵⁶References to bandits, therefore, allow us to glimpse aspects of local leadership that were usually limited by the one-sided perspective of our literary sources. Although ancient writers may have described the activities of bandits only because they offended their sensibilities about the proper workings of the central administration, modern historians ought to seize the opportunity to investigate the functions of leaders with local authority. In particular, social bandits and their supporters were often only extreme versions of more conventional local leaders and their dependents, atypical in their social composition, methods and aims, but characteristic in their roles and needs. Admittedly, few people were as remote from mainstream society as shepherds or deserters; but many inhabitants of Gaul were culturally and socially depressed, and most, including local elites, had been geographically isolated from imperial court. Similarly, few local leaders acted as strong-arm out-laws. But because leaders such as local landowners played roles similar to those of social bandits, the publicized activities of bandits can remind us of the many local aristocrats who neither served in the administrative or military bureaucracies nor appeared in the extant literary sources, but did provide security and justice for their clientele.

isso, Van Dam se permite seguir a seguinte lógica: se um bandido é chamado de bandido, se um proprietário de terras local com sua milícia de clientes é chamado de bandido, se uma revolta de camponeses é chamada de ação de bandidos e se um usurpador é chamado de bandido, *logo* uma revolta de camponeses é uma milícia local sob o comando de um proprietário de terras patrono de todos eles, *já que* o Centro imperial usa o termo bandido para se referir a todos eles. Duas coisas me incomodam profundamente nessa interpretação: são pouquíssimos os textos que definem os bagaudas como “bandidos”, e estes textos usam o termo “bandidos”, mas também usam outros, bem menos vagos.

Quando se observa apenas os primeiros documentos sobre os bagaudas, produzidos no século IV por Aurélio Vítor e Eutrópio, a identificação de bagaudas com *latrones* e com usurpadores é verossímil. No entanto, esse argumento fica inverossímil se aplicado aos textos do século V, ou aos panegíricos do século III. Por isso, quando Van Dam aplica essa interpretação que reduz bagaudas a bandidos em todos os documentos relativos aos bagaudas, ele constrói uma interpretação inaplicável ao todo da documentação (Van Dam, 1985 pp. 37-56). Para resolver essa dificuldade, sua solução é dizer que, em parte dos documentos do século V sobre bagaudas, há uma crítica cifrada contra bárbaros, baseada fundamentalmente em uma leitura bem particular de *De Gubernatione Dei*.

A aplicação dessa interpretação aos circunceliões é sucintamente apresentada por Richard Whittaker seguindo as ideias de Van Dam:

A lição a ser aprendida dos bagaudas e dos circunceliões africanos não é que eles eram um proletariado rural ou um movimento nacionalista, mas que eles permaneceram ainda como bandos de apoiadores organizados sob a liderança de líderes locais, que também parecem ser principalmente proprietários locais de terras. A mudança real aconteceu em sua relação política com a autoridade romana, não em sua relação econômica com a terra. Em lugar de traçar a ascensão e a queda do campesinato livre sob o Império Romano, parece mais econômico supor que a maioria das províncias rurais manteve o que Peter Brown disse recentemente da Síria: “uma

relação básica de não transformação”. (Whittaker, 1993[1980] pp. 91-92)⁵⁷

Embora nesse artigo Whittaker tenha apenas ensaiado e sugerido tal ideia, posteriormente ele usou este modelo para o Império Romano como um todo – inclusive com comparações à China do século XIX (Whittaker, 1995). Nesse artigo Whittaker emprega uma argumentação baseada na redução de todos os termos ao vago *latrones* de forma muito similar à argumentação de Van Dam (Whittaker, 1995 p. 288).

Penso que, mais que o pressuposto de uma sociedade local com relações de longa duração, o elemento metodológico chave dessa explicação patrimonialista esteja na subsunção de todos os fenômenos sociais marginais, sejam as revoltas, sejam as ações dos bárbaros, seja a ação de usurpadores ao termo “bandidos” e, a partir disso, a licença assumida de intercambiar uns pelos outros. Assim, tudo que aparece sob a condição de liminaridade aos olhos dos produtores de textos romanos (que supostamente apresentam a visão do Centro imperial) é entendido pelo uso do termo-código *latrones* e é transformado em bandidagem. E quando o termo bandidagem é assumido como sinônimo de “marginal”, a partir disso, com a “sociedade de patronagem” pressuposta, tanto os bárbaros quanto as revoltas de camponeses, assim como os próprios bandidos, podem ser transformados em apoio a movimentos de usurpadores ou milícias de Senhores da Guerra de Whittaker (Whittaker, 1995).

Proponho duas questões com relação a isso: em primeiro lugar, essa tamanha vagueza do termo *latrones* se sustenta? E, em segundo lugar, mesmo que se sustente, isso significa que ele pode funcionar como uma moeda de troca entre todos os outros termos usados na documentação sobre estes diferentes fenômenos (revoltas, bandidagem, senhores da guerra, usurpadores), ou os outros termos possuem um pouco mais de espinha dorsal, isto é, um campo semântico um pouco mais definido do que ele?

⁵⁷ The lesson to be drawn from the Bagaudae and the African Circumcellions is not that they were a rural proletariat or a nationalist movement, but that they remained still as bands of retainers organized under local leaders, who also appear to be mainly local landowners. The real change was in their political relationship to Roman authority not in their economic relationship to the land. Rather than trace a rise and fall of the free peasantry under the Roman empire, it seems more economical to suppose that the majority of rural provinces maintained, what Peter Brown says recently of Syria, “a basic and unchanging relationship”.

2. A tópica dos latrones: banditismo e seu campo semântico

O termo latino mais comum para se referir a bandidos é *latrones*, que tem como correspondente o termo grego *lestes*. Há outros, mas esses parecem ser os mais utilizados, como se pode ver nos estudos de inúmeros autores (Shaw, 1984), (MacMullen, 1992 [1966]), (Van Dam, 1985), (Whittaker, 1995), (Lenski, 1999). Estes termos geralmente estão presentes em textos antigos que se referem à presença de bandos de homens armados e que fazem coisas fora da lei, seja a lei da cidade, seja a lei do Império. Esses termos podem ser encontrados em textos sobre inúmeras situações, como usurpações, rebeliões camponesas, deserção, etc. E essa presença terminológica é o que permite que os autores acima mencionados façam o intercâmbio entre diferentes fenômenos sociais.

Por isso é importante verificar os contornos dos fenômenos sociais e a adequação dos termos associados a eles. A primeira questão a ser verificada é se de fato o banditismo antigo e (assim como os termos antigos a ele associados) é um fenômeno social de contornos tão vagos, de forma que possa servir de sinônimo para outros fenômenos sociais considerados marginais à Ordem romana. Há certa verdade nisso, mas, como se verá, não é possível defender a plena identificação dos vários fenômenos. A primeira resposta que se pode dar a essa questão é que a maneira como o banditismo é expresso nos textos antigos guarda homologias com a expressão de outros grupos fora da lei. Assim, o fenômeno do banditismo na Antiguidade possuiria, de acordo com as representações na documentação, características que seriam compartilhadas por outros fenômenos vistos como marginais pelos defensores da Ordem romana.

É exatamente essa a perspectiva de Ramsay MacMullen em seu estudo *Enemies of the Roman Order*. No capítulo sugestivamente chamado de *Outsiders*, ele analisa os diferentes grupos que contestavam por meio da violência a Ordem romana: os grupos de bandidos no interior, desertores, as pessoas pressionadas à margem da lei por causa das invasões, circunceliões e bagaudas, fanáticos, hereges, monges. Banditismo para MacMullen é quase um sinônimo de foras da lei e por isso funciona como uma categoria geral para todo tipo de grupo desordeiro:

Membros de tribos, fugitivos de saques dos bárbaros ou da pobreza; e, por fim, heréticos e fanáticos: nossa lista dos desenraizados é

completa. Explicar de onde todos eles vieram seria explicar o desmontar do Império, ao qual, quando este ainda se mantinha firme, aqueles vários elementos tinham de alguma forma sido incorporados. Que eles constituíram uma fonte séria de perigo, estava claro para os oficiais responsáveis pela segurança do Estado. Cada categoria de homens era posta sob uma pena específica. Membros de tribos deveriam permanecer nos lugares aos quais pertenciam; soldados ausentes sem licença deveriam retornar às tropas; mendigos e homens errantes poderiam ser capturados e escravizados por qualquer um que pudesse pegá-los; e no que diz respeito aos hereges, eles receberam os cumprimentos de mais de cem leis no Código Teodosiano, declarando ilegais as suas crenças, seus encontros, proselitismo, a posse de propriedades e até mesmo sua própria existência. (MacMullen, 1992 [1966] pp. 209-210)⁵⁸

E na descrição feita por MacMullen, esse processo gerador de grupos desordeiros deriva principalmente da incapacidade do Estado romano e do seu grupo dirigente em conseguir lidar, nos períodos de crise, com as diferentes demandas dos variados setores sob seu domínio.

A partir das muitas leis contra esses vários grupos desenraizados, seguiu-se um efeito inesperado: eles tornaram-se *foras da lei*. Os governantes romanos deveriam ter sido mais cuidadosos em manter os seus súditos dentro da lei, evitando decisões e pronunciamentos que não podiam ser executados, que iam contra o comportamento adquirido ou que alienavam uma parte muito grande da população. Tal autodomínio estava fora do alcance dos imperadores. Perplexos por condições complexas demais para o seu entendimento, eles ofereceram uma resposta para qualquer mal: legislação. E conseguiram apenas empurrar milhares para as fileiras de seus inimigos. É certo que, em todos os casos, o respeito pela lei cedeu lentamente espaço para todo tipo de corrupção e reclamações sobre

⁵⁸ Tribesmen, deserters, fugitives from barbarian raids or from poverty; now heretics and fanatics: our list of the unrooted is complete. To explain where they all came from would be to explain the crumbling of the empire, in which, when it still stood firm, these various elements had somehow been incorporated. That they constituted a source of serious danger was clear to the officials responsible for the security of the state. Each category of men was laid under a specific ban. Tribes were to stay where they belonged; soldiers absent without leave must return to the ranks; beggars and wanderers might be seized and enslaved by anyone who could catch them; and as for heretics, they received the particular compliment of over a hundred laws in the Theodosian Code, declaring illegal their beliefs, meetings, proselytizing, ownership of propriety, and very existence.

os instrumentos de governo e ineficiência, enquanto ao mesmo tempo as injustiças que tornavam homens em criminosos ficaram mais severas. (MacMullen, 1992 [1966] pp. 210-211)⁵⁹

Assim, a categoria banditismo parece ser tão geral para ele porque é uma categoria legal, feita e formalizada pelo Estado, e incapaz de dar conta da realidade. E a única real utilidade dessa categoria legal e das práticas repressivas a ela associadas era a de reconhecer a força dos fora da lei e a impossibilidade, ou falta de vontade, de integrar o grosso da população no território do Império à Civilização Romana.

Ao declará-los inimigos ou foras da lei, o governo formalizou verbalmente o simples desejo de que eles fossem todos embora, comportassem-se ou morressem. Não havia nenhuma possibilidade disso acontecer. A necessidade de uma legislação apenas reconhecia o quão vigorosos eles tinham se tornado, e seu vigor se manteve incessante, transformando, no final das contas, o mundo do qual os *insiders* – os membros dirigentes ou aquiescentes da civilização dominante – tentaram excluí-los. Esse é todo o propósito do presente capítulo: tomar a história das instituições hostis externas à Ordem romana tão logo elas pudessem ser discernidas separadamente, e seguir adiante em suas relações com essa Ordem. (MacMullen, 1992 [1966] p. 216)⁶⁰

Mas o uso dessa categoria tão geral não impede que MacMullen discrimine as especificidades de cada um dos movimentos. Assim, para ele, as revoltas dos circunceliões são mais bem explicadas como ações de donatistas radicais. Já os bagaudas são explicados de maneira muito similar à de Van Dam: como

⁵⁹ From the many laws against these several unrooted groups, an unlooked-for effect followed: they made *outlaws*. Roman rulers should have been careful to keep their subjects *within* the law by withholding decisions and pronouncements that could not be enforced, that ran counter to received behavior or alienated too large a part of the population. Such self-restraint was beyond the emperors. Bewildered by conditions too complex for their understanding, they offered one response to every ill: legislation. They succeeded only in driving more thousands into the ranks of their enemies. Certain it is, in any case, that respect for law slowly gave way to every kind of corruption and complaint about the government's instruments and inefficiency, while at the same time the injustices that turned men into criminals grew more severe

⁶⁰ By declaring them enemies or outlaws, the government put into formal words the simple wish that they would all go away, behave themselves, or die. No chance of that. The need for legislation only acknowledged how vigorous they had become, and their vigor continued unabated, ultimately transforming the world from which the insiders – the acquiescent or directing members of the dominant civilization – tried to exclude them. That is the whole point of the present chapter: to pick up the history of hostile institutions outside the Roman order as soon as it can be separately discerned, and to follow it further in its relations with that order.

camponeses locais defensores da própria Ordem romana, sob as ordens de poderosos locais, que é como ele entende a menção em Aurélio Vítor e Eutrópio aos líderes Amandus e Aeliano, principalmente porque MacMullen aceita como verídica a cunhagem de moedas em nome de Aeliano. Tais moedas já foram demonstradas serem uma falsificação moderna (Sánchez León, 1996 pp. 58 n.41; 149-150).

Por outro lado, mesmo que MacMullen ao olhar para bagaudas e circunceliões veja neles grupos violentos que respondem de alguma maneira a poderosos regionais (donatistas e potentados gauleses), sua postura antiteórica impede que ele os dissolva dentro da categoria “bandidos”, de forma que, na descrição de MacMullen, aparecem as ações desses revoltosos contra exploração, mas ele as enquadra dentro de uma oposição mais geral de todos contra o Estado romano, representante maior dessa ordem. De modo que, para fazer isso, os circunceliões acabam sendo definidos por ele mais em termos de extremismo religioso enquanto os bagaudas podem ser explicados pela necessidade de manter a Ordem romana onde o Estado romano não mais podia ou queria manter.

O quadro geral que MacMullen descreve termina sendo muito parecido com o de Van Dam, mas a perspectiva de onde partem é bem diferente. MacMullen olha a partir do centro, Van Dam olha da periferia, isto é, olha a partir da ideia de uma sociedade gaulesa, o que, antes do século V, é descabido para MacMullen, pois a sociedade galo-romana apresentar uma identidade regional em termos de herança gaulesa ou celta teria sido um fenômeno novo para MacMullen (MacMullen, 1965). Mas a semelhança no quadro geral, por sua vez, pode ser explicada, novamente, pelo uso da categoria banditismo. Ambos entendem o banditismo antigo como expressão, no governo central, de uma aliança entre poderosos locais com a população local, desdobramento ilegal de relações de patronagem existentes em toda a história romana.

Isso corresponde à ascensão nos anos 1960 dos estudos sobre banditismo e à maneira como foram inspirados pela obra de Hobsbawm. Essa maneira estabelece uma associação entre o comportamento fora da lei de certos bandidos e a demanda entre os pobres do campo por uma figura que desafie o Estado ou que enfrente grandes proprietários locais, ambos opressores do campesinato. Para Hobsbawm, a distinção entre o bandido comum e o bandido social está na opinião pública, na

visão dos pobres que o apoiam porque veem⁶¹ nele um herói. Assim, o apoio popular a certos bandidos e suas ações de reciprocidades aos apoiadores, seja como proteção contra a violência do Estado ou contra os grandes proprietários, seja na assistência a partir de seus ganhos, seriam uma expressão de conflito de classes. Para Hobsbawm, o bandido social é um patrono nas margens da sociedade (Hobsbawm, 2010 [1972]). Tanto Van Dam quanto MacMullen (que não parece dialogar diretamente com Hobsbawm) recusam a dimensão da associação dos bandidos com os pobres como expressão de luta de classes, mas ambos mantêm a lógica geral do banditismo como uma forma de patronagem.

E. A. Thompson, em seu artigo sobre os bagaudas (Thompson, 1952), já estabelecera uma interpretação desses rebeldes próxima da visão de banditismo social de Hobsbawm. Por isso, ao definir os bagaudas como um tipo de revolta de camponeses e escravos que teria sido assim denominada a partir do século III, tentou encontrar seus antecessores na história do Império Romano. Estes antecessores estariam nas ações do grupo de Maternus, na época de Cômodo, e do bando de Bulla Félix, na época de Sétimo Severo. Assim, Thompson, para escrever a “pré-história” dos bagaudas, foi em busca de movimentos de deserção/sedição militar/de bandidagem. Segundo ele, as ações de desafio ao poder imperial apresentadas nas narrativas sobre esses dois notórios bandidos são de teor quase anedótico. Thompson considera que esses relatos pressupõem, mas não apresentam a questão social dos apoiadores pobres plenamente desenvolvida – ainda menos no relato sobre Bulla Félix, “um simples ladrão, um Robin caseiro”, do que no relato sobre Maternus. Mas quando Thompson os coloca como precursores dos bagaudas, cria-se a impressão de uma progressão do banditismo à revolta de classe (Thompson, 1952 p. 15). Tendo como base a interpretação de Brent Shaw do banditismo no Império Romano, não acredito, porém, que tal progressão seja sustentável, e que o resultado da proposta de Thompson seja apenas uma sobreposição de diferentes ações de oposição à ordem.

O artigo de Brent D. Shaw, *Bandits in the Roman Empire* (Shaw, 1984), apresenta as melhores formulação e delineação do problema e dos elementos

⁶¹A maior parte das críticas à visão de banditismo social de Eric Hobsbawm, incluindo a de Brent Shaw, concentra-se exatamente na insuficiência de sua tentativa de partir de uma idealização popular do bandido herói para a realidade do bandido como herói cf. (Shaw, 1984 pp. 4-5, n. 6,7).

fundamentais do banditismo no Império Romano.⁶² A discussão sobre o banditismo serve para Shaw como instrumento de compreensão do lugar da violência na sociedade romana, delineando a relação entre os agentes individuais e grupos usuários de violência, de um lado, e o Estado romano, de outro.

A primeira distinção que Shaw faz é que o termo geral para banditismo, *latrocinium*, é usado principalmente para diferenciar a ação violenta do poder imperial, contra foras da lei dentro de sua área de intervenção, da ação violenta do poder imperial empregada numa guerra contra outro povo. Segundo Shaw, esse termo pode ser usado nos textos antigos para se referir a vários fenômenos diferentes: saques, duelos, levantes locais, crimes urbanos, pirataria, conflitos em larga escala, como a ação de usurpadores, e, por fim, banditismo rural. Tendo isso como base, Shaw passa a demonstrar como o banditismo estabelece os limites internos do poder imperial.

Para melhor delinear essa relação de estabelecimento de limites do poder, Shaw apresenta uma sintética descrição da evolução dos termos *lestes* e *latro*. Ambos partem de um sentido original associado ao homem que emprega violência por dinheiro. Ambos os termos originalmente representavam o fenômeno do militar pago, o mercenário. Mas o uso desse termo foi diferenciado no contexto do desenvolvimento do Estado romano. Este buscou um maior controle da violência legítima e, além disso, esse controle se dava em um território mais amplo (em comparação às pólis gregas). O uso do termo *latro* passou por um ponto de inflexão com a profissionalização do exército: a diferença deixou de ser entre soldado-cidadão (*miles*) e soldado mercenário (*latro*), já que passaram a ser a mesma coisa. *Miles* passou a se referir aos soldados imperiais e o termo *latro* passou definitivamente a se referir aos usuários de violência fora da legalidade (Shaw, 1984 pp. 24-29).

Esse exame terminológico é um dos elementos a partir dos quais Shaw desenvolve a ideia de que o banditismo seja uma espécie de contraponto do Estado, como aquilo que preenche os espaços sociais deixados pelas disjunções que existem no controle estatal romano sobre o território nominalmente dominado. E para ele haveria duas disjunções: a fraca, que é a integração apenas parcial das elites proprietárias de terra e suas redes econômicas (isto é, fraca quando

⁶²Noel Lenski tem a mesma opinião: Lenski, 1999, p.439, n.139.

comparada a uma integração moderna); e a forte, a separação entre a realidade central-estatal e a realidade local. Em ambos os casos, o banditismo se desenvolve nos espaços onde o Estado romano não é capaz de garantir o controle (Shaw, 1984 pp. 30-31).

Assim, observando os limites impostos por aquelas duas disjunções, Shaw relaciona a liberdade de movimento de pastores com a sua associação ao bandido nos textos antigos. Segundo a mesma lógica, o roubo de gado lhe aparece como atividade característica do banditismo (Shaw, 1984 pp. 32-33). Há também a associação com os poderosos ou com os camponeses ou pobres locais, ou como ele define “a posição ambígua dos bandidos entre a comunidade local, por um lado, e o Estado central, pelo outro” (Shaw, 1984 p. 36). Estes seriam dois tipos diferentes de apoio para a ação do banditismo, sempre presentes, mas nem sempre coincidentes:

Hoje já é bem aceita a observação de que bandidos que operam seja em larga escala seja por extensos períodos de tempo devem ter uma ou duas bases de suporte fora de sua gangue: suporte comunal local ou a cobertura de um poderoso (preferencialmente este último). Se o suporte popular é a base, então, o raio operacional da gangue de bandidos fica restrito à região na qual os bandidos são conhecidos e onde eles conhecem o terreno e as pessoas. Na maior parte dos casos modernos e antigos, nos quais os bandidos foram perseguidos com sucesso, uma das maiores causas de seu infortúnio é o abandono da base regional de operações, por escolha ou compulsão. (Shaw, 1984 pp. 36-37)⁶³

Mas pelas mesmas razões que os aproximavam do banditismo, essas duas formas de apoio com diferentes níveis de riqueza e estatuto social também acabariam por ser, no longo prazo, o destino final dos bandidos, além da morte violenta, claro: o retorno à comunidade ou o trabalho como soldado privado para algum grande proprietário local. O destino mais comum era o último (Shaw, 1984 p.

⁶³ It is now an accepted observation that bandits who operate either on a large scale or for an extended period of time must have one of two bases of support outside their gang: either local communal support or the covert support of the powerful (preferably the later). If popular support is the base, then the the operational radius of the bandit gang is restricted to the local region where bandits are known, and where they know the terrain and the people. In most ancient and modern cases where bandits as successfully hunted down, one of the major causes of their final demise is the abandonment of a regional base, either by choice or by compulsion.

38). Essa relação de acobertamento do bandido pelos habitantes de várias regiões está presente em vários relatos, mas também nas muitas leis redigidas contra o banditismo, que, por sua vez, expressavam a incapacidade efetiva do poder do Estado em atuar nos seus interstícios. O que me parece importante nesse ponto da discussão de Shaw é que, para ele, há entre habitantes locais e bandidos aproximações e semelhanças derivadas da ação nos interstícios do Império, mas não há identidade entre um grupo e outro. Há no máximo, por um lado, proteção e patrocínio dos pobres rurais pelos bandidos e, por outro, um crescimento do poder do potentado local a partir de grupos de foras da lei.

Mas há outra sobreposição de grupos fora da ordem que, novamente, Shaw define com muito mais precisão do que os outros autores. É a sobreposição do bandido e do soldado que é criada pelas situações de guerra civil ou por usurpadores. E o ponto central dessas situações para Shaw é o que ele denomina “padrão que sugere um fluxo e refluxo do poder estatalmente definido”. Esse fluxo e refluxo criava, ao mesmo tempo em que um centro estatal estava se definindo politicamente, grupos de bandidos a partir dos opositores a este Estado. Isto é, a guerra civil, algo que colocava em questão quem eram os *legítimos* detentores do poder estatal, sempre resultava em processos de indefinição do Estado, o que, ao cabo do conflito, às vezes poderia resultar numa completa reversão de quem era o soldado imperial e quem era o “bandido” (Shaw, 1984 p. 34). Um dos exemplos mais interessantes que Shaw apresenta é o de Maximinus, um bandido que se tornou imperador no meio do século III: “em outras circunstâncias um poderoso chefe, na metade do século III ele se tornou imperador de Roma” (Shaw, 1984 p. 36).⁶⁴

Dentro da mesma lógica de reversão das fronteiras entre a violência legal e ilegal, Shaw também chama a atenção para a política (tanto ideal, quanto prática) de reabsorver e reintegrar nas forças do estado indivíduos que faziam parte de grupos de bandidos (Shaw, 1984 p. 35). A maneira como Shaw analisa a sobreposição dos exércitos de usurpadores ou de exércitos derrotados numa guerra civil no espaço de atuação do banditismo permite afirmar que esses dois fenômenos são os que mais semelhanças estruturais apresentam entre si, uma vez que nas ações dos exércitos

⁶⁴Indo ao encontro dessa perspectiva, Renata Garraffoni em seu livro *Bandidos e Salteadores na Roma Antiga*, quando analisa *As Metamorfoses ou o Asno de Ouro* de Apuleio, chama atenção para como a linguagem dos bandidos nesta obra se apropria de termos militares, emulando o heroísmo ou a bravura dos soldados para ações ilegais, e é exatamente essa apropriação um dos elementos poéticos criadores do riso (Garraffoni, 2002 pp. 92-122).

derrotados se coloca diretamente em jogo a mesma questão que está por trás do banditismo: o controle da violência legítima. O bandido romano, na visão de Shaw, funciona como um concorrente do Estado imperial, e exatamente por causa disso, aparece em certas narrativas como um contramodelo do Imperador.

Daí existirem sempre ameaças inerentes ao poder legítimo a partir da base contra o topo do Estado e da sociedade romanos, uma fraqueza estrutural provocada não apenas pelos instrumentos frágeis do poder central, mas também pelos interesses conflitantes no nível da propriedade privada. O próprio processo de expansão e contração do Estado em si apenas exacerbava o problema. Nas narrativas e lendas esses conflitos de autoridade estão simbolizados como cenas de contato entre os detentores da legitimidade e aqueles que ameaçavam suas reivindicações. (Shaw, 1984 p. 43)⁶⁵

E é dentro desta ótica que Maternus e Bulla Félix aparecem no artigo de Brent Shaw. Ao empreender uma análise do que seria empírico e do que seria ficcional nas narrativas sobre esses dois bandidos, Shaw desvela o caráter anedótico delas, isto é, como elas expressam a apropriação da figura do bandido dentro da lógica do discurso da Ordem. E, dentro desse discurso, com a “natureza estrutural de um teatro ideológico” (Shaw, 1984 p. 47), a figura do bandido atua como uma distorção do imperador, como o espelho que mostra suas falhas, as quais podem levar à perda da legitimidade. Exatamente por causa do seu papel na interpretação dos bagaudas feita por E. A. Thompson, penso ser importante colocar em relevo alguns elementos dessas duas narrativas, de forma a diferenciar o discurso sobre o banditismo de outros discursos.

De acordo com a narrativa de Herodiano, Maternus é um soldado desertor que se tornou líder de um grande bando de foras da lei e que teve tanto sucesso em suas ações, que seu bando cresceu até se parecer mais com um exército de inimigos do que com meros bandidos. Passou, então, a atacar várias das grandes cidades entre a Gália e a Hispânia. Uma das características de suas ações era libertar os prisioneiros e lhes prometer liberdade não importando o seu crime.

⁶⁵ Hence there were always inherent threats to legitimate power from the bottom to the top of Roman state and society, a structural weakness provoked not only by the feeble instruments of central power, but also by conflicting interests at the level of private ownership. The very process of the expansion and contraction of the state itself only exacerbated the problem. In story and legend these conflicts of authority are symbolized as scenes of contact between the holders of legitimacy and those who threatened their claim.

Quando Cômodo reagiu ordenando que os governadores das províncias ameaçadas pelos ataques de Maternus enviassem exércitos contra ele, este se deslocou para a Itália. E Herodiano (demonstrando grande compreensão da mente criminosa) diz que lá, Maternus, por não querer morrer na obscuridade, aumentou o seu desafio à Ordem, armando um plano para assassinar o próprio imperador. Como Maternus não tinha um exército grande o suficiente para enfrentar o imperador abertamente, vencê-lo-ia por meio da inteligência. Seu plano consistiu em aproveitar a situação de que todas as pessoas se fantasiavam nas procissões da festa da Magna Mater, realizada no começo da primavera. Permitia-se qualquer fantasia, nenhum cargo era sagrado demais. Sendo esta uma ótima oportunidade para esconder sua identidade e realizar o assassinato, Maternus e seus homens entraram em Roma disfarçados de membros da guarda pretoriana. Seu plano foi, porém, descoberto porque um de seus homens o entregou, sob o argumento de que preferia viver sob um imperador de verdade do que sob um chefe bandido. E assim, Cômodo realizou as oferendas adequadas à deusa comemorando ter sobrevivido ao atentado (*Herodian*, I, 10).

Já na história de Bulla Félix, um bandido italiano, Cássio Dio apresenta um número de 600 homens para os integrantes de seu bando. Eles teriam atormentado a região por dois anos, mas como “nunca era visto quando visto, nunca encontrado quando encontrado”, sua esperteza e seus grandes subornos teriam impedido que fosse pego. Muito bem informado sobre quem saía de Roma, de acordo com Dio, ele evitava a violência desnecessária, apenas tomando parte das posses das vítimas e as liberando para irem embora; no caso de artesões, obrigava-os a trabalhar para ele, mas os deixava ir depois. Bulla Félix teria salvo dois de seus homens de serem jogados às feras se disfarçando de governador. E outra de suas ações foi ter enganado um centurião, fazendo-o acreditar que era um de seus próprios homens e que entregaria o chefe (ele mesmo). Logo que o imobilizou, pôs os trajes de um juiz, raspando a cabeça do centurião para fazê-lo parecido com um escravo e lhe disse “Leve esta mensagem aos seus mestres: alimente seus escravos para que não entrem para o banditismo”. Dio afirma então que boa parte dos homens de Félix eram libertos imperiais. O imperador Sétimo Severo, enraivecido porque, enquanto venciam por ele a guerra na Britânia, era pessoalmente derrotado por um bandido na Itália, enviou um dos seus guarda-costas com cavaleiros. Este, por meio de uma amante de Félix, conseguiu prendê-lo. A narrativa se encerra com a resposta de

Félix ao prefeito, Pappiniano, que tinha lhe perguntando por que ele se tornara um ladrão: “Por que você é um prefeito?”. Com Félix morto, seu bando acabou (Dio Cass. 57, 10).

Brent Shaw argumenta que essas duas narrativas não são muito verídicas, embora sejam verossímeis. Este tipo de consideração deriva da necessidade (em resposta às ideias de Hobsbawm) de estabelecer o que seria material ideológico nelas, e como esta dimensão ideológica, além de responder aos anseios e às percepções populares, também se ajusta às expectativas das elites. Mas, para extrair as expectativas populares presentes nessas narrativas, é necessário ver nelas uma coincidência entre as percepções populares e de elite sobre banditismo: o bandido é o oposto ao imperador (justo). Ele é o foco central de todo o poder ilegítimo da sociedade. As duas histórias correspondem a imperadores em épocas instáveis, que viviam sob o signo da tirania (Cômodo) ou da usurpação (Sétimo Severo) e por isso representam crises de legitimidade e sua resolução simbólica por meio da derrota do poder ilegítimo. Este poder ilegítimo provê uma forma espelhada de justiça, um tipo de justiça que parte da ilegitimidade e não do imperador, o foco de todo o poder legítimo. Nessa linha de raciocínio, essa forma de justiça necessariamente segue a lógica da patronagem.

Na história de Maternus, ele é o líder de uma ameaça na periferia, um exército concorrente e suficiente para saquear cidades nas províncias. E essa concorrência se explicita com sua ida à Itália para confrontar o imperador. Shaw chama atenção para o fato de que, na época correspondente a esse relato, entre os governadores que deveriam perseguir o bandido, estariam os três que disputariam o poder depois da morte de Cômodo: Pescênio Níger, que seria o governador da Aquitânia, Sétimo Severo, na época comandante da Lugdunense, e Clódio Albino, então na Bélgica. Isto sugeriria que o tema central da história seria mesmo uma moral sobre o bom governo (Shaw, 1984 p. 45). Mas o que me chama mais a atenção é que a tentativa de assassinato de Cômodo se dá em meio a uma festa. Maternus tenta se aproveitar da celebração da festa Hilária para a deusa Magna Mater. Há uma utilidade prática, de acordo com Herodiano: o costume das fantasias que permitiria que os bandidos entrassem em Roma de forma insuspeita. Contudo, há um simbolismo presente na redação do relato. Para Shaw, o clímax do relato de Maternus se passar durante a Hilária significa uma explicitação da possibilidade de

reversão das linhas de autoridade, com a mudança das identidades: o imperador pode ser o tirano e bandido, o bandido pode virar um governante genuíno. Assim, a festa da Magna Mater acabaria sendo uma instância de afirmação da autoridade do Imperador, na qual a troca lúdica de trajes e funções poderia ser interpretada como uma lembrança ritual do risco da reversão de posições daqueles que detêm o poder político (Shaw, 1984 p. 46).⁶⁶ A traição final que resulta na morte de Maternus me parece se encaixar muito bem nessa explicação do bandido como expressão de uma crise de legitimidade.

A mesma moral é encontrada por Shaw na história de Bulla Félix. E aqui a reversão da autoridade é delineada também pela prática do bandido de se disfarçar de figuras de autoridade, mas também por meio de claras metáforas sexuais: a impotência do imperador e a virilidade e capacidade de sedução do bandido, que, aliás, é pego por causa de seus feitos sexuais. Adicionalmente, há no relato de Bulla Félix ações de distribuição de justiça que permitem vê-lo como um dos bandidos sociais de Hobsbawm. Ele exerce claramente a capacidade de reversão das linhas de autoridade e se torna ele o provedor de justiça.

No caso da história do soldado com a cabeça raspada que foi enviado de volta ao imperador com a mensagem para que ele cuidasse bem de seus escravos, ou estes tornar-se-iam bandidos, poder-se-ia alegar uma preocupação com a mudança da ordem social, ou até da possibilidade da rebelião de escravos. Mas não acredito que o texto de Cássio Dio dê margem para uma leitura tão ampla. Os escravos aos quais se refere Félix, o autor logo lembra, são os libertos *imperiais*, alguns mal pagos, outros sem nada receber, que ingressaram no bando do bandido. Há uma mensagem clara sobre a ausência de justiça, mas de uma justiça que siga as próprias regras da Ordem romana e que se restringe ao destino específico dos libertos do imperador, que estaria negligenciando as relações de patronagem para com eles.

Nas palavras de Shaw, o tema dominante nas histórias é “menos o da rebelião e da oposição do que o da reforma e remodelamento da sociedade para que se adapte a um padrão ideal previamente comunicado por sua *estrutura dominante de classes*.” (Shaw, 1984 p. 49).⁶⁷ A mensagem de Félix para Sétimo

⁶⁶Sobre a Magna Mater e a Hilária, cf. (Beard, et al., 1998 pp. 43-49; 132-134).

⁶⁷The dominant theme in them (...) is less that of rebellion and opposition than of reform and

Severo também é uma mensagem de Cássio Dio para a instituição do imperador.

Minha preferência pela teoria do banditismo de Shaw, como deve ter ficado claro, é em razão da maior complexidade e clareza de seu modelo. Como estabelece exatamente qual é o coração do fenômeno do banditismo, ele permite delinear onde o banditismo romano se sobrepõe e se entrelaça com outros fenômenos sociais, também marginais.

Mostrou-se que o banditismo é gerado em circunstâncias históricas bem precisas, demandando uma estrutura política específica, o Estado e o desenvolvimento imperfeito dessa mesma estrutura. O banditismo existe apenas sob essas condições e não possui uma conexão necessária com o fenômeno das classes sociais, que precede a aparição do banditismo e também continua a existir muito tempo depois do banditismo ter desaparecido como uma forma característica de violência social. É aquele espaço particular deixado pela dominação incompleta de Estados arcaicos que permite a existência de um grupo intersticial de homens que deve ser definido em relação e em oposição ao Estado. É a disponibilidade desse espaço que permite que esses homens sejam definidos como foras da lei, ou bandidos, em distinção ao criminoso comum. (Shaw, 1984 pp. 49-50)⁶⁸

O banditismo e os termos a ele relacionados dizem diretamente respeito à capacidade da instituição detentora do poder violento legítimo, o Estado imperial, em controlar a sociedade romana. Para Shaw, se havia algum protesto social popular por trás da figura do bandido, era a própria *ideia* do bandido como um possível salvador das redes de poder existente. Mas esta ideia só é alcançável por meio da figura, também ideal, do bandido como o reverso do governante injusto e do tirano. O fenômeno social do banditismo não se confunde com esse ideal, ele corresponde

remodelling of society to fit an ideal pattern already imparted by its dominant class structure. (Grifo meu).

⁶⁸ Banditry has been shown to have been generated in very precise historical circumstances, necessitating a specific political structure, the state, and the imperfect development of the same structure. Banditry exists only in these conditions and has no necessary connection with the phenomenon of class which both precedes the appearance of banditry and continues to exist long after banditry itself has disappeared as a characteristic form of social violence. It is that peculiar space left by the incomplete domination of archaic states that allows for the existence of an interstitial group of men who must be defined in relation to, and in opposition to the state. It is the availability of this space that allows these men to be defined as outlaws, or bandits in contradistinction to common criminals.

a uma forma de Estado concorrente. Todo bando de ladrões é um Estado embrionário. A possibilidade desse novo Estado é o que pode ser expresso por esta ideia presente nas representações do banditismo, uma *reversão das linhas de autoridade*. E é nisso que se pode dizer que o banditismo se assemelha a todos os fenômenos *outsiders* listados por MacMullen. Mas isso, diferentemente do que pensa MacMullen, não acontece por causa de uma compreensão formalista e exclusivista dos detentores da civilização romana, acontece pela própria condição imperfeita do Estado romano (quando comparado a parâmetros modernos, devo acrescentar): uma instituição buscava, sem alcançar, o monopólio da violência legítima em seu território. E são diversos os grupos sociais, com objetivos diversos daqueles do banditismo, que poderiam se aproveitar das deficiências dessa busca.

3. Os topoi da rebelião de baixo e a Saturnália

O banditismo é uma categoria legal, social ou cultural que consegue absorver outras categorias de agentes fora da lei. Mas assim pode fazer porque corresponde à compreensão realizada pelos agentes da ordem, ou pelo Estado romano, de que o fator comum presente nos diferentes grupos fora da lei é a proposta de concorrência que apresentam com relação ao monopólio da violência legítima. Isso aparece expresso na ideia de *reversão das linhas de autoridade* que está presente nos relatos antigos sobre bandidos. Se a documentação sobre bagaudas e circunceliões só apresentassem esse elemento, a interpretação que os reduz a banditismo poderia ser amplamente aplicável. Mas não é o caso. Há elementos nos textos sobre esses grupos que pertencem a outras modalidades de expressão da ideia de subversão ou inversão da Ordem romana. São modalidades de expressão que aparecem usualmente junto com a *Reversão de Linhas de Autoridade*, e que pretendo denominar como as tópicas da *Inversão Social* e da *Era de Ouro*.

Embora eu separe analiticamente esses diferentes *topoi* para ressaltar as temáticas singulares que cada um carrega, suas manifestações literárias tendem a ser sobrepostas. E geralmente quando estudiosos modernos lidam com essas tópicas, tendem a expressá-la como uma coisa só, geralmente classificando todas as manifestações como expressão da *Inversão Social*, como é o caso de H. S.

Versnel (Versnell, 1994). Como cada um desses *topoi* apresenta características específicas, sua sobreposição talvez dê a impressão de um arranjo de situações inconsistentes e até contraditórias. Seguindo o mesmo Versnel, penso que as inconsistências e contradições entre essas diferentes temáticas sejam fruto da interação de diferentes perspectivas sociais sobre os mitos, rituais, literatura e história que de alguma maneira elaboram um leque amplo de temáticas: escravidão, rebelião, desigualdade, autoridade, poder político e estatuto social. Para dar conta da atuação simbólica dessas contradições, proponho identificar isoladamente cada uma das três tópicos e, a partir daí, sua interação.

Estou usando o termo *tópos* para definir estas ideias de subversão da ordem porque as observo como elementos constitutivos do texto, como matéria literária. Isto é, como parte do arsenal de conceitos e imagens que um escritor encontra disponível na literatura de sua sociedade e que, junto com outros elementos como modo narrativo, estilo, vocabulário, gênero, etc., formam a prática escrita. Permito-me chamá-los de *topoi* por causa de sua recorrência e possibilidade de tipificação de situações para a construção do texto escrito. Mas isso não quer dizer que não pense que o grau de formalismo e de referencialidade desses *topoi* não seja um problema importante para a compreensão destes textos como documentos para o historiador, ou que caia na armadilha narrativista que opõe construção do discurso à realidade. Entender a lógica de construção do texto-documento é parte necessária da sua compreensão como representação do real.

O *tópos* da Inversão Social é caracterizado à primeira vista pelo delineamento do mundo invertido. Esse mundo invertido é a imagem imediata de uma inversão mais fundamental: a inversão nas relações sociais. Nesse *tópos*, as posições ou lugares sociais são apresentados como a hierarquia invertida em relação ao ordenamento esperado pela sociedade em questão. Por lugar ou posição social entendo tanto a representação de *status* ou de ordem, no sentido usado por Moses Finley (Finley, 1999 [1975]), quanto as relações de classe no sentido marxista, como, por exemplo, na obra de Geoffrey de Ste. Croix (Ste. Croix, 1998).

A inversão social é caracterizada pela apresentação do fraco como superior ao forte e o escravo como senhor de seu senhor. Nela, o pobre desfruta das riquezas à custa do rico e os importantes são expulsos de cena enquanto os humildes organizam a *mise-en-scène*. O escravo pode se apropriar do posto do

pater familias, ou mesmo agir como um rei, sendo um escravo rei ou um escravo deus. O fundamental dessa inversão é que mudam efetivamente de lugar social as dignidades, as honras, a riqueza, a autoridade moral. Essa inversão pode aparecer associada à reversão das linhas de autoridade, o que é bem comum, mas nem sempre acontece. Ou também pode aparecer associada às ideias de anarquia ou anomia, ausência de ordem ou de leis, mas esses casos tendem a aguçar a contradição, já que a própria visão invertida exige algumas regras. Enquanto na inversão social o que se inverte são as regras do costume, da riqueza, da dignidade, na reversão das linhas de autoridade, o simbolismo fundamental reside na mudança das relações de poder, no domínio da violência. A reversão das linhas de autoridade pode aparecer sem a inversão social, como se pode ver nos relatos de bandidos, mas é mais raro a inversão social aparecer sem a reversão da autoridade.

O *tópos* da Era de Ouro, por sua vez, é caracterizado pela visão da comunidade igualitária e a não existência de diferenciações sociais. Isto é, retrata o desaparecimento de qualquer hierarquia das relações sociais, tanto as de poder, quanto as de riqueza, *status*, dignidade, etc. Nessa representação, todos são colocados na mesma posição relativa nas várias dimensões da existência social. Uma das características desse *tópos* é a visão da natureza com produtora imediata de bens culturais, a visão de um mundo de riquezas produzidas sem trabalho, por isso, sem escravos.

Esse *tópos* aparece como prelúdio ou como resultado de reversões de autoridade ou inversões sociais, uma vez que a Era de Ouro costuma ser mais apresentada como um período de anomia e de anarquia. Contraditoriamente, a Era de Ouro também é apresentada como uma realidade instituída pelo rei-deus prisioneiro-escravo, poder máximo que iguala a todos sob sua autoridade suprema. E nesse ponto, o do rei-escravo, esse *tópos* toca o outro, o da Inversão Social.

A imagem da reversão de linhas de autoridade aparece bastante na literatura sobre *latrones* e aí, quando não se manifesta isoladamente, ela parece ter predominância sobre os outros *topoi* de subversão da ordem, embora não haja manifestação significativa do *tópos* da Era de Ouro e muito pouco da Inversão Social na literatura sobre banditismo. O mais comum é a sobreposição dessa reversão com o *tópos* da Inversão Social, mas no banditismo, nunca é delineada uma inversão social plena e a reversão das linhas de autoridade usualmente se manifesta mais

como um perigo de usurpação da sociedade do jeito que está por outro homem ou bando de homens armados, isto é, a ameaça de uma ordem social concorrente, mas muito semelhante à já estabelecida.

Os relatos sobre circunceliões e bagaudas apresentam uma configuração desses *topoi* que julgo mais próxima de outros setores da tradição literária do que dos relatos sobre banditismo. E esses *topoi* estão intrinsecamente ligados a esses outros setores, como é o caso de boa parte da literatura associada ao tema da escravidão, em especial aos relatos das revoltas de escravos. Da mesma maneira, os *topoi* têm um papel estruturador do riso na Comédia latina, principalmente na obra plautina, e são também centrais para a tradição do mito de Saturno e dos rituais festivos da Saturnália.

A centralidade desses dois *topoi* para o mito de Saturno e as festas Saturnálias fica clara nos estudos de H. S. Versnel sobre o mito de Cronos e a festa de Cronia e do Mito de Saturno e a Saturnália (Versnell, 1994). Versnel propõe uma leitura das expressões desses deuses e suas festas como inerentemente contraditórias, guiado por uma problemática geral de compreensão da relação entre mito e rito como um processo bem mais amplo e variado do que os estudos feitos no século XX propuseram. Portanto, antes de apresentar a interpretação que Versnel faz da inversão social nos mitos, é importante explicar sua proposta de compreensão do lugar dos mitos na História das Religiões.

Segundo sua proposta, a variedade de fenômenos observáveis no estudo da História das Religiões é tamanha que não se pode reduzir a relação que se estabelece entre as diferentes práticas religiosas a apenas um modelo explicativo, ou paradigma. Para ele, essa relação pode ser pensada como a do mito que cria o rito, o rito que cria o mito e, ainda, a do conjunto desenvolvido paralelamente. E, ao propor uma perspectiva “poliparadigmática”, Versnel defende que não se deveria transformar em modelos monopólicos para a compreensão de toda e qualquer manifestação mítica ou prática ritual nem o complexo da morte-renascimento do deus-rei, nem a prática iniciática, embora a noção de *transição* seja importante porque sempre está presente no pano de fundo daqueles modelos.

Outros alvos metodológicos dessa sua proposta poliparadigmática são as interpretações funcionalista e estruturalista da relação entre mito e rito. Sua crítica a tais interpretações me parece muito pertinente, principalmente no que diz respeito à

aceitação que a explicação funcionalista do rito, incluindo aí as interpretações sobre as festas, angariou nas últimas décadas em reação aos estudos pautados pela ótica da carnavalização ou da cultura popular. Se, por um lado, a partir das ideias de Mikhail Bakhtin (Bakhtin, 1999), se desenvolveu nas ciências humanas uma concepção populista das festas e da cultura popular, uma concepção que aplicou o conceito de carnavalização de Bakhtin de forma generalizada e em situações indevidas, por outro lado, a subsunção de todo o sentido das festas e das práticas simbólicas populares à legitimação do poder estabelecido também se constitui em uma visão parcial de fenômenos sociais polissêmicos e polifônicos, já que ritos e festas são casos típicos de disputa simbólica e de tentativas de apropriação pelas classes ou ordens dominantes dos sistemas ideológicos subalternos.

Versnel, ao demonstrar a existência de múltiplas abordagens válidas para a compreensão da relação entre mito e ritual, também aponta certos vícios decorrentes das abordagens estruturalistas e funcionalistas, que, ao enfatizar em excesso a coerência interna dos sistemas religiosos ou míticos (em termos binários para as abordagens estruturalistas), ou a organicidade social (no caso dos funcionalistas), acabam excluindo de sua interpretação das relações mítico-rituais a perspectiva de que as contradições também respondam às demandas simbólicas derivadas do contexto social. Essas interpretações podem até aceitar o encontro prévio de tradições, a dominância de uma sobre a outra, o resultado do encontro como a criação de um novo sistema, enfim, fechado. Mas, para Versnel, as inconsistências não são necessariamente manifestações de sobrevivências da tradição ancestral, nem um erro de transmissão. Elas podem ser expressões inerentes da prática religiosas e, mesmo que tal prática seja resultado de um encontro de tradições, elas respondem às necessidades simbólicas (religiosas, cognitivas, políticas, econômicas) dos praticantes, respondendo demandas dentro das tradições em que atuam (Versnell, 1994 pp. 15-88).

Assim, em lugar de buscar uma teoria geral da relação entre mito e rito, o estudioso deve, caso a caso, tentar estabelecer as relações de causalidade entre uma coisa e outra, mas sempre tendo como orientação a interação, não só com as estruturas sociais, mas principalmente, no caso de mitos e ritos que apresentam as inconsistências e contradições, com as tensões não resolvidas. A expressão máxima dessas tensões não resolvidas são as situações de crise.

Além da proposta de uma perspectiva poliparadigmática de Versnel, para delinear a relação entre mito e rito no caso do Cronos grego e do Saturno romano, as noções de Transição, Reversão e Marginalidade ou Liminalidade têm um papel importante. Partindo da problemática formulada a partir das ideias de Van Gennep e V. W. Turner, uma problemática que delineia a existência ou as situações marginais como elementos centrais dos ritos de iniciação, Versnel apresenta algumas definições do que seria a marginalidade ou liminaridade: indivíduos ou grupos sociais que teriam uma existência permanente ou passariam por situações temporárias nas margens da sociedade. Esses indivíduos exibiriam, na visão do centro normativo, um modo de vida antissocial ou associal (Versnell, 1994 pp. 60-74). As descrições dessa condição marginal apresentam alguns sinais estereotipados de marginalidade. Nas palavras de Versnel, os marginais podem ser:

Os grupos ou indivíduos marginais que têm como paradeiro, às vezes literalmente, as franjas da sociedade são – com exceção dos grupos juvenis de tipo *Jungmannschaft* – monges, anacoretas, piratas, bandidos, assim como, em um certo sentido, animais e, de um certo ponto de vista, os deuses e os mortos. Neste contexto, aqueles com contato direto com os deuses, com os mortos, ou com animais também fazem parte do grupo dos marginais: os possuídos, os lunáticos, homens devotos, profetas, videntes, pastores. Esses indivíduos usualmente vivem nas margens da sociedade, fora das fronteiras da cultura. O mesmo pode ser o caso de grupos que não participam do processo social: pedintes, cínicos, hippies, vagabundos. Grupos que se opõem à sociedade, acima de tudo, em um sentido político: anarquistas, revolucionários, milenaristas, messianistas. Estrangeiros, especialmente os de cor diferente, são marginais por definição, mas também os grupos dentro de uma sociedade que, apesar de tudo, são vistos como sendo, de alguma forma, estrangeiros: trabalhadores migrantes, metecos, imigrantes, escravos. Grupos ou indivíduos que não desempenham totalmente funções na sociedade: crianças, adolescentes, doentes, pobres, desempregados e aqueles que, enquanto funcionando totalmente, o fazem em apenas algumas áreas específicas: mulheres, sacerdotes, reis. (Versnell, 1994 p. 61)⁶⁹

⁶⁹ Marginal groups or individuals that have their whereabouts, sometimes literally, on the outskirts of

Como deve ter ficado claro, nessa tipologia de possíveis marginais cabe quase tudo. E este é o primeiro dos limites ou problemas da noção de marginalidade de acordo com Versnel: a sua extrema abrangência dependendo do “centro” social escolhido pelo investigador (Versnell, 1994 p. 64).

Situações de marginalidade podem ser caracterizadas como aquelas nas quais pessoas ou grupos são removidos da existência em normalidade social: iniciações, festivais, luto, doença, fome, situações de fronteira e de conflito identitário. São situações que acarretam certa licença nas regras sociais, ou mesmo anomia. No entanto, uma existência fora da sociedade, tomada como centro ou condição de normalidade, não significa existência atomizada, pois outra expressão da existência ou da situação de marginalidade é o desenvolvimento de uma “identidade marginal”. Um reconhecimento de grupo, de irmandade, ou de solidariedade não estrutural que V. W. Turner denominou de *communitas* é constituído a partir dos sinais da marginalidade, que não são nada mais do que sinais opostos ao da normalidade (Versnell, 1994 p. 62).

Além do primeiro limite dessa noção de marginalidade, a facilidade de generalização arbitrária da condição, há outros dois. O segundo é a falta de especificidade dos sinais de marginalidade, algo que facilita e habilita o uso descontextualizado da categoria. A situação de marginalidade define o sinal de marginalidade, mas não vice-versa, isto é, nem sempre algo que em um contexto social ou simbólico pode ser pensado como sinal de liminaridade servirá em outro contexto. O terceiro limite é que a visão de uma coerência interna no padrão construído a partir dos sinais de marginalidade – seja o padrão do rito iniciático, seja o padrão do rei-morto-renascido – corre o risco de ser mais devido ao próprio uso *a priori* desse padrão, do que da realidade do padrão (Versnell, 1994 pp. 65-67). Da minha parte, entendo que isso vale para quase qualquer discurso científico.

society are – apart from the juvenile groups of the *Jungmannschaft* type – monks, anchorites, pirates, bandits, as well as in a sense, animals, and from a certain point of view, the gods and the dead. In this context those people who have specific contact with the gods, the dead or animals also rank as marginals: the possessed, lunatics, godly men, prophets, seers, shepherds. These individuals often live literally in the margins of society, outside the boundaries of culture. The same may be the case with groups that do not take part in the social process: beggars, cynics, hippies, tramps. Groups that oppose society above all in a political sense: anarchists, revolutionaries, millenarians, messianists. Strangers, specially when of a different color, are marginal by definition, but also groups within a society that nonetheless are felt to be strange somehow: migrant workers, metics, immigrants, slaves. Groups or individuals that do not function fully in society: children, adolescent, sick, poor, unemployed and those that, while functioning fully, do so within some specific area only: women, priests kings.

A noção de reversão aparece diretamente associada a todo o complexo de sinais que acompanham os momentos de transição e de liminaridade. E esses sinais que Versnel associa à noção de reversão estão bem próximos daquilo que eu denominei de *topoi* da Inversão Social, como fica claro em sua investigação dos ritos da Cronia e Saturnália e dos mitos de Cronos e Saturno.

A noção de transição aparece como uma hipótese para fundamentar a força explicativa sobre os mesmos fenômenos, mesmo que temporária, dos dois paradigmas que, no século XX, um depois do outro, monopolizaram os estudos sobre a relação mito e rito: o do *rei ou deus morto e renascido* e o da *iniciação*. Para Versnel essa confluência acontece porque ambos tentam dar conta da relação entre mito e rito partindo de padrões que têm uma dimensão comum: são representações míticas ou práticas rituais que buscam elaborar situações sociais ou naturais de transição. Uma situação inicial velha tem de desaparecer (acompanhada pelo simbolismo da morte, do outono, da despedida), é então seguida por um período de transição entre o antigo e o novo (com o simbolismo da jornada ao mundo dos mortos, submundo, labirinto, dilúvio, o estrangeiro, a barriga do monstro), e há, por fim, a aceitação da nova situação (renascimento, ressurreição, reinvestidura, retorno e reintegração) (Versnell, 1994 pp. 82-83).

Versnel prossegue em sua definição de Transição associando-a à definição de Crise:

No entanto, o que nós não consideramos até aqui é a questão do que encorajou a cultura humana a *ritualizar* tão enfaticamente as duas passagens relacionadas e, mais precisamente, por que isso era expresso em imagens que eram associadas de forma tão próxima, se não idêntica. Em outras palavras, se aceitarmos que períodos de transição – i.e. crise – são inerentes à vida natural e social e que eles provocam naturalmente reações similares. Nós ainda não solucionamos as desconcertantes similaridades *formais* em expressões rituais e míticas. (Versnell, 1994 p. 83) ⁷⁰

Como resposta a isso, mais como sugestão do que como solução definitiva,

⁷⁰ However, what we have not considered so far is the question of what urged human culture to *ritualize* the two related passages so emphatically and, more precisely, why this was expressed in imagery that was so closely related, if not identical. In other words, if we accept that periods of transition – i.e. crisis – are inherent in natural and social life, and that they naturally provoke similar reactions. We still have not elucidated the baffling *formal* similarities in ritual and mythical expressions.

Versnel oferece a concepção de Walter Burkert do mito e do rito como programas ou esquemas culturais ou biológicos de ação profundamente entranhados no ser humano. Isso lhe ofereceria um nível mais profundo de interpretação que envolveria e daria suporte aos dois paradigmas de transição:

Nós poderíamos concebê-lo dessa maneira: o esquema mais elementar e primordial de funções (originalmente biossociológicas) foi conservado e transformado, em forma ritualizada e mitificada, precisamente naqueles pontos nos quais a sociedade humana vivencia mais intensamente crises primárias. Fora calamidades incidentais como epidemias, guerras,⁷¹ terremotos e enchentes, esses são precisamente os momentos críticos e dolorosos de transição que são vivenciados o mais intensamente durante períodos iniciáticos e no ponto de virada do ano agrícola e social. (Versnell, 1994 pp. 83-84)⁷²

Versnel recorre a esta noção de esquema de ação biossocial por exigência do próprio tipo de problemas com os quais ele está lidando, isto é, problemas de História das Religiões, que envolvem muita comparação de práticas e sistemas simbólicos de diferentes sociedades humanas no mundo, com escalas de tempo bem mais amplas, e com semelhanças recorrentes nestas práticas e sistemas simbólicos. E embora essa explicação se apoie em programas biológicos de ação, a definição que Versnel oferece para situações de crise como o contexto ao qual responde à ideia de transição presente em certos complexos mítico-rituais, parece-me poder ser aplicada à explicação mais histórica, sociológica e culturalista das revoltas da Antiguidade Tardia. Mesmo porque o material e as questões com os quais eu lido não exigem um paradigma que explique as profundezas da psique humana, mas sim uma compreensão das motivações dos revoltosos e uma explicação das situações sociais que teriam levado às revoltas.

⁷¹Eu não colocaria guerra na categoria de eventos incidentais. Dada a sua existência ordinária na história das sociedades humanas, eu a associaria ao esquema de transição também.

⁷²We might conceive of it in this way: the most elementary and primordial scheme of (originally bio-sociological) functions has been conserved and transformed, in ritualized and mythicized form, at precisely those points where human society experiences primal crises most intensely. Apart from incidental calamities like epidemics, wars, earthquakes and floods, these are precisely the critical and painful moments of transition that are experienced nowhere more keenly than during initiatory periods and at the turning point of the agricultural and social year.

A importância da proposta de compreensão dos mitos de Cronos e Saturno é que ela oferece uma base inicial para a exposição dos *topoi* como chave de compreensão dos relatos sobre as revoltas. Transição, reversão, marginalidade, todas essas noções, assim como os sinais ou práticas que elas qualificam, o que estou chamando de *topoi* de *Inversão Social*, *Reversão de Linhas de Autoridade*, e da *Era de Ouro*, podem ser tomados, na produção ideológica das classes dominantes, como códigos de representação de situações de crise política e social. E em consequência disso, penso que o uso de tais códigos estaria bem mais próximo de um plano consciente de produção simbólica do que estaria um esquema de ação biossociológico.

A presença dos sinais de marginalidade, de reversão, e a transição e a crise como paradigmas explicativos auxiliam a entender as relações entre os mitos de Cronos e Saturno e os rituais da Cronia e da Saturnália, e permitem a Versnel propor respostas para as questões e divergências sobre a origem do complexo mítico-ritual tanto de Cronos quanto de Saturno.

Com sua investigação do complexo mítico-ritual ligado a Cronos, além de demonstrar que esse é um caso típico do mito e do ritual que se desenvolveram paralelamente, Versnel defende que as contradições presentes no mito e no rito são parte inerente desse culto. Mas quando analisa o complexo ligado a Saturno, Versnel entende que, mesmo que haja muitas dimensões do mito ou do rito que são conspícuas com a contraparte grega, há dimensões que são autóctones, e que a chave para a compreensão, tanto das origens do festival quanto da assimilação de atributos de Cronos a Saturno, está também na natureza contraditória da divindade e no tipo de crise com a qual poderia ser ligado. Cronos e Saturno são vistos como deuses/mitos inerentemente contraditórios, representantes de um tempo antes e depois do tempo dos homens e deuses representantes do Interstício e da Liminalidade.

Ambos os complexos podem ser definidos como ligados a algum tipo de crise anual agrária, caracterizada por práticas e símbolos de reversão, anomia e igualdade ligada à abundância da produção agrária. Adicionalmente, ambas as divindades podem ser definidas como deuses acorrentados, ou adormecidos. *Dei otiosi*, cujo despertar ou a libertação significam um retorno à *Era de Ouro* sob o governo desse deus primevo; uma temporária suspensão da ordem, ou inversão das

regras da sociedade, um estado de harmonia e igualdade, mas também de sacrifícios humanos (como visão de Cronos devorando seus filhos, e supostos sacrifícios humanos no caso grego, ou os jogos gladiatórios no caso romano) e de rebelião (Versnell, 1994 pp. 131-132; 150-153).

Conforme Versnel apresenta os dois complexos, é possível ver como os *topoi* de *Reversão de Linhas de Autoridade*, de *Inversão Social* e de *Era de Ouro* são parte integrante desses complexos e das visões contraditórias que os acompanham, mesmo que ele subsuma os três à noção de reversão social. Como os trechos nos quais Versnel lida com a reversão, a transição e a visão de abundância ligadas à cultura latina são os mais pertinentes a minha investigação, me concentrarei na sua argumentação sobre o complexo mítico-ritual de Saturno.⁷³

Saturno, assim como Cronos, é um deus marginal, um *deus otiosus*, retirado da existência e aprisionado. Mas enquanto Cronos e seu retorno remetem a um tempo mítico, Saturno remete a um tempo histórico: os *Saturnia Regna* ou *Saturnia Secula*. Além disso, as representações ou práticas de igualdade baseada na abundância são expressas para os gregos como uma utopia sem trabalho, pois os bens dos quais se desfruta sem ônus surgem diretamente da natureza, ou do sonho dos autômatos; para os romanos, a abundância é resultado direto da dádiva de Saturno: a agricultura. Cronos representa uma harmonia pré-cultural.⁷⁴ O mesmo não se pode dizer de Saturno, criador das bases da civilização ao ensinar o cultivo (Versnell, 1994 pp. 151-152). A marginalidade de Saturno não se expressa apenas por sua condição de prisioneiro ou adormecido, mas também pelos sinais estrangeiros, ou mais especificamente gregos. Assim, Versnel justifica a recepção dos elementos oriundos de Cronos, como a foice e a cabeça descoberta durante o sacrifício, e também responde um antigo problema: a presença de um *ritus graecus* no culto de um deus romano.

⁷³Mas o seu estudo do complexo ligado a Cronos também compartilha esses elementos, cf. (Versnell, 1994 pp. 122-131).

⁷⁴Ana Teresa Gonçalves e Ivan Vieira Neto, tentando delinear as concepções de temporalidade dos gregos, a partir dos mitos teogônicos narrados por Hesíodo e Apolodoro, apresentam uma proposta semelhante de definição de Cronos como representante de um mundo pré-cultural. Usam, porém, um termo inadequado para distinguir o *tempo mítico* de Urano do assim chamado *tempo beatífico* de Cronos. Embora seja rico distinguir o caos primordial uraniano da harmonia contraditória de Cronos, não penso que seja adequado associar o último à harmonia absoluta do Éden da tradição judaico-cristã (que é o fundamento do conceito de *tempo beatífico*), cf. (Gonçalves, et al., 2010).

Ao olhar para o culto e para a festa, Versnel relaciona esse *ritus graecus* com as interpretações de Erich Segal de que um dos artifícios fundamentais do riso e da licença na *fabula palliata* era que ela representaria um mundo alternativo e contrário ao romano: o grego (Versnell, 1994 p. 156) (Segal, 1968). O uso do estrangeiro como sinal de um mundo invertido, de costumes reversos, acontece especificamente na Comédia latina de tipo *fabula palliata*, na qual os gregos são um símbolo particularmente recorrente disso.

Ao descrever os elementos de licença saturnálica, novamente Versnel ressalta as contradições:

A natureza carnavalesca manifesta a si mesma em aspectos igualitários, tais como o consumo comunal de grandes quantidades de comida e bebida, a suspensão de distinções sociais e uma atmosfera geral de júbilo, por outro lado, há elementos de demonstrações “conflitivas”: uma variedade de reversão de papéis nos quais o mestre serve ao escravo e poderá ser criticado ou reprovado (...). As características mais conspícuas da *anomia* saturnálica eram encarnadas na reversão dos costumes normais de vestimenta. Um romano que despe sua *toga* e adota uma *synthesis* não se torna um grego, mas ele certamente renuncia à identidade de cidadão romano. Se a população total de Roma vestir o *pilleus*, uma situação complicada emergirá: ao se tornarem “libertos”, o *status* dos escravos aumenta, enquanto o *status* dos cidadãos diminui. Aumento e diminuição levam à igualdade em uma liberdade comum: a *libertas decembris*. (Versnell, 1994 pp. 157-158)⁷⁵

A inversão de papéis entre mestres e escravos, a refeição na mesma mesa ou a troca de presentes são todos elementos que carregam sinais ambíguos ou contraditórios. Versnel ressalta que a associação das reversões, os aspectos

⁷⁵ The carnivalesque nature manifests itself in egalitarian aspects such as the communal consumption of large quantities of food and drink, the suspension of social distinctions and in general an atmosphere of elation, on the other hand, there are also elements of “conflictive” demonstrations: a variety of role reversals in which the master serves the slave and may be criticized and rebuked. (...) The most conspicuous of the Saturnalian *anomie* were embodied in the reversal of normal clothing customs. A Roman who put off his *toga* and adopts a *synthesis* does not become a Greek, but he certainly renounces the identity of the Roman citizen. If the total population of Rome wears the *pilleus*, a complicated situation emerges: by becoming “freedmen” the slaves’ status is enhanced, while the citizens’ status is devalued. Increase and decrease lead to equality in a common freedom: the *libertas decembris*.

igualitários e a anomia presentes na Saturnália e em alguns outros feriados,⁷⁶ com as funções de canalização dos impulsos agressivos dos subalternos e de legitimação do *status quo* pelo horror ao mundo invertido, já era feita por autores antigos, como Macróbio (Saturnália) ou Cícero (Compitália), o que para ele significaria que tal interpretação não seria descabida para as práticas e símbolos semelhantes no complexo mítico-ritual de Cronos. Um de seus exemplos disso é exatamente a Comédia latina. O outro, as *lex convivales*, leis fictícias que gerenciavam o consumo de alimentos e bebidas em quantidades inconcebíveis durante os banquetes saturnálicos.⁷⁷

Mas essa função de relaxamento e legitimação da ordem guarda o risco da rebelião efetiva. E, até com maior ênfase do que ele reconhece nas reversões ligadas a Cronos (Versnell, 1994 pp. 126-128), no complexo ligado a Saturno e na sociedade romana, a rebelião ritual incorria no risco de que “as pessoas poderiam subitamente ficar intencionadas em transformar a ilusão em realidade” (Versnell, 1994 p. 162).

As imagens, acima de tudo, estão associadas de forma próxima, se não idêntica, às que são representadas durante revoluções. Nós já nos referimos ao que aconteceu na Sicília em 135 a.C., quando os escravos se revoltaram contra seus senhores romanos e seu líder Eunous adotou o título de rei e fez com que seus ex-senhores o servissem. Similarmente, no século IV d.C., os circunceliões, um grupo marginal e supostamente revolucionário de trabalhadores rurais despossuídos com tendências milenaristas, forçaram seus antigos senhores a puxarem suas carroças. Os romanos estavam claramente alertas para esse potencial perigoso da euforia saturnálica. Cícero nos informa que durante as revoltas catilinárias os rebeldes sob Cethegus queriam iniciar o seu golpe contra o Estado no dia da Saturnália, e Diodoro explica que eles planejavam mandar assassinos para as casas dos senadores nesse mesmo dia, porque as casas estariam abertas para receber os clientes com seus

⁷⁶ Esses sinais e práticas, como a alimentação dos escravos ou o uso do *pilleus* não seriam exclusividade da Saturnália, nem apenas de festas, estando presentes na Matronália, na Compitália e como sinais autênticos de rebelião política. E, de acordo com Versnell, o conjunto de manifestações só enfatiza a dimensão subversiva delas (Versnell, 1994 p. 158).

⁷⁷ Há uma dessas *lex convivales* associada à Comédia *Querolus* e um infinito debate sobre se ela faz ou não parte da peça, cf. a introdução na edição organizada por Catherine Saos (Saos, 1994 p. 73 n.1).

presentes. Quando o imperador Cláudio enviou o seu influente liberto Narciso contra tropas amotinadas e este último tomou a palavra em uma tentativa de demandar ordem, os soldados exclamaram “*Io Saturnália*”, aludindo de forma insultuosa à verdadeira reversão de papéis do ex-escravo. (Versnell, 1994 pp. 162-163)⁷⁸

A resposta ideológica encontrada para que a reversão saturnálica de fantasia não se transformasse em realidade estaria, de acordo com Versnel, no caráter temporário das festas de rebelião legalizada. Assim, todas as manifestações deveriam lembrar que o reino de Saturno teve fim e que tem que ter fim, para evitar o desordenamento do mundo. Tal aviso é claramente expresso pelo dito: *non semper saturnalia erunt* (A Saturnália não dura para sempre). Mas Versnel lembra que Petrônio reformulou a frase para definir que os muito ricos *semper Saturnalia agunt* (agem como se sempre fosse Saturnália). É possível ver nisso o limite da função de válvula de escape e legitimação da ordem, mas também a estruturação de discursos e práticas políticas com potencial subversivo.

Embora eu concorde que a primeira leitura dessas manifestações se ajuste à necessidade de manutenção do ordenamento social, de acordo com a visão de ordem das classes dominantes, a segunda leitura permite entender como os *topoi* de *Inversão Social*, *Era de Ouro* ou *Reversão de Linhas de Autoridade* poderiam responder a demandas ideológicas das classes subalternas. Ou, como formulado por Versnel, transformar a rebelião ritual em rebelião efetiva “pode ter sido a ideia *deles* [escravos, circunceliões], mas não era a ideia [dos autores produtores dos textos]” (Versnell, 1994 p. 127). Nisso pode ser visto uma maneira pela qual os elementos de reversão da Saturnália, formulada pela classe dominante como um discurso e prática da rebelião consentida, poderiam ser apropriados para a rebelião

⁷⁸ After all the imagery is closely related, if not identical, to that which is played out during revolutions. We have already referred to what happened in Sicily in 135 BC when the slaves revolted against their Roman masters and their leader Eunous adopted the title of king and had his former masters wait on him. Similarly, in the fourth century AD the Circumcellions, a marginal and allegedly revolutionary group of deprived laborers with millenarian tendencies had their carts pulled by their former lords. The Romans were clearly aware of this dangerous potential of Saturnalia euphoria. Cicero reports that during the Catilinarian revolt the rebels under Cethegus wanted to start their coup against the state on the day of the Saturnalia, and Diodorus explains that they planned to send murders to the houses of the senators on that very day because the houses were open to welcome the clients with their presents. When the emperor Claudius sent his influential freedman Narcissus to mutinous troops and the latter took the word in an attempt to redress order, the soldiers shouted “*Io Saturnalia*”, insultingly alluding to the real role reversal of the ex-slave.

efetiva das classes subalternas. Dentro dessa perspectiva é que entendo também a perpetuação por séculos dos temas e do imaginário ligados à reversão e à igualdade tanto na Sátira latina quanto na literatura que representou o Império Romano como uma esperança de retorno de *Saturnia Regna* (Versnell, 1994 p. 163).⁷⁹

Assim, as abordagens funcionalista e estruturalista podem ser muito elucidativas das tentativas de legitimação pelos representantes do Estado ou pelas classes dominantes, principalmente quando os ritos ou as festas realizadas estão diretamente associados à legitimação do exercício do poder imperial, como, por exemplo, as decenárias ou *ludi seculares* (Gonçalves, 2002), ou as festas da Magna Mater, mencionadas no relato sobre Maternus. Mas seu poder de explicação para festas ou ritos mais próximos do cotidiano das classes subalternas, ao ignorar que a legitimação deriva de um processo de apropriação e que lida com disputas de signos e de práticas, acaba resultando no obscurecimento das contradições inerentes ao mito e ao rito de Saturno.⁸⁰

Adaptando um pouco Bakhtin (Bakhtin, 2001 pp. 128-136), no ato de enunciação, em resposta ao momento e ao contexto social dos agentes enunciadorees, é que o mito e o rito adquirem seus significados. A miragem das análises estrutural ou funcionalista é tentar reduzir uma coisa a outra; é tentar dar coerência a um sistema de ideias e de práticas que é pura contradição, um sistema que se constrói entre a apropriação cotidiana das utopias populares para a afirmação do *status quo* e a apropriação de resistência feita pelos subalternos.

Minha preocupação em distinguir entre os três conjuntos de *topoi* deriva da necessidade de lidar com sua manifestação às vezes isolada nos textos sobre as rebeliões rurais da Antiguidade Tardia e, também, de distinguir a marginalidade característica dos *latrones* dos outros caracteres que marcam rebelião subalterna, enquanto para Versnell a definição mais difusa e combinada responde à preocupação em entender o sistema mítico ritual em suas amplas inconsistências e contradições. Contudo, quero ressaltar que não defendo a existência isolada destes *topoi* na tradição textual. Eles costumam se manifestar em conjunto. O que defendo é que há uma diferença entre o *tópos* da *Reversão de Linhas de Autoridade* e o

⁷⁹Para essa discussão especificamente, cf. (Versnell, 1994 pp. 191-210). Para a presença do tema na Antiguidade Tardia, principalmente por meio da influência de Virgílio em Agostinho, cf. (MacCormack, 1998 pp. 175-230).

⁸⁰Como é o que acontece na tentativa de explicar as festas mais populares em (Gonçalves, 2008).

tópos da Inversão Social e que nas representações do banditismo antigo a presença deste último é muito atenuada e a do *tópos da Era de Ouro* é quase ausente.⁸¹

4. *Servus Calidus*

Os *topoi* discutidos acima aparecem combinados mais usualmente em textos relacionados à Comédia latina e à temática da escravidão, particularmente no que diz respeito aos relatos das rebeliões de escravos.

Na Comédia latina, principalmente nas obras de Plauto, mas também na de Terêncio de forma atenuada, é inegável a presença disso que Versnel chama de reversão, ou do que denominei *topoi*. A própria lógica de funcionamento do gênero responde à expressão das reversões, o que faz com que, quando numa trama apareçam situações que remetem a esses *topoi*, eles integrem-se perfeitamente à forma literária.

Erich Segal apresenta a formulação mais elaborada da dimensão Saturnálica da Comédia plautina. Assim, em seu *Roman Laughter*, ele principia com a apresentação do primeiro grau de *Inversão Social* (ou de *Reversão de Linhas de Autoridade*) que é o do filho que desafia o pai. Já se vê o impulso da inversão no *adulescens* que vai contra os planos de seu *pater familias* porque ama alguém que não deveria amar, geralmente uma mulher de origem desqualificada (que depois, na resolução da trama, se descobre ser alguém com uma origem secretamente qualificada). Para Segal, esse tipo de rebelião da juventude expressa o inverso dos valores romanos, do costume dos ancestrais: *pietas, gravitas, fides, gratia, constantia*; o *mos maiorum* (Segal, 1968 p. 15). E é engendrado literariamente por meio da encenação numa realidade alternativa, no mundo invertido de uma cidade grega (Segal, 1968 p. 41). Além disso, a Comédia se propõe a falar do dia fora da normalidade, do dia das festas, o dia no qual é proibido realizar os negócios e se é obrigado a cair no ócio. E uma vez que os artifícios nos quais se fala de outro tempo e lugar são aceitos, há a licença para a crítica dos costumes romanos.

⁸¹Quase ausente porque há uma célebre exceção: é possível associar a condição de banditismo a alguns dos que acompanhavam Rômulo no relato de fundação de Roma e que desfrutaram de uma situação primordial igualitária como primeiros cidadãos imediatamente após a fundação de Roma, cf. (Versnell, 1994 pp. 178-179).

Segal propõe que as travessuras e armações, o banquete, a prodigalidade, os de baixo vivendo à custa dos de cima, a ridicularização de tudo o que é sério e de todos os valores romanos, podem ser pensados como expressão de um estado de anarquia típico do interlúdio festivo (Segal, 1968 pp. 42-69). Na construção desse estado anárquico, desempenham um papel especial os antagonistas, uma vez que estes são exatamente os personagens que representam a dimensão de normalidade: o *pater familias* rígido e avaro, a matrona, o agiota, o soldado, o cafetão. Com isso desenha-se uma clara oposição entre a seriedade e o decoro da normalidade e a busca pelo prazer e pela liberdade no dia dos *ludi* (Segal, 1968 p. 98).

Por outro lado, o maior protagonista é o escravo, pois a imagem do escravo que inverte a situação a seu favor sintetiza a Comédia latina, uma vez que este, por meio de seu engenho, faz com que todos consigam o que querem ao final da trama, menos os antagonistas. O escravo é elevado em poder e *status*, podendo emular ou representar – em situações claras de metalinguagem – um soldado, um senador, um herói, um rei, um deus (Segal, 1968 p. 136). Mas, assim como Versnel, Segal chama a atenção para como o final da Comédia é uma lembrança de que a festa sempre acaba e, ao mesmo tempo, associa isso à grande ausência de violência durante os atos. A violência contra o subalterno, inúmeras vezes ameaçada, nunca encenada, é exatamente o que retorna com o fim do espetáculo, com o fim dos *ludi*, com o retorno à normalidade (Segal, 1968 pp. 139; 168-169).

Adicionalmente, na Comédia latina as reversões não acontecem apenas em relação à personagem do escravo, mas com outros personagens subordinados, como a *matrona*, o *adulescens*, o parasita, a prostituta (*feneratrix*), etc. Como propõe Kathleen McCarthy, o escravo, por ser o personagem de mais baixo *status* possível, é a figura elementar para a elaboração das características do *servus calidus*, mas cujos atributos podem ser assumidos por outros subalternos da casa (McCarthy, 2000 p. 22). Isso para McCarthy é fundamental, pois só é possível entender a produção do riso e a recepção de um gênero com elementos tão claros de subversão da ordem e do costume, se houver no público romano algum grau de empatia com o que ela chama de “a arte da rebelião”. Para ela, a explicação disso está no fato de que, numa sociedade tão permeada por hierarquias como a de Roma, eram muito poucos os cidadãos que não tinham alguém acima deles (McCarthy, 2000 pp. 3-34).

David Konstan, assim como Erich Segal, entende a Comédia latina como subversão das regras, mas não necessariamente contra os valores da Ordem romana; às vezes, a Comédia pode até trabalhar a favor da construção desses valores. Justifica isso argumentando que muitos dos antagonistas (ou como ele chama, *blocking characters*, personagens bloqueadores) são tipos sociais marginais, como o *leno* e o *mercenarius*, e podem representar sinais da corrupção dos *mores* urbanos. Para ele, o excesso amoroso aparece como defesa dos laços da comunidade contra aqueles elementos que destroem esses laços (Konstan, 1983 pp. 29-32).

É possível ver os três *topoi* na Comédia apenas olhando para o gênero de forma abstrata, seguindo, por exemplo, a noção de paradigma de trama como princípio gerativo de composição (Konstan, 1983 p. 26). Há a *Reversão de Linhas de autoridade* nas inúmeras situações em que o escravo, ou outro subalterno, se apropria ludicamente dos instrumentos de dominação, seja o porrete, seja a capacidade de dar ordens. Há *Inversão Social* na insinuação de que, durante este período, quem move a narrativa é o subalterno, no usufruto que os vários subordinados fazem da riqueza do *pater familias* e na elevação do *status* do escravo, como um rei, como um deus. E há também a *Era de Ouro* na possível manumissão do escravo e no obrigatório banquete igualitário que se realiza no final da trama.

Esses três *topoi* podem ser elementos importantes para a compreensão da condição da Comédia como prática de rebelião ritual. A apresentação da Comédia não é uma rebelião efetiva, ela é o local por excelência da realização pública e sancionada da função de válvula de escape e de legitimação da ordem pelo exemplo da reversão. Ela é o que Kathleen McCarthy chama de *public transcript* (McCarthy, 2000 pp. 212-213). Ela é uma situação produtora de discursos que intencionalmente associa igualdade, subversão e caos, mas que sempre termina com o retorno feliz ao *status quo*. O único perigo que ela oferece à ordem estabelecida é que, como qualquer discurso, esses elementos subversivos da Comédia podem ser apropriados como código para descrever rebeliões efetivas.

Também há outro conjunto de textos antigos nos quais essa tópica aparece. Os três *topoi* estão presentes nos relatos sobre rebeliões de escravos. Mesmo em uma leitura pouco exaustiva, os três *topoi* aparecem de alguma forma bem integrados nas descrições que Diodoro da Sicília faz das revoltas de escravos na

Sicília: a criação da comunidade igualitária, os escravos formando um exército clandestino, a inversão de *status* (ou até mesmo o rei acorrentado) com a figura de Eunus, seu líder, que se declara rei e proclama que os antigos mestres se subordinem (*Diod.* 34-36). Também aparecem os três na descrição que Apiano fez da revolta liderada por Espártaco: a formação de um exército por figuras consideradas desqualificadas, a relação de igualdade de repartição do butim entre todos, ou a vergonha dos soldados em serem derrotados por escravos e gladiadores (*App. BC.* 1.116-120). Na vida de Crasso, de Plutarco, por outro lado, o *tópos da Era de Ouro* não se faz presente, mas os outros dois sim: a formação do exército de desqualificados e a vergonha dos soldados perante a derrota para os escravos (*Plut. Crass.* 8-11). Uma aparição curiosa do *tópos* de *Era de Ouro* estaria em Estrabão, mas isso se baseia numa leitura de Theresa Urbainczyk da revolta em Pérgamo contra o domínio romano. Segundo sua leitura, essa revolta teria sido baseada numa aliança entre escravos e pobres, sob a liderança de um Aristônico e teria resultado na criação de uma cidade de iguais denominada Heliópolis (Urbainczyk, 2008 pp. 15-16; 46).

Quando se tenta observar como a historiografia moderna trata as revoltas de escravos ela tende a menosprezar (como ficção) ou supervalorizar (como reflexo sem mediações culturais da realidade) essas revoltas. Essa historiografia moderna, buscando entender o fenômeno social de levante dos escravos a partir da comparação com o escravismo moderno, por vezes não consegue identificar a lógica própria da emancipação nas revoltas de escravo da Antiguidade. Nesse espírito, Keith Bradley (Bradley, 1989) recusa qualquer programa político a essas revoltas, porque não são acompanhadas de uma ideologia de subversão social total, como a abolição moderna ou as ideologias revolucionárias do século XIX e XX. É possível dizer que elas, no entanto, são acompanhadas por ideologias ou programas políticos mais circunscritos, como o da formação de comunidades livres (como os quilombos ou marronismo americano), o que o próprio Bradley reconhece, embora as interprete como fruto de ações não políticas (Bradley, 1989 pp. 123-124).⁸²

⁸²Moses Finley faz uma boa problematização dessa questão, embora não a desenvolva (Finley, 1991 pp. 115-122).

5. Os Códigos das Revoltas

Como dito anteriormente, o termo *latro* aparece nos textos geralmente como forma de definir um fenômeno bem específico, este sim de contornos sociais bem amplos: a ameaça perante a ordem estabelecida de um núcleo violento gerador de uma ordem concorrente. Embora este termo esteja associado às revoltas dos bagaudas e dos circunceliões, não é possível esgotar os sentidos desses movimentos à lógica de patronagem sob o manto do banditismo. Há uma homologia entre essas revoltas e o banditismo que reside exatamente na condição de contestação do monopólio da violência pelo Estado. Contudo, há mais coisas nas revoltas do que sonha a vã filosofia da patronagem na longa duração.

O esforço de delinear esses três *topoi* e circunscrever os locais de sua manifestação nas fontes escritas latinas se deve à necessidade de conseguir ver o que são essas outras coisas. Assim, mesmo que seja possível associar o banditismo e a ocorrência do termo *latro* à *Reversão de Linhas de Autoridade*, associá-lo à presença da ideia de *Inversão Social* e da igualdade é bem difícil. Pois, mesmo que seja inegável a sobreposição do banditismo, usurpações e revoltas de diferentes caracteres, o encaixe não é perfeito. Nesse sentido gostaria de retornar à discussão da recepção das ideias de E. A. Thompson.

Nas décadas recentes, a crítica das ideias de Thompson sobre aos bagaudas usou de duas estratégias para contrapor-se à sua interpretação. A primeira é a de descreditar a documentação. A segunda é a de afirmar a vagueza de sentido do termo bagaudas. No primeiro caso, ignora-se a comédia anônima *Querolus* por sua difícil datação, recusa-se o uso do *De Redito Suo*, de Rútílio Namaciano, por causa da história complicada de seus manuscritos.⁸³ E na segunda estratégia, busca-se demonstrar as divergências entre o uso do termo referentes às ocorrências no século IV (em Eutrópio, Aurélio Vítor, Jerônimo, Orósio) e as do século V (Constâncio de Lyon, Sidônio Apolinário, Salviano, Hidácio, crônica anônima de 452), e, como visto nesse capítulo, chama-se a atenção para a proximidade semântica de bagaudas com a bandidagem e assimila-se a menção de qualquer líder das

⁸³ Para um programa geral dessa empreitada filológica, cf. (Minor, 1975) e para uma mudança de posição, cf. (Minor, 1996); Para um uso um pouco mais grosseiro da estratégia, cf. (Bartholomew, 1982), para uma resposta indignada de Thompson, cf. (Thompson, 1983).

bagaudas à figura de um potentado local. A visão de um longo processo também está presente nesses críticos de Thompson, mas estes acentuam ainda mais as características de um suposto banditismo no século III, esvaziando o sentido camponês do século V, ao passo que descartam a ideia de uma conspiração do esquecimento, preferindo ler ali menções veladas aos patronos locais.

Quando se compara o que acontece com os circunceliões em termos das interpretações em linhas gerais, o que se revela é um processo quase inverso. A possível definição dos revoltosos como membros ou representantes de classes subalternas não é negada por meio da afirmação de que a documentação é vaga, mas pela tentativa de circunscrever precisamente o significado do termo circunceliões. Assim, a maior parte dos estudos recentes busca demonstrar que, a partir de um conjunto documental profundamente polissêmico, ambíguo e contraditório, seria possível delinear os circunceliões como monges ascetas obcecados com o martírio e que, por isso, os (possíveis, incertos, ilusórios) objetivos sociais de suas ações devem importar menos ao investigador do que o conteúdo de violência religiosa militante.⁸⁴

Como já foi demonstrado nesse capítulo, a tentativa de aproximar semanticamente o termo *bagaudas* (*bacaudae*) aos termos utilizados para se referir à bandidagem (*latrones*) permite uma leitura das ações desses grupos como instrumento da ação de agentes locais mais poderosos. Na base dessa tentativa estava a ideia de que o termo *bagaudas* teria passado por um processo de abstração e perdido seu sentido original do século III. Para alguns autores, sendo totalmente assimilado ao campo do banditismo, para outros, esvaziando-se completamente de significado, podendo se referir a qualquer insurgência. A assimilação de *bagaudas* a bandidos, dado que o termo *latro* é sistematicamente utilizado como um insulto político, sempre com o intuito de colocar um adversário na ilegalidade, permite, por sua vez, a assimilação de bandidos a poderosos insurgentes ou a candidatos a usurpadores. Esse jogo de assimilações, utilizado como ferramenta de análise do contexto social das crises na Gália romana dos séculos III e V, subordina toda possível agência camponesa ou das classes

⁸⁴ Um impressionante consenso, cf. (Caner, 2002), (Figuinha, 2009), (Pottier, 2008). Há dois ótimos exemplares de interpretações combinadas: o artigo de Zeev Rubin e o livro de Valerio Neri, pois seguem Van Dam com relação aos *bagaudas* e veem os circunceliões como ordens ascetas errantes (Rubin, 1995) (Neri, 1998 pp. 138-143; 162-177; 397-417).

subalternas à iniciativa de potentados ou, em algumas interpretações, até mesmo à dos bárbaros.

Embora, por sua flexibilidade, essa seja uma visão muito sedutora, não é muito sustentável pela documentação.

As primeiras menções do termo *bagaudas* acontecem no meio do século IV, nas obras de Aurélio Vítor e de Eutrópio. No entanto, as primeiras menções aos eventos que os dois historiadores associam ao termo *bagaudas* acontecem no fim do século III e início do século IV, em três panegíricos à Maximiano. O que há de mais importante nesses panegíricos é que, a partir da leitura deles, é certo que Maximiano reprimiu, como uma de suas primeiras ações sob as ordens de Diocleciano, uma revolta de camponeses na Gália.

Começarei pelo primeiro panegírico, que é o mais próximo dos eventos:⁸⁵ um panegírico cujo nome do autor não sobreviveu, embora se tenha pensado por muito tempo que fosse Mammertino, escritor de outros panegíricos da coleção (Nixon, et al., 1994 pp. 9-10, 41-41). O primeiro panegírico foi apresentado em Trier, no ano de 289, isso é 3 ou 4 anos após Maximiano ser apontado como coimperador junto a Diocleciano – 285 ou 286 (Nixon, et al., 1994 pp. 46-48). A ocasião que propiciou o pronunciamento foi a celebração do aniversário de Roma, muito embora o elogio seja direcionado ao imperador Maximiano, cuja relação com a capital do Império é desenvolvida por meio de sua assimilação à figura de Hércules.

O autor do panegírico não faz referência ao termo *bagaudas*, mas isso não é realmente um problema. Pois, por um lado, isso pode ser perfeitamente compreensível dentro da lógica de um panegírico, ainda mais quando o autor está dividido entre diminuir a importância de uma ação menos dignificante que o enfrentamento de bárbaros e demonstrar a rapidez e a eficiência do imperador na pacificação da rebelião na Gália. Por outro lado, a ausência do termo não impede o reconhecimento de uma descrição clara de uma revolta de trabalhadores rurais livres na Gália.

(...) ascendeste ao decadente nome romano, próximo ao príncipe, com o mesmo auxílio oportuno que tu, Hércules, outrora, assistira com parte da vitória o teu Jove, operante na grande guerra dos

⁸⁵ *Pangirici Latini* 2 (10) Anônimo, ou Mammertino a Maximiano, Trier, 289. 4.1-4; 5.1; 6.1.

Engendrados da Terra (ou Terrígenos), e provara que, não apenas ele teria recebido o céu dos deuses, mas ele mesmo o teria lhes restituído. E não foi isso similar ao mal de monstros biformes nestas terras, que eu não sei se mais teria sido pela tua força reprimido, César, ou pela tua clemência mitigado: quando agricultores ignorantes buscaram trajes de soldados, e quando soldados de infantaria foram imitados por fazendeiros (ou aradores), cavaleiros por pastores, e hostes de bárbaros por rústicos devastadores de seus (próprios) cultivos? Isso eu deixo para trás rapidamente; pois de fato vejo: tão pio és ao preferir esquecimento à glória daquela vitória. (...) E o que se verificou? De imediato, com aquele furor miserável apenas recém-abatido, quando todas as nações bárbaras tentaram o assassinato da Gália inteira (...). *Panegirici Latini*, 2 (10) 4.2-4; 5.1.⁸⁶

Em meio à caracterização dos revoltosos como trabalhadores rurais livres, à qual voltaremos no próximo capítulo, o poeta enfatiza a ousadia desses homens de baixo estatuto e seu furor miserável (termo que pode ser associado a sua condição de *humiliores*). E, significativamente, o panegirista não faz uso do linguajar do banditismo, muito pelo contrário. O panegirista não teria razão alguma para esconder se esses agricultores tivessem formado um bando criminoso típico ou se apoiassem um usurpador, como Carausius, mencionado logo depois.⁸⁷

O uso da mitologia me parece significativo porque a referência aos gigantes me parece também uma referência à tópica da Inversão Social. No entanto, mesmo que seja, não me parece um uso claro e direto do tipo de linguajar das tópicas que aparecem em outros textos. Dos três *topoi*, o que aparece na figura dos monstros biformes é principalmente o *tópos* da *Reversão de Linhas de Autoridade*, mas surpreendentemente⁸⁸ desassociado da ideia de banditismo: trabalhadores do

⁸⁶ (...) praecipitari Romano nomini iuxta principem subiusti eadem scilicet auxili opportunitate qua tuss Hercules louem uestrum qondam Terrigenarum bello laborantem magna victoria parte iuuit probauitque se non magis a dis accepisse caelum qual eisdem reddidisse. (3) An non illud malum símile monstrorum biformium in hisce terris fuit quod tua, Caesar, nescio utrum, magis fortitudine repressum sit na clementia mitigatum, cum militaris habitus ignari agricolae appetiuerunt, cum arator peditem, cum pastor equitem, cum hostem barbarum suorum cultorum rusticus uastator imitatus est? (4) Quod ego cursim praetero; vídeo enim te, qua pietate es, oblivionem illius victoriae malle quam gloriam. (...) Quid vero? Statim, uixdum misero illo furore sopito, cum omnes barbarae nationes excidium universae Galliae minarentur (...).

⁸⁷ Ver a discussão de Clifford Minor, cf. (Minor, 1997).

⁸⁸ A dissociação é surpreendente para quem segue a interpretação da Raymond Van Dam (Van Dam, 1985).

campo que pegam em armas, que mudam a ordem social transformando-se em militares.

Já a problemática do esquecimento aparece claramente neste panegírico. Ao final do parágrafo 4, logo após falar dos monstros bifformes, o autor diz: “Isso eu deixo para trás rapidamente; pois de fato vejo: tão pio és ao preferir esquecimento à glória daquela vitória”. A explicação mais verossímil para a preferência de Maximiano pelo esquecimento em lugar da glória é provavelmente que o grau de glória militar associado à repressão de revoltas é menor do que aquele associado a inimigos com exércitos plenos como os bárbaros. Mas é inegável que essa frase também implica uma indignação para com a ação dos agricultores, uma indignação contra a insurgência desses homens (impossível dizer se houve mulheres) que ousaram agir de modo diferente daquele que deveriam de acordo com a boa ordem da sociedade idealizada pelo panegirista.

Os outros dois panegíricos (o *Genethliacus* a Maximiano⁸⁹ e o panegírico a Maximiano e Constantino⁹⁰) também de autores anônimos (e também anteriormente associados a Mammertino) são menos substanciosos e parecem apenas ecoar o primeiro no que diz respeito à revolta (Nixon, et al., 1994 pp. 9-10, 76, 179-185).

O *Genethliacus* foi pronunciado em ocasião do aniversário de Maximiano, sendo esse o significado do termo *genethliacus*, pronunciado em Trier, no ano de 291. Neste panegírico, os monstros bifformes são mencionados no mesmo contexto mitológico (a gigantomaquia) do panegírico anterior, mas apenas brevemente.

Portanto, aquele deus ancestral de Diocleciano, com os Titãs já expulsos da outrora posse do céu e logo após a guerra dos monstros bifformes, com preocupação duradoura, governa o Império, o mais pacífico possível, e assim volve com mão infatigável essa matéria tão grande, e vigilante conserva as ordens e as sucessões de todas as coisas. *Panegirici Latini*, 3 (11), 3.4.⁹¹

⁸⁹ *Panegirici Latini*, 3 (11) 3.4-5 5.3.

⁹⁰ *Panegirici Latini*, 7 (6) 8.3.

⁹¹ Ille siquidem Diocletiani auctor deus praeter depulsos quondam caeli possessione Titanas et mox biformium bella monstrorum perpeti cura quamvis compositum gubernat imperium, atque hanc tantam molem infatigabili manu voluit, omniumque rerum ordines ac vices peruigil servat. 5 Neque enim, tunc tantummodo commovetur, cum tonitrua incutit et fulmina iacit, sed etiam, tumultuantia elementorum officia pacavit, nihilominus tamen et fata disponit et ipsas quae tacitae labuntur auras placido sinu fundit, et in adversa nitentem impetu caeli rapit solem.

Aqui se enfatiza a ordem pacífica que foi estabelecida após a ação de Maximiano. Outro elemento significativo para a atual discussão nesse trecho, e que será discutido com mais profundidade posteriormente, é que neste panegírico também se faz uma menção à clemência de Maximiano ao lidar com as revoltas.

Portanto não comemoro a República liberta do domínio ferocíssimo por meio de tua virtude, não falo de ter retornado à obediência, com tua clemência, as províncias instigadas pelas injúrias do tempo anterior. *Panegirici Latini*, 3 (11), 5.3.⁹²

O autor afirma Maximiano “ter retornado à obediência, com tua clemência, as províncias instigadas pelas injúrias do tempo anterior”. Isto é, o panegirista coloca os levantes como resultado de injustiças cometidas antes do governo de Maximiano (e Diocleciano). Uma pista para a compreensão do sentido por trás dessa frase vaga, “injúrias dos tempos anteriores” (*saeculi prioris iniuris*), está em um trecho anterior que pode estar em conexão a essa ideia de injúrias. No parágrafo 15, o panegirista imputa a Maximiano a emulação de uma espécie de era de ouro, após o cenário devastado anterior ao seu governo.

Aconselham-me razões de tempo e de lugar e a reverência de vossa majestade para que eu ponha fim no discurso e, mesmo assim, tão pouco de vossa felicidade terei dito e tanto terá restado. Mas eis que sugerem: “ainda é capaz de falar a respeito da salubridade dos tempos e da fertilidade das terras”. Em verdade, de fato, sagradíssimo imperador, antes que vós restituísseis a saúde da República, todos sabemos quanta pobreza de colheitas e quanta copiosidade de funerais houve, com a fome em todos os lugares e com a peste espreitando. Mas quando em verdade trouxestes luz às gentes, desde então emanam continuamente sopros salutares. Nenhum campo logra o agricultor, a não ser quando supera a esperança por meio da abundância. As idades e os números dos homens são aumentados. As colheitas guardadas rompem os celeiros, e ainda os cultivos são duplicados. Onde era selva, já é

⁹² Non commemoro igitur virtute vestra rem publicam dominu saeuissimo liberata, non dico exacerbata saeculi prioris iniuris per clementiam vestram ad obsequium redisse provincias.

plantação: desfazemo-nos colhendo uvas e ceifando os grãos.
Panegirici Latini 3 (11), 15.1-4.⁹³

Acredito ser válido caracterizar esse parágrafo dentro do *tópos* da Era de Ouro. Isso porque a sua conexão com os revoltosos está no plano das motivações e causas delas, definidas pelo panegirista como as “injúrias dos tempos anteriores”. E, se há algum tipo de patronagem desenhada aqui, não é a patronagem local contra o centro imperial, mas a patronagem do centro em favor do pobres e humildes da Gália, uma patronagem associada à posição do imperador ou à monarquia e parte integrante e contraditória das representações da *Era de Ouro*, como discutido anteriormente.

Por fim, uma leitura rápida do parágrafo 5 do *Genethliacus* permitiria dizer que nele se faz presente a problemática do esquecimento, pois o panegirista se recusaria a falar das vitórias de Maximiano. No entanto, essa oração está inserida em um conjunto de outras referências a outras ações de Maximiano, as quais o poeta não teria nenhuma razão para querer esquecer, como as batalhas contra bárbaros, as vitórias sobre usurpadores e triunfos. Essa oração está dentro de um contexto retórico, no qual o panegirista enumera uma a uma todas as ações gloriosas (ou um pouco menos que isso) de Maximiano, ao mesmo tempo em que diz que não vai falar delas. Assim, embora mencione as ações militares, o faz para depois afirmar que prefere glorificar outros atributos de Maximiano, como sua piedade e felicidade; propor-se a não falar de vitórias militares para falar de outras virtudes é um *tópos* comum em panegíricos (Nixon, et al., 1994 pp. 22-23).

O terceiro panegírico, o *Panegírico a Maximiano e Constantino* foi pronunciado em ocasião do casamento de Constantino com a filha de Maximiano, Fausta, também em Trier, em 307. Nesse panegírico há apenas um eco dos outros dois. Mas este é um eco no qual novamente se faz presente a possibilidade de identificar nas palavras do panegirista uma justificativa para as revoltas: “Aqui está aquele que, na própria aurora de seu nome, retornou à obediência da República as

⁹³ Admonet me et temporis et loci ratio et maiestatis tuae reuerentia ut finem dicendi faciam, quamquam de felicitate uestra tam pauca dixerim et tam multa restent. 2. Sed ecce suggerunt: “Adhuc pote dicere de salubritate temporum et fertilitate terrarum”. 3. Reuera enim, sacratissime imperator, scimus omnes, ante quam uos salutem rei publicae redderetis, quanta frugum inopia, quanta funerum copia fuerit, fame passim morbisque grassantibus. Vt uero lucem gentibus extulistis, exinde salutare spiritus iugiter manant. 4. Nullus ager fallit agricolam, nisi quod spem ubertate superat. Hominum aetates et numerus augetur. Rumpunt horrea conditae messes, et tamem cultura duplicatur. Vbi siluae fuere, iam seges est: metendo et uindemiando defecimus.

Gálias enfurecidas *pelas injúrias de tempos anteriores*, para a salvação delas mesmas” (*Panegirici Latini*, 7(6) 8.3). Essa oração curta deve ser lida dentro do contexto geral do panegírico, que é a celebração da união política de Constantino a Maximiano contra Galerius. Assim, ela tem uma clara função de lembrar as ações passadas de Maximiano e justificar e legitimar seu retorno ao cargo de imperador. Esse retorno é defendido em termos do seu sucesso na manutenção da ordem social, uma defesa da manutenção da ordem que se afasta ainda mais da caracterização dos revoltosos como bandidos, quando mais de 20 anos após a revolta, os discursos panegíricos ligados à figura de Maximiano ainda expusessem essa ideia de que as revoltas pudessem ser de alguma forma justificadas.

É apenas no meio do século IV, como já mencionado, que o termo *bagaudas* aparece na documentação antiga. Mas aparece em referência a esses eventos na obra de dois historiadores quando narram os episódios militares e políticos do final século III. As primeiras menções do termo *bagaudas* estão nos textos de Aurélio Vítor e Eutrópio; e o cotejo dos trechos dos panegíricos com os textos dos dois historiadores antigos não deixa dúvidas que se referem aos mesmos eventos, uma vez que todos os textos fazem referência a algum tipo de revolta de trabalhadores rurais e que ocorreram muito próximas da escolha de Maximiano como coimperador junto a Diocleciano.

O livro de Sexto Aurélio Vítor (c. 320 – c. 390), conhecido como *Historiae Abreviatae* ou *De Caesaribus*, foi escrito como uma forma de história abreviada dos eventos políticos e militares de Augusto até Constâncio. David Rorbacher, seguindo a opinião de vários autores, defende que a maior parte das informações incluídas na obra de Aurélio Vítor teria sido retirada de uma obra de história da qual não se tem vestígios, a *Kaisergeschichte*, e cuja existência foi sugerida por Alexander Enmann para explicar semelhanças nos dados, cronologia e erros de vários autores da Antiguidade Tardia (Rohrbacher, 2002 pp. 44-45), dentre os quais, Aurélio Vítor e Eutrópio. No que diz respeito aos *bagaudas*, vejo, porém, mais diferenças do que semelhanças entre os dois textos.

Aurélio Vítor teria escrito a *Historiae Abreviatae* entre 358 e 360 d.C. e seria nativo da África, com uma origem humilde, mas tendo ascendido socialmente por meio do trabalho na burocracia imperial. Uma das menções a essa ascensão é realizada por Amiano Marcelino, ao descrever sua relação com o imperador Juliano,

que o teria tornado senador provavelmente por causa de suas habilidades literárias (Rohrbacher, 2002 pp. 41-42).

O termo *bagaudas* no *Historiae Abbreviatae* ou *Liber de Caesaribus* (XXXIX, 17-19) aparece ligado também às primeiras ações de Maximiano na Gália a pedido de Diocleciano. Nesse contexto, a função dos revoltosos dentro do texto é a de servir de objeto para as habilidades adequadas de Maximiano em sua função, demonstrando a sua eficiência na supressão da revolta. Mas, ao mesmo tempo, os revoltosos são utilizados pelo autor como uma forma de diminuir o personagem de Maximiano em relação ao de Diocleciano, uma vez que Diocleciano o indica para a função de pacificar os agrestes gauleses “por amizade e, contudo, também por perícia militar e ainda pelo bom gênio, o fiel, ainda que semiagreste, Maximiano” (Aurelius Victor, *Liber de Cesaribus*, 39.17).⁹⁴ Assim, fica clara a aproximação semântica que Aurélio Vítor faz entre os inimigos agrestes e o César semiagreste (a figura de Hércules também ressalta isso, por também ser uma divindade semiagreste).

No que diz respeito aos *bagaudas*, Aurélio Vítor os define como compostos por agrestes e ladrões (*agrestium ac latronum*), os quais atacam as cidades da Gália. E Aurélio Vítor é o único dos autores que chama os *bagaudas* do século III de bandidos. O único. Dos textos do século IV nenhum outro autor usa a expressão *latrones* para se referir aos *bagaudas*. No século V, em seu *Historia Adversus Paganus* (VIII.25.2), Orósio, em uma menção bem mais resumida e com uma atitude bem mais hostil que a de Aurélio Vítor, também não usa a expressão *latrones*. Além dele, uma menção breve está na *Crônica* de Jerônimo, mas ali também não se fala de bandidos.⁹⁵

O banditismo também está ausente na menção de Eutrópio aos *bagaudas*. David Rohrbacher reconstrói a trajetória de Eutrópio (Rohrbacher, 2002 pp. 49-51), mas alerta para as incertezas que rondam tal escritor, dado que Eutrópio era um nome bem comum no Império Romano do século IV. Mas, seguindo a reconstrução

⁹⁴ (...) Maximianum statim fidum amicitia quamquam semiagrestem, militiae tamen atque ingenio bonum.

⁹⁵ A caracterização dos *bagaudas* também é quase inexistente nos textos medievais, a maior parte deles claramente escritos a partir ou de Orósio, ou de Jerônimo (Orósio, *Liber Historiarum Adversus Paganos*: VIII.25.2; e Jerônimo, *Chronica*: A.2303), que também podem ter sido baseados na *Kaisergeschichte*. E também neles a caracterização dos *bagaudas* (em suas diversas encarnações ortográficas) é de camponeses ou escravos pegando em armas sob a liderança de Amandus e Aelianus (Sánchez León, 1996 pp. 126-142).

de Rohrbacher, Eutrópio, nascido na Itália, teria sido também um funcionário civil da burocracia imperial e teria se tornado *magister epistularum* antes de 361, e sido promovido a *magister memoriae* sob o imperador Valente, entre 367-369. De acordo com Rohrbacher, não é inverossímil associar esse funcionário da burocracia com o Eutrópio que se torna procônsul da Ásia em 371, e também com um que se tornou prefeito da Ilíria em 380-381, assim como com um Eutrópio que se correspondia com Símaco, e com outro que se correspondia com Libânio, mencionado em 390.

A narrativa de Eutrópio no *Breviarium* é comparativamente mais simples e focada nos eventos militares do que a de Aurélio Vítor. A seção na qual os bagaudas são mencionados (IX, 20) está bem no início da descrição do governo de Diocleciano e, para Eutrópio, Maximiano ainda não tinha sido promovido a coimperador.⁹⁶ Assim, Eutrópio associa os bagaudas ao período inicial do governo de Diocleciano e os menciona como o alvo de sua primeira ação como imperador, imediatamente após negar que ele teria assassinado um antecessor, Numeriano,⁹⁷ e depois que teria vencido um concorrente, Carino.

No que diz respeito à caracterização social, para Eutrópio os bagaudas (*baudaes*) são camponeses (*rusticani, agrestes*), e a tópica da inversão está quase ausente. Mas há algo talvez até mais interessante: o reconhecimento da agência autônoma dos revoltosos, o qual discutirei com maior detalhe no próximo capítulo.

Nestes dois autores de breviários do século IV, há uma dimensão presente em ambos que pode ser associada às tópicas das inversões sociais: a inadequação da ação militar originária de pessoas de origens rurais. Diocleciano é mais culto, mais legítimo, Maximiano é eficiente, mas também é semiagreste, ainda assim legítimo. Os bagaudas, plenamente agrestes, são assim, bandidos, plenamente ilegítimos.

E, finalmente, nenhum dos textos estabelece uma relação de cooperação entre os usurpadores anteriores e os bagaudas. A única associação da ideia de usurpação com os bagaudas está em uma tradução para o grego do *Breviário*, feita por um autor chamado Painaios. Essa tradução coloca ao lado da palavra bagaudas

⁹⁶ Cf. discussão sobre os erros de Eutrópio nos comentários sobre o trecho por H.W. Bird (Eutropius, 1993).

⁹⁷ Bird também acredita que aqui Eutrópio estaria defendendo Diocleciano de acusações de que ele seria o assassino de Numeriano (Eutropius, 1993 pp. 146-147).

(*Bakáudas*) a seguinte glossa: *tyránnous epichoríous*.⁹⁸ Isso pode tanto ser traduzido como usurpadores nativos, como faz Raymond Van Dam (Van Dam, 1985), quanto como rebeldes do campo, como faz Clifford Minor (Minor, 1997). Mesmo porque, além disso, como visto acima, um dos panegíricos do século III pode ser lido de forma a apontar o mau governo dos usurpadores como o alvo inicial dos bagaudas.

Adicionalmente, acredito que tenha sido suficientemente demonstrada a fragilidade da interpretação dos bagaudas do século III como bandidos, principalmente porque, ao contrário do que parte da historiografia dá a entender, só há uma única utilização do termo *bandidos* em associação a essas revoltas nos documentos até aqui analisados para os bagaudas do século III.

Os bagaudas só voltam a ser mencionados no contexto da presença bárbara na Gália do século V, e o momento no qual aparecem também é seguido por um novo governo usurpador na Gália. Um dos primeiros textos em que a menção às revoltas aconteceria é a poesia elegíaca *De Redito Suo*, de Rútílio Namaciano.

O *De Redito Suo* é um poema que narra uma viagem de retorno à Gália, saindo de Roma. Ele é composto em dísticos elegíacos, cujo tema é o do elogio da história e da tradição da cidade de Roma, assim como os agradecimentos aos deuses pela boa viagem realizada. O conteúdo do poema articula a descrição da viagem de retorno do poeta a sua terra natal com a descrição também de uma rede de indivíduos, que representam o poder de Roma na Gália e a presença da Gália em Roma e, por fim, com a descrição do retorno do poderio do Império Romano após a desordem dos primeiros anos do século V.

Seu autor, Rútílio Namaciano, embora nascido na Gália, ocupou importantes cargos políticos no Império, sendo inclusive prefeito de Roma. Segundo John Matthews, essa poesia seria um dos últimos registros do grupo de indivíduos pertencentes à elite gaulesa que se aproximou das posições mais importantes na rede de poder do Império no final do século IV (Matthews, 1990 pp. 325-328). Esse “retorno à ordem” ficou definitivamente associado à derrota e rendição dos Godos em 416, quando Alan Cameron apresentou os argumentos definitivos para localizar a composição da poesia no ano de 417 (Cameron, 1967).

A poesia não menciona bagaudas, mas parece descrever em alguns de seus versos uma situação de inversão social que a historiografia associou aos bagaudas:

⁹⁸ Paeianus. *Versio Graeca Historiae Romanae Eutropii*, 9.20.3.

Ele tem consigo os laços dulcíssimos dos meus cuidados,
 filho por afeto, parente por estirpe:
 cujo pai, Exuperantius, às costas armoricanas
 agora ensinou a amar o retorno da paz;
 as leis e a liberdade restituiu e reconduziu
 e não permite existirem servos de seus escravos.

(Rútilio Namaciano, *De Redito Suo*: v. 211-216).⁹⁹

Aqui há um uso claro da tópica da Inversão Social. O poeta narra que, nos anos anteriores ao retorno de Rútilio Namaciano, um certo Exuperantius acabou com a inversão de papéis entre senhores e escravos que teria acontecido na Armórica. Mesmo que não se fale nos bagaudas, fala-se em Armórica, região que pode ser tida como foco de bagaudas nos anos de 435-437, a partir da leitura conjunta da *Crônica Gálica* de 452 e da *Vita Germani*. Mas o maior problema da associação desse trecho com os bagaudas não está aí; está na história tortuosa de seus manuscritos. Pois o trecho com a Inversão Social é um dos que está ausente nos manuscritos sobreviventes de *De Redito Suo*. Os versos 215 e 216 só são conhecidos e fazem parte das edições modernas, porque a primeira edição impressa do poema, de 1520, se utilizou de um manuscrito hoje perdido, onde estariam presentes os versos 215-216.¹⁰⁰ A ausência dos dois versos nos manuscritos sobreviventes pode parecer um grande problema, como frisa Phillip Bartholomew (Bartholomew, 1982), negando a possibilidade de se utilizar o *De Redito Suo* como documento para os bagaudas. Nisso é seguido por John Drinkwater (Drinkwater, 1992).

Mas tal uso não é indefensável, muito pelo contrário, já que não é inédito, nem incomum que estudiosos da Antiguidade recorram a uma *editio princeps* quando a tradição dos manuscritos está corrompida. Contudo, o uso do *De Redito Suo* como documento acrescenta muito pouco na compreensão dos bagaudas do

⁹⁹ ille meae secum dulcissima vincula curae,/ filius affectu, stirpe propinquus, habet:/ cuius Aremoricas pater Exuperantius oras/ nunc postliminium pacis amare docet;/ leges restituit libertatemque reducit/ et servos famulis non sinit esse suis.

¹⁰⁰ Uma discussão detalhada está na introdução ao *De Redito Suo* feita por Jonh Wight Duff e Arnold M. Duff na Loeb Classical Library (Duff, et al., 1934) e no artigo de Phillip Bartholomew (Bartholomew, 1982). Bartholomew ainda busca mostrar que o trecho é incompreensível, e não poderia ser traduzido significando inversão social do jeito que foi por E. A. Thompson e na edição da Loeb. Em sua resposta a Bartholomew (Thompson, 1983), Thompson apontou que sua tradução pode ser balizada pelos comentários de Ernst Dolbhofer em sua edição (Namatianus, 1977). Thompson, porém não respondeu à ausência dos versos nos manuscritos sobreviventes. Da minha parte, não vejo dificuldade alguma na tradução do trecho.

século V. A exclusão desse trecho significa uma menção a menos à presença de escravos entre os bagaudas, e mesmo assim, uma menção de difícil operação, pois a descrição dos eventos é talvez a ocorrência mais estilizada do *tópos* da Inversão Social nesse conjunto documental. A única real perda com a sua exclusão é que se perde parte da base documental para a possível existência de um levante entre os anos de 406 a 417.

Outro texto que foi associado aos bagaudas é a comédia *Querolus*, cuja conexão é dependente da sua relação com o autor de *De Redito Suo*. *Querolus* é uma comédia latina escrita na Antiguidade Tardia e a sua associação com as revoltas dos bagaudas é permitida em parte por uma proposta de datação que coloca sua composição na Gália nas primeiras décadas do século V d.C., e em parte, aceitando-se tal datação, por uma possível referência no texto a Rutilio Namaciano. Como seu autor é anônimo e não há no conteúdo do texto nenhuma referência que auxilie na sua localização temporal, sua datação é dependente de análises do estilo da linguagem e nas referências e alusões que aparecem nele. Mas, em uma epístola dedicatória no início do texto da comédia é afirmado que ela foi dedicada a um certo Rutilio, aparentemente uma figura poderosa da região do autor, que estaria dando um banquete na ocasião da primeira apresentação da peça teatral. Assim, desde a sua primeira edição impressa, quando o editor demonstrou que a peça não poderia ser de Plauto, alguns estudiosos dessa comédia latina especularam que esse Rutilio pudesse ser Rutilio Namaciano, autor de *De Redito Suo*. Mas a datação dessa comédia como pertencendo às primeiras décadas do século V, embora muito conveniente, está longe de representar um consenso. Entretanto, a localização da origem do autor na Gália, que também depende da identificação da dedicatória com Rutilio Namaciano e da análise por critérios linguísticos, parece sofrer menor oposição.¹⁰¹

O trecho de *Querolus* associado com a temática dos bagaudas ocorre na segunda cena e, como seria esperado, já que se trata de uma comédia, apresenta o *tópos* da Inversão Social. Na cena em questão, o protagonista Querolus aparece

¹⁰¹ Uma apresentação das diferentes propostas está na introdução escrita por Catherine Saos na edição da Belle Lettre de *Querolus*, em que ela defende a conexão com Rutilio Namaciano e a segunda década do século V (Saos, 1994 pp. vii-xxi), e se apoia pesadamente na análise linguística, principalmente na presença de um vocabulário de burocratas e advogados como justificativa dessa conexão com Rutilio Namaciano. George Duckworth também adota essa conexão (Duckworth, 1943). Para duas perspectivas mais céticas, cf. a introdução do estudo de George Johnston (Johnston, 1900 pp. ix-xiv) e o estudo de Goran Vidovic (Vidovic, 2009 pp. 3-8).

praguejando contra seu destino. Ao ser saudado pelo Lar familiar, ele replica irritado. O Lar se revela e expõe que o propósito de seu encontro com Querolus é fazer com que ele reconheça a injustiça de suas reclamações e lhe apresentar sua sorte. Segue-se um longo debate em que o Lar desconstrói inúmeras ilusões de Querolus sobre o que ele acha que deseja para si, até que ele é convencido de que seu destino será fortuito. É neste debate que o além-Loire e seus habitantes são mencionados. O Lar, porém, lhe oferece uma profecia paradoxal que ele não entende, mas que afirma que, nesse mesmo dia, riqueza e felicidade serão arremessadas sobre ele. Lar entra na casa e Querolus faz um pequeno monólogo suspeitando que o Lar era um farsante.

A menção ao além-Loire está no seguinte trecho:

Quer.: Que me seja lícito espoliar não devedores, matar estranhos e, também espoliar e matar meus vizinhos.

Lar: Hahaha. Não demandas poder, mas bandidagem. Assim, por Pólux, não sei de que modo poderia a ti entregar isto. Mas, contudo, descobri! Há isso que anseias: vais viver no Loire.

Quer.: E então?

Lar: Lá, os homens vivem sob a lei das gentes; lá, não há embustes; lá, as sentenças capitais são proferidas sob um carvalho¹⁰² e escritas em ossos; lá, até mesmo os camponeses advogam e os cidadãos privados julgam; lá, tudo é permitido. Se tu fores rico, serás chamado de *patus*,¹⁰³ assim fala nossa Grécia. Oh, florestas, oh solidão, quem vos disse livres? E há coisas muito maiores, das quais me calo, mas por hora isto é suficiente.

Quer.: Nem rico sou, nem desejo desfrutar a amizade do carvalho. Não quero estas leis selvagens.

Lar: Pede, portanto, algo mais humilde e honesto, se não consegues querelar. (*Querolus* 2.30).¹⁰⁴

¹⁰² O carvalho, a única menção que pode associar os bagaudas a uma questão identitária gaulesa está aqui.

¹⁰³ A tradutora para o francês, Catherine Jacquemard-Le Saos, apresenta várias opções de tradução derivadas do grego, entre *opulento*, *excremento* e *sofredor*, ou mesmo a hipótese de que seja de origem gaulesa, mas não decidiu por nenhuma delas e manteve o original.

¹⁰⁴ Que. Si quid igitur potes, Lar familiaris, facito ut sim priuatus et potens./ Lar. Potentiam cuiusmodi requiris?/ Quer. Vt liceat mihi spoliare non debentes, caedere alienos, uicinos autem et spoliare et caedere./Lar. Hahahe, latrocinium non potentiam requiris. Hoc modo nescio edepol, quemadmodum praestari hoc possit tibi. Tamen inueni, habes quod exoptas: Vade ad Ligerem uiuito./ Quer. Quid tum?/ Lar. Illic iure gentium uiuunt homines; ibi nullum est praestigium, ibi sententiae capitales de

“E há coisas muito maiores, das quais me calo” é uma frase que poderia ser indício do esquecimento ideológico das ações dos subalternos, mas utilizar o texto dessa forma seria até paradoxal, pois, sendo essa passagem aceita como representativa dos bagaudas, seu conteúdo é bem mais informativo do que a média da documentação.

Gostaria de chamar a atenção para um elemento ausente e dois elementos presentes nesse trecho. Em primeiro lugar, a ausência do termo bagaudas. A relação desse trecho com as revoltas no início do século V é profundamente dependente da identificação do Rutilio da dedicatória com Rutilio Namaciano e da aceitação *De Redito Suo* como fonte para os bagaudas. Em segundo lugar, há a referência ao banditismo. Viver no Loire, no entendimento do Lar, é banditismo (*latrocinium*).

Querolus é, portanto, outro dos textos-base para que se estabeleça a interpretação dos bagaudas como uma forma de banditismo. Mas o banditismo e a *Reversão de Linhas de Autoridade* aqui estão sobrepostos aos outros dois *topoi*. Isso está no segundo elemento presente: a descrição detalhada do lugar estabelece que lá haveria um contexto igualitário e uma forma de lei local. Nessa descrição tanto a *Inversão Social*, quanto a *Era de Ouro* estão presentes. A inversão social na forma da inversão das relações jurídicas: os rústicos em lugar dos urbanos advogam e os cidadãos privados, e não o poder público, julga. O *tópos* da *Era de ouro* também aparece por meio da ideia de igualdade e liberdade de todos em relação a todos. É uma descrição detalhada e menos estilizada e formal do que alguns historiadores pensam, já que não há nada semelhante em nenhuma outra comédia, ou nenhuma outra obra literária latina. E, além disso, é um trecho periférico, com pouca ou nenhuma influência no andar da trama e, assim, menos sobredeterminado pelas exigências do gênero de composição.

Ambas as coisas são importantes no que diz respeito à compreensão das convenções literárias da Comédia latina na investigação do uso dessas comédias como objeto de estudo pelo historiador; uma questão importante, em âmbito geral e teórico, mas também em âmbito particular, para o uso desse trecho para entender os

robore proferuntur et scribuntur in ossibus; illic etiam rustici perorant et priuati iudicant; ibi totum licet. Si diues fueris, patus appellaberis: sic nostra loquitur Graecia. O silvae, o solitudines, quis uos dixit liberas? Multo maiora sunt quae tacemus, tamen interea hoc sufficit./ Quer. Neque diues ego sum, neque robore uti cupio. Nolo iura haec siluestria. Lar. Pete igitur aliquid mitius honestiusque, si iurgare non potes.

bagaudas, pois a conexão de *Querolus* com o problema dos bagaudas se dá por meio de uma menção incidental e que não é comum nas regras do gênero.

Entender as convenções literárias que determinam a composição e a leitura dessa comédia significa subordinar a compreensão dessa menção à compreensão geral do tema, da matéria, do arranjo formal e dos elementos constituintes da peça dramática. E assim, para entender suas dissonâncias e contradições, acompanhando David Konstan (Konstan, 1983 p. 95), não é no arquétipo ou paradigma de trama que se encontra o conteúdo ideológico de uma comédia, mas nas articulações específicas de divergências da norma de cada texto. Evita-se assim transformar uma investigação do instrumental de composição numa investigação que reduz o significado ideológico e histórico à separação do que é convenção daquilo que é representação histórica. A convenção, entendida assim, seria mera repetição do que os antecessores produziram, portanto fictício, não remetendo ao contexto histórico do século V. E o conteúdo histórico estaria nos detalhes específicos e particulares encontrados em meio aos diálogos, tomados como pura informação a ser ali encontrada e abstraída de seu contexto poético.¹⁰⁵

Quase toda a historiografia sobre bagaudas examina o trecho que menciona os habitantes da região além do rio Loire e a presença ou não dos bagaudas em termos de informação positiva ou negativa, verdade ou mentira, lendo o trecho isoladamente e o apresentando como uma das menções aos revoltosos além-Loire. Mas é exatamente a relação incidental da passagem com o resto da Comédia que acaba por estimular esse comportamento. Ao se tentar compreender a passagem do além-Loire de forma integrada ao resto da comédia, a sensação de insignificância fica bem concreta. O motor da trama, o personagem cujas ações solucionam o desafio feito pelo Lar é o parasita charlatão Mandrogerus, que tenta enganar Querolus, o personagem. Por meio desse personagem, o autor operou uma discussão filosófica sobre a força da deusa *Fortuna*, associada ao Lar, e uma discussão sobre a patronagem, relação que, no contexto da comédia, é devida por Querolus àquele que, mesmo involuntariamente, lhe permitiu encontrar seu destino de homem rico (Vidovic, 2009). Por isso, a passagem que descreve a terra onde tudo é permitido é absolutamente irrelevante para o andamento da trama.

¹⁰⁵ Por sinal, o outro trecho da comédia onde os *tópos* da inversão social e era de ouro aparecem, o monólogo do escravo Pantomalus (cena 6), pautado pela descrição da liberdade sexual e da troca de prazeres entre os escravos, também é absolutamente periférico para a trama.

No entanto, todas as possibilidades de uso desse trecho como uma descrição da sociedade pelos bagaudas dependem da decisão a ser tomada quanto à aceitação de *Querolus* como um texto representante da Gália no início do século V. O mesmo dilema que se apresenta com relação ao *De Redito Suo*. Nesses dois textos a presença dos *topoi* é bem clara, mas eles são os que apresentam a mais frágil relação com o fenômeno das revoltas na Gália da Antiguidade Tardia. Assim, alguns autores recentemente passaram a defender a sua exclusão do corpo documental sobre os bagaudas do século V, como, por exemplo, John Drinkwater (Drinkwater, 1992). O significado, porém, de ignorar esses dois textos é o desaparecimento da revolta dos bagaudas entre 406 e 417.

Consequentemente, a primeira menção aos bagaudas no século V seria a de Salviano de Marselha, mas os bagaudas presentes em *De Gubernatione Dei* não são facilmente associados a um evento localizado no tempo. Por causa dessa dificuldade com esses dois textos, Clifford Minor denominou os revoltosos de 406 a 417 de “bagaudas fantasmas” (Minor, 2000).¹⁰⁶ Adicionalmente, se a exclusão do *De Redito Suo* retira uma das datas das revoltas, mas teria pouco efeito sobre a investigação do que e quem são os bagaudas, a exclusão do *Querolus* significa não utilizar a descrição de como seria a sociedade criada por eles.

Mas todas as dificuldades em datar precisamente o *Querolus*, ainda assim, não impedem o uso desse trecho como uma descrição abstrata e caricatural dos revoltosos do além-Loire – que é o que ele efetivamente é. E quanto ao trecho do *De Redito Suo*, como sua exclusão se baseia na tentativa de ignorar que o trecho existe na *editio princeps*, e não há razão nenhuma para acreditar que o autor dessa *editio* tenha inventado os versos ausentes nos manuscrito sobrevivente, me parece razoável sua utilização, principalmente porque a menção a Exuperantius e sua repressão da revolta em 417 ganha corpo quando posta lado a lado com os trechos sobre revoltas na *História Nova* de Zósimo e na *Crônica Gálica de 452*.

Vida de São Germano (Vita Germani) é um texto que não menciona os bagaudas, mas que faz referência a um levante na Armórica e também menciona o personagem que parece ter liderado tal levante. O lugar, o levante e o líder que são

¹⁰⁶ Há mais um texto que apresentaria um levante dos bagaudas entre esses anos, a *História Nova* de Zósimo, do século VI (6.2.5; 6.5.2-3). Uma vez que o texto de Zósimo não apresenta os *topoi* e só toca a problemática do esquecimento na medida em que historiadores como Phillip Bartholomew gostariam de esquecê-lo, a discussão dele é realizada no quarto capítulo, quando lido com o impacto das estruturas imperiais sobre as revoltas.

mencionados na *Crônica Gálica* de 452 são os mesmos em conexão com os bagaudas. De acordo com a crônica, o levante aconteceu entre 435 e 437, e essa conexão não é importante apenas para os estudiosos dos bagaudas, já que o levante é uma das coisas que permite estabelecer a cronologia da vida de Germano. Quanto a essa discussão, porém, os estudiosos estão divididos a respeito da data de sua morte: ele pode ter morrido entre 437 e 448. O estabelecimento dessa cronologia concerne à investigação sobre os bagaudas porque ela está relacionada a uma hipótese de que a revolta reprimida em 437 tenha retornado por volta de 448.¹⁰⁷

Constâncio de Lyon compôs a *Vita Germani* provavelmente entre 475 e 480, cerca de 30 a 40 anos após a morte de Germano, dependendo da data que se associe à morte do santo (Borius, 1965) (Thompson, 1984). Ou seja, há uma boa distância entre a morte do santo e o momento de composição da *vita*. Isso é uma das explicações que geralmente se aponta para as lacunas que a biografia apresenta quanto a certos momentos da vida de Germano, como os poucos dados que Constâncio de Lyon apresenta sobre a trajetória de Germano anterior ao bispado. Essa explicação significa supor, portanto, que esses 30 ou 40 anos implicaram uma dificuldade em se conseguir materiais a respeito da vida de Germano, o que também explicaria a fragilidade e as incertezas da cronologia da vida do santo apresentada no texto de Constâncio. Mas essas características do texto também podem ser imputadas às determinações do gênero dentro do qual o autor escreve: a hagiografia.

Como gênero de escrita, a hagiografia, além do caráter elogioso, também apresenta geralmente eventos miraculosos, características que geralmente levam alguns historiadores a diminuir o valor desse tipo de documentação para o trabalho do historiador. (Thompson, 1984). Uma compreensão das regras do gênero e o seu uso dentro da obra escrita em si, principalmente a respeito do jogo necessário que a *vita* cristã precisa desenvolver entre o fantástico e o verossímil, ou entre o elogioso e os dados coletados sobre o personagem biografado, pode abrir as possibilidades de uso desse tipo de texto para o historiador, superando um falso dilema entre literatura e história (Thompson, 1984) (Borius, 1965). Uma compreensão do uso particular que o autor faz das regras da escrita do gênero, ao lado do uso que a estrutura narrativa

¹⁰⁷ Contudo, o desenvolvimento dessa questão pertence ao capítulo 5 desse estudo.

faz dos “fatos” históricos sobre a vida do personagem, pode permitir ao historiador retirar as aspas desses fatos históricos.

Dentro dos subtipos das hagiografias cristãs latinas, a *Vita Germani* é uma vida de bispo (nem de asceta, nem de mártir), daí o lugar proeminente do combate à heresia na estrutura narrativa desse tipo de vida. As duas idas do santo à Britânia para combater a heresia pelagiana são pontos cruciais da narrativa da primeira metade da *Vita Germani* (12-18; 25-27). Já a segunda metade da vida tem como motor narrativo exatamente as questões postas pelo episódio associado aos bagaudas. Esse episódio acontece imediatamente após a volta de Germano da sua segunda ida à Britânia, quando ele é interpelado pelos habitantes da Armórica, em plena rebelião:

(...) já rodeava o cansaço do mestre beato uma delegação do Trato Armoricano. Pois o homem magnífico, Aécio, que então governava a República, ofendido pela insolência da orgulhosa região, confiara a Goar, rei ferocíssimo dos alanos, aqueles lugares que inclinavam-se em favor da intenção de rebelião, porque aquele [Goar] desejara com a avidez da cobiça bárbara aqueles [locais]. (Constâncio de Lyon, *Vita Germani*: 28).¹⁰⁸

E, conseqüentemente, a segunda metade da narrativa é a descrição da ida do santo até Ravenna, em busca de um perdão imperial aos rebelados da Armórica, o que impediria o ataque dos alanos à região. Dada a importância desse evento dentro da narrativa, que conclui com a morte do santo em Ravenna, é significativo que haja uma discordância entre o autor da *vita* e as ações do santo. O santo morre ao concluir sua busca, demonstrando preocupação para com os rebelados. Por outro lado, Constâncio deixa bem clara a péssima opinião que tem dos habitantes da Armórica e de seu líder:

Por causa do bem-estar da região armoricana que resultara na necessidade da peregrinação, com o perdão obtido, teria conseguido de acordo com seu próprio arbítrio a segurança perpétua, se a perfídia de Tibato não tivesse reconvocado a população instável e indisciplinada à rebelião precedente. Por causa desse fato, a

¹⁰⁸ (...) iam legatio Armoricani Tractus fatigationem beati antistitis amiebat. Offensus enim superbae insolentia regionis vir magnificus Aetius qui tum rem publicam gubernabat Goari ferocíssimo Alanorum regi loca illa inclinanda pro rebellionis praesumptione permiserat, quae ille auiditate barbaricae cupiditatis inhiauerat.

intercessão evanesceu, e a credulidade imperial foi frustrada por esse logro. O qual, no entanto, por causa de sua astúcia de múltiplas faces, em pouco tempo sofreu penas de pérfida temeridade. (Constâncio de Lyon, *Vita Germani*: 40).¹⁰⁹

E é exatamente para demonstrar sua discordância com relação ao santo, que Constâncio emprega construções literárias recorrentemente utilizadas para se referir aos armoricanos. Insolência (*insolentia*), orgulho (*superbia*), perfídia (*perfidia*), população instável e indisciplinada (*mobilem et indisciplinatum populum*) e astúcia de múltiplas faces (*calliditate multiplici*): estes são os termos utilizados por Constâncio de Lyon para se referir aos armoricanos. Termos que poderiam muito bem ser a descrição de um *servus callidus* de uma comédia plautina. Assim, na *Vida de São Germano*, novamente se encontra, associada aos bagaudas, ou a um evento que potencialmente seja uma descrição deles, a ideia de inversão social.

As duas últimas ocorrências do termo bagaudas que pretendo trabalhar aqui são duas Crônicas. A *Crônica Gálica* de 452, cujo autor é anônimo, e a *Crônica* de Hidácio, escrita na *Gallicia*. Uma característica comum a ambas essas crônicas é que as duas são continuações da *Crônica* escrita por Jerônimo em 382, que, por sua vez, seguia e traduzia a *Crônica* de Eusébio, grupo no qual também entram as diferentes versões da *Crônica* de Próspero da Aquitânia (Muhlberger, 1990 pp. 3-57).

Jerônimo pode ser considerado o primeiro escritor desse gênero, a crônica cristã, uma forma de escrita que, por meio da sobreposição de diferentes cronologias e contagens de anos (consulados, olimpíadas, anos desde Abrãao, etc.), entrelaçava a história do mundo com a teodiceia cristã (Muhlberger, 1990). Embora tenham sido escritas de forma independente uma da outra, a lógica de composição de ambas obedece aos critérios estabelecidos pelo antecessor. Assim, sendo continuações, os dois autores começaram de onde Jerônimo parou e estabeleceram sua cronologia e contagem de anos se baseando na de Jerônimo, embora o cronista gaulês anônimo tenha optado por simplificar tanto a cronologia de Jerônimo quanto

¹⁰⁹ Causam sane Armoricanæ regionis quæ necessitatem peregrinationis indixerat, obtenta uenia et securitate perpetua, ad proprium obtinisset arbitrium, nisi Tibattonis perfidia mobilem et indisciplinatum populum ad rebellionem pristinam reuocasset. Quo facto et intercessio sacerdotis euauit et imperialis credulitas circumscriptione frustata est. Qui tamen pro calliditate multiplici breui poenas perfidæ temeritatis exsoluit.

a sua composição em colunas com temáticas variadas,¹¹⁰ no que é seguido por Hidácio (Muhlberger, 1990).

Durante muito tempo a *Crônica Gálica de 452* foi imputada a Próspero de Aquitânia, imputação que só deixou de ser comum no século XIX (Burgess, 2001). Alguns estudiosos sugeriram que seu autor pode ter sido de Valentia ou Massilia (Muhlberger, 1990), algo difícil de confirmar, mas pela ênfase dada na Crônica a acontecimentos das Gálias, parece ter sido um galo-romano do sul.

A maneira como a *Crônica* apresenta os eventos políticos e militares, por sua vez, é considerada pelos comentadores como uma perspectiva pessimista e catastrofista. Isso se baseia na maneira como é apresentada a descrição da presença dos bárbaros nas regiões romanas, o uso desses mesmos bárbaros nos exércitos, a ação dos usurpadores e a preocupação do cronista com as sedições – que são coisas diferentes, como se pode ver em sua descrição da sedição da Britânia – e, por fim, na forma como a crônica termina, ao descrever a devastação das Gálias realizadas por Átila.¹¹¹

Há quatro eventos relacionados aos bagaudas na crônica, o que se segue é o primeiro e, penso, o mais significativo para a atual discussão:

A Gália ulterior, tendo seguido Tibato, líder da rebelião, abandonou a sociedade romana; com um início arrastado a partir do qual quase todos os servos das Gálias conspiraram em direção à bagauda. (*Chronica Gallica anno 452: 117 [a.435]*)¹¹²

Aqui o *tópos* da Inversão Social aparece numa formulação sobre como a rebelião, que ocorre num lugar que o cronista chama de Gália ulterior, parece exercer uma espécie de atração sobre “quase todos os servos das Gálias”. É importante notar que aqui também o linguajar do banditismo se faz ausente, tendo em seu lugar a ideia de que a rebelião buscava a secessão, o abandono do Império Romano.

¹¹⁰ A tradução *on-line* para o inglês é muito útil para se observar como seria o manuseio da *Crônica* de Jerônimo, cf. (Pearse, 2005).

¹¹¹ Há algumas dificuldades com relação à cronologia e a contagem de anos, mas que parece não afetar os trechos pertinentes à investigação dos bagaudas, cf. (Burgess, 2001).

¹¹² Gallia ulterior Tibatonem principem rebellionis secuta a Romana societate discessit; a quo tracto initio omnia paene Galliarum servitia in Bacaudam conspiravere.

Outra característica que deve ser percebida é que aqui os bagaudas são mencionados em uma construção linguística diferenciada, já que o termo utilizado está no singular, e ao contrário das outras ocorrências, faz referência à “bagauda” (*bacaudam*), e não aos “bagaudas”, como se o termo aqui significasse o grupo como um todo ou a prática de rebelião, e não os indivíduos que o compõem, como parece ser o caso nas ocorrências vistas anteriormente. Entendo que isso esteja em conexão com outra característica particular dessa ocorrência: a ausência de explicações do que seria uma bagauda, uma ausência que se repete na *Crônica* de Hidácio.

Hidácio, por sua vez é alguém de quem há um pouco mais de informações. Ele era bispo de *Aquae Flaviae* na *Gallaecia* (hoje ao norte de Portugal) e teria terminado de escrever sua crônica em 468, a data da última entrada na *Crônica*. Além disso, sabe-se que foi bem ativo nas negociações com Roma a respeito do combate aos bárbaros em sua região, e também no enfrentamento da heresia priscilianista (Tranoy, 1974 pp. 9-23) (Burgess, 1993 pp. 3-10). Hidácio teria morrido possivelmente depois de terminar a crônica: alguns comentadores aceitam a data de 474, seguindo um parágrafo interpolado na entrada sobre Hidácio no *De viris illustribus* de Isidoro de Sevilha (Burgess, 1993 p. 5). Essas informações, porém, provêm quase que exclusivamente de sua crônica. Isso porque a *Crônica* tem um prefácio em que o autor se apresenta e demonstra um surpreendente conhecimento das regras de escrita do gênero historiográfico, mas também porque há um punhado de eventos inseridos no meio da crônica que dizem respeito a ações do escritor, como atitudes suas contra os abusos dos suevos ou confissões a respeito das suas fontes de informações.

Assim como a *Crônica Gálica de 452*, a *Crônica* de Hidácio foi pensada como uma continuação daquela escrita por Jerônimo, simplificando a descrição dos eventos em uma coluna, mas mantendo e até ampliando os elementos de datação.¹¹³ A de Hidácio, porém, distancia-se um pouco mais do modelo original por causa da prolixidade do autor, que compôs eventos muito mais complexos e

¹¹³ A cronologia de Hidácio apresenta uma série de dificuldades, por causa em parte de problemas nos manuscritos, mas em parte por causa de intervenções dos editores modernos. Para uma apresentação dos problemas, uma defesa do manuscrito e um retorno parcial à edição de Mommsen contra a de Tranoy, cf. (Burgess, 1993 pp. 11-68).

detalhados do que as crônicas anteriores – embora escritos de forma ainda mais sintética (Burgess, 1993) (Muhlberger, 1990).

A crônica também apresenta uma perspectiva claramente contrária à presença dos bárbaros e até mesmo contra a sua presença entre os exércitos romanos, embora o autor ocasionalmente reconheça que certas alianças são uma necessidade imposta pelo contexto, como, por exemplo, a aliança do exército romano com os godos contra os suevos, e a da plebe da Galícia com os suevos contra os godos. Da mesma forma que a *Crônica Gálica de 452* tem um enfoque regional, a *Crônica* de Hidácio também apresenta muito mais eventos da Hispânia do que de outros lugares, mas como Steven Muhlberger demonstra, essa perspectiva regional se dá menos por uma vocação provinciana de Hidácio, e mais por causa da dificuldade de se conseguir informações, o que pode ser inferido a partir do esforço de Hidácio em conseguir fontes de episódios de outros lugares do Império. No entanto, diferentemente do pessimismo político da *Crônica Gálica de 452*, alguns comentadores identificaram um forte componente escatológico na obra de Hidácio (Tranoy, 1974 pp. 50-62) (Muhlberger, 1990) (Burgess, 1993).

Há na crônica de Hidácio cinco eventos associados aos bagaudas, todos muito similares aos dois que se seguem:

Astúrio, general dos dois exércitos, enviado às Hispânicas, mata uma multidão de bagaudas tarraconenses (441 d.C.). (*Hydatius. Chronicon Episcopi Galliciae*: 125 [ou 117])¹¹⁴

(...) Merobaudes (...) quebrou a insolência dos bagaudas Aracelitanos (443 d.C.). (*Hydatius. Chronicon Episcopi Galliciae*: 128 [ou 120])¹¹⁵

O que há de diferente na *Crônica* de Hidácio, em relação a todas outras ocorrências textuais dos bagaudas, é a localidade onde eles aparecem: em lugar das Gálias, eles são descritos agindo em diversos lugares na região da Tarraconense, isso é, na Hispânia. Na *Crônica* de Hidácio, o termo “bagaudas”, assim como na *Crônica Gálica de 452*, é também utilizado sem nenhuma explicação a respeito de seu significado. Na primeira passagem, os bagaudas são descritos como compondo uma multidão. Na segunda passagem, os bagaudas são descritos como insolentes. E em ambos os casos os bagaudas são derrotados por agentes do

¹¹⁴ Asturius dux utriusque militiae ad Hispanias missus Terraconensium caedit multitudinem Bacaudarum.

¹¹⁵ (...) Meurobaudis (...) Aracellitanorum frangit insolentiam Bacaudarum.

Império. Em nenhum desses dois trechos (e como se verá posteriormente, nem nos outros três restantes) é possível extrair muita informação a respeito das características desses bagaudas.

Portanto, nessas duas crônicas o uso de bagaudas se dá sem qualificativos e sem explicações do que seriam. Isso já foi interpretado como uma perda do sentido original de rebelião camponesa no século III. E também permitiu a sua leitura como movimentos mais próximos do banditismo, como discutido anteriormente (Drinkwater, 1992). Como acredito ter demonstrado até aqui, a interpretação dos bagaudas como um tipo de banditismo ou patronagem local não se sustenta para o século III, algo que John Drinkwater já tinha demonstrado (Drinkwater, 1989). Adicionalmente, a ideia de que, nessas duas crônicas escritas no século V, o termo bagaudas tenha perdido o sentido original também é insustentável.

Ambas as crônicas são continuações da crônica de Jerônimo, de forma que ambas partem do lugar onde Jerônimo parou, com seus autores se utilizando de materiais e fontes ao seu alcance para suprir informações entre o fim da crônica de Jerônimo e o início das que estavam escrevendo. Nos manuscritos de ambas as crônicas, elas geralmente são continuações efetivas do texto de Jerônimo (diferentemente das *Crônicas* de Próspero da Aquitânia, que são mais comumente epítomes do texto de Jerônimo), de forma que Steve Muhlberger sugere que essa era a ideia de publicação dos autores (Muhlberger, 1990). Isso significa que estes dois cronistas não só leram como também *necessariamente* estudaram e copiaram o *Chronici Canones* de Jerônimo.

Retornando às fontes para os bagaudas do século III, Jerônimo e Orósio também são fontes para os bagaudas,¹¹⁶ na verdade, como já mencionei, parecem ser as principais fontes para os autores medievais que mencionam os bagaudas. E o conteúdo das menções aos bagaudas nesses dois autores não é nada surpreendente:

¹¹⁶ O contexto de escrita da *Crônica* de Jerônimo, incluindo as fontes, parece ser muito próximo do da escrita das obras de Aurélio Vítor e Eutrópio, sendo ele também um dos possíveis leitores da *Kaisergeschite*. Orósio, que provavelmente se utilizou de materiais similares aos de Jerônimo, incluindo o próprio, parece ter baseado seu trecho sobre os bagaudas em Eutrópio. E, mesmo escrevendo uma obra historiográfica típica e mais detalhada, pode ser entendido como tendo desenvolvido um projeto até mais radical de entrelaçamento da História do mundo com a Teodiceia cristã, sobre Orósio, cf. (Rohrbacher, 2002 pp. 135-150).

Diocleciano adotou, em consórcio de governo, Maximiano Herculéo, que, com uma multidão de rústicos suprimida, a qual colocou em sua facção o nome de bagaudas, retornou a paz às Gálias. (Jerônimo, *Chronica*: A.2303d)¹¹⁷

Então, quando na Gália, Amando e Aeliano com uma turba reunida de rústicos, os quais chamavam de bagaudas, teriam provocado perniciosos tumultos, [Diocleciano] fez de Maximiano um César, de alcunha Herculéo, e o enviou às Gálias: quem facilmente refreou a turba confusa e inábil por meio de sua virtude militar. (Orósio, *Historiarum Liber Adversus Paganos*: 25).¹¹⁸

Ambos os relatos se referem aos levantes bagaudas no século III e não percebo em nenhum deles os *topoi* e, ainda, acredito que não seja possível retirar deles uma descrição de banditismo.¹¹⁹ Embora o texto de Orósio seja um dos mais influentes na historiografia produzida na Idade Média, demonstrar a sua utilização por aqueles dois cronistas seria bem difícil (e desnecessário). Por outro lado, temos uma clara conexão de ambos com a crônica de Jerônimo. Portanto, parece razoável assumir que eles não explicam o que sejam os bagaudas porque Jerônimo o fez: “uma multidão de rústicos” (*multitudine rusticorum*), o que, por sua vez, não está muito distante da “turba reunida de rústicos” de Orósio (*manu collecta rusticanorum*). Assim, ao contrário da ideia de que o termo tenha perdido qualquer significado preciso no século V, entendo que seja exatamente o contrário. Os dois cronistas do século V tomaram o termo utilizado por Jerônimo para descrever revoltas de rústicos

¹¹⁷ Diocletianus in consortium regni Herculium Maximianum adsumit. Qui rusticorum multitudine oppressa quae factioni suae bacaudarum nomen indiderat, pacem Galiis reddidit.

¹¹⁸ Dehinc, cum in Galiam Amandus et Aelianus collecta rusticanorum manu quos bacaudas vocabant, perniciosos tumultos excitavissent, Maximianum cognomento Herculium Caesarem fecit misitque in Gallias: qui facile agrestium hominum imperitam et confusam manum militari virtute conpescuit.

¹¹⁹ Sánchez León aponta um trecho da vida de São Martinho, no qual o santo enfrenta o culto a um bandido local como sendo um culto aos bagaudas (Sulpício Severo, *Vita Martini*, 11.1-5), estabelecendo uma conexão com a sobreposição de tradições operada na *Vita de São Baboleno de Fossés*. Essa *vita* escrita no século IX (que, por sinal, atribui a Orósio informações que não estão em Orósio), sobrepõe os episódios dos bagaudas à tradição presente nas narrativas de São Maurício, do século V ao IX, sobre a Legião Tebana. Nessa tradição, é descrita uma legião que se recusou a matar os cristãos na Gália, desafiando as ordens de Maximiano. Assim, na *Vita Baboleni*, os bagaudas se tornam cristãos rurais locais auxiliados pela Legião Tebana em uma luta cristã contra o imperador pagão Maximiano (Sánchez León, 1996 pp. 93-106). O uso que Raymond Van Dam faz dessa conexão é inacreditável: primeiro ele projeta os bagaudas sobre todas as versões anteriores do relato sobre Legião Tebana, especulando inclusive um possível encontro entre Germanus de Auxerre e Eucher de Lyon, escritor da primeira versão do relato da Legião Tebana, no qual eles teriam compartilhado um projeto de cristianização dos bagaudas (Van Dam, 1985 pp. 53-56).

no fim do século III e o utilizaram para descrever revoltas de rústicos mais próximas no tempo e no espaço de seu próprio contexto.

Portanto, a partir da inegável relação entre a crônica de Jerônimo e as duas crônicas do século V, entendo que “bagaudas”, se no século III fazia referência especificamente aos revoltosos de baixo estatuto social, habitantes das zonas rurais das Gálias que foram vencidos por Maximiano, no século V, passou a significar, pelo menos para os dois cronistas, revoltosos habitantes das zonas rurais de baixo estatuto onde quer que tais revoltosos aparecessem. Ou seja, houve uma abstração do termo, que o transformou em um nome para se referir a revoltas de “rústicos”.

Como se pode ver, afirmar que o termo perdeu o sentido é ignorar que, com exceção dos textos mais poéticos como *Querolus* e *De Redito Suo*, ou mais sintéticos como o de Sidônio Apolinário,¹²⁰ os quais não usam o termo bagaudas, nos outros textos está presente a caracterização dos bagaudas como algum tipo de trabalhador rural. Nem a interpretação como banditismo se sustenta no conjunto da documentação, e muito menos a interpretação como potentados locais ou usurpadores, já que nenhum autor antigo estabelece qualquer relação entre os bagaudas e os governos considerados ilegítimos, como o Império Gálico no século III ou o de Constantino III no século V. Apenas historiadores modernos enxergaram essa relação.

Portanto, no que diz respeito aos bagaudas, há de fato um processo de abstração do termo bagaudas, mas esse processo não levou o termo a ser sinônimo de *latrones*, nem a perder todo e qualquer significado preciso, mas sim em direção a uma abstração no sentido preciso de revoltas de camponeses, quase como a formulação de uma categoria sociológica. E, como espero ter demonstrado, isso fica claro quando se observa na documentação não apenas a presença de termos correlatos ao banditismo, mas também a presença da tópica que está presente na tradição literária saturnálica, como as comédias latinas e como os relatos de revoltas de escravos, composta por três elementos: a ideia de inversão social, a ideia de idade de ouro igualitária e a inversão da autoridade.

¹²⁰ Há duas possíveis menções aos bagaudas em duas obras poéticas, três panegíricos. O primeiro composto por Merobaudes (Merobaudes, *Panegyricus*: 2.8-22) e os outros dois compostos por Sidônio Apolinário (Sidonio Apolinario. *Carmina* v 210-3; vii 246-8.). Assim, como no caso de Zósimo, nos três panegíricos não se encontra os *topoi*. Além disso, a possível menção aos bagaudas é de caráter tênue e profundamente dependente do contexto histórico desenvolvido a partir dos outros relatos sobre bagaudas. Por causa disso, eles também serão discutidos nos próximos capítulos.

Essa tópica está presente em boa parte dos textos mais substanciosos sobre os bagaudas (mesmo que se desconsidere *Querolus* e o *De Redito Suo*, onde ela é fundamental). O que ela sinaliza é que há nestes textos elementos que não podem ser reduzidos ao desafio da autoridade legítima sobre a violência. Esse desafio, sim, que os bagaudas compartilhariam com os bandidos e com os usurpadores, mas que no caso dos bagaudas não se esgota nisso. Pois em seu caso, aos olhos da produção ideológica dos grandes proprietários ou da aristocracia romana, os camponeses se tornarem um poder concorrente significa a ameaça da inversão da ordem social. Assim, a indignação dos ideólogos antigos para com a audácia de meros camponeses pegarem em armas, agindo fora do seu devido papel, significa para eles, no limite, o caos e o desordenamento do mundo.

Essa indignação aparece endereçada ao outro lado da escala social em um dos textos sobre os bagaudas. E talvez seja em conexão com isso que essa tópica não esteja claramente presente em *De Gubernatione Dei*, de Salviano de Marselha. A menção aos bagaudas que faz Salviano pode até ser caracterizada como favorável, uma vez que ele justifica as ações dos bagaudas como uma resposta à ação dos próprios agentes da ordem romana, que os espoliaram de tal forma que forçaram romanos pobres a deixarem de ser romanos. Embora a descrição feita por Salviano não esteja distante do campo semântico da revolta, ela é irreduzível aos *topoi* por mim propostos (e ainda mais à patronagem vista como banditismo proposta por Raymond Van Dam). Talvez assim o seja porque o autor é o único exemplar simpatizante dos revoltosos que tenha restado na documentação. Mas o discurso de Salviano usualmente é classificado por historiadores como um discurso retoricamente carregado e exagerado, ao qual não se deve dar muita credibilidade¹²¹ (curiosamente, os mesmos historiadores não usam os mesmos critérios com Agostinho).

Essa retórica carregada de Salviano não deve nem ser ignorada, nem usada como justificativa para que se descarte o autor. O discurso de Salviano é um discurso rigorista, tanto por causa de sua responsabilização do cristão individual com relação aos pecados quanto em sua crítica às relações de patronagem. Um discurso cujo impacto pode ser mais forte do que se pensa se Salviano de fato tiver

¹²¹ Por exemplo, Clifford Minor que acredita que a conformação ideológica do discurso moralista de Salviano não lhe permitiria ser uma fonte objetiva e confiável como historiadores antigos supostamente mais isentos (Minor, 2010).

sido um mestre de bispos.¹²² E é dentro desse campo de crítica dos pecados dos ricos e poderosos romanos cristãos que atua sua defesa dos bagaudas. Por causa de seu discurso rigorista, Salviano é um dos pontos mais importantes de comparação dos bagaudas com circunceliões.¹²³

A mesma tópica pode ser associada aos circunceliões, mas ela também tem sido sistematicamente ignorada nesse outro conjunto documental.¹²⁴ E, quando comparados com os bagaudas, essa tópica pode ter até mais relevo para a compreensão dos circunceliões como um grupo de insurgentes, dado que as ações dos circunceliões que aparecem nos textos ligados a ela são as que mais criam problemas para a interpretação que associa organicamente os rebelados rústicos da Numídia ao Donatismo.

A ideia de uma relação de organicidade entre donatistas e circunceliões é bem difundida na historiografia.¹²⁵ No entanto, essa visão de uma relação próxima entre os bispos donatistas e os circunceliões é muito mais resultado de um projeto de difamação realizado pelos cecilianistas. Um projeto de difamação que foi paulatinamente construído, de Optato de Milevis (o primeiro a mencioná-los) a Possídio (biógrafo de Agostinho), e no qual Agostinho desempenhou um papel central.

Essa questão da organicidade é explorada com maior detalhamento no quarto capítulo, mas, os indícios existentes de algumas ações conjuntas (acreditando-se nos relatos enviesados e parciais dos cecilianistas) parecem ser mais bem explicados por dois fatores: por um lado, seriam resultado mais da perseguição imperial do que de uma relação anteriormente existente e, pelo outro, o esforço dos cecilianistas em imputar aos donatistas a responsabilidade pelos atos daqueles sobre os quais estes não tinham controle.

¹²² Uma interpretação possível da função de Salviano em Massilia, cf. introdução da edição francesa de Lagarrigue (Lagarrigue, 1975).

¹²³ Essa simpatia de Salviano para com os bagaudas levou alguns autores a interpretarem as menções aos bagaudas como uma alegoria feita por autores pagãos para se referir a cristãos, ou mesmo a movimentos monásticos, o que se aproxima bastante de uma leitura restrita dos circunceliões, cf. (Sanz Bonel, et al., 1995) (Sanz Bonel, 2000). Essa interpretação não só ignora as dimensões sociais presentes no discurso de Salviano, como também especula uma relação dos bagaudas com o cristianismo absolutamente invisível nos textos antigos.

¹²⁴ Uma exceção é o trabalho de Neal Wood, cf. (Wood, 1986).

¹²⁵ Por exemplo: (Freund, 1951), (Brisson, 1958), (Frazão, 1976), (Bustamante, 2002) e (Pottier, 2008). Uma voz solitária que defende o contrário é Tilley (Tilley, 1996).

Além disso, uma visão de organicidade entre donatistas e circunceliões tem dificuldade em explicar o apelo dos próprios donatistas a autoridades seculares para lidar com os circunceliões. O apelo feito primeiro pelos donatistas, de acordo com Optato, é repetido pelos cecilianistas, principalmente por Agostinho, e esse apelo parece ser uma consequência lógica da descrição feita por Optato e por Agostinho da falta de segurança sobre a propriedade privada que os circunceliões teriam causado. Assim, o que o projeto cecilianista de difamação dos donatistas tem de mais significativo para se entender os circunceliões é que o projeto se sustenta no discurso sobre uma associação dos donatistas, adversários no controle da Igreja Cristã na África, com agentes rurais considerados desordeiros e violentos, ameaçadores da propriedade.

Essa ameaça à propriedade, delineada por meio do recurso ao *tópos* da Inversão Social, pode ser vista em textos dos três autores mais próximos das ações dos circunceliões: Optato, Agostinho e Possídio.

O que se sabe de Optato de Milevis vem do que foi escrito por Jerônimo em *De Viris Illustribus* e do pouco que se pode apreender de sua obra *De Schismate Donatistarum* ou *Contra Donatistas*. Nascido em Milevis, uma pequena cidade da Numídia, a noroeste de Cirta, ele afirma ter escrito sua obra 60 anos após a perseguição de Diocleciano. Jerônimo afirma que ele escreveu os seis livros contra o donatista Parmeniano durante o governo de Valentiniano e Valente, o que colocaria a escrita e publicação entre 365-378 d.C. No entanto, a obra tem sete livros, e há um certo consenso de que Optato provavelmente acrescentou o sétimo livro posteriormente, provavelmente em 384.¹²⁶ *Contra Donatistas* é o mais antigo texto engajado no projeto de difamação dos donatistas por meio de sua associação aos circunceliões e a descrição dos circunceliões ali feita por Optato é inegavelmente marcada pela tópica da Inversão Social.

Mesmo as viagens mais bem vigiadas não podiam acontecer, porque os mestres expulsos de seus veículo, corriam servilmente à frente de seus criados, os quais se sentavam no lugar de seus senhores. Por causa do julgamento e das ordens daqueles [os

¹²⁶ Cf a introdução de Mark Edwards para sua tradução para a língua inglesa da obra de Optatus (Optatus, 1997 pp. xvi-xviii).

circunceliões], a condição de mestre e de escravo era alterada. (Optato de Milevis. *Contra Donatistas*. 3.4)¹²⁷

Quando as ações dos circunceliões são descritas, o recurso utilizado é exatamente a já mencionada tópica: os circunceliões fazem mestres e escravos inverterem suas posições em carruagens e expulsam cobradores de dívidas das zonas rurais da Numídia.

A unidade é repelida, para que contra os proprietários deles a audácia camponesa seja erigida, e os escravos fugitivos, contra a disciplina apostólica, não só se alienem de seus senhores, mas ainda verdadeiramente ameacem aos senhores (...). (Agostinho. *Epistolae*: 108.18 (6)).¹²⁸

Que senhor não foi compelido a temer seu escravo, se ele tivesse fugido em direção ao patrocínio daqueles? Quem ao menos ousava ameaçar aos destruidores? Ou aos instigadores? Quem podia expulsar o consumidor das dispensas, todo e qualquer devedor, que demandavam auxílio e defesa daqueles? (...) Certos homens de bem (*paterfamílias*), nascidos em lugar nobre e educados por generosa educação, apenas vivos foram levados após os ataques deles, e ao moinho presos para conduzir sua rotação, e tais quais jumentos desprezíveis foram impelidos pelo vergão. (Agostinho. *Epistolae*: 185.15 (4))¹²⁹

Aqui, primeiro numa carta endereçada a um donatista, Agostinho o cobra por não ter controlado aqueles que compartilham da sua fé, e apresenta os *agonistici* como libertadores de escravos. Depois, numa carta enviada a Bonifácio, futuro *Comes per Africam*, em 418, muitos anos depois da vitória no Concílio de Cartago (realizado em 410 e que decretou definitivamente o caráter herege dos donatistas),

¹²⁷ (...) etiam itinera non poterant esse tuitissima, quod domini de vehiculis suis excussi ante mancipia sua dominorum locis sedentia seviliter cucurrent. Illorum iudico et imperio inter dominos et servos condicio mutabatur.

¹²⁸ Fugitur unitas, ut contra possessores suos rusticana erigatur audacia, et fugitivi servi contra apostolicam disciplinam, non solum a dominis alienentur, verum etiam dominis comminentur (...).

¹²⁹ Quis non dominus servum suum timere compulsus est, si ad illorum patrocinium confugisset? quis eversori minari saltem audebat? aut auctori? Quis consumptorem apothecarum, quis quemlibet poterat exigere debitorem, auxilium eorum defensionemque poscentem? (...) Quidam patresfamilias honesto loco nati, et generoso cultu educati, vix vivi post eorum caedes ablati sunt, vel vincti ad molam, et eam in gyrum ducere, tamquam iumenta contemptibilia, verbere adacti sunt.

Agostinho enfatiza a destruição da ordem secular que os circunceliões apresentavam.

Os mesmos donatistas tinham ainda em quase todas as suas igrejas um tipo inaudito de homens, perversos e violentos, ambulantes das vizinhanças, como se a trabalho, que eram chamados Circunceliões. E eram em um imenso número e estabelecidos em turbas através de quase todas as regiões africanas. Que, imbuídos pelos maus professores com audácia orgulhosa e ilícita temeridade, algumas vezes não poupavam nem aos seus, nem a estranhos, que contra a justiça secular e sagrada se interpunham aos homens [envolvidos] em causas [judiciais]: e se não obedecessem eram cobertos por pancadas e danos gravíssimos. Armados com diversas lanças, bacantes pelos campos e grandes propriedades, e não se amedrontavam de acrescentar o derramamento de sangue. (Possídio. *Vita Sancti Augustini*: 10)¹³⁰

Por fim, na biografia de Agostinho escrita por Possídio, o autor apresenta como indiscutível a relação entre donatistas e circunceliões e, em sua descrição do que tornava estes homens perversos, novamente recorre a ideias de inversão social.

Da mesma maneira que a refutação da interpretação de Thompson articulou as interpretações mais recentes dos bagaudas, a refutação ou a ignorância das motivações sociais dos circunceliões dominou as interpretações mais recentes desses. E o que se encontra aqui também são estratégias variadas que retirariam os circunceliões da problemática do esquecimento ou do levante de classes subalternas.

Uma dessas estratégias é a de pensar o termo circunceliões (e seu complemento *agonistici*) como uma categoria abstrata e precisa para monges errantes violentos e fanáticos. Mas a presença da tópica da Inversão Social nos textos sobre os circunceliões não permite tal interpretação puramente religiosa. Assim, mesmo reconhecendo os componentes religiosos na ação dos circunceliões

¹³⁰ Habebant etiam iidem Donatistae per suas pene omnes ecclesias inauditum hominum genus perversum ac violentum, velut sub professione continentium ambulantes, qui Circumcelliones dicebantur. Et erant in ingenti numero et turbis per omnes fere Africanas regiones constituti. Qui malis imbuti doctoribus audacia superba et temeritate illicita, nec suis, nec alienis aliquando parcebant, contra ius fasque in causis intercedentes hominibus: et nisi obedissent, damnis gravissimis et caedibus afficiebantur, armati diversis telis, bacchantes per agros villasque usque ad sanguinis effusionem accedere non metuentes.

(fanatismo pelos mártires, busca pelo suicídio, apoio aos donatistas, que não são tão sólidos quanto certos autores fazem parecer), ainda assim, isso não explica suas ações ligadas às necessidades das classes subalternas. Desse modo, do ponto de vista da classificação social dos próprios circunceliões, mesmo que se aceitasse a configuração dos circunceliões como monges errantes (uma interpretação cuja fragilidade é demonstrada no próximo capítulo), suas ações de enfrentamento de ricos e credores estariam respondendo a alguma demanda social dos pobres da zona rural da Numídia ou mesmo de outras regiões da África romana.

Em conexão com essa imbricação entre o religioso e o social na ação dos circunceliões, há uma linha adicional de comparação entre circunceliões e bagaudas que demandaria maiores investigações. A combinação, característica dos circunceliões, de ações contra as hierarquias sociais no campo com um cristianismo considerado rigorista me parece passível de aproximação da posição ideológica que fundamenta as críticas formuladas por Salviano de Marselha aos cristãos galo-romanos. Como parte da historiografia lida com Salviano desmerecendo-o como um fenômeno ideológico isolado e excêntrico, uma aproximação do rigorismo de Salviano com as demandas apresentadas pelos circunceliões parece indicar é que não há nada de excêntrico na obra do sacerdote de Marselha.¹³¹

Uma ponte possível entre Salviano e os circunceliões é um conjunto bem numeroso de sermões e textos cristãos, a maioria anônima, cuja datação é da Antiguidade Tardia, muitos do século V, e que podem ser originários da África, mas que foram conservados em quantidade substancial na Gália. A investigação sobre essa possível proximidade significaria observar a existência de diferentes respostas cristãs na África e na Gália romanas às relações de patronagem na Antiguidade Tardia. De um lado, a perspectiva favorável ao patrocínio e à ordenação de cima para baixo da sociedade romana, representada pelo cristianismo de filiação agostiniana (que opera tanto na visão histórica da sociedade quanto na teologia). Do outro lado, manifestações cristãs geralmente consideradas rigoristas que

¹³¹ James O'Donnell defende uma aproximação teológica entre Salviano de Marselha e Agostinho, buscando diminuir o papel do dito semipelagianismo de Lérins sobre Salviano. No entanto, para desenvolver sua tese, O'Donnell releva demasiadamente a repulsa de Salviano pelo conceito de Graça aplicado ao Cristianismo, uma das marcas desse semipelagianismo galo-romano (O'Donnell, 1983). Sobre essa resistência entre os cristãos galo-romanos às ideias de providência e graça de Agostinho, batizada modernamente de semipelagianismo, cf. (Vessey, 1998).

reconhecem as ações dos de baixo como tendo uma lógica autônoma ou relativamente autônoma das ações dos de cima.¹³²

A possível existência de diferentes respostas cristãs à patronagem rural, contudo, é um dos elementos da comparação que foi proposta aqui. E acredito que levaria a resultados muito próximos. Nesse sentido, quando se reconhece a tópica da Inversão Social como diferente daquela da bandidagem, as evidências escritas tanto sobre bagaudas quanto sobre circunceliões parecem apontar não para um fortalecimento da patronagem, mas para um enfraquecimento. Isso é, apontam para uma crise nas relações de patronagem. Assim, nos próximos capítulos terá papel estruturador um elemento presente em Thompson e ausente na interpretação de seus críticos: a ideia de crise do controle patronal sobre os trabalhadores rurais.

Ao pensar essas temáticas e situações de subversão como fórmulas tipificadas, e depois ao verificar sua presença na documentação sobre os dois grupos revoltosos, acredito ter demonstrado ser possível entendê-las como uma espécie de código que os autores antigos tinham à disposição para descrever revoltas subalternas. Essas três tópicas podem funcionar como mediações literárias para a representação da realidade e apontam para as origens sociais e as motivações dos revoltosos muito distantes das propostas recentes da historiografia. Isso significa, no plano da comparação das estruturas literárias e ideológicas que me propus a desenvolver nesse capítulo, que a presença dos *topoi* em ambos os conjuntos documentais pode indicar um denominador ideológico comum na descrição feita sobre ambos os grupos revoltosos. Isso não oferece ao pesquisador um denominador ideológico comum entre os grupos, mas entre os produtores de textos sobre eles.

Há algo de muito semelhante na maneira como autores oriundos de regiões e antecedentes culturais tão diferenciados apresentam ambos os grupos de revoltas por meio dos mesmos lugares comuns, e demonstrar isso foi o objetivo do atual capítulo. Por outro lado, um denominador ideológico comum entre bagaudas e circunceliões poderia apenas ser encontrado de forma indireta, ou seja, inferido, a partir das descrições de suas ações e da comparação de suas motivações.

¹³² Para uma apresentação desse outro eixo de comparação que infelizmente não pôde ser aprofundado ao longo da pesquisa que resultou nesta tese de doutoramento, cf. apêndice 2.

IV. Comunidades rurais e reprodução social: as origens sociais dos revoltosos.

1. Breve consideração sobre o “rural”

Até aqui denominei as ações dos bagaudas e dos circunceliões de revoltas rurais. No presente capítulo, trato especificamente da caracterização dessas revoltas como rurais, e, mais precisamente, das razões para entendê-las como revoltas camponesas (embora a dimensão da “revolta” seja mais propriamente endereçada no próximo capítulo). Mas chamar essas revoltas de rurais é propor uma definição que apenas aponta para o lugar não urbano onde elas ocorreram. A própria definição do que seria “rural” nas investigações históricas ou arqueológicas é de difícil estabelecimento, dependendo muitas vezes da própria definição do que seria “urbano” e sendo profundamente afetada por preconceitos externos à investigação.

Como aponta a breve introdução da questão feita por William Bowden e Luke Lavan, por trás do conceito de rural ou campo (*countryside*) atuam fatores ideológicos ou culturais modernos. Em primeiro lugar, concepções romantizadas do modo de vida no campo, oriundas do século XIX, alimentadas por uma tradição literária antiga, e atualizada por autores medievais, renascentistas e neoclássicos; em segundo lugar, a ideia de natureza criada pela modernidade; e em terceiro lugar, a ideia de paisagem produzida pela modernidade (Bowden, et al., 2004).

Uma definição do que seja “rural” depende, por sua vez, da definição do que seja “urbano”, e é exatamente ao redor dessa dicotomia que passeiam duas importantes tentativas de formulação do problema. Moses Finley, em *A Economia Antiga*, reelabora o modelo de cidade consumidora proposto por Max Weber e define o rural como o espaço da produção, a partir da qual as cidades, o núcleo administrativo e político relativamente improdutivo mas absorvedor dessa produção, se constituem em um império ou uma civilização de cidades (Finley, 1999 [1975] pp. 123-149). Por sua vez, G. E. M de Ste. Croix, em *The Class Struggle in the Ancient Greek World*, também desenvolve uma definição de rural dependente do urbano, embasando tal definição nos graus de helenização (implicando nas regiões latinas um processo semelhante na forma da romanização). Onde o processo de helenização seria mais profundo, a relação entre o urbano (“*pólis*” ou “*civitas*”) e o

rural ou campo (“*khora*” ou “*territorium*”) implicaria uma unidade aparentemente autárquica entre o centro político e o território rural respectivo; onde o processo não estivesse desenvolvido, *khora* se referiria às regiões rurais como um todo, sustentadoras das cidades por meio de uma taxaço mais dispersa (Ste. Croix, 1998 pp. 9-19). Talvez a diferença entre um e outro, nesse caso, esteja mais no fato de que Ste. Croix faço algo que Finley não faz: incorpora a sociedade egípcia e suas comunidades não organizadas ao redor de cidades em sua tentativa de definição do campo e das cidades do Mediterrâneo Antigo.

Ambos os autores, porém, têm como pano de fundo a questão da importância da terra como fonte principal produtora de riqueza, questão herdada de A. H. M. Jones que, em *The Late Roman Empire*, também definia o Império Romano como um império de cidades.¹³³ Em Jones, Finley e Ste. Croix, mesmo que com diferentes ênfases, o rural e o urbano se definem como partes de uma unidade, às quais são reservados momentos diferenciados da divisão do trabalho: enquanto o campo produz a riqueza agrícola, a cidade administra e produz a cultura, a civilização, das quais a grande maioria da população rural não usufruía, embora as sustentassem (Finley, 1999 [1975]; Jones, 1992 [1964]; Ste. Croix, 1998).

Um esforço de definição que busca uma alternativa à dicotomia urbano-rural¹³⁴ é a de Jairus Banaji, que traço a partir das descrições dos autores antigos um esboço da multiplicidade de paisagens rurais (*rural landscapes*) possíveis de se encontrar na documentação sobre o Império Romano (Banaji, 2007 pp. 6-22). Nesse esforço, a dicotomia expulsa pela porta retorna pela janela, já que as descrições retiradas da literatura antiga encaminham o autor para classificações pautadas pelos graus de urbanização dos assentamentos associados ao campo. Mas ainda assim, o resultado é uma maior amplitude de tipos de comunidades rurais do que definições pautadas apenas pela dicotomia entre cidade e sua zona rural autárquicas, de um lado, e grandes regiões rurais com poucos núcleos urbanos concentrando a riqueza, de outro.

Resumindo, as fontes descrevem um campo rico e variado com diferentes tipos de vilas e pequenos assentamentos. *Castella*

¹³³ Jones, no entanto, parece se esquivar de qualquer tentativa de definição mais precisa e sistemática do que seriam campo ou cidade, assumindo a dicotomia e se esforçando mais para descrever o que seriam “As cidades” (Jones, 1992 [1964] pp. 712-722) e “A terra” (Jones, 1992 [1964] pp. 767-773).

¹³⁴ Para uma reflexão geral sobre a construção ideológica dessa dicotomia cf. (Sluiter, et al., 2006).

estavam espalhadas no Mediterrâneo ocidental e central, originários de seu padrão rural, que necessitava de edifícios de armazenamento substanciais. Em contraste, os *vici* eram usualmente vilas em propriedades sob domínio privado ou imperial, como certamente eram as *casae*. O campo oriental era ao mesmo tempo mais densamente assentado e mais fértil, com grandes vilas que eram difíceis de distinguir de cidades. A expansão dos negócios e interesses agrários romanos contribuiu para um crescimento dramático da empresa agrícola, mas novamente, propriedades diferiam consideravelmente nas suas características físicas e forma, desde, por exemplo, as imensas fazendas integradas nas planícies de trigo da Gália setentrional (as ricas planícies da bacia próxima a Paris) ou as maciças propriedades muradas nas montanhas da Kabylia, até os pomares irrigados ao redor de Arsinoe, no século VII e as propriedades viníferas ao longo do Eufrates. Estes contrastes estavam imbricados em outras, maiores, justaposições – de paisagem, clima, a administração da água, a concentração ou dispersão de atividade humana e a incessante transformação e conformação da terra, assim como fatores culturais (Banaji, 2007 pp. 21-22).¹³⁵

Seria possível argumentar que essa variedade apontada por Banaji remeta às categorias dicotômicas já apresentadas por Ste. Croix e Finley, e antes deles por Jones, retornando àquela classificação das zonas rurais ou do campo romano expressa pela divisão entre, no “ocidente”, as grandes propriedades e assentamentos dispersos, no “oriente”, assentamentos mais urbanizados e mais densos. No entanto, isso significa ignorar os múltiplos fatores que interagem na constituição desses assentamentos rurais. Isto é, a argumentação de Banaji afirma

¹³⁵ To sum up, the sources describe a richly variegated countryside with different kinds of villages and smaller settlements. *Castella* were widespread in the western and central Mediterranean, indigenous to their rural pattern, which necessitated substantial storage facilities. By contrast, the *vici* were usually estate villages, under private or imperial ownership, as the *casae* certainly were. The eastern countryside was both more densely settled and more fertile, with large villages which were difficult to distinguish from towns. The expansion of Roman business and landed interests contributed to a dramatic growth of agriculture enterprise, but again, estates differed considerably in their physical characteristics and form, from, for example, the huge integrated farms on the wheat plains of northern Gaul (the rich plains of the Paris basin) or the massive walled estates in the mountains of Kabylia to the irrigated orchards around Arsinoe, in the seventh century, and the wine estates along the Euphrates. These contrasts were embedded in the other, larger, juxtapositions – of landscape, climate, the management of water, the concentration or dispersal of human activity and the incessant shaping and reshaping of the land, as well as cultural factors.

que operam na constituição de tais assentamentos não apenas o grau de institucionalização das cidades próximas e de subordinação desses assentamentos aos respectivos núcleos urbanos, mas também os diferentes graus de organização política dos habitantes das zonas rurais, as diferentes formas de contrato e organização da produção, as diferentes formas de repartição da propriedade da terra, as diferentes possibilidades de distribuição da produção, a atuação fundamental de núcleos intermediários de urbanização, como os *vici*, etc.

Adicionalmente, o uso desses pares de categorias, urbano-rural e oriente-ocidente, para a compreensão das sociedades da Antiguidade foi posto sob uma crítica radical recentemente, principalmente o primeiro par, uma vez que, contra os esforços de distinção muito precisa entre uma coisa e outra se posicionou um dos trabalhos mais influentes das últimas décadas. Peregrine Horden e Nicholas Purcell, em *The Corrupting Sea*, também propõem que pensar a cidade como qualitativamente diferente do campo e entender as duas coisas de forma isolada são práticas de investigações que pressupõem uma reprodução moderna de concepções idealizadas dos antigos (Horden, et al., 2000). Para eles, a distinção entre cidade e campo enraíza-se no ideal de autarquia buscado e defendido por autores antigos, que, no entanto, raramente alcançou realização efetiva. A partir dessa crítica ao ideal da autarquia mais como um modelo ideal do que realidade efetiva, os dois autores se empenham em desconstruir o conceito de cidade aplicada à Antiguidade e Idade Média, buscando demonstrar as incertezas e contradições de suas definições na literatura científica moderna.

Assim, recusam uma compreensão que veja cidades antigas como núcleos claramente demarcados em relação ao respectivo território rural, também claramente demarcado e associado a esse núcleo, que administra politicamente e consome o que esse território rural produz (Horden, et al., 2000 pp. 90-105). Em seu lugar, propõem que cidades e vilas ou comunidades menores sejam entendidas mais como assentamentos de tamanhos variados, e que, por sua vez, se observe como a distribuição das regiões de produção agrária em relação a esses núcleos de habitação é muito menos linear, demarcada e homogênea do que se pensava. Com base nisso, eles denominam essa relação mais difusa como *dispersed hinterlands*, algo como “interiores dispersos” (Horden, et al., 2000 pp. 115-122).

A desconstrução dos conceitos de “urbano” e de “cidade” realizada por Horden e Purcell responde não só à busca dos autores por uma perspectiva mais

ampla das linhas de conectividade que permeariam as sociedades no Mediterrâneo, mas também à busca pela perspectiva que os autores chamam de ruralização, isto é, tentar observar as sociedades do Mediterrâneo e a História do Mediterrâneo pelo viés do campo, abordagem inspirada na obra da escola dos *Annales*. Há alguns ganhos nessa desconstrução, já que ela ajuda a valorizar uma compreensão integrada desses dois lugares da reprodução de sociedades pré-capitalistas e permite uma reflexão ampliada das redes de distribuição da produção agrária e de como a sua circulação pode ser independente de conexões políticas imediatas. Mas a impressão que fica é que os autores reservam aos núcleos urbanos apenas o papel de habitação das classes dominantes, que comandam a produção e a distribuição realizada no campo, uma produção que se concentra e se dispersa, aumenta e diminui ao longo da História do Mediterrâneo, mas cujas formas específicas (e distintas) de consolidação e cristalização dos aumentos e concentrações não parece fazer parte da narrativa proposta por Horden e Purcell.¹³⁶

A consequência das propostas de Horden e Purcell é que a diferença entre o urbano e o rural seria mais de grau do que de substância, ou seja, de que a compreensão de uma classificação qualitativa entre cidade e campo seria meramente ideológica e que a percepção quantitativa dos diferentes graus de concentração de riqueza e populações seria muito mais valiosa para a compreensão da História do Mediterrâneo.

Tal perspectiva pode servir muito bem ao combate historiográfico contra lugares-comuns da historiografia e paradigmas antigos, atuando principalmente como forma de defesa de uma perspectiva mais ruralizada da constituição das sociedades antigas e como forma de ataque a certa ideia de especificidade da história europeia. Mas a compreensão das diferenças (provavelmente de forma menos estanque e dicotômica) entre, de um lado, as experiências dos habitantes dos assentamentos mais aglomerados e institucionalizados, pautados por um tipo de trabalho e metabolismo social com mais graus de mediação em relação à natureza, e, do outro, a dos habitantes de assentamentos menos densos e com um metabolismo social menos mediatizado em relação à natureza, a meu ver, aponta para a necessidade de compreender tais experiências em termos qualitativamente

¹³⁶ Cf. especialmente o capítulo sobre conectividade (Horden, et al., 2000 pp. 123-172); isso é elaborado de uma forma conceitualmente mais rica quando tratam da importância do controle sobre o trabalho rural (Horden, et al., 2000 pp. 263-287).

diferentes. Além disso, embora seja importantíssima a compreensão de dicotomias do discurso como construções ideológicas ou culturais, elas não me parecem ter todas as mesmas equivalências. A oposição urbano-rural, por exemplo, por mais estereotipada e idealizada que apareça nas fontes literárias, acredito estar um pouco mais próxima das experiências e das práticas sociais, do que, por exemplo, oriente-ocidente.

E é a partir dessa compreensão das experiências diferenciadas e destas como a base das construções ideológicas, que se deve buscar algum valor na distinção entre urbano e rural. Portanto, para repetir um truísmo às vezes esquecido, tal distinção deve partir da investigação dos vestígios do passado, e não de categorizações *a priori* (talvez por isso tenha me atraído tanto o esforço descritivo realizado por Banaji). Assim, as revoltas aqui estudadas são definidas como rurais também em distinção a revoltas urbanas, e uma simples observação do caráter das revoltas urbanas demonstra como os relatos sobre elas apresentam agentes, motivações e origens sociais diferentes daquelas insurgências realizadas no campo (MacMullen, 1992 [1966] pp. 163-191).

Tanto a proposta de uma paisagem rural mais variada quanto a ênfase nas múltiplas possibilidades de distribuição e redistribuição da produção agrária são tentativas de conceituar as mudanças que têm ocorrido na história rural do Império Romano tardio. São tentativas de responder a questões que os paradigmas estabelecidos anteriormente ou não responderam adequadamente, ou nem mesmo permitiam que fossem colocadas. E, como foi apresentado no primeiro capítulo, esse contexto de mudança na historiografia sobre as zonas rurais ainda teve pouquíssimo impacto na compreensão de bagaudas e circunceliões. Nesse sentido, a manutenção de um entendimento do rural como qualitativamente diferente do urbano explica melhor as narrativas e relatos sobre as condições sociais presentes na documentação, principalmente se incorporar a compreensão das diversas modalidades do que seria esse “rural”, assim como a percepção das múltiplas alternativas de conectividade entre “campo” e “cidade”.

Tendo em mente essas recentes problematizações da definição do rural no Império Romano, neste capítulo, são investigadas e delineadas de forma comparada, a partir da documentação e com auxílio da historiografia, as origens sociais dos bagaudas e circunceliões. A reflexão resultante deste capítulo explora os indícios de

caracterização social dos bagaudas e circunceliões presentes nas fontes, buscando contextualizá-los nos modelos oferecidos pela historiografia social. Essa contextualização tem como objetivo estabelecer as relações das revoltas com diferentes parâmetros de compreensão da realidade social, tendo como fio condutor a hipótese de uma crise de hegemonia das relações sociais nas zonas rurais da Gália e da África da Antiguidade Tardia.

Como já mencionado anteriormente, a caracterização social dessas revoltas é um tema de debate e discussão na historiografia moderna e esse debate apresenta os revoltosos de ambos os grupos como camponeses, escravos ou outro tipo de trabalhadores rurais. Um complicador nessa caracterização social das revoltas é que as bases mesmas sobre as quais essa discussão se configura se transformaram nas últimas décadas, de forma que a possibilidade de adoção de um modelo de organização das relações de trabalho e de poder no campo do Império tardio se tornou menos imediata. A própria concepção geral das relações sociais no campo mudou muito. Isso derivou, por um lado, das mudanças nos modelos conceituais adotados para explicar as relações sociais nas zonas rurais do Império e, por outro, do profundo impacto do avanço da arqueologia nesse campo de estudos, e resultou na revisão da excessiva centralidade conferida pela historiografia anterior às ideias como a *villa*, o colonato e sociedade escravista.¹³⁷

O foco deste capítulo é o desenvolvimento dessa caracterização. Adiantando em linhas gerais e resumidamente os resultados no que se refere aos bagaudas, tendo a aceitar a sua caracterização como sendo essencialmente camponeses arrendatários e pequenos proprietários (com alguma presença de escravos) e, no que se refere aos circunceliões, penso que a contratação de trabalho sazonal não exclui a pertença a comunidades camponesas mais amplas (também composta de pequenos proprietários e arrendatários). Dadas as mudanças na historiografia anteriormente apresentadas, não parece uma caracterização inovadora. O que há de novo, porém, é o estatuto que uma sociedade camponesa assume ou pode assumir no atual estado da historiografia e a sua função nos modelos de compreensão das zonas rurais do Império Romano.

¹³⁷ Para a revisão ampla e uma bibliografia dessas mudanças cf. (Wickham, 2005) e de forma bem mais sintética cf. (Dyson, 2003).

2. Continuidades, rupturas ou regionalização

A maior preconcepção que interfere na compreensão das relações socioeconômicas nas regiões rurais do Império Romano tardio é a ideia de que haja uma continuidade entre a Antiguidade e a Idade Média.

Uma das razões da dificuldade de se criticar esse pressuposto de continuidade é que ele atua por meio dos próprios termos que são utilizados para operar a periodização histórica. No entanto, esses termos aparentemente neutros da cronologia devem ser entendidos como *formas* da História (Guarinello, 2003), isto é, “Antiguidade” (ou “Idade Antiga”) e “Idade Média” são categorias que impõem ao conhecimento histórico do Mediterrâneo sob o Império Romano e das posteriores sociedades sob as aristocracias germânicas da Europa uma organização contextualizadora da documentação que pressupõe essa continuidade.¹³⁸ Acredito que a fonte da interminável discussão sobre continuidade ou ruptura entre o Império Romano e os reinos germânicos está mais associada a esses impasses terminológicos e ao uso das *formas* do que à compreensão efetiva dos processos históricos que entendemos sob esses nomes.

Como já afirmei no primeiro capítulo, “Império Romano” também é um tipo de *forma*, que, porém, detém um nível de abstração menor e uma maior proximidade dos processos históricos que nomeia do que *formas* derivadas da consciência histórica europeia renascentista, iluminista e romântica, como por exemplo, “Antiguidade” (ou *formas* derivadas do recente multiculturalismo europeu como “Antiguidade Tardia”), que nomeiam muito mais etapas de um desejo identitário do que processos históricos efetivos. E tal se dá porque o conteúdo ideológico dessas *formas* cronológicas é quase impermeável à problematização e à crítica, algo que as diferencia, por exemplo, de um paradigma de interpretação que em algum momento pode ser diretamente desafiado pelo desenvolvimento do conhecimento científico ou histórico. Tais *formas*, porém, são inescapáveis por causa da condição do discurso historiográfico e de sua necessidade de contextualização documental, mesmo as mais nocivas, e o único remédio contra as pressuposições que elas acarretam é a sua crítica constante.

¹³⁸ Existe uma relação bem íntima entre as *formas* e a ideia de uma História Universal eurocêntrica. Uma problematização radical da questão da História Universal e suas raízes eurocênicas pode ser encontrada em *Devemos fazer tábula rasa do passado?*, de Jean Chesneaux (Chesneaux, 1995).

Examinar a construção dessa continuidade por meio do uso das *formas* é esboçar uma crítica metodológica a tal continuidade, e assim, perceber como a prática da investigação historiográfica e seu discurso constroem essa imagem. Uma crítica radical nesse plano historiográfico leva necessariamente a uma crítica no plano ideológico, isto é, uma crítica ao conteúdo eurocêntrico e à ideia de um especificismo europeu, que é expressa por meio dessa visão de continuidade. A continuidade pressuposta que age aqui e que age por meio das *formas*, construindo a ideia de que entre as sociedades da “Antiguidade” e as da “Idade Média” haja um processo histórico e um desenvolvimento social unificados, implica que exista um processo histórico linear. Tal processo linear admitiria eventuais rupturas e descontinuidades sociais, como a “Queda do Império Romano”, e resultaria no aparecimento da Europa moderna (e, no fim das contas, do Capitalismo). É exatamente essa grande linha de continuidade, esse longuíssimo processo histórico unificado que deve ser problematizado.

Essa visão de um processo histórico unificado é mais resultado do olhar histórico que os historiadores das sociedades burguesas (ou modernas, para usar um termo que esconde o caráter de classe dessas sociedades articuladas pela produção e distribuição capitalista) projetaram para o passado sobre múltiplos processos históricos não necessariamente conectados entre si. Tal seleção se sustenta na apropriação que a sociedade capitalista fez e faz de formas de relação sociais existentes em outras sociedades humanas. E há aqui três tipos de relações sociais que tenho em mente e que desempenham um papel central na ideia de um processo histórico unificado entre Antiguidade e Idade Média: propriedade privada da terra, comércio, Estado.

É exatamente a existência de tais formas de relações sociais reelaboradas sob o capitalismo e o reconhecimento de sua racionalidade que permitem a sua apreensão em sociedades do passado, inclusive naquilo em que tais formas diferem da sua encarnação capitalista. Assim, a argumentação de que algumas continuidades entre esses múltiplos processos históricos existam não estaria errada. O raciocínio enganoso é substituir o processo de seleção que a sociedade capitalista operou sobre o passado (prática e teoricamente) por um processo de desenvolvimento naturalizado, cujo ponto final é o presente. Nesse sentido, seria

muito melhor que os historiadores pensassem em termos de seleções e apropriações¹³⁹ do que em termos de “continuidade”.

A continuidade, porém, teve presença marcante na historiografia do século XX. Essa continuidade pressuposta levou os historiadores a formular uma série de questões historiográficas, cujo sentido central é responder como a sociedade do Império Romano se transformou na sociedade feudal da Idade Média: “como o Império Romano se transformou no Império Carolíngio e se fragmentou sob o feudalismo?”; “Como a sociedade urbanizada antiga se transformou na sociedade ruralizada medieval?”; “Como o comércio antigo regrediu?”; “Como a cultura greco-romana foi cristianizada?”; “Como a escravidão antiga se transformou em servidão feudal?”.

Não é exagero afirmar que tais questões foram parte central da agenda intelectual que organizou, ao longo do século XX, o conhecimento histórico sobre o período que vai do século III ao VIII d.C. Muitas soluções foram propostas para tais questões, algumas mais gerais e bem abrangentes como, por exemplo, a teoria de que teria ocorrido um deslocamento do eixo econômico do Mediterrâneo para o norte da Europa, uma teoria de prolongada influência proposta por Henri Pirenne (Pirenne, 1970 [1937]).

Menciono a teoria de Pirenne porque acredito que ela seja uma das melhores formulações da problemática da continuidade e, exatamente por isso, sua resposta permitiria explicitar as inúmeras disjunções que se escondem por trás dessas *formas* e dessa pressuposição de um processo unificado associado ao que foi chamado de “passagem da Antiguidade para a Idade Média”.

A ideia de deslocamento do eixo econômico pressupõe uma mesma totalidade social e que uma mudança tenha ocorrido nesse bloco. Mas quando se olha para os elementos que caracterizariam o “Mundo Antigo” e o “Mundo Medieval”, fica bem difícil manter a ideia de uma mesma totalidade social. Assim, subsumida sob a *forma* “Antiguidade” está a história de uma sociedade cuja identidade política foi articulada ao redor do que a Europa moderna denominou “cultura clássica” e que

¹³⁹ Essa proposta de pensar em termos de apropriações e na relação de hermenêutica histórica baseada em relações sociais semelhantes, sob formações sociais e modos de produção diferentes, é inspirada na metodologia proposta por Karl Marx em sua introdução então não publicada do *Para a Crítica da Economia Política* e que só foi publicada no século XX nos Grundrisse (Marx, 2011 [1858] pp. 37-64).

era governada por um Estado imperial, e que, não muito tempo atrás, pensava-se, baseada majoritariamente no trabalho escravo, com alto grau de urbanização e comércio (seja lá como se conceituasse esse comércio). Os núcleos da narrativa política dessa sociedade seriam a história da Grécia e da Itália, uma narrativa que se define em oposição ao “Oriente” (um “oriente” redefinido momento a momento: Egito, Grécia, Pérsia), cuja expressão territorial coincidiria com o mar Mediterrâneo e seus arredores.

Já, sob a *forma* “Idade Média” há um conjunto de sociedades monárquicas cuja construção da identidade política é articulada ao redor da ideia da chegada de etnias germânicas e da ideia de uma cristandade papal, ambas agindo como substitutos do antigo Império e que se opõem a outro “Oriente” (um oriente bizantino e muçulmano); a expressão territorial dessas sociedades, por sua vez, localiza-se na Europa e o núcleo de sua narrativa política gira ao redor da França setentrional, que termina por subordinar as outras regiões a expressões mal desenvolvidas do “modelo” baseado na Monarquia Franca. Esse modelo, por sua vez, seria o que iguala a Idade Média ao processo de fragmentação do Estado Carolíngio e de consolidação do trabalho servil a partir do século IX d.C.

Ao final do século XX, porém, boa parte dessa agenda intelectual passou a ser contestada, em parte por causa de pesquisas sobre temas particulares, em parte por causa de mudanças no contexto ideológico da produção das pesquisas, fazendo inclusive com que muitas dessas questões perdessem o lugar central que detinham anteriormente. No entanto, só recentemente críticas sérias ao pressuposto de continuidade foram formuladas de forma consequente.

E, a partir da crítica dessas *formas* e da pressuposição de uma continuidade histórica entre Idade Antiga e Idade Média, é que, penso, se deva entender a historiografia sobre as relações de trabalho rural no Império Romano tardio. Isso porque o pressuposto de continuidade está na base das tentativas de definição dos tipos de relações de trabalho que se poderia encontrar sob o Império. As ideias de continuidade pressuposta e de processo unificado tiveram como consequência induzir a produção historiográfica a formular uma das questões mencionadas acima, à qual os estudiosos apresentaram enormes dificuldades em responder: “Como a escravidão antiga se transformou em servidão feudal?”.

O problema foi endereçado por inúmeros estudiosos considerados clássicos da historiografia, como Max Weber, Marc Bloch, Elena Staerman e A. H. M. Jones. Alguns estudiosos, como Max Weber (Weber, 1983 [1896]), problematizavam explicitamente a questão da continuidade e explicavam a ruptura a partir da ideia de crise das relações de trabalho rural baseadas na escravidão no século III (crise causada pela dificuldade de suprir o comércio de escravos). Essas relações eram entendidas como um sistema escravista cujo núcleo interpretativo, porém, era a projeção de uma moderna escravidão de latifúndios e monocultura sobre as *villae* da Antiguidade, e que tinha como consequência um longo processo de transição para a servidão feudal. Essa transição era pautada pela mudança na condição dos escravos, que teriam começado a ser organizados em famílias e a trabalhar em parcelas individuais de terra, aproximando-se da condição dos camponeses arrendatários fixados à terra pela lei imperial: o colonato do Império tardio.

A interpretação de Elena Staerman (Staerman, 1980), embora produzida no contexto da União Soviética, é muito semelhante à de Max Weber, substituindo, contudo, a ideia de um mundo antigo por um modo de produção escravista. O mesmo ocorre com a interpretação de muitos outros historiadores marxistas ocidentais até os anos 1980, como Perry Anderson (Anderson, 2000 [1975]).¹⁴⁰ Aqui encontram-se diferenças pontuais, como, por exemplo, o peso maior (Staerman) ou menor (Anderson) que os autores atribuem para as revoltas camponesas da Antiguidade Tardia. A ideia de uma transição entre as relações de trabalho rural antiga e medieval, no marxismo, ganha centralidade e é articulada pelas categorias de *modo de produção*, e pela ideia de uma transição do modo *escravista* para o *feudal*.¹⁴¹

Por sua vez, Marc Bloch, ao analisar o problema, reconheceu a dificuldade em se afirmar um fim da escravidão rural a partir da documentação do final da Antiguidade e da Alta Idade Média, mas reconhecia um processo semelhante de mudança na organização do trabalho escravo. Bloch deu muito menos importância

¹⁴⁰ O estudo de Perry Anderson, por sinal, é uma síntese bem representativa dos impasses que essa agenda intelectual apresenta, sendo que boa parte das suas dificuldades são as dificuldades da historiografia que ele consultou.

¹⁴¹ É revelador da força dessa premissa da continuidade a forma como no marxismo os modos de produção atuaram como substitutos das *formas*, afirmando a mesma ideia de um processo unificado de desenvolvimento histórico. Nesse sentido, é sintomático do contexto de produção de sua obra a maneira como Perry Anderson, tendo à disposição a crítica estruturalista a esse uso da categoria *modo de produção*, tenha mantido uma narrativa etapista e linear (Anderson, 2000 [1975]).

ao colonato romano do que Weber ou os marxistas. Ao tentar compreender as flutuações terminológicas sobre os descendentes dos *servi* rurais na documentação dos séculos X, XI e XII, Bloch manteve sua atenção sobre o que ele chama de *esclave-fermier*, um escravo que trabalha como camponês arrendatário, caracterizado também como liberto (Bloch, 1947). A. H. M. Jones, cuja teoria sobre o colonato é a versão mais aceita do paradigma da fixação dos camponeses arrendatários romanos à terra no Império tardio, concluía, porém, pela ausência da continuidade entre o colonato e a servidão feudal (Jones, 1958). Tanto no caso de Marc Bloch, quanto no caso de Jones, embora o conhecimento da documentação lhes impedisse de estabelecer relações diretas, ainda assim, tiveram de operar dentro de um problema colocado pela premissa da continuidade. Não é surpresa, contudo, que a afirmação da continuidade tenha aparecido em Weber e em autores marxistas, para os quais o estudo da História Antiga e Medieval era orientado conscientemente pela necessidade de entender as origens da sociedade capitalista na história das sociedades europeias.

Resumindo e simplificando as ideias desses autores, há duas possíveis respostas para a pergunta de como a escravidão antiga se transformou em servidão feudal: 1) a escravidão antiga se atenuou, suas condições se assemelharam a uma espécie de protosservidão chamada colonato e tal situação das relações no campo passou por uma longa fase (quatro ou cinco séculos) de incubação mal documentada, até a codificação legal das relações servis feudais no século XI; 2) é impossível de responder, mas, em linhas gerais, deve ter existido a manutenção das relações pessoais de dependência entre os humildes e os poderosos. Nos dois casos, a resposta para a questão é que, com o indiscutível fim da escravidão antiga, o espaço foi ocupado por formas variadas de dominação direta do trabalho rural, que, no entanto, são muito difíceis de encontrar na documentação. A diferença entre as duas respostas acaba sendo o grau aceitável de formalização de uma projeção da servidão feudal para o período posterior à crise da escravidão antiga.

Na interpretação desses autores, caminhando ao lado da premissa da continuidade entre Antiguidade e Idade Média, se desenvolve um paradigma explicativo da documentação sobre as relações de trabalho entre os séculos IV e X, que afirma que, em caso de silêncio das fontes, assume-se a existência e a

permanência de relações de dominação direta dos trabalhadores por meio de relações pessoais.

O procedimento por meio do qual essa interpretação intervém fica bem claro no célebre artigo de Marc Bloch sobre “por que terminou a Escravidão Antiga?”. Ao introduzir o problema específico das incertezas terminológicas na documentação dos séculos XI e XII sobre os trabalhadores dependentes, Bloch repara que se mantinham e até aumentariam as ocorrências de uma clara distinção entre os arrendatários livres e os *servi*. O que teria ocasionado isso não seria um aumento da escravidão, mas uma diminuição das diferenças entre as condições de liberdade e escravidão, pelas seguintes razões:

Os distúrbios constantes, a ruptura dos antigos grupos consanguíneos ou os considerados como tais, a já sensível debilidade dos poderes públicos, desenvolveram em grande medida dentro das sociedades nascidas das invasões as relações de dependência pessoal. A ausência definitiva do Estado a partir do século IX, fez delas, e durante séculos, ao lado das relações familiares – o parentesco que agora se reduzia a um círculo estreito de parentes –, o único cimento social que contava. Era *natural* que para fixar o lugar do indivíduo na sociedade ele prestasse atenção, antes de tudo, à tonalidade particular de sujeição na qual ele era mantido, *invariavelmente*, em relação a um homem mais poderoso do que ele. (Bloch, 1947 p. 162).¹⁴² (itálico meu)

Gostaria de chamar atenção para as palavras que destaquei na citação acima. Era natural, ou é natural, que as pessoas articulem hierarquias sociais a partir da sujeição a pessoas mais poderosas? A existência da sujeição a poderosos pode ser considerada algo invariável? Sobre essas palavras e sobre este trecho repousa boa parte da interpretação que Bloch fez do que acontecia nas relações de trabalho rural em períodos anteriores. Bloch prossegue, então, descrevendo os possíveis laços desse tipo de sociedade:

¹⁴² Les troubles constants, la rupture des anciens groupes consanguins ou censés tels, la faiblesse déjà sensible des pouvoirs publics avaient grandement développé, dans les sociétés issues des invasions, les relations de dépendance personnelle. La carence définitive de l'Etat, à partir du Xie siècle, fit d'elles, pour plusieurs siècles, à côté des rapports familiaux – la parenté était désormais bornée à un petit cercle des proches – le seul ciment social qui comptât. Il était naturel que, pour fixer la place de l'individu dans la société, on s'attachât avant tout à la tonalité particulière de la sujétion où il était tenu, invariablement, envers un plus puissant que lui.

Ora, entre os laços humanos de origem múltipla, que agora nascem ou se desenvolvem, costuma-se rapidamente distinguir duas categorias: uns, os que o homem adotava de acordo com sua vontade, em princípio, mesmo que não pudesse romper durante sua vida (tal como os da vassalagem, próprios das classes altas, cuja transmissão de geração em geração, na prática normal e frequente, nunca foi obrigatória para o direito); outros encontraram-nos já formados no ventre de sua mãe, dos quais não poderiam se desligar até sua morte, para então, quando chegada a sua hora, deixar uma carga inevitável a seus filhos. (Bloch, 1947 p. 162).¹⁴³

A parte seguinte do mesmo parágrafo é surpreendente, pois lida com um grupo de trabalhadores rurais livres dos quais o autor não trata diretamente no resto do artigo:

Entre os camponeses, sempre houve, em todo o país, os que, mantendo as terras do senhor, vivendo sobre o território onde o chefe exercia seu poder de comando, constrangidos, por sua vez, em relação a ele por tributos frequentemente pesados, não estavam, no entanto, sujeitos a não ser por causa destas circunstâncias – posse, residência – e estas em nada faziam referência a sua pessoa; se eles abandonassem a terra arrendada, o que era permitido, a ligação se rompia totalmente. (Bloch, 1947 p. 162).¹⁴⁴

Estes homens livres são aqueles que não são imediatamente assimilados à categoria dos *servi*. Uma vez que Bloch afirma ser bem clara a distinção entre os livres e os *servi*, tem-se a impressão de que esses homens livres não eram pouco significativos. Contudo, Marc Bloch está preocupado em mostrar a assimilação gradual ao termo *servi* de todos os graus de dependência. Essa dependência, para ele, estava mais associada à exigência da corveia do que a uma ligação permanente

¹⁴³ Or, parmi les liens humains, d'origine multiple, que l'on vit alors naître ou se procréer, on s'habitue rapidement à distinguer deux catégories: les uns que l'homme nouait, en principe, à son gré, quitte à ne plus pouvoir, sa vie durant, les briser; tels, dans les hautes classes, ceux du vasselage, dont la transmission de génération en génération, en pratique très fréquente et presque normale, ne fut jamais en droit obligatoire; - les autres qu'il trouvait tout formés dès le ventre de sa mère et auxquels il n'avait plus, jusqu'à sa mort, qu'à se plier, pour en léguer, son tour venu, à ses enfants l'inéluctable charge.

¹⁴⁴ Parmi les paysans, il y en eut toujours, en toute contrée, qui, tenant les champs d'un seigneur, vivant sur le territoire où ce chef exerçait ses pouvoirs de commandement, astreints par suite envers lui à des charges souvent fort lourdes, n'étaient cependant ses sujets qu'en raison des circonstances – possession, résidence – qui ne touchaient en rien la personne; s'ils abandonnaient la tenure – et l'abandon était licite, – l'attache se rompait totalement.

à terra. Além disso, aqui, Marc Bloch se referia à formação do senhorio feudal, e sua documentação, no que diz respeito a este momento central da argumentação, é fundamentalmente do norte da França carolíngia; assim, sua explicação do fim da escravidão não permite criar uma relação direta entre a servidão feudal e o colonato romano. No entanto, a impressão final de seu artigo é a de um difuso sistema de dominação pessoal de longa duração, uma visão que é na realidade uma interpretação a partir de uma documentação lacunar, e uma interpretação que consiste em um julgamento sobre a naturalidade da hierarquização social e da busca pelo patrocínio.

Não seria exagero chamar isso de um paradigma de interpretação das relações de trabalho rural que as entende em termos de uma linha contínua de relações diretas de dominação. Nele, o peso relativo dos pequenos proprietários ou do grau de autonomia dos arrendatários é subestimado, enquanto as formas de trabalho dependente são superestimadas e homogeneizadas para o todo da sociedade.¹⁴⁵ Esse paradigma também está na base da ideia de patronagem e do colonato que foram utilizadas como modelo explicativo das relações sociais nas zonas rurais do Império Romano tardio (cuja principal referência é Fustel de Coulanges). E, como chamei atenção no capítulo anterior, alguns autores influentes como Raymond Van Dam e C. R. Whittaker constroem uma visão sobre trabalho rural da Gália e da África nos séculos III, IV e V que é influenciada por essa interpretação de Marc Bloch.

E aqui recorro ao conceito de paradigma para descrever essa interpretação porque, ao contrário da premissa de continuidade ou de um processo unificado (que parecem sistematicamente escapar a uma crítica direta devido a seu caráter *a priori*), essa interpretação se apresenta como tal e é passível de ser diretamente criticada por meio de pesquisas com recortes mais restritos.

No que diz respeito à ideia de um processo unificado, o contexto para a sua crítica foi se estabelecendo ao longo do final do século XX. Dentro do campo da disciplina histórica, o resultado acumulado da apropriação de modelos sociológicos e quantitativos produzindo uma história social quantitativa e, posteriormente, a apropriação de modelos antropológicos sob o impacto da virada linguística,

¹⁴⁵ Um exemplo da operação desse paradigma por meio de categorias do marxismo, novamente, está na articulação que Perry Anderson estabelece entre escravidão e servidão.

resultando na História Cultural, fez com que tal premissa não passasse despercebida e fosse problematizada em pesquisas com recorte mais restrito. Mesmo assim, por causa do caráter estruturante que as *formas* desempenham no conhecimento histórico, a premissa de continuidade e a ideia de um processo unificado permanecem no pano de fundo do trabalho dos historiadores que lidam com os séculos III a VIII. E, ao mesmo tempo, no que diz respeito ao paradigma de uma linha contínua de dominação direta das relações sociais rurais, tanto os avanços no campo da arqueologia quanto no campo da historiografia produziram uma crítica acumulada que encerrou sua condição de consenso historiográfico, o que apresentei no primeiro capítulo.

O primeiro elemento desse paradigma a ser desconstruído foi a ideia de que teria havido uma crise da escravidão romana a partir do século II d.C. (Jolly, 2005 pp. 73-74). Moses Finley, em seu *A Economia Antiga*, esboçou uma crítica inicial das bases dessa ideia de crise (Finley, 1999 [1975] pp. 84-94), uma crítica que posteriormente ele substanciou em *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna* (Finley, 1991 pp. 129-156).

Afirmar que houve a continuidade do suprimento de escravos para as regiões romanas, no entanto, demanda que Finley responda o que teria causado o aparecimento das relações de vinculação dos camponeses à terra, expressas nas leis do colonato. E, para ele, a resposta estaria num processo de empobrecimento da população rural no Império tardio que acompanharia a desagregação do papel das cidades, as quais Finley considera o núcleo organizador da Economia Antiga na administração do Império (Finley, 1999 [1975] pp. 84-94).

Em paralelo a isso, Finley também parece partilhar a interpretação das relações sociais no campo em termos de uma linha contínua de dominação direta quando trata das condições gerais dos camponeses no Mundo Antigo:

Quanto mais livre era o camponês, no sentido político, mais precária sua posição. O cliente do período arcaico ou o *colonus* do Império tardio pode ter sido oprimido variadamente, mas ele também era protegido por seu patrono de perder suas posses, de leis sobre dívidas duras, e, integralmente, do serviço militar (que tão usualmente levava à inevitável negligência para com a fazenda e à perda das posses). O camponês genuinamente livre não tinha

proteção contra uma série de colheitas ruins, contra o serviço militar obrigatório, contra as infundáveis depredações em meio a guerras civis e guerras contra estrangeiros. Daí a história variegada das respostas camponesas, desde as demandas por terra que está por trás da grande expansão grega, começada já cedo no século VIII a.C., até as “ocupações” em propriedades públicas ou de templos vagas ou abandonadas, a fuga da terra para a cidade ou a revolta aberta; no final, até uma aceitação do estatuto dependente, que se tornou a regra no Império tardio – uma história que aliás, ainda está para ser escrita. (Finley, 1999 [1975] p. 108).¹⁴⁶

Finley apresenta uma interpretação bem particular e pessimista da condição do camponês, cuja única possibilidade de existência livre deriva de uma forma estrita de luta política associada à cidade-estado clássica e sua encarnação na história republicana romana. Além disso, essa leitura pessimista das condições do camponês feita por Finley é profundamente dependente de sua leitura particular da ideia de autarquia e subsistência¹⁴⁷ na economia antiga e da generalização a partir da documentação sobre colonato e patronagem do Império tardio. É expressão da força desse paradigma que essa continuidade da escravidão e a ideia de uma reorganização das relações rurais em termos de relações diretas de dominação estejam em plena concordância com as ideias de Bloch.

E, apesar de todas as diferenças na hora de explicar as causas e a lógica de funcionamento das relações de produção na Antiguidade, G. E. M. de Ste. Croix expõe uma descrição do desenvolvimento histórico dessas relações de produção muito próxima da de Finley.

¹⁴⁶ The freer the ancient peasant, in the political sense, the more precarious his position. The client of the archaic period or the *colonus* of the later Empire may have been variously oppressed, but he was also protected by his patron from dispossession, from harsh laws of debt and, on the whole, from military service (which so often led to unavoidable neglect of the farm and dispossession). The genuinely free peasant had no protection against a run of bad harvests, against compulsory army service, against the endless depredations in civil and foreign wars. Hence the variegated history of peasants responses, from the demands for land that lay behind the great Greek expansion, beginning as early as the eight century B.C., to “squatting” on vacant or derelict public or temple property, flight from the lands into the city or the bush, open revolt; in the end, to an acceptance of the dependent status that became the rule in the course of the Roman Empire – a history that is, alas, yet to be written.

¹⁴⁷ Horden e Purcell atacam esse camponês subsistente (Horden, et al., 2000) seguindo a mesma linha proposta por Paul Halstead de que subsistência não significa ausência de excedente produtivo ou de que a estagnação produtiva do camponês na Antiguidade é uma projeção indevida dos camponeses do século XX (já sob a condição do subdesenvolvimento capitalista) para tempos anteriores (Halstead, 1987).

Para Ste. Croix tem um lugar central para a compreensão dessas relações a luta de classes, cujo núcleo é constituído pelos processos de exploração, isto é, a expropriação da riqueza produzida pelo trabalho no campo. Tal exploração é tornada possível pelo controle da propriedade da terra, sob as formas de arrendamento ou renda-trabalho, ou pela propriedade do próprio trabalhador, como é o caso da escravidão (Ste. Croix, 1998 pp. 42-49). Em complementação a isso, ele ainda distingue dois tipos de exploração, assim formulando uma teoria da exploração por meio do Estado. Desse modo, há dois mecanismos de exploração: exploração direta individual, baseada nas relações de propriedade dos meios de produção e da dominação direta, e a exploração indireta coletiva, baseada no controle do Estado, que geralmente ocorre na forma de tributo ou imposto.

Colocar no centro de sua análise as relações de exploração permite que formule uma resposta à questão do porquê se pode falar do Império Romano como uma sociedade escravista. Pois, mesmo quando se reconhece a existência quantitativamente maior de outras formas de trabalho rural, é o grau de controle sobre o trabalho do escravo que permitiria altos graus de exploração. Assim, o mundo grego e o Império Romano seriam escravistas, pois em relação a outras formas de trabalho rural, o grosso da exploração e da extração do excedente que enriqueceria a classe proprietária romana seria aquele produzido a partir do trabalho escravo (Ste. Croix, 1998 pp. 132-133).

Por sua vez, a ideia de uma exploração coletiva indireta permite pensar a existência de formas de trabalho associadas à economia camponesa dentro dessa perspectiva de exploração e de luta de classes. Assim, Ste. Croix propõe que seja possível aproveitar elementos oriundos da reflexão sobre campesinato produzidas no século XX, como nos estudos sobre economia camponesa ou sociedade camponesa, para a compreensão de alguns setores rurais do Mundo Antigo. Ele, contudo, preferiu pensar em termos de setores camponeses dos mundos grego ou romano, e não em termos de economia ou sociedade camponesa (Ste. Croix, 1998 pp. 208-209).

Nesse sentido, ele propõe que se possa pensar o campesinato como uma classe definida a partir do que ele chamou de pequenos produtores independentes (*small independent producers*). E em relação à exploração realizada pela classe produtora, essa seria uma classe divisível em três níveis que dariam conta das

múltiplas experiências de relação de propriedade e exploração. A definição desse campesinato, a partir de uma adaptação das definições propostas por Rodney Hilton (Ste. Croix, 1998 pp. 210-211),¹⁴⁸ os configuraria como produtores que trabalham diretamente na terra, sobre a qual têm posse, mas não necessariamente propriedade, de onde extraem diretamente o necessário para sua subsistência, produzindo coletivamente mais do que o necessário para sua reprodução, e, exatamente por isso, seria possível a sua exploração por diferentes tipos de classes dominantes (grandes proprietários, agiotas, a “cidade”, o “Estado”, etc.). Sua organização na produção é pautada pela unidade familiar mais a mão de obra auxiliar, incluindo aquela oferecida por escravos.

Como primeira categoria dentro dessa classe, podem ser encontrados no Mundo Antigo os pequenos proprietários (*freeholder*), que possuem propriedade da terra onde trabalham. Uma segunda categoria que Ste. Croix não nomeia, engloba os trabalhadores rurais helenísticos que são possuidores (mas não proprietários) de terras, cuja propriedade era mediada pelas monarquias, e que, em longo prazo, teriam se tornado pequenos proprietários. E, como terceira categoria, os arrendatários (*tenants*), que trabalham em terras alheias pagando renda. Estes poderiam ter uma relação bem variada com o proprietário, com arrendamentos temporários (a *locatio conductio*, que no Império Romano era geralmente de cinco anos) ou permanentes (*emphyteusis*), e também diferentes acordos de pagamento, como os meeiros (*sharecropper*), ou as rendas fixas em espécie, ou rendas fixas em dinheiro. Um caso à parte seriam as rendas em trabalho, raríssimas durante o Império Romano.

Além disso, tanto no que concerne aos arrendatários ou aos pequenos proprietários, o tamanho relativo da propriedade (possuída ou arrendada), assim como a sua capacidade de usar trabalho escravo, é importante para a caracterização de sua pertença à classe dos proprietários. Um detalhe fundamental dessa descrição é que sob o Império Romano, até o aparecimento da legislação do colonato, Ste. Croix define esse campesinato como livre, o qual recorrentemente seria impactado pelo alistamento militar, mas que, por outro lado, seria composto por uma boa quantidade de pequenos proprietários veteranos.

¹⁴⁸ Apud Hilton, Rodney. *The English Peasantry in the Later Middle Ages*. Oxford: Oxford University, 1975.

A exposição dos potenciais e limites do campesinato romano de Ste. Croix é bem meticulosa, e é nos detalhes de sua interpretação que aparece a atuação do paradigma de linha contínua de relações diretas de dominação do trabalho rural. Como, por exemplo, na sua avaliação do peso a ser dado à legislação sobre colonato e nas possibilidades de generalização do patronato (novamente, baseado naquela legislação e nos textos de Libânio e Salviano de Marselha) (Ste. Croix, 1998 pp. 208-226).

O resultado alcançado por Ste. Croix em sua descrição das relações de produção e exploração no Mundo Antigo acaba sendo muito parecido com o de Finley, pois, para Ste. Croix, a participação política característica da cidadania antiga também teria tido um papel protetor ao camponês, tanto na Grécia Clássica (Ste. Croix, 1998 pp. 383-326) quanto, com menor radicalidade, na Roma Republicana (Ste. Croix, 1998 pp. 333-337). Há uma importante diferença, no entanto, no que diz respeito ao papel que a crise da escravidão desempenha nas respectivas narrativas: para Ste. Croix, houve um declínio no suprimento da escravidão a partir do Principado, que teria resultado numa queda da lucratividade associada ao uso do trabalho escravo. Inicialmente isso teria sido mitigado pela reprodução interna dos escravos, mas no longo prazo resultaria numa maior utilização de escravos organizados em famílias, aproximando-se dos camponeses arrendatários. Isso, por sua vez, prepararia terreno à transição da escravidão para a servidão¹⁴⁹ como forma principal de extração do excedente pelos grandes proprietários. Para Ste. Croix, esse processo já se consolidou com a subordinação do campesinato às leis do colonato a partir do século III d.C. (Ste. Croix, 1998 pp. 226-259) e com a leitura em termos de uma generalização das divisões de classe na legislação romana por meio das categorias de *humiliores* e *honestiores* (Ste. Croix, 1998 pp. 452-462).

Portanto, Ste. Croix, a partir de uma observação exaustiva das mesmas bases documentais que aparecem em Finley ou em Jones, propõe uma reorganização das relações de produção nas bases da servidão já no século IV d.C., na qual é ainda mais radical a subordinação do campesinato a relações diretas de dominação. E, muito embora ele apresente uma das mais precisas e bem

¹⁴⁹ Para Ste Croix, a servidão se baseia na vinculação do trabalhador rural à terra, no entanto, ele chama a atenção para uma possível ambiguidade em Marx, na qual a base da definição estaria na corveia, ou renda em trabalho (Ste. Croix, 1998 pp. 160-162), o que, nesse último caso, aproximaria a definição de Marx da de Marc Bloch.

elaboradas construções da transição que busca confirmar o paradigma, boa parte da sua interpretação sobre o destino servil do campesinato apoia-se principalmente na dedução lógica do seguinte raciocínio:

Espero ter agora estabelecido que, até onde é permitido falar de um “declínio” da escravidão durante o Principado, nós devemos nos concentrar no fato de que como resultado de os escravos estarem sendo reproduzidos, em uma grande medida, dentro da economia, em lugar de estarem sendo trazidos para dentro dela sob condições excepcionalmente favoráveis, a *taxa de exploração* da população escrava como um todo deve ter diminuído, para permitir a diversificação do esforço em produzir e cuidar de crianças, incluindo um número considerável que não sobreviveria para se tornar úteis a seus donos. O aumento do custo de escravos importados de fora da economia também teria diminuído sua lucratividade (Ste. Croix, 1998 p. 237).¹⁵⁰

Isso complementa algo que ele menciona anteriormente:

A consequência inevitável é que a classe proprietária não pode manter a mesma taxa de lucro a partir do trabalho escravo e, para impedir a queda de seu modo de vida, provavelmente é forçada a *aumentar a taxa de exploração da população livre mais humilde* – o que eu acredito que a classe dominante romana fez, gradualmente. (Ste. Croix, 1998 p. 231).¹⁵¹

A lógica interna da argumentação é convincente, no entanto, ela tem fragilidades empíricas no que diz respeito ao declínio da escravidão e um grande problema lógico no que diz respeito ao papel do Estado na exploração do campesinato: 1) nem o fim do suprimento de escravos foi tão abrupto como Ste. Croix defende; 2) nem a produção interna parece ter acarretado essa dificuldade de

¹⁵⁰ I hope I have now established that, in so far as is permissible to speak of a “decline” of slavery during the Principate, what we must concentrate on is the fact that as a result of slaves being to a large extent bred within the economy instead of being brought into it under exceptionally favorable conditions, the *rate of exploitation* of the slave population as a whole must have diminished, to allow for the diversion of effort to producing and rearing children, including a considerable number who would not survive to become useful to their owners. The increased cost of slaves imported from outside the economy would also diminish their profitability.

¹⁵¹ The inevitable consequence is that the propertied class cannot maintain the same rate of profit from slave labour, and, to prevent its standard of life from falling, is likely to be driven to *increase the rate of exploitation of the humbler free population* – as I believe the Roman ruling class actually did, by degrees.

explorar os escravos; 3) nem a escravidão era tão generalizada fora da Itália;¹⁵² e 4) principalmente, como fica claro dentro dos próprios pressupostos lógicos de Ste. Croix, o aumento da exploração do campesinato levou a uma crise política e militar desse Estado, o próprio Estado que permitira esse aumento da exploração. Quando ele analisa a desagregação da porção ocidental do Estado romano, esse Estado está na base da sua visão de uma piora das condições dos camponeses, tanto no que diz respeito aos arrendatários, em que sua argumentação se baseia na compreensão do colonato como servidão, quanto no que diz respeito aos camponeses pequenos proprietários, em que sua argumentação se baseia no peso dado a um processo de *generalização* da patronagem rural organizado pelo Estado. Mas, nessa argumentação, a piora das condições continuaria por inércia após o desaparecimento do Estado que as instituiu.

Uma forma ainda mais radical dessa interpretação, por sua vez, pode ser encontrada em vários estudos de C. R. Whittaker.

C. R. Whittaker, reconhecendo a circunscrição mais precisa do trabalho escravo a certas regiões da Itália, argumentou, então, a favor de uma longa permanência das relações diretas de dominação nas relações de trabalho, vendo uma permanência secular dessas relações, da pré-história até a Idade Média, primeiramente, analisando as origens da mão de obra para diferentes regiões do Império Romano e concluindo, a partir de uma pequena presença relativa do trabalho escravo e do impacto dos pequenos proprietários veteranos nessas regiões, pela manutenção das relações de trabalho anteriores à presença romana (Whittaker, 1993 [1978]). É significativo de tal empreendimento que Whittaker, em um trabalho posterior, ao recusar a utilidade do conceito de modo de produção asiático, demonstrando a existência na África, na Gália e na Ásia Menor de formas de propriedade privada da terra, conclua (em termos puramente lógicos) pela existência também de formas de trabalho dependente. E a partir daí, concluindo pela *provável* existência de patronato rural em todo o Império Romano, um patronato e um tipo de subordinação rural herdados das épocas pré-romanas (Whittaker, 1993[1980]).¹⁵³

¹⁵² Para essas questões relacionadas à escravidão, ver as sínteses da questão apresentadas por Fábio Joly (Jolly, 2005) e, com mais atenção às dificuldades metodológicas, por Niall McKeown (McKeown, 2007 pp. 124-140).

¹⁵³ Curiosamente, aqui, a posição de Finley se aproximou da de Whittaker. Em *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna*, Finley propôs a ubiquidade do trabalho dependente no Mediterrâneo romano

Em um artigo posterior, Whittaker lidou diretamente com a questão da transformação do escravo e do camponês romanos em servos feudais (Whittaker, 1993 [1987]). Ele parece estar respondendo cada um dos elementos que sustenta a teoria avançada por Ste. Croix, quando se apropria da desconstrução que houve nos estudos sobre a escravidão romana, que teriam demonstrado que o uso da escravidão fora da Itália seria efetivamente restrito, recusado a validade para a Antiguidade do modelo de escravidão em plantéis semelhantes à *plantation* monocultora moderna, e questionado a incapacidade do suprimento por reprodução interna de fornecer mão de obra para a economia do Império, e salientado a incerteza dos números relativos aos aumentos de preços dos escravos.

Resumindo (...), podemos dizer que não há evidência estatística possível, e apenas alguma circunstancial, para dar suporte à teoria de que houve uma mudança radical no uso de escravos no Império Romano tardio. É verdade que não podemos encontrar paralelos para os grandes números de escravos adquiridos como butim de guerra da República tardia. Mas escravos estrangeiros continuaram a chegar como cativos regularmente e em boa quantidade, talvez mesmo aumentando durante as guerras do Império Romano tardio, suplementando o que era, sem dúvida, um número crescente de escravos criados localmente ou homens livres provinciais escravizados (Whittaker, 1993 [1987] pp. 107-108).¹⁵⁴

No entanto, quando coloca, então, na ausência de qualquer crise ou mudança nos usos da escravidão, a questão de por que teria piorado a condição dos camponeses arrendatários, o paradigma da linha contínua de relações direta de dominação reaparece apoiado na legislação do colonato. A posição de Whittaker, porém, é algo intermediária.

baseando-se nesse artigo de Whittaker, cf. (Finley, 1991 pp. 139, n.25). Uma permanência contra a qual G. E. M de Ste. Croix argumenta, pois embora proponha que se entenda a servidão como a forma fundamental de exploração em regiões orientais do Mediterrâneo, parece ser contra tal permanência das relações de servidão sob os reinos helenísticos e sob o Império Romano, cujos processos de helenização e romanização teriam reorganizado as relações de trabalho e propriedade da terra, transformando os camponeses em cidadãos vinculados a diferentes pólis. (Ste. Croix, 1998 pp. 157-158; 215).

¹⁵⁴ To sum up (...), we can say that there is no possible statistical, and only some limited circumstantial, evidence to support the theory that there was a radical change in the use of slaves in the Later Roman empire. It is true that we cannot find parallels for the large figures for slaves acquired as war booty in the Late Republic. But foreign slaves continued to arrive as captives regularly and in quantity, perhaps even increasingly in the wars of the Later Roman Empire, supplementing what was undoubtedly a growing number of home-bred slaves or enslaved provincial freemen.

Primeiro, embora discorde da proposta de Jean-Michel Carrié (Carrié, 1982) de que o colonato seja uma invenção historiográfica, para o que aceita a resposta de Arnaldo Marcone (Marcone, 1985), Whittaker corrobora parte importante da desconstrução proposta por Carrié. Assim, concorda que o colonato nunca foi assimilado pela escravidão e que não há ligação direta entre as relações sociais romanas e feudais (Whittaker, 1993 [1987] pp. 101, n. 80). Isso é coerente com sua definição de servidão a partir das ideias de Marc Bloch, na qual as obrigações de trabalho são mais centrais do que a vinculação do camponês à terra. Sua avaliação final é de que houve uma acentuação das relações diretas de dominação, cuja justificativa é a seguinte:

Ninguém, eu penso, desejaria negar que foi a erosão da autoridade central do Estado que começou o processo de transformação das relações entre proprietário e trabalhadores rurais no Império Romano tardio. Obviamente um camponês que não mais podia invocar o braço armado do Estado ou a Lei era forçado a buscar proteção junto a seu proprietário (se ele já fosse um arrendatário) ou a um potentado local. (...) Havia muitos fatores que poderiam ter influenciado o caráter pessoal das conexões. Terra era um deles, exércitos outrora ligados ao imperador poderiam se transferir para o serviço de homens locais de influência quando o Estado lhes abandonou. Proteção dos livres contra as exigências do Estado por impostos ou de bandos de saqueadores era benéfica para ricos e pobres igualmente (Whittaker, 1993 [1987] p. 111; 114).¹⁵⁵

Nada disso é aprofundado no artigo de 1987. O passo seguinte seria investigar em que se sustentam as relações diretas de dominação, o que Whittaker fez num artigo que mencionei anteriormente no capítulo 2 (Whittaker, 1995). Nesse artigo, o aumento das relações diretas de dependência se baseia no processo de militarização dos grandes proprietários de terras ou de assentamento como poderosos locais de líderes militares. Para isso, Whittaker generaliza o modelo de

¹⁵⁵ No one, I think, would wish to deny that it was the erosion of the central state authority that began the process of transforming the relationships between landlord and rural labourers in the Later Roman Empire. Obviously a peasant who could no longer call upon the arm of the state and the law was forced to look to his landlord (if he were already a tenant) or to a local grandee for protection. (...) There were many factors which could have influenced the personal character of the ties. Land was one of them, troops once attached to the emperor might transfer to the service of local men of influence when the state failed them. Protection of the free against feeble state demands for taxes or from marauding bands was beneficial for rich and poor alike.

dependência direta e patronato presente nas Orações de Libânio para toda a sociedade romana tardia. Assim, na África tal processo seria revelado pela ascensão de líderes tribais como Firmus e Gildo e o apoio dado a eles pelos circunceliões (uma interpretação altamente contestável, tanto pela definição deles como líderes tribais quanto pela relação com os revoltosos, baseada no programa de difamação agostiniano),¹⁵⁶ enquanto que na Gália tal interpretação se baseia diretamente no estudo de Van Dam.

C. R. Whittaker parece perceber a partir do volume de estudos acumulado, e da crítica ali desenvolvida, as dificuldades de se manter a ideia de um processo unificado, de uma linha de desenvolvimento direto da Antiguidade à Idade Média. Mas parece também operar uma prestidigitação para resolver o dilema. Assim, embora concorde com a ideia de que não haja relação entre colonato e servidão, baseia essa concordância em um cenário de longa permanência de relações diretas de dominação (incluindo a escravidão) submersas sob uma fina camada de “romanização”, relações não alteradas nem pelo uso da escravidão na agricultura, nem pela taxaço, nem pela urbanização, e nem pela generalização da propriedade privada e *mercantilização* da terra. Whittaker parece propor uma “Longa Idade Média” do final da era do Bronze à industrialização. O irônico é o quanto o modelo que propõe para a Europa e para o Mediterrâneo se aproxima muito do modo de produção asiático ao qual ele mesmo recusa qualquer validade.

Nesse cenário, a história dos trabalhadores rurais desaparece, já que não há mudança em suas condições e eles nunca têm alternativa à submissão patronal.

No final, o máximo que conseguimos é um punhado de fotos fixas de um filme que se perdeu. Nós não podemos realmente reescrever o roteiro de todas as barganhas variadas e tácitas entre os poderosos e os fracos enquanto eles lutavam para sobreviver. (Whittaker, 1993 [1987] p. 114).¹⁵⁷

A conclusão de seu artigo de 1987 parece muito apropriada ao reconhecer os limites da evidência, mas acredito serem esses limites ainda mais reveladores dos

¹⁵⁶ Contra essa aceitação da palavra de Agostinho na relação entre Gildo e os donatistas, assim como a própria definição de Firmo e Gildo como líderes tribais, há uma sólida crítica no livro mais recente de Brent Shaw (Shaw, 2011).

¹⁵⁷ In the end, the most we get is a few still shots of a film which has been lost. We cannot actually rewrite the script of all the varied and tacit bargains that were struck locally between the powerfull and the weak as they fought to survive.

limites de seu modelo, de forma que só admite aos camponeses como opções de ação as que pressupõem o suporte dos poderosos, mesmo onde estes não se fazem presentes.

Apesar do que diz acima, o maior problema do modelo de C. R. Whittaker é que não há barganhas nele, não há acordos, há sempre a pressuposição da subordinação natural dos fracos pelos poderosos. A interpretação de Whittaker é radical porque ele expulsa de sua interpretação algo que é importantíssimo nas propostas de Ste. Croix e Finley. Com pressupostos diferentes em cada um deles, os resultados finais a que ambos chegam parecem ser muito semelhantes, já que em Finley o eixo é a política da cidade-estado, enquanto para Ste. Croix, isso se articula com uma problemática mais geral da luta de classes, mas ambos terminam com um cenário de empobrecimento e a generalização da divisão da sociedade imperial entre *honestiores* e *humiliores*. Para esses dois historiadores, os camponeses reagem, resistiam, em suma, agiam. Em Whittaker, essa iniciativa desaparece completamente. E isso deriva da maneira com a qual ele lida com as mudanças oriundas da investigação da Antiguidade que aparecem a partir da metade do século XX.

Nesse contexto, de acúmulo de estudos e mudanças da historiografia e da arqueologia, no qual se percebeu uma maior heterogeneidade na Economia Antiga, as apropriações de elementos locais pelo processo de integração mediterrânico, do qual a dominação romana é parte fundamental, a visão da história de Whittaker interpreta essa heterogeneidade não como sinal de maior complexidade, mas como sinal de ausência de impacto social daquele processo de integração.

Parte importante desse novo contexto e que é fundamental para a visão de escravismo romano presente na obra de Whittaker, é o conjunto da obra dos estudos interdisciplinares dos arqueólogos e historiadores italianos reunidos entre os anos 1970 e 1980 no *Seminario de Antichistica* do Instituto Gramsci.

Partindo, então, da distinção entre modo de produção e formação social, e concentrando-se na análise estrutural da formação social romana, principalmente no que concernia ao papel dominante que teria desempenhado ali a escravidão, o resultado, na opinião de Giardina, contrastaria radicalmente com as abordagens primitivistas, reascendidas pela obra de Finley, sem, porém, recair no excesso modernista que afirmaria um “Capitalismo antigo” (Giardina, 2007 p. 23). E, seguindo

essa avaliação, concentrar os trabalhos interdisciplinares, em que o estudo da cultura material teve um papel central, em um modo de produção específico e restrito no tempo e no espaço, permitiu o uso dessa categoria para lidar com problemas que nem as abordagens marxistas tradicionais, nem as filiadas à Unidade greco-romana de Finley teriam conseguido endereçar satisfatoriamente (Idem, p. 24). Um resumo do programa de estudos desse grupo foi fornecido por Andrea Giardina, que apresenta as particularidades e ao mesmo tempo os campos em que sua contribuição foi sentida.

A relação (em termos marxianos) entre valor de uso e valor de troca na economia Antiga e, daí, seu grau de “primitivismo” e modernidade;¹⁵⁸ o grau de disseminação do modo de produção escravista e em que medida poderia dizer que ele caracterizou o todo da economia da Roma antiga; e, finalmente, o conceito de modo de produção em si mesmo, com a questão relacionada da continuidade versus a descontinuidade. (Giardina, 2007 pp. 25-26).¹⁵⁹

Mas, na avaliação de Giardina, embora muitos dos resultados dessas pesquisas tenham tido boa recepção, foram exatamente as reflexões articuladas diretamente com esse programa acima que não tiveram a devida atenção. Isso seria explicado por duas tendências da historiografia recente: a primeira, a falta de esforço em distinguir entre o conceito de crise de um modo de produção e crises sociais particulares em uma formação social; a segunda, uma recusa da categoria de crise como forma de explicação do passado e uma ênfase nas continuidades. Assim, em relação à arqueologia, o resultado seria que:

Anteriormente, evidência arqueológica era usada para reconstruir as tendências gerais da economia romana, como uma base indispensável para sínteses posteriores. Agora a arqueologia tem uma função oposta: é usada principalmente para ressaltar a

¹⁵⁸ A ausência de aspas em modernidade está no original. Para uma exposição dessas questões por um dos estudiosos ligado a esse grupo, cf. *Uma História Rompida* de Aldo Schiavone (Schiavone, 2005). Suas respostas, porém, que recorrem a uma mentalidade antiga essencializada, não são tão interessantes.

¹⁵⁹ The relationship (in Marxian terms) between use value and exchange value in the ancient economy and, hence, its degree of “primitivism” or modernity; the degree of pervasiveness of slave mode of production and the extent to which it could be said to have characterized the whole economy of ancient Rome; and, finally, the concept of mode of production itself, with the connected issue of continuity versus discontinuity.

variedade de situações locais, a ausência de processos unitários, a prevalência da história regional (Giardina, 2007 p. 28).¹⁶⁰

Sem querer desculpar o medo de generalizações das últimas gerações, acredito que não se pode negar que de fato os dados empíricos produzidos pelas pesquisas mais recentes enfatizaram maior heterogeneidade das realidades da Antiguidade, um processo bem acentuado no que diz respeito à Antiguidade Tardia. A possibilidade de se apropriar dos resultados de pesquisa ou dos dados dessa documentação heterogênea desacompanhados dos elementos fundamentais na conceituação de um modo de produção escravista (como, por exemplo, a sua centralidade como forma de extração de excedente implicando uma reorganização da sociedade), e, também, a menor ênfase dada a manifestações da luta de classes nos estudos italianos, são dois fatores que permitiram, por sua vez, a prestidigitação realizada por Whittaker.¹⁶¹

Perante o reconhecimento desse cenário heterogêneo é que se deve entender o impacto de *The Corrupting Sea*, de Peregrine Horden e Nicholas Purcell. Isto é, a proposta de uma História do Mediterrâneo, articulada pela dinâmica social e

¹⁶⁰ Previously, archaeological evidence was used to reconstruct the overall trends of Roman economy, as an indispensable basis for further synthesis. Now archaeology has an opposite function: it is mainly used to highlight the variety of local situations, the lack of unitary processes, the primacy of regional history.

¹⁶¹ O uso do que os italianos chamam de morfologia permite uma compreensão e uma explicação precisa e comparativa das relações de produção em formações sociais do passado. Há, porém, um problema no seu uso que deriva do quanto o pesquisador espera encontrar em termos de uma capacidade de totalização das relações sociais em modos de produção pré-capitalistas. Ao se operar a distinção entre modo de produção de formação social, reconhece-se que essa categoria é uma relação geral abstrata organizadora da reprodução social, mas que não se confunde com a totalidade concreta de uma formação social, cf. distinção proposta por Roman Rosdolsky entre relações gerais e globais (Rosdolsky, 2001). Quanto a isso, gostaria de fazer algumas observações: 1) apenas o modo de produção capitalista foi capaz de se desenvolver num grau de dominação das relações sociais no qual se possa falar em termos de ter mercantilizado a totalidade das relações sociais, os outros modos de produção todos nunca alcançaram um grau parecido de predomínio de seu “éter”; 2) a crise de um modo de produção, se entendida como uma relação geral abstrata, talvez faça mais sentido se for compreendida não em termos de seu desaparecimento, mas sim da perda do estatuto de relação dominante em uma dada formação social; 3) a crise da formação social em si é a história vivida e experimentada pelos seres humanos, não o puro desenvolvimento lógico de uma categoria geral; 4) em um modo de produção cujo núcleo produtivo são relações de expropriação do excedente, a luta de classes se constitui nas ações dos seres humanos contra (ou a favor) a exploração; essas ações não estão inscritas na lógica fundamental, elas são a elaboração e reelaboração prática dos seres humanos a partir de condições que não escolheram herdar, mas que têm a possibilidade de transformar. As tentativas, sob inspiração de *Ideologia Alemã*, do prefácio de *Para a Crítica da Economia Política* e dos *Grundrisse*, de estabelecer uma linha contínua de crises e sucessões de modos de produção articulando uma História Universal Materialista, por mais prolegômenos contra a teleologia e causalidade simples que possam apresentar como, por exemplo, a proposta de Barry Hindess e Paul Hirst (Hindess, et al., 1975), partem dessa premissa que confunde lógica com história vivida e que subsume a ação humana a totalizações gerais e abstratas.

humana em relação às microecologias que compõem a região, é inseparável da aceitação de que o que se tem é um cenário composto por múltiplos processos sociais, múltiplas linhas de desenvolvimento, algumas interrompidas, e que é necessária uma compreensão comparada de tudo isso.

Horden e Purcell propõem que se pense a produção agrária a partir da perspectiva da Intensificação e da Redução (minhas traduções para *intensification* e *abatement*), isso é, de que tanto os processos de crescimento quanto de diminuição da produção são estratégias adotadas pelos produtores e pelos proprietários rurais. Assim, opõem-se a uma perspectiva de que o imperativo do crescimento da produtividade seja um critério sempre válido para a compreensão da produção na História do Mediterrâneo, um imperativo geralmente articulado com o uso das invenções tecnológicas ou as pressões demográficas como causas que aparecem de forma externa e desintegrada da compreensão aos sistemas sociais de produção (Horden, et al., 2000 pp. 175-297).

Suas formulações sobre o trabalhador rural se dão nesse contexto de compreensão das formas de Intensificação e Redução. E, coerentes com o que fizeram em relação ao par urbano-rural, propõem a necessidade da desconstrução dos estereótipos associados à categoria camponato. “*A categoria de camponês é o obverso da moeda, da qual a reificação da cidade é o reverso.*” (Horden, et al., 2000 p. 271).¹⁶² Então, para a desconstrução de um camponato idealizado presente na historiografia, eles estabelecem três críticas associadas a essa idealização: a crítica da ideia de que o trabalhador rural tenha como objetivo a pura subsistência; a crítica da ideia da autodeterminação; e a crítica à estabilidade ou estagnação imemorial do camponês.

A redução dos objetivos do trabalhador agrícola à subsistência ignora a sua capacidade e necessidade de produção de excedentes na forma de reservas e a necessidade de renovação dos meios de produção. A crítica da autodeterminação é endereçada à visão de um camponês com pleno controle de seu trabalho, cujo corolário é uma lógica de produção de baixa produtividade. E, por último, a crítica da ideia de estagnação ou estabilidade imemorial afirma que esta não levaria em conta as múltiplas estratégias associadas tanto às microecologias quanto às diferentes formas de intensificação e redução que se apresentam numa História do

¹⁶² The category of ‘peasant’ is the obverse of the coin of which the reification of the city is the reverse.

Mediterrâneo. Na base dessa desconstrução estão as categorias de uma nova história agrária,¹⁶³ pautada por uma busca pela compreensão da racionalidade de comunidades rurais. Essa compreensão seria delineada a partir da percepção das decisões individuais de produção em termos de proteção contra o risco e da adaptabilidade das formas de trabalho rural.

Nesse momento de sua argumentação, o controle do trabalho e o poder de extrair o excedente parecem assumir um papel central para Horden e Purcell. Estes, no entanto, são tratados de uma forma bem fluida, o que me parece um resultado necessário de sua argumentação, que visa desconstruir as categorias tradicionais. Assim, nesse esquema, o trabalhador rural é entendido a partir do grau de controle exercido sobre ele, o que permitiria aos proprietários da terra processos de intensificação ou redução.

Escavidão, divisão da colheita, arrendamento dependente, colonização, servidão, assentamento, confisco: as formas que a dependência tomou são várias e, naturalmente, nós não podemos pesquisar todas elas aqui. Mas elas abrangem um grande leque de diferenciais de poder. (Horden, et al., 2000 p. 277).¹⁶⁴

Esse controle do trabalho está necessariamente ligado ao controle da terra e suas formas de propriedade, o que os autores articulam em termos de processos de colonização e de distribuição de assentamentos, demarcando o papel central que teve nessa história o desenvolvimento do latifúndio mediterrânico (como grau máximo de controle de recursos e de trabalho em busca de intensificação) e como seu desenvolvimento deve ser entendido por meio da compreensão de uma ecologia da colonização (Horden, et al., 2000 pp. 278-297). Por fim, a compreensão dessa História do Mediterrâneo como sendo uma história da mobilidade, e do controle e organização dessa mobilidade, lança questões muito pertinentes para se reorganizar o entendimento dos processos de distribuição (e de concentração e fragmentação) da riqueza produzida pela interação humana nesse espaço (Horden, et al., 2000 pp. 342-400).

¹⁶³ Como por exemplo, as ideias de Paul Halstead (Halstead, 1987).

¹⁶⁴ Slavery, share-cropping, dependent tenancy, colonization, serfdom, allotment, confiscation: the forms which dependency has taken are various, and we can naturally not survey them all here. But they embrace a vast range of differentials in power.

Ora, o entendimento das especificidades de cada uma daquelas relações de trabalho, ou formas de controle do trabalho pelos poderosos, é crucial para a compreensão não só do crescimento econômico, mas também dos processos e das formas de organização social no campo. Crucial inclusive para uma história da organização social e cultural nas regiões rurais do Mediterrâneo. Por isso, no resultado final há lacunas enormes no que seria uma compreensão do Mediterrâneo em termos de um “modelo da mobilidade”. Lacunas que são resultado do abandono ou da subestimação de certas categorias sem as quais o controle da terra, do trabalho e da distribuição da produção é incompreensível e, também, produz um quadro da história do Mediterrâneo como condensações flutuantes que, embora seja um ótimo ponto de partida, é demasiadamente abstrato.¹⁶⁵

Aqui, porém, a visão de uma continuidade entre Antiguidade e Idade Média ressurge ainda mais forte, mas não como uma pressuposição, pois tal continuidade é afirmada com todas as letras. Há, porém, enormes diferenças, uma vez que tal continuidade é resultado do reconhecimento de que há múltiplas linhas de desenvolvimento, múltiplos cenários e, embora haja aumentos, recuos e condensações na ocupação humana e na produção dela derivada, isso tudo é pensado a partir do Mediterrâneo como *forma*, mas uma *forma* cuja unidade também é resultado da investigação.

Desse modo, a heterogeneidade do material empírico e as linhas de desenvolvimento, e suas continuidades e rupturas particulares, são encaixadas dentro de um modelo que integra tudo em um mesmo espaço. Assim, em seu modelo, a continuidade se dá de um Mediterrâneo pré-histórico a um protoindustrial. Mas é uma continuidade que não se dá em relação à Europa, por isso não há hipótese de um “deslocamento do eixo econômico”. E, acredito que por causa da ênfase nessa unidade e na visão geral da intensificação e redução, de forma pouco surpreendente, a condição geral dos trabalhadores rurais (sejam quais forem suas relações específicas e particulares) é sempre pensada em termos de dependência e subordinação.

Poderia se dizer, então, que *The Corrupting Sea* materializa todos os anseios de Andrea Giardina, uma vez que, ao mesmo tempo em que parece fazer um elogio

¹⁶⁵ Daí a razão de o capítulo antropológico, que busca investigar a variabilidade mediterrânica da ideia de “honra” e que conclui a investigação, deixe tanto a desejar (Horden, et al., 2000 pp. 485-523).

do olhar regional, sua argumentação e a escala a partir da qual observam a História do Mediterrâneo esvaziam de sentido a busca por estruturas conceituais amplas (como, por exemplo, o modo de produção), a busca por tendências gerais, a busca pela própria ideia de um processo unitário e, por fim, o uso de qualquer tipo de noção de crise.

Framing the Early Middle Ages, de Chris Wickham, também reconhece a heterogeneidade das realidades da Antiguidade, assim como a necessidade de se pensar a partir de múltiplas linhas de desenvolvimento. Propõe-se a buscar as tendências gerais a partir dessa multiplicidade, procurando articular questões como as levantadas por *The Corrupting Sea* com as questões e conceitos levantados por Giardina, como a problemática da compreensão de processos de transição e Morfologia, Estado, classes sociais, e Crise.

Em 1984, Chris Wickham propôs, em um importante artigo chamado *The Other Transition: from the Ancient World to Feudalism* (Wickham, 1984),¹⁶⁶ que se pensasse o processo de transição entre Antiguidade e Idade Média por meio da compreensão das relações de produção em termos compostos. Assim, partindo da distinção entre formações sociais e modos de produção, na formação social do Império Romano, teriam coexistido dois modos de produção: o modo de produção tributário e o modo de produção escravista, sendo o tributário dominante num primeiro momento e o escravista num segundo momento. A passagem para a Idade Média, por sua vez, deveria ser entendida como uma transição para uma formação social cujo modo de produção dominante seria o feudalismo. No entanto, esse artigo ao ser lido hoje parece destoar do contexto intelectual atual.

Os resultados aos quais chegou em *Framing the Early Middle Ages* (Wickham, 2005) são similares, mas, também, radicalmente diferentes. Pois, enquanto antes Wickham via um longo processo de transição paulatina, de uma situação dual do modo tributário e escravista para o modo feudal, agora o autor apresenta uma descrição que tenta lidar com as trajetórias variadas das diferentes sociedades, valorizando ao mesmo tempo o núcleo conflitivo das relações de classe e o Estado como um dos palcos de realização desse conflito, embora não o único.

¹⁶⁶ Para uma avaliação do impacto de *The Other Transition* pelo próprio Chris Wickham, cf. (Wickham, 2007 pp. 32-34).

Primeiro, Wickham abandona o conceito de modo tributário, ao mesmo tempo em que afirma que diferentes formações sociais históricas, com diferentes organizações políticas, podem compartilhar os mesmos modos de produção. Segundo, demonstra a impossibilidade de sustentar empiricamente no mundo rural da Antiguidade Tardia posterior ao século V o predomínio tanto das relações de controle direto do campesinato pelas aristocracias, característico do Feudalismo francês, quanto o tipo de expropriação via cobrança de impostos, como a do Império Romano. Terceiro, refuta que o feudalismo europeu seja um desenvolvimento do mundo da Antiguidade Tardia (do colonato, por exemplo): para o autor, ele é resultado do Mundo Carolíngio. Quarto, Wickham torna substancial a compreensão das sociedades camponesas, mais ou menos livres, que só sugerira no artigo de 1984, propondo um modelo de interpretação do período que lida muito melhor com as realidades variadas do que o paradigma da linha contínua de relações diretas de dominação.

Isso só é possível porque Wickham delinea um processo de diversificação dos desenvolvimentos (e das narrativas) sociais no Mediterrâneo e na Europa de 300-800. Em lugar de afirmar uma linha direta de desenvolvimento entre o Império Romano e a Europa (o que se fazia antes), ou de unicamente desconectar a história *no* Mediterrâneo romano da História *da* Europa medieval (a tentação dos pós-modernos), Wickham olha para o fim do Estado inter-regional romano como um processo catalisador das várias linhas de desenvolvimento histórico que aparecem nas regiões das quais trata em seu estudo.

É necessário, porém, uma compreensão do todo da sua discussão para situar adequadamente o entendimento de sua proposta de um modo de produção camponês, pois esse modo de produção se justifica a partir do esforço comparativo de diversos tipos de relações sociais, um esforço do qual *Framing the Early Middle Ages* é resultado. Essa comparação é feita entre formas de Estado, aristocracias (as classes dominantes), os campesinatos (as classes produtoras), as redes de conexão (*networks*, englobando comércio e cidades).

A justificativa do estudo comparativo apresentado, inicialmente em termos teóricos (Wickham, 2005 pp. 1-14), é posteriormente feita por meio de uma síntese da narrativa política de cada uma das regiões que ele estabeleceu como unidades de análise. Nessas sínteses são apresentados também alguns debates mais gerais do interior de cada uma das respectivas tradições historiográficas, por meio dos

Wickham constrói as unidades de comparação e circunscrição temporal e espacial dos recortes: Norte da África (Tunísia, Marrocos e Líbia), Egito, Palestina e Síria, Bizâncio e Egeu, Itália, Península Ibérica, Gália (diferenciando o sul do norte), Inglaterra e Gales, Irlanda e, por fim, Dinamarca (Wickham, 2005 pp. 17-55).

No que Chris Wickham chama de “*core of the book*”, ele realiza uma síntese comparativa da literatura científica sobre a cultura material geralmente associada ao comércio em larga escala de cada uma das regiões. Sua análise trata principalmente da cerâmica, o que implica vinho e azeite, mas aí também são tratados a numismática, o uso de metais e objetos feitos de outros materiais (Wickham, 2005 pp. 693-824). E embora isso seja apresentado no final do seu estudo, pode, de fato, ser considerado o núcleo duro da argumentação, uma vez que é, em boa parte, a base de sustentação empírica de muitas das interpretações de Wickham, como, principalmente, as sobre o comércio em larga escala (que Wickham cuidadosamente diferencia do comércio de luxo, pouco representativo dessas dimensões) e sua relação com a demanda aristocrática e estatal.

Em concordância com suas afirmações sobre cidades,¹⁶⁷ Wickham defende que as conclusões que o material arqueológico permite delinear sobre o processo de regionalização ou localização do comércio, assim como a simplificação (ou mesmo desaparecimento de sistemas de especialização em algumas regiões) da produção artesanal, não devem ser entendidas em termos de estágios de desenvolvimento geral das sociedades, mas como aspectos da mudança no equilíbrio de forças entre aristocracias e camponeses. Isto é, com a menor capacidade de exploração dos camponeses pelas aristocracias, menor se torna sua capacidade de concentração de riquezas e de demanda de produtos artesanais em larga escala.

Essa revisão do material arqueológico, associado à avaliação da perda da capacidade de especialização produtiva, estabelece um cenário composto por inúmeros processos de fragmentação (fragmentação do Estado romano, do

¹⁶⁷ Uma discussão que não toca diretamente o problema aqui, mas que tem uma importância indireta, é a revisão metódica que Chris Wickham faz dos debates sobre “o fim da cidade antiga”, cujo maior mérito é reconhecer a variação dos termos do debate, tanto entre diferentes tradições historiográficas nacionais na Europa quanto entre medievalistas e classicistas. Pôde, assim, usar o máximo possível da documentação material e textual como suporte para a descrição de um cenário urbano e arquitetônico, cuja principal característica é a da variedade regional. E baseado no reconhecimento dessa variedade e das múltiplas linhas de desenvolvimento dos assentamentos concentrados, Wickham defende que seria melhor justificar a mudança no uso da pedra e do mármore para a madeira, contra a visão de decadência do urbanismo, como um processo de diferenciação cultural e de gosto das elites, não mais pautadas pelos critérios romanos (Wickham, 2005 pp. 591-692).

comércio em larga escala, regionalização da organização das relações de propriedade da terra), um cenário que é interpretado em termos de mudança no equilíbrio de poder das aristocracias em relação aos campesinatos. E, por sua vez, sustenta empiricamente o seu modelo de interpretação da “transição” e seu projeto de história comparada.

Sobre essa base o autor busca delinear uma história comparada das formas do Estado nas diferentes regiões, que tem o processo de arrecadação de recursos como um dos seus polos centrais. A arrecadação baseada na cobrança sistemática de impostos, que, embora exija muito esforço organizacional por parte das classes dominantes, tende a criar uma estável e grande acumulação autônoma de riquezas, é considerada uma modalidade particularmente importante nessa história comparada.

A partir disso, Wickham apresenta uma comparação de diferentes estruturas estatais enumeradas em grau decrescente de poder: algumas fortes como Império Romano, Califado Árabe, Bizâncio; outras mais fracas, como o Reino Franco, o Reino Vândalo, Reino Visigodo, o Reino Ostrogodo na Itália; e outras protoestatais, como no caso dos reinos anglo-saxões, Gales, Irlanda, Dinamarca, e dos reinos berberes da Mauritânia pós-romana (Wickham, 2005 pp. 56-150). A base para essa classificação é a relação entre estruturas estatais e sua capacidade de estimular o comércio inter-regional, isto é, para Wickham, o debate arqueológico sobre o comércio nessas regiões deve ser observado da perspectiva da demanda tanto estatal quanto privada, e que é principalmente a ausência de uma demanda estatal como a do Império Romano, um estado inter-regional, que explica a diminuição do comércio em larga escala (que ele diferencia do comércio de luxo) após os séculos IV e V.

Ao estudar as aristocracias e suas estruturas de poder, Wickham faz uma comparação do que ele considera as classes dominantes das diferentes formações sociais analisadas. Nesse contexto, ele demonstra o processo de enfraquecimento (em relação às aristocracias romanas) do poder aristocrático em quase todas as regiões, incluindo as que mantiveram uma estrutura estatal mais forte (Wickham, 2005 pp. 155-168).

O enfraquecimento dessas aristocracias consiste no enfraquecimento das estruturas de taxação, da capacidade de acumulação de riquezas e numa regionalização do controle da propriedade da terra (Wickham, 2005 pp. 259-302).

Esse último fator é, a meu ver, crucial na compreensão das formações sociais posteriores ao Império Romano na região do Mediterrâneo. E com o enfraquecimento das classes dominantes, ocorre o enfraquecimento de sua demanda por comércio em larga escala e, conseqüentemente, do comércio inter-regional, demonstrado minuciosamente e sistematicamente na documentação arqueológica (Wickham, 2005 pp. 255-258). As grandes e significativas exceções, no que diz respeito a um enfraquecimento, são a aristocracia franca e a aristocracia egípcia. A aristocracia franca é um caso especial de aristocracia bem-sucedida, que manteve alguma intensidade de exploração do campesinato, principalmente nas regiões onde o poder monárquico era mais presente, mas, mesmo assim, não conseguiu manter um Estado comparativamente forte e nem o mesmo grau de acúmulo de riquezas e comércio (Wickham, 2005 pp. 168-203). A sua contraparte é o Egito bizantino, onde as estruturas estatais permaneceram e permitiram uma aristocracia proprietária de terras intimamente associada ao Estado, para o qual, por sinal, efetivamente se pode falar de patronato, uma forma de mediação aristocrática das relações entre Estado e campesinato (Wickham, 2005 pp. 242-255).

Esse enfraquecimento é discutido do ponto de vista de um conjunto de critérios de análise que permitem definir comparativamente a aristocracia: poder militar, capacidade de apropriação de riquezas produzidas por trabalho alheio, distinção social, etc. Isso resulta em uma avaliação polêmica das aristocracias e das sociedades da Europa do norte: Inglaterra, Irlanda, Gales e Dinamarca, como sendo mais tribais do que estatais (Wickham, 2005 pp. 303-379). Outra consequência é uma visão integrada das diferentes relações de produção e forças produtivas nessas regiões, que, como já vem sendo apresentado neste capítulo, os últimos 40 anos de estudos demonstraram ser muito mais de coexistência heterogênea do que de sequência de estruturas homogêneas. Especialmente a respeito desse ponto, Wickham realiza uma discussão cuidadosa que tenta entender a historicidade dessas relações de produção, em suas múltiplas influências recíprocas, e evita o cenário de uma vida agrária homogênea na longa duração do mundo greco-romano, que se encontra em Whittaker, por exemplo.

No centro dessa discussão, está o tipo e o grau de controle sobre os trabalhadores rurais do qual as aristocracias seriam capazes. Essa discussão é fruto de uma reconceituação de Wickham das noções marxistas de modos de produção que é solidamente embasada na análise empírica. Acredito que haja uma decisão

infeliz da parte de Chris Wickham, no que diz respeito à terminologia, ao denominar de *Feudal* o modo de produção que consubstancia o controle direto da terra e do trabalhador, uma vez que o termo “feudal” carrega consigo uma especificidade política, legal e cultural que torna difícil sua utilização mais geral. Mas, apesar disso, por trás do termo está a definição de uma relação social genérica de exploração, uma relação geral que Wickham busca substanciar nesse modo de produção, definido em termos de controle direto do trabalhador (que ainda tem acesso direto a seus meios de subsistência) por meio do controle da terra, que se diferencia do controle absoluto do trabalhador que existe na escravidão agrária, e do controle especificamente da força de trabalho no assalariamento por meio do controle dos meios de produção. Wickham defende, então, que se poderia entender como um mesmo tipo de modo de produção todas as estruturas de reprodução social, pautadas pela exploração do camponês. Assim, as várias formas de extração do excedente seriam subtipos do modo de produção feudal: o arrendamento, a cobrança de impostos, o domínio do trabalho com a corveia (Wickham, 2005 pp. 259-265).

Aqui também me parece que a diferenciação categorial entre extração do excedente realizada diretamente e aquela realizada de forma indireta, com recurso ao Estado deveria ser mantida para o nível de compreensão que é representado conceitualmente pelo modo de produção. Wickham defende a assimilação de ambas as formas a um mesmo modo de produção, argumentando que a extração do excedente pelo Estado ou pela apropriação direta pela classe proprietária não interfeririam no processo produtivo, enquanto o modo de produção seria uma abstração que busca dar conta desse processo e deve ser buscado especificamente no nível das relações de produção (Wickham, 2005 pp. 60-61).

Prefiro pensar o conceito de modo de produção como a visão geral das formas de reprodução social, levando em consideração os momentos dessa reprodução social que são caracterizados pela distribuição e reposição das relações de propriedade. Isso é, prefiro não abstrair do modo de produção os momentos políticos ou jurídicos e, assim, tento escapar do uso das metáforas de infraestrutura e superestrutura.

Desse ponto de vista, o Estado romano pode ser considerado um operador fundamental da reprodução social da formação social imperial (o que talvez acentue as diferenças para com formações sociais feudais europeias). Por isso, penso que

para uma formulação conceitual tipológica dos modos de produção, a permanência da noção de modo de produção tributário seja necessária. Por outro lado, também acredito que essa discordância não prejudica o aproveitamento das propostas de Wickham, para a minha investigação, principalmente no que diz respeito à sua sugestão de um modo de produção camponês e ao papel do Estado na sua obra, ainda mais porque ele conserva a diferenciação entre as duas formas de extração do excedente camponês no nível de análise das formações sociais.

Chris Wickham propõe então que o colapso do Estado romano possa ser pensado em termos de uma crise de hegemonia do poder das aristocracias, uma crise de hegemonia que resulta em Estados regionais mais fracos, nos quais, ao contrário do paradigma que assume um reforço na capacidade de controle dos camponeses, há um enfraquecimento desse controle (rendas e impostos, ambos diminuem). A exploração sobre escravos, por causa disso, continua, pois é nela que se encontra a mais óbvia forma de dominação direta, embora seja cada vez mais uma escravidão que organiza os escravos como camponeses. Isso tem como consequência a diminuição dos níveis de produção e de exploração.

São exatamente as categorias distintas de controle das relações de trabalho que permitem uma organização do material arqueológico e textual disponível para a Antiguidade Tardia, de forma a apresentar um esboço do que aconteceu no mundo rural do Mediterrâneo e da Europa desse período. Wickham demonstra que a partir do século V ou VI, mais e mais zonas de *relativa* autonomia camponesa aparecem nessas regiões, até o século VIII, como contraparte do enfraquecimento dos Estados e aristocracias locais e com o desaparecimento do Estado inter-regional. Wickham propõe que tais zonas com baixa (às vezes nula) incidência de taxação e com baixa (idem) capacidade de exploração aristocrática poderiam configurar um modo de produção camponês, caracterizado pelo controle da terra e do trabalho pelo camponês rural e pelo processo de formação de comunidades políticas a partir de vilas ou mesmo de assentamentos rurais dispersos. Essas comunidades teriam desenvolvido instituições integradoras, como assembleias (Wickham, 2005 pp. 442-518).

Um olhar para o conjunto da evidência organizada por Wickham é revelador do quanto o paradigma da linha contínua das relações diretas de dominação não deveria ter a força que tem. Olhar para os séculos VI e VII d.C. nestes termos permite também interpretar as descrições sobre as relações sociais nas zonas rurais

do Império Romano nos séculos IV e V como uma crise de hegemonia do poder das aristocracias romanas. Um poder intimamente associado ao Estado imperial e às garantias que um Estado desse porte dava em termos de manutenção das relações de propriedade privada da terra e em termos de criação de condições para o enriquecimento dessa aristocracia via comércio e controle social das classes subalternas.

Assim, o que esboçara fazer em 1984, materializando-se em uma argumentação expressionista e numa avaliação bem discutível do grau de taxação do Estado romano, consolidou-se em 2005 no que poderia ser uma resposta aos anseios de Andrea Giardina, lidando com a questão da transição a partir do conjunto das pesquisas mais específicas e localizadas que vêm sendo feitas desde os anos 1970 e que mudaram o panorama do que se sabia sobre as relações de produção do conjunto de sociedades no Mediterrâneo e na Europa da Antiguidade Tardia.

Em Wickham, não há pressuposição de continuidade das *formas*. Há tentativa de lidar com as múltiplas linhas de desenvolvimento oriundas da fragmentação da Ordem Romana, uma formação social, cujo resultado não é apenas uma outra formação social, mas várias outras formações sociais de menor escala, com lógicas de desenvolvimento diferentes, algumas protoestatais. Da mesma forma, uma heterogeneidade e a coexistência de múltiplas relações de trabalho e formas de extração do excedente agrário substitui uma perspectiva de história linear das relações de produção.

É dentro desse modelo proposto por Wickham que situo a discussão a seguir sobre sociedades e comunidades camponesas.

3. *Campesinatos e exploração*

As definições do que é o campesinato no Mundo Grego e Romano feitas por G. E. M. de Ste. Croix são abrangentes o suficiente para dar conta do universo documental sobre as revoltas. O uso dessas definições não depende de que se concorde com a tendência interpretativa da qual Ste. Croix faz parte, uma tendência que vê a piora das condições e o aumento da exploração dos trabalhadores rurais como parte do processo que levou ao colapso do Estado imperial romano, e nem que se defina junto com ele a condição dos camponeses romanos a partir do século

III como relações de servidão. E como o núcleo organizador de sua definição são as relações de exploração, o que articula esse conjunto de trabalhadores rurais em termos da constituição de uma classe social, suas definições são bem adequadas ao tipo de estudo que realizo aqui. O que há de frágil em sua conceituação do camponês é a timidez com a qual ele pensa as comunidades rurais formadas por esses camponeses (talvez por causa do peso que a pólis tenha em seu esquema como elemento organizador da *khora*).

No modelo de Ste Croix, ocupa um espaço central na descrição daquela piora o aumento da taxação no Império tardio, uma vez que, segundo o modelo, a taxação seria uma das causas da ruína da produção agrária a partir do século III, resultando em redução demográfica, o abandono das terras e a necessidade de prender os trabalhadores à terra. Com a produção rural tendendo a diminuir, as classes proprietárias, para manter o seus padrões de vida, tenderiam a aumentar o grau de exploração dos produtores, fossem escravos, arrendatários ou *coloni*. Paradoxalmente, embora o Estado fosse o principal responsável pelo aumento da exploração, por meio do aumento dos impostos, o colapso do Estado romano não teria tido impacto sobre essa tendência à piora da situação dos camponeses, uma vez que a exploração teria se mantido ou até aumentado via exploração direta. As revoltas como as dos bagaudas e dos circunceliões dentro desse modelo aparecem como uma reação imediata e espontânea (e derrotada) contra esse processo.

Contudo, tal cenário de diminuição da produção agrária entre os séculos III e V não é mais aceitável, de nenhuma maneira para a África, onde ela inclusive aumenta, e no caso da Gália, apenas para regiões fronteiriças ao longo do rio Reno.¹⁶⁸ A diminuição da produção agrária só acontece nas regiões do ocidente do Mediterrâneo a partir da segunda metade do século V, e é muito mais gradual e lenta do que se pensava, seguindo-se ao colapso do sistema estatal e comercial romano nessas regiões. Uma versão atualizada daquele modelo aparece nos estudos de Walter Goffart (Goffart, 1980), na qual se observaria uma lenta queda da produção agrária e uma lenta queda da renda e dos impostos, mas isso estaria associado com a reformulação das estruturas de dominação, que tenderia a subsumir uma coisa na

¹⁶⁸ Isso também se baseia nas mudanças trazidas pela arqueologia, cf. (Ward-Perkins, 2000) (Wickham, 2005 pp. 265-280), (Heather, 2006 pp. 109-120), (Grey, 2011)

outra, conforme as aristocracias romanas locais se subsumiam às aristocracias germânicas.¹⁶⁹

Um estudo recente que se propõe a pensar as relações políticas e a formação dessas comunidades rurais na Antiguidade Tardia é *Constructing Communities in the Late Roman Countryside*, de Cam Grey. Nele, Grey defende a necessidade de uma nova perspectiva sobre as comunidades rurais da Antiguidade Tardia (Grey, 2011). Nesse sentido, ele afirma, em primeiro lugar, a necessidade de um estudo comparativo do material apoiado no uso da literatura sociológica e antropológica mais recente a respeito de camponeses e comunidades rurais (marcadamente a nova história agrária). Em segundo lugar, afirma que os debates a respeito dos camponeses na Antiguidade Tardia foram, na maior parte da historiografia do século XX, geralmente marcados pelo uso restrito de lentes apenas legais ou econômicas. Em terceiro, demonstra que muito mudou na historiografia nos últimos anos, principalmente no que concernem as ideias de colonato ou de patronato romanos, mas que o impacto dessas mudanças na história social do camponês tardo-antigo ainda não foi sentido. Em quarto lugar, Grey afirma a necessidade de um caráter interdisciplinar para um estudo comparativo desse tipo. E, em quinto lugar, propõe que uma investigação a partir dessa perspectiva precisa oscilar entre o estudo geral e o local e que a tensão gerada por esses polos é proposital (Grey, 2011 pp. 1-24).

Tomando um cuidado particular com o campo semântico da palavra latina *rustici*, Cam Grey propõe, a partir tanto da historiografia, quanto da literatura sociológica, uma definição bem abrangente de camponês, *household* e família, e comunidades rurais. Ele busca mostrar a necessidade de conceitos mais amplos e abrangentes sobre o que seriam camponeses, campesinato e comunidades camponesas. Pretende, assim, demonstrar que campesinato ou comunidades rurais lidam com um conjunto variado de tipos sociais associados à unidade familiar ou à aldeia, como pastores, artesãos, trabalhadores assalariados, etc., e, em decorrência disso, investigar a história social das comunidades rurais e não apenas a visão da aristocracia ou do Estado a respeito dos camponeses. Além disso, demonstra como a documentação permite apresentar os integrantes dessas comunidades rurais

¹⁶⁹ Peter Heather apresenta uma visão mais conflituosa das relações entre romanos e bárbaros e pensa o processo de manutenção das relações de dominação no campo em termos de uma escolha das aristocracias romanas locais entre o Estado romano, incapaz de manter as estruturas de dominação, ou as novas forças políticas bárbaras, cf. (Heather, 2006).

como possuindo muito mais mobilidade, tanto social como geográfica, do que nas leituras tradicionais do campesinato romano. Nesse sentido, demonstra como é possível entender comunidades rurais do ocidente do Mediterrâneo como apresentando dinâmicas políticas internas de organização e hierarquização semelhantes às do oriente do Mediterrâneo, ainda que menos formalizadas (Grey, 2011 pp. 25-57).

Cam Grey se baseia principalmente num conjunto de novas abordagens no campo dos estudos de camponeses, articulados como uma nova tendência de História Agrária, batizada de “Agrarian Change Studies”.¹⁷⁰ E ao ler a documentação e as fontes da Antiguidade Tardia a partir dessa perspectiva, em lugar de concentrar-se apenas em evasão fiscal e obediência patronal, toma como preocupação central do camponês a administração do risco (não apenas o risco no processo da produção e comércio, mas também o risco de conflito social interno na comunidade rural).

Grey também observa como essa compreensão das ações em termos de administração de recursos pode ser associada a uma perspectiva atenta a práticas de reciprocidade (também tomadas a partir de um entendimento menos restrito delas) e a uma política de reputação interna às comunidades. Esses elementos serviriam como ferramentas imediatas de administração dos riscos, isto é, imediatas porque estariam mais à disposição da comunidade rural do que os agentes externos estariam, como o patrono ou o Estado. Em continuidade a isso, Cam Grey demonstra como a reputação na comunidade pode ser uma fonte de conflito social interno, ou seja, também um tipo de risco. E no que diz respeito à resolução de conflitos internos, é muito pertinente a análise dos vocabulários de reciprocidade tendo negociações veladas ou abertas entre partes em litígio como foco de atenção, mesmo no caso de relações verticais (i.e. com membros externos à comunidade), principalmente porque demonstra as possibilidades de se abandonar a abordagem funcionalista que regularmente olha essas relações sempre de cima e a partir de uma só via (Grey, 2011 pp. 58-90).¹⁷¹

¹⁷⁰ O programa dessa nova história agrária é apresentado em (Bernstein, et al., 2001). Para um estudo de camponeses na Antiguidade que já dialogava com alguns dos conceitos dessa tendência cf. (Halstead, 1987).

¹⁷¹ Grey discute as questões da reciprocidade vertical e também os usos e apropriações que os camponeses fazem dessas relações com mais detalhes em (Grey, 2004).

Em consequência dessa abordagem que toma como ponto de partida os cálculos racionais dos indivíduos ou das unidades familiares (na verdade, os *households*) dos camponeses, para manter a perspectiva da construção das comunidades, Cam Grey precisa observar o funcionamento interno dessas comunidades rurais tardo-antigas. Ele lida primeiro com a diferenciação social dentro das comunidades rurais e suas relações com a organização política dessas comunidades, enfatizando o grau com o qual é possível ver alguns dos membros mais ricos ou mais velhos da comunidade agindo como líderes locais. Demonstra isso a partir de casos na África e no Egito da Antiguidade Tardia (Grey, 2011 pp. 92-98), ou por meio da interpretação dos casos de pessoas possuídas por demônios atacando Martinho de Tours, interpretando esse ataque em termos de insatisfação dos líderes locais para com o santo (Grey, 2005).

Em complementação a isso, Cam Grey explora, apoiado em recentes debates sociológicos e antropológicos sobre agência e constrangimentos externos,¹⁷² os tipos de racionalidade e processos de tomada de decisão por trás das ações dos camponeses que podem ser vislumbradas nas fontes da Antiguidade. Isso tem como consequência a descrição das tensões derivadas a partir do desenvolvimento das desigualdades (econômicas ou religiosas) dentro das comunidades e, também, as tensões desenvolvidas a partir das ações coletivas que membros dessas comunidades ocasionalmente realizavam, assim como os conflitos correntes, estratégias de negociações e resoluções ao final alcançadas pelas comunidades rurais.

A partir dessa compreensão das relações internas da comunidade é que Cam Grey olha para as relações entre camponeses e potentados, isto é, os ricos grandes proprietários de terra que usualmente lidavam com seus arrendatários ou as comunidades próximas às suas propriedades. Uma vez que a quase totalidade dos relatos sobre essas interações foi escrita a partir da perspectiva dos potentados, frequentemente a historiografia aceitou a sua versão do funcionamento da relação. Com a análise da famosa *Oração de Libânio*, algumas cartas de Símaco e algumas de Sidônio Apolinário, o autor tenta mostrar que as zonas rurais tardo-romanas eram

¹⁷² Embora partindo de uma literatura sociológica voltada para desenvolver ou adaptar o *habitus* de Pierre Bourdieu em termos das teorias da ação e constrangimentos (Grey, 2011 pp. 98-101), Cam Grey tira conclusões muito parecidas com as de E. P. Thompson sobre as ações dos camponeses em termos de negociação e apropriação dos instrumentos da classe dominante em "Patrícios e Plebeus" (Thompson, 1998).

um lugar de competição intensa entre os diferentes candidatos a patronos (grandes proprietários, senhores da guerra, generais do exército, bispos, santos). Dessa maneira, os agentes cristãos no campo desempenharam um papel importante como patronos alternativos, possivelmente rompendo equilíbrios anteriores de poder (Grey, 2011 pp. 121-147).

Tendo essa competição em mente é possível perceber algumas das ações dos camponeses como se eles estivessem habilmente jogando com diferentes candidatos a patronos, algo que fica explícito no caso da desastrosa sugestão de Agostinho de um bispo para os colonos da fazenda de Fussala, quando os colonos ameaçam abandonar a propriedade se esse bispo não fosse retirado de lá (Grey, 2011 p. 145). Assim, Grey propõe que os relatos nas fontes deveriam ser entendidos como se formassem um espectro mais amplo de interações, nas quais pode-se ver não apenas a dominação plena (que tem como resposta apenas a obediência), mas também a resistência velada ou aberta, a negociação, a mútua manipulação ou indiferença. O autor também propõe que outra estratégia importante para revelar a agência camponesa, escondida pelas expectativas aristocráticas das fontes a respeito dos camponeses, é prestar atenção às interações incidentais entre potentados e camponeses que têm como resultado consequências não pretendidas (Grey, 2011 pp. 148-177).

E só então é que Cam Grey passa a observar o impacto das reformas fiscais da tetrarquia no campo, como uma forma de vislumbrar as relações sociais nas comunidades rurais. Aqui, da mesma maneira que com relação aos poderosos se buscou diferenciar as ações dos camponeses e sua própria racionalidade das expectativas aristocráticas sobre estes, também é necessário não tomar as expectativas dos agentes do Estado (preocupados exclusivamente com evitar a evasão fiscal) como uma representação direta e redutora das preocupações dos camponeses (Grey, 2011 pp. 181-189).

Assim, Grey toma partido do setor da historiografia que vê o colonato romano como um instrumento puramente de controle fiscal, de forma que a legislação sobre os *coloni* pretende apenas garantir a coleta de impostos no campo e não tem como preocupação a regulação das relações entre proprietários e arrendatários (Grey, 2011 pp. 189-197). Mesmo assim, essa legislação teve consequências e um impacto profundo nas relações sociais do campo tardo-romano. No que é acompanhada por

outro conjunto de relações sociais verticais, a patronagem rural, que Cam Grey também considera mais uma instituição historiográfica do que uma formatação institucional antiga apresentada na historiografia do século XX.

Como consequências imprevistas dessa legislação, Grey descreve o aumento em oportunidades para a administração do risco pelas comunidades camponesas (em termos da produção ou de conflito social). Em seguida, Grey demonstra como a legislação organizou e criou comunidades como fontes para a coleta de impostos que não coincidiam necessariamente com as comunidades realmente existentes, desorganizando certos núcleos de poder antes estabelecidos, e, por fim, demonstra que, além disso, a legislação permitiu que os camponeses se apropriassem de seu vocabulário para usá-lo a favor de seus interesses próprios e contra seus vizinhos, contra os poderosos, contra os próprios agentes do Estado (Grey, 2011 pp. 189-197).

A perspectiva de análise de Cam Grey apresenta inúmeras vantagens para uma compreensão da ação das classes subalternas no espaço rural, uma vez que, ao se propor problematizar as apropriações feitas pelos grandes proprietários da legislação romana e demonstrar as apropriações feitas pelos de baixo, não só da legislação, mas também de outras estruturas de poder ao seu alcance, foi possível descrever comparativamente as iniciativas de resistência e as alternativas de atuação dos de baixo, de forma a destacar as ações antes invisíveis desse campesinato, presentes em grandes quantidades nos detalhes da documentação antiga.

Penso, porém, que essas vantagens resultam de uma utilização dessa forma de análise numa etapa inicial e, metodologicamente, revelam as possibilidades de se entender os horizontes de ação dos camponeses. Há, no entanto uma grande lacuna na sua análise, que deriva de uma compreensão inorgânica das relações de exploração, o que tem como consequência a subestimação do poder dos potentados ao se apropriar das estruturas de taxação criadas pelo Estado, ou na dissociação do papel desse Estado na garantia dos interesses da classe proprietária romana.

Uma vez que as relações de exploração são estruturadoras das condições dentro das quais os camponeses atuam, o estabelecimento das relações internas à comunidade, invariavelmente, tem que lidar com realidades derivadas dessa exploração, principalmente quando essa exploração também é interna à comunidade, isto é, quando pequenos proprietários se utilizam de braços a mais da comunidade

ou mesmo de trabalho escravo. Situações como essas não têm muita centralidade dentro do esquema interpretativo de Cam Grey, ignorando que as relações de exploração do trabalho rural põem e repõem a exploração. Assim, mesmo que seja um avanço historiográfico indiscutível a percepção das ações de resistência e negociação dos camponeses e suas comunidades (quando comparado à negociação que se iguala à pronta submissão de Whittaker e Van Dam), é necessário que se investigue, também, de que maneira a disputa e a competição desencadeada pelos novos tempos podem ser entendidas em termos de interrupção dessa reposição das relações de exploração e a substitua por outras.

Uma compreensão mais heterogênea das condições do campesinato das regiões rurais do Império Romano no século V também aparece no estudo de Chris Wickham, que, contudo, coloca as relações de exploração como elemento articulador dessa heterogeneidade. Assim, se por um lado as relações de extração do excedente por ele descritas não aparecem como elementos apenas externos à constituição dessas comunidades, como às vezes se tem a impressão na obra de Cam Grey, também não apresenta a heterogeneidade como a superfície de uma subordinação rural milenar, como na visão de C. R. Whittaker.

Chris Wickham baseia sua definição de modos de produção principalmente sobre as relações de trabalho e no tipo de controle que essas relações permitiriam aos proprietários dos meios de produção exercer sobre os produtores. Nesse sentido é que acredita poder aproximar conceitualmente a extração do excedente por meio da renda daquela extração por meio do imposto. Assim, o controle direto ou indireto dos meios de produção é o que permite a extração do excedente do produtor rural organizado em unidades camponesas, por isso constituiria um mesmo modo de produção, o Feudal (Wickham, 2005 pp. 59-61; 259-265). Dentro desse modo de produção, uma forma romana de intensificação do trabalho camponês seria o proprietário da terra exigir do arrendatário algum grau de especialização das colheitas para o comércio, como, por exemplo, vinho ou azeite na África (o que não significa especialização absoluta, como na agricultura capitalista, tendo sempre existido uma margem camponesa). A contraparte dessa especialização é o processo de concentração de propriedade criando redes de propriedade e aristocracias proprietárias inter-regionais.

Outro tipo de intensificação, mais difícil de encontrar fora do Egito, seria caracterizado pela diferenciação de setores da propriedade rural entre aqueles de onde o camponês retirasse sua subsistência e pagasse uma renda, e aqueles onde o camponês trabalha por um período específico, mas em que a produção toda fica com o proprietário, isto é, a possível existência de “mansos senhoriais” (*demesnes*). Após o colapso do Estado romano, como em regiões sob o domínio direto da Monarquia Franca, o uso de escravos organizados em unidades camponesas de trabalho seria uma das maneiras mais usuais dos grandes proprietários manterem o fornecimento de trabalho para esse tipo de propriedade, isso porque a capacidade da aristocracia franca de obrigar os camponeses livres ao trabalho nessas propriedades só se generalizou depois do século X (Wickham, 2005 pp. 280-291). Wickham apresenta evidências restritas dessa forma de organização da propriedade da terra na Numídia do século IV, na Itália do século VI e, de maneira mais ampla, no Egito ao longo de todo o período tardo-romano. No caso egípcio, tal divisão da propriedade acompanharia o emprego de diversas formas de trabalho: camponeses em renda-trabalho, escravos ou até mesmo trabalhadores assalariados.¹⁷³ A existência dessa forma de propriedade, por mais que se possa encontrá-la pontualmente, parece não ter se generalizado. Assim, Chris Wickham não estabelece uma genealogia entre esses “mansos senhoriais” romanos e os que aparecerão na Europa medieval séculos depois, propondo uma compreensão do fenômeno nos termos de que foram estruturas homólogas em processos históricos distintos (Wickham, 2005 pp. 259-280).

¹⁷³ Jairus Banaji, em *Agrarian Change in Late Antiquity*, com base em uma reconsideração do papel do uso mais intenso do ouro na Antiguidade Tardia, não mais entendido como um processo de inflação resultante da crise do Estado no século III, mas como um processo de intensificação da produção comercial, e de uma compreensão da renovação da aristocracia romana proprietária de terras, a partir dos agentes da burocracia imperial ligada a Constantinopla diretamente envolvidos nas atividades comerciais, propõe que tenha se desenvolvido um mercado de trabalho e mais trabalho assalariado na Antiguidade Tardia do que se supõe (Banaji, 2007). Sustenta isso na sugestão de se entender o uso de trabalhadores no período a partir de uma *deployment logic*, isto é, uma lógica do emprego diferenciado pelos proprietários antigos, que resultaria numa diversificação dos modos de controle e dos usos dos trabalhadores rurais. Ele faz isso por meio de uma releitura dos contratos de pequena duração e de arrendamento de trabalhos, também reinterpretando os contratos de débito entre trabalhadores rurais e proprietários, opondo esses trabalhos arrendáveis à garantia de uma mão de obra mais permanente associada às leis do colonato (Banaji, 2007 pp. 190-212). Sua interpretação para a documentação presente nos papiros rurais do Egito parece convincente e a sua transposição para o caso dos circunceliões africanos também é plausível (p. 203). No entanto, fora dessas duas situações, onde há uma intensificação da produção comercial na Antiguidade Tardia, sua ideia de expansão do trabalho assalariado não me parece ser aplicável. Para uma crítica indignada (e desmesurada) à interpretação de Banaji, cf (Brass, 2005).

Essa argumentação sobre as formas de controle do trabalho rural se articula a uma descrição da variação dos assentamentos rurais no Mediterrâneo tardo-antigo (a partir de uma compreensão da arqueologia mais consciente da impossibilidade de se enxergar relações de propriedade a partir da organização de assentamentos) e as possíveis formas de comunidade que se desenvolveram a partir desses assentamentos. Mas um elemento associado a isso é a percepção de que com o colapso do Estado romano, apenas aristocracias ligadas a Constantinopla conseguiram manter algum tipo de rede de propriedades inter-regional, abrangendo a Ásia Menor, Síria e África, o que desaparece nas regiões ocidentais do Mediterrâneo, e que Wickham relaciona ao desaparecimento do sistema de *villae*. Em conexão com isso, Chris Wickham propõe uma maior diferenciação das comunidades rurais no oriente do Mediterrâneo das do ocidente, que ele associa à maior formalização das comunidades rurais nas regiões orientais por causa dos sinais de maior permanência e continuidade dos assentamentos ali. A contraparte disso é a argumentação de que houve um processo de reorganização das comunidades vinculadas a latifúndios e *villas* nas regiões ocidentais em vilas camponesas rurais como resultado da desarticulação do sistema das *villae* (Wickham, 2005 pp. 442-518).

No que diz respeito às condições das comunidades rurais existentes no Império Romano tardio, ou às questões derivadas do que Wickham chama de *sociedades camponesas*, o autor toma como eixo de sua argumentação os debates sobre a existência das leis do colonato e da patronagem. Mas os dois fenômenos para ele também estão intimamente ligados à reorganização do sistema tributário. Em conexão a isso, tanto Cam Grey quanto Chris Wickham partem de outro modelo de compreensão da cobrança de impostos dos camponeses. Ao contrário daquela visão na qual os altos impostos foram parte fundamental da queda do Império Romano, eles aproximam-se mais de uma perspectiva na qual os impostos eram sustentáveis (Grey, 2011 pp. 186-198) (Wickham, 2005 pp. 62-80; 533-535). Para ambos é possível reconhecer um processo de reorganização do sistema tributário, que aumenta a eficiência da cobrança de impostos, permitindo que o Estado romano passe a controlar áreas que antes ficavam fora de seu alcance. Nesse processo, a cobrança de distritos rurais cuja gestão antes era de responsabilidade dos *curiales* municipais, passou a ser supervisionada e também controlada por funcionários

imperiais. Assim o sistema tributário que aparece no Império tardio é um sistema com mais capilaridade, embora talvez menos controle pelos poderosos locais. Os relatos de Salviano de Marselha, como se verá adiante, parecem indicar que esses poderosos locais aprenderam a lidar com o novo sistema.

Como mencionei no primeiro capítulo, a intervenção de Wickham na discussão sobre colonato reconhece que os objetivos primários do Estado imperial eram fiscais e que a efetividade da aplicação das leis do colonato era longe de ser homogênea no Império como um todo. Mas ele defende que elas de alguma forma responderam aos interesses dos grandes proprietários, de maneira que, na prática, as leis tenderiam a favorecer os grandes proprietários em termos de garantir seu controle sobre os camponeses ligados a eles por contrato, e que em alguma medida esses camponeses teriam tido uma espécie de rebaixamento de seu estatuto.

No entanto, esse processo foi interrompido quando o Estado romano no ocidente se fragmentou, e nos Estados sucessores tais políticas deixaram de ter a força que tinham antes, já que quase desaparecem na legislação das monarquias sucessoras.

Aqui, então, está um aspecto no qual a Queda do Império Ocidental de fato afetou os camponeses: na obsolescência das leis que vinculavam os legalmente livres à terra e ao controle de específicos proprietários de terra, no interesse de um (agora retrocedente) sistema fiscal; e no enfraquecimento de instituições judiciais efetivamente coercitivas que poderiam executar tais leis, conforme os Estados lentamente perdiam complexidade estrutural. Não que possamos rastrear qualquer dessas coisas em detalhe no Ocidente no final do século V e no VI; mas pelo menos podemos notar que a maior parte da legislação romano-germânica não discute a vinculação do camponês à terra (*tied tenure*), o que evidentemente se tornou uma questão menos candente para os legisladores. Isso não significa que os arrendatários necessariamente escaparam dos proprietários da terra nos reinos romano-germânicos; algumas vezes eles conseguiram, mas outras vezes eles terminaram ainda mais legalmente sujeitos, não menos. Mas nesse ponto, no entanto, seus destinos individuais na maior parte das regiões dependiam inteiramente da natureza de sua autonomia ou dependência pessoal

e do poder local dos seus senhores, sem nenhum suporte legal para a vinculação do camponês livre à terra. (Wickham, 2005 p. 525).¹⁷⁴

No desenvolvimento posterior de sua argumentação, Wickham demonstra como, em uma visão comparativa ao redor do Mediterrâneo, a capacidade desses proprietários de afirmar essas relações de dependência dos camponeses era muito mais forte em regiões onde os Estados monárquicos eram mais fortes.¹⁷⁵ Isso fica bem claro em sua discussão da patronagem como fenômeno necessariamente vinculado à evasão fiscal. Sua existência não é condição suficiente para a existência duradoura de padrões locais de dominação direta, pois a patronagem não substitui o Estado, ela o complementa de forma legal ou ilegal (Wickham, 2005 pp. 528-529). A grande consequência disso é que a ausência ou a diminuição da cobrança de impostos resultara em menor extração do excedente social produzido pelos camponeses, e com isso, numa menor capacidade de sustentação de instrumentos de coerção e controle territorial para a classe dominante, cuja competição permitiria espaços de manobra para os camponeses legalmente livres (Wickham, 2005 pp. 535-570).

Os casos de comunidades camponesas reconstruídos por Chris Wickham deixam claro que, ao se entender os camponeses como uma classe social, ainda assim, a composição dessa classe é heterogênea, composta por diversos setores internos e produtores de hierarquias sociais, baseadas no grau de riqueza e na

¹⁷⁴ Here, then, is one aspect in which the fall of the western empire did indeed directly affect peasants: in the desuetude of laws that tied the legally free to the land and to the remit of specific landowners, in the interests of a (now receding) tax system; and in the weakening of effectively coercive judicial institutions that might enforce such laws, as states slowly lost structural complexity. Not that we can track either in detail in the later fifth and sixth centuries in the West; but at least we can note that most Romano-Germanic legislation did not discuss tied tenure, which had evidently become less of a burning issue for lawmakers. This does not mean that tenants necessarily escaped their landlords in the Romano-Germanic kingdoms; sometimes they did, but sometimes they ended up more legally subject, not less. By now, however, their individual fates in most regions depended entirely on the nature of their personal autonomy or dependence, and on the local power of their lords, with no automatic legal support for the tied tenure of the free.

¹⁷⁵ Wickham acena para a Hispânia visigoda como um contraexemplo que termina por reafirmar sua tese, uma vez que a legislação visigoda contra trabalhadores fugitivos se refere explicitamente a *servi* ou *mancipia*, escravos, mas que claramente são organizados como camponeses. Em sua argumentação, o esforço de comparação de uma coisa com a outra mostra como a equivalência não era imediata, e termina afirmando que talvez a maior parte da força de trabalho usada pelos grandes proprietários na Hispânia romana fosse de escravos e que a assimilação do escravo a esse sistema aqui não permite sua generalização para outros lugares (Wickham, 2005 p. 526). Uma crítica possível à posição de Wickham, a partir do modelo da continuidade da dominação por relações pessoais, é que sua leitura das relações de trabalho na Hispânia visigoda é muito próxima da tradição de história jurídica e que não daria conta do processo gradual de absorção de outras categorias de trabalhadores rurais pela categoria *servi*, cf. (Bastos, 2010).

propriedade da terra. O ponto crucial de pertença à classe, portanto, não é a propriedade ou não da terra, mas a sobrevivência por meio do próprio trabalho, já que arrendatários livres e pequenos proprietários, mesmo que possuam escravos complementando o trabalho familiar, ainda assim produzem diretamente. O camponês proprietário que alcança um nível de riqueza que lhe permite colocar exclusivamente outros para trabalharem para ele é que ascende à outra classe, à dos proprietários médios. Assim, nem a mobilidade social e geográfica, nem processos internos de exploração ou da criação de líderes vindos de baixo são descartados como elementos presentes no desenvolvimento histórico dessa classe (Wickham, 2005 pp. 387-441).

No modelo de Chris Wickham teria ocorrido uma crise de hegemonia junto com a crise do Estado Imperial, e penso que isso possa ser aplicado para entender as revoltas aqui estudadas. Contudo, essa crise de hegemonia das relações no campo está inserida em um modelo que pensa o mundo pós-romano em termos de fragmentação e regionalização, com a formação de novas unidades estatais e diminuição da capacidade de concentração agrária, assim como a diminuição da capacidade de dominação sobre os camponeses. Uma diminuição da capacidade de dominação dos camponeses significa um menor grau de controle do trabalho e menor grau de exploração direta e indireta sobre os camponeses. Esse controle e exploração se materializam em termos quantitativos no grau de extração do excedente produzido, existindo, como afirmado anteriormente, duas formas de extração do excedente produzido por esses camponeses: a renda e o imposto. Mas para Wickham, é sobre a diferenciação entre renda e imposto que repousa a capacidade de uma classe proprietária de construir Estados que possam atuar como garantidores de formas mais intensas de concentração de propriedade da terra e de redes comerciais facilitadoras do enriquecimento derivado dessa riqueza.¹⁷⁶ O enfraquecimento desse Estado é o enfraquecimento dessas formas de intensificação da produção e de controle dos trabalhadores rurais.

Assim, de acordo com a síntese formulada por Chris Wickham, em linhas gerais, a renda das classes proprietárias e o imposto talvez não tenham diminuído nas regiões controladas por Constantinopla, como o Egito, mas o mesmo não se

¹⁷⁶ A lógica geral do argumento de Chris Wickham está baseada nos estudos de Domenico Vera. Para uma demonstração dessa relação na Itália da Antiguidade Tardia, cf. (Vera, 1986).

pode dizer das regiões governadas pelas monarquias germânicas. Aqui é possível falar de uma quantidade muito menor de riqueza sendo produzida e circulando e, também, da diminuição da renda proprietária e do imposto (Wickham, 2005). Dessa maneira, haveria grandes diferenças no grau de exploração sofrido pelos camponeses nas sociedades posteriores ao Império Romano, mas a tendência geral é de diminuição dessa exploração.

Essa diminuição é, porém, posterior ao colapso do Estado romano e relacionada ao enfraquecimento das aristocracias (ou classes proprietárias na terminologia de Ste. Croix). As revoltas estudadas aqui ocorreram ao longo de três séculos nos quais esse Estado e o sistema inter-regional governado por ele ainda existiam e a crise de hegemonia é parte do processo de colapso desse sistema romano. Assim, elas ocorreram num momento no qual se pode falar de pleno funcionamento da cobrança das taxas de renda e imposto sobre os camponeses.

Dadas as mudanças na historiografia sobre as zonas rurais do Império Romano, principalmente por causa dos sinais de aumento da produção agrária no período, é bem mais difícil sustentar ou demonstrar um aumento da intensidade da extração de excedente via renda fundiária, ou mesmo que a reorganização do sistema tributário tenha tido o impacto destrutivo como se pensava. Ainda assim, eu não descartaria a hipótese de um aumento da intensidade de exploração do trabalho rural camponês, mas eu não associaria esse aumento apenas ao maior controle imposto pelo novo sistema tributário, mas também aos processos de intensificação da produção ocorridos no período. Os impactos dessa intensificação da produção sobre as populações rurais, porém, devem ser entendidos em termos diferentes da ideia de empobrecimento geral apresentado por Ste. Croix, tendo de dar conta dos sinais de que houve uma incorporação dessas populações ao acesso aos produtos e a mercados locais na Antiguidade Tardia.

As três propostas de uso das definições de campesinato para a compreensão dos trabalhadores rurais romanos livres que foram apresentadas aqui não são excludentes. De forma que no estudo de Ste. Croix há a perspectiva de que o núcleo organizador das relações de produção no campo são relações de exploração, mesmo quando essa exploração é feita via cobrança tributária e que isso opõe, em termos estruturais, camponeses a grandes proprietários. Essa compreensão dos conflitos rurais em termos de conflito de classes por Ste. Croix, porém, é prejudicada

pela redução das possibilidades de resistência das classes subalternas às relações políticas organizadas a partir da cidadania antiga ou às insurreições explícitas (como é o caso dos bagaudas). Desse modo, as negociações e a manipulação dos grandes proprietários pelos camponeses recebem diminuto espaço em sua interpretação. Assim, quando ele demonstra um processo de polarização dos direitos dos cidadãos de acordo com níveis de riqueza, no qual é possível reconhecer um processo de consolidação no direito romano de princípios gerais de organização das leis a partir das diferenças de classe, ele interpreta isso como uma piora das condições sociais das classes produtoras. Para fazê-lo, contudo, Ste. Croix ignora os também possíveis processos de apropriação das leis pelas classes subalternas.

Essa capacidade de apropriação dos instrumentos dos fortes como armas dos fracos no Império Romano tardio, como se viu aqui, é investigada por Cam Grey. Em seus estudos, ele revela o quanto a historiografia social das regiões rurais do Império Romano tardio superestimou as relações diretas de dominação e subestimou as iniciativas de negociação e resistência das comunidades camponesas. As fragilidades de sua demonstração estão naquilo que ele próprio subestimou: o quanto as relações de exploração são estruturadoras das relações constitutivas das comunidades rurais. Exatamente por isso, o cenário descrito por Grey parece uma contraparte otimista do descrito por Whittaker: as relações entre as comunidades rurais, os grandes proprietários e o Estado parecem compor uma constelação de ações e reações em que pouca coisa muda entre o Alto Império e Baixo Império. As mudanças que acontecem aparecem como causadas por razões incidentais, como a decisão da tetrarquia de aumentar a eficiência da coleta de impostos, criando leis que mudaram as regras do jogo e desorganizaram as relações de patronato, ou como a aparição de patronagem religiosa na figura de santos, bispos e monastérios. Mas o resultado, ao final, é um quase retorno ao jogo anterior.

Retornando ao modelo apresentado por Chris Wickham, o aumento da capacidade das classes subalternas de se apropriar dos instrumentos do Estado ou do uso da patronagem a seu favor pode ser inclusive entendido como parte do processo de crise desse Estado. Esse Estado, entendido como instrumento de classe dominante e como um dos suportes da dominação de classe, inclusive no plano ideológico, em paralelo, responde a um processo de reorganização geral das formas de controle do trabalho e das formas de exploração. A crise desse Estado

não é a sua mera substituição por um controle ideológico direto das classes subalternas, mas também a crise desse controle.

4. *Os camponeses bagaudas*

A partir dessa definição de sociedades camponesas e de comunidades rurais no Império Romano tardio, é possível então tentar classificar as origens sociais dos bagaudas e dos circunceliões.

Bagaudas é o nome que se deu a insurreitos rurais na Gália no século III, imediatamente após a ascensão de Diocleciano, e no século V, em meio às ações dos povos bárbaros na Gália e na Hispânia. Circunceliões é o nome dado a indivíduos desafiadores da ordem imperial nas regiões rurais da África do meio do século IV ao início do século V, principalmente na Numídia, e cujas ações geralmente aparecem associadas ao cisma cristão dos donatistas.

Como demonstrado no primeiro capítulo, a historiografia sobre ambos os grupos revoltosos é heterogênea e está longe de um real consenso sobre as origens sociais desses revoltosos, principalmente porque essa historiografia é bem confusa no que diz respeito a essas origens. Há para os bagaudas interpretações que apontam como elementos-chave de sua constituição desde escravos (Dockes, 1982) até potentados locais, senhores da guerra em franca oposição ao centro imperial (Van Dam, 1985). Enquanto para os circunceliões, as propostas vão desde trabalhadores sazonais (Saumagne, 1934) até monges errantes fanáticos (Caner, 2002).

Minha proposta aqui é demonstrar que a melhor interpretação para as origens sociais desses grupos revoltosos é a de que ambas sejam duas revoltas ligadas ao campesinato das duas regiões do Império Romano, entendendo esse campesinato da forma ampliada como aparece nas definições acima: uma classe social da qual o excedente socialmente produzido é extraído via rendas ou impostos, concebida a partir da organização em unidades familiares ou comunitárias para o trabalho agrário, possuindo vários setores internos e com alguns membros dessas comunidades assumindo funções auxiliares, como o pastoreio ou trabalho temporário.

Apresento a seguir uma síntese comparativa dos lugares na documentação de onde se pode partir para uma definição das origens sociais de ambos os grupos.

Nem todos os documentos a respeito desses grupos são isoladamente ricos e proveitosos para uma investigação sobre eles, embora uma visão de conjunto possa surpreender o pesquisador que acredita haver pouco material.

Começando pelos bagaudas, as ações dos revoltosos no século III aparecem pela primeira vez em três panegíricos, escritos alguns anos após as revoltas e em dois breviários escritos meio século depois. Em todos estes textos as revoltas dos bagaudas são descritas como o alvo da primeira ação de Maximiano sob as ordens de Diocleciano, que há pouco tempo havia ascendido ao título de imperador.

No primeiro dos panegíricos, pronunciado em Trier no ano de 289 para Maximiano já coimperador, este é comparado a Hércules ao lado de Júpiter (Diocleciano) em sua ação de combate aos revoltosos. Esta comparação é significativa, pois a descrição dos revoltosos se baseia em uma metáfora da Gigantomaquia, o enfrentamento de gigantes filhos da Terra por parte de Hércules:

E não foi isso similar ao mal de monstros biformes nestas terras, que eu não sei se mais teria sido pela tua força reprimido, César, ou pela tua clemência mitigado: quando agricultores ignorantes buscaram trajes de soldados, e quando soldados de infantaria foram imitados por fazendeiros (ou aradores), cavaleiros por pastores, e hostes de bárbaros por rústicos devastadores de seus (próprios) cultivos?
(*Panegirici Latini* 2 (10) 4.3)¹⁷⁷

A localização da revolta de agricultores na Gália pode ser inferida a partir do parágrafo 4 ao termo *hisce terris*, “nestas terras”, uma expressão que implica que o autor e seu público sejam das Gálias, já que o panegírico foi proferido em Trier. Mas como no parágrafo 5, o autor coloca o recém-abatido “furor miserável” dos revoltosos imediatamente antes de uma invasão de bárbaros na Gália e, no início do parágrafo 6, o autor explica que todas as ações vitoriosas de Maximiano ocorreram na Gália, parece que não há por que associar “estas terras” a outro lugar.

A caracterização dos revoltosos como trabalhadores rurais pode tanto ser apontada no material mitológico que ele utiliza para construir a alegoria de

¹⁷⁷ An non illud malum simile monstrorum biformium in hisce terris fuit quod tua, Caesar, nescio utrum, magis fortitudine repressum sit na clementia mitigatum, cum militaris habitus ignari agricolae appetuerunt, cum arator peditem, cum pastor equitem, cum hostem barbarum suorum cultorum rusticus uastator imitatus est?

Maximiano como Hércules, quanto na descrição mais substancial e explicativa da alegoria que a segue. Na alegoria, Maximiano, reencenando as ações de Hércules, enfrenta os gigantes gerados da Terra, defendendo o Olimpo e ajudando Júpiter.¹⁷⁸ O autor estabelece a comparação por meio de uma pergunta (“não é isso o mesmo que...?”) e então assemelha a batalha de Hércules contra os gigantes à batalha de Maximiano contra os monstros biformes, meio agricultores, meio soldados, que perturbaram a Gália.

(...) mas quando foi necessário restituí-la [a paz], após a calamidade dos primeiros tempos, só o auxílio divino de um único deus não bastaria, ascendeste ao decadente nome romano, próximo ao príncipe, com o mesmo auxílio oportuno que tu, Hércules, outrora, assistira com parte da vitória o teu Jove, operante na grande guerra dos Engendrados da Terra (ou Terrígenos), e provara que, não apenas ele teria recebido o céu dos deuses, mas ele mesmo o teria lhes restituído. (*Panegirici Latini* 2 (10) 4.2).¹⁷⁹

A presença do material mitológico, que o autor do panegírico utiliza para criar uma alegoria do combate de Maximiano contra os rebeldes e que funciona como base para a sua descrição, parece responder, primariamente à referência à primeira obra de um Hércules divinizado, como nume de Maximiano em sua primeira obra como coimperador. Mas, além disso, penso que a associação dos gigantes que enfrentaram Hércules com os revoltosos está na figura da divindade Terra, já que os gigantes são descritos como nascidos da terra (*Terrigeni*). Uma terra que também é sede original dos agricultores e de onde esses não deveriam sair, de acordo com a ordem natural do mundo. É essa Ordem que é ameaçada pela ascensão desses monstros biformes, trabalhadores rurais travestidos de soldados. Por sua vez, os trabalhadores rurais que ousam assumir o papel de militares são descritos no poema por meio de termos geralmente associados ao campo semântico do campesinato: agricultores ignorantes (*ignari agricolae*), fazendeiros ou aradores (*arator*), pastores (*pastor*) e rústicos devastadores de seus (próprios) cultivos (*suorum cultorum rusticus uastator*).

¹⁷⁸ Narrativas na língua latina desse episódio mitológico, a Gigantomaquia, podem ser encontradas em: Ovidio, *Fasti*: 3.439-450; 5.20-38; *Metamorphosis*, 1 145-155. Virgílio, *Georg.*: 1.278.

¹⁷⁹ (...) sed cum ad restituendam eam post priorum temporum labem divinum modo ac ne id quidem unicum sufficeret axilium, praecipitari Romano nomini iuxta principem subiusti eadem scilicet auxili opportunitate qua tuss Hercules louem uestrum qondam Terrigenarum bello laborantem magna victoria parte iuuit probauitque se non magis a dis accepisse caelum qual eisdem reddidisse.

Portanto, em primeiro lugar, nesse primeiro panegírico, o que se descreve é claramente uma revolta de trabalhadores agrícolas (*agricolae*), por meio da figura dos monstros biformes, de camponeses, fazendeiros e pastores, que ousam assumir armas, e o panegirista é bem claro em sua caracterização dos insurgentes como trabalhadores agrários de baixo *status*. Acrescento que estes seriam também livres, uma vez que não há nada que induza a uma associação desses agricultores com *servi*. Em segundo lugar, como já chamei a atenção no capítulo anterior, o panegirista não faz uso do linguajar do banditismo, e enfatiza a clemência de Maximiano. Este usou a violência para reprimir o levante, mas a repressão não resultou em um massacre, de forma que os camponeses parecem ter retornado ao trabalho em seus campos depois do episódio. Retorno à análise da clemência de Maximiano no próximo capítulo, no contexto da discussão das motivações das revoltas.

Como demonstrado anteriormente, o termo *bagaudas* aparece pela primeira vez associado a essas revoltas no *Livro dos Césares* de Aurélio Vítor¹⁸⁰ e no *Breviário* de Eutrópio. A descrição que ambos os autores fizeram dos revoltosos tem algumas semelhanças, mas também diferenças indiscutíveis.

(...) Aeliano e Amando através da Gália, por meio de um bando revoltoso de agrestes e ladrões, que os locais chamam de *bagaudas*, atacavam os campos que eram amplamente devastados e muitas das cidades (...). (Aurelius Victor, *Liber de Caesaribus*: XXXIX, 17).¹⁸¹

(...) quando rústicos promoveram tumulto na Gália e à sua facção impuseram o nome de *bagaudas* (*Bacaudarum*), tendo, além disso, como generais Amando e Aeliano, [Diocleciano] para sujeitá-los, enviou o César Maximiano Hercúleo, que com batalhas ligeiras domou os agrestes e restituiu a paz na Gália. (Eutropius, *Breviarium*, IX, 20)¹⁸²

¹⁸⁰ Há uma menção aos *bagaudas* do século III na *Crônica* de Jerônimo e no *Historia Adversus Paganus* de Orósio que repete quase exatamente a mesma descrição de Aurélio Vítor. Há uma parte da historiografia que propõe uma fonte comum para todas essas obras.

¹⁸¹ (...) Helianum Amandumque per Galliam excita manu agrestium ac latronum, quos Bagaudas incolae vocant, populatis late agris plerasque urbium tentare, (...).

¹⁸² (...) cum tumultum rusticani in Gallia concitassent et factioni suae Bacaudarum nomen inponerent, duces autem haberent Amandum et Aelianum, ad subigendos eos Maximianum Herculum Caesarem misit, qui levibus proeliis agrestes domuit et pacem Galliae reformavit.

Em Aurélio Vítor o termo fundamental que descreve os bagaudas é outro sinônimo para trabalhadores agrícolas (*agrestes*), embora ele também coloque ao lado a descrição destes como ladrões (*latrones*). Por sua vez, Eutrópio se vale de ainda outro sinônimo para trabalhadores agrícolas (*rusticani*, e depois repete o *agrestes* presente em Aurélio Vítor). Em todos os três casos, as palavras utilizadas para definir os revoltosos apontam para habitantes das zonas rurais que a historiografia, a partir de outras fontes documentais do período, tende a associar a um campesinato livre.

Adicionalmente, Aurélio Vítor os descreve como *latrones*, o que permitiu a alguns historiadores pensar os bagaudas em termos de bandidagem. Essa é a única ocorrência desse termo para os bagaudas, e, como foi demonstrado no capítulo 2, a comparação dos textos sobre bagaudas com outras menções a banditismo permite constatar que nos textos sobre banditismo não existe a dimensão de inversão social presente na documentação sobre bagaudas (a qual, também, se encontra na literatura sobre revoltas de escravos, ou em textos associados à temática das Saturnálias, como as comédias de Plauto).

Aurélio Vítor imputa o ato de nomeação dos revoltosos como bagaudas aos habitantes locais (*incolae*). Clifford Minor, ao analisar esses dois textos, chama a atenção para a construção que Aurélio Vítor utiliza para se referir à denominação dos bagaudas pelos locais: o tempo presente, e não pretérito. A partir disso, Minor especula que, quando o Aurélio Vítor diz que os camponeses da Gália *denominam* (*vocant*) os rebeldes de bagaudas, se poderia inferir que esses mesmos bagaudas ainda estariam ativos no período no qual o historiador escreveu, isto é, na segunda metade do século IV (Minor, 1999). Isso, em conexão com a suposição de que haveria uma menção velada, sugerida por E. A. Thompson (Thompson, 1952), aos bagaudas gauleses nos *Libri Rerum Gestarum* de Amiano Marcelino poderia indicar a continuidade do movimento de revolta (Amiano Marcelino, *Rerum Gestarum Libri*: 27.2.10). Entretanto, a menção em Amiano Marcelino sugerida por Thompson é tão velada, mas tão velada, que é possível associar a qualquer coisa, o que a torna inútil como um indício, quanto mais como evidência dos bagaudas. Assim, nem tal menção, nem o tempo presente utilizado por Aurélio Vítor me parecem evidências suficientes para sustentar a ideia que houvesse um grupo de bagaudas em revolta no século IV.

De qualquer maneira, para Aurélio Vítor, esse bando de camponeses e ladrões (*agrestium ac latronum*) são comandados por dois líderes, aqui mencionados pela primeira vez. E o autor constrói a oração que fala das revoltas colocando Amando e Aeliano como os sujeitos da ação que ameaça as cidades gaulesas. Aqui, também é possível ler uma diferenciação entre os bagaudas, definidos como bandidos ao lado de camponeses, e outros habitantes rurais da Gália (*incolae*). Assim, os bagaudas estariam auxiliando Amando e Aeliano na forma de um bando revoltoso. Uma leitura possível a partir de Aurélio Vítor é a de que os ataques teriam sido simultâneos, em várias cidades da Gália, quando ele escreve que Aeliano e Amando com os revoltosos “(...) atentavam simultaneamente contra muitas das cidades pela Gália, com campos amplamente devastados (...)”.¹⁸³ No entanto, por causa da construção ambígua da sentença, é difícil dizer se os campos devastados eram o meio pelo qual os bagaudas ameaçavam as cidades, ou se eram a condição prévia das cidades atacadas. Uma comparação com a expressão “as injúrias dos tempos anteriores” presente nos panegíricos favoreceria a segunda interpretação.

Por fim, para Aurélio Vítor, a paz é completamente restaurada, com inimigos dispersos e rendidos, o que não difere muito dos panegíricos, podendo implicar o perdão de Maximiano aos revoltosos. Os panegíricos, por motivos que derivam da lógica da construção literária do elogio poético, obviamente colocaram muito mais ênfase na clemência de Maximiano.

No que diz respeito à caracterização social, para Eutrópio, os bagaudas (*bacaudae*) são rústicos e agrestes (*rusticani, agrestes*). Uma diferença significativa em relação a Aurélio Vítor, é que Eutrópio afirma que foram os próprios revoltosos que assim se autodenominaram (*et factioni suae Bacaudarum nomen inponerent*). É claro que num esforço de convergir as duas descrições e diminuir as diferenças entre um autor e outro, é possível reconhecer que os revoltosos são parte desses locais. No entanto, não acho que subsumir a descrição de Aurélio Vítor à de Eutrópio resulte em alguma vantagem interpretativa, já que as diferenças entre uma descrição e outra oferecem duas expectativas diferentes para com a revolta subalterna e o grau de agência admitido aos rústicos.

¹⁸³ (...) Helianum Amandumque per Galliam excita manu agrestium ac latronum, quos Bagaudas incolae vocant, populatis late agris plerasque urbium tentare (...).

Eutrópio descreve as ações dos bagaudas como uma espécie de tumulto (*tumultum*) na Gália e também afirma que eles teriam como líderes, ou mais literalmente generais (*duces*), Amando e Aeliano. Mas em comparação com a descrição de Aurélio Vítor, há uma diferença significativa na descrição presente no *Breviarium*: o sujeito da ação é coletivo, isto é, os *bagaudas*. Amando e Aeliano aqui são apenas seus líderes, mas não os agentes da ação. Assim, no *Breviarium* de Eutrópio, reconhece-se uma espécie de agência autônoma dos revoltosos: eles se autoneameiam, os camponeses fazem coletivamente o tumulto, mesmo tendo líderes. Tal agência é subordinada aos líderes Amando e Aeliano na obra de Eutrópio.

No *Breviarium* também, os bagaudas teriam sido rapidamente vencidos pelo César Maximiano, enviado por Diocleciano, que assim teria restaurado a paz. Parece-me que é possível ler que a ação rápida contra os bagaudas legitima Diocleciano como Augusto, por sua eficiência no restauro da paz. Essa paz é construída com mais ênfase por Eutrópio, pois para ele os bagaudas foram domados (*agrestes domuit*), enquanto para Aurélio Vítor foram dispersos ou rendidos (*fusis aut acceptis*). Mas isso talvez seja exagerar as diferenças de linguajar e estilo, pois, em ambos os casos, ressalta-se que as batalhas foram rápidas e que tudo se resolveu brevemente.

Os termos utilizados por esses dois autores, *agricolae*, *agrestes* e *rusticani*, indicam a pertença dos revoltosos ao universo das comunidades camponesas que apresentei anteriormente. Adicionalmente, no contexto da descrição dos revoltosos, não há nenhuma menção nesses três primeiros textos a escravos, nem de forma alusiva, ou alegórica. Tais alusões ou menções não seriam surpreendentes, dada a presença dos *topoi* da Inversão Social nesses textos. Mas sua ausência é surpreendente por causa da expectativa da historiografia do século XX em assimilar os camponeses aos escravos nesse período. Em conexão com essa expectativa, é impossível afirmar que os bagaudas fossem os *coloni* vinculados à terra da legislação imperial, o que seria esperado da interpretação dessa legislação como uma representação da perda de liberdade e de piora das condições dos camponeses. Uma interpretação que permitiu tomar isso como uma motivação para as revoltas. Uma objeção imediata a essa vinculação das revoltas dos bagaudas do século III à instituição do colonato é que a legislação é posterior às primeiras revoltas e, assim, ela dependeria de uma interpretação que sustentasse as relações

de colonato (e o aprofundamento da dependência dos camponeses) como anteriores à legislação, o que não pode ser feito empiricamente, apenas recorrendo ao paradigma de longa duração das relações de dominação pessoal no campo.

Em resumo, tanto nos panegíricos, quanto nos escritos desses dois historiadores, a caracterização social dos revoltosos que mais faz sentido, dados os termos utilizados, é a de membros de um campesinato livre na Gália do fim do século III.

A melhor descrição do que seriam os bagaudas está na obra de *De Gubernatione Dei*, de Salviano de Marselha, quando o termo bagaudas volta a ser mencionado no século V (lembrando, porém, que há duas possíveis menções de revoltas no *De Redito Suo* e na comédia *Querolus*, assim como a menção de Zósimo à atuação de bagaudas nos Alpes). E a obra de Salviano é talvez o texto mais rico para se entender essas revoltas, porque além de situá-las dentro de uma narrativa sobre as condições de vida dos camponeses da Gália, ele também estabelece relações de causa e efeito entre os males da civilização romana e essas insurgências. Isto é, segundo Salviano, a exploração sofrida pelos pobres rurais nas mãos dos ricos romanos é o que causa, entre outras coisas, a sua transformação em bagaudas.

Salviano não oferece uma definição unificada do que seria essa civilização romana, mas é possível entrever uma concepção idealizada dessa civilização em termos de uma comunidade cristã.¹⁸⁴ De acordo com Cam Grey, essa comunidade cristã pode ser reconstituída a partir de cinco temas que percorrem *De Gubernatione Dei* (Grey, 2006), dos quais, porém, apenas o quarto é verdadeiramente cristão: 1) o tema do equilíbrio nas ações dos agentes públicos entre o que é devidamente público e privado, em que Salviano busca inspiração em figuras da república romana (essa ideia de equilíbrio lhe permite estabelecer um dos pilares de sua visão de sociedade: quanto mais poderoso o cristão, mais responsável); 2) o tema da equivalência e reciprocidade na relação entre desiguais, pelo qual se entende que, entre um pobre e um rico, um favor deve ser retribuído com outro favor; 3) uma espécie de harmonia horizontal, o que Grey chama de unidade de propósito na comunidade, e se traduz na ideia de que os romanos deveriam se ver como semelhantes e não prejudicar uns aos outros (comportamento que de acordo com

¹⁸⁴ Para M. Mass essa comunidade cristã abrange também os bárbaros (Mass, 1992).

Salviano só se encontra entre os bárbaros); 4) a obediência à Lei da Bíblia, outro preceito que serve de base para considerar bárbaros moralmente superiores, pois sem conhecerem a lei agiriam mais próximos dela; e finalmente, 5) a importância ordenadora que o *pater familias* tem em sua casa e família, um microcosmo do equilíbrio público-privado, e aqui novamente o mais poderoso é o mais responsável.

O quanto essa comunidade ideal parece ser uma meta real para Salviano e o quanto as intervenções de Deus no mundo têm impacto nesse sentido são a medida do rigorismo de seu discurso em comparação com Agostinho. Agostinho escrevera em *Cidade de Deus* que as ações de Deus seriam, no limite, incompreensíveis, de forma que seria impossível estabelecer uma relação entre o julgamento de Deus e as invasões dos bárbaros. Nesse sentido, Agostinho demonstraria que a recorrência desse tipo de catástrofe na história humana estaria ligada fundamentalmente à condição ou natureza pecadora do homem que permaneceria até o Julgamento Final, enquanto no *De Gubernatione Dei*, Salviano estabelece relações de causa e efeito entre o comportamento dos romanos e o castigo na forma das derrotas para os bárbaros. O castigo divino de acordo com Salviano é coletivo e não individual. É a coletividade corrupta inteira que sofre os efeitos do julgamento de Deus, não os corruptos individuais.¹⁸⁵ Portanto, é sobre a coletividade dos romanos cristãos, que, ao contrário de consolidar e reforçar os laços de coesão e harmonia, exploram e perseguem uns aos outros, que recai o julgamento de Deus. E, ao basear as motivações do julgamento divino na desagregação da comunidade romana cristã causada por conflitos internos, o discurso de Salviano se aproxima muito de categorias modernas de compreensão das relações sociais em termos de uma divisão e um conflito de classes entre ricos e pobres.

A descrição que Salviano faz dos bagaudas coloca lado a lado os pobres romanos que buscam exílio entre os bárbaros¹⁸⁶ e aqueles que optam em se tornar bagaudas. Ambos os tipos de exílio são por ele marcados como uma renúncia à cidadania romana, são alternativas para os que fugiram por causa da opressão criada pelos romanos mais poderosos.

¹⁸⁵ Cf. (Lambert, 1999) educadamente contra (O'Donnell, 1983).

¹⁸⁶ Uma apresentação do processo de produção dos bárbaros dentro do texto de Salviano, que recusa essa construção como puro *tópos* literário, está no artigo de M. Mass (Mass, 1992). Para um desenvolvimento do uso dos bárbaros como instrumento de Deus, cf. (Lambert, 2000).

Enquanto isso, os pobres são devastados, viúvas gemem, órfãos são pisoteados, em tamanho grau de forma que muitos deles, elevados com não obscuros nascimentos e educados de forma liberal, fogem aos inimigos, para que pela aflição da perseguição pública não sejam mortos, certamente buscando a humanidade romana entre os bárbaros, porque não podem suportar a inumanidade bárbara entre os romanos. (...) E assim, aqui e ali, migram ou aos godos, ou aos bagaudas ou a outros bárbaros dominantes em toda parte, e não se [arrependem] de ter migrado; pois preferem viver livremente sob uma espécie de cativo, do que ser cativos sob uma espécie de liberdade. (Salviano de Marselha. *De Gubernatione Dei*, 5.5).¹⁸⁷

Entre esses que fogem há, ainda, muitos que não parecem ter sido destituídos anteriormente, de forma que, entre os que Salviano chama de pobres, alguns provavelmente eram pequenos proprietários ou mesmo pertencentes aos mais baixos graus dentre os *honestiores*:

E qual pode ser maior testemunho da iniquidade Romana do que muitos, honestos e nobres, aos quais o estatuto romano devia ser de supremo esplendor e honra, terem sido compelidos pela crueldade da iniquidade romana a isso, de forma que não queiram mais ser romanos? (Salviano de Marselha. *De Gubernatione Dei*, 5.5).¹⁸⁸

A construção pela qual Salviano introduz os bagaudas parece responsabilizar os poderosos romanos, na figura da “iniquidade romana”, pela transformação dos que são espoliados ou oprimidos em não romanos. Isto é, mesmo quando ainda não fugiram em direção aos bárbaros, já nas Gálias e nas Hipânias não são mais romanos.

E aqui está por que esses que ainda que não fugiram aos bárbaros, ainda assim são coagidos a ser bárbaros: de forma que certamente é grande parte dos hispânicos e não menor dos gauleses, e finalmente

¹⁸⁷ Inter haec vastantur pauperes viduae gemunt, orfani proculcantur, in tantum ut multi eorum, et non obscuris natalibus editi et liberaliter instituti, ad hostes fugiant, ne persecutionis publicae afflictione moriantur, quaerentes scilicet apud barbaros Romanam humanitatem, quia apud Romanos barbaram inhumanitatem ferre non possunt. (...) Itaque passim, uel ad Gothos uel ad Bacaudas uel alios ubique dominantes bárbaros migrant, et commigrasse non paenitet; malunt enim sub specie captivitatis vivere libere quam sub specie libertatis esse captivi.

¹⁸⁸ Et quod esse maius testimonium Romanae iniquitatis potest quam quod plerique, et honesti et nobiles et quibus Romanus status summo et splendori esse debuit et honori, ad hoc tamen Romanae iniquitatis crudelitate compulsi sunt ut nolint esse Romani?

todos os que através de todo o mundo romano, a iniquidade romana finalmente fez já não serem mais romanos. (Salviano de Marselha. *De Gubernatione Dei*, 5.5)¹⁸⁹

Assim, ao falar desses “não mais romanos”, mas que não fugiram, é que começa a sua descrição dos bagaudas apresentada no capítulo anterior (5.6). Ao final dessa descrição, a impressão que se tem é que, enquanto Salviano escreve, os bagaudas estão inativos, pois ele se pergunta qual a diferença entre o então (*tunc* associado aos bagaudas) e o agora (*nunc*), no qual alguns são coagidos a ser bagaudas, mas não conseguem.

Ora, o que de diferente ainda agora se procede do que aconteceu então? Isto é, os que até agora não são bagaudas não são coagidos a sê-lo? Pois pelo tamanho alcançado pela violência e injúrias, são compelidos a querer ser bagaudas, mas a sua fraqueza os impede de sê-lo. Assim, são como cativos sob jugo de inimigos: toleram por necessidade o suplício, não por desejo; na alma desejam a liberdade, mas aguentam a servidão suprema (Salviano de Marselha. *De Gubernatione Dei*, 5.6).¹⁹⁰

A seguir, para se referir a esses fracos demais para agora se tornarem bagaudas, o termo que Salviano utiliza é *humiliores*:

E assim, portanto, acontece com quase todos os pobres (*humiliores*); pois são reduzidos por uma coisa a duas bem diversas: uma suprema violência exige que desejem aspirar à liberdade, mas a mesma violência os compele a querer o que não os permite poder [fazer] (Salviano de Marselha. *De Gubernatione Dei*, 5.7).¹⁹¹

Em seguida Salviano explica como alguns desses *humiliores*, que ele também chama de pobres e miseráveis (*pauperes* e *miseri*), optam pelo exílio, por causa tanto dos pesados impostos quanto da manipulação adicional que os ricos locais fazem dos impostos extraordinários e isenções para eles mesmos.

¹⁸⁹ Et hinc est quod etiam hi qui ad barbaros non confugiunt, barbari tamen esse coguntur: scilicet ut est pars magna Hispanianorum et non mínima Gallorum, omnes denique quos per universum Romanum orbem fecit Romana iniquitas iam non esse Romanos.

¹⁹⁰ Aut quid aliud etiam nunc agitur quam tunc actum est, id est ut qui adhuc Bagaudae non sunt, esse cogantur? Quantum enim ad vim atque injurias pertinet, compelluntur ut velint esse, sed imbecillitate impediuntur ut non sint. Sic sunt ergo quasi captivi iugo hosti pressi: tolerant supplicium necessitate, non voto; animo desiderant libertatem sed summam sustinet servitutem.

¹⁹¹ Ita ergo et cum omnibus ferme humilioribus agitur; una enim re ad duas diversissimas coartantur: vis summa exigit ut adspirare in libertatem velint, sed eadem vis posse non sinit quae velle compellit.

Mas que outra coisa os miseráveis podem querer, os quais sofrem a assídua, de fato contínua, ruína da exação pública, aos quais ameaça a sempre grave e infatigável proscricção, os quais deixam suas casas para que não sejam torturados nas mesmas casas, que pedem exílios para que não tenham de aguentar os suplícios? Para esses os inimigos são mais gentis do que os cobradores de impostos (...) Sustentam o pagamento dos ricos e suportam a indigência dos mendigos. E há muito mais no que estou prestes a dizer: os próprios ricos, vez ou outra, fazem cobranças tributárias adicionais, em favor dos quais os pobres pagam. (...) Por eles novos deveres são decretados, novas cobranças são decretadas: os poderosos decretam que os pobres paguem, a graça dos ricos decreta o que perde a turba dos miseráveis; pois os mesmos em nada sentem o que decretam. (Salviano de Marselha. *De Gubernatione Dei*, 5.7).¹⁹²

E, ao discutir essas novas taxas criadas para receber enviados de alto posto no Estado imperial, Salviano opera uma identificação de si mesmo com os pobres, e junto a eles cobra dos ricos (*divites*) uma igualdade de condições. Pois se os ricos também pagassem os deveres que eles inventam para conseguir as graças dos ainda mais poderosos, o peso da taxaço seria distribuído e o processo de empobrecimento daqueles que efetivamente pagam seria atenuado.

(...) Mas nós os pobres assentimos à vossa vontade, ricos! Porque vós poucos ordenais que paguemos todos! O que é mais justo? O que é mais humano? Vossos decretos encargam novos débitos sobre nós: pelo menos fazei o mesmo débito ser comum, vós conosco! (Salviano de Marselha. *De Gubernatione Dei*, 5.7).¹⁹³

Outro campo de ação e manipulação da cobrança de impostos pelos poderosos locais é o das isenções, que, de acordo com Salviano, são aplicadas somente sobre os ricos.

¹⁹² Sed quid possunt aliud uelle miseri qui adsiduum, immo continuum exactionis publicae patiuntur excidium, quibus imminet semper grauis et indefessa proscriptio, qui domus suas deserunt ne in ipsis domibus torqueantur, exilia petunt ne supplicia sustineant? Leniores his hostes quam exactores sunt. (...) Solutionem sustinent diuitum et indigentiam mendicorum. Plus multo est quod dicturus sum: adiectiones tributarias ipsi interdum diuites faciunt, pro quibus pauperes soluunt. (...) Decernuntur his noua munera, decernuntur nouae indictiones: decernunt potentes quod soluant pauperes, decernit gratia diuitum quod perdat turba miserorum; ipsi enim in nullo sentiunt quod decernunt.

¹⁹³ Sed adquiescimus pauperes uestrae, diuites, uoluntati! Quod pauci iubetis soluamus omnes! Quid tam iustum, quid tam humanum? Grauant nos nouis debitis decreta uestra: facite saltem debitum ipsum uobis nobiscum esse commune!

Mas evidentemente os que são iníquos nessa parte, descobre-se serem moderados e justos em outras, e a depravação de uma coisa compensam pela probidade de outra? Pois assim como carregam os pobres com o peso de novas taxas, também os sustentam com o subsídio de novos remédios: assim, pelos novos tributos os menores são maximamente oprimidos e, pelos remédios novos, são maximamente assistidos. Pelo contrário: a iniquidade está em ambas as partes. Porque assim como os pobres são os primeiros em sobrecarga, da mesma forma são os últimos em abatimento. Pois se quando, como é fato recente, os poderes supremos julgaram decidir por serem diminuídas as funções tributárias para as cidades falidas em alguns lugares, imediatamente o remédio dado a todos só entre si os ricos compartilham. (...) Os pobres não são considerados os tributários em nada, a não ser quando é imposto o cúmulo do tributo a eles; mas são extranumerários dos tributos, quando os alívios são divididos (Salviano de Marselha. *De Gubernatione Dei*, 5.8).¹⁹⁴

Salviano então questiona por que não é a totalidade desses pobres pagadores de impostos que fogem aos bárbaros. A resposta está nos vínculos com suas propriedades, suas terras e suas casas (5.8). O resultado da permanência é sobrar como opção buscar a proteção dos poderosos locais – os mesmos que manipulam a cobrança de impostos.

Portanto, uma vez que isso, o que mais fortemente preferem, não fazem valer, fazem uma coisa que podem: transportam a si para a proteção e cuidado dos maiores, fazem-se cativos rendidos dos ricos e se transcendem como se para dentro do direito e da autoridade deles. (Salviano de Marselha. *De Gubernatione Dei*, 5.8).¹⁹⁵

¹⁹⁴ Sed uidelicet qui in hac parte iniqui sunt in alia moderati inueniuntur et iusti, ac prauitatem unius rei alterius probitate compensant? Nam sicut in onere nouarum indictionum pauperes grauunt, ita in nouorum remediorum opitulatione sustentant: sicut tributis nouis minores maxime deprimuntur, sic remediis nouis maxime subleuantur. - Immo par est iniquitas in utroque. Nam sicut sunt in adgrauatione pauperes primi, ita in releuatione postremi. Si quando enim, ut nuper factum est, consulendum defectis urbibus aut minuendas in aliquo tributarias functiones potestates summae existimauerint, ilico remedium cunctis datum soli inter se diuites partiuntur. (...) Tributarii omnino pauperes non putantur, nisi cum iis tributis cumulus imponitur; extra numerum autem tributariorum sunt, cum remedia diuiduntur.

¹⁹⁵ Ergo quia hoc non ualent quod forte mallent, faciunt quod unum ualent: tradunt se ad tuendum protegendumque maioribus, dediticios se diuitum faciunt et quasi in ius eorum dicionemque transcendunt.

E mais à frente, em lugar de ir para os bagaudas, podem também optar por se tornar protegidos de proprietários mais ricos, abdicando de suas propriedades e assim se tornando o que ele chama de *coloni*. No entanto, há duas etapas nessa transformação, que não compõem necessariamente um mesmo processo. A primeira etapa é descrita como a perda ou da própria terra ou da casa por meio do que parece ser uma oferta de proteção injusta, que tem como resultado a transferência da propriedade dos pequenos proprietários aos grandes.

Pois todos que parecem ser defendidos por eles, antes de serem defendidos, são obrigados a transferir aos seus defensores toda a sua propriedade; e assim, para que os pais tenham proteção, os filhos perdem a herança: pelo suporte dos pais é composta a mendicância da prole. Eis quais são os auxílios e patrocínios dos maiores: nada oferecem aos suportados, mas a si. Pois com esse pacto algo temporariamente aos pais é oferecido, para que no futuro tudo seja levado dos filhos. E assim vendem, e certamente certos maiores vendem por um preço pesadíssimo todas as coisas que presenteiam. E isso, que eu disse que vendem, se ao menos eles vendessem pelo costume usual e comum! Algo talvez permanecesse aos compradores. Esse é claramente um novo tipo de venda e compra: o vendedor nada entrega e tudo recebe; o comprador nada recebe e perde tudo profundamente. (Salviano de Marselha. *De Gubernatione Dei*, 5.8)¹⁹⁶

Isso pode ser entendido em termos de uma mudança ilegal dos marcos e limites das pequenas propriedades de forma a parecer que pertencem aos grandes e assim passariam à responsabilidade deles o pagamento dos tributos relativos a estas terras. Um dos sinais disso é o uso do termo *pervasores* para se referir aos poderosos nessa situação (Grey, 2006).

Salviano, em seguida, afirma que a troca é injusta. E assim caracteriza a relação porque, depois de um tempo, a responsabilidade pelo pagamento dos

¹⁹⁶ Omnes enim hi qui defendi uidentur, defensoribus suis omnem fere substantiam suam prius quam defendantur addicunt; ac sic, ut patres habeant defensionem, perdunt filii hereditatem: tuitio parentum mendicitate pignorum comparatur. Ecce quae sunt auxilia ac patrocinia maiorum : nihil susceptis tribuunt sed sibi. Hoc enim pacto aliquid parentibus temporarie attribuitur ut in futuro totum filiis auferatur. Vendunt itaque, et quidem grauissimo pretio uendunt maiores quidam cuncta quae praestant. Et quod dixi uendunt, utinam uenderent usitato more atque communi! aliquid forsitan remaneret emptoribus. Nouum quippe hoc genus uenditionis et emptionis est: Uenditor nihil tradit et totum accipit ; emptor nihil accipit et totum penitus amittit.

impostos reaparece sobre os filhos dos pequenos proprietários:

Quando se tiver retirado deles a posse, a captação (*capitatio*) não terá retrocedido! Eles carecem de propriedades e são afogados pelos impostos de aduana (*vectigalia*)! Quem poderia avaliar esse mal? Invasores se deitam sobre as coisas deles e os miseráveis pagam os tributos em nome dos invasores! Após a morte dos pais, com os consentimentos do direito, os filhos não têm suas terras, e são torturados até a morte pelos deveres das terras. E através disso que outra coisa com tantas perversidades é conseguida, se não que os que pela invasão privada são depenados, que pela cobrança pública sejam mortos? E dos quais a depredação tomou as coisas, que a exação lhes tome a vida? (Salviano de Marselha. *De Gubernatione Dei*, 5.8)¹⁹⁷

Esses antigos possuidores de pequenas propriedades (*agellus*) transferem-nas aos ricos, em busca de proteção, mas a proteção parece que não é garantida para os seus descendentes. Salviano menciona a *capitatio* e as *vectigalia* (Jones, 1992 [1964] pp. 427-469) como impostos que sufocam os filhos que agora não mais possuem terras.

A manutenção da associação da *capitatio* aos filhos indica que, embora uma transferência ilegal de propriedade possa ter sido feita, a cidadania permanece para os filhos, o que pode indicar que o rico que se oferece para proteger o faz fornecendo o pagamento dos impostos. Da mesma maneira, a necessidade de pagar as *vectigalia* pode indicar que a produção agrária realizada antes pelo pai, e depois pelos filhos, em algum nível era comercializada nas cidades. Assim, parece que os poderosos, em troca da grilagem das terras se oferecem para pagar as cobranças do imposto censitário e de aduana nas cidades, mas assim que os pais, com os quais tinha estabelecido o contrato, morrem, acreditam estar livres de manter tal proteção aos filhos. É significativa a ênfase que Salviano dá nessa descrição à ilegalidade e à imoralidade de tal troca desigual, mas é importante notar que nesse estágio, nenhuma cidadania ainda foi perdida, nenhum rebaixamento de estatuto legal aconteceu ainda.

¹⁹⁷ Cum possessio ab his recesserit, capitatio non recedit! proprietatibus carent et uectigalibus obruuntur! Quis aestimare hoc malum possit? Rebus eorum incubant peruasores et tributa miseri pro peruasoribus soluunt! Post mortem patris nati obsequiis iuris sui agellos non habent et agrorum muniis enecantur. Ac per hoc quid aliud sceleribus tantis agitur, nisi ut qui priuata peruasione nudati sunt publica adflictione moriantur, et quibus rem depraedatio tulit, uitam tollat exactio?

Tal mudança pode acontecer numa segunda etapa, que, de acordo com Salviano, os *pauperes* mais sábios buscam antes do que os outros.

E assim não poucos deles sobre os quais falamos, os quais ou são mais sábios ou os quais a necessidade assim os tornou, quando seus domicílios e suas pequenas propriedades perdem para invasores, ou abandonam, fugitivos dos cobradores públicos, porque não podem mais mantê-las, solicitam as terras dos maiores e se tornam colonos dos ricos. E assim, esses que compelidos pelo terror dos inimigos se reúnem em fortalezas, ou esses que, perdido o estatuto da livremente nascida segurança, em desespero fogem em direção a algum asilo, e assim aqueles, porque não são capazes de proteger mais amplamente a casa ou a dignidade dos seus nascimentos, submetem-se ao julgo da degradação inquilina, acostumam-se reduzidos a essa necessidade, de forma que eles careçam na propriedade das coisas e percam o direito de liberdade, exilados nem tanto da capacidade, mas mesmo da sua condição, e também banidos nem tanto de suas coisas, mas ainda de si mesmos, e perdendo consigo todas as suas coisas. (Salviano de Marselha. *De Gubernatione Dei*, 5.8)¹⁹⁸

Nessa segunda etapa é que efetivamente os pobres se tornam colonos. E nesse caso também aparece como motivação a fuga da ação militar na região que habitam. Cam Grey acredita que sejam dois processos sociais diferentes e independentes, que Salviano condensaria em um processo só, entendendo assim que em Salviano aparecem duas estratégias de evasão fiscal. Uma seria a mudança dos marcos de propriedade para enganar os cobradores, por meio de um comum acordo que leva os pequenos proprietários a perderem sua terra. A outra seria a busca de arrendamento da terra de um poderoso, uns para conseguir proteção, outros, porque perderam sua antiga pequena propriedade, para ter trabalho e garantir sua subsistência (Grey, 2006). A proposta de Cam Grey de que sejam duas

¹⁹⁸ Itaque nonnulli eorum de quibus loquimur, qui aut consultiores sunt aut quos consultos necessitas fecit, cum domicilia atque agellos suos aut peruationibus perdunt aut fugati ab exactoribus deserunt, quia tenere non possunt, fundos maiorum expetunt et coloni diuturni fiunt. Ac sicut solent aut hi qui hostium terrore compulsi ad castella se conferunt, aut hi qui perditio ingenuae incolumitatis statu ad asylum aliquod desperatione confugiunt, ita et isti, quia tueri amplius uel sedem uel dignitatem suorum natalium non queunt, iugo se inquilinae abiectionis addicunt, in hanc necessitatem redacti ut extorres non facultatis tantum, sed etiam condicionis suae atque exulantes non a rebus tantum suis, sed etiam a se ipsis ac perdentes secum omnia sua et rerum proprietate careant et ius libertatis amittant.

alternativas diferentes, primeiro, permite entender que a conexão entre as duas etapas é produzida pelo discurso de Salviano, e segundo, propor uma importante pergunta: por que Salviano acredita que os que se tornam colonos são mais sábios? Eu proporia duas repostas: 1) porque é legal (diferente da primeira etapa); 2) porque implica uma proteção real (diferente da primeira etapa).

Cam Grey interpreta isso em termos de estratégias antirrisco disponíveis a esses pequenos proprietários, menosprezando a descrição de Salviano como uma explicação dos processos de exploração indireta que causaria empobrecimento dos pequenos proprietários. A descrição de Salviano demonstra, por outro lado, as conexões íntimas entre os interesses de classe dos proprietários locais e as instituições do Estado imperial. Embora, se numa primeira imagem das razões que Salviano oferece para o surgimento dos bagaudas como sendo responsabilidade da cobrança de impostos feita pelo “centro Imperial”, uma leitura mais cuidadosa deixa claro como os instrumentos de taxação são apropriados pelas elites locais e usados contra os pequenos proprietários. Assim, se os motivos de criação dos bagaudas estiverem ligados à insatisfação contra a cobrança de impostos, isso não consolidaria uma aliança entre os poderosos locais e camponeses, pelo contrário, coloca uns contra os outros, já que os poderosos locais são os responsáveis pela cobrança e também sempre aplicam isenções apenas sobre si mesmos, aprofundando a injustiça contra os mais pobres.

Portanto, acredito ter ficado claro que a interpretação de alguns autores modernos que tentam ver nos bagaudas a ação oculta de potentados locais que teriam se utilizado de multidões de camponeses subordinados da Gália contra as forças militares do Estado imperial¹⁹⁹ não tem apoio na documentação e depende de uma leitura distorcida do *De Gubernatione Dei*.

Adicionalmente, quando se olha atentamente os processos que estão sendo descritos por Salviano, aos poucos vai se constituindo uma disjunção entre o seu linguajar e as indicações a respeito de quem ele efetivamente está falando. Em seu linguajar, o termo mais comum é “pobres” e o segundo mais comum é “miseráveis”. Ora, esses termos dentro do discurso cristão estão geralmente associados aos pobres urbanos e aos mendigos, àqueles aos quais é reservada a caridade cristã, legitimadora inclusive da acumulação de riqueza pela Igreja Cristã (Ste. Croix, 1998

¹⁹⁹ Proposta delineada para os bagaudas por Raymond Van Dam (Van Dam, 1985), e sugerida para os circunceliões por C.R. Whittaker (Whittaker, 1993[1980]) (Whittaker, 1995).

pp. 433-436). Mas conforme Salviano constrói a oposição entre pobres e ricos, ao mesmo tempo opondo sua comunidade cristã ideal a suas condições “reais”, esses pobres vão se desenhando como pequenos proprietários. Assim, há uma disjunção de sentido entre o pobre descrito por Salviano (na maior parte das vezes um pequeno proprietário empobrecido) e o pobre do discurso cristão. Ao final, a impressão que fica, portanto, é que, embora Salviano fale da categoria ampla dos *humiliores*, quando fala de pobres que fogem aos bagaudas, esses pobres quase sempre são os pequenos proprietários empobrecidos.

Em um artigo de 2010, Clifford Minor, ao se contrapor às ideias de Raymond Van Dam, especula a respeito de uma tese alternativa, na qual todos esses pequenos proprietários que Salviano chama de pobres e miseráveis seriam *honestiores* empobrecidos, baseando-se em uma única menção feita por Salviano de que há entre os que fogem aos bárbaros até mesmo alguns *honesti et nobiles* (Salviano de Marselha, *De Gubernatione Dei*, 5.5). O grande problema dessa tese alternativa é que se os que fogem fossem *honestiores*, eles seriam os isentos e imunes às torturas das quais padecem os *humiliores* e que, de acordo com Salviano, causariam os exílios (Minor, 2010). No final das contas, porém, Minor opta por uma interpretação semelhante àquela desenvolvida aqui.

Tomando em consideração essa sua caracterização dos pobres, assim como os processos de exploração pelos ricos, tendo instituições do Estado como instrumento e comparando com a comunidade harmônica ideal que ele pressupõe, não se pode dizer que Salviano fosse contra o patronato, mas se pode ver a preocupação que teve em demonstrar como, na maior parte das vezes, as práticas de patronagem eram corruptas e ilegais. Assim, diferentemente de um modelo agostiniano de relação entre fracos e poderosos, cuja ênfase é na manutenção da Ordem romana, no discurso de Salviano, dado o reconhecimento do não funcionamento dessa ordem, há espaço e legitimidade para a rebelião ou o abandono de uma ordem social injusta.

Posteriormente a *De Gubernatione Dei*, um outro texto que menciona os bagaudas é a *Crônica Gálica de 452*, de um autor anônimo e que, no entanto, acrescentaria mais uma possibilidade, a de que os bagaudas fossem escravos.

A Gália ulterior, tendo seguido Tibato, líder da rebelião, abandonou a sociedade romana; com um início arrastado a partir do qual quase

todos os servos (*servitia*) das Gálias conspiraram em direção à Bagauda (*Chronica Gallica* de 452: 117 [a. 435]).²⁰⁰

O termo utilizado é *servitia*, o que teria como uma tradução imediata para o português o coletivo de escravos, mas que poderia também ser uma referência pejorativa ao conjunto de trabalhadores rurais. Muitos autores leram assim esse trecho. Eu penso que uma leitura literal, entendendo que os bagaudas sejam todos escravos, porém, entra em contradição com quase todas as outras menções aos bagaudas ou a essas revoltas. Contudo, acho que não é necessário exagerar os dilemas impostos por este trecho. O que ele diz é que a Gália ulterior,²⁰¹ isto é, o conjunto de habitantes daquela região, abandonou a sociedade romana e, então, quase toda a *servitia* das Gálias passou a conspirar para acompanhar os bagaudas. Assim, seja lá como se traduza *servitia* (só escravos, incluindo os *coloni* ditos semilivres, ou incluindo todos os camponeses em processo de degradação social),²⁰² este termo não se refere necessariamente aos bagaudas, mas à sedução que a rebelião ocorrida na Armórica exerceu sobre os membros das classes subalternas do resto das Gálias.²⁰³

O mesmo Tibato e a referência à Armórica são mencionados na *Vita Sancti Germani* (Vida de São Germano), escrita entre 475-480 por Constâncio de Lyon (Constâncio de Lyon, *Vita Germani* 28; 40). Estes aparecem também no contexto da rebelião na região. E a rebelião é um evento estruturador da narrativa da segunda parte da *Vita*, pois Germano decide realizar uma viagem até Ravenna para pedir perdão ao imperador pelos revoltosos, de forma a impedir que o General Aécio, ofendido pela insolência e orgulho dos habitantes da Armórica (*offensus superbae insolentia regionis*), destruísse a região usando os exércitos dos Alanos. Aqui, novamente não há menção clara à composição social dos revoltosos e o termo que

²⁰⁰ Gallia ulterior Tibatonem principem rebellionis secuta a Romana societate discessit; a quo tracto initio omnia paene Galliarum servitia in Bacaudam conspiravere.

²⁰¹ Uma denominação territorial bem rara nos textos do período, Clifford Minor a localiza como sendo a região noroeste da Gália (Minor, 2004).

²⁰² O grau de permanência, ou mesmo de existência prévia da escravidão na Gália romana é um tema de pouco consenso e se baseia fundamentalmente no peso que se dá às inscrições funerárias de libertos na Gália. Para a tese do seu desaparecimento ou pouco impacto durante o Império Romano, cf. (MacMullen, 1987) e (Whittaker, 1993[1980]). Para uma defesa em contrário, cf. (Samson, 1989) e (Samson, 1992).

²⁰³ Assim, discordo totalmente da hipótese de Clifford Minor que separa as menções da entrada da *Crônica Gálica de 452* em duas: uma seria a uma revolta de cidadãos da Gália Ulterior, um levante civil, e a outra seria a bagaudas compostas por escravos. (Minor, 2004). Essa hipótese, além de multiplicar desnecessariamente as revoltas, também depende necessariamente da teoria do colonato romano tardio para dar substância à *servitia*.

o autor Constâncio de Lyon usa para descrever os revoltosos é *populus*.²⁰⁴ Adicionalmente, não se menciona o termo *bagaudas*, embora seja difícil negar que seja o mesmo evento relatado na *Cônica Gálica de 452*.

E, por fim, na *Crônica* de Hidácio, em cidades da Tarraconense, na região do rio Ebro, o uso do termo *bagaudas* se dá sem que nenhuma explicação seja dada para o seu significado, nenhuma definição adicional acompanha sua menção, embora o contexto de seu uso seja o de ações violentas de pessoas de baixo estatuto social, já que estão sempre presentes as ideias de audácia e insolência. Como demonstrado no capítulo anterior, interpreto que o autor entendesse que *bagaudas* fosse uma categoria de sentido imediato para os seus leitores ou para si próprio.²⁰⁵ O sentido de *bagaudas* é auto evidente para Hidácio porque ele está continuando a obra de Jerônimo, que definiu os *bagaudas* como sendo uma multidão de rústicos (*rusticorum multitudine*, Jerônimo, *Chronica*: A.2303d).

Assim, a partir da análise de todas essas ocorrências de *bagaudas* ou de menções a revoltas que podem ser associadas a essas ocorrências, desenha-se uma composição social rural heterogênea, que pode envolver em princípio trabalhadores rurais livres, mas que também exerceu alguma espécie de sedução sobre os trabalhadores rurais não livres. Essa heterogeneidade, porém, é marcada pela predominância de comunidades rurais camponesas como elemento organizador dos relatos.

5. Os rondadores de adegas

Passando agora para as descrições dos circunceliões, a documentação apresenta um conjunto bem maior de textos. Os textos que mais diretamente concernem a essa discussão, por estarem mais próximos dos eventos, são os de Optato, Agostinho e Possídio. Uma dificuldade a mais com relação aos circunceliões está no esforço dos autores dos textos que os descrevem em classificá-los como hereges.

²⁰⁴ Em um artigo seguinte, dando continuidade à sua teoria de que a revolta de Tibato não é de *bagaudas*, Clifford Minor utiliza esse termo como evidência de que não são populações rurais e assim, não são *bagaudas* (Minor, 2004), propondo enfim que não há nenhuma conexão entre os *bagaudas* e a Armórica.

²⁰⁵ *Hydatius Chronica* (Galliciae, c 468): 125, 128, 141, 142, 158.

Recapitulando de maneira sucinta, esses textos foram escritos em meio à disputa que ocorreu na África entre o que se poderia chamar de dois partidos cristãos, os donatistas e os cecilianistas. Os donatistas eram defensores de uma maior ênfase na santidade do martírio e por isso apresentavam uma ideologia mais cautelosa a respeito das relações entre Império e Igreja (embora em sua prática tivessem apresentado algumas concessões à “*Realpolitik*” dessas relações). Os cecilianistas construíram uma ideologia mais receptiva da proximidade com o Estado imperial e defendiam uma menor ênfase na santidade do martírio e maior ênfase na unidade da hierarquia da Igreja.²⁰⁶ A documentação que temos sobre essa disputa é quase toda do partido cecilianista e nela a associação com os circunceliões é um dos eixos fundamentais de difamação dos donatistas (Kaufman, 2009).

Como dito anteriormente, a menção mais antiga aos circunceliões se dá na obra *Contra Donatistas* de Optato, bispo de Milevis, publicada entre as décadas de 360 e 380. No tratado de Optato, os circunceliões aparecem em um contexto bem específico: como parte da oposição à chegada dos magistrados representantes do imperador de Constante na África, Paulo e Macário. De acordo com Optato, depois do fim das perseguições aos donatistas realizadas por Constantino, as relações entre donatistas e cecilianistas (católicos para Optato) teriam se acalmado por cerca de duas décadas.

Em 346, há uma quebra de acordo com a não nomeação de Donato ao cargo de bispo de Cartago. Isso estaria em desacordo com o que teria sido acertado ao final da primeira crise, isto é, quando Constantino sustentou definitivamente a nomeação de Ceciliano, os donatistas alegam que teria sido acordado que o bispo Africano sempre seria o mais velho dos escolhidos pelas duas facções.²⁰⁷ Optato não menciona esse descumprimento, mas em consequência dele, os donatistas se exaltam, principalmente na Numídia. Constante, diz Optato, envia os dois magistrados a pretexto²⁰⁸ de fazer caridade, mas esses vêm acompanhados de tropas e se direcionam às regiões onde os donatistas são mais fortes. Ainda, de acordo com Optato, os circunceliões teriam sido chamados pelo bispo Donato de Bagaia (que, ele próprio enfatiza, não é o Donato de Cartago), a partir de todas as

²⁰⁶ (Freund, 1951); (Tilley, 1997).

²⁰⁷ Para as alegações dos Donatistas de quebra do acordo, cf. (Freund, 1951 p. 177). Brent Shaw afirma que essa relação de causalidade foi inventada por Freund (Shaw, 2011 p. 164).

²⁰⁸ Sobre a construção da oposição entre a ideia de caridade e martírio como elemento do projeto de desqualificação dos donatistas na obra de Optato, cf. (Cecconi, 1990)

regiões vizinhas à cidade de Bagaia, para atrapalhar a ação de Paulo e Macário no mercado naquela localidade (Optato de Milevis, *Contra Donatistas*. 3.4).

Mas antes de prosseguir com a narrativa do que aconteceu em Bagaia, Optato passa então a descrever as ações prévias²⁰⁹ dos circunceliões para explicar a natureza desse grupo de pessoas. A sua explicação parece fazer referência ao período de calma entre a perseguição de Constantino e a chegada dos magistrados de Constante. A primeira afirmação que faz com relação ao mundo criado pelos circunceliões é muito significativa: “Ninguém poderia estar seguro de suas posses”.²¹⁰ Em seguida Optato descreve as ações dos circunceliões nas quais eles impedem a cobrança de dívidas nas regiões onde circulam e atormentam os senhores de escravos. A seguir, ele tem de confessar que inicialmente a relação entre donatistas e circunceliões era conflituosa, tão conflituosa que os próprios donatistas teriam demandado a ação do então *Comes per Africam* Taurinus contra eles, na localidade Octaviense. E só depois dessa confissão é que Optato retorna à sua declaração inicial de que, para impedir a ação de Paulo e de Macário, Donato de Bagaia teria pedido a ajuda desses circunceliões, cujo número teria crescido desde suas primeiras aparições.

Uma das primeiras pistas para entender as origens sociais dos circunceliões está na convocação feita pelo Donato de Bagaia: “(...) *pelos locais vizinhos e por todas as feiras enviou arautos, chamando pelo nome circunceliões agonísticos*” (Optato de Milevis, *Contra Donatistas* 3.4).²¹¹

Quando Optato acusa os donatistas de convocar os circunceliões, essa convocação se dá em feiras (*nundinae*),²¹² o que significa que esse deve ser o local onde mais comumente seriam encontrados. E, embora não haja nenhuma outra menção clara de suas origens sociais, o caráter rural do movimento aparece na descrição de suas ações subversivas. Optato descreve as ameaças que esses circunceliões agonísticos ofereciam à ordem social, tais como a expulsão de credores das regiões dominadas pelos circunceliões, assim como episódios de inversão da posição social de senhores e escravos.

²⁰⁹ E há na historiografia algumas tentativas de localizar mais precisamente esse período anterior à intervenção de Constante.

²¹⁰ (...) nulli licuit securum esse in possessionibus suis.

²¹¹ (...) praecones per uicina loca et per omnes nundinas misit, circumcelliones agonisticos nuncupans, ad praedictum locum ut concurrerent inuitauit;

²¹² Para uma investigação dessas feiras rurais, particularmente das feiras rurais na África, cf. (Shaw, 1995 [1981])

Isso é seguido pela descrição das práticas de martírio suicida, nas quais alguns indivíduos se jogariam de precipícios ou forçariam viajantes em estradas a cometerem o assassinato contra eles (Optato de Milevis, *Contra Donatistas* 3.4). Quando introduz a dimensão do martírio suicida associado a esses personagens, Optato o faz com uma frase ambígua.

A multidão daqueles fortaleceu-se posteriormente. Como o Donato de Bagaia descobriu, a partir do que conduziu uma turba furiosa contra Macário. Desse mesmo tipo de homens foram aqueles que, sob o desejo de falso martírio, em sua ruína conduziram assassinos contra si mesmos. E ainda aqueles, que dos cumes de altos montes precipitavam suas vis almas de cabeça. Vejam de que grupo o bispo Donato, o outro, conseguiu coortes! (Optatus de Milevis, *Contra Donatistas*, 3.4)²¹³

Isto é, Optato, com a construção “desse mesmo tipo de homens”, diz que entre os homens que Donato de Bagaia convocou para confrontar os magistrados de Constante (que podem não ser necessariamente circunceliões no texto de Optato) estão aqueles que praticavam um tipo de busca pelo martírio falso, como aqueles que buscavam assassinos para que os matassem. O termo *agonistici* não é usado nesse contexto, mas a vinculação entre os que praticam o martírio suicida é realizada por Optatus por meio da pertença de todos esses homens à turba que crescia na Numídia e que teria sido utilizada por Donato de Bagaia. E assim como associa estes à multidão que iria contra Macário, também inclui nela outros que buscariam o falso martírio se jogando de altos picos.

Em comparação com as descrições de Agostinho, nenhuma estrada ou viajante incauto é mencionado nesse contexto. Aqueles que matam os homens em busca de falso martírio não são forçados a fazê-lo como nas descrições de Agostinho, e por Optato são chamados simplesmente de *percussores*. Assim, acredito que Optato não estabeleça uma relação direta entre esses suicidas e os circunceliões agonísticos, uma relação que depois seria reforçada insistentemente por Agostinho.

²¹³ Eorum postea conualuerat multitudo. sic inuenit Donatus Bagaiensis, unde contra Macarium furiosam conduceret turbam. ex ipso genere fuerant, qui sibi percussores sub cupiditate falsi martyrii in suam perniciem conducebant. inde etiam illi, qui ex aliorum montium cacuminibus uiles animas proicientes se praecipites dabant. ecce ex quali numero sibi episcopus alter Donatus cohortes effecerat!

Já na obra de Agostinho, essas três caracterizações serão repetidas à exaustão, do fim do século IV à terceira década do V, e finalmente, novamente repetidos na *Vita* de Agostinho, escrita por Possídio na década de 430 d.C.

A maior parte das menções presentes na obra de Agostinho são acusações vagas de violência das ações contra bispos cecilianistas, feitas pelo conluio de clérigos e circunceliões donatistas. Esse tipo de repetição me parece necessária ao programa de difamação que visa construir e reforçar uma associação entre os circunceliões e os donatistas. Essas acusações vagas podem ser simples menções à violência, ou podem ser acusações, direcionadas ou a autoridades seculares, ou a algum bispo donatista, com descrições dessas ações violentas sempre construídas através da seguinte fórmula: “os clérigos e circunceliões donatistas espancam os católicos (sic) com porretes, apedrejam-nos, cortam-lhes com ferro e cometem o crime inaudito de jogar vinagre e cal em seus olhos; destroem ou incendiam suas casas”. Nessa fórmula, Agostinho nunca acusa ninguém de assassinato, nunca denuncia diretamente qualquer morte. Outra categoria de acusações vagas que costuma acompanhar as primeiras são as menções de que os circunceliões praticassem um martírio autoinfligido, fruto de sua insanidade e sem legitimidade alguma.

Quando Agostinho é mais preciso em suas descrições, geralmente ele especifica o nome do bispo ou presbítero (espancado ou quase) e fica claro que todos estes foram antigos clérigos donatistas convertidos. Ou, em outros casos, a violência é praticada contra clérigos cecilianistas particularmente militantes, como ele mesmo ou Possídio, responsáveis pela desapropriação de igrejas donatistas para que fossem tomadas pelo lado cecilianista. Esses últimos casos de violência ocorrem principalmente em contexto urbano (mas não sempre).

As menções que substanciam de alguma maneira as práticas dos circunceliões sem a participação direta dos clérigos donatistas são de dois tipos: as que descrevem as práticas de martírio autoinfligido e as descrições de ações subversivas contra os ricos, os credores e contra senhores de escravos. Ainda, Agostinho ocasionalmente associa os excessos dos circunceliões à embriaguez e às festas aos mártires. Em menos quantidade, estão alguns poucos relatos de santimonias católicas (sic) que teriam passado para o lado dos donatistas, estas passariam a viver uma vida libertina e embriagada junto aos circunceliões

principalmente nas festas aos mártires donatistas.²¹⁴ Todas essas instâncias são sempre construídas como acusações contra os donatistas, como se eles fossem responsáveis por elas, mas recusassem tal responsabilidade.

Possídio basicamente repete e condensa o programa agostiniano, o que faz de forma engenhosa, ao descrevê-los como “bacantes pelos campos e grandes propriedades” (Possídio, *Vita Sancti Agostini*, 12).²¹⁵

Há, além disso, algumas menções dentro dessa literatura cecilianista nas quais se esboça a tentativa de definir o que seriam os circunceliões.

Optato os chama de circunceliões agonísticos (*circumcelliones agosnitici*). Quanto ao significado de *agonistici*, Agostinho (*Enarrationes in Psalmos*, 132.6) explica que *agonistici* é o termo pelo qual os bandos violentos a serviço dos donatistas preferiam ser chamados em lugar de circunceliões, enfatizando sua disposição em lutar por Deus como soldados de Cristo.

Portanto, o que dizem aqueles que insultam a respeito do nome de monges? Talvez estejam preparados para dizer: “os nossos não são chamados circunceliões, vós assim denominastes aqueles com esse nome ultrajante; pois nós não os chamamos assim”. Dizem que os chamariam, e escuteis: os chamam de agonísticos (lutadores). Admitimos ao nome honesto também, se também corresponder às coisas. Mas, enquanto isso, que a vossa Santidade reconheça isso: que os que dizem a nós: “Mostrem onde estaria escrito o nome dos monges”, mostrem onde estaria escrito o nome dos agonísticos. Assim, dizem, os chamamos por causa da luta (*agon*). Pois lutam; e diz o apóstolo: *lutei o bom combate (certamen)*. Porque há os que combatem contra o diabo, e prevalecem, são chamados soldados agonísticos de Cristo. Portanto, se pelo menos fossem soldados de Cristo, e não soldados do diabo, dos quais é mais temido o “Deus

²¹⁴ O uso particularmente misógino que Agostinho faz dessas santimonias como acusação contra os donatistas merece um estudo à parte. A presença dessas mulheres entre os circunceliões pode estar relacionada à escolha por um estilo de vida diferente das alternativas a elas reservadas pelo discurso agostiniano como matronas ou freiras. Para um esboço, cf. (Shaw, 2011 pp. 651-656). Outra questão que se poderia levantar também é o grau de participação dessas mulheres nas ações dos circunceliões, já que não é pouco usual a presença e até a liderança de mulheres em motins morais das classes subalternas, cf. (Thompson, 1998 pp. 183-187).

²¹⁵ bacchantes per agros villasque

seja louvado” do que o rugir de um leão. (Agostinho, *Enarrationes in Psalmos*, 132.6).²¹⁶

Nesse trecho, Agostinho parece concordar com a nomeação que eles próprios se dão como lutadores. Assim a nomeação de lutadores, agonísticos, seria contraposta pelos próprios à de circunceliões. Isso tem importância no sentido de que talvez *agonistici* seja um grupo específico de circunceliões. Retorno a essa possibilidade mais à frente.

Adicionalmente, Agostinho, em outro lugar (*Contra Gaudentium*, 1.28.32) explica que são *circumcelliones* porque são aqueles que vagam ao redor (*circum*) das *cellas rusticanas*.

Pois quem desconhece esse tipo de homens, incansável em crimes horrendos, odioso das boas obras, cruelíssimo nas mortes alheias, vilíssimo nas suas, maximamente aterrador nos campos agrários, vagante dos campos agrários, e por causa de seu modo de vida, rondador das *cellas* rústicas, de onde toma o nome de circuncelião, opróbrio do erro africano famosíssimo em quase todo o mundo. (Agostinho, *Contra Gaudentium*, 1.28.32).²¹⁷

A maior dificuldade para as interpretações do que seriam os circunceliões foi causada por diferentes tentativas de dar sentido a *cella*, que pode significar desde uma dispensa de comida, bebida, até um santuário. Na tentativa de dar uma resposta a isso, W. H. C. Frend demonstrou o uso desse termo como túmulo dos mártires africanos (Frend, 1952) (Frend, 1969), o que se constituiu em uma das bases da interpretação de que os circunceliões fossem monges errantes violentos.

Essa caracterização dos circunceliões como monges errantes predispostos ao martírio é resultado de uma combinação complexa de elementos efetivamente presentes nos textos do passado, assim como de predisposições modernas a aceitar

²¹⁶ Quid ergo dicunt illi qui nobis de nomine monachorum insultant? Fortasse dicturi sunt: Nostri non vocantur circumcelliones: vos illos ita appellatis contumelioso nomine; nam nos eos ita non vocamus. Dicant quid eos vocent, et audietis. Agonisticos eos vocant. Fatemur et nos honesto nomine, si et res conveniret. Sed interim illud videat Sanctitas vestra: qui nobis dicunt: Ostendite ubi scriptum sit nomen monachorum, ostendant ubi scriptum sit nomen agonisticorum. Sic eos, inquit, appellamus propter agonem. Certant enim; et dicit Apostolus: *Certamen bonum certavi*. Quia sunt qui certant adversus diabolum, et praevalent, milites Christi agonistici appellantur. Utinam ergo milites Christi essent, et non milites diaboli, a quibus plus timetur, Deo laudes, quam fremitus leonis.

²¹⁷ Quis enim nescit hoc genus hominum in horrendis facinoribus inquietum, ab utilibus operibus otiosum, crudelissimum in mortibus alienis, vilissimum in suis, maxime in agris territans, ab agris vacans, et victus sui causa cellas circumiens rusticanas, unde et Circumcellionum nomen accepit, universo mundo pene famosissimum Africani erroris opprobrium?

o discurso cecilianista. Dentre as predisposições modernas eu colocaria, por um lado, certa anuência à palavra de Agostinho que só ao final do século XX passou a ser posta em questão (Tilley, 1997). Pelo outro, uma ampla aceitação da ideia de que houvesse um modo “africano” ou “berbere” de prática religiosa, fruto de uma longa maturação cultural, que se imbricava aos cultos de Baal (púnico) e Saturno (romano), que predispunha os cristãos africanos ao martírio mais do que outros cristãos romanos. Considero essa perspectiva como anterior ao impacto dos estudos pós-coloniais na compreensão das províncias romanas. E sua aceitação obviamente depende de uma preocupação colonialista com os *sahid* muçulmanos em meados do século XX e seu retorno aéreo no começo do século XXI (Kaufman, 2009). Uma proposta de desconstrução dessas expectativas colonialistas e essencialistas no que diz respeito à África romana é o estudo de Yves Moderan (Moderan, 2003).

Há em primeiro lugar, dentre os elementos presentes nos textos do passado, a associação do termo *cella* a altares de mártires. Esse significado para tal palavra é possível, mas não é o uso mais comum do termo. Além disso, Frend afirmava que se poderia associar certos túmulos encontrados na Numídia à prática de culto aos mártires que se jogavam de precipícios. Isso, não se confirmou (Shaw, 2011 pp. 840-841). Em segundo lugar, essa caracterização é resultado direto do uso dos circunceliões na busca do partido cecilianista para que os donatistas fossem considerados uma heresia. Uma das consequências de longa duração desse uso dos circunceliões é a sua presença caricatural na documentação medieval e nos catálogos de heresias. Nos autores modernos que defendem a interpretação dos circunceliões como monges errantes, constata-se uma supervalorização dessa documentação medieval como guia de compreensão dos três autores mais antigos que mencionam os circunceliões: Optato, Agostinho e Possídio.

Quanto às menções aos circunceliões nos catálogos de heresias medievais, Brent Shaw demonstrou que são produtos de uma tradição literária classificadora de inimigos da Igreja, cuja prática resulta em inúmeras repetições e deformações que as tornam incompatíveis com o conteúdo dos textos mais antigos. Essa força deformadora do gênero de escrita atua inclusive sobre a menção aos circunceliões presente no catálogo de heresias escrito pelo próprio Agostinho, que soa mais caricatural do que em outros textos do mesmo autor (Agostinho, *De Haeresibus*. 69.1-5). Essas descrições dão ênfase inicialmente às práticas de martírio autoinfligido (pelo precipício, pelas armas alheias, pelas chamas). A partir de 430, no

Liber de Haeresibus, de um escritor italiano chamado Praedestinatus, que fez uma engenhosa releitura do catálogo de heresias de Agostinho, essas descrições passaram a incorporar a ideia de que os circunceliões fossem monges ascetas servos do diabo.

É particularmente decisiva na construção da tradição literária dos circunceliões como monges a fusão operada por Isidoro de Sevilha em seu *De Ecclesiasticis Officiis* (2.16.7-8), entre dois textos de Agostinho que não estavam diretamente relacionados. O primeiro desses textos é a comparação feita por Agostinho entre os circunceliões (chamados nesse contexto de circeliões) com os monges de seu monastério em um de seus sermões baseados nos salmos (*Ennar. in Ps. 132.3*). O segundo texto são suas prescrições do que seriam maus monges em seu *De Opere Monachorum*. A fusão operada por Isidoro parece ter sido complementada posteriormente e de forma decisiva com a identificação da palavra *circumcelliones* com a palavra *gyrovagi*, no contexto, a formulação das regras beneditinas. E é dentro desse contexto que aparece um texto espúrio atribuído a Tycônio, um teólogo laico donatista do final do século IV,²¹⁸ e que frequentemente é utilizado como documentação direta sobre os circunceliões. Brent Shaw, por outro lado, demonstrou como esse texto não poderia ser desse autor, sendo antes muito semelhante aos textos pertencentes a uma tradição dos catálogos de heresia (Shaw, 2004).

É necessário pôr ênfase nas conclusões desse artigo de Shaw: todas as definições dos circunceliões como monges acontecem em textos ligados a essa tradição catalogadora de heresias. Quanto a isso, é significativo que não exista em Optato nenhum dos trechos ambíguos que permitem a interpretação de que os circunceliões sejam monges errantes. Os trechos ambíguos estão presentes somente em um sermão de Agostinho e em sua biografia escrita por Possídio.

No caso de Agostinho, a ideia de que os circunceliões sejam uma espécie de monges errantes é baseada em leituras de sua exposição do salmo 132.²¹⁹ Este é um texto bem ambíguo no que concerne a sua descrição dos circunceliões. O teor geral da exposição é explicar como a ideia de irmandade asceta pode ter sido prenunciada pelas palavras desse salmo. Esse trecho é basicamente uma

²¹⁸ Tyconius *apud* Beatus of Libana, *In Apocalypsim* 5.53.

²¹⁹ Para estudos recentes que aceitam a atribuição do texto a Tycônio e lêem a exposição do Salmo 132 como apresentando os circunceliões como monges errantes, cf. (Caner, 2002), (Gaddis, 2005), (Figuinha, 2009) e (Pottier, 2008).

comparação feita por Agostinho entre os circunceliões, dos donatistas, e os monges, dos cecilianistas.

Também os monges foram nomeados a partir da voz desse salmo, de forma que ninguém insulte a vós católicos a partir desse nome. Quando vós corretamente começardes a insultar aos hereges a respeito dos circeliões, de forma que se envergonhando sejam salvos, aqueles a vós insultarão a respeito dos monges. Em primeiro lugar, vede vós, se devem ser comparados; se é útil às vossas palavras, já trabalhais. Não é útil, se não para que corrija cada um para que escute; que apenas escute e compare. O que é útil às vossas palavras? Que sejam comparados ébrios com sóbrios, precipitados com cuidadosos (ou os que caídos com os firmes), enfurecidos com singelos, vagantes com congregados [em um lugar]. Mas ainda se acostumaram a dizer: o que o nome de monges quer para si? Quanto melhor, dizemos nós: o que o nome de circeliões quer para si? Mas, dizem, não são chamados circeliões. Talvez com um som corrupto do nome a eles denominamos. Estamos preparados para vos dizer o nome íntegro deles? Talvez sejam chamados circunceliões, não circeliões. Que claramente exponham o que são, se disso são chamados. Pois são ditos circunceliões, porque vagam ao redor de adegas (ou altares de mártires: *cellae*): pois se acostumam a ir aqui e ali, nunca tendo lugar fixo; e a fazer as coisas que sabeis, e as coisas que aqueles, queiram ou não queiram, conhecem. (Agostinho, *Enarrationes in Psalmos*, 132.3).²²⁰

Mas pode se inferir dali que os donatistas reclamassem aos cecilianistas do comportamento dos monges. Assim, a estratégia de Agostinho é estabelecer o contraste (e o disparate de uma real comparação em sua perspectiva) entre ascetas e arruaceiros. Em momento algum, nessa exposição, atributos ou características

²²⁰ Ex voce huius psalmi appellati sunt et Monachi, ne quis vobis de isto nomine insultet Catholicis. Quando vos recte haereticis de Circellionibus insultare coeperitis, ut erubescendo salventur; illi vobis insultant de monachis. Primo si comparandi sunt, vos videte; si verbis vestris opus est, iam laboratis. Non opus est, nisi ut admoneatis unumquemque ut attendat; solum attendat, et comparet. Quid opus est verbis vestris? Comparentur ebriosi cum sobriis, praecipites cum consideratis, furentes cum simplicibus, vagantes cum congregatis. Sed tamen dicere consueverunt: Quid sibi vult nomen monachorum? Quanto melius dicimus nos: Quid sibi vult nomen circellionum? Sed non, inquiunt, vocantur circelliones. Forte corrupto sono nominis eos appellamus. Dicturi sumus vobis integrum nomen ipsorum? Forte circumcelliones vocantur, non circelliones. Plane si hoc vocantur, exponant quid sint. Nam circumcelliones dicti sunt, quia circum cellas vagantur: solent enim ire hac, illac, nusquam habentes sedes; et facere quae nostis, et quae illi norunt, velint, nolint.

realmente pertencentes a monges (de qualquer tipo) são associados aos circunceliões. Um elemento curioso é que Agostinho parece estar provocando os circunceliões ao chamar-lhes propositadamente de “circeliões”.

O que Agostinho pretendia com esse jogo de palavras, e por que o fez, me parece incompreensível. Mas não parece atuar como suporte da interpretação de que eles sejam monges.

Outro texto que pode basear a compreensão dos circunceliões como monges e o único a partir do qual se pode realmente apresentar uma defesa do caso é a *Vida de Agostinho*, de Possídio.

Os mesmos donatistas tinham ainda em quase todas as suas igrejas um tipo inaudito de homens, perverso e violento, ambulantes das vizinhanças, como se a trabalho, que eram chamados Circunceliões. E eram em um imenso número e estabelecidos em turbas através de quase todas as regiões africanas. Que, imbuídos pelos maus professores com audácia orgulhosa e ilícita temeridade, algumas vezes não poupavam nem aos seus, nem a estranhos, que contra a justiça secular e sagrada se interpunham aos homens [envolvidos] em causas [judiciais]: e se não obedecessem eram cobertos de pancadas e danos gravíssimos. Armados com diversas lanças, bacantes pelos campos e grandes propriedades, não temiam acrescentar o derramamento de sangue. (Possídio. *Vita Sancti Augustini*: 10)²²¹

No trecho acima, no momento crucial em que se descreve o que são os circunceliões, há a seguinte passagem em latim: “*velut sub professione continentium ambulantes*”. Essa passagem pode ser traduzida tanto como “ambulantes das vizinhanças como se a trabalho”, quanto como “ambulantes como se sob a profissão de continências”. E nessa tradução se poderia dizer que Possídio os estaria descrevendo como monges. Ao se concordar com Brent Shaw quando ele argumenta que Ticônio não era o autor do trecho presente no texto de Beato de

²²¹ Habebant etiam iidem Donatistae per suas pene omnes ecclesias inauditum hominum genus perversum ac violentum, velut sub professione continentium ambulantes, qui Circumcelliones dicebantur. Et erant in ingenti numero et turbis per omnes fere Africanas regiones constituti. Qui malis imbuti doctoribus audacia superba et temeritate illicita, nec suis, nec alienis aliquando parcebant, contra ius fasque in causis intercedentes hominibus: et nisi obedissent, damnis gravissimis et caedibus afficiebantur, armati diversis telis, bacchantes per agros villasque usque ad sanguinis effusionem accedere non metuentes.

Libana, esse trecho de Possídio seria a única descrição em todos os textos produzidos diretamente por autores africanos antigos a partir do qual se poderia definir os circunceliões como monges. Mas eu gostaria de olhar para a segunda tradução com mais cuidado: “ambulantes como se sob profissão de continências”. Essa construção diz que é típico daqueles que estão sob a profissão de continências, ou dos monges, ser ambulantes. Essa tipicidade estabelecida entre a continência e a errância é, em primeiro lugar, discutível. E, em segundo lugar, a relação estabelecida na primeira possibilidade de tradução faz um enorme sentido se eles forem trabalhadores contratados sazonalmente, o que estaria em concordância com outros textos que os definem como trabalhadores rurais que andam por diferentes campos agrários. Assim, prefiro a primeira opção de compreensão do texto de Possídio.

O outro componente da imagem dos circunceliões como monges errantes fanáticos é dado pelas descrições deles como praticantes de uma espécie de busca ativa pelo martírio. As menções que aparecem em Optato são particularmente vagas e curtas, mas elas são cruciais, uma vez que são as primeiras menções a tal prática e são as bases para a fórmula utilizada por Agostinho quando faz essas acusações contra os donatistas.

Desse mesmo tipo de homens foram aqueles que, sob o desejo de falso martírio, em sua ruína conduziram assassinos contra si mesmos. E ainda aqueles, que dos cumes de altos montes precipitavam suas vis almas de cabeça. (Optatus de Milevis, *Contra Donatistas*. 3.4).²²²

De acordo com Optato, os que buscam uma morte pelo desejo de martírio o fazem pela contratação de assassinos contra si e pelo mergulho em precipícios. Há inúmeras ocorrências de acusações contra os donatistas que aparecem frequentemente em vários dos textos de Agostinho, mas geralmente são vagas e bem similares à acusação feita por Optato. Mas Agostinho acrescentou dois elementos à fórmula: a morte pelo fogo e a morte lutando contra pagãos. Há uma descrição, presente também no discurso contra Gaudêncio, que se configura em uma das mais ricas e curiosas apresentações dos que buscavam o martírio

²²² Ex ipso genere fuerant, qui sibi percussores sub cupiditate falsi martyrii in suam perniciem conducebant. inde etiam illi, qui ex altorum montium cacuminibus uiles animas proicientes se praecipites dabant.

autoinfligido pelas mãos dos pagãos, uma descrição que dá substância para muitas das menções vagas de Agostinho:

Pois é deles o tipo de homens aos quais podeis persuadir nesse mal, que se acostumaram a fazer essas coisas anteriormente, quando fervia maximamente a licenciosidade da idolatria em toda parte, quando se lançavam contra aquelas armas dos pagãos frequentadores de seus festivais. Porém, os jovens pagãos dedicavam aos seus ídolos quantos matassem: mas em bandos daqui e dali confluentes àqueles, tanto quanto, à maneira de imensas bestas, se arremessavam às lanças opostas pelos caçadores no anfiteatro, enfurecidos morriam, e apodrecendo eram enterrados, e com charlatões eram cultuados. Além dessas coisas há as imensas rochas e horríveis precipícios de montanhas, enobrecidos pelos frequentíssimos mortos dentre os vossos: mais raramente o faziam pelas águas e pelos fogos; inúmeros rebanhos eram devorados pelos precipícios. (Agostinho, *Contra Gaudentium*. I.(28)32).²²³

Agostinho aqui descreve como alguns dos que ele chama de circunceliões buscariam um martírio vazio tentando ser mortos ao enfrentarem jovens em uma espécie de culto não cristão. Claude Lepelley associou essas reuniões que os circunceliões teriam invadido às iniciações dos jovens da nobreza curial na África (Lepelley, 2001). De maneira que essas práticas de martírio acima descritas seriam a princípio legítimas, ao se darem num contexto de combate ao paganismo. Mas o conteúdo dessa passagem é revelador do procedimento de Agostinho: sua grande preocupação aqui é descrever o enfrentamento de uma maneira que essas ações de martírio sejam deslegitimadas. Essa descrição é repetida na carta de 418 a Bonifácio, uma carta em que Agostinho explica ao futuro *Comes per Africam* as dificuldades que ele encontraria ao assumir a função no que diz respeito ao combate à heresia donatista (Agostinho, *Epistolae*. 185.12).

²²³ Eorum est enim hominum genus, cui hoc malum persuadere potuistis, qui solebant haec et antea facere, maxime cum idololatriae licentia usquequaque ferveret, quando isti Paganorum armis festa sua frequentantibus irruebant. Vovebant autem Pagani iuvenes idolis suis quis quot occideret: at isti gregatim hinc atque inde confluentes, tamquam in amphitheatro a venatoribus more immanium bestiarum venabulis se oppositis ingerebant, furentes moriebantur, putrescentes sepeliebantur, decipientes colebantur. Praeter haec sunt saxa immania et montium horrida praerupta, voluntariorum creberrimis mortibus nobilitata vestrorum: aquis et ignibus rarius id agebant; praecipitiis greges consumeabantur ingentes.

A maior parte dos autores aceita as acusações de Agostinho de que a busca pelo martírio seria um tipo de insanidade alimentada pela heresia e toma isso como parte constitutiva dos circunceliões. Claude Lepelley, tentando contextualizar esses relatos de martírio autoinfligido, sem desmerecer Agostinho, mas tentando encontrar uma racionalidade alternativa, propõe que haveria processos de intensificação dessas ações nos períodos de mais aguda perseguição produzida pela frustração com a derrota momentânea do partido donatista. Embora essa proposta seja muito plausível, essa percepção de intensificação dessas ações está baseada no aparecimento dos textos de paixão dos mártires donatistas no período posterior à perseguição de Constantino e no período posterior à perseguição sob Constante, assim como no aumento das menções nos textos de Agostinho, indicadores pouco precisos de um processo como este.

A explicação que penso ser a mais convincente para a recorrência dessa temática nos textos de Agostinho, porém, é a de Alan Dearn. Para ele, a necessidade de Agostinho combater as práticas de martírio com o tamanho empenho que demonstra em seus textos seria resultado do compartilhamento dessa concepção pelas duas igrejas cristãs africanas (Dearn, 2003). O empenho de Agostinho nessa causa pode ser visto não só nas repetições frequentes das acusações, mas também na sua preocupação de formular uma problemática teológica contrária ao martírio e ao suicídio. Assim, no que diz respeito às práticas de martírio autoinfligido, parece que os donatistas e os circunceliões atuariam no discurso de Agostinho como espelhos de práticas presentes também entre os que seriam confessores dos cecilianistas, de forma que o combate a tal prática teria um papel alternativo, até mais importante do que sua utilização dentro do projeto de difamação dos donatistas. Esse combate teria sido importante no desenvolvimento de teologia agostiniana da recusa do suicídio (Shaw, 2011 pp. 587-629; 721-770).

Se o esforço de Agostinho se dava efetivamente contra um problema real, isto é, se de fato havia entre os cristãos africanos (de ambos partidos) uma recepção ao discurso e à prática do martírio e uma permanência do culto aos mártires, é impossível afirmar peremptoriamente, já que as evidências para isso coincidem com os textos onde se dá a polêmica de Agostinho e nos poucos textos donatistas que restaram (Tilley, 1996).

Mas, a partir desses poucos textos donatistas, Mauren Tilley propôs que houve uma mudança na concepção de Igreja donatista ao final do século IV: ela teria deixado de se caracterizar como uma igreja dos mártires assassinados pela perseguição do Estado, e passado a se caracterizar como uma igreja de escolhidos entre pecadores, à semelhança da Israel no Antigo Testamento (Tilley, 1997). Assim, chega-se a uma situação contraditória, já que a virulência do discurso de Agostinho aumenta, ao mesmo tempo em que a autoimagem dos donatistas como igreja passa a diminuir a ênfase no martírio realizado no presente.

Tendo isso em mente, assim como a natureza formular da maior parte das acusações de Agostinho, eu tendo a ver essa prática como algo que pode ter tido grande força nos períodos de perseguição, sob Diocleciano e Constante, e cuja ocorrência diminuiu bastante no período da campanha de Agostinho, de Alípio e de Possídio contra os donatistas. Mas que, por outro lado, se tornou uma boa plataforma de difamação dos donatistas e uma plataforma melhor ainda para o desenvolvimento da recusa cristã da morte de si próprio, com ou sem motivações religiosas. O que criaria, a princípio ideologicamente, uma relação diferenciada do cristianismo com o martírio e resultaria, no longo prazo, em uma ruptura com os hábitos da antiguidade para com o suicídio (Shaw, 2011 pp. 721-770).

Mesmo com as inúmeras dificuldades apresentadas pelas ideias de que sejam monges, ou de que os martírios autoinfligidos fossem uma particularidade donatista, essa interpretação dos circunceliões como monges errantes fanáticos é aceitadíssima. Mas, além das questões apresentadas acima a respeito da ambiguidade dos trechos nos quais ela se baseia e no que pode estar por trás das acusações de que os circunceliões buscassem ativamente morte, há mais uma razão para descartar tal interpretação. É muito difícil de conciliar a caracterização dos circunceliões como uma seita religiosa com o conteúdo de uma lei dirigida ao combate contra o donatismo.

30 de Janeiro de 412, Honório e Teodósio

(...) A não ser que a partir do dia de promulgação da lei todos os donatistas, tanto sacerdotes quanto clérigos e laicos, tenham retornado à [Igreja] católica, a qual sacrilegamente abandonaram, então serão coagidos a pagar multa em nome de nosso tesouro público um por um:

os ilustres, cinquenta moedas de ouro;
os notáveis (*spectabilis*), quarenta moedas de ouro;
os senadores, trinta moedas de ouro;
os claríssimos, vinte moedas de ouro;
os sacerdotais, trinta moedas de ouro;
os principais, vinte moedas de ouro;
os decuriões, cinco moedas de ouro;
os negociadores, cinco moedas de ouro;
os plebeus, cinco moedas de ouro;
os circunceliões, dez moedas de prata

1. Os quais, a menos que pelos empregadores (*conductoribus*) sob os quais se mantêm, ou pelos supervisores (*procuratoribus*), tenham sido apresentados aos executores exigentes, os mesmos serão mantidos em pena. Para que homens de nossa casa²²⁴ não sejam de maneira alguma considerados imunes à censura. 2. Que uma multa marital também constrinja as esposas de cada um desses. 3. E com efeito, aqueles que de nenhuma forma tenham corrigido os danos, os seguirá o confisco de todas as capacidades. 4. A advertência do senhor dissuadirá os escravos e, uma pancada mais forte dos chicotes, os colonos da religião corrupta, a menos que os mesmos²²⁵ prefiram reter as perdas acima mencionadas, ainda que sejam católicos (...).(CTh 16, 5, 52).²²⁶

Na lei 16.5.52 de 412 do Código Teodosiano, os circunceliões são descritos como uma espécie de ordem passível de multa se não deixassem de ser hereges, localizando-se logo abaixo de plebeus na hierarquia de multas, mas não sofrendo as punições corporais que seriam comuns para ordens sociais não livres. Além disso, um dos instrumentos da lei para alcançá-los é multar suas esposas, o que cria

²²⁴ Homens que agem em nome do imperador, isto é, administrando terras públicas.

²²⁵ Senhores, cf. (Rey-Coquais, 1998).

²²⁶ (...) nisi ex die prolata legis omnes Donatistae, tam sacerdotes quam clerici, laicique Catholicae se, a qua sacrilege descivere, reddiderint, tunc ill(ustres) singillatim poenae nomine fisco nostro auri pondo quinquaginta cogantur inferre; spectabiles, auri pondo quadraginta; senatores, auri pondo triginta; clarissimi, auri pondo viginti; sacerdotales, auri pondo triginta; principales, auri pondo viginti; decuriones, auri pondo quinque; negotiatores, auri pondo quinque; plebei, auri pondo quinque; circumcelliones, argenti pondo decem. 1. Qui nisi a conductoribu, sub quibus commanent, vel procuratoribus, executori exigenti fuerint praesentati, ipsi teneantur ad poenam: ita ut nec domus nostrae homines ab huiusmodi censura habeantur immunes. 2. Uxores quoque eorum maritalis segregatim multa constringat. 3. Eos enim, quos nequaquam inlata damna correxerint, facultatum omnium publicatio subsequetur. 4. Servos etiam dominorum admonitio, vel colonos verberum crebrior ictus, a prava religioner evocabit, ni malunt ipsi ad praedicta dispendia, etiam si sunt Catholici, retineri (...).

grandes contradições com a interpretação de sejam ascetas (Brent Shaw especula sobre a sua associação às mulheres, libertinas no dizer de Agostinho, que acompanhavam os circunceliões). E finalmente, me parece redundante que circunceliões pertencessem a uma heresia, e pudessem continuar a ser circunceliões ao deixarem-na.

A partir dessa lei, se desenvolveu uma outra vertente de interpretação que pensa os circunceliões como trabalhadores temporários livres que eram contratados em feiras, para o trabalho da colheita, nas quais as *cellae* rondadas por eles seriam celeiros de colheita ou dispensas onde são guardadas as uvas (Saumagne, 1934) (Diesner, 1963). Uma leitura recente propõe que não é necessário entender os circunceliões como uma ordem formalizada, e se contrapõe à perspectiva de Emir Tengström de que fossem pequenos proprietários empobrecidos (Tengström, 1964.). Essa leitura afirma que é inegável que exista uma relação de contratação e supervisão para o trabalho deles, que são chamados de circunceliões pela lei, e os *conductores* e *procuratores* (Atkinson, 1992). E mais recentemente ainda, Brent Shaw resgatou tal leitura demonstrando que o uso da palavra *cella* em Agostinho quase sempre coincide com despensa de bebidas, e propôs que o lugar de contratação dessa mão de obra temporária seriam adegas rurais, geralmente localizadas nas feiras (Shaw, 2011 pp. 630-674). Entendo assim que o estudo do uso recorrente do termo na obra do próprio Agostinho seja um dos argumentos mais fortes que se poderia dar para sustentar esse significado da palavra *cella*. Dessa forma, no trecho em que Agostinho explicou o significado de circunceliões ele teria simplesmente dito: “(...) e por causa de seu modo de vida, rondador das adegas rústicas, de onde toma o nome de circuncelião ou rondador de adegas (...)” (*Contra Gaudentium*, 1.28.32).²²⁷

E, como demonstra Shaw, entender a palavra circunceliões dessa forma permite inclusive enriquecer todas as referências feitas por Agostinho a respeito das bebedeiras desses homens, e, principalmente o uso do termo bacantes por Possídio, de forma que a alusão literária deixa de ser gratuita e ganha substância explicativa da condição da origem social desses homens violentos.

Assim, acredito que a caracterização das origens sociais desses circunceliões que responda a mais questões é a que os entende como os trabalhadores

²²⁷ (...) et victus sui causa cellas circumiens rusticanas, unde et Circumcellionum nomen accepit (...).

contratados sazonalmente, os rondadores de adegas. Esse tipo de trabalhador itinerante, ao mesmo tempo em que não está desempenhando um trabalho integral de produção agrária típica de camponeses arrendatários ou pequenos proprietários, é característico de sociedades camponesas com algum excesso de mão de obra. Algo que não parece ser difícil de imaginar no contexto social da produção rural africana dos séculos IV e V.

Esses rondadores de adegas, os circunceliões, seriam a base social a partir da qual saíam um grupo particular de subversores da Ordem romana nas regiões agrárias, os *agonistici*, cuja linguagem política seria marcada por elementos ideológicos próximos do cristianismo donatista, incluindo talvez mesmo as práticas de martírio (as quais, se foram tão correntes quanto Agostinho sugere, não seriam exclusividade donatista ou dos circunceliões). Essa distinção entre circunceliões e agonísticos será desenvolvida no próximo capítulo em conexão com a sugestão de que, da mesma maneira que as acusações de martírio autoinfligido agiriam como espelho para que se recriminem práticas semelhantes entre os cecilianistas, a tentativa de vincular os circunceliões (como grupo de homens contratados para serviços violentos) aos donatistas serviria para obscurecer o uso cecilianista do mesmo tipo de homens.

6. Paradigmas e modelos

Olhando para os dois conjuntos documentais, com exceção talvez do *De Gubernatione Dei*, de Salviano de Marselha, não é possível extrair deles nenhuma descrição direta das condições sociais dessas duas revoltas, mas quando os termos que são utilizados para se referir tanto aos bagaudas quanto aos circunceliões são postos no contexto geral das representações documentais e dos estudos a respeito das regiões agrárias da Gália e da África, fica difícil negar o caráter camponês de ambos os grupos.

Há, porém, um problema que surge ao se tentar operar essa contextualização. E esse problema é a incompatibilidade da historiografia sobre essas revoltas com as transformações pelas quais passaram nas últimas décadas os estudos sobre as relações de trabalho e condições sociais das classes rurais trabalhadoras dentro do Império Romano. Uma das maiores dificuldades em lidar com a historiografia já estabelecida sobre bagaudas e circunceliões é que a maior parte dos autores

escreveu a partir de paradigmas e modelos anteriores às mudanças recentes na historiografia atual sobre o mundo agrário romano tardio. Por isso, os modelos de sociedade romana e de cenário agrário com os quais essa historiografia trabalha entram em choque com as investigações das últimas três décadas.

Uma tentativa de síntese das condições sociais e econômicas das regiões onde atuaram os *bagaudas* e os *circunceliões* também sofre com essas mudanças na historiografia. Mas é sobre sínteses provisórias, como as que apresento a seguir, que é possível esboçar as comunidades rurais às quais pertenceriam os *bagaudas* e os *circunceliões*.

O sul da Gália é mais urbanizado, apresentando um processo mais antigo de concentração de população em assentamentos urbanos. Há também múltiplas ocorrências de grandes propriedades romanas e residências rurais da elite, as *villae*, que eram, por outro lado, acompanhadas por um processo de assentamento mais disperso no campo. Há uma intensificação da presença das *villae* entre os séculos IV e V. No século VI, há uma mudança na sua utilização, e aos poucos elas deixam de ser residências privadas dos ricos e foram adquirindo cada vez mais um uso religioso e cultural, com a construção de capelas ou mesmo catedrais rurais a elas associadas.

No sul, há uma manutenção duradoura das estruturas de propriedade e de trabalho, e houve um processo de concentração dessa propriedade que durou até o século V (o que pode ser visto nas cartas de Sidônio Apolinário). Houve, no entanto, uma transformação naquelas estruturas, com a consequente regionalização da propriedade da terra e uma mudança no caráter das elites (o que pode ser encontrado no poema *Eucharísticos*, de Paulino de Pella). No sul, além da produção local para a subsistência, que era o destino de uma boa parte da produção agrícola, há uma produção comercial, aparentemente de destino local (isto é, a própria Gália) na Antiguidade Tardia, constituída de uvas e vinho, azeite e produtos associados à pecuária, a qual, ao contrário do que se pensava, parece ter se integrado às outras produções agrárias e até passado por certo crescimento nesse período. Isso é complementado por uma produção artesanal de cerâmica, tanto polida quanto rústica, destinada a vários níveis de riqueza e concordante com aquela percepção de melhora dos níveis de vida até dos pobres (Février, 1993) (Chavarría, et al., 2004) (Leveau, 2007).

No norte da Gália, houve um processo menos intenso de urbanização e as cidades seguiram a lógica espacial estabelecida pela construção de estradas para a distribuição e circulação da produção dessa região. Há, assim, uma menor rede de estradas, cujos nexos são as poucas cidades. Há, porém, uma recente valorização do papel dos *vici* nessas redes, que podem ter atuado como centros populacionais e comerciais mais dispersos e em complementação às cidades. A produção do norte, além daquela voltada à subsistência, tem caráter comercial e anônimo, voltado para a fronteira militar do Reno. Com um *limes* marcado por uma maior intensidade de atividades comerciais do que as regiões interioranas. Algumas pesquisas mais recentes demonstraram uma intensificação da produção pecuária no norte, às expensas inclusive de áreas anteriormente destinadas à produção do grão (Tuffi, 1993) (Chavarría, et al., 2004) (Leveau, 2007).

No que diz respeito ao avanço do cristianismo e da Igreja Cristã, no sul houve um intenso processo de construção de uma rede eclesiástica a partir do século IV e uma tomada dessa rede por membros da elite galo-romana no V (que exibiam um cristianismo menos militante no século IV). Em paralelo, houve no século V o desenvolvimento dos monastérios em Lérins e Marselha. O monasticismo que se desenvolveu ali era caracterizado pela visão crítica das ideias agostinianas, que teriam alcançado o estatuto de ortodoxia em Roma. A expansão do cristianismo para o norte provavelmente esteve associada ao programa de cristianização das regiões rurais, um programa elaborado a partir do início do século V, pautado ao mesmo tempo pelo combate às heresias quanto a um paganismo difuso (Février, 1993).

Há no sul múltiplas formas de relações de trabalho de propriedade da terra. Mas é muito difícil estabelecer uma relação precisa dessas formas com os tipos de produção, ou mesmo com os objetivos dessa produção. E no norte é ainda mais difícil do que no sul descrever precisamente o quadro de formas de trabalho e de propriedade estabelecido, e impossível de afirmar a partir da documentação se houve concentração ou não da propriedade entre os séculos III e V d.C.

Na Hispânia da Antiguidade Tardia há sinais de continuidade urbana acompanhados de um processo de dispersão e disseminação das *villae*. Há, em paralelo, a existência de concentrações de assentamentos nas regiões rurais um pouco mais formalizadas do que nas Gálias da Antiguidade Tardia. A parte da produção agrária da Hispânia que era comercializada em outras províncias, e em certos períodos em Roma, era o vinho e o azeite, mas em menor volume do que o

que vinha da África na Antiguidade Tardia. Sua produção de alimentos parece ter ficado dentro de suas fronteiras, com parte da produção em grãos sendo voltada para a tributação imperial. Mas aqui também é comum encontrar menções à produção de vinho, azeite e grãos, assim como, nos planos centrais, a pecuária. Desse modo, havia também um comércio regional que fazia circular tanto produtos importados, geralmente da África, como uma produção interna de circulação local. E essa parece ser a sua principal conexão com o centro. Nesse sentido, havia grandes propriedades rurais públicas (imperiais) cuja produção se destinava para fora da Hispânia.

A cristianização da Hispânia obedece a ritmos semelhantes aos do sul da Gália, compartilhando alguns dos seus atributos, tanto no que diz respeito à tomada dos postos eclesiásticos pelas elites locais, quanto pelo programa de cristianização das regiões rurais (Arce, 1993) (Chavarría, et al., 2004).

Há aqui também diferentes formas de trabalho, campesinato livre, escravos, o colonato e pequenos proprietários para os quais as *villae* parecem ter sido um centro gravitacional. Ou seja, há uma composição heterogênea das relações de trabalho, a qual, a exemplo das Gálias, é difícil associar a este ou àquele tipo de produção (Arce, 1993).

No caso da África, a Proconsularis e a Bizacena são regiões provinciais de urbanização mais acentuada (e antiga) do que a Numídia, a Tripolitana ou a Mauritânia. Nestas últimas, principalmente na Mauritânia, o processo de urbanização é pautado pela municipalização romana, e há uma colonização púnica menos marcada. No interior da Numídia há a presença rural dos *castellae*, vilas rurais fortificadas, e uma menor presença das *villae* associadas às grandes propriedades em comparação com a Gália e a Hispânia. Havia, por um lado, a produção destinada localmente à subsistência das comunidades rurais e dos núcleos urbanos, mas também uma grande produção de grãos destinada ao centro imperial, assim como uma produção comercial de vinhos e azeite, e como a produção de *garum* nas regiões litorais.

Há um padrão que se repete na Numídia, na Proconsularis e na Bizacena: a arboricultura ficava localizada nas regiões mais altas, enquanto que a produção de grãos, o gado e o pastoreio de cabras ficava nas regiões planas mais baixas. O pastoreio, por sua vez, parece ter alcançado uma integração com a produção agrária,

sendo responsável pela expansão da fronteira produtiva para regiões pré-desérticas e também para a ocupação das *agri deserti*.

Nas províncias africanas também existia uma diversidade nas relações de trabalho, com o uso de escravos e colonos, apresentando também uma grande variação das formas de contrato de arrendamento (e com diferentes durações para esses contratos de arrendamento), bem como as figuras dos intermediários. Há também a coexistência de diferentes níveis de propriedade da terra, embora seja na Proconsularis e na Bizacena que tenham se concentrado as pequenas propriedades sob responsabilidade de veteranos do exército. E embora a disseminação das *villae* seja menos intensa nessas províncias, a documentação escrita e a produção fortemente voltada para fora da África atestam também a presença de grandes propriedades e de um processo de concentração delas (Ghedini, 1993) (Chavarría, et al., 2004) (Bacchielli, 1993) (Fentress, 1993).

Há uma intensificação da urbanização e criação de cidades no século III, que se interrompe na segunda metade do IV, mas curiosamente uma intensa criação de bispados parece substituir essa municipalização. Nas províncias africanas, a origem social dos bispos da Proconsularis parece seguir a lógica de tomada dos postos pela elite, mas isso não se repete nas outras províncias africanas, onde os bispos parecem ser geralmente de mais baixo estatuto social. No que diz respeito ao monasticismo, há apenas o monastério criado por Agostinho em Hipona, que por sua vez acabou servindo como centro formador de bispos católicos. Mas, em contraposição a isso, há a presença de um culto aos mártires e festas realizadas em seus túmulos e uma ausência de consenso com relação à formalização desse culto (Dossey, 2010) (Tilley, 1997).

O grau de compreensão que se chegou sobre essas regiões não permite associar diretamente as condições de trabalho e da propriedade da terra como se fazia no passado recente. Assim, a determinação precisa da composição social dos revoltosos dificilmente pode partir do exercício aqui realizado. Desse modo, as comunidades rurais das Gálias precisam ser pensadas em termos das diferenças entre as regiões setentrionais e meridionais dessa região. Por isso, é possível colocar como cenário das revoltas e dos processos de exploração descritos por Salviano a tendência à concentração da propriedade da terra no sul da Gália nos últimos séculos do Império. Além disso, a menor presença das instituições imperiais no norte, principalmente nas zonas menos militarizadas como a Armórica, ajuda a

explicar a tendência das revoltas a acontecerem nessa região. Outro elemento pertinente (e até óbvio) é o processo menos intenso de cristianização das regiões rurais das Gálias até o século V, o que talvez possa explicar a ausência da dimensão religiosa ou cristã na documentação sobre essas revoltas (e mesmo nos próprios revoltosos).

Um cenário semelhante pode ser pensado para os bagaudas da Hispânia, que apresenta as mesmas dificuldades em se determinar precisamente a composição social dos revoltosos, os quais parecem ser ainda menos simpáticos ao cristianismo na documentação. Na Hispânia também há uma intensificação das *villae* no período anterior ao século V, que pode representar uma concentração de propriedade semelhante à da Gália. Mas tanto neste como no caso da Gália, a crise política do século V parece ter interrompido esse processo. Os locais no vale do Ebro onde aconteceram os levantes podem ser pensados como regiões semelhantes ao norte da Gália, isto é, sem militarização anterior à presença bárbara do século V e às usurpações que surgiram em resposta a elas (Sánchez León, 1996).

Comparativamente à Gália e à Hispânia, o cenário de urbanização mais intensa nas regiões africanas mais próximas do Mediterrâneo também cria um contraste com as regiões do interior. Isso parece estar representado na documentação sobre os circunceliões. Assim, embora uma parte das ações dos circunceliões possa ser localizada em inúmeras províncias africanas, essas são ações em contexto urbano e mais diretamente ligadas às disputas ao redor do cisma cristão. Por outro lado, suas ações de subversão da ordem social se concentram nas regiões mais interioranas da Numídia. E esse cenário complexo e heterogêneo do campo africano pode servir de pano de fundo para as ações dos revoltosos, pois, embora os bandos de circunceliões agonísticos fossem formados a partir de bandos de trabalhadores contratados sazonalmente, suas ações parecem responder a diversas situações de opressão de membros de comunidades rurais. Adicionalmente, a caracterização cristã dos circunceliões se articula perfeitamente com processo mais intenso de cristianização na África, uma cristianização que, diversamente da Gália, teve um profundo impacto nas suas regiões rurais.

Como se pôde perceber a partir do que foi exposto até aqui, é possível definir as origens sociais dos revoltosos como camponeses. Mas a especificação de suas

condições sociais e de trabalho depende da contextualização dessa documentação das revoltas em relação a uma historiografia mais ampla das classes subalternas rurais. Uma vez que a problematização recente dos modelos historiográficos anteriores das relações de trabalho no campo romano e da constatação de que a grande maioria dos autores sobre esses dois grupos revoltosos usa esses modelos anteriores, uma situação bem curiosa se apresenta: a especificação dessas condições sociais e de trabalho pode variar radicalmente dependendo do modelo que se adote. Isso também terá profundas implicações sobre uma discussão derivada a respeito das causas e motivações das revoltas.

Como demonstrado no primeiro capítulo e neste, os debates estabelecidos na historiografia sobre o fim do Mundo Antigo são profundamente marcados pela ideia de colonato e patrocínio, assim como pela inércia da visão de um desenvolvimento histórico direto entre as sociedades descritas sob a *forma* Antiguidade e aquelas descritas sob a *forma* Idade Média e, finalmente, pela tenaz resistência de um paradigma de uma linha contínua de relações diretas de dominação no campo. Nenhuma dessas referências historiográficas é mais indiscutível, já que houve uma série de desdobramentos no campo da arqueologia das zonas rurais romanas que aos poucos estão sendo incorporados nos modelos de sociedade que se aplicam à Antiguidade Tardia, principalmente no que concerne às classes subalternas nas zonas rurais (o mesmo, por exemplo, não é o caso dos pobres urbanos, cuja compreensão das condições de vida é um pouco mais bem estabelecida).

Nas tentativas de incorporação das mudanças particulares em um modelo abrangente e geral, há duas metanarrativas em desenvolvimento (mesmo que pressupostas de forma involuntária no estudo de autores que recusariam apresentar qualquer metanarrativa). A primeira mantém o paradigma da longa duração das relações diretas de dominação, concluindo que a diferença entre a situação do camponês da Antiguidade e o da Idade Média constitui-se, na melhor das hipóteses, em uma cidadania e direitos políticos pouco efetivos na prática, mas que paradoxalmente, quando perdidos, se tornam a justificativa para a ideia de que as condições sociais desses camponeses teriam piorado. A segunda, que é a que me parece mais convincente, parte do reconhecimento da fragmentação do sistema romano e propõe que, nas regiões onde houve colapso do Estado antigo, a formação de novas unidades estatais e a regionalização e diminuição da capacidade

de concentração agrária, a capacidade de dominação sobre os camponeses foi relativamente diminuída.

Nesse sentido, o que é central para a confirmação de um modelo ou outro, uma crise de hegemonia ou uma piora nas condições sociais, é o grau de controle do trabalho, o grau de exploração direta e indireta que se pode apreender das fontes. Contudo, a medida desse grau de exploração deve ser tomada em relação ao grau de produção de riquezas dessa sociedade. Assim, é necessária uma compreensão mais cuidadosa do que seria um aumento da exploração, ainda porque essa questão é fundamental no que diz respeito à discussão das motivações dos revoltosos que investigo no próximo capítulo.

De qualquer maneira, expus longamente neste capítulo as razões para que eu prefira a segunda alternativa para interpretar as condições sociais originais dos bagaudas e dos circunceliões, encarnada no modelo proposto por Chris Wickham. Uma das consequências desse modelo é que teria havido uma crise de hegemonia nas relações de trabalho rural nas regiões ocidentais do Império Romano (Wickham, 2005), e as insurgências na Gália e na África poderiam ser pensadas como expressões dessa crise do controle ideológico das classes subalternas, em vez de um resultado de uma piora geral nas condições sociais.

V. Rebelião, Identidades políticas e comunitárias

Nesse estudo proponho que se entendam os bagaudas e os circunceliões como revoltosos rurais. Apresentei no quarto capítulo as razões para se definir sua ruralidade como algo derivado de sociedades ou comunidades camponesas da Antiguidade Tardia, mas ainda falta tratar da sua dimensão de “revoltosos”. Neste capítulo pretendo lidar com os sentidos que podem ser atribuídos à sua revolta. Mas para fazer isso é necessário também lidar com os elementos componentes da ordem social (ou das ordens sociais) contra a qual se revoltam.

As ações dos bagaudas e dos circunceliões resultaram quase sempre em resposta não só a ações da parte dos poderosos ou agentes públicos locais, mas de forças imperiais. Um dos eixos de compreensão dessas revoltas é aquele do entendimento das iniciativas e respostas das estruturas imperiais na Gália e na África contra essas revoltas. Por isso, lido aqui com a ação do Estado imperial contra essas revoltas e o papel desse Estado como instância de dominação de classe, uma dominação que atua de forma coercitiva na manutenção da Ordem social nas zonas rurais do Império Romano, mas que também serve de plataforma institucional para a construção dessa dominação no plano do discurso da patronagem.

A importância dessa dimensão para a compreensão das revoltas dos bagaudas e dos circunceliões fica clara quando essas revoltas são comparadas com as primeiras insurgências contra o domínio romano, marcadas por interesses de classe diferentes e que apresentam lideranças oriundas das elites locais.

Em um estudo que Stephen Dyson realizou comparando cinco revoltas que aconteceram no processo de consolidação da dominação romana, entre o século I a.C e o I d.C., (a revolta de Vercingetorix na Gália, a revolta na Panônia e Dalmácia, a revolta de Arminium na Germânia, a revolta de Boudica na Britânia e a revolta dos Batavos), ele também estabelece um diálogo com os estudos sobre revoltas anticoloniais do séculos XIX e XX (Dyson, 1971). Dentre as causas estruturais apontadas como motivadoras das rebeliões, Dyson ressalta as questões políticas de perda de poder e as econômicas, com a chegada de grupos associados aos

romanos que passam a ocupar o espaço de antigos líderes na administração e no comércio. Mas no que diz respeito aos processos políticos efetivos das insurgências, ele ressalta que essas revoltas, todas, acontecem e se consolidam entre as elites mais romanizadas, isto é, que mais cedo estabeleceram relações de negociação política e econômica e adoção de costumes romanos. Elas também não são revoltas que acontecem em resposta imediata à conquista, mas todas ocorrem uma geração depois dela, sendo geralmente compostas por indivíduos mais jovens e que não lembram mais das intrigas e conflitos anteriores à chegada dos romanos (conflitos e intrigas que facilitaram a conquista romana). E, por fim, essas revoltas são marcadas por figuras de líderes carismáticos oriundas daqueles estratos de elite mais romanizados, importantíssimas para o impulso inicial (pois as revoltas demoram a ser debeladas, mesmo após a perda dessas lideranças). Um elemento para o qual Dyson também chama a atenção é a pequena influência da dimensão religiosa, ou da pequena influência de sacerdotes (sua redução do papel dos druidas é bem convincente), quando se compara com o papel de religiões organizadas nos levantes modernos.

Essas revoltas são marcadas por sociedades cujas elites guerreiras se dividiram a respeito da presença romana, mas cujas alianças iniciais e rebeliões posteriores foram parte necessária da construção de um Estado inter-regional como o Império Romano. O grau de hierarquização social interna e de consolidação de estruturas de poder dessas sociedades anteriores à conquista romana pode variar entre os estudiosos modernos, mas não é tão difícil encontrar na documentação sobre esses levantes indícios de que seja um confronto entre elites locais militarizadas e o Império, entendido como uma espécie de Estado. A contraparte disso é que qualquer investigação de classes subalternas é dificultada pela representação, feita pelos escritores já sob o Império, dessas sociedades como “povos”.

Embora a representação nativista dos bagaudas e dos circunceliões tenha sido construída pela historiografia sobre as revoltas nos séculos XIX e XX, quando as formas nacionais modernas deixam de atuar como pressuposto investigativo, ela tem pouca sustentação na documentação como razão para as revoltas. Os bagaudas e os circunceliões não são elites locais que se sentem substituídas pelo avanço das estruturas militares e administrativas e das elites comerciais ligadas à

cidade de Roma; são camponeses que se levantam contra a Ordem romana. Uma ordem social inter-regional que para eles se materializa de várias formas: nas estruturas de manutenção das formas da propriedade da terra, no controle dos trabalhadores rurais pelos atravessadores e credores, na cobrança e manipulação dos impostos, realizada muitas vezes pelos mesmos que controlam seu trabalho, e, em última instância, nas ações de repressão violenta. O Estado estava presente como instituição reguladora de todos os três primeiros momentos e como ator principal no último. Portanto, o Estado romano atuava como mecanismo de exploração indireta da produção social agrária e essa exploração, assim como o grau que o historiador atribui a ela (maior ou menor), é um elemento-chave da compreensão das motivações dos camponeses revoltosos. Adicionalmente, o Estado imperial também serve fundamentalmente de eixo à construção historiográfica de que sob Império Romano há uma sociedade integrada, e por isso tem papel especial em um estudo comparado.

A contraparte da compreensão da relação desses revoltosos com o Estado é a investigação dos horizontes de organização comunitária que podem ser encontrados nessas revoltas. Esses horizontes não coincidem com formas pré-romanas de sociedade (embora muitos pesquisadores assumam isso de forma apriorística). Por isso, outro tema que é tratado neste capítulo é como esses horizontes entram ou não em conflito com a ordem política imperial romana e que tipo de processo de politização pode ser encontrado nessas ações.

1. Revolta e consciência de classe

No que diz respeito à investigação dos motivos que teriam causado as revoltas, a historiografia sobre elas é marcada por dilemas semelhantes aos da historiografia sobre as revoltas de escravos. A tentativa de definir as revoltas com base em categorias formuladas a partir de experiências de revoltas e movimentos políticos modernos coloca os estudiosos diante de dois conceitos cuja ação sobre a compreensão de revoltas pré-capitalistas parece ser inescapável, mesmo quando são propositalmente ignorados: consciência de classe e revolução. Com raríssimas exceções, a compreensão de uma ação de insurgência contra a ordem é geralmente medida por essas categorias.

Isso fica bem claro na maneira com a qual Keith Bradley tratou as revoltas de escravos dos séculos II e I a.C. Inicialmente, Bradley estabeleceu comparações daquelas revoltas com episódios semelhantes da escravidão moderna e reconstituiu a possibilidade de se entender os objetivos das revoltas da Antiguidade como similares àsquelas, as quais apontariam também para a construção de comunidades sediciosas, como os quilombos modernos. No entanto, Bradley ainda afirma não ser possível reconhecer objetivos políticos nessas revoltas, assim como o desenvolvimento de qualquer tipo de consciência de classe nos revoltosos, porque os que participavam dessas revoltas não se revoltavam contra a escravidão, apenas contra sua condição particular de escravo (Bradley, 1989 pp. 102-126). Uma argumentação muito semelhante é feita por Ramsay MacMullen no que diz respeito aos bagaudas (MacMullen, 1992 [1966] pp. 198-210), embora a forma de organização à qual ele assemelhe aos bagaudas seja a do banditismo pré-capitalista.

O peso desses conceitos é tal que, nessa historiografia, se revoltas como as dos bagaudas e circunceliões, ou revoltas de escravos, não apresentam uma negação clara da totalidade social romana, isto é, se a consciência de classe dessas classes subalternas pré-capitalistas não recusa e se propõe abolir a totalidade das divisões de classe, elas não são reconhecidas como ações políticas.

Uma exceção é Santo Mazzarino, que, ao endereçar diretamente essa problemática, diferencia revoluções sociais, entendidas a partir de sua associação com projetos de transformação social conscientes nos grupos subalternos, de revoltas e levantes de menor porte. Assim, ao reconhecer que bagaudas e circunceliões não constituem movimentos engajados em uma revolução social (total) na Antiguidade, ainda assim não menospreza a possibilidade da compreensão de sua constituição política e de seus objetivos em termos de seus horizontes locais (Mazzarino, 1980).

Mas essa dificuldade toda está em alguma medida associada com a formulação típica do conceito de consciência de classe: a ideia de consciência de classe como consciência atribuída, cuja formulação mais elaborada é a formulação de Georg Lukács (Lukacs, 2003 [1923]). Nessa formulação, a consciência de classe, desenvolvida a partir das experiências revolucionárias da burguesia e do proletariado europeus, corresponde ao conjunto de tarefas de transformação da sociedade que uma classe social recebe da estrutura contraditória e conflitiva da

sociedade de classes. A elaboração de Lukács recoloca a oposição entre a classe em si (como condições objetivas dessa classe) e a classe para si (como condições subjetivas dessa classe) em termos weberianos, de forma que as tarefas necessárias para a mudança de suas condições objetivas assumam o estatuto teórico de possibilidades objetivas, isto é, objetivos racionais possíveis à ação prática da classe.²²⁸

É consequência direta dessa formulação a ideia de falsa consciência, a perspectiva de que haja uma consciência idealmente adequada para a ação das classes. Isso implica que quando as classes sociais atuam de forma divergente dessa adequação, ao não alcançar a consciência daquelas tarefas, estariam agindo de acordo com a ideologia de outra classe social, frequentemente aquela em posição dominante. Como quase nunca a compreensão dessas tarefas deriva da investigação empírica das ações das classes subalternas; quase sempre o resultado é uma história contrafactual do que as classes subalternas pré-capitalistas deveriam ter feito. Outra consequência direta dessa formulação é a opinião de que, em sociedades pré-capitalistas, apenas classes dominantes teriam formulado algum tipo de consciência de classe (Cardoso, 1988).

O debate entre Finley e Ste. Croix sobre se é válido pensar em termos de relações de classe na Antiguidade é completamente conformado por essa formulação da consciência de classe. Assim, Finley afirma não ver a possibilidade de reconhecer nas classes subalternas do Mundo Greco-Romano a consciência de classe descrita nos termos acima, atuando como um motor de suas ações. Por causa disso, recusa também a utilidade da própria categoria de classe como instrumento de compreensão do comportamento econômico na Antiguidade, preferindo as ações orientadas pela busca de distinção social, na forma do *status* (Finley, 1999 [1975] pp. 41-52). Em relação a isso, é refutado por Ste. Croix, que demonstra como as relações de hierarquia social simbólica, que Finley define como *status*, são desenvolvidas a partir de relações de classe (Ste. Croix, 1998 pp. 49-69). Mas a compreensão das ações individuais por meio das relações de *status*, isto é, como valores racionalmente compreensíveis, não exige a exclusão de uma compreensão de ações coletivas em termos de classe (Cardoso, 1988). Pelo

²²⁸ Há uma relação direta disso com a concepção da sociedade em termos de uma Totalidade expressiva do jovem Lukács, cf. (Jay, 1984 pp. 81-128).

contrário, ambas as formas de compreensão são complementares, inclusive sendo possível pensar as relações de *status* como traduções simbólicas das relações de classe em sistemas culturais e sociais em que as relações de classe não aparecem explícitas à consciência individual. Mas esse uso das categorias de *status* como tradutor de relações de classe não exclui a expressão direta das relações de classe, tendo em vista a argumentação de Ste. Croix, que demonstrou que as relações de classe podem aparecer às consciências individuais na Antiguidade, tanto na Atenas Clássica, nas categorias formuladas por Tucídides e Aristóteles, quanto no Império Tardio, como nas categorias de Salviano (Ste. Croix, 1998).

Uma consequência importante da ideia de complementariedade é que ela permite reconhecer que a tradução das relações de classe à consciência em categorias simbólicas não implica necessariamente uma falsa consciência ou um mascaramento. E também que classes subalternas podem atuar de acordo com sua consciência de classe, mesmo que indiretamente, quando ela está traduzida em outras categorias simbólicas. Essa possibilidade, porém, não parece ter sido explorada na historiografia sobre as revoltas da Antiguidade. Resta, contudo, um importante problema no uso desse conceito. A compreensão em termos de tradução da consciência de classe para uma consciência de *status* ainda mantém uma dificuldade metodológica: a ideia de que ações das classes subalternas que não se encaixam ao que o historiador acredita serem os interesses de classe não são consideradas ações adequadas. Essa inadequação parte do desacordo das ações efetivamente descritas na documentação com aquela abstração desenvolvida pelo investigador moderno a partir de uma compreensão também abstrata da estrutura de classes. Isto é, uma inadequação entre os interesses de classe como possibilidades objetivas, e os interesses de classe formulados a partir das experiências e dos processos de organização que podem ser efetivamente reconhecidos nos relatos do passado.

A posição estrutural de classe é importantíssima como um ponto de partida da análise, mas o entendimento dos objetivos e das ações das classes sociais não se resume a uma compreensão abstrata e ideal dessa posição. O grau de controle do trabalho e de extração do excedente a partir do controle dos meios de produção são as condições reproduzidas socialmente que oprimem os vivos, e a resistência à exploração ou mesmo transformação dessas condições originais é resultado de um

processo de organização política e do desenvolvimento de culturas e sistemas simbólicos das quais a consciência de classe, como consciência da exploração e da coletividade do grupo explorado, é resultado prático, não meta ideal a ser alcançada.

É para escapar dessa inadequação que a categoria de experiência de classe foi sugerida por E. P. Thompson como uma dimensão mediadora entre a prática e a consciência das classes subalternas,²²⁹ de forma que se passasse a observar os processos de resistência, negociação e rebelião dos camponeses e suas etapas de organização política como elementos construtores daquela consciência de classe, e não como ações isoladas que devam ser julgadas em relação a uma consciência abstrata do lugar abstrato dos camponeses nas relações de produção.

Em grande parte por causa dessas dificuldades, em estudos mais recentes o que se identifica é que, embora a noção de classe social e de campesinato como classe seja utilizada de forma mais ou menos amorfa, mais ou menos articulada, essa noção aparece cada vez menos associada a qualquer formulação de uma consciência de classe. Há, contudo, a forte influência de modelos sociológicos e antropológicos mais recentes.

Tomando a sucinta análise de Cam Grey sobre os bagaudas, isso fica claro. Cam Grey parte de uma literatura moderna que tenta explicar as ações do campesinato (das cotidianas relações de reciprocidade e negociação com poderosos, até a rebelião ou processos revolucionários) em termos de solidariedade comunitária orientada pelas noções de justiça (Scott, 1976) ou contabilização de risco do *household* analisado individualmente (Popkin, 1979). Dos modelos explicativos que tratam essa questão, aquele que não aparece em seu arsenal é exatamente o que se baseia em conflito de classes (Page, 1975).²³⁰ Assim, em parte por isso, em parte pela historiografia sobre os bagaudas que separa artificialmente os potentados locais de sua função dentro do Estado imperial, ele recusa a ver na ação dos bagaudas uma ação contra os potentados e também contra ao Estado, buscando enfatizar a “não romanidade” dos revoltosos por meio apenas da breve análise de *Querolus*, uma das fontes documentais mais complexas e cuja relação com os

²²⁹ A proposta de Thompson sugerida para se pensar a formação da classe operária inglesa (Thompson, 1997) foi analisada e pensada em termos de contribuição mais geral por Harvey Kaye (Kaye, 1984). Cf. também a crítica empreendida por Georges Rudé à ideia de ideologia como falsa consciência (Rudé, 1995).

²³⁰ Para sínteses comparativas dessa literatura, cf. (Hawes, 1990) e (Anderson, 1997).

bagaudas é das menos diretas. Algo importante se perde na compreensão das ações desse campesinato romano quando se deixa de levar em consideração, além do costume e da racionalidade econômica contra o risco, a compreensão coletiva dos próprios camponeses a respeito dos processos de exploração e de tomada de ação contra essa exploração. Uma compreensão que dá conta de processos externos de exploração, seja pelos proprietários, seja pelo Estado, ou de processos internos de exploração por camponeses que enriquecem e deixam de ser produtores diretos. Essa dimensão é exatamente o que os conceitos de consciência e experiência de classe se propõem a explicar.

A categoria de classes subalternas tem o mérito de articular as relações de dominação (política, simbólica ou militar) com as relações de exploração (extração do excedente, seja lá por quais meios), dentro do quadro geral do jogo de forças políticas que compõe uma situação de Hegemonia, e me parece abrangente o suficiente para articular diferenças formais (ordens) ou informais (*status*) de estatuto social simbólico, com as relações de apropriação do excedente pelos não produtores, que são o núcleo da noção de classe marxista.

Na breve reflexão metodológica e teórica para a escrita da história das classes subalternas que Antonio Gramsci esboçou é possível encontrar algumas pistas para como se investigar a capacidade de organização política dessas classes e sua relação com a noção de Hegemonia. Como demonstrei no primeiro capítulo, para Gramsci, a História das classes dominantes tem como eixo a sua relação com o Estado, e por causa disso a história das classes subalternas, geralmente localizadas na sociedade civil, parece ter uma história episódica e fragmentária. No entanto, essa proposta de que a história das classes subalternas está associada à sociedade civil e que sua politização e disputa pela hegemonia se dão nesse setor, quando se pensa em sociedades pré-capitalistas, de acordo com Gramsci, tem de ser reconfigurada por causa da composição menos orgânica das relações de classes e menor centralização do Estado dessas sociedades:

(...) no Estado antigo e no medieval, a centralização, seja político-territorial, seja social (de resto, uma é tão somente função da outra), era mínima. Num certo sentido, o Estado era um bloco mecânico de grupos sociais e, muitas vezes, de raças diversas: dentro do círculo da pressão político-militar, que se exercia em forma aguda só em

certos momentos, os grupos subalternos tinham uma vida própria, à parte, instituições próprias, etc. e estas instituições, às vezes, tinham funções estatais, que faziam do Estado uma federação de grupos sociais com funções diversas não subordinadas, fato que, nos períodos de crise, dava uma evidência extrema ao fenômeno do “duplo governo”. (...) O Estado moderno substitui o bloco mecânico dos grupos sociais por uma subordinação destes à hegemonia ativa do grupo dirigente e dominante; portanto, abole algumas autonomias, que, no entanto, renascem sob outra forma, como partidos, sindicatos, associações de cultura. As ditaduras contemporâneas abolem legalmente até mesmo estas novas formas de autonomia e se esforçam por incorporá-las à atividade estatal: a centralização legal de toda a vida nacional nas mãos do grupo dominante se torna totalitária. Caderno 25.4 (Gramsci, 2002 pp. 138-139)

Nessa passagem, o que é posto em questão é justamente a validade da noção de hegemonia e da separação dialética entre sociedade civil e sociedade política para sociedades pré-capitalistas. Entender o Império Romano tardio por meio do conceito de hegemonia de Gramsci significa pensar as relações políticas internas desse Estado inter-regional como mais orgânicas do que Gramsci supunha, isto é, olhar, por um lado, para as leis e o governo, e, por outro, para as classes sociais, organizadas em ordens legais, não como blocos relacionados mecanicamente, mas como em processo de integração, apresentando interações complexas e mobilidade social.

Embora não faltem estudos hoje em dia que olhem nesses termos para o Império Romano, não é minha intenção elaborar uma revisão da historiografia sobre a natureza desse Estado,²³¹ cuja expressão no plano da compreensão das ações dos camponeses por meio de negociações e resistências dentro das regras do jogo ideológico pode ser encontrada nas investigações realizadas por Cam Grey.

²³¹ Visões mais orgânicas da sociedade e do Estado do Império Romano podem ser encontradas nas pesquisas de Clifford Ando (Ando, 2000), tendo como foco a integração mediterrânica das elites provinciais, e Jill Harries (Harries, 1999), tendo como foco a efetividade e abrangência das leis do Império, inclusive no que diz respeito à interação das classes subalternas com essas leis. No que diz respeito aos camponeses, a visão de Cam Grey é bastante influenciada pela visão das leis apresentada por Harries. Para uma síntese dessa historiografia mais recente sobre as estruturas estatais do Império Romano na Antiguidade Tardia, cf. (Heather, 2006 pp. 3-45; 100-142).

No que diz respeito às revoltas, essa hegemonia aparece associada ao grau em que as relações de patronagem, o principal terreno de controle ideológico e de hegemonia aristocrática no campo, existe em dependência do Estado romano, progressivamente perdendo sentido na ausência dele (Wickham, 2005). Assim, é nesse sentido que acredito ser válido pensar em termos de uma crise de hegemonia associada a uma crise do Estado romano.

Mas, por mais que seja possível, de acordo com essa historiografia que acabei de mencionar, entender as classes subalternas como integradas à sociedade romana em seu cotidiano, as situações de revolta expressam um momento de crise dessa integração. Assim, mesmo que tenha sido por causa de sua visão de blocos mecânicos das sociedades antiga e medieval que Gramsci propôs que um dos caminhos para investigar a história das classes subalternas passaria pela compreensão da capacidade de criação de relações políticas organizadas nos grupos subalternos, o tipo de organização política que se encontra em formação ao longo das revoltas estaria mais próximo dessa busca de autonomia do que das ações de negociação cotidianas menos coletivas e mais individuais. De forma que os critérios metodológicos que Gramsci sugere para essa investigação são pertinentes para pensar os bagaudas e os circunceliões como grupos dotados de ação coletiva.

A unidade histórica das classes dirigentes acontece no Estado e a história delas é, essencialmente, a história dos Estados e grupos de Estados. Mas não se deve acreditar que tal unidade seja puramente jurídica e política, ainda que também esta forma de unidade tenha a sua importância, e não somente formal: a unidade histórica fundamental, por seu caráter concreto, é o resultado das relações orgânicas entre o Estado ou sociedade política e “sociedade civil”. As classes subalternas, por definição, não são unificadas e não podem se unificar enquanto não puderem se tornar “Estado”: sua história, portanto, está entrelaçada à sociedade civil, é uma função “desagregada” e descontínua a história da sociedade civil e, por este caminho, da história dos Estados ou dos grupos de Estados. Portanto, deve-se estudar: 1) a formação objetiva dos grupos sociais subalternos, através do desenvolvimento e das transformações que se verificam no mundo da produção econômica, assim como sua

difusão quantitativa e sua origem a partir de grupos sociais preexistentes, cuja mentalidade, ideologia e fins conservam por um certo tempo; 2) sua adesão ativa ou passiva às formações políticas dominantes, as tentativas de influir sobre os programas destas formações para impor reivindicações próprias e as consequências que tais tentativas têm na determinação de processos de decomposição e de renovamento ou de nova formação; 3) o nascimento de novos partidos dos grupos dominantes, para manter o consenso e o controle dos grupos sociais subalternos; 4) as formações próprias dos grupos subalternos para reivindicações de caráter restrito e parcial; 5) as novas formações que afirmam a autonomia dos grupos subalternos, mas nos velhos quadros; 6) as formações que afirmam a autonomia integral, etc. (...) o Historiador deve observar e justificar a linha de desenvolvimento para a autonomia integral a partir das fases mais primitivas, deve observar cada manifestação do soreliano “espírito de cisão”. (...) Entre os grupos subalternos, um exercerá ou tenderá a exercer uma certa hegemonia através de um partido, e é preciso estabelecer isto, estudando também o desenvolvimento de todos os outros partidos, por incluírem elementos do grupo hegemônico ou dos outros grupos subalternos que sofrem tal hegemonia. (...) o Estudo do desenvolvimento destas forças inovadoras, de grupos subalternos a grupos dirigentes e dominantes, deve investigar e identificar as fases através das quais elas adquiriram a autonomia em relação aos inimigos a abater e a adesão dos grupos que as ajudaram ativa ou passivamente, uma vez que todo este processo era necessário historicamente para se unificarem em Estado. O grau de consciência histórico-política a que estas forças inovadoras chegaram progressivamente, nas várias fases, se mede exatamente com estes dois parâmetros, e não apenas com aquele de sua separação das forças anteriormente dominantes. Caderno 25.5 (Gramsci, 2002 pp. 139-141)

Os pontos de 1 a 4 estão associados às condições normais de existência das classes subalternas, incluindo os processos de negociação junto às estruturas imperiais ou aos poderosos, coincidindo em alguma medida com o cenário das origens sociais descrito no capítulo anterior. O desenvolvimento desses grupos

como organizações coletivas que expressam autonomia em relação aos interesses das classes dominantes aparece nos pontos 5 e 6, e o que vem a seguir se concentra nas ações dos bagaudas e dos circunceliões que podem ser enquadradas nesses pontos. Para Gramsci o processo de consolidação da organização política de grupos oriundos de classes subalternas, por um lado, expõe os passos e o desenvolvimento das iniciativas dos grupos sociais subalternos, pelo outro, sua constituição como um “Estado” expressa sua busca de autonomia em relação às classes dominantes. Isto é, sua organização como um “Estado” é parte do seu processo de resistência à hegemonia imposta pelas classes adversárias. Isso implica que essa autonomia é parte do processo de construção de uma hegemonia concorrente, uma contra-hegemonia.

E aqui se encontra algo que se aproxima muito da consciência de classe, mas, em lugar de ser pensada como uma consciência atribuída pela totalidade social, é pensada em termos de experiência organizativa acumulada em direção à autonomia política. Essa autonomia é entendida em termos das etapas da tomada de consciência e de diferenciação dos seus objetivos das classes dominantes, assim como de sua capacidade de atrair outros grupos subalternos, isto é, de universalizar seus objetivos. Assim, no final das contas, a capacidade de se constituir em um Estado, em uma sociedade política para si, para seus interesses, é a chave de compreensão da história das classes subalternas para Gramsci, mas esse “para si” deve ser entendido como constituído historicamente. Não parte necessariamente de uma visão do lugar da classe na totalidade social, mas sim da capacidade de organização como corpo social autônomo. Dessa maneira, Gramsci consegue se distanciar de uma busca por uma consciência de classe atribuída, descolada da real história política das classes subalternas, propondo uma história que parte dos horizontes políticos reais expressos pelas ações das classes subalternas, e não uma história contrafactual do que essas classes deveriam ter feito.

Ora, durante os momentos de crise do Estado romano nos séculos III a V d.C., os horizontes políticos colocados para essas comunidades rurais na Gália e na África eram os da sedição, tanto em relação àqueles que controlam a terra, quanto em relação àqueles que cobram impostos, figuras que não era raro coincidirem nas mesmas pessoas e instituições. E conforme apresentado pela documentação, talvez

em maior grau para os bagaudas e em menor grau para os circunceliões, isso foi exatamente o que eles buscaram realizar.

2. Motivações e Objetivos

Ao se pensar a apropriação do excedente produzido pelos camponeses em termos de exploração direta (renda fundiária) e indireta (impostos), a exploração dos camponeses é uma constante ao longo de toda a história agrária do Império Romano, uma vez que dessa perspectiva mesmo os pequenos proprietários sofrem uma expropriação indireta daquilo que produzem. Como apresentei no capítulo anterior, a piora das condições sociais dos camponeses não é mais uma certeza historiográfica, isto é, hoje não é mais tão consensual que os processos de exploração dos camponeses tenham se intensificado no baixo Império e há até interpretações que veem na cultura material da Antiguidade Tardia sinais de melhora dos padrões de vida, pensando isso em termos de um maior acesso das classes subalternas rurais a mercados locais e regionais.

Contudo, esse tipo de sinais de melhora nos padrões de vida não se traduz automaticamente em uma diminuição da exploração ocorrida no nível da produção, e pode até significar um aumento dela. De qualquer maneira, afirmar peremptoriamente uma piora das condições sociais não é mais possível, embora seja possível pensar em termos de um aumento da exploração. Mas mesmo que não tenha acontecido tal aumento, ainda assim o grau de exploração rural sob o Império Romano era alto, principalmente por causa da combinação da extração de renda e imposto. Repetindo o que mencionei anteriormente, as revoltas estudadas nesta investigação ocorreram ao longo de três séculos nos quais se pode falar de pleno funcionamento da cobrança das taxas de renda e imposto sobre os camponeses. Ou seja, ainda assim, esse pleno funcionamento teria sido tão opressivo quanto o que ocorria nos períodos anteriores ao terceiro século. Uma opressão que seria um elemento determinante para a ocorrência das revoltas, mas não um elemento suficiente.

É nesse sentido que penso que seja justificável interpretar as revoltas como resultado de um contexto de crise de hegemonia das relações de dominação no campo, uma crise intimamente ligada, por um lado, ao aparecimento de novos

sujeitos sociais e a possibilidades de organização comunitária e, por outro, à fragilização das estruturas de poder imperial, que aumentariam os números de pontos cegos e de espaços fora do alcance desse poder. O elemento fundamental dessa crise nas sociedades agrárias ao redor do Mediterrâneo é o desenvolvimento de formas autônomas, em relação às regras sociais estabelecidas pelas classes dominantes, de organização de suas experiências de vida (Wickham, 2005 p. 440). Dentre as possibilidades dessa forma de ação autônoma estão as contestações coletivas da ordem social realizada por grupos políticos organizados a partir das classes subalternas. Esse elemento é encontrável tanto nas descrições das ações dos circunceliões quanto nas dos bagaudas.

O primeiro plano a partir do qual se pode pensar em termos de ação autônoma das classes subalternas é a discussão das possíveis motivações desses grupos de revoltosos. E para refletir sobre suas possíveis motivações, os textos mais ricos são os panegíricos e *De Gubernatione Dei*, para os bagaudas, e o *Contra Donatistas* de Optato, para os circunceliões.

Os panegíricos foram analisados do ponto de vista da sua construção literária e da presença dos três *topoi* no terceiro capítulo; aqui pretendo investigar o pano de fundo político que se revela nestes textos. No panegírico mais antigo (*Panegirici Latini* 2 (10) 4.3), proferido em Trier em 289, quando o poeta faz referência à primeira revolta, ocorrida alguns anos antes, enfatiza não apenas a força repressiva de Maximiano, mas também a sua clemência na luta contra os camponeses revoltosos, que ele chama de monstros biformes, meio camponeses, meio soldados. Essa referência à clemência se torna pertinente porque nos outros dois panegíricos em homenagem a Maximiano, a referência à clemência, que se repete, pode ser relacionada a um reconhecimento dos motivos das revoltas: o descontentamento com governos anteriores, reconhecidos pelo poeta como uma época de crise.

No panegírico conhecido como *Genethliacus* de Maximiano (*Panegirici Latini* 3(11): 5.3 15.3), uma espécie de celebração de aniversário, também proferido em Trier, mas em 291, o poeta descreve os tempos injustos que precederam a ascensão de Maximiano: “*sagradíssimo imperador, antes que vós restituísseis a saúde da República, todos sabemos quanta pobreza de colheitas e quanta copiosidade de funerais houve, com a fome em todos os lugares e com a peste espreitando.*”

(15.3).²³² E no mesmo panegírico há um trecho que parece reconhecer alguma justiça nas razões que levaram os camponeses à revolta, quando Maximiano teria (...) “*retornado à obediência, com sua clemência, as províncias instigadas pelas injúrias do tempo anterior.*” (5.3).²³³

E o mesmo parece ocorrer em um panegírico posterior, proferido também em Trier em 307, de outro poeta anônimo (*Panegirici Latini* 7 (6): 8.3), endereçado a um Maximiano quase no fim de seu governo, já acompanhado por Constantino. Aí também há trechos que reconhecem alguma justiça nas motivações das revoltas: “*Aqui está aquele que, na própria aurora de seu nune, retornou à obediência da República as Gálias enfurecidas pelas injúrias de tempos anteriores, para a salvação delas mesmas.*”²³⁴

Há uma óbvia descrição idealizada e caricatural tanto da boa vontade de Maximiano quanto das trevas dos tempos anteriores. Mas tais caricaturas, para funcionarem no discurso político, precisam ter alguma base de verossimilhança²³⁵ e fogem à regra dos textos posteriores sobre os eventos do século III que desmerecem totalmente as motivações dos revoltosos. Assim, é significativo que os panegíricos e seus poetas pareçam reconhecer que as revoltas de camponeses combatidas por Maximiano teriam derivado de uma situação de crise social (pobreza nas colheitas, mortes, doença).

Nesse sentido, é possível transcender a ideia caricatural inicial associada à crítica dos tempos anteriores e prestar atenção no resultado político do reconhecimento desse período anterior como uma época de crise. Assim, o poeta parece fazer uma possível menção às motivações dos revoltosos, quando afirma que Maximiano teria “*retornado à obediência, com tua clemência, as províncias instigadas pelas injúrias do tempo anterior*”. Isto é, este panegirista coloca os levantes como resultado de injustiças cometidas antes do governo de Maximiano (e Diocleciano). É claro que tentar definir o sentido por trás dessa frase vaga, “*injúrias dos tempos anteriores*” (*saeculi prioris iniuris*), é difícil. No entanto, não se deve relevar o fato de que, de alguma maneira, o panegirista acaba por justificar e dar certa legitimidade ao levante abatido por Maximiano. Um trecho que pode estar em

²³² Reuera enim, sacratissime imperator, scimus omnes, ante quam uos salutem rei publicae redderetis, quanta frugum inopia, quanta funerum copia fuerit, fame passim morbisque grassantibus.

²³³ (...) exacerbata saeculi prioris iniuris per clementiam vestram ad obsequium redisse provincias.

²³⁴ Hic est qui in ipso orto numinis sui Gallias priorum temporum iniuriis efferatas rei publicae ad obsequium reddidit, sibi ipsas ad salutem.

²³⁵ Algo que parece ficar claro no definimento da credibilidade da revista VEJA em anos recentes.

conexão a essa ideia de injúrias dos tempos anteriores é o parágrafo 15, no qual o panegirista imputa a Maximiano o que classifiquei como uma referência à tópica da Era de Ouro, após o cenário devastado anterior ao seu governo.²³⁶

(...) Mas quando em verdade trouxestes luz às gentes, desde então emanam continuamente sopros salutares. Nenhum campo logra o agricultor, a não ser quando supera a esperança por meio da abundância. As idades e os números dos homens são aumentados. As colheitas guardadas rompem os celeiros, e ainda os cultivos são duplicados. Onde era selva, já é plantação: desfazemo-nos colhendo uvas e ceifando os grãos. (*Panegirici Latini* 3(11): 5.3-4).²³⁷

No discurso elogioso do poeta, é um *tópos* esperado e previsível o plano de comparação entre os tempos anteriores ruins e os novos tempos trazidos pelo atual imperador. O que é inesperado, inclusive quando se observa relatos posteriores, como os de Eutrópio ou Aurélio Vítor, é a conexão explícita que é feita entre o reconhecimento de justiça nas ações dos revoltosos de estatuto subalterno (reconhecimento presente na ideia de que os camponeses tenham se revoltado por causa de eventos ocorridos nos tempos anteriores à ascensão de Maximiano) e a clemência de Maximiano para com parte dos revoltosos.

Mais de um século depois, outro texto admitia alguma justificativa nos levantes dos bagaudas, o *De Gubernatione Dei*, de Salviano de Marselha. Aqui o autor construiu uma estratégia de discurso na qual buscava apontar a inferioridade moral dos ricos e aristocratas romanos mesmo em comparação aos bárbaros. Dentro desse discurso de rebaixamento dos poderosos do Império, está inserido o reconhecimento de algum mérito nas ações dos bagaudas gauleses:

Meu discurso será agora sobre os Bagaudas, que espoliados, oprimidos e assassinados por juízes maus e cruéis, depois de terem perdido direitos romanos, ainda perderam a honra do nome romano. E essa infelicidade sua é imputada, imputamos esse nome a partir de sua calamidade, imputamos um nome que nós mesmos fizemos! Chamamos de rebeldes, chamamos de perdidos aqueles que

²³⁶ *Panegirici Latini* 3 (11) 15.1-4.

²³⁷ Vt uero lucem gentibus extulistis, exinde salutares spiritus iugiter manant. Nullus ager fallit agricolam, nisi quod spem ubertate superat. Hominum aetates et numerus augetur. Rumpunt horrea conditae messes, et tamem cultura duplicatur. Vbi siluae fuere, iam seges est: metendo et uindemiando defecimus.

compelimos a serem criminosos!

E de que coisas são feitos os bagaudas, senão das nossas iniquidades, senão das improbidades de juízes, senão daqueles que por meio de confiscos e rapinas o título de arrecadação pública transformaram em ganhos do próprio lucro e os recolhimentos tributários fizeram sua presa – que em semelhança a animais selvagens não regem os que a eles se entregam, mas os devoram, que se apascentam não só do espólio de tantos homens, como costumam muitos ladrões, mas até mesmo de sua carne e, como se diz, de seu sangue? E assim é que homens oprimidos e assassinados, por meio do latrocínio de juízes, começam a se tornar quase bárbaros, já que não era permitido serem romanos. Pois consentiram ser o que não eram, já que não era permitido ser o que foram, são pelo menos obrigados a defender a vida, uma vez que viram ter perdido completamente a liberdade (direito).

Ora, o que de diferente ainda agora se procede do que aconteceu então? Isto é, os que agora não são bagaudas não são a isso coagidos? Pois, pelo tamanho alcançado pela violência e injúrias, são compelidos a querer ser bagaudas, mas a sua fraqueza os impede de sê-lo. Assim são como cativos sob jugo de inimigos: toleram por necessidade o suplício, não por desejo; na alma desejam a liberdade, mas aguentam a servidão suprema. (Salviano de Marselha, *De Gubernatione Dei*, 5.6).²³⁸

Salviano estabelece uma relação clara de causalidade entre as revoltas e as injustiças cometidas pelos curiais responsáveis pela coleta de impostos, que ele chama de *judices*, de acordo com o vocabulário legal. É a rapina causada pelas

²³⁸ De bacaudis nunc mihi sermo est, qui per malos iudices et cruentos spoliati, afflicti, necati, postquam ius Romanae libertatis amiserant, etiam honorem Romani nominis perdiderunt. Et imputatur his infelicitas sua, imputamus his nomen calamitatis suae, imputamus nomen quod ipsi fecimus! Vocamus rebelles, vocamus perditos, quos esse compelimus criminosos!

Quibus enim aliis rebus Bacaudae facti sunt, nisi iniquitatibus nostris, nisi improbitatibus iudicum, nisi eorum proscriptionibus et rapinis qui exactionis publicae nomen in quaestus proprii emolumenta verterunt et indictiones tributarias praedas sua esse fecerunt, qui in similitudinem immanium bestiarum non rexerunt traditos sibi sed devorarunt, nec spolis tantum hominum, ut plerique latrones solent, sed laceratione etiam et, ut, ita dicam, sanguinem pascebantur. Ac sic actum est ut latrocinis iudicum strangulati homines et necati, inciperent esse quasi barbari, quia non permittbantur esse Romani. Adquieuerunt enim esse quod non erant, quia non permittebantur esse quod fuerant, coactique sunt vitam saltim defendere, quia se iam libertatem videbant penitus perdidisse.

Aut quid aliud etiam nunc agitur quam tunc actum est, id est ut qui adhuc Bacaudae non sunt, esse cogantur? Quantum enim ad vim atque injurias pertinet, compelluntur ut velint esse, sed imbecillitate impediuntur ut non sint. Sic sunt ergo quasi captivi iugo hosti pressi: tolerant supplicium necessitate, non uoto; animo desiderant libertatem sed summam sustinet servitutem.

elites locais por meio de sua perversão da responsabilidade fiscal junto ao Estado imperial que teria criado os bagaudas do século V. A responsabilização da criação dos bagaudas pela rapina dos curiais, em conjunto com outros trechos do livro de Salviano nos quais ele explica o processo de empobrecimento dos pequenos proprietários pelo endividamento e pela cobrança injusta de impostos, o que tratei no capítulo anterior, delineia uma sociedade tensionada entre ricos e pobres, uma tensão que pode destruir a sociedade romana e para a qual o remédio seria que essa elite romana seguisse adequadamente os preceitos cristãos.

Como se pode ver, tanto os panegíricos quanto Salviano apresentam um esforço de entender as razões das revoltas dos bagaudas. Este é um esforço que está ausente do resto da documentação (com exceção talvez do *De Reito Suo* e de *Querolus*), em que os bagaudas geralmente são descritos como arruaceiros impertinentes e, em um dos casos, como bandidos. Assim, nos panegíricos, os bagaudas seriam uma resposta dos camponeses da Gália ao período de crise política anterior à ascensão de Diocleciano, e o reconhecimento dessa crise e da validade das reivindicações dos revoltosos estaria na ênfase dada à clemência daquele que as reprimiu. Salviano, por sua vez, descreve uma situação de crise social em termos morais, mas uma moralidade que permite a um historiador ou a um cientista social reconhecer elementos que eles considerariam estruturais. Essa visão moral de Salviano, que descreve mecanismos de exploração dos pobres pelos ricos, também associa esse mecanismo ao desenvolvimento e organização dos bagaudas como um movimento de sedição da sociedade romana.

As motivações dos circunceliões oferecem outros tipos de dificuldades. Pois, se no que diz respeito aos bagaudas, a maior parte dos relatos não revela muito sobre o que queriam com as revoltas, no que diz respeito aos circunceliões, há uma multiplicidade de razões relatadas para suas ações: o cisma religioso, a subversão social ou a pura insanidade.

As razões religiosas estão diretamente ligadas à construção deles e dos donatistas como uma heresia, uma construção que, como apresentado anteriormente, é resultado da disputa que ocorreu na África entre os dois partidos cristãos, os donatistas e os cecilianistas, com os donatistas podendo ser caracterizados como defensores de uma maior ênfase na santidade do martírio e na desconfiança das relações entre Império e Igreja, e os cecilianistas, que se autointitulam na documentação produzida por eles mesmos como os “católicos”,

sentindo-se mais confortáveis com a proximidade com o Império e defendendo uma menor ênfase na santidade do martírio e maior ênfase na unidade da hierarquia da Igreja.²³⁹ Como a documentação que temos sobre essa disputa é quase toda do partido cecilianista e nela a associação com os circunceliões serve para difamar os donatistas, a multiplicidade de caracterizações parece responder a uma tentativa dos cecilianistas de fazer confluir elementos distintos, de forma a construir os perigosos hereges que exigiram a intervenção Imperial.

A descrição dos circunceliões feita por Optato de Milevis não tenta justificar as ações deles, mas por causa da estratégia de discurso que ele adotou contra os donatistas, uma estratégia que precisa delinear a aliança entre esses perigosos homens e os clérigos donatistas, ele terminou por enfatizar as suas ações subversoras da ordem social e, então, mostrar o erro donatista em se associar a esses homens. Optato diz que, num trecho já familiar aos leitores deste estudo, para resistir à chegada dos interventores enviados contra os donatistas pelo imperador, os circunceliões teriam sido convocados pelo bispo de Bagaia, na Numídia:

(...) pelos locais vizinhos e por todas as feiras (...). E naquele momento o concurso desses foi demandado, dos quais a demência, pouco anteriormente, era vista pelos mesmos bispos ser acesa impiamente. (Optatus de Milevis, *Contra Donatistas*: 3.4).²⁴⁰

É significativo que, aqui, Optato admita que antes de 348 os circunceliões tivessem causado problemas para os próprios bispos donatistas, e que a natureza desses problemas estava diretamente ligada a reivindicações sociais:

Pois quando, antes da unidade, a raça desse tipo de homens estivesse vagando por diferentes lugares, e quando Axido e Fasir pelos mesmos homens insanos eram chamados generais dos santos, a ninguém era permitido estar seguro de suas posses. As cartas de débitos escritas à mão perderam poderes, naquele tempo nenhum credor teve direito de as poder executar, todos eram aterrorizados pelas cartas daqueles, que se jactavam de serem os generais dos santos, e se alguém para contemporizar as ordens daqueles se demorava em responder, subitamente uma multidão

²³⁹ A síntese mais célebre está no estudo de W. H. C. Frend, (Frend, 1951). Uma crítica recente à simpatia dos autores modernos pelos cecilianistas está no estudo de Maureen Tilley (Tilley, 1997).

²⁴⁰ (...) per uicina loca et per omnes nundinas misit (...) et eorum illo tempore concursus est flagitatus, quorum dementia paulo ante ab ipsis episcopis in pie uidebatur esse succensa.

insana vinha correndo e os credores com o terror anterior eram cercados pelo perigo, de forma que aqueles que mereciam demandar pelas suas devidas responsabilidades eram impelidos às preces humildes pelo medo da morte. Cada um deles se apressava em abandonar mesmo as dívidas mais altas e era reconhecido como um ganho ter escapado das injúrias daqueles. E mesmo as viagens mais bem vigiadas não podiam acontecer, porque os senhores expulsos de seus veículos corriam servilmente à frente de seus criados, os quais se sentavam no lugar de seus senhores. Por causa do julgamento e das ordens daqueles [os circunceliões], a condição de mestre e de escravo era alterada. (Optatus de Milevis, *Contra Donatistas*: 3.4).²⁴¹

A resposta a essas ações foi dada pelos próprios bispos donatistas da Numídia, que teriam se utilizado da força militar imperial sob o comando do *Comes per Africam*, Taurino, para massacrá-los, tudo antes da associação entre circunceliões e o bispo donatista de Bagaia acontecer. A prática dos martírios suicidas figura como um acréscimo às ações subversivas e violentas, sendo secundária na descrição de Optato.²⁴² E a descrição feita por Optato prefere enfatizar as ações dos circunceliões agonísticos que tinham como objetivo a resistência a certos abusos vividos pelos habitantes das zonas rurais da Numídia. E, no discurso de Optato, os circunceliões são descritos como originalmente subversivos adversários dos donatistas, aos quais estes últimos se aliarão de forma inconsequente para impedir a caridade cecilianista e imperial em 348.

Essa estratégia reaparece em Agostinho, mas nele ela atua de forma estrutural, aparecendo como uma plataforma subversiva a partir do qual ele constrói a associação entre os donatistas e os circunceliões nas ações violentas contra os clérigos e bispos da parte cecilianista. Tal estratégia aparece de forma clara no

²⁴¹ Nam cum huiusmodi hominum genus ante unitatem per loca singula uagarentur, cum Axido et Fasir ab ipsis insanientibus sanctorum duces appellarentur, nulli licuit securum esse in possessionibus suis; debitorum chirographa amiserant uires, nullus creditor illo tempore exigendi habuit libertatem, terrebantur omnes litteris eorum, qui se sanctorum duces fuisse iactabant, et si in obtemperando eorum iussionibus tardaretur, aduolabat subito multitudo insana et praecedente terrore creditores periculis uallabantur, ut qui pro praestitis suis rogari meruerant, metu mortis humiles inpellerentur in preces. Festinabat unusquisque debita etiam maxima perdere et lucrum computabatur euasisse ab eorum iniuriis, etiam itinera non poterant esse tutissima, quod domini de uehiculis suis excussi ante mancipia sua dominorum locis sedentia seruuliter cucurrerunt. illorum iudicio et imperio inter dominos et seruos condicio mutabatur.

²⁴² Além disso, como mencionado anteriormente, é possível pensar o martírio suicida como um problema compartilhado pelos cecilianistas, cf. (Dearn, 2003).

momento que Agostinho faz o seu dossiê donatista em sua carta de 417 a Bonifácio, futuro *Comes per Africam*.

E de fato antes que aquelas leis [contra os donatistas] fossem promulgadas pelos imperadores, crescia paulatinamente o ensinamento da paz e da unidade de Cristo, e cada um que, do mesmo modo, aprendia com isso, desejava, podia e transitava para fora daquela mesma parte; mesmo quando ainda grupos dementíssimos de homens perdidos perturbavam a tranquilidade em diversas situações entre aqueles [donatistas]. Que senhor não foi compelido a temer seu escravo, se ele tivesse fugido em direção ao patrocínio daqueles? Quem ao menos ousava ameaçar aos destruidores? Ou aos instigadores? Quem podia expulsar o consumidor das despensas, todo e qualquer devedor, que demandavam daqueles [grupos dementíssimos] auxílio e defesa? Com o temor dos porretes e dos incêndios bem como da morte presente, quando os livres se retirassem, as tábuas de registro dos péssimos escravos seriam quebradas. Anotações de extorsões eram devolvidas pelos devedores [aos credores]. Quaisquer que tivessem desprezado as palavras duras daqueles, por chicotes mais duros eram compelidos a fazer o que ordenassem. As casas dos inocentes que os ofendessem, ou ao solo tombariam, ou pelo fogo queimariam. Certos homens de bem (*pater familias*), nascidos em lugar nobre e educados por generosa educação, apenas vivos foram levados após os ataques deles, e ao moinho presos para conduzir sua rotação, e tais quais jumentos desprezíveis foram impelidos pelo vergão. Pois o que valeu algum auxílio pelos poderes civis a partir de leis contra eles? Que oficial respirou em presença deles? Que cobrador de impostos arrecadou aquilo que aqueles não quisessem? Quem tentou vingar os que foram extintos pelos ataques deles, a não ser aquilo que a própria insanidade demandava punições a partir deles [mesmos], quando uns provocavam os gládios dos homens em si, para que fossem feridos por eles, os quais aterrorizavam com [a ameaça de] morte, outros se arremessavam em mortes voluntárias por toda a parte: pelos vários precipícios, outros pelas águas, outros

pelas chamas, e com suplícios a si infligidos jogavam as almas bestiais fora de si? (Agostinho, *Epistolae*. 185.15 (4)).²⁴³

Agostinho também reconhece que, anteriormente, os circunceliões teriam perturbado a ordem entre os próprios donatistas. Em verdade, esse trecho inteiro da carta parece inicialmente uma espécie de resumo da descrição feita por Optato. Mas há alguns acréscimos cruciais e que detalham e explicam algumas coisas que apareciam de forma bem elíptica no texto de Optato, como, por exemplo, a prática de quebra de tábuas de dívidas ou a explicitação do pedido de ajuda feito pelos devedores aos “dementíssimos” ou o trabalho forçado de *pater familias* em moinhos.

Além disso, dentre aqueles acréscimos às informações presentes em Optato, está a menção às queimas de casa, que em outros textos de Agostinho aparecem sempre associadas ao espancamento de clérigos donatistas que mudaram de lado, e aqui também está a descrição, bem típica dos textos de Agostinho, das ações de martírio suicida “pela água e pelo fogo”. Mas aqui, também, o martírio suicida aparece em sequência e em menor detalhe do que aquilo que era mais importante no convencimento das autoridades imperiais: as ações de subversão da Ordem social. A descrição dos circunceliões agonísticos, cujo núcleo são as suas ações subversoras da ordem, era, como analisado no capítulo anterior, um dos pilares de sustentação do discurso de difamação dos donatistas. E essa subversão da ordem é descrita por meio de elementos de inversão social que expressam uma resistência a situações de exploração. Assim, tanto o núcleo da descrição dos circunceliões agonísticos como perigosos à Ordem romana feita tanto por Optato quanto por

²⁴³ Et prius quidem quam istae leges a catholicis imperatoribus mitterentur, pacis atque unitatis Christi paulatim doctrina crescebat, et in eam quisque sicut discebat, et volebat, et poterat, ex ipsa parte transibat; cum tamen apud illos perditorum hominum dementissimi greges in diversis causis quietem innocentium perturbarent. Quis non dominus servum suum timere compulsus est, si ad illorum patrocinium confugisset? quis eversori minari saltem audebat? aut auctori? Quis consumptorem apothecarum, quis quemlibet poterat exigere debitorem, auxilium eorum defensionemque poscentem? Timore fustium et incendiorum mortisque praesentis, pessimorum servorum, ut liberi abscederent, tabulae frangebantur. Extorta debitoribus chirographa reddebantur. Quicumque dura illorum verba contempserant, durioribus verberibus, quod iubebant, facere cogeantur. Innocentium qui eos offenderant, domus aut deponebantur ad solum, aut ignibus cremabantur. Quidam patresfamilias honesto loco nati, et generoso cultu educati, vix vivi post eorum caedes ablati sunt, vel vincti ad molam, et eam in gyrum ducere, tamquam iumenta contemptibilia, verbere adacti sunt. Quod enim de legibus auxilium a civilibus potestatibus adversus eos aliquid valuit? quis in praesentia eorum officialis anhelavit? quis, quod illi noluissent, exactor exegit? quis eos qui eorum caedibus extincti sunt, vindicare tentavit, nisi quod propria de illis poenas poscebat insania, cum alii provocandis in se gladiis hominum, quos, ut ab eis ferirentur, morte terrebant, alii per varia praecipitia, alii per aquas, alii per ignes se in mortes voluntarias usquequaque mittebant, et animas ferales a se sibi illatis suppliciis proiciebant?

Agostinho revela um conjunto de ações cujas motivações podem ser entendidas em termos de conflito de classes.

Nas passagens apresentadas acima, tanto as ações dos bagaudas quanto as dos circunceliões são ações de desafio às normas consideradas adequadas ao bom andamento da sociedade e às regras normais de interação entre aristocracia e camponeses. A revolta dos bagaudas do século III é descrita como um resultado de uma crise social que pode ser pensada como causada por um mau governo anterior, e a clemência de Maximiano significa um reestabelecimento das regras de interação entre a classe proprietária e os camponeses. Em concordância com isso, a descrição de Salviano articula a criação dos bagaudas aos mecanismos de exploração dos pobres do campo pelas elites locais que não cumprem de forma correta nem mesmo as regras da patronagem. Nas descrições dos circunceliões feitas por Optato e Agostinho também são desafiadas as regras de interação entre ricos e pobres, o que foi fundamental para que se convencesse as autoridades imperiais a interferir na questão do cisma e a transformação dos donatistas em hereges.

Como se pode ver, mesmo nesses poucos documentos, é possível extrair dos relatos sobre os camponeses da África e da Gália as reivindicações por melhoras em sua situação de vida. E mesmo que não se tenha uma representação construída por eles mesmos, ainda assim os relatos os representam, em certos momentos, combatendo as injustiças que viviam, ou mesmo buscando a sedição em relação à sociedade romana.

3. Racionalidade de turba

Na seção anterior lidei com os textos antigos que permitem pensar as motivações das ações dos revoltosos do ponto de vista das comunidades rurais, algo que oferecia dificuldades diferentes para bagaudas e circunceliões. O outro plano a partir do qual se pode pensar a articulação da experiência de classe é a própria organização das ações dos revoltosos. E nesse plano, em acréscimo à análise e interpretação dos seus objetivos, a partir daqueles alegados pelos autores antigos, pretendo observar a prática e os resultados de suas ações. Assim, nessa seção, lido mais diretamente com as descrições de suas ações, o que, de alguma maneira, já foi necessário realizar para a compreensão das motivações dos

circunceliões, já que no caso destes, a própria discussão das motivações e objetivos é mais polifônica, com os textos cecilianistas sustentando múltiplas racionalidades para as ações dos circunceliões.

Novamente, o eixo interpretativo que penso ser mais revelador das ações desses revoltosos é o da crise de hegemonia do poder aristocrático no campo e as possibilidades que essa crise ofereceu para a organização autônoma dos camponeses.

Da perspectiva da prática dos revoltosos, os locais das revoltas tendem a assumir um papel importante na análise. No entanto, a documentação não permite um detalhamento tão grande quanto se pensaria inicialmente. No que diz respeito aos bagaudas, as referências ao lugar no qual aconteceram as revoltas do século III apontam para a Gália como um todo, enquanto as revoltas do século V, além das referências às Gálias em geral, são associadas mais precisamente aos Alpes, à Armórica e à Tarraconense. Já as menções às ações dos circunceliões vão de meados do século IV a meados do século V d.C. e sua localização se espalha por muitas regiões da África do norte. Nas localizações urbanas as ações descritas estão mais associadas ao espancamento e ridicularização ritual de clérigos cecilianistas (como já mencionado, esses clérigos espancados, na maior parte das vezes, eram donatistas que mudaram de lado). E é principalmente nas regiões rurais, (onde também há a descrição da perseguição de clérigos), que ocorrem as ações de subversão da ordem social que podem ser associadas à ideia de revoltas rurais.

Aqui, porém, há uma diferenciação nos relatos que torna difícil precisar o local dos levantes: Agostinho é muito preciso na nomeação dos locais onde acontecem os espancamentos de clérigos, mas sempre evasivo quando se trata de falar das ações com características de inversão social (Agostinho também é bem vago quando se trata de especificar locais onde aconteceriam os martírios autoinfligidos). O próprio Optato só associa Bagaia à resistência contra Paulo e Macário, sem especificar os locais onde teriam acontecido as ações anteriores dos circunceliões agonísticos contra os ricos e grandes proprietários. Por causa dessa imprecisão nos documentos, não pretendo me apoiar em nada mais preciso do que regiões “rurais da Numídia” ao localizar os locais dessas ações. A mesma imprecisão pode valer para a localização dos levantes dos bagaudas quando o relato não expressa uma localização precisa e aponta para “as Gálias”.

Isso, porém, não quer dizer que eu defenda que as revoltas aconteceram de maneira geral em todas as Gálias ou em toda a Numídia. Apenas acompanho a falta de precisão da documentação e renuncio a uma tentativa de encontrar tal localização das revoltas a partir de elementos externos aos relatos, algo que é muito recorrente na historiografia, principalmente naquela que busca nas revoltas motivações nativistas.²⁴⁴

Nos três panegíricos gauleses endereçados ao imperador Maximiano, há descrições bem sucintas das ações dos bagaudas. Apenas o primeiro desses panegíricos apresenta algo de substancial, e este algo está em sua descrição dos revoltosos pela analogia com monstros biformes, “(...) *quando camponeses ignorantes buscaram trajes de soldados, e quando soldados de infantaria foram imitados por fazendeiros (ou aradores), cavaleiros por pastores, e hostes de bárbaros por rústicos devastadores de seus (próprios) cultivos?*” (*Panegirici Latini*, 2 (10): 4.3).²⁴⁵

Numa interpretação bem literal se poderia inferir que os bagaudas se organizariam como um exército comum, divididos entre infantaria e cavalaria, assim como a sua assimilação ao comportamento militar de bárbaros.²⁴⁶ Mas tal interpretação literal me parece uma extrapolação da leitura possível do trecho que claramente opera por analogias. Nas analogias, os primeiros termos são aquilo que se imitava (infantaria, cavalaria, bárbaros), e os segundos termos, o que os revoltosos eram (agricultores, pastores, destruição dos cultivos). Uma interpretação literal troca uma coisa pela outra. Assim, o que o poeta oferece, sem dúvida, é a participação de agricultores e pastores no levante, e a única ação descrita se constitui na destruição dos cultivos. A natureza dessa documentação não revela o tipo de produto oriundo desse cultivo, nem o seu destino, se o consumo imediato ou o comércio. Essa destruição dos seus próprios cultivos é difícil de entender do ponto de vista de pequenos proprietários, mas pode ser mais compreensível do ponto de vista de camponeses arrendatários buscando prejudicar a colheita e as parcelas destinadas aos proprietários da terra.

²⁴⁴ Cf., por exemplo, para os bagaudas (Sánchez León, 1996) e para os circunceliões (Frend, 1951).

²⁴⁵ (...) cum militaris habitus ignari agricolae appetiuerunt, cum arator peditem, cum pastor equitem, cum hostem barbarum suorum cultorum rusticus uastator imitatus est?

²⁴⁶ Van Dam afirma que este trecho do panegírico significa que os bagaudas tinham uma cavalaria, para suportar suas conclusões de que era um exército apoiando usurpadores. (Van Dam, 1985 pp. 30-31).

Quando o mesmo evento é descrito nos resumos históricos de Aurélio Vítor e Eutrópio, produzidos na segunda metade do século IV, outras características das ações dos revoltosos podem ser delineadas.

Embora relevante por sua descrição dos camponeses como agentes dos levantes, que se automeavam bagaudas, Eutrópio não descreve o que constituiria o tumulto que promoveram na Gália (Eutropius, *Breviarium*: IX, 20). Aurélio Vítor, por sua vez, afirma que os bagaudas atacavam “*atacavam os campos que eram amplamente devastados e muitas das cidades*” (Aurelius Victor, *Liber de Caesaribus*: XXXIX, 17).²⁴⁷ Esse ataque aos campos e às cidades permite ampliar a compreensão do trecho no panegírico 2(10), no qual os camponeses destroem seus cultivos, uma vez que associa os ataques também a cidades. Esse ataque às cidades permite duas interpretações. A primeira seria entender essa destruição relacionada à cobrança de impostos, supondo que tais ataques, incluiriam também a ação dos pequenos proprietários. Mas é forçoso reconhecer que uma interpretação das revoltas do século III como antitributárias depende de uma projeção para o passado das palavras de Salviano. A segunda possibilidade é entender essa documentação em termos de uma representação de crise social. Mas o ataque dos bagaudas às colheitas (tendo como pano de fundo a descrição de penúria e mortes que os panegíricos associam ao período anterior a Maximiano) e os ataques às cidades e aos campos relatados por Aurélio Vítor não significariam uma crise da mão de obra, ou uma crise de produção na Gália do fim do século III. Se as ações dos bagaudas no século III implicam algum tipo de crise, essa seria uma crise de reorganização da propriedade rural no campo, dado que nesse período é que aparecem os primeiros sinais de uma intensificação da concentração das propriedades e um aumento da produção rural provincial.

As revoltas seriam, assim, uma reação inicial contra os processos de intensificação da produção ocorridos do século III ao V na Gália, permitida pela crise política do Estado romano. Prefiro a segunda interpretação por quatro razões: a ausência da questão tributária nos relatos sobre as revoltas do século III, o reconhecimento feito pelos panegiristas de justiça nas ações dos bagaudas, a ênfase no perdão de Maximiano e a concordância dela com a representação de Maximiano como um poder regulador dos conflitos provinciais implícita nessa

²⁴⁷populatis late agris plerasque urbium tentare.

documentação. Assim, essas revoltas do século III até podem ter a questão tributária a elas associadas, mas a documentação não permite entender isso como o fator principal.

Interpretar isso em termos de crise social ligada à reorganização da produção também tem implicações a respeito de outro elemento que aparece nos relatos sobre as revoltas do século III: as figuras que são caracterizadas como líderes dos bagaudas. Tanto Eutrópio quanto Aurélio Vítor (assim como Orósio) nomeiam os líderes dos bagaudas como Amando e Aeliano, embora Aurélio Vítor seja mais enfático a respeito de sua liderança. É muito difícil definir o papel desses líderes, embora haja especulações que vão desde nobres locais (Van Dam, 1985) até piratas (Woods, 2001). E muito se especulou a partir da descoberta de moedas que nomeariam ora Aeliano ora Amando, mas como se demonstrou que tais moedas foram falsificações criadas entre o renascimento e o século XIX (Sánchez León, 1996 pp. 58 n.41; 149-150), a ideia de que Amando e Aeliano fossem de origem aristocrática ou que possuísem ambições usurpatórias sustenta-se apenas na interpretação paternalista, que não aceita a possibilidade de que os camponeses desenvolvessem líderes entre si mesmos. Adicionalmente, ao se colocar como contexto das revoltas do século III uma possível resistência a processos de intensificação, fica ainda menos interessante a compreensão desses líderes como pertencentes a origens aristocráticas ou com ambições usurpatórias.

O contexto das ações dos bagaudas no século V é outro, e assim, exigem outras interpretações.

Na *História Nova* de Zósimo (escrita no início do século VI, mas baseada nos escritos de Olympiodoro, um historiador dito mais próximo dos eventos²⁴⁸), há a menção a bagaudas nos Alpes, ou perto dos Alpes, que teriam expulsado uma tropa de Godos da região no ano de 407. Essa menção é acompanhada pela descrição da luta dos habitantes da Armórica por autonomia política em relação ao Império.

A menção aos bagaudas nos Alpes ocorre no contexto do envio de tropas bárbaras lideradas pelo godo Sarus, por Estilício, contra a usurpação de Constantino na Gália. Embora vença as duas primeiras batalhas, Sarus é finalmente derrotado por um dos generais de Constantino, Gerontius (que posteriormente se viraria contra o próprio Constantino), e foge retornando para a Itália:

²⁴⁸ Sobre a relação entre Zósimo e Olympiodoro, cf. (Matthews, 1970), (Heather, 2006 pp. 192-193), (Kulilowski, 2008).

Com os generais de Constantino [III, usurpador] tendo atacado com grande força [Sarus, líder godo], ele com muito esforço se salva, tendo entregado o butim inteiro aos bagaudas que depararam com ele nos Alpes, para que deles [recebesse] a fortuna do espaço de livre passagem para a Itália. (Zósimo, *Historia Nova*: 6.2.5).²⁴⁹

Zósimo narra uma espécie de cobrança de pedágio sobre Sarus para que este conseguisse escapar da perseguição de Gerontius, como se os bagaudas aqui estivessem efetivamente controlando o território. Essa referência a bagaudas nos Alpes pode tornar mais precisa a compreensão de menções de bagaudas em outros lugares na Gália, além da Armórica, assim como iluminar melhor a conspiração dos não livres mencionada na *Crônica Gálica de 452*.

E. A. Thompson associa o assentamento dos Burgúndios em Sapaudia (Savoia) à necessidade de repressão desses bagaudas nos Alpes, opondo-se à ideia de que esse assentamento tivesse como motivo as atividades de alamanos (invisíveis na documentação). Assim, o assentamento burgúndio teria como causa a necessidade de retomar o controle da passagem entre a Gália e a Itália (Thompson, 1982 pp. 31-31). Um dos problemas da proposta de Thompson é que isso implicaria ou um controle da região pelos bagaudas por mais de 30 anos, ou que se suponham revoltas intermitentes que tenham recomeçado com o levante de 435, já que os burgúndios foram assentados em Sapaudia só no início dos anos 440 (*Crônica Gálica de 452*: 128). Isso, porém, é ainda assim menos problemático do que a ausência documental que sustente a hipótese de atividades dos alamanos.²⁵⁰

Clifford Minor reconsidera a hipótese de que o assentamento dos burgúndios seria contra a ameaça bárbara, mas especula que ali estariam agindo os jutungos dentro de uma confederação dos alamanos, embora reconheça a dificuldade de provar essa hipótese (Minor, 2004). Uma alternativa pouco satisfatória seria manter o enigma a respeito do assentamento Burgúndio, mas prefiro acompanhar a solução de compromisso de Frank Clover, que propõe que o assentamento responderia tanto à *provável*, mas não identificada, ameaça bárbara, quanto à tentativa de garantir que os bagaudas alpinos não retornassem (Clover, 1971).

²⁴⁹ 6.2.5 Καταδραμόντων δὲ αὐτοῦ τῶν Κωνσταντίνου στρατηγῶν μετὰ μεγίστης δυναστείας, σὺν πολλῶ διεσώθη πόνῳ, τὴν λείαν ἄπασαν δωρησάμενος τοῖς περὶ τὰς Ἀλπεις ἀπαντήσασιν αὐτῶ Βακαύδαις, ὅπως εὐρυχωρίας παρ' αὐτῶν τύχη τῆς ἐπὶ τὴν Ἰταλίαν παρόδου. (Tradução a partir do grego de Camila Aline Zanon.)

²⁵⁰ A resposta de Thompson (Thompson, 1983) a Bartholomew (Bartholomew, 1982) é nesses termos.

Há uma interpretação que associa ao banditismo a expropriação que realizam do exército de Sarus, mas tal interpretação depende de que se aceite a perda de sentido preciso do termo *bagaudas*, o que demonstrei não ter ocorrido. Em segundo lugar, nada impede que essa expropriação tenha sido realizada por comunidades rurais insurgentes (o sentido oferecido para *bagaudas* em quase toda a documentação) que não reconheciam legitimidade no exército de Sarus. Nestes termos, esses *bagaudas* alpinos, mesmo que não tenham resistido pelos 30 anos propostos por Thompson, ainda assim, parecem ter exibido um controle territorial considerável.

Outros sinais de *bagaudas* podem ser encontrados na combinação do texto de Zósimo com o poema *De Redito Suo* para os anos 406-417. Rútílio Namaciano no seu poema fala de certo Exuperantius, que, em algum momento próximo do ano de 417, teria reestabelecido a Ordem romana na Armórica, no qual o poeta descreve uma situação anterior de inversão social (Rútílio Namaciano, *De Redito Suo*: v. 211-216). Como afirmei anteriormente, o descarte da passagem no *De Redito Suo* não se justifica quando se olha o conjunto documental que ela faz com as informações presentes na *Historia Nova* e na *Crônica Gálica de 452*. Exuperantius, de acordo com o cronista de 452 foi prefeito das Gálias até 425, quando foi morto por soldados (*Crônica Gálica de 452*: 97). Assim, ele de fato alcançou um importante cargo de governo na Gália. E, além disso, de acordo com Zósimo, iniciou-se na Armórica entre os anos 408-410 um movimento de secessão semelhante àquele descrito na *Crônica de 452* para os anos 435-437. De acordo com o relato em *História Nova*, esse movimento de secessão teria sido resultado direto da traição de Gerontius contra Constantino. Pois, quando Gerontius atacou Constantino com os bárbaros federados antes instalados na Gália:

(...) os bárbaros que estavam além Reno seguindo seu arbítrio forçaram em todas as partes os habitantes da ilha Britânica e alguns dos povos entre os gauleses, por necessidade, a se separar do Império Romano e a viver segundo suas próprias coisas, sem obedecer às leis deles. Os da Britânia, vestindo as armas e encarando o perigo por si próprios, libertaram as cidades dos bárbaros ameaçadores. E a Armórica inteira e outras províncias gaulesas, imitando os bretões, do mesmo modo se libertaram, expulsando os magistrados romanos e estabelecendo um governo

próprio, de acordo com seu arbítrio. (Zósimo, *Historia Nova*: 6.5.2-3).²⁵¹

Esse trecho é recorrentemente utilizado para o debate sobre a perda do domínio romano sobre a Britânia.²⁵² Mas ele também descreve os acontecimentos na Armórica em termos de secessão e de governo de acordo com suas próprias leis, algo que se aproxima da descrição de uma legalidade não romana presente no *Querolus* e que não contradiz a visão de inversão social presente no *De Redito Suo*. Zósimo aparentemente justifica a escolha como resultado do confronto entre Constantino e Gerontius, quando este último empregou tropas de bárbaros contra o primeiro, tropas que estariam mantendo sob controle os bárbaros que fizeram a travessia em 406. A *Crônica Gálica de 452* relata ataques saxões na Britânia em 410 (62), mas é difícil ser mais preciso quanto aos bárbaros de “além Reno” que teriam atuado na Gália nesse momento (Paschoud, 1989 pp. T. III2, 38-42).

O relato dos acontecimentos que resulta desse conjunto documental é o da caracterização da sedição armoricana que aparece em Zósimo como sendo um levante dos bagaudas. E, embora esse resultado seja frágil, as hipóteses alternativas são ainda mais frágeis e indemonstráveis, pois baseadas em suposições como: “me parece que a população local, os privilegiados em primeiro lugar, sonhou em se separar da administração romana que retirava os impostos e em troca não garantia nem mesmo a segurança”²⁵³ (Paschoud, 1989 pp. T. III2, 40-41). A ideia-

²⁵¹ 6.5.2-3 (...) πάντα κατ' ἐξουσίαν ἐπιόντες οἱ ὑπὲρ τὸν Ῥῆνον βάρβαροι κατέστησαν εἰς ἀνάγκην τοὺς τε τὴν Βρεττανικὴν νῆσον οἰκοῦντας καὶ τῶν ἐν Κελτοῖς ἐθῶν ἕνια τῆς Ῥωμαίων ἀρχῆς ἀποστῆναι καὶ καθ' ἑαυτὰ βιοτεύειν, οὐκ ἐτι τοῖς τούτων ὑπακούοντα νόμοις. 3 Οἱ τε οὖν ἐκ τῆς Βρεττανίας ὅπλα ἐνδύντες καὶ σφῶν αὐτῶν προκινδυνεύσαντες ἡλευθέρωσαν τῶν ἐπικειμένων βαρβάρων τὰς πόλεις, καὶ ὁ Ἀρμόριχος ἅπας καὶ ἕτεροι Γαλατῶν ἐπαρχίαι, Βρεττανούς μιμησάμεναι, κατὰ τὸν ἴσον σφᾶς ἡλευθέρωσαν τρόπον, ἐκβάλλουσαι μὲν τοὺς Ῥωμαίων ἄρχοντας, οἰκεῖον δὲ κατ' ἐξουσίαν πολίτευμα καθιστᾶσαι. (Tradução a partir do grego de Camila Aline Zanon.)

²⁵² A discussão é imensa e aparentemente infinita, e o grau de autonomia alcançado pelos bretões gira ao redor da compreensão do significado de uma carta enviada por Honório aos bretões alguns anos depois e do significado das duas idas de Germano até lá para combater a heresia pelagiana, cf. (Bartholomew, 1982), (Thompson, 1982 pp. 208-229), (Wood, 1987) e (Kulilowski, 2000). A maior parte desses autores critica Thompson por defender a possibilidade de se pensar a sedição britânica também sendo um levante de bagaudas. Aqui eu tendo a concordar com a crítica a Thompson, já que embora isso seja uma leitura possível de Zósimo, não tem sustentação em nenhum outro documento (Thompson, 1982 pp. 221-223). Assim, me parece possível que, nesse trecho, Zósimo tenha assemelhado movimentos de natureza social diferenciada cujo denominador comum era a sedição ao Império.

²⁵³ Il me paraît plus facile d'imaginer que la population locale, privilégiée en premier, ait songé à se débarrasser d'une administration romaine qui levait l'impôt et n'aussurrait même pas en retour la sécurité.

chave aqui é “*me parece mais fácil de imaginar*”. Na decisão sobre as características dessa sedição, não se trata só de uma questão de imaginação sociológica, mas da operação de reconstrução hipotética a partir das evidências, mesmo que tênues. E, portanto, em termos de evidências, não há relatos sobre elites armoricanas buscando independência associados à região, mas há descrição de inversão social no *De Redito Suo* que sustenta a hipótese de que a sedição armoricana que ocorreu entre 409 e 410 teria sido um levante de bagaudas. Movimento, como já afirmado, suprimido pelas ações de Exuperantius antes de 417.²⁵⁴

É possível localizar mais ocorrências de ações dos bagaudas entre os anos 430-435 e 448, a partir da descrição feita por Salviano de Marselha no seu *De Gubernatione Dei*, escrito nos anos 440 e a menção feita na *Crônica Gálica de 452*.

Mas se Salviano oferece uma interpretação das causas e razões da existência dos bagaudas, oferece muito pouco no que diz respeito a descrever o que eles faziam e como operavam. O máximo que se pode encontrar em *De Gubernatione Dei* como descrição das ações dos revoltosos é o ímpeto da sedição. Para Salviano os bagaudas “*começam a se tornar quase bárbaros, já que não era permitido serem romanos*” (*De Gubernatione Dei*: 5.6).²⁵⁵ Isto é, Salviano dá a entender que a lógica da ação dos bagaudas era a da separação dos revoltosos da sociedade romana.

Esse tema retorna na *Crônica Gálica de 452*, numa passagem já familiar: “*A Gália ulterior, tendo seguido Tibato, líder da rebelião, abandonou a sociedade romana; com um início arrastado a partir do qual quase todos os servos das Gálias conspiraram em direção à bagauda.*” (*Chronica Gallica de 452*, 117 [a.435]).

Aqui o cronista afirma que a Gália ulterior abandonou a sociedade romana, o que concordaria com o que se pode entender de Salviano sobre os horizontes de ação dos bagaudas e que também concorda com o que escreveu Constâncio de Lyon quando descreve a Armórica como uma região orgulhosa que se inclinava à

²⁵⁴ Thompson também propõe que o assentamento dos visigodos na Aquitânia tenha sido por causa dos bagaudas e a situação é muito semelhante à do debate sobre o assentamento dos burgúndios (Thompson, 1982 pp. 31-36; 251-256). Excetuando-se críticas infundadas como as de Bartholomew, a proposta de Thompson é ignorada nos autores mais recentes (Drinkwater, et al., 1992 pp. 49-94), com a exceção da solução de compromisso dada por C. E. Nixon (Nixon, 1992). Peter Heather defende que fosse uma solução preventiva (e não em resposta a alguma ameaça saxônica) em relação aos vândalos na Hispânia e possivelmente também à Armórica (Heather, 2006 pp. 241-244). Guy Halsall acredita que tenha sido uma solução pontual de Flavio Constantius e que o assentamento a longo prazo é uma projeção de autores posteriores, como Sidônio Apolinário (Halsall, 2007 pp. 229-233).

²⁵⁵ incipienter esse quasi barbari, quia non permittbantur esse Romani.

rebelião ousadamente contra Aécio (Constâncio de Lyon, *Vita Germani*: 28,40).²⁵⁶

Nesse mesmo contexto, a crônica nomeia o líder dessa rebelião como Tibato, nos termos de *Tibato princeps*, o que, novamente, uma leitura literal poderia dar contornos aristocráticos. Embora a sua descrição na *Vida de São Germano* (40) como um pérfido e astuto (*perfidia* e *calliditate multiplici*, termos semelhantes ao *servus callidus*) desencoraje tal leitura. O cronista fala de outros líderes (*principes*) quando relata que a captura de Tibato e de todos eles em 437 encerrou a comoção dos bagaudas (*Chronica Gallica de 452*: 119 [a.437]).²⁵⁷ Novamente, não me parece justificável associar esses líderes a pessoas de alto estatuto social, principalmente quando se compara com a narrativa de Constâncio de Lyon sobre os mesmos eventos. Constâncio, que nunca deixa de enfatizar o estatuto de pessoas importantes que encontram o santo como nobres locais, não faz isso com a delegação do *Tratus Armoricanus*, que pede ajuda a Germano (Constâncio de Lyon, *Vita Germani*: 28).

Outro elemento que aparece na *Crônica Gálica de 452* é algo já mencionado no capítulo anterior: a atração que o levante na Armórica exerceu sobre as pessoas não livres (*servitia*) da Gália.

Essa passagem da *Crônica de 452* poderia, por exemplo, sinalizar algum nível de aproximação das ações dos bagaudas dos interesses de outros grupos. E assim os bagaudas estariam estabelecendo conexões com diversos tipos de trabalhadores não livres das Gálias que estariam reunidos sob essa palavra: *servitia*. Tal leitura pode ser complementada pelo relato sobre uma revolta de escravos que aconteceu na cidade de Baza alguns anos antes (Paulinus Pellaeus, *Eucharisticos*. 328-336). Em que medida isso foi significativo é muito difícil precisar para além da possível associação com o levante de escravos em Vasate. Pensando essa atração em termos da lógica política das ações dos bagaudas, a forma com a qual o cronista a descreve, associada ao discurso de Salviano, sobre os não livres aparece mais como uma consequência involuntária do que fruto de uma política ativamente construída. Muito embora, pela forma com a qual o cronista estabelece a relação entre os bagaudas e a conspiração sobre os não livres de quase toda a Gália, isso foi uma ameaça merecedora de nota.

²⁵⁶ (...) loca illa inclinanda pro rebellionis praesumptione (...) indisciplinatum populum ad rebellionem pristinam reuocasset.

²⁵⁷ Capto Battone et ceteris seditionis partim principibus vinctis, partim necatis Bacaudarum commotio conquiescit.

E a aproximação dessas revoltas aos interesses das classes não livres poderia até ser reforçada com as descrições presentes na poesia *De Redito Suo*, de Rutilio Namaciano, e na comédia *Querolus*. Embora esse conjunto documental seja muito pouco para se reconstruir um programa político da frente unificada das classes trabalhadoras do Mundo Romano tardio, é o suficiente para se constituir em fortes indícios de uma crise de hegemonia da aristocracia latifundiária romana.

Em *De Redito Suo*, Rutilio Namaciano mencionaria escravos fazendo de escravos seus próprios senhores, embora não mais que isso. Já em *Querolus*, embora sua datação seja mais incerta, apresenta uma localização bem plausível de um foco de bagaudas e uma descrição razoavelmente completa de uma sociedade onde tudo é permitido e cujas leis e governo são articulados de forma horizontal. Essa descrição, mesmo não tendo uma datação precisa, por causa do estilo e da forma da escrita da comédia, pode ser atribuída à Gália da Antiguidade Tardia. Partindo do que trabalhei no terceiro capítulo, a descrição da sociedade do além Loire descrita no *Querolus* é absolutamente periférica ao desenvolvimento da trama da comédia. Assim, sua utilização nessa passagem pode ser vista como uma digressão do poeta, menos condicionada pelas exigências do gênero do que pelo estabelecimento de referências ao contexto social no qual a comédia foi composta e apresentada. Isso, por um lado, não permite que a comédia seja utilizada para fornecer as estruturas políticas e jurídicas das comunidades autônomas formadas pelos bagaudas. Mas, por outro, por mais idealizada ou caricatural que a descrição seja, ela ainda assim esboça o preconceito e a condescendência de classe para com um território sob controle de grupos subalternos. Esse trecho apresenta uma representação caricatural, mas reconhecedora da busca de autonomia apresentada pelos revoltosos gauleses. A passagem de *Querolus*, quando posta em contexto com os outros textos sobre os bagaudas, é um testemunho do impacto que as revoltas e seu controle recorrente das regiões setentrionais causaram no imaginário aristocrático galo-romano.

Além disso, mesmo com todos os conflitos de interpretação, a recorrência dos levantes é inegável. Um desses conflitos de interpretação está ligado à discussão a respeito da data de morte de Germano de Auxerre. Em uma tentativa de fazer com que as menções a Tibato nas entradas 117 e 119 da *Crônica Gálica* concordassem com a menção a Tibato na *Vita Germani*, Thompson defendeu que se deveria datar a morte de Germano para o ano de 437 (Thompson, 1984). A grande vantagem

dessa datação é que ela não exige a hipótese de que Tibato tenha sobrevivido aos levantes de 435-437 e retornado para liderar novos levantes na década de 440.

No entanto, datar a morte de Germano em 437 cria inúmeras dificuldades cronológicas e contradições entre as informações, como demonstrou Clifford Minor. Minor comparou exaustiva e minuciosamente os dados sobre os levantes armoricanos, o assentamento dos alanos na Armórica, e as informações na *Vita Germani* passíveis de serem datadas com o auxílio a outras fontes. Dentre esses dados oriundos da *Vita Germani* estão, principalmente, a idade de Valentiniano III, a coordenação dos trinta anos entre a sua morte e sua ordenação, assim como os momentos mais plausíveis para o encontro entre Germano e Valentiniano III. A partir disso, Minor decidiu por uma datação de 448 para a morte de Germano (Minor, 2004). Essa solução, porém, propõe o retorno de Tibato e um correspondente levante armoricano em 448, gera dois confrontos com os alanos (um em 442 e outro em 448) e implica ainda outro levante armoricano entre 441 e 445, para explicar as menções no texto poético de Merobaudes, resultando num total de quatro levantes, problemas que Minor considera menores do que os oferecidos pela datação da morte de Germano em 448.

A meu ver, a melhor solução é a de Frank Clover, que mantém a morte do santo entre 442 e 445, e que ainda assim corresponde a quase todos os critérios estabelecidos por Minor. Este pretere essa data por causa de uma imprecisão na contagem de anos do santo. Mas na solução de Clover, Tibato retornaria em 441-445, as ocorrências de levante seriam apenas em 435-437, 441-445 e, talvez, em 448 e o assentamento dos alanos na Armórica seria posterior ao pedido de anistia feito por Germano.

Essa cronologia resulta então em uma sequência de eventos que apresenta duas, ou talvez três, ocorrências de levantes. A derrota dos revoltosos em 437 e a captura de Tibato (*Chronica Gallica de 452*: 119) também foi associada às ações do general Litório (Thompson, 1982) (Clover, 1971 p. 47). Litório, de acordo com o Panegírico a Avitus composto por Sidônio Apolinário e pronunciado em 456 em Roma, teria submetido a Armórica com apoio de hunos antes de confrontar os godos: “Então Litório, excelso com a Armórica submetida, arrasta os cavaleiros citas (hunos)

pelas tuas terras, Arverne, contra as tropas dos Godos.” (Sidônio Apolinário. *Carmina*: VII 246-248).²⁵⁸

Os bagaudas armoricanos se levantariam em algum momento antes de 446, de acordo com um panegírico a Aécio composto por Merobaudes e provavelmente pronunciado no consulado de Aécio em 446.²⁵⁹

O habitante, agora mais gentil, percorre os bosques armoricanos,
A terra perdeu os costumes e, acostumada a esconder nos bosques
as rapinas buscadas pelo crime selvagem, aprende
a confiar Ceres aos campos inexperientes.
A mão revoltosa (*manus*) que longamente confrontou o esforço
Cesário,
Sustenta as leis, recebidas sob o nosso cônsul,
E quanto mais revolve o sulco [da terra] com arados géticos,
Mais recusa a associação bárbara das gentes vizinhas.

(Merobaudes, *Panegyricus*: 2.5-23).²⁶⁰

Merobaudes, após descrever a pacificação dos povos bárbaros nas proximidades do Reno, fala do camponês nativo da Armórica que deixou de se comportar de forma criminosa e passou a novamente trabalhar os campos abandonados. Thompson encontrou nessa passagem sinais de uma aliança entre os godos e os armoricanos, mas para isso, ele traduziu de forma diferente o trecho no qual se fala do uso dos arados géticos, lendo aí uma associação anterior e a partir de então recusada. Aqui, acredito que Merobaudes simplesmente sinalize que há trabalho sendo realizado por camponeses godos, que inclusive trabalham nas terras armoricanas, e que quanto mais esse trabalho agrário for realizado, ainda mais a tentação do comportamento selvagem será recusada. Para sustentar que essa agitação armoricana relatada na poesia aconteceu na década de 440, Clover defende que a pacificação do norte da Gália descrita aqui teria de ser resultado de dificuldades na década de 440, pois não faria sentido falar de sucessos temporários de Aécio, que já teriam sido demonstrados efêmeros na época de seu terceiro

²⁵⁸ Litorius Scythicos equites tum forte subacto/ celsus Aremorico Geticum rapiebat in agmen/ per terras, Aruerne, tuas.

²⁵⁹ Para a data provável do panegírico e para a carreira militar e literária de Merobaudes, cf. (Clover, 1971).

²⁶⁰ lustrat Aremoricos iam mitior incola saltus,/ perdidit et mores tellus adsuetaque saevo/ crimine quaesitas silvis celare rapinas discit/ inexpertis Cererem committere campis/ Caesareoque diu manus obluctata labori/ sustinet acceptas nostro sub consule leges/ et quamvis Geticis sulcum confundat aratris/ barbara vicinae refugit consortia gentis..

consulado. Como propus anteriormente, a proposta de um levante em 441-445, apesar de supor o retorno de Tibato, não evita a criação de um quarto levante.

Posteriormente, os Alanos foram deslocados para a região da Gália ulterior, uma ordem de Aécio que, como foi discutido anteriormente, resulta no pedido de ajuda dos armoricanos a Germano (Constâncio de Lyon, *Vita Germani*: 28; 40). A anistia não acontece e o resultado é possivelmente descrito na *Crônica Gálica de 452*:

Os Alanos, aos quais foram entregues pelo patrício Aécio as terras da Gália ulterior para serem divididas com os habitantes, subjugam os resistentes com as armas e, com os senhores expulsos, assumem à força a posse da terra. (*Chronica Gallica de 452*: 127 [a.442]).²⁶¹

A ambiguidade dessa passagem permite duas leituras diferentes, e essa ambiguidade deriva do sentido que se dá aos “senhores expulsos” que aparecem nela. É possível ler a passagem como se os senhores da terra (*dominis*) tivessem sido expulsos pelos alanos depois de um processo de dominação por meio das armas, indicando talvez a participação na revolta de pessoas de alto estatuto em 435-437. Mas *dominis* também pode ser simplesmente uma referência aos pequenos proprietários. Contudo, também é possível ler a passagem como se nela os alanos tivessem subjugado os habitantes (*incolis*) resistentes, e pudessem assumir a propriedade da terra uma vez que os senhores tinham sido expulsos pelo levante dos bagaudas. Essa segunda leitura concorda um pouco mais com a caracterização feita nessa investigação dos levantes de bagaudas como ações compostas por *rustici* e *humiliores*. E, além disso, não supõe que Aécio tenha enviado os alanos para expropriar aristocratas romanos, mas que tenha castigado os insurgentes que teriam feito isso anteriormente.

Há mais uma possibilidade de datação de levantes dos bagaudas: 448. Alguns autores defendem que haja outra menção aos levantes armoricanos em outro panegírico de Sidônio Apolinário (Thompson, 1952) (Clover, 1971):

“Quando temerosos, ele (Marjoriano) defendeu os habitantes de Tours contra as guerras, e tu estavas ausente (Aécio); depois de pouco tempo, lutaste lado a lado, onde Cloio, o Franco, as terras

²⁶¹ Alani quibus terrae Galliae ulterioris cum incolis dividendae a patricio Aetio traditae fuerant, resistentes armis subigunt et expulsis dominis terrae possessionem ui adipiscuntur.

abertas dos Atrebatos (Artois) invadira”. (Sidônio Apolinário, *Carmina*: v. 210-213)²⁶²

Nesse panegírico oferecido a Majoriano, em Lugdunum (Lyon), no ano de 458, Sidônio estaria descrevendo o desenvolvimento da fama e da honra de um jovem Majoriano ainda sob o comando de Aécio. Nesse trecho, Sidônio constrói o elogio a Majoriano por meio de um discurso hipotético feito pela esposa de Aécio, no qual a esposa repreende ao marido, descrevendo o quanto Majoriano estava sendo reconhecido como mais merecedor de glórias do que o próprio Aécio. Uma das ações que teria trazido para ele renome é a proteção de Tours contra o que Thompson e Clover consideram ser um levante dos bagaudas. Esse levante teria acontecido em 448, coincidindo com a menção feita a Eudócio na *Crônica de 452*.

Esse Eudócio, por sinal, é outra figura que rotineiramente é apontada como um líder dos bagaudas, mas que o texto da crônica não apresenta assim. Eudócio é um médico: “*Eudócio, médico por ofício, de gênio depravado mas treinado, delatado na Bagauda animada por estes tempos, foge para os Hunos.*” (*Chronica Gallica de 452*: 133 [a.448]). O único sinal de distinção de Eudócio é a menção de sua profissão de médico, mas isso sinaliza talvez uma origem urbana e educação profissional, não necessariamente um alto nascimento.

A ocorrência de 448 não menciona um novo levante, apenas relata que esse Eudócio fugiu para os hunos depois de descoberto como fazendo parte dos bagaudas (que poderiam ser bagaudas que atuaram anteriormente). A argumentação de que efetivamente tenha acontecido esse terceiro levante em 448 se baseia em uma menção feita por Jordanes. Em sua *História dos Godos*, Jordanes inclui os armoricanos como tropas federadas (*foederati*) na descrição do exército de Aécio na batalha dos Campos Cataláunicos, contra Átila, o Huno.

Em verdade, para a parte dos romanos, foi tanta a providência do patrício Aécio, ao qual então era dado apoio pela Coisa Pública (Estado) da região ocidental, de forma que, com guerreiros congregados de todas as partes, avançaria contra uma não inferior multidão feroz e infinita. De fato, compareceram auxiliares francos, sármatas, armoricanos, liticianos, burgúndios, saxões, ripuários, olibriones (outrora soldados romanos, então deveras solicitados já na

²⁶² Cum bella timentes/ defendit Turonos, aberas; post tempore paruo/pugnastis pariter, Francus qua Cloio patentes/ Atrebatum terras peruaserat.

condição de auxiliares) e consideráveis outras tribos celtas ou germânicas. (Jordanes, *Getica*: 36.191).²⁶³

Com base na explicação que Jordanes coloca após a enumeração das tropas, “outrora soldados romanos, e então atuando como auxiliares”, Thompson e Clover interpretaram como um sinal de sucesso no processo de sedição da região da Armórica a partir da metade do século V e isso teria acontecido como resultado de um levante em 448, isto é, posteriormente ao panegírico de Merobaudes. A história posterior da Armórica, impermeável ao domínio franco até a época dos reis carolíngios, também é utilizada por Thompson como um argumento nesse sentido (Fleuriot, 1980). A longa existência de comunidades agrárias caracterizadas pela pequena propriedade e a demora do desenvolvimento de aristocracias na região da Bretanha medieval parece confirmar a suposição de Thompson (Davies, 1988). Uma investigação sobre essa região nesse período posterior, porém, se confunde com a investigação sobre os processos de imigração bretã à Armórica (Thompson, 1982 p. 204) (Wood, 1987) e também implica transcender o recorte cronológico para o qual essa investigação se propõe. Ainda assim, penso que seja legítimo acompanhar Thompson e Clover, e entendo que a Armórica do meio do século V tenha conseguido tornar-se uma região com autonomia em relação ao Império Romano, isto é, bem antes dos processos migratórios bretões.

Assim, passo para a investigação das ações dos bagaudas da Hispânia. A crônica de Hidácio relata levantes, que ele também denomina como bagaudas, entre os anos 440 e 455 na região da Gália Tarraconense, no vale do Rio Ébro (Hydatius. *Cronica Galliciae*: 125, 128, 141, 142, 158). Inicialmente, Hidácio menciona um massacre de bagaudas tarraconenses, levado a cabo pelo general Astúrio em 441, e a vitória de Merobaudes em 443, genro de Astúrio, sobre os bagaudas de Araceli, uma região perto de *Tarraco* (Clover, 1971).²⁶⁴

²⁶³ A parte vero Romanorum, tanta Patricii Aëtii providentia fuit, cui tunc innitebatur res publica Hesperiae plagae, ut, undique bellatoribus congregatis, adversus ferocem et infinitam multitudinem non impar occurreret. Hi enim affuerunt auxiliares: Franci, Sarmatae, Armoriciani, Liticiani, Burgundiones, Saxones, Riparii, Olibriones (quondam milites Romani, tunc vero jam in numero auxiliorum exquisiti), aliaeque nonnullae Celticae vel Germanicae nationes

²⁶⁴ Asturius dux utriusque militiae ad Hispanias missus Terraconensium caedit multitudinem Bacaudarum (...) Asturio magistro utriusque militiae gener ipsius sucessor ipsi mittitur Meurobaudis, natus nobilis et eloquentiae merito uel maxime in poematis studio veteribus comparandus. Testimonio etiam prouehitur statuarum. Breui tempore potestatis suae Aracellitanorum frangit insolentiam Bacaudarum. Mox nonnulum inuidia perurgente ad urbem Romam sacra preceptione reuocatur.

Há um espaço de tempo de quase seis anos até que outra menção aos bagaudas ocorra. Aparece nesse contexto Basílio, outra figura que pode ser entendida como líder dos bagaudas, mas cuja única característica individual imputada a ele pelo cronista é a audácia.

Basílio, para dar testemunho à sua distinta audácia, com os bagaudas congregados, matou os federados na Igreja de Tyriassone (Tarrazona). E lá, Leo, bispo da mesma igreja, morreu naquele lugar, ferido pelos mesmos que estavam com Basílio.

Rechiário, distante junto ao sogro Teodoro (Teodorico) no mês de julho, em retorno, depreda com Basílio a região Cesaraugustana (Zaragossa). Com a cidade Ellerdense (Lérida) invadida de surpresa, um não pequeno conjunto de prisioneiros foi feito.

Os bagaudas tarraconenses são abatidos por Frederico, irmão do rei Teoderico, sob autoridade romana.

(Hydatius. *Cronica Galliciae*:141, 142, 158).²⁶⁵

Em 449, Basílio lidera um ataque ao exército federado em Tarrazona, matando no processo um bispo chamado Léo dentro da Igreja da cidade. Em 450, Rechiário, oriundo dos godos e genro de Teodorico, alia-se a Basílio em um ataque às cidades de Cesaraugustana e Lérida, onde fizeram prisioneiros. Mas dois anos depois, godos parecem quebrar a aliança e massacram os bagaudas da região liderados por Frederico, irmão de Teodorico.

Há muito pouco nos trechos sobre bagaudas na *Crônica* de Hidácio, mas o pouco que há permite algumas considerações adicionais. As interpretações sobre os bagaudas da Tarraconense são as mais variadas, tendo alguma influência a interpretação que pensa essas revoltas a partir de uma confluência com movimentos heréticos (Sanz Bonel, 2000), ainda havendo os que assimilam as motivações sociais e a resistência ao processo de criação do colonato (Pastor, 1978), mas a teoria mais aceita é uma mistura das características sociais com nativistas, muito semelhante às que se aplicava à Gália (Sánchez León, 1996). Como já foi

²⁶⁵ Basilius ob testimonium egregii ausus sui congregatis Bacaudis in ecclesia Tyriassone foederatos occidit. Vbi et Leo eiusdem ecclesiae episcopus ab hisdem qui cum Basilio aderant in eo loco obiit uulneratus. (...) Rechiarius mense Iulio ad Theodorem socerum profectus Caesaraugustanam regionem cum Basilio in reditu depredatur. Inrupta per dolum Ellerdensi urbe acta est non parua captiuitas. (...) Per Fredericum Theuderici regis fratrem Bacaudae Terraconenses caedentur ex auctoritate Romana

demonstrado, Hidácio está seguindo a descrição de Jerônimo dos bagaudas como *rustici*, e assim, me ateei à caracterização camponesa dos bagaudas hispânicos.

A figura de Basílio é passível de ser interpretada nos mesmos termos dos outros líderes bagaudas, mas novamente, só é possível especular algum papel prévio de liderança comunitária. Adicionalmente, as ações descritas na crônica de Hidácio têm elementos não encontrados nos relatos anteriores: a aliança com bárbaros, a captura de prisioneiros e o ataque a um bispo.

Apenas na Tarraconense os bagaudas atacam alguém relacionado à Igreja cristã, um ataque que, ao se interpretar os bagaudas da região também como uma revolta de camponeses, pode ser explicado como uma ação violenta contra um representante da Ordem romana, não necessitando nenhuma hipótese sobre qualquer caráter de heresia milenarista.²⁶⁶ Também, apenas aqui, excluindo-se a frágil suposição feita a partir do panegírico de Merobaudes a Aécio, aparece uma aliança entre bagaudas e qualquer tipo de bárbaros. A ameaça dos alanos enviados por Aécio contra os bagaudas da Armórica é um bom contraponto a essa aliança descrita por Hidácio, que me parece mais efêmera e pontual do que é assumido por alguns autores (Sanz Bonel, et al., 1995).

Há, no entanto, um elemento recorrente em todas as menções aos bagaudas, na Gália ou na Hispânia, e que novamente aparece no texto de Hidácio: a ação militar comandada por generais imperiais de alto posto. Pois as duas primeiras bagaudas relatadas por Hidácio são reprimidas por generais sob as ordens de Aécio: Astúrio e Merobaudes. As ações dos bagaudas associados a Basílio, porém, são derrotadas pelos próprios visigodos, sem a menção de nenhum oficial romano em seu comando (embora geralmente se assuma na historiografia que seja sob as ordens de Aécio). Por sinal, esse último levante de bagaudas é o de maior duração na região, sendo derrotado apenas em 452. E essa repressão parece ser efetiva. Assim, as referências aos bagaudas do vale do Ebro são apenas essas e sua história é ainda mais difícil de recuperar do que a dos bagaudas da Gália. Mas o sentido geral da descrição feita por Hidácio parece confirmar a impressão de crise nos instrumentos de dominação, uma crise intimamente associada à fragilização do Estado imperial.

²⁶⁶ Para essa leitura, cf. (Sanz Bonel, 2000).

Os eventos descritos por Hidácio formam pouco a pouco uma narrativa que delinea uma trajetória rumo à catástrofe do Império e, embora Hidácio demonstre entender as razões militares e práticas que levaram a esse caminho, em termos gerais, condena Aécio por confiar cada vez mais em tropas bárbaras. Dentro desse enquadramento, os bagaudas tendem a ser mais um elemento de descrição da ruína do Império (Burgess, 1993). A partir desse enquadramento ideológico da *Crônica* de Hidácio, é possível ler essa ausência de um líder romano derrotando os bagaudas, lado a lado com a tomada de armas contra as negociações com os suevos feitas pela plebe de algumas *civitates* da Gallaecia (Hidácio, *Cronica*: 91, 171, 186), como mais um elemento no processo de falência do controle romano sobre a Hispânia.

Esse processo de falência é o contexto comum dos relatos sobre os bagaudas no século V. No que diz respeito à Gália, a tendência que aparece na documentação é a de que as evidências sobre os bagaudas na Gália vão ao longo do século V cada vez mais se concentrando na região da Armórica. E essa tendência, quando se toma a documentação em conjunto e se considera a história posterior da região, parece consolidar o desenvolvimento dessas revoltas como um do projeto de sedição. Em comparação, na Hispânia, a única fonte é a crônica escrita por Hidácio; assim, é impossível pensar em termos de tendência fora do enquadramento da própria escrita do autor.

Contudo, acredito que haja base empírica para afirmar que na Gália do século V os levantes denominados bagaudas alcançaram resultados diferentes daqueles do século III. Como expus anteriormente, os bagaudas do século III podem ser entendidos como resistências iniciais aos processos de intensificação da produção agrária que aconteceria na Gália tardo-antiga. Essa resistência, possível em um momento de crise do Estado e da dominação aristocrática na Gália, teria sido dobrada pela intervenção de Maximiano e controlada com a reorganização do Estado imperial. Os bagaudas do século V, por outro lado, agem em um contexto diferente, pautado principalmente pela interrupção daquele processo de intensificação. E, adicionalmente, a partir do século V, pode-se falar da presença nos relatos sobre os bagaudas de uma reivindicação contra o peso dos impostos, que, seguindo as denúncias de Salviano, permite entender suas ações como opostas de forma articulada tanto contra o Estado romano, quanto contra os poderosos locais. A esse duplo sentido de sua resistência à exploração, podem ser acrescentados os programas de sedição. A crise do Estado imperial, que resulta na desarticulação das

redes comerciais, mas também numa suspensão temporária das garantias às estruturas de propriedade da terra, também acarreta um processo de desorganização das relações de dominação, isto é, uma crise de hegemonia no controle das regiões rurais da Gália. E, embora exista apenas um relato para os bagaudas da Tarraconense, ele permite uma leitura dos bagaudas dessa região que concorda com a lógica dos eventos na Gália. Os bagaudas na Hispânia, porém, parecem ter sido definitivamente derrotados após 452.

Por fim, mesmo que, dado o caráter fragmentário da documentação, se reconheça que qualquer afirmação definitiva da ideia dessas revoltas como uma crise de hegemonia é impossível, ainda assim é possível ter alguns vislumbres das lógicas e dos impactos das ações dos bagaudas, muito embora esses vislumbres sejam organizados e conformados por uma cronologia que obedece aos critérios de seleção dos eventos que mais importam para as classes dominantes. De forma que, se é possível ter esses vislumbres dos bagaudas é porque eles aparecem pontualmente dentro de uma narrativa que, se pudesse, não falaria deles. Mas não pode não fazê-lo já que eles foram parte importante do processo de crise do poder aristocrático galo-romano.

Quando se passa à investigação das práticas dos circunceliões, a natureza das descrições e o contexto mudam, assim como o resultado dessas ações. As práticas dos circunceliões são até mais bem descritas do que as dos bagaudas. Mas a dificuldade aqui são as múltiplas características dessas ações e as motivações imputadas a eles pelos autores antigos.

No trecho relativo ao texto de Optato (3.4, utilizado na seção anterior), os circunceliões agonísticos impediam a ação de agentes responsáveis pela cobrança de dívidas, e mandavam cartas de ameaças aos credores e, quando esses apareciam, eram cercados por uma multidão que lhes colocava na posição de suplicantes (o que Optato descreve como uma inversão, pois quem deveria suplicar eram os devedores, não os credores), e escapar vivo era considerado um ganho. Além disso, nessa sua descrição dos circunceliões, menciona a prática de atacar viajantes, aparentemente com algumas posses, mas em vez de roubá-los (Optato não fala nada de roubo em momento algum), apenas os colocavam para acompanhar as suas carruagens a pé, enquanto seus escravos eram colocados na posição de senhores, conduzindo a carruagem. Os circunceliões invertiam a posição de mestre e escravo.

O que também se deve reparar é naquilo que não há aqui. Optato não menciona nenhum credor morto ou espancado. A *ameaça* da violência é o máximo que apresenta nessa descrição da ação dos circunceliões. A única morte pelas mãos dos circunceliões efetivamente relatada é a de um soldado imperial no confronto com as forças de Paulo e Macário. Também é significativo que nesse trecho Optato confesse que a relação entre donatistas e circunceliões aconteceu inicialmente na forma do confronto. O Conde Taurinus (o então *Comes per Africam*) teria sido chamado pelos próprios donatistas para conter os circunceliões, na localidade Octaviense, e depois da ação violenta do magistrado sobre os circunceliões, os próprios bispos donatistas da região teriam se recusado a aceitar os corpos deles nos cemitérios de suas basílicas. Há em *Contra Donatistas*, portanto, duas ações militares de repressão dos insurgentes rurais na Numídia, mas na primeira os próprios donatistas é que teriam convocado o poder imperial. E só depois dessa apresentação inicial dos circunceliões, cujo número teria crescido desde suas primeiras aparições, é que Optato retorna à sua declaração inicial de que Donato de Bagaia teria pedido a ajuda desses para impedir a ação de Paulo e de Macário. No conjunto dos textos de Agostinho, excetuando-se as menções metafóricas à morte da Alma por causa do rebatismo, as mortes efetivamente causadas pelas ações violentas também são raras.

De acordo com Optato, apenas após saber da presença dos homens violentos chamados por Donato de Bagaia é que Paulo e Macário teriam solicitado apoio militar ao outro *Comes per Africam*, Silvestre. Nesse contexto, Optato afirma que uma grande quantidade de grãos foi acumulada na cidade, transformando uma igreja em uma espécie de celeiro. Pode-se estabelecer uma relação desse armazenamento com o uso militar (já que Optato chama o acúmulo de *annona*). Mas esse acúmulo também pode ser pensado em oposição à suposta caridade de Paulo e Macário, uma vez que ele afirma explicitamente que a turba teria sido orientada contra essa suposta caridade. Essa resistência dos donatistas à caridade na cidade de Bagaia resulta em um massacre dos seguidores donatistas. Optato justifica essa violência porque um dos soldados enviado na frente teria sido espancado e morto, e depois disso, nem os líderes dos soldados teriam sido capazes de controlar a fúria dos outros soldados sob suas ordens.

E essa justificativa tem um papel importantíssimo na estratégia de discurso por ele estabelecida no *Contra Donatistas*. A principal preocupação de Optato é

ênfatisar nesse relato que essa violência dos soldados contra os que resistiram em Bagaia foi de responsabilidade dos donatistas, que usaram de violência antes, e não dos cecilianistas, cuja relação com os soldados do Império teria sido apenas incidental. Nesse capítulo, Optato trata da acusação do uso do poder e da violência que os donatistas jogavam contra os cecilianistas. Há uma linha de argumentação auxiliar, a de que a violência pela unidade é legítima: os que foram massacrados em Bagaia estavam resistindo à caridade imperial. Assim, a violência praticada contra os donatistas é praticada pelos homens do Império, não pelos cecilianistas. E, além disso, há o argumento de que é justificável a violência em defesa da unidade da Igreja cristã. Para ele os violentos são apenas os donatistas por meio de seus soldados circunceliões, pois sua violência não é justificável por ser contrária à unidade da Igreja. A violência dos donatistas, praticada pelos circunceliões contra os católicos é injusta, pois é contra a unidade, enquanto a violência praticada pelos soldados do Império em favor da unidade da Igreja é justificável, é legítima.

A leitura acima do texto de Optato buscou demonstrar as dificuldades de se associar donatistas e circunceliões. Uma dessas dificuldades é que Optato relata que os bispos donatistas da Numídia não reconheciam a santidade dos circunceliões mortos no primeiro episódio, na localidade de Octaviense. E, por outro lado, o episódio em Bagaia, onde teria havido uma ação conjunta de donatistas e circunceliões, apresenta uma circunstância de conluio. Mas essas associações são no máximo temporárias e, apesar da insistência cecilianista em afirmar a organicidade, os bispos donatistas e circunceliões apresentam diferenças antes e depois do episódio de Bagaia. Um exemplo claro aparece também em uma carta de Agostinho a Macróbio, um bispo donatista, escrita entre os últimos dias do ano de 409 e o mês de agosto de 410, na qual Agostinho justifica o emprego da lei imperial contra os donatistas, já que estes teriam suas próprias fontes de emprego da violência contra os cecilianistas:

A unidade é repelida, para que nós reivindicemos leis públicas contra as improbidades dos vossos (pois não desejo dizer “vossas”) ²⁶⁷, e contra as mesmas leis seriam armados os circunceliões, contra as quais lutariam com aquele mesmo furor, que eles despertaram contra vós sempre que se enraiveciam contra essas. A unidade é repelida, para que contra os proprietários deles a

²⁶⁷ Novamente Agostinho insinua a ação feminina dentre os circunceliões.

audácia camponesa seja erigida e os escravos fugitivos, contra a disciplina apostólica, não só se alienem de seus senhores, mas ainda verdadeiramente ameacem aos senhores, e nem só ameaçariam, mas também com agressões violentíssimas os depredariam, com os agonísticos (*agonistici*), confessores vossos, autores, gerais e líderes na mesma maldade, que com “Deus é louvado” adornam vossa honra, que com “Deus é louvado” vertem os sangue alheio (...); (Agostinho, *Epistolae*: 108.18).²⁶⁸

Agostinho associa o cisma (a refutação da unidade) diretamente às ações dos circunceliões. Pois, de acordo com o bispo de Hipona, o propósito do cisma é permitir que as ações de subversão da ordem social dos circunceliões possam acontecer. A primeira coisa a se prestar atenção é que nesse contexto preciso do levante social, Agostinho chama os circunceliões de *agonistici*, diferentemente da sua fórmula usual para menções vagas ou quando a violência é unicamente contra clérigos que deixaram os donatistas e passaram para os cecilianistas: “seus circunceliões e clérigos donatistas”. Aqui, Agostinho está se endereçando diretamente a um clérigo donatista, e me parece por isso ser necessário que ele seja mais preciso com relação à diferenciação entre circunceliões contratados para apoiar e aqueles que praticam ações especificamente subversivas.

As ações aqui descritas são muito semelhantes às descritas por Optato, apresentando, contudo, ainda mais detalhes na descrição da inversão da relação entre senhores e escravos, sugerindo que agora os circunceliões permitem que os últimos ameacem os primeiros e, com o apoio dos agonísticos, os escravos tomem propriedades dos senhores. Isso é posto ao lado do que Agostinho chama de levante da audácia rústica. O que Agostinho apresenta aqui é sem dúvida um levante camponês contra os grandes proprietários que comandam seu trabalho. Se esse levante é apenas de circunceliões, ou se é liderado por eles e se alastra para *coloni* ou outro tipo de trabalhadores, esta segunda opção é bem plausível, já que a

²⁶⁸ Fugitur unitas, ut nos adversus vestrorum (nolo enim vestras dicere) improbitates quaeramus publicas leges, et adversus ipsas leges armentur Circumcelliones, quas eo ipso furore contemnant, quo in vos eas cum furerent excitarunt. Fugitur unitas, ut contra possessores suos rusticana erigatur audacia, et fugitivi servi contra apostolicam disciplinam, non solum a dominis alienentur, verum etiam dominis comminentur; nec solum comminentur, sed et violentissimis aggressionibus depraedentur, auctoribus et ducibus, et in ipso scelere principibus agonisticis confessoribus vestris, qui ad "Deo laudes" ornant honorem vestrum, qui ad "Deo laudes" fundunt sanguinem alienum (...).

audácia rústica se associa à dos escravos, os quais os *agonistici* auxiliam a se alienar dos senhores e a depredá-los.

Nesse contexto de subversão social, a conexão que Agostinho apresenta entre donatistas e *agonistici* é que estes sejam confessores daquele, isto é, que compartilhem a mesma fé, a mesma religião. Novamente, como Agostinho está se endereçando a um donatista, ele não pode fazer o tipo de ilação vaga que ele repete em outros lugares, devendo ter o cuidado de especificar que, nas situações de ataque contra a Ordem social romana, o que ele pode fazer é acusar os clérigos donatistas de negligência ou inação, não de aliança com os circunceliões *agonistici*. O caráter das depredações, isto é, do que foi tomado dos possesores, é vago, sendo difícil dizer o que efetivamente implicava esse tipo de ação. Como logo em seguida Agostinho fala de lugares tomados, poderia se pensar em ocupação de terras, mas como no contexto em que Agostinho menciona os lugares ele está se referindo à disputa por igrejas, essa hipótese é difícil de sustentar.

(...) para que, por causa do ódio dos homens, com os vossos reunidos e também correndo em várias direções, prometêsseis-vos prontos a retornar as pilhagens àqueles, dos quais foram tomadas. Embora nem vós desejásseis que cumprísseis implementar isso, para que não sejais coagidos a ofender excessivamente a audácia daqueles, a qual vossos presbíteros julgaram necessária para si. Pois ao redor vosso se gabam dos seus méritos precedentes, eles que demonstram e enumeram perante aquela lei, com a qual regozijais retornada a liberdade a vós, os lugares e as basílicas que os vossos presbíteros mantiveram através daqueles, com as nossas devastadas e expulsas, de forma que se quisésseis ser severo com aqueles, pareceríeis ingratos com os benefícios deles (Agostinho, *Epistolae* :108.18).²⁶⁹

Agostinho admite que os donatistas teriam prometido atuar de forma a convencer os *agonistici* a devolver as propriedades tomadas por eles. Embora para o bispo Hipona isso tivesse sido uma promessa vazia, isso é um indício de que a

²⁶⁹ (...) ut vos propter hominum invidiam collectis vestris, atque discursis promittatis praedas eis, a quibus ablatae sunt, reddituros. Nec tamen et hoc velitis, ut valeatis implere, ne illorum audaciam, quam sibi putaverunt vestri presbyteri necessariam nimium cogamini offendere. Lactant enim praecedentia circa vos merita sua, demonstrantes, et enumerantes ante istam legem, qua gaudetis vobis redditam libertatem, quod loca et basilicas per eos presbyteri vestri vastatis nostris fugatisque tenuerunt, ut si in eos volueritis esse severi, beneficiis eorum appareatis ingrati.

ideia de organicidade entre donatistas e circunceliões agonísticos não seja tão real quanto Agostinho afirma. A conexão entre donatistas e circunceliões que ele endereça claramente a Macróbio, porém, é a de que os primeiros teriam usado os segundos para tomar basílicas e lugares dos cecilianistas. Ou seja, o emprego de homens violentos para fazer valer a propriedade de um partido ou de outro sobre as propriedades eclesiásticas e que, por isso, Agostinho supõe, os donatistas não fariam valer a sua promessa aos *possessores* de sua região.

A intersecção entre os interesses de Agostinho e os dos poderosos locais em acalmar os circunceliões é expressa de maneira clara em um trecho de seu escrito contra Gaudêncio, no qual ele justifica a repressão contra os donatistas e seus bandos violentos. Aqui ele confunde as fronteiras entre donatistas e circunceliões, assimilando o restabelecimento da ordem ao estabelecimento das leis contra os donatistas, as quais, quando bem executadas, resultariam ocasionalmente na morte de alguns dos homens violentos associados aos donatistas.

E, pois, nem esses que morrem pelo menos ao número daqueles são igualados, os quais, oriundos daquele gênero, já agora são mantidos pela ordem da disciplina, com o nome e a obra dos circunceliões perdidos, sujeitam-se a cultivar as terras, conservam a castidade, mantêm a unidade: o quanto menos aqueles perdidos são igualados ao número de ambos os sexos, não só dos rapazes e das garotas, dos jovens e das virgens, ainda verdadeiramente dos casados e dos anciões, dos quais inumeráveis a partir da nefasta dissensão dos donatistas atravessaram para a verdadeira paz de Cristo? (Agostinho, *Contra Gaudentium*: I.33).²⁷⁰

Mas aquelas mortes se justificariam ao final das contas em nome da pacificação e do retorno da ordem social, com os circunceliões retornando a trabalhar pacificamente nos campos (o que pode adicionalmente ser considerado sinal das origens camponesas desses homens).

Agostinho é ainda mais vago na carta que escreveu a Bonifácio em 417 (Agostinho, *Epistolae*.185.15, na seção anterior). Aqui ele narra como senhores

²⁷⁰ Neque enim isti qui pereunt, illorum saltem numero aequantur, qui ex ipso genere nunc iam tenentur ordine disciplinae, colendisque agris amisso Circumcellionum et opere et nomine inserviunt, servant castitatem, tenent unitatem: quanto minus coaequantur isti perditum numero utriusque sexus, non solum puerorum et puellarum, iuvenum et virginum, verum etiam coniugatorum et senum, quorum innumerabiles ex Donatistarum nefaria dissensione in pacem Christi veram et catholicam transeunt?

temiam seus escravos quando esses passavam ao patrocínio dos circunceliões-donatistas. Agostinho fala de ataques às despensas (*consumptorem apothecarum*), mas é difícil entender se ele associa isso aos circunceliões ou aos escravos. Agostinho também descreve a proteção contra cobradores de dívidas, mencionada por Optato, assim como a devolução das anotações de dívidas dos devedores aos credores. Nesse trecho da carta, Agostinho também menciona a destruição das tábuas de registro de maus escravos e que os escravos se vingavam com chicotadas dos senhores mais cruéis, o que se seguiria pelo emprego de certos senhores nascidos em lugar nobre e educados (*pater familias*) que eram levados a moinhos para conduzir sua rotação presos, também sob chicotadas. E por fim, o impedimento do trabalho dos cobradores de impostos.

Como a carta de 417 é uma confluência de tudo que Agostinho já tinha escrito sobre donatistas e circunceliões, seria difícil separar uma coisa da outra, mas a comparação com outros escritos dele possibilita ver como Agostinho diferencia donatistas, circunceliões e agonísticos quando seu interlocutor exige que ele tenha mais cuidado. Mas, em sua carta a Bonifácio, já tendo sido vitorioso no processo de caracterização do donatismo como cisma e se endereçando a alguém que não exigiria melhor cuidado em suas classificações, Agostinho automatiza o discurso e iguala donatistas, circunceliões e agonísticos. Mas essa igualação é o resultado de seu esforço político, não um dado prévio da realidade, como fica demonstrado no cuidado com que Agostinho escreveu a Macróbio.

No capítulo anterior, foi possível ver como o martírio autoinfligido seria um problema não apenas circunscrito aos circunceliões, não apenas da religiosidade donatista, mas também dos confessores do cristianismo cecilianista. O mesmo pode ser pensado do uso de bandos de circunceliões contratados pelos próprios cecilianistas. Isso foi proposto por Brent Shaw, que contextualizou toda a questão da violência cristã na África do século IV e início do V em relação à disputa pelas propriedades eclesiásticas e às diferentes decisões legais. Essas decisões legais, dependendo do momento político, eram mais favoráveis a um partido ou a outro. Shaw também demonstrou os inúmeros sinais do uso recorrente de bandos armados para fazer valer a lei, ora para um lado, ora para o outro (Shaw, 2011).

Uma evidência do esforço de Agostinho em mascarar a ação de bandos violentos do lado dos católicos está na mesma carta de Agostinho a Macróbio:

Assim como aquele Rusticianus, subdiácono oriundo do campo (...), o qual, depois de não muitos dias, imiscuído da audácia daqueles mesmos perdidos, como desejava, foi morto numa agressão noturna, durante latrocínio e um incêndio seus, com embate de uma multidão que veio em auxílio. (Agostinho, *Epistolae*: 108.19).²⁷¹

Aqui Agostinho relata que Rusticianus, um diácono cecilianista de origem rural, mudou de lado e se imiscuiu entre os donatistas. Um dos motivos alegados por Agostinho é que ele recorrera aos circunceliões para que o ajudassem a escapar de suas dívidas. De acordo com Agostinho, Rusticianus foi morto num confronto entre os “perdidos” e uma multidão que veio impedir que os primeiros fizessem um incêndio. Essa inocente multidão, no entanto, assassina um antigo cecilianista, agora donatista, atuando dentro de um padrão que Agostinho geralmente imputa aos “circunceliões e clérigos donatistas”. Essa não é a única menção de Agostinho a possíveis bandos violentos cecilianistas, e Shaw demonstra claramente a recorrência dessas defesas veladas, o que deixa cada vez mais claro que tanto os donatistas quanto os cecilianistas se utilizavam da “mão de obra de circunceliões”. (Shaw, 2011 pp. 694-700).

O emprego de homens violentos contratados pelo partido de Agostinho talvez explique por que Agostinho prefira evitar (e até ridicularize nas Narrações do Salmo 132) o termo *agonistici*. Agostinho, nessa leitura dos eventos, estaria tentando imputar apenas aos donatistas o uso dos circunceliões que os cecilianistas também fariam.

Por outro lado, como o próprio Agostinho admite, *agonistici* é o termo utilizado pelos circunceliões para se referirem a si mesmos. Isso pode indicar onde se interseccionam as questões mais propriamente sociais dos revoltosos e sua linguagem religiosa e orientações religiosas. É possível, então, pensar os circunceliões como um termo utilizado para se referir a trabalhadores contratados em *cellae*, para trabalho sazonal, e cujos bandos eram ocasionalmente utilizados pelos donatistas e pelos cecilianistas na tentativa de fazer valer os seus direitos sobre basílicas, assim como para fazer a justiça contra clérigos que tivessem mudado de lado.

²⁷¹ Sicut iste de agro subdiaconus Rusticianus (...) qui non post multos dies, eorumdem perditorum sicut desideravit commixtus audaciae, et in nocturna aggressionem, in medio latrocinio atque incendio suo, subvenientis multitudinis concursu, peremptus est.

E os circunceliões que atuavam nas regiões rurais, realizando o tipo de ação subversora da ordem acima descrita, seriam aqueles que assumiam a denominação de lutadores, combatentes, especificamente *agonistici*. Estes eram liderados não por bispos donatistas, mas pelos que Optato e Agostinho chamam de “generais dos santos”. Esses generais dos santos provavelmente aparecem no texto de Possídio como maus professores (*malis doctoribus*, Possídio, *Vita Sancti Augustini*: XI). E essas figuras são possivelmente a intersecção entre as reivindicações sociais dos circunceliões e a religião cristã de modalidade donatista. E, embora eu descarte a ideia de que haja qualquer prática asceta da parte deles, me parece justificável aceitar as seguidas acusações de Agostinho de que eles compartilhassem a religiosidade donatista, principalmente no que diz respeito ao culto aos mártires e às implicações que isso tem no desenho de um cristianismo combativo que eles poderiam apresentar como justificativa para suas ações contra a Ordem social romana.

As ações dos circunceliões agonísticos que são descritas por Optato, Agostinho e Possídio parecem possuir um tipo de racionalidade reivindicadora de direitos (como a luta contra a cobrança abusiva de dívidas) e um tipo de organização para ação (escrita de cartas que demarcavam o território onde não se poderia realizar esse tipo de cobrança), que se assemelham muito com o tipo de ação social descritas por E. P. Thompson como *economia moral da multidão* (Thompson, 1998). Isto é, ações coletivas das classes subalternas que se organizam racionalmente para resistir à ação dos homens poderosos que estariam desequilibrando e ofendendo relações sociais anteriormente estabelecidas pelo costume. O reconhecimento da possibilidade de se utilizar a categoria de economia moral da multidão para a compreensão dos circunceliões também foi sugerido por Leslie Dossey. Para Dossey, essa explicação está na progressiva politização desses camponeses e essa politização é desenhada por meio da criação, principalmente no século III, do alto número de municipalidades rurais africanas e, no século IV, por meio da substituição desse processo pela criação de bispados rurais. Isso teria levado o cristianismo nas zonas rurais a assumir o papel de educar e gerar lideranças para os habitantes dessas regiões rurais.

Embora eu acredite que Dossey tenha chamado atenção para um ponto muito importante ao explicitar a conexão das pregações dos bispos rurais donatistas com a politização dos rústicos da Numídia (Dossey, 2010 pp. 147-172), a meu ver, sua

argumentação coloca um peso excessivo no papel dos bispos rurais como organizadores dos circunceliões. Esse peso excessivo do papel dos bispos se dá para poder dar conta da presença de letrados e da escrita das cartas, mas também porque ela entende os circunceliões como ascetas errantes. No entanto, o contato desses homens com pessoas com alguma formação letrada não se restringe a bispos, pois outras figuras letradas podem ser pensadas em conexão com os circunceliões, ao se adotar a definição dos circunceliões, de acordo com a lei 16.5.52, como mão de obra contratada geralmente em associação com *procuratores* ou *conductores* letrados. A isso Brent Shaw acrescenta a evidência da atuação de intermediários contratadores de mão de obra, *mancipes*, como aparece em uma inscrição de Mactaris (CIL 8.11824). Isso casa perfeitamente com algo mencionado por Agostinho a respeito da punição aos circunceliões: “De onde pelas justas constituições [dos imperadores] sofram merecidamente os contratadores (*mancipes*) dos circunceliões penas mais graves do que as que atuam nos circunceliões.” (Agostinho, *Contra Epistolam Parmeniani*: 1.11.18).²⁷² Assim, a associação com qualquer tipo de clérigo donatista, embora possível, não é necessária para o acesso à escrita (Shaw, 2011 pp. 640-652).

A dificuldade em se utilizar um modelo semelhante para entender os bagaudas, ao qual faltaria apenas o uso de uma linguagem religiosa no processo de politização e organização, é de caráter documental. Mas há outra diferença importante. Os circunceliões (ou circunceliões agonísticos) são descritos como exercendo uma ação reguladora das injustiças nas regiões rurais da Numídia, o que também pode ter como contexto os processos de intensificação da produção agrária, que podem até ter sido mais acentuados na África. Assim, as ações dos circunceliões podem ter como objetivo a proteção das comunidades rurais dos abusos resultados desse processo de intensificação, isto é, do aumento da concentração da propriedade e das tentativas de exercer maior controle do trabalho rural. No entanto, os circunceliões não demonstram ter consolidado o tipo de domínio territorial apresentado pelos bagaudas. Assim, as ações dos circunceliões aconteceram dentro de um quadro de manutenção da estrutura de propriedade da terra. Isso pode significar, por um lado, que a crise de hegemonia aristocrática na Numídia do século IV e início do V não alcançou o grau de intensidade que se

²⁷² Unde merito constitutionibus iustis graviora patiuntur circumcellionum mancipes quam faciunt circumcelliones.

encontra na Gália,²⁷³ mas também permite explicar por que o programa de ação dos circunceliões se ajusta melhor à conceituação tradicional de uma economia moral da multidão.

Em comparação com os líderes dos bagaudas, também é marcante a presença do componente de discurso religioso nas fontes sobre os circunceliões. Mas, também em comparação com os bagaudas, acredito que as menções a Axido e Fasir e aos generais dos santos não nomeados da época de Agostinho, em conjunto com as menções a Aeliano e Amando, as menções de Tibato e os outros líderes, assim como a de Eudóxio, o Basílio que aparece na Tarraconense, e até mesmo a busca de apoio e intermediação na figura de Germano, podem oferecer muito mais para a compreensão das revoltas do que as tentativas de encontrar origens sociais superiores para essas figuras (ou cargos na hierarquia donatista). A comparação entre os dois conjuntos de lideranças permite orientar a reflexão para o papel dos líderes na articulação e organização desses levantes. De forma que penso que seja bem difícil traçar uma ligação direta dessas lideranças com sua condição social (com a exceção talvez de Eudóxio) como pequenos proprietários, arrendatários livres ou não, ou mesmo de elites locais, mas parece bem razoável pensar esses homens assumindo papel de liderança a partir das relações estabelecidas previamente em suas comunidades locais.

A demonstração desse tipo de politização para os bagaudas é difícil, assim como o papel específico desses líderes locais. Mas, ainda assim, acho que se justifica no plano do confronto de hipóteses. Pois acredito ter demonstrado como as ações dos bagaudas e dos circunceliões, em sua modalidade “agonística”, ajusta-se muito melhor a um caráter subalterno e subversivo do que a uma lógica de subordinação a poderosos locais, ou a algum tipo de orientação puramente religiosa.

Em seu *Constructing Communities in Late Roman Countryside*, Cam Grey demonstra como as transformações sociais, com o aparecimento de novos personagens nas regiões rurais, e as transformações no aparelho estatal tributário reorganizaram as relações rurais no Império tardio, resultando em múltiplas oportunidades de negociação e apropriação pelas classes subalternas das regras de interação social com os proprietários e com os agentes do Estado (Grey, 2011). Esse é um lado do processo de reorganização das comunidades rurais que Grey tende a

²⁷³ Algo do qual apenas Agostinho discordaria, defendendo que as ações dos circunceliões eram piores do que as dos bárbaros, cf. Agostinho, *Epistolae*:111.1.

ver sempre do ponto de vista do cálculo do risco da *household* individual. O outro lado desse processo é a politização e as identidades comunitárias que são geradas e que se tornam a base para as ações de resistência e atuação armada que aparecem nas ações de bagaudas e circunceliões. Essa politização, que tem demonstração empírica frágil no caso dos bagaudas e mais sólida no caos dos circunceliões, é, em uma reflexão comparativa com revoltas rurais de outros tempos e lugares, fundamental para o acontecimento das revoltas. Os processos sociais que desembocam nas insurgências rurais não podem ser entendidos, como é a norma na literatura dos anos 1960 sobre bagaudas e circunceliões, como uma resposta espontânea e intestinal à piora das condições sociais. Revoltas como essas acontecem quando o pacto patronal é rompido, quando as regras de interação entre os de cima e os de baixo são quebradas pelos de cima.

É por isso que acredito que o modelo que melhor explica esses levantes não é o dos últimos esforços de resistência contra a subordinação definitiva dos camponeses, mas aquele que vê um processo de politização das relações sociais no campo quando as formas tradicionais de dominação ideológica e política entraram em crise. Isso significa reconhecer nos levantes respostas políticas diversas ao “tempo de agora” das condições sociais do trabalho rural na África dos séculos IV a V e na Gália do século III e V. Assim, “*me parece muito mais fácil imaginar*” que as ações dos bagaudas respondam, à semelhança das dos circunceliões, a questões oriundas dos anseios e interesses de suas comunidades rurais. Nesse sentido, a politização que resulta, no caso dos circunceliões, em ações de regulação da exploração a partir de baixo e, no caso dos bagaudas, nos horizontes de sedição, em lugar de qualquer subordinação aos interesses patronais supostos pela historiografia dos anos 1980-90, apresenta um caráter de busca de autonomia para classes subalternas e de resistência moral e prática à exploração rural e às forças coercitivas enviadas contra eles pelos poderosos locais.

VI. Conclusões

*“Existe uma linha tênue entre liberdade e caos”.
Hosni Mubarak, presidente do Egito por 30 anos*

*“Só estaremos salvos enquanto tivermos a praça.”
Manifestante egípcio tentando derrubar Hosni Mubarak*

Escrever a história das classes subalternas é um trabalho difícil, já que a documentação geralmente escrita pelas elites tende a obscurecer a compreensão de suas ações, mas a grande descoberta que fiz com essa pesquisa é que, no que diz respeito à história dos de baixo, mais obscurecedora do que os autores antigos é a ação dos historiadores do fim do século XX, mais simpáticos às injustiças do Império Romano do que alguns membros da própria elite romana.

A historiografia do final do século XX apresenta uma inegável falta de disposição em reconhecer a presença da exploração e da dominação nas sociedades humanas, assim como em reconhecer que a atividade social das classes subalternas impacta a sociedade como um todo. O processo de construção dessa falta de disposição se configura por meio de uma série de diferentes bloqueios.

Esses bloqueios, num plano mais abstrato e geral, encontram como causas o longo período de hegemonia da ideologia neoliberal, a produção de uma lógica educacional pautada pelo Banco Mundial, assim como uma mídia globalizada vendendo individualismo, competitividade e a naturalização da sociedade burguesa por meio de *reality shows*, telejornais e teledramaturgia. No plano institucional da própria prática acadêmica, estão a fragmentação de temas e objetos, a institucionalização e criação de nichos de pesquisa, a lógica produtivista e meritocrática de financiamento e ranqueamento da produção intelectual. E, no plano do contexto intelectual mais geral, está o impacto das dimensões hedonistas e despolitizadoras da filosofia pós-moderna (não toda a filosofia pós-moderna, já que considero a consciência das dimensões literária e simbólica como construções da prática histórica um importante avanço intelectual e acadêmico).

E, no plano teórico e metodológico da prática do historiador, há o bloqueio do relativismo. Houve, a partir do último terço do século XX, uma multiplicação de objetos, temas, abordagens e recortes considerados legítimos pelos historiadores. Isso tudo aliado a uma nova consciência da artificialidade da dimensão narrativa da prática histórica, presente tanto nos seus documentos, quanto nas obras dos

historiadores. A multiplicação de temas, objetos e abordagens significou para a produção historiográfica um salto qualitativo. Significou uma ampliação do papel investigativo do historiador e, aliada à compreensão de que todo o trabalho científico também existe como discurso e ideologia. Tornou seus instrumentos investigativos mais precisos. O bloqueio da relativização das representações do passado se desenvolve na medida em que a consciência da artificialidade destas representações e sua pluralidade passam a ser justificativa para a recusa da associação delas com o que é real (ou a Verdade²⁷⁴), ou com projetos de sociedade no presente. Esse é o bloqueio mais importante, pois ele é o nexo no qual as pressões externas à esfera científica ou do discurso histórico são traduzidas em valores internos. É nessa tradução que se configura a desconfiança dessa historiografia do fim do século XX para com a ideia de história das classes subalternas.

Em cima desse contexto intelectual é que entendo ter sido possível a difusão tão ampla nos anos 1980 e 1990 de uma recusa da interpretação dos bagaudas e dos circunceliões como revoltas camponesas na Antiguidade Tardia, com os estudiosos dessas décadas buscando toda a sorte de interpretações alternativas, mesmo as mais frágeis do ponto de vista empírico, dentre as quais o melhor exemplo é a dos circunceliões como monges errantes.

Mas essa prática historiográfica também só é possível por causa da própria natureza fragmentária da documentação. Esse caráter fragmentário está baseado na memória seletiva dos autores antigos, que atua de uma perspectiva de classe. E essa memória social seletiva é até mais perniciosa do que uma visão negativa dos revoltosos, uma vez que, por causa dela, o que temos são fragmentos e esses fragmentos não respondem diretamente às questões que uma história das classes subalternas propõe. Esses textos condensam vislumbres das ações de revolta, mas a lógica geral é a História das elites: o que articula essa história é aquilo que importa ou ao Estado, ou à aristocracia (ou a essa peculiar instituição que é a Igreja Cristã). E por isso mesmo, a escrita da história dos revoltosos das classes subalternas acaba sendo absorvida por uma cronologia dos interesses das classes dominantes, e a cronologia possível de ser reconstruída é a cronologia dos encontros deles com os nexos do poder político que aparecem na literatura antiga. É por causa disso que

²⁷⁴ cf Ginzburg, 2002 e 2007.

uma história da organização política desses grupos termina por ser incompleta, já que ela tem de ser arrancada e especulada a partir de uma documentação que apresenta essas revoltas como adversários da Ordem estabelecida.

Como eu disse no primeiro capítulo, o controle que as classes dominantes detêm sobre os processos de produção da memória social e o esquecimento que isso cria a respeito das ações das classes subalternas, contrariando E. A. Thompson, não é absolutamente homogêneo. As inúmeras formas de produção e cristalização da memória social, expressando diferentes lugares geográficos e diferentes setores das classes dominantes, e eventualmente algum setor subalterno, se utilizando de uma miríade de recursos formais e ideológicos, criam esses vislumbres das ações dos de baixo. E assim, escrever a história das classes subalternas, embora às vezes seja a busca por uma história secreta, lida nas alegorias da dominação, também é feita por meio do desmonte de construções historiográficas, realizadas por historiadores profundamente empáticos para com uma visão de mundo de cima para baixo, que não se sustentam nem mesmo na documentação. É a reconstrução, mesmo que a partir de fragmentos que não se encaixam, das trajetórias possíveis, mas interrompidas pela violência da dominação.

Apêndice A - Documentação Traduzida sobre as Revoltas

Bagaudas – fontes textuais

Panegirici Latini 2 (10) 4.1-4, 5.1, 6.1; 3 (11) 3.4-5 5.3 ; 7 (6) 8.3

Eutropius, Breviarium: IX, 20

Aurelius Victor, Líber de Cesaribus: XXXIX, 17

Amiano Marcelino, Rerum Gestarum Libri: 27.2.11

Rutílio Namatiano, de Redito Suo: I. v.213-216

Anon. Querolus, II. 30

Salviano de Marselha, De Gubernatione Dei: 5.21-26; cf. 26-37

Orosio, Historia Adversus Paganus: VIII.25.2; 41.7

Jerônimo, Chronica: A.2303

Hydatius, Chronica: 125,128,141,142,154

Chronica Gallica de 452, Chronica Minora, Monumentae Germanicae: 117.119, 127,

133

Constantius, Vita S.Germani: 28.40

Merobaudes, Panegyricus: 2.8-22

Inscrição sobre Merobaudes - CIL vi. 1724

Sidonio Apolinario. Carmina v 210-3; vii 246-8

Zozimus, Historia Nova: 6.2.5; 6.5.2-3

Jordanes, Getica: XXXVI .191

Circunceliões

Optatus de Milevis, *Contra donatistas*. III.4

Agostinho

Epístolas: 23.6-7; 29.12; 35.2; 43.24; 51.3; 53.6; 76.3; 76.2; 81.1-7; 86; 87.4-8; 87.8-12; 88.10; 93.17; 100; 100.2; 105.1-7; 105.3-4; 106; 107; 108. 5, 14, 16,18; 111.1; 131.1; 134.2; 139.1-2; 185; 185.8, 12, 15, 25-27, 30, 40;

Contra Gaudent.: I 6.7; 22.25; 27.30; 28.32; 31.37; 36; 46

Enar. In Psalm.: 54.26; 132.3, 4, 6

Agostinho, *Sobre as heresias* Livro I. 69.1-4

CTh 16, 5, 52

Atas da Conferência de Cartago de 41. Capítulos das Atas: III. 297; Atas: III. 174;

Edito.

Possidio, *Vida de Agostinho*: Cap 10;12

Isidoro de Sevilha. *Etimologias ou Origens*. VIII.5.51-53

Tyconius *apud* Beatus of Libana, *In Apocalypsim* 5.53

Bagaudas

Panegirici Latini

2 (10) Anônimo, ou Mammertino a Maximiano, Trier, 289. 4.1-4, 5.1, 6.1

4.1-4

Tudo isso enfrentaste quando presenteado pelo ótimo irmão, tu o fizeste com força, e ele com sabedoria. E, de fato, quando um vento propício impelia a nave da República pela popa, não puseste a mão auxiliar no timão, mas quando foi necessário restitui-la, após a calamidade dos primeiros tempos, só o auxílio divino de um único deus não bastaria, ascendeste ao decadente nome romano, próximo ao príncipe, com o mesmo auxílio oportuno que tu, Hércules, outrora, assistira com parte da vitória o teu Jove, operante na grande guerra dos Engendrados da Terra (ou Terrígenos),²⁷⁵ e provara que, não apenas ele teria recebido o céu dos deuses, mas ele mesmo o teria lhes restituído.

E não foi isso similar ao mal de monstros biformes em *hisce terris* (nossas terras), que eu não sei se mais teria sido pela tua força reprimido, César, ou pela tua clemência mitigado: quando agricultores ignorantes buscaram trajes de soldados, e quando soldados de infantaria foram imitados por fazendeiros (ou aradores), cavaleiros²⁷⁶ por pastores, e hostes de bárbaros por rústicos devastadores de seus (próprios) cultivos? Isso eu deixo para trás rapidamente; pois de fato vejo: tão pio és ao preferir esquecimento à glória daquela vitória.

5.1

E o que se verificou? De imediato, com aquele furor miserável apenas recém-abatido, quando todas as nações bárbaras tentaram o assassinato da Gália inteira, (quando) não apenas os burgúndios e os alamanos, mas também os *chainones*, os hérulos – primeiros em força dentre os bárbaros, embora os últimos em proximidade – com ímpeto impulsivo irromperam nestas províncias, que deus teria nos oferecido tamanha salvação já não mais esperada, se tu não estiveste presente?

6.1

Passo por tuas inumeráveis lutas e vitórias por toda a Gália...

4.1-4

Haec Omnia cum a fratre optimo oblata suscepis, tu fecisti fortiter ille sapienter. (2) Neque enim cum rei publicae nauem secundus a puppi flatus impelleret, salutare manum gubernaculis addidisti, sed cum ad restituendam eam post priorum temporum labem divinum modo ac ne id quidem unicum sufficeret auxilium, praecipitari Romano nomini iuxta principem subiisti eadem scilicet auxilii opportunitate qua tuss Hercules louem uestrum qondam Terrigenarum bello laborantem magna victoria parte iuuit probauitque se non magis a dis accepiisse caelum qual eisdem reddidisse. (3) An non illud malum símile monstrorum biformium in hisce terris fuit quod tua, Caesar, nescio utrum, magis fortitudine repressum sit na clementia mitigatum, cum militaris habitus ignari agricolae appetiuerunt, cum arator peditem, cum pastor equitem, cum hostem barbarum suorum cultorum rusticus uastator imitatus est? (4) Quod ego cursim praetero; vídeo enim te, qua pietate es, oblivionem illius victoriae malle quam gloriam.

5.1

Quid vero? Statim, uixdum misero illo furore sopito, cum omnes barbarae nationes excidium universae Galliae minarentur, neque solum Burgundiones et Alamanni sed etiam Chaibones, Erulique, uiribus primi barbarorum, locis ultimi praecipiti impetu in has provincias inruissent, quis deus tam insperatam salutem nobis attulisset, nisi adfuisses?

6.1

Transeo innumerabiles tuas tota Gallia pugnatae victorias.

3 (11) Genethliacus de Maximiano 3.4-5 5.3 Trier, 291

15.1-4

Aconselham-me razões de tempo e de lugar e a reverência de vossa majestade para que eu ponha fim no discurso e, mesmo assim, tão pouco de vossa felicidade terei dito e tanto terá restado. 2. Mas eis que sugerem: “ainda é capaz de falar a respeito da salubridade dos tempos e da fertilidade das

²⁷⁵ Gigantomaquia: cf Ovidio Fasti: 3.439-450; 5.20-38; Metamorphosis, 1 145-155. Virgílio Georg:

1.278

²⁷⁶ Van Dam afirma que este trecho do panegírico significa que os bagaudas tinham uma cavalaria, para suportar suas conclusões de que era um exército apoiando usurpadores. Eu acho que isso é extrapolar a natureza do trecho (Van Dam, 1985 pp. 30-31).

terras”. 3. Em verdade, de fato, sagradíssimo imperador, antes que vós restituísseis a saúde da República, todos sabemos quanta pobreza de colheitas e quanta copiosidade de funerais houve, com a fome em todos os lugares e com a peste espreitando. Mas quando em verdade trouxestes luz às gentes, desde então emanam continuamente sopros salutareis. 4. Nenhum campo logra o agricultor, a não ser quando supera a esperança por meio da abundância. As idades e os números dos homens são aumentados. As colheitas guardadas rompem os celeiros, e ainda os cultivos são duplicados. Onde era selva, já é plantação: desfazemo-nos colhendo uvas e ceifando os grãos.

3.4-5

(4) Portanto, aquele deus ancestral de Diocleciano, com os Titãs já expulsos da outrora posse do céu e logo após a guerra dos monstros bifformes, com preocupação duradoura, governa o império, o mais pacífico possível, e assim volve com mão infatigável essa matéria tão grande, e vigilante conserva as ordens e as sucessões de todas as coisas. (5) Mas, de fato, ele não é apenas movido nessas situações, quando aciona os trovões e arremessa os relâmpagos, mas também quando aplaca os trabalhos tumultuados dos elementos, e não menos quando dispõe os Fados, quando sopra do plácido peito as brisas mesmas que flutuam tácitas, e quando em oposição ao ímpeto do céu arrasta o brilhante sol.

5.3

Portanto não comemoro a República liberta do domínio ferocíssimo por meio de tua virtude, não falo de ter retornado à obediência, com tua clemência, as províncias instigadas pelas injúrias do tempo anterior.

3.4-5

Ille siquidem Diocletiani auctor deus praeter depulsos quondam caeli possessione Titanas et mox biformium bella monstrorum perpeti cura quamvis compositum gubernat imperium, atque hanc tantam molem infatigabili manu voluit, omniumque rerum ordines ac vices perugil servat. 5 Neque enim, tunc tantummodo commovetur, cum tonitrua incutit et fulmina iacit, sed etiam, tumultuantia elementorum officia pacavit, nihilominus tamen et fata disponit et ipsas quae tacitae labuntur auras plácido sinu fundit, et in adversa nitentem impetu caeli rapit solem.

5.3 Non commemoro igitur virtute vestra rem publicam dominu saeuissimo liberata, non dico exacerbata saeculi prioris iniuriis per clementiam vestram ad obsequium redisse provincias

15.1-4

Admonet me et temporis et loci ratio et maiestatis tuae reuerentia ut finem dicendi faciam, quamquam de felicitate uestra tam pauca dixerim et tam multa restent. 2. Sed ecce suggerunt: “Adhuc pote dicere de salubritate temporum et fertilitate terrarum”. 3. Reuera enim, sacratissime imperator, scimus omnes, ante quam uos salutem rei publicae redderetis, quanta frugum inopia, quanta funerum copia fuerit, fame passim morbisque grassantibus. Vt uero lucem gentibus extulistis, exinde salutare spiritus iugiter manant. 4. Nullus ager fallit agricolam, nisi quod spem ubertate superat. Hominum aetates et numerus augetur. Rumpunt horrea conditae messes, et tamen cultura duplicatur. Vbi siluae fuere, iam seges est: metendo et uindemiando defecimus.

7 (6) Anônimo a Constantino e Maximiano 8.3 Trier, 307

8.3

Aqui está aquele que, na própria aurora de seu nome, retornou à obediência da República as Gálias enfurecidas pelas injúrias de tempos anteriores, para a salvação delas mesmas.

8.3 Hic est qui in ipso orto numinis sui Gallias priorum temporum iniuriis efferatas rei publicae ad obsequium reddidit, sibi ipsas ad salutem.

Eutropius, *Breviarium*: IX, 20

Ele [Diocleciano] na primeira assembleia de soldados jurou que o assassinato de Numeriano não era sua culpa e quando junto a ele teria se detido Aper, que as ciladas para Numeriano fizera, na presença do exército foi abatido pela mão de Diocleciano. Posteriormente, na enorme batalha de Margum, ele venceu Carino, o qual vivia em meio ao ódio e às detestações de todos, entregue por seu [próprio] exército; tinha [Carino o exército] mais forte, até que foi desertado, entre Viminacium e o monte Aureum. Deste modo, possuidor das coisas dos romanos, quando rústicos promoveram tumulto na Gália e à sua facção impuseram o nome de bagaudas (Bacaudarum), tendo, além disso,

como generais Amando e Aeliano, para sujeitá-los enviou o César Maximiano Hercúlio, que com batalhas ligeiras domou os agrestes e restituiu a paz na Gália.

20. Is prima militum contione iuravit Numerianum nullo suo dolo interfectum, et cum iuxta eum Aper, qui Numeriano insidias fecerat, constitisset, in conspectu exercitus manu Diocletiani percussus est. Postea Carinum omnium odio et detestatione viventem apud Margum ingenti proelio vicit, proditum ab exercitu suo, quem fortiorem habebat, aut certe desertum, inter Viminacium atque Aureum montem. Ita rerum Romanarum potitus cum tumultum rustici in Gallia concitassent et factioni suae Bacaudarum nomen inponerent, duces autem haberent Amandum et Aelianum, ad subigendos eos Maximianum Herculum Caesarem misit, qui levibus proeliis agrestes domuit et pacem Galliae reformavit.

Aurelius Victor, *Liber de Caesaribus*: XXXIX, 16-19

Pois que, com Carinus já morto, assim que [Diocleciano] soube que Aeliano e Amando através da Gália, por meio de um bando revoltoso de agrestes e ladrões, que os locais chamam de *bagaudas*, atentavam simultaneamente contra muitas das cidades da Gália, com campos amplamente devastados, prontamente ordenou imperador, por amizade e, contudo, também por perícia militar e ainda pelo bom gênio, o fiel, ainda que semiagreste, Maximiano. Posteriormente, por meio do culto Hercúlio, este assentiu ao sobrenome do númen, assim como Valério ao de Jove; donde desde muito tempo ainda é imposto o nome às tropas auxiliares eminentes no exército. E o avanço de Hercúlio na Gália rapidamente cumpriu a pacificação completa, com os inimigos dispersos ou rendidos.

16. Quid ea memorem ascivisse consortio multos externosque tuendi prolatandive gratia iuris Romani? 17 Namque ubi comperit Carini discessu Helianum Amandumque per Galliam excita manu agrestium ac latronum, quos Bagaudas incolae vocant, populatis late agris plerasque urbium tentare, Maximianum statim fidum amicitia quamquam semiagrestem, militiae tamen atque ingenio bonum imperatorem iubet. 18 Huic postea cultu numinis Herculo cognomentum accessit, uti Valerio Iovium; unde etiam militaribus auxiliis longe in exercitum praestantibus nomen impositum. 19 Sed Herculus in Galliam profectus fuis hostibus aut acceptis quieta omnia brevi patraverat.

Amiano Marcelino, *Rerum Gestarum Libri*: 27.2.11

E além dessas, muitas outras batalhas, menos dignas de serem narradas, foram engajadas através dos vários territórios das Gálias, as quais seria supérfluo descrever, uma vez que o preço dos trabalhos delas não teve nenhum proveito, e nem deve-se produzir História através de minúcias ignóbeis.

11. praeter haec alia multa narratu minus digna conserta sunt proelia per tractus varios Galliarum, quae superfluum est explicare, cum neque operae pretium aliquod eorum habuere proventus, nec historiam producere per minutias ignobiles decet.

Rutílio Namatiano, *De Redito Suo*: I. v.213-216

Ele tem consigo os laços docíssimos dos meus cuidados,
filho por afeto, parente por estirpe:
cujo pai Exuperantius às costas armoricanas
agora ensinou a amar o retorno da paz;
as leis e a liberdade restituiu e reconduziu
e [aos habitantes de lá] não permite serem servos para seus escravos

ille meae secum dulcissima vincula curae,
filius affectu, stirpe propinquus, habet:
cuius Aremoricarum pater Exuperantius oras
nunc postliminium pacis amare docet;

leges restituit libertatemque reducit
et servos famulis non sinit esse suis. (v. 211-216)

Annon. Querolus, II. 30

Cena II

Resumo da cena: Entra Querolus que pragueja contra seu destino (8, 2-20). Ao ser saudado pelo Lar ele replica irritado. O Lar se revela e expõe que o propósito de seu encontro com Querolus é fazer com que Querolus reconheça a injustiça de suas reclamações e lhe apresentar sua sorte. Segue-se um longo debate em que o Lar desconstrói inúmeras ilusões de Querolus sobre o que ele acha que deseja para si, até que ele é convencido de que seu destino será fortuito. É neste debate que o Além-Loire e seus habitantes são mencionados. O Lar, porém, lhe oferece uma profecia paradoxal que ele não entende, mas que afirma que neste mesmo dia riqueza e felicidade serão arremessadas sobre ele. Lar entra na casa e Querolus faz um pequeno monólogo suspeitando que o Lar era um farsante.

Soldado – Querolus não domina a arte da violência
Burocrata municipal – não poderia resolver e gerir tudo
Indivíduo privado e poderoso – para o Lar, um ladrão- Loire, direito das florestas
Advogado (togatus) – muito trabalho, pouco conforto
Arrendatário (Chartas agente) – vida distante da família, odiado por todos por causa da riqueza
Mercadores viajantes – sempre em viagem
Possuidor do cofre de Tito – junto vem a Gota de Tito
Cafetão/Usurário – Impotente
Impunidade – Exatamente aquilo que o Lar não lhe dará.

29. Lar: Para que a tarefa seja clara e breve, porei de lado estas discussões. Tu dirás a fortuna, a condição da qual a ti agrada, e por outro lado darei imediatamente a sorte que tu próprio tenha querido. Apenas lembro-lhe isto: não imputes poder deplorar assim como recusar aquilo pelo que de alguma forma escolhido.

Quer: Me agrada a escolha. Me dê a riqueza e as honras militares, mesmo que mediocrementemente.

Lar: Isto posso garantir para ti. Em verdade, considere isto: se tu podes implementar o que pedes.

Quer: O quê?

Lar: Podes fazer a guerra? Receber um espada? Romper as linhas inimigas?

Quer: Isto eu nunca pude.

Lar: Portanto, remova-se do prêmio e das honras em nome daqueles que podem tudo isso.

Quer: Ao menos, atribua-me qualquer coisa na parte do serviço civil e miserável.

Lar: Então tu desejas todas as coisas avaliar e resolver?

Quer: Ah! Deixe isso. Já não quero nenhum dos dois. **30.** Nesse caso, se isto puderes, Lar familiar, faça que eu seja poderoso, mas também cidadão privado.

Lar: Potência requeres, de que tipo?

30. Quer: Que me seja lícito espoliar não devedores, matar estranhos e, também espoliar e matar meus vizinhos.

Lar: hahaha. Não demandas poder, mas bandidagem. Assim, por Polux, não sei de que modo poderia a ti entregar isto. Mas contudo, descobri! Há isso que anseias: vai viveres no Loire.

Quer: e então?

Lar: Lá, os homens vivem sob a lei das gentes; lá, não há artifício (embustes); lá, as sentenças capitais são proferidas sob um carvalho e escritas em ossos; lá até mesmo os camponeses advogam e os cidadãos privados julgam; lá, tudo é permitido. Se tu fores rico, será chamado de *patus*²⁷⁷, assim fala nossa Grécia. Oh florestas, Oh solidão quem vos disse livres? E há coisas muito maiores, das quais me calo, mas por hora isto é suficiente.

Quer: Nem rico sou, nem desejo desfrutar a amizade do carvalho. Não quero estas leis selvagens.

Lar: Pede, portanto, algo mais humilde e honesto, se não consegues querelar.

31. Quer: Dá-me a honra tal qual consegue aquele togado, o qual remuneras muitíssimo.

Lar: E tu numeras os togados enter os felizes?

²⁷⁷ A tradutora para o francês, Catherine Jacquemard-Le Saos, apresenta várias opções de tradução derivadas do grego, entre opulento, excremento e sofedor, ou mesmo a hipótese de que seja de origem gaulesa, mas não decidiu por nenhuma delas e manteve o original.

Quer: Demais!

Lar: Agora pediste uma coisa inteiramente fácil. Isso posso, mesmo se eu não puder. Desejas prestar-se a isto?

Quer: Não há nada que eu queira mais.

Lar: Para não falar de cada uma das coisas mais importantes: então ponha vestes curtas no inverno mas duplicadas no verão; ponha coturnos de lã, sempre apertados e invertidos, os quais a chuva dissolva, que o pó preencha e que o suor aglutine lama; ponha calçados folgados com humilde cobertura, os quais a terra reclame e o limo da mesma cor esbulhe. Passarás o verão com os joelhos cobertos, o frio com as pernas nuas, os invernos com sandálias, os calores escaldantes com botas; suporte labores inesperados, reuniões madrugadoras, a primeira refeição de juiz depois do meio dia, escaldante ou gelada, maluca ou séria. Venda a voz, venda a língua, contrate iras e também o ódio: e em suma, sê pobre e envia um pouco dos ganhos aos familiares, e um pouco mais dos crimes. E ainda agora acrescentaria muitas coisas, salvo que divulgar estas coisas é melhor do que ofender.

Quer: E nem isto eu quero. **32.** Dá-me as riquezas tais quais as que seguem aqueles que lidam com papéis (de arrendamento²⁷⁸).

Lar: então assume vigílias e trabalhos daqueles aos quais invejas. Busca ouro na juventude, pátria na velhice; amador [no uso] do campo, veterano do fórum, contador erudito, proprietário tosco, familiar aos desconhecidos, estranho aos vizinhos, odiado anda toda a vida, de forma que defunto prepares um luto funeral, e porém, a divindade ordenará os herdeiros. Não desejo que invejes isto, Querolus. Frequentemente os aramzéns dos lobos perfazem as rapinas das raposas.

33. Quer: Eita, nem papéis eu quero. Atribua a mim então, ao menos, a bolsa daquele peregrino e do mercador transmarino.

Lar: Então vá, ascenda aos mares, confia-te e os teus ao mesmo tempo aos ventos e às ondas.

Quer: Isso eu mesmo nunca quis. Ou ao menos me dá os cofres de Tito.

Lar: Então assume também a gota de Tito.

Quer: De maneira alguma.

Lar: Mas também os cofres de Tito não tocarás.

Quer: E também não quero isso. Dá a mim as tocadoras de cítara e as concubininhas as quais tem aquele avarento usurário/cafetão estrangeiro

Lar: Tens já no espírito claramente o que pedes? Aguenta o que demandas com tanta cantoria. Tome Paphia, Cytheride, Briseida, mas com o pesar de Nestor.

Quer: Hahaha, Por que razão dizes isto?

Lar: Aquele de quem a sorte pediste tem isso. Atenção, nunca ouviste “Nada é belo de graça.”?

Isto ou deve ser tido junto com aquelas, ou deve ser perdido junto com elas.

34. Quer: Agora descobri o que precisaria: dá-me pelo menos impunidade.

Lar: Por Pólux, agora civilizadamente tu desejas todas as coisas que eu tenho negado. Se desejas usufruir de todo o fórum, sê impune. Mas agora da sabedoria deve ser feito sacrifício a ti.

Quer: por que razão dizes isto?

Lar: Porque ninguém que sábio é impune.

Quer: Ai de ti, Lar familiar, com tuas discussões.

Lar: Ai de ti, Querolus, com tuas queixas.

29. Lar. Vt negotium sit breuius et lucidius, argumenta remoueo. Tu fortunam dicito, cuius tibi condicio placeat, sortem autem quam ipse uolueris iam nunc dabo. Tantum illud memento: Ne putes posse te aliquid deplorare atque excipere unde aliquid legeris.

Quer. Placet optio. Da mihi diuitias atque honores militares uel mediocriter.

Lar. Istud tibi praestare ualeo. Verum illud uides si tu ualeas implere quod petis.

Quer. Quid?

Lar. Potes bellum gerere? ferrum excipere? aciem rumpere?

Quer. Istud numquam potui.

Lar. Cede igitur praemio atque honoribus his qui possunt omnia.

Quer. Saltem aliquid nobis tribue in parte ciuili et miserabili.

Lar. Vis ergo omnia et exigere et exsoluere?

Quer. Attat hoc excidit, iam neutrum uolo.

30. Si quid igitur potes, Lar familiaris, facito ut sim priuatus et potens.

Lar. Potentiam cuiusmodi requiris?

Quer. Vt liceat mihi spoliare non debentes, caedere alienos, uicinos autem et spoliare et caedere.

²⁷⁸ Le Saos traduz como burocrata civil ou imperial, mas acredito que a descrição seja mais adequada a um arrendatário de terras.

Lar. Hahahe, latrocinium non potentiam requiris. Hoc modo nescio edepol, quemadmodum praestari hoc possit tibi. Tamen inueni, habes quod exoptas: Vade ad Ligerem uiuito.

Quer. Quid tum?

Lar. Illic iure gentium uiuunt homines; ibi nullum est praestigium, ibi sententiae capitales de robore proferuntur et scribuntur in ossibus; illic etiam rustici perorant et priuati iudicant; ibi totum licet. Si diues fueris, patus appellaberis: sic nostra loquitur Graecia. O silvae, o solitudines, quis uos dixit liberas? Multo maiora sunt quae tacemus, tamen interea hoc sufficit.

Quer. Neque diues ego sum, neque robore uti cupio. Nolo iura haec siluestria.

Lar. Pete igitur aliquid mitius honestiusque, si iurgare non potes.

31. Quer. Da mihi honorem qualem optinet togatus ille, muneras quem maxime.

Lar. Et tu togatus inter felices numeras?

Quer. Maxime

Lar. Rem prorsus facilem nunc petisti. Istud etiamsi non possumus, possumus. Visne praestari hoc tibi?

Quer. Nihil est quod plus uelim.

Lar. Vt maxima quaeque taceam: sume igitur tegmina hieme trunca et aestate duplicia; sume laneos coturnos, semper refluos carceres quos pluuia soluat, puluis compleat, caenum et sudor glutinet; sume calceos humili fluxos tegmine quos terra reuocet, fraudet limus concolor. Aestum uestitis genibus, brumam nudis cruribus, in siccis hiemes, cancos in tubulis age; patere inordinatos labores, occursum antelucanos, iudicis conuiuium primum postmeridianum aut aestuosum aut algidum aut insanum aut serium. Vende uocem, uende linguam, iras atque odium loca: In summa pauper esto et reporta penatibus pecuniarum aliquid, sed plus criminum. Plura etiam nunc adicerem, nisi quod efferre istos melius est quam laedere

Quer. Neque istud uolo. **32.** Da mihi diuitias quales consecuntur illi qui chartas agunt.

Lar. Sume igitur uigilias et labores illorum quibus inuides. Aurum in iuuenta, patriam in senecta quaere, tiro agelli, ueteranus fori, ratiocinator erudite, possessor rudis, incognitis familiaris; uicinis nouus omnem aetatem exosus agito, funus ut lautum pares, heredes autem deus ordinabit. Istis nolo inuideas, Querole. Saepe condita luporum fiiunt rapinae uulpium.

33. Quer. Heia, nec chartas uolo. Tribue saltem nunc mihi peregrini illius et transmarini mercatoris sacculum.

Lar. Age igitur, conscende maria, te tuosque pariter undis et uentis credito.

Quer. Istud egomet numquam uolui. Da mihi saltem uel capsas Titi.

Lar. Sume igitur et podagram Titi.

Quer. Minime.

Lar. Neque tu capsas continges Titi.

Quer. Neque istud uolo. Da mihi psaltrias et concubinulas quales habet auarus ille fenerator aduena.

Lar. Habes nunc plane tota mente quod rogas. Suscipe quod exoptas toto cum choro. sume Paphien Cytheren Briseiden, sed cum pondere Nestoris.

Quer. Hahahe, quam ob rem?

Lar. Habet hoc ille cuius tu sortem petisti. Eho Querole, numquam audisti: Nemo gratis bellus est? Aut haec cum illis habenda sunt, aut haec cum his amittenda sunt.

34. Quer. Adhuc inuenio quod requiram: Da mihi saltem impudentiam

Lar. Urbane edepol tu nunc omnia quae negauerim concupiscis. Si toto uis uti foro, esto impudens; sed sapientiae iactura facienda est nunc tibi.

Quer. Quam ob rem?

Lar. Quia sapiens nemo est impudens.

Quer. Vae tibi, Lar familiaris, cum tua disputatione.

Lar. Vae tibi, Querole, cum tua querimonia.

Cena VI

O escravo Pantomalus

67. Seguramente se constata e é bem manifesto serem todos os senhores (*dominos*) maus. Mas em verdade, sou suficientemente experiente de que nada é pior que o meu. Certamente que ele não é um homem perigoso, mas em verdade ingrato e demasiadamente rançoso. Que da casa tenha sido permitido algum furto, será execrado tanto quanto alguma profanação. Que veja que eu tenha esquecido de algo, ato contínuo, exclama e maldiz, “Maldito!” Que alguém lance no fogo uma cadeira, uma mesa, ou uma cama, como nossa pressa se habituou, também disto se queixa. Que o teto goteje, que a porta rache, em tudo pede atenção para si, em tudo exige, por Hércules, este não pode ser suportado! Além disso, todas as despesas e as contas prescreve por mão própria. Qualquer coisa que não esteja apontado na lista de despesas, postula a ser restituído.

(68-73: continua a falar mal do Senhor)

74. E não somos tão miseráveis e também tão estúpidos quanto nos imputam. Alguns acreditam sermos sonolentos, porque dormitamos de dia; por outro lado, nós fazemos isto por causa das vigílias, as quais observamos nas noites. O Fâmulo que repousa nas horas diurnas, vigia no tempo do sono. Julgo nada, em tempo algum, ter feito a natureza melhor nas coisas humanas quanto a noite. Ela é o nosso dia, quando todas as coisas são postas em ação. Na noite nos direcionamos aos banhos, por mais que perturbe os dias [ou: o dia seduza]. Contudo, nos lavamos juntos lacaios e raparigas: não é esta uma vida liberta? Além disso, pelos lumes ou pelos lustres isto é adornado de forma que seja suficiente, não de forma que seja público. Eu tomo em minhas mãos uma, nua, que ao senhor mal se permite ver vestida. Eu rodeio (lusto) pelos seus lados, eu percorro o vasto volume de seus cabelos, sento-me ao lado, abraço, acarício, sou acariciado [foueo, foueor: dicionário carola!]. A qual dentre os senhores se permite isto? Além disso, esta é fonte de nossa felicidade, pois não somos ciumentos entre nós. Fazemos todas ilicitudes, e ainda assim ninguém sofre prejuízos, porque isto tudo é mútuo (recíproco). E os senhores observamos e também excluimos, pois entre servos e as amas há uma união. Ai daqueles entre os quais os senhores prolongam as vigílias até a noite tardia. Sem dúvida, tanto os servos que sejam da vida removidos, quanto os que sejam da noite separados. Quantos não são os livres que desejariam se transfigurar deste modo, para que na manhã fossem senhores, e servos no anoitecer! Nunca, Querolus, o trabalho está bem feito para ti mas, quando cuidamos de todas estas suas coisas, tu preocupar-te-ias com teus litígios, ou com seus tributos? Por outro lado, para nós cotidianamente, núpcias, festas, jogos, bacanais, orgias, festas das amas. Por causa disso não fogem todos os servos, por causa disso também alguns não querem ser libertos. Quem, com efeito, poderia garantir a um liberto tanta ganância e tanta impunidade?

75. Mas nisso permaneci em demasia. Agora, já, aquele meu senhor, acredito, chamará como está habituado. O certo era eu fazer o que ele prescreve, isto é que eu vá até os companheiros. Mas o que resultará disso? A injúria é para ser aceita e sussurrada. Os senhores são assim: dizem o que querem, pelo tempo que lhes agrade, isso é para ser tolerado. A indulgência dos bons deuses nunca é para mim? Pois há muito tempo peço para que aquele meu senhor muito duro e funesto seja ou decurião, ou advogado, ou do serviço imperial. E por que razão digo isto?

76. Porque após a indulgência o mais sórdido é rejeitado. Consequentemente, o que desejo senão que o próprio faça o que faz? Viva Ambicioso da toga, anfitrião de juizes, observador de portas, escravinho dos escravinhos, explorador de fóruns e mercados, espreitador sagaz, espião e caçador das horas e das ocasiões matutinas, meridianas e vespertinas. Que ele impudente salde os desprezantes, que corra aos não advindos e desfrute em fervor de botinhas²⁷⁹ [literal: tubinhos, ou trombetas] estreitas e novas.

67. Omnes quidem dominos malos esse constat et manifestissimum est. Verum satis sum expertus nihil esse deterius meo. Non quidem periculosus ille est homo, uerum ingratus nimium et rancidus. Furtum si admissem domi fuerit, execratur tamquam aliquod scelus. Si destitui aliquid uideat, continuo clamat et maledicit, quam male! Sedile, mensam, lectum si aliquis in ignem iniciat, festinatio nostra ut solet, etiam hinc queritur. Tecta si percolent, si confringantur fores, omnia ad se reuocat, omnia requirit, hercle hic non potest ferri. Expensas autem rationesque totas propria perscribit manu. Quicquid expensum non docetur, postulat reddi sibi.

74. Et non sumus tamen tam miseri atque tam stulti quam quidam putant. Aliqui somnulentos nos esse credunt, quoniam somniculamur de die; nos autem id facimus uigiliarum causa, quia uigilamus noctibus. Famulus qui diurnis quiescit horis, somni uigilat tempore. Nihil unquam melius in rebus humanis fecisse naturam quam noctem puto. Illa est dies nostra, tunc aguntur omnia. Nocte balneas adimus, quamuis sollicitet dies. Lauamur autem cum pedisequis et puellis: nonne haec est uita libera? Luminis autem uel splendoris illud subornatur quod sufficiat, non quod publicet. Ego nudam teneo quam domino uestitam uix uidere licet. Ego latera lustro, ego effusa capillorum metior uolumina, adsideo, amplector, foueo, foueor. Cuinam dominorum hoc licet? Illud autem nostrae felicitatis caput quod inter nos zelotypi non sumus. Furta omnes facimus, fraudem tamen nemo patitur, quoniam totum hoc mutuum est. Dominos autem obseruamus atque excludimus, nam inter seruos et ancillas una coniugatio est. Vae illis apud quos domini uigilias multam in noctem protrahunt. Tantum enim seruis de uita abstuleris, quantum de nocte abscideris. Quanti sunt ingenui qui transfigurare sese uellent hoc modo, mane ut domini fierent, serui ut uespere! Numquam tibi bene Querole opus est ut, cum istaec

²⁷⁹Jacqueline Saos

omnia nos exercemus, tu aut lites aut tributum cogites? Nobis autem cotidie nuptiae, natales, ioca, debacchationes, ancillarum feriae. Propter hoc non omnes fugere serui, propter hoc quidam nec manumitti uolunt. Quis enim tantam expensam tantamque inpunitatem praestare possit libero?

75. Sed nimium hic resedi. Meus ille, credo, iam nunc clamabit ut solet. Fas erat me facere quod praecepit, id est ut ad sodales pergerem. Sed quidnam hic fiet? Accipienda et mussitanda iniuria est. Domini sunt: dicant quod uolunt, quamdiu libuerit, tolerandum est. Dii boni numquamne indulgendum est mihi, quod dudum peto, ut sit meus ille durus et dirus nimis aut municipe aut ex togato aut ex officii principe? Quam ob rem istud dico?

76. Quia post indulgentiam sordidior est abiectio. Quid igitur optem nisi ut faciat ipse quod facit? Viuat ambitor togatus, conuiuator iudicum, obseruator ianuarum, seruulorum seruulus, rimator circumforanus, circumspectator callidus, speculator captatorque horarum et temporum matutinus, meridianus, uespertinus. Inpudens salutet fastidientes, occurrat non uenientibus utaturque in aestu tubulis angustis et nouis.

Salviano de Marselha, *De Gubernatione Dei*: 5.5-5.9

5.5

Enquanto isso, os pobres são devastados, viúvas gemem, órfãos são pisoteados, em tamanho grau de forma que muitos deles, elevados com não obscuros nascimentos e educados de forma liberal, fogem aos inimigos, para que pela aflição da perseguição pública não sejam mortos, certamente buscando a humanidade romana entre os bárbaros, porque não podem suportar a inumanidade bárbara entre os romanos. E quão mais desses aos quais fogem, diferem no costume e diferem na língua, e ainda divirjam no próprio, se assim eu puder dizer, fedor dos corpos e das roupas dos bárbaros, ainda preferem sofrer o culto dessemelhante entre junto aos bárbaros, do que a selvageria injusta junto aos romanos. E assim, aqui e ali, migram ou aos godos, ou aos bagaudas ou a outros bárbaros dominantes em toda parte, e não se [arrependem] de ter migrado; pois preferem viver livremente sob uma espécie de cativeiro, do que ser cativos sob uma espécie de liberdade.

E assim, o nome dos romanos algumas vezes não só com grande valor estimado, mas também por grande valor adquirido, agora é imensamente repudiado e dele se foge, e nem é tido como tão útil, mas ainda quase abominável. E qual pode ser maior testemunho da iniquidade Romana do que muitos, honestos e nobres, aos quais o estatuto romano devia ser de supremo esplendor e honra, terem sido compelidos pela crueldade da iniquidade romana a isso, de forma que não queiram mais ser romanos? E aqui está por que esses que ainda que não fugiram aos bárbaros, ainda assim são coagidos a ser bárbaros: de forma que certamente é grande parte dos hispânicos e não menor dos gauleses, e finalmente todos os que através de todo o mundo romano, a iniquidade romana fez já não serem mais romanos.

5.6 Meu discurso será agora sobre os Bagaudas, que espoliados, oprimidos e assassinados por juizes maus e cruéis, depois de terem perderem direitos romanos, ainda perderam a honra do nome romano. E essa infelicidade sua é imputada, imputamos esse nome a partir de sua calamidade, imputamos um nome que nós mesmos fizemos! Chamamos de rebeldes, chamamos de perdidos aqueles que compelimos a serem criminosos!

E de que coisas são feitos os bagaudas, senão das nossas iniquidades, senão das improbidades de juizes, senão daqueles que por meio de confiscos e rapinas o título de arrecadação pública transformaram em ganhos do próprio lucro e os recolhimentos tributários fizeram sua presa – que em semelhança a animais selvagens não regem os que a eles se entregam, mas os devoram, que se apascentam não só do espólio de tantos homens, como costumam muitos ladrões, mas até mesmo de sua carne e, com se diz, de seu sangue? E assim é que homens oprimidos e assassinados, por meio do latrocínio de juizes, começam a se tornar quase bárbaros, já que não era permitido serem romanos. Pois consentiram ser o que não eram, já que não era permitido ser o que foram, são pelo menos obrigados a defender a vida, uma vez que viram ter perdido completamente a liberdade (direito).

Ora, o que de diferente ainda agora se procede do que aconteceu então? Isto é, os que até agora não são bagaudas não são a isso coagidos? Pois, pelo tamanho alcançado pela violência e injúrias, são compelidos a querer ser bagaudas, mas a sua fraqueza os impede de sê-lo. Assim são como cativos sob jugo de inimigos: toleram por necessidade o suplício, não por desejo; na alma desejam a liberdade, mas aguentam a servidão suprema.

5.7

E assim, portanto, acontece com quase todos os pobres (*humiliores*); pois são reduzidos por uma coisa a duas bem diversas: uma suprema violência exige que desejem aspirar à liberdade, mas a mesma violência os compele a querer o que não os permite poder [fazer]. Mas que outra coisa os miseráveis podem querer, os quais sofrem a assídua, de fato contínua, ruína da exação pública, aos quais ameaça a sempre grave e infatigável proscrição, os quais deixam suas casas para que não sejam torturados nas mesmas casas, que pedem exílios para que não tenham de aguentar os suplícios? Para esses os inimigos são mais gentis do que os cobradores de impostos. E a mesma coisa indica isso: fogem em direção aos inimigos de forma que escapem da força da exação. E de fato, isso mesmo, quão mais duro e inumano [que seja], menos ainda pesado e acerbo seria, se todos tolerassem igualmente e em comum. Isso [fica] mais indigno e penal porque nem todos sustentam todo o ônus, pelo contrário porque os tributos dos ricos oprimem os homens pobres e os mais frágeis suportam as cargas dos mais fortes. E o que não podem sustentar, não é por outra causa se não porque a carga é maior do que a capacidade dos miseráveis. Coisas diversíssimas e dessemelhantes sofrem, inveja e pobreza. Pois a inveja está no pagamento e a pobreza na capacidade. Se tu observas o que pagam, julgarias abundar, se observas o que eles têm, descobrirás faltar. Quem pode julgar uma coisa de tal iniquidade? Sustentam o pagamento dos ricos e suportam a indigência dos mendigos. E há muito mais no estou prestes a dizer: os próprios ricos, vez ou outra, fazem cobranças tributárias adicionais, em favor dos quais os pobres pagam. Mas, perguntas, quando o censo dos mesmos é máximo e máximos são os pagamentos dos mesmos, de que maneira se pode fazer isso, de forma que os mesmos queiram aumentar a dívida de si mesmos? E eu nem digo que aumentem isso sobre si; pois, e precisamente por essa razão, aumentam porque não aumentam sobre si! Eu direi de que modo: frequentemente chegam novos arautos, novos portadores de epístolas enviados por homens de altos postos, que pelos poucos ilustres são aconselhados a [causar] a ruína de muitos. Por eles novos deveres são decretados, novas cobranças são decretadas: os poderosos decretam que os pobres paguem, a graça dos ricos decreta o que perde a turba dos miseráveis; pois os mesmos em nada sentem o que decretam.

Mas, dizes, não podem não honrar e receber generosamente os que tenham sido enviados pelos maiores. Portanto, ricos, sede os primeiros a contribuir, vós que sois os primeiros a decretar! Sede os primeiros em generosidade das coisas, vós que sois os primeiros em liberalidade das palavras! O quanto dás do que é meu, dê do que é teu também! Posto que quem quer que sejas aquele, o qual a graça deseja tomar sozinho, o mais corretamente é que sozinho as despesas sofra. Mas nós os pobres assentimos à vossa vontade, ricos! Porque vós poucos ordenais que paguemos todos! O que é mais justo? O que é mais humano? Vossos decretos encargam novos débitos sobre nós: pelo menos fazei o mesmo débito ser comum, vós conosco! Pois o que pode ser mais iníquo ou indigno do que sejais sozinhos imunes ao débito, os quais a todos fazeis devedores? E certamente pobres misérrimos assim pagam tudo isso que dissemos, pois ignoram completamente que coisa ou por qual razão pagam! Pois a quem é lícito examinar por que paga, ou a quem é permitido explorar o que deve? Mas então evidentiíssimamente isso acontece quando alternadamente os ricos se enraivecem, ou quando alguns deles se indignam porque sem seu conselho ou acordo alguns [deveres] são decretados. Então, de certos deles ouves ser dito: “oh crime indigno! Dois ou três decidem o que mata muitos; por poucos poderosos é decretado o que por muitos miseráveis é pago!”

Pois cada um dos ricos garante sua honra, quando ausente recusa ser decretada qualquer coisa, mas não [garante] a justiça, de forma que presente recusasse decidir por coisas iníquas. Finalmente o que em outros eles repreendem, os mesmos posteriormente instituem ou por retribuição de um desrespeito pretérito ou por causa da presunção de poder; E através disso os infelicíssimos pobres são assim postos como se entre tempestades conflituosas no meio do mar: sabe-se que ora são cobertos pelas ondas desses, ora pelas daqueles.

5.8 Mas evidentemente os que são iníquos nessa parte, descobre-se serem moderados e justos em outras, e a depravação de uma coisa compensam pela probidade de outra? Pois assim como carregam os pobres com o peso de novas taxas, também os sustentam com o subsídio de novos remédios: assim, pelos novos tributos os menores são maximamente oprimidos e, pelos remédios novos, são maximamente assistidos. Pelo contrário: a iniquidade está em ambas as partes. Porque assim como os pobres são os primeiros em sobrecarga, da mesma forma são os últimos em abatimento. Pois se quando, como é fato recente, os poderes supremos julgaram decidir por serem diminuídas as funções tributárias para as cidades falidas em alguns lugares, imediatamente o

remédio dado a todos só entre si os ricos compartilham. Quem então se lembra dos pobres? Quem convoca os humildes e necessitados para comunhão do benefício? Quem suporta àquele que é sempre o primeiro no fardo, pelo menos estar em último lugar nos alívios? E o que mais? Os pobres não são considerados os tributários em nada, a não ser quando é imposto o cúmulo do tributo a eles; mas são extranumerários dos tributos, quando os alívios são divididos.

E consideramos que sejamos não merecedores da pena da divina severidade, quando assim nós sempre punimos os pobres, ou acreditamos que, quando somos iníquos continuamente, o Deus justo não deveria [ser] plenamente contra nós? Pois onde ou junto a quem existem tantos males senão junto aos romanos? De quem é tanta injustiça a não ser nossa? Pois os francos não conhecem essa perversidade, os hunos são imunes dessas perversidades, nada dessas há entre os vândalos, nada dessas entre os godos. Pois está tão distante de se tolerar essas coisas entre os bárbaros godos, de maneira que não sofrem delas certamente nem os romanos que entre eles vivem. E assim ali é um o voto dos romanos: de que em momento algum seja necessário a eles retornar ao direito romano. Ali há uma oração unânime da plebe romana: que seja permitido a eles viver a vida que vivem com os bárbaros. E nos espantamos quando os godos não são vencidos pelo nosso lado, quando há os que preferem estar entre esses, a estar entre nós romanos. E assim, não apenas nossos irmãos absolutamente não querem fugir deles em direção a nós, mas para que em direção a eles fujam, a nós deixam [para trás].

E certamente eu poderia me perguntar por que não fazem plenamente isso todos os pobres tributários e necessitados, a não ser porque é uma a causa pela a qual não fazem tanto: porque não poderiam transferir para lá as suas pequenas coisas, habitações e suas famílias. Pois quando muitos deles abandonam suas terrinhas e cabanas para que evadam a força das exações, de que modo não iriam querer as coisas que são compelidos a abandonar, senão carregar consigo se a possibilidade permitisse? Portanto, uma vez que isso, o que mais fortemente preferem, não fazem valer, fazem uma coisa que podem: transportam a si para a proteção e cuidado dos maiores, fazem-se cativos rendidos dos ricos e se transcendem como se para dentro do direito e da autoridade deles.

E mesmo nem isso eu julgaria grave ou indigno, pelo contrário eu congratularia a magnanimidade desses poderosos aos quais os pobres se renderam, se eles não vendessem esses patrocínios, se porque se dizem defender os humildes, pagassem tributos à humanidade, não á cobiça. O que há de grave e muito acerbo ali é que por essa condição parecem proteger os pobres, mas os espoliam, por essa condição defendem os miseráveis, mas os fazem mais miseráveis ao defender. Pois todos que parecem ser defendidos por eles, antes de serem defendidos, obrigam transferir aos seus defensores toda a sua propriedade; e assim, para que os pais tenham proteção, os filhos perdem a herança: pelo suporte dos pais é composta a mendicância da prole. Eis quais são os auxílios e patrocínios dos maiores: nada oferecem aos suportados, mas a si. Pois com esse pacto algo temporariamente aos pais é oferecido, para que no futuro tudo seja levado dos filhos. E assim vendem, e certamente e certos maiores vendem por um preço pesadíssimo todas as coisas que presenteiam. E isso, que eu disse que vendem, se ao menos eles vendessem pelo costume usual e comum! Algo talvez permanecesse aos compradores. Esse é claramente um novo tipo de venda e compra: o vendedor nada entrega e tudo recebe; o comprador nada recebe e perde tudo profundamente. Em toda a parte quase todo contrato teria isso em si, como se cobiça parecesse estar junto ao comprador, e a pobreza junto ao vendedor, porque o comprador isso compra para que sua substância aumente e o vendedor vende de forma que diminua; mas um comércio desse tipo é inaudito: cresce a faculdade do vendedor e nada permanece ao comprador, a não ser apenas a mendicância.

Pois qual a natureza disso que não se pode suportar e é gerador de monstros, e o que as mentes humanas poderiam dificilmente, eu não diria sofrer, mas ouvir: que muitos dos pobres e miseráveis espoliados de suas pequenas posses e banidos de suas terrinhas, quando perdessem as coisas, ainda sofressem os tributos das coisas perdidas! Quando se tiver retirado deles a posse, a captação (*capitatio*) não terá retrocedido! Eles carecem de propriedades e são afogados pelos impostos de aduana (*vectigalia*)! Quem poderia avaliar esse mal? Invasores se deitam sobre as coisas deles e os miseráveis pagam os tributos em nome dos invasores! Após a morte dos pais, com os consentimentos do direito, os filhos não têm suas terras, e são torturados até a morte pelos deveres das terras. E através disso que outra coisa com tantas perversidades é conseguida, se não que os que pela invasão privada são depenados, que pela cobrança pública sejam mortos? E dos quais a depredação tomou as coisas, que a exação lhes tome a vida? E assim não poucos deles sobre os quais falamos, os quais ou são mais sábios ou os quais a necessidade assim os tornou, quando seus

domicílios e suas pequenas propriedades perdem para invasores, ou abandonam, fugitivos dos cobradores públicos, porque não podem mais mantê-las, solicitam as terras dos maiores e se tornam colonos dos ricos. E assim, esses que compelidos pelo terror dos inimigos se reúnem em fortalezas, ou esses que, perdido o estatuto da livremente nascida segurança, em desespero fogem em direção a algum asilo, e assim aqueles, porque não são capazes de proteger mais amplamente a casa ou a dignidade dos seus nascimentos, submetem-se ao julgo da degradação inquilina, acostumam-se reduzidos a essa necessidade, de forma que eles careçam na propriedade das coisas e percam o direito de liberdade, exilados nem tanto da capacidade, mas mesmo da sua condição, e também banidos nem tanto de suas coisas, mas ainda de si mesmos, e perdendo consigo todas as suas coisas.

5.9 E certamente, porque assim coage a felicidade infeliz, de qualquer maneira essa sorte extrema deles havia de ser suportada, se não mesmo alguma coisa mais extrema. Aquilo mais grave e mais acerbo porque a esse mal é acrescentado um mal mais selvagem. Pois como estrangeiros são aguentados, fazem precedente de habitação nativa; e outrora pelo exemplo daquela prepotente maléfica que foi dita transformar homens em bestas, assim esses homens que são recebidos dentro das propriedades dos ricos, são transmutados por uma transfiguração como se em porcos de Circe. Pois os que [os ricos] suportam como forasteiros e estrangeiros, começam a ter como se sua propriedade; os que ele constata serem livres, ele transforma em escravos. E [por que] nos espantamos se os bárbaros nos capturam, quando fazemos nossos irmãos se tornarem cativos? Nada, portanto, há de espantoso que haja devastações e também destruição de cidades: longamente elaborávamos isso pela opressão de muitos, de forma que capturando outros ainda nós mesmos tivéssemos começado a ser cativos. Pois percebemos, mesmo que mais tarde muito do que merecíamos, percebemos finalmente aquelas coisas que fizemos e em paralelo ao sacro sermão “comemos os labores das nossas mãos” e com um julgamento justo pagamos o que devemos a Deus.

5.5

Inter haec vastantur pauperes viduae gemunt, orfani proculcantur, in tantum ut multi eorum, et non obscuris natalibus editi et liberaliter instituti, ad hostes fugiant, ne persecutionis publicae afflictione moriantur, quaerentes scilicet apud barbaros Romanam humanitatem, quia apud Romanos barbaram inhumanitatem ferre non possunt. Et quamvis ab his ad quos confugiunt, discrepent ritu, discrepent lingua, ipso etiam, ut ita dicam, corporum atque induuiarum barbaricarum foetore dissentiant, malunt tamen in barbaris pati cultum dissimilem quam in Romanis iniustitiam saevientem. Itaque passim, uel ad Gothos uel ad Bacaudas uel alios ubique dominantes bárbaros migrant, et commigrasse non paenitet; malunt enim sub specie captivitatis vivere libere quam sub specie libertatis esse captivi.

Itaque nomen romanorum aliquando non solum magno aestimatum sed magno emptum nunc ultro repudiatur ac fugitur, nec utile tantum sed etiam abominabile paene habetur. Et quod esse maius testimonium Romanae iniquitatis potest quam quod plerique, et honesti et nobiles et quibus Romanus status summo et splendori esse debuit et honori, ad hoc tamen Romanae iniquitatis crudelitate compulsi sunt ut nolint esse Romani? Et hinc est quod etiam hi qui ad barbaros non confugiunt, barbari tamen esse coguntur: scilicet ut est pars magna Hispanianorum et non mínima Gallorum, omnes denique quos per universum Romanum orbem fecit Romana iniquitas iam non esse Romanos.

5.6 De bacaudis nunc mihi sermo est, qui per malos iudices et cruentos spoliati, afflicti, necati, postquam ius Romanae libertatis amiserant, etiam honorem Romani nominis perdiderunt. Et imputatur his infelicitas sua, imputamus his nomen calamitatis suae, imputamus nomen quod ipsi fecimus! Vocamus rebelles, vocamus perditos, quos esse compelimus criminosos!

Quibus enim aliis rebus Bacaudae facti sunt, nisi iniquitatibus nostris, nisi improbitatibus iudicum, nisi eorum proscriptionibus et rapinis qui exactionis publicae nomen in quaestus proprii emolumenta verterunt et indictiones tributarias praedas sua esse fecerunt, qui in similitudinem immanium bestiarum non rixerunt traditos sibi sed devorarunt, nec spolis tantum hominum, ut plerique latrones solent, sed laceratione etiam et, ut, ita dicam, sanguinem pascebantur. Ac sic actum est ut latrocinis iudicum strangulati homines et necati, inciperent esse quasi barbari, quia non permittbantur esse Romani. Adquieuerunt enim esse quod non erant, quia non permittebantur esse quod fuerant, coactique sunt vitam saltim defendere, quia se iam libertatem videbant penitus perdidisse.

Aut quid aliud etiam nunc agitur quam tunc actum est, id est ut qui adhuc Bacaudae non sunt, esse cogantur? Quantum enim ad uim atque injurias pertinet, compelluntur ut velint esse, sed imbecillitate impediuntur ut non sint. Sic sunt ergo quasi captiui iugo hosti pressi: tolerant suplicium necessitate, non uoto; animo desiderant libertatem sed summam sustinet servitatem.

5.7. Ita ergo et cum omnibus ferme humilioribus agitur; una enim re ad duas diuersissimas coartantur: uis summa exigit ut adspirare in libertatem uelint, sed eadem uis posse non sinit quae uelle compellit. Sed imputari his potest forsitan quod hoc uelint homines, qui nihil magis cuperent quam ne cogerentur hoc uelle. Summa enim infelicitas est quod uolunt: nam cum his multo melius agebatur, si non compellerentur hoc uelle. Sed quid possunt aliud uelle miseri qui adsiduum, immo continuum exactionis publicae patiuntur excidium, quibus imminet semper grauis et indefessa proscriptio, qui domus suas deserunt ne in ipsis domibus torqueantur, exilia petunt ne supplicia sustineant? Leniores his hostes quam exactores sunt. Et res ipsa hoc indicat: ad hostes fugiunt ut uim exactionis euadant. Et quidem ipsum hoc, quamuis durum et inhumanum, minus tamen graue atque acerbum erat, si omnes aequaliter atque in commune tolerarent.

Illud indignius ac poenalius quod omnium onus non omnes sustinent, immo quod pauperculos homines tributa diuitum premunt, et infirmiores ferunt sarcinas fortiorum. Nec alia causa est quod sustinere non possunt, nisi quia maior est miserorum sarcina quam facultas. Res diuersissimas dissimillimasque patiuntur, inuidiam et egestatem: inuidia enim est in solutione, egestas in facultate. Si respicias quod dependunt, abundare arbitreris; si respicias quod habent, egere reperies. Quis aestimare rem huius iniquitatis potest? Solutionem sustinent diuitum et indigentiam mendicorum. Plus multo est quod dicturus sum: adiectiones tributarias ipsi interdum diuites faciunt, pro quibus pauperes soluunt. Sed, dicis, cum ipsorum maximus census sit et ipsorum maximae pensiones, quomodo fieri id potest ut ipsi sibi augere debitum uelint? - Neque ego id dico quod sibi augeant; nam et ideo augent quia non sibi augent! Dicam quomodo. Veniunt plerumque noui nuntii, noui epistolarii a summis sublimitatibus missi, qui commendantur inlustribus paucis ad exitia plurimorum. Decernuntur his noua munera, decernuntur nouae indictiones: decernunt potentes quod soluant pauperes, decernit gratia diuitum quod perdat turba miserorum; ipsi enim in nullo sentiunt quod decernunt.

Sed non possunt, inquis, non honorari et liberalius accipi qui fuerint a maioribus missi. - Estote ergo, diuites, primi in conferendo, qui estis primi in decernendo! Estote primi in largitate rerum, qui primi estis in liberalitate uerborum! Qui das de meo, da et de tuo! Tametsi rectissime, quisquis ille es, qui solus capere uis gratiam, solus patereris expensam. Sed adquiescimus pauperes uestrae, diuites, uoluntati! Quod pauci iubetis soluamus omnes! Quid tam iustum, quid tam humanum? Grauant nos nouis debitis decreta uestra: facite saltem debitum ipsum uobis nobiscum esse commune! Quid enim iniquius esse aut quid indignius potest quam ut soli sitis immunes a debito, qui cunctos facitis debitores? Et quidem miserrimi pauperes sic totum hoc quod diximus soluunt, quod qua re uel qua ratione soluant penitus ignorant! Cui enim licet discutere cur soluat, aut cui permittitur explorare quid debeat? - Sed tunc id euidentissime proditur cum inuicem sibi diuites irascuntur, cum indignantur aliqui eorum quod sine consilio ac tractatu suo aliqua decreta sint. Tunc a quibusdam eorum audias dici: «O facinus indignum! Duo aut tres statuunt quod multos necet; a paucis potentibus decernitur quod a multis miseris dependatur!» Honori enim suo quisque diuitum praestat, ut nolit aliquid se absente decerni, non iustitiae, ut iniqua nolit se praesente constitui. Denique quod in aliis reprehenderent ipsi postea aut pro contemptus praeteriti ultione aut pro potestatis praesumptione constituunt; ac per hoc infelicissimi pauperes sic sunt quae inter concertantes procellas in medio mari positi: nunc istorum scilicet nunc illorum fluctibus obruuntur.

5.8. Sed uidelicet qui in hac parte iniqui sunt in alia moderati inueniuntur et iusti, ac prauitatem unius rei alterius probitate compensant? Nam sicut in onere nouarum indictionum pauperes grauant, ita in nouorum remediorum opitulatione sustentant: sicut tributis nouis minores maxime deprimuntur, sic remediis nouis maxime subleuantur. - Immo par est iniquitas in utroque. Nam sicut sunt in adgrauatione pauperes primi, ita in releuatione postremi. Si quando enim, ut nuper factum est, consulendum defectis urbibus aut minuendas in aliquo tributarias functiones potestates summae existimauerint, ilico remedium cunctis datum soli inter se diuites partiuntur. Quis tunc pauperum meminit? Quis ad communionem beneficii humiles et egestuosos uocat? Quis eum qui primus est semper in sarcina, uel ultimo esse loco patitur in medela? Et quid plura? tributarii omnino pauperes non putantur, nisi cum iis tributum cumulus imponitur; extra numerum autem tributariorum sunt, cum remedia diuiduntur.

Et putamus quod poena diuinae seueritatis indigni simus, cum sic nos semper pauperes puniamus, aut credimus, cum iniqui nos iugiter simus, quod deus iustus in nos omnino esse non debeat? Vbi enim aut in quibus sunt nisi in Romanis tantum haec mala? Quorum iniustitia tanta nisi nostra? Franci enim hoc scelus nesciunt, Chuni ab his sceleribus immunes sunt, nihil horum est apud Wandalos, nihil

horum apud Gothos. Tam longe enim est ut haec inter Gothos barbari tolerent ut ne Romani quidem, qui inter eos uiuunt, ista patiantur. Itaque unum illic Romanorum omnium uotum est, ne umquam eos necesse sit in ius transire Romanum. Vna et consentiens illic Romanae plebis oratio, ut liceat eis uitam quam agunt agere cum barbaris. Et miramur si non uincuntur a nostris partibus Gothi, cum malint apud hos esse quam apud nos Romani. Itaque non solum transfugere ab eis ad nos fratres nostri omnino nolunt, sed ut ad eos confugiant, nos relinquunt.

Et quidem mirari possim quod hoc non omnes omnino facerent tributarii pauperes et egestuosi, nisi quod una tantum causa est qua non faciunt, quia transferre illuc resculas atque habitatiunculas suas familiasque non possunt. Nam cum plerique eorum agellos ac tabernacula sua deserant ut uim exactionis euadant, quomodo non quae compelluntur deserere uellent sed secum, si possibilitas pateretur, auferrent? Ergo quia hoc non ualent quod forte mallent, faciunt quod unum ualent : tradunt se ad tuendum protegendumque maioribus, dediticios se diuitum faciunt et quasi in ius eorum dicionemque transcendunt.

Nec tamen graue hoc aut indignum arbitrarer, immo potius gratularer hanc potentium magnitudinem quibus se pauperes dedunt, si patrocina ista non uenderent, si quod se dicunt humiles defensare, humanitati tribuerent non cupiditati. Illud graue ac peracribum est quod hac lege tueri pauperes uidentur ut spolient, hac lege defendunt miseros ut miseriores faciant defendendo. Omnes enim hi qui defendi uidentur, defensoribus suis omnem fere substantiam suam prius quam defendantur addicunt; ac sic, ut patres habeant defensionem, perdunt filii hereditatem: tuitio parentum mendicitate pignorum comparatur. Ecce quae sunt auxilia ac patrocina maiorum : nihil susceptis tribuunt sed sibi. Hoc enim pacto aliquid parentibus temporarie attribuitur ut in futuro totum filiis auferatur. Vendunt itaque, et quidem grauissimo pretio uendunt maiores quidam cuncta quae praestant. Et quod dixi uendunt, utinam uenderent usitato more atque communi! aliquid forsitan remaneret emptoribus. Nouum quippe hoc genus uenditionis et emptionis est: Uenditor nihil tradit et totum accipit ; emptor nihil accipit et totum penitus amittit. Cumque omnis ferme contractus hoc in se habeat ut inuidia penes emptorem, inopia penes uenditorem esse uideatur, quia emptor ad hoc emit ut substantiam suam augeat, uenditor ad hoc uendit ut minuat, - inauditu hoc commercii genus est : uenditoribus crescit facultas, emptoribus nihil remanet nisi sola mendicitas.

Nam illud quale quam non ferendum atque monstrigerum, et quod non dicam pati humanae mentes sed quod audire uix possint: quod plerique pauperculorum atque miserorum spoliati resculis suis et exterminati agellis suis cum rem amiserint, amissarum tamen rerum tributa patiuntur! cum possessio ab his recesserit, capitatio non recedit! proprietatibus carent et uestigialibus obruuntur! Quis aestimare hoc malum possit? Rebus eorum incubant peruasores et tributa miseri pro peruasoribus soluunt! Post mortem patris nati obsequiis iuris sui agellos non habent et agrorum muniis enecantur. Ac per hoc quid aliud sceleribus tantis agitur, nisi ut qui priuata peruatione nudati sunt publica adflictione moriantur, et quibus rem depraeditio tulit, uitam tollat exactio? Itaque nonnulli eorum de quibus loquimur, qui aut consultiores sunt aut quos consultos necessitas fecit, cum domicilia atque agellos suos aut peruationibus perdunt aut fugati ab exactoribus deserunt, quia tenere non possunt, fundos maiorum expetunt et coloni diuitum fiunt. Ac sicut solent aut hi qui hostium terrore compulsi ad castella se conferunt, aut hi qui perduto ingenuae incolumitatis statu ad asylum aliquod desperatione confugiunt, ita et isti, quia tueri amplius uel sedem uel dignitatem suorum natalium non queunt, iugo se inquilinae abiectiois addicunt, in hanc necessitatem redacti ut extorres non facultatis tantum, sed etiam condicionis suae atque exulantes non a rebus tantum suis, sed etiam a se ipsis ac perdentes secum omnia sua et rerum proprietate careant et ius libertatis amittant.

5.9. Et quidem, quia ita infelix necessitas cogit, ferenda utcumque erat extrema haec sors eorum, si non esset aliquid extremius. Illud grauius et acerbius quod additur huic malo saeuus malum. Nam suscipiuntur ut aduenae, fiunt praeiudicio habitationis indigenae; et exemplo quondam illius maleficae praepotentis quae transferre homines in bestias dicebatur, ita et isti omnes qui intra fundos diuitum recipiuntur, quasi Circae poculi transfiguratione mutantur. Nam quos suscipiunt ut extraneos et alienos, incipiunt habere quasi proprios; quos esse constat ingenuos, uertuntur in seruos. Et miramur si nos barbari capiunt, cum fratres nostros faciamus esse captiuos? Nil ergo mirum est quod uastationes sunt atque excidia ciuitatum : diu id plurimorum oppressione elaborauimus ut captiuando alios etiam ipsi inciperemus esse captiui. Sentimus enim, etsi tardius multo quam merebamur, sentimus tandem illa quae fecimus, et iuxta sermonem sacrum *labores manuum nostrarum manducamus*» ac iusto iudice deo soluimus quae debemus.

Chronica Gallica de 452, Chronica Minora, Monumentae Germanicae: 117, 118, 119, 127, 133 (anos 435-437; 442; 448).

117

A Gália ulterior, tendo seguido Tibato, líder da rebelião, abandonou a sociedade romana; com um início arrastado a partir do qual quase todos os servos das Gálias conspiraram em direção à Bagauda (a.435).

118

A memorável Guerra contra o povo dos burgundios estoura, na qual quase todo o povo com o rei é destruído por Aécio. (a.436)

119

Com a captura de Tibato e com outros líderes em parte da sedição vencidos, em parte mortos, a comoção dos bagaudas cessa. (a.437)

127

Os Alanos, aos quais foram entregues pelo patrício Aécio as terras da Gália profunda para serem divididas com os habitantes, subjagam os resistentes com as armas e, com os senhores expulsos, assumem à força a propriedade da terra. (a.442)

133

Eudoxius médico por ofício, de gênio depravado mas treinado, delatado na Bagauda animada por estes tempos, foge para os Hunos. (a.448)

Theodosius Annos XXVII

[435]

XII Gallia ulterior Tibatonem principem rebelionis secuta a Romana societate discessit; a quo tracto initio omnia paene Galliarum servitia in Bacaudam conspiravere .117.

[436]

XIII Bellum contra Burgundionum gentem memorabile exarsit, quo universa paene gens cum rege per Aetius deleta . 118.

OL.CCCV

[437]

XIII Capto Battone et ceteris seditionis partim principibus vinctis, partim necatis Bacaudarum commotio conquiescit. 119.

(...)

[442]

XVIII Alani quibus terrae Galliae ulterioris cum incolis dividendae a patricio Aetio traditae fuerant, resistentes armis subigunt et expulsis dominis terrae possessionem ui adipiscuntur. 127.

(...)

OL.CCCVII

(...)

[448]

XXV Eudoxius arte medicus, pravi sed exercitati ingenii, in Bacauda id temporis mota delatus ad Chunos confugit. 133.

Jerônimo, *Chronica*: A.2303

Diocleciano adotou em consórcio de governo Maximiano Hercúelo, que, com a multidão de rústicos suprimida, a qual colocou em sua facção o nome de bagaudas, retornou a paz às Gálias.

d Diocletianus in consortium regni Herculium Maximianum adsumit. Qui rusticorum multitidine oppressa quae factioni suae bacaudarum nomen indiderat, pacem Galiis reddidit.

Orósio, *Historiarum Liber Adversus Paganos*, 25.

Dehinc, cum in Galiam Amandus et Aelianus collecta rusticanorum manu quos bacaudas vocabant, perniciosos tumultos excitavissent, Maximianum cognomento Herculium Caesarem fecit misitque in Gallias: qui facile agrestium hominum imperitam et confusam manum militari virtute conpescuit.

Então, quando na Gália, Amando e Aeliano com uma turba reunida de rústicos, os quais chamavam de bagaudas, teriam provocado perniciosos tumultos, [Diocleciano] fez um César de Maximiano, de alcunha Hercúleo, e o enviou às Gálias: o qual facilmente refreou a turba confusa e inábil por meio de sua virtude militar.

Constâncio de Lion, *Vita Germani* (475-480) - parágrafo 28; parágrafo 40)

28

Mal retornara para casa de sua expedição transmarina, e já rodeava o cansaço do mestre beato uma delegação do Trato Armoricano. Pois o homem magnífico, Aécio, que então governava a república, ofendido pela insolência da orgulhosa região confiara a Goar, rei ferocíssimo dos alanos, aqueles lugares que inclinavam-se em favor da intenção de rebelião, porque aquele [Goar] desejara com a avidez da cobiça bárbara aqueles [locais]. E assim, foi oposto às gentes belicosíssimas e ao rei ministro de ídolos somente um velho, no entanto, mais forte e maior que todos, pela proteção de Cristo. Sem demora parte apressado, porque o aparato bélico se fazia iminente. Mal fora a gente posta em marcha e logo cavaleiros armados de ferro preencheram todo o caminho, e, contudo, nosso sacerdote acessível era impelido até juntar-se ao rei mesmo que perseguia. Já avançado, anda em direção à estrada e é oposto (opõe-se) ao general armado entre os bandos dos seus, e por meio de um interprete derrama primeiro uma prece suplicante, em seguida censura o estrangeiro, com a mão projetada ao extremo, toma as correias das rédeas e com isso retém todo o exército. A estas coisas o rei ferocíssimo, por ordem de Deus, respondeu com admiração em lugar de ira; observa com estupefação a constância, venera a reverência, é movido para trás pela obstinação da autoridade. O aparato bélico e a comoção de armas, com a agitação deposta, retornam à política da assembleia e é tratado de que modo, não o que o rei quisera, mas o que o sacerdote demandava que fosse realizado. O rei e o exército se recolheram à tranquilidade do acampamento, prometeu a segurança fidelíssima da paz, com a condição de que o perdão, que o mesmo recebera, fosse pedido ao Imperador ou (e*) a Aécio. Enquanto isso, por causa da intercessão e do mérito do sacerdote, o rei conteve-se, com o exército recolhido, de devastar absolutamente a província.

40

Por causa do bem estar da região armoricana que resultara na necessidade da peregrinação, com o perdão obtido, teria obtido de acordo com seu próprio arbítrio a segurança perpétua, se a perfídia de Tibato não tivesse reconvocado a população instável e indisciplinada à rebelião precedente. Por causa desse fato a intercessão evanesceu e a credulidade imperial foi frustrada por esse logro. O qual no entanto por causa de sua astúcia de múltiplas faces em pouco tempo sofreu penas de pérfida temeridade

28

Vixdum domum de transmarina expeditione remeuerat, et iam legatio Armorici Tractus fatigationem beati antistitis amiebat. Offensus enim superbae insolentia regionis vir magnificus Aetius qui tum rem publicam gubernabat Goari ferocíssimo Alanorum regi loca illa inclinanda pro rebellionis praesumptione permiserat, quae ille auiditate barbaricae cupiditatis inhiauerat. Itaque genti bellicosissimae regique idolorum ministro obicitur senex unus sed tamen omnibus Christi praesidio maior et fortior. Nec mora festinus egreditur, quia imminebat bellicus apparatus. Iam progressa gens fuerat totumque iter eques ferratus impleuerat, et tamen sacerdos noster obuius ferebatur donec ad regem ipsum qui sequebatur accederet. Occurrit in itinere, iam progresso, et armato duci inter suorum cateruas opponitur, medioque interprete primum precem supplicem fundit, deinde increpat differentem, ad extremum manu iniecta, freni habenas inuadit atque in eo uniuersum sistit exercitum. Ad haec rex ferocissimus admirationem pro iracundia, Deo imperante, concepit; stupet constantiam, ueneratur reuerentiam, auctoritatis pertinacia remouetur.

Apparatus bellicus armorumque commotio ad consilii ciuilitatem, deposito tumore, descendit tractaturque qualiter non quod rex uoluerat sed quod sacerdos petierat conpleretur. Ad stationis quietem rex exercitusque se recipit; pacis securitatem fidelissimam pollicetur ea conditione ut uenia, quam ipse praestiterat, ab imperatore uel na Aetio peteretur.

Interea per intercessionem et meritum sacerdotis rex compressus est, exercitus revocatus, provinciae uastationibus absolutae.

40

Causam sane Armoricanæ regionis quæ necessitatem peregrinationis indixerat, obtenta uenia et securitate perpetua, ad proprium obtinisset arbitrium, nisi Tibattonis perfidia mobilem et indisciplinatum populum ad rebellionem pristinam reuocasset. Quo facto et intercessio sacerdotis euanuit et imperialis credulitas circumscriptione frustata est. Qui tamen pro calliditate multiplici breui poenas perfidæ temeritatis exsoluit.

Hydatius Cronica (Galliciae, c 468): 125, 128, 141, 142, 158 -

125 441 d.C.

Astúrio, general dos dois exércitos, enviado às Hispanias, mata multidão de bagaudas tarraconenses.

128 443 d.C.

Foi escolhido sucessor do próprio Astúrio como mestre dos dois exércitos o genro do mesmo, Merobaudes, nobre por nascimento e comparável aos antigos pelo mérito da eloquência e especialmente na diligência pela poesia. Isso ainda é trazido pelo testemunho das estátuas. No breve tempo de seu comando, quebrou a insolência dos bagaudas Aracelitanos. E logo depois, por causa da inveja incansável de alguns foi chamado de volta à cidade de Roma pela ordem sagrada.

141 449 d.C.

Basílio, para dar testemunho à sua distinta audácia, com os bagaudas congregados, matou os federados na Igreja de Tyriassone (Tarrazona). E lá, Leo, bispo da mesma igreja, morreu naquele lugar, ferido pelos mesmos os quais estavam com Basílio.

142 450 d.C.

Rechiário, distante junto ao sogro Teodoro (Teodorico) no mês de julho, em retorno, depreda com Basílio a região Cesaraugustana (Zaragossa). Com a cidade Ellerdense (Lérida) invadida de surpresa (ou não quebrada), um não pequeno conjunto de prisioneiros foi feito.

158 453-454 d.C.

Os bagaudas tarraconenses são abatidos por Frederico irmão do rei Theoderico, sob autoridade romana.

125

Asturius dux utriusque militiae ad Hispanias missus Terraconensium caedit multitudinem Bacaudarum

128

Asturio magistro utriusque militiae gener ipsius successor ipsi mittitur Meurobaudis, natu nobilis et eloquentiae mérito uel maxime in poematis studio veteribus comparandus. Testimonio etiam prouehitur statuarum. Breui tempore potestatis suae Aracellitanorum frangit insolentiam Bacaudarum. Mox nonnulorum inuidia perurgente ad urbem Romam sacra preceptione reuocatur

141

Basilus ob testimonium egregii ausus sui congregatis Bacaudis in ecclesia Tyriassone foederatos occidit. Vbi et Leo eiusdem ecclesiae episcopus ab hisdem qui cum Basilio aderant in eo loco obiit uulneratus.

142

Rechiarus mense Iulio ad Theodorem socerum profectus Caesaraugustanam regionem cum Basilio in reditu depredatur. Inrupta per dolum Ellerdensi urbe acta est non parua captiuitas.

158

Per Fredericum Theuderici regis fratrem Bacaudae Terraconenses caedentur ex auctoritate Romana.

Sidônio Apolinário. *Carmina* V 210-213 VII 246-248 (468-471 dc)

V 210-213 – Panegírico a Majoriano, Lugdunum (Lyon), 458 dc.

“Quando temerosos, ele (Marjoriano) defendeu os habitantes de Tours contra as guerras, e tu estavas ausente (Aécio); depois de pouco tempo, lutaste lado a lado, onde Cloio, o Franco, as terras abertas dos Atrebatos (Artois) invadira”.

V 210-213

Cum bella timentes/ defendit Turonos, aberas; post tempore paruo/pugnastis pariter, Francus qua Cloio patentes/ Atrebatum terras peruaserat.

Sendo parte do Panegírico a Majoriano, este trecho faz parte de um discurso hipotético feito pela esposa de Aécio, no qual a esposa repreende ao marido, descrevendo o quanto Majoriano estava sendo reconhecido como mais merecedor de glórias do que o próprio Aécio. A possível menção aos bagaudas é que o ataque à Tours teria acontecido durante os levantes bagaudas de 448.

VII 246-248 – Panegírico a Avitus, Roma, 456.

Então Litório, excelso com a Armórica submetida, arrasta os cavaleiros citas (hunos) pelas tuas terras, Arverne, contra as tropas dos Godos.

VII 246-248

Litorius Scythicos equites tum forte subacto/ celsus Aremorico Geticum rapiebat in agmen/ per terras, Aruerne, tuas ;

Merobaudes, *Panegyricus*: 2.5-23

O Reno acrescenta tratados que subordinam o mundo
 Invernal e, contente de ser dobrado pelas rédeas italianas,
 Alegrar-se em crescer numa margem e na outra do Tibre.
 O habitante, agora mais gentil, percorre os bosques armoricanos,
 A terra perdeu os costumes e, acostumada a esconder nos bosques
 as rapinas buscadas pelo crime selvagem, aprende
 a confiar Ceres aos campos inexperientes.
 A mão revoltosa (manus) que longamente confrontou o esforço Cesário,
 Sustenta as leis recebidas sob o nosso cônsul,
 E quanto mais revolva o sulco [da terra] com arados géticos,
 Mais recusa a associação bárbara das gentes vizinhas.
 Também, daí, a Gália inferior que rebate as ondas tirrenas,
 E, ascendente às alturas do monte aéreo,
 Ata as terras ibéricas com fronteira nuvíosa,
 Onde já nada estava sob nosso direito. Mas o vingador beligerante
 Abre o caminho cativo e recupera as vias fechadas
 Com o saqueador expulso, e restitui os povos
 às cidades sobreviventes e as delimitações às terras aráveis associadas (aliadas).

addidit hiberni famulantia foedera Rhenus
 orbis et Hesperis flecti contentus habenis
 gaudet ab alterna Thybrin sibi crescere ripa.
 lustrat Aremoricos iam mitior incola saltus,
 perdidit et mores tellus adsuetaque saevo
 crimine quaesitas silvis celare rapinas discit
 inexpertis Cererem committere campis
 Caesareoque diu manus obluctata labori
 sustinet acceptas nostro sub consule leges

et quamvis Geticis sulcum confundat aratris
 barbara vicinae refugit consortia gentis.
 hinc quoque, Tyrrhenis qua fluctibus ima resultat
 Gallia et aëri conscendens ardua montis
 limite nimboso terras perstringit Hiberas,
 nil nostri iam iuris erat. sed belliger ultor
 captivum reseravit iter clausasque recepit
 expulso praedone vias populosque relictis
 urbibus et sociis confinia reddidit arvis.

Séc VI.

Zozimus, *Historia Nova*: 6.2.5; 6.5.2-3

6.2.5

Com os generais de Constantino [III, usurpador] tendo atacado com grande força [Sarus, líder godo], ele com muito esforço se salva, tendo entregado o butim inteiro aos bagaudas que depararam com ele nos Alpes, para que deles [recebesse] a fortuna do espaço livre de passagem para a Itália.

6.5.2-3

[os bárbaros nas Gálias foram incitados por Gerontius contra Constantino] os bárbaros que estavam além Reno seguindo seu arbítrio em todas as partes forçaram os habitantes da ilha Britânica e alguns dos povos entre os gauleses, por necessidade, a se separar do Império Romano e a viver segundo suas próprias coisas, sem obedecer às leis deles. Os da Britânia, vestindo as armas e encarando o perigo por si próprios, libertaram as cidades dos bárbaros ameaçadores. E a Armórica inteira e outras províncias gaulesas, imitando os bretões, do mesmo modo se libertaram, expulsando os magistrados romanos e estabelecendo um governo próprio, de acordo com seu arbítrio.

6.2.5

Καταδραμόντων δὲ αὐτοῦ τῶν Κωνσταντίνου στρατηγῶν μετὰ μεγίστης δυναστείας, σὺν πολλῶ διεσώθη πόνῳ, τὴν λείαν ἄπασαν δωρησάμενος τοῖς περὶ τὰς Ἀλπεῖς ἀπαντήσασιν αὐτῶ Βακαύδαις, ὅπως εὐρυχωρίας παρ' αὐτῶν τύχη τῆς ἐπὶ τὴν Ἰταλίαν παρόδου.

6.5.2-3

(...) πάντα κατ' ἐξουσίαν ἐπιόντες οἱ ὑπὲρ τὸν Ῥῆνον βάρβαροι κατέστησαν εἰς ἀνάγκην τοὺς τε τὴν Βρεττανικὴν νῆσον οἰκοῦντας καὶ τῶν ἐν Κελτοῖς ἔθων ἓνια τῆς Ῥωμαίων ἀρχῆς ἀποστῆναι καὶ καθ' ἑαυτὰ βιοτεύειν, οὐκέτι τοῖς τούτων ὑπακούοντα νόμοις. 3 Οἱ τε οὖν ἐκ τῆς Βρεττανίας ὅπλα ἐνδύντες καὶ σφῶν αὐτῶν προκινδυνεύσαντες ἠλευθέρωσαν τῶν ἐπικειμένων βαρβάρων τὰς πόλεις, καὶ ὁ Ἀρμόριχος ἅπας καὶ ἕτεραι Γαλατῶν ἐπαρχίαι, Βρεττανοὺς μιμησάμεναι, κατὰ τὸν ἴσον σφᾶς ἠλευθέρωσαν τρόπον, ἐκβάλλουσαι μὲν τοὺς Ῥωμαίων ἀρχοντας, οἰκεῖον δὲ κατ' ἐξουσίαν πολίτευμα καθιστᾶσαι.

Jordanes, *Getica sive De Origine Actibusque Gothorum*: XXXVI 191-193.

191

Em verdade, para a parte dos romanos, foi tanta a providência do patrício Aécio, ao qual então era dado apoio pela Coisa Pública (Estado) da região ocidental, de forma que, com guerreiros congregados de todas as partes, avançaria contra uma não inferior multidão feroz e infinita. De fato, compareceram auxiliares francos, sármatas, armoricanos, liticianos, burgúndios, saxões, ripuários, olibriones (outrora soldados romanos, então deveras solicitados já na condição de auxiliares) e consideráveis outras tribos celtas ou germânicas.

192

E assim converge-se aos campos Cataláunicos, que também são chamados Mauriaco, detentores de uma centena de *leugas* de profundidade, como dizem os gauleses, e setenta de largura. Contudo, a *luega* gaulesa é medida pela quantidade de mil e quinhentos passos. Logo, aquela parte das terras é feita área de inumeráveis povos. Cada uma das duas fortíssimas linhas de batalha são constituídas: nada é realizado por meio de ardis, e em campo aberto combate-se.

193

Que causa digna pode contribuir para as movimentações de tantos? Ou que ódio animou neles mesmos a se armarem todos? É provado viver o gênero humano pelos [seus] reis, quando de uma mente com impeto insano sejam feitas ruínas dos povos, e pelo arbítrio de um rei arrogante, num momento é desfeito o que a natureza por muitos séculos engendrou.

191

A parte vero Romanorum, tanta Patricii Aëtii providentia fuit, cui tunc innitebatur res publica Hesperiae plagae, ut, undique bellatoribus congregatis, adversus ferocem et infinitam multitudinem non impar occurreret.

Hi enim affuerunt auxiliares: Franci, Sarmatae, Armoriciani, Liticiani, Burgundiones, Saxones, Riparii, Olibriones (quondam milites Romani, tunc vero jam in numero auxiliorum exquisiti), aliaeque nonnullae Celticae vel Germanicae nationes.

192

Convenitur itaque in Campis Catalaunicis, qui et Mauriaci nominantur, centum "leugas," ut Galli vocant, in longo tenentes et septuaginta in lato. "Leuga" autem Gallica una mille et quingentorum passuum quantitate metitur. Fit ergo area innumerabilium populorum pars illa terrarum. Conseruntur acies utraeque fortissimae: nihil surreptionibus agitur, sed aperto Marte certatur.

193

Quae potest digna causa tantorum motibus inveniri? Aut quod odium in se cunctos animavit armari? Probatum est humanum genus regibus vivere, quando unius mentis insano impetu strages sit facta populorum, et arbitrio superbi regis, momento defecerit quod tot saeculis natura progenit.

Circunceliões

Optato de Milevis – Contra Donatistas

Livro 3.4

Consequentemente, veja, irmão Parmeniano: a quem deveria ser imputado o que quer que pôde ser asperamente gerado na busca pela unidade? Dizes o pedido por soldados ter sido feito por nós católicos; se assim é, de que maneira então não viste nenhum exército armado na província Proconsularis? Vieram Paulo e Macário, os quais teriam distribuído caridade aos pobres de toda parte e cada um deles foi exortado à unidade; e quando se aproximaram da cidade Bagaiense, então o outro Donato, de acordo com o que dissemos acima, bispo da mesma cidade, desejando pôr impedimento à unidade e obstáculo aos advindos, acima mencionados, pelos locais vizinhos e por todas as feiras enviou arautos, chamando pelo nome circunceliões agonísticos, e convocou para que se reunissem no lugar já mencionado. E naquele momento o concurso desses foi demandado, dos quais a demência, pouco anteriormente, era vista pelos mesmos bispos ser acesa impiamente. Pois quando, antes da unidade, a raça desse tipo de homens estivesse vagando por diferentes lugares, e quando Axido e Fasir pelos mesmos homens insanos eram chamados generais dos santos, a ninguém era permitido estar seguro de suas posses. As cartas de débitos escritas à mão perderam poderes, naquele tempo nenhum credor teve direito (liberdade) de as poder executar, todos eram aterrorizados pelas cartas daqueles, que se jactavam de serem os generais dos santos, e se alguém para contemporizar as ordens daqueles se demorava em responder, subitamente uma multidão insana vinha correndo e os credores com o terror anterior eram cercados pelo perigo, de forma que aqueles que mereciam demandar pelas suas devidas responsabilidades eram impelidos às preces humildes pelo medo da morte. Cada um deles se apressava em abandonar mesmo as dívidas mais altas e era reconhecido como um ganho ter escapado das injúrias daqueles. E mesmo as viagens mais bem vigiadas não podiam acontecer, porque os mestres expulsos de seus veículos corriam servilmente à frente de seus criados, os quais se sentavam no lugar de seus senhores. Por causa do julgamento e das ordens daqueles [os circunceliões], a condição de mestre e de escravo era alterada.

Daí quando então a difamação foi feita aos bispos de seu partido, foi dito terem escrito a Taurino, o então Conde [Comites per Africam], por não poderem corrigir homens desse tipo dentro da igreja, mandaram receber disciplina pelo Conde acima mencionado. Então Taurino, em resposta às cartas desses, ordenou que marchasse um exército armado pelas feiras, onde a fúria dos circunceliões acostumara-se a vagar. Na localidade Octaviense foram mortos muitos e muitos foram mutilados, dos quais até hoje os corpos podem ser contados em altares ou mesas apagados. Quando do número desses alguns começaram a ser sepultados nas basílicas, Claro, o presbítero da localidade Subbulense, foi coagido pelo seu bispo, de forma que fizesse das sepulturas a exumação. Disso revelava-se que o acontecer que era comandado era tornado fato, quando nem sepultura na casa de Deus permitia-se ser recebida.

A multidão daqueles fortaleceu-se posteriormente. Como o Donato de Bagaia descobriu, a partir do que conduziu uma turba furiosa contra Macário. Desse mesmo tipo de homens foram aqueles que, sob o desejo de falso martírio, em sua ruína conduziram assassinos contra si mesmos. E ainda aqueles, que dos cumes de altos montes precipitavam suas vis almas de cabeça. Vejam de que grupo o bispo Donato, o outro, conseguiu coortes! Aterrados por esse temor, aqueles (Paulo e Macário), que traziam cofres os quais aos pobres despenderiam, em tanta necessidade chegaram à conclusão de que pediriam ao Conde Silvestre [Comites per Africam] um exército armado, não para fazerem força contra quem quer que fosse, mas para que se prevenissem contra a força ordenada pelo bispo Donato acima mencionado. Foi por esta razão pela qual teria sido visto um exército armado. Veja agora, quem deveria ou poderia ser apontado responsável pelo quer que tenha se sucedido.

Tinham lá uma turba infinita de convocados e consta que provisões de grãos suficientes foram preparadas. De uma basílica fizeram como que um celeiro público, na expectativa [daqueles] de que quando viessem, pudessem neles exercer seu furor e teriam feito o que quer que sua demência ditasse a eles, não fosse pela presença opositora de um exército armado. Pois quando batedores foram enviados antes dos soldados, como se faz costumeiro, não foram adequadamente recebidos, contra os preceitos do apóstolo (Paulo) o qual diz: “honra para quem honra é devida, imposto para quem o imposto é devido, tributo para quem o tributo é devido; não deverás nada a ninguém”. Os

que foram junto com seus cavalos enviados, foram espancados, foram enviados [de volta] por esses, dos quais ventilaste os nomes com o leque da inveja. Os mesmos foram os mestres da sua [própria] injúria, e o que pudessem sofrer, os mesmos ensinaram por meio de injúrias anteriores. Os soldados vexados retornaram aos seus contingentes e com o que dois ou três houveram de sofrer, todos se condoeram. Todos foram comovidos, e nem os comandantes deles se valeram em reter os soldados irados. E assim foi acontecido o que, em difamação da unidade, lembrastes ser feito. Estas e outras das vossas coisas têm suas próprias causas, [como] as pessoas culpadas que eu apresentei. Isso nós não vimos, mas de fato ouvimos convosco. Se o que se ouve faz o réu, vos temos como sócios, porque semelhantemente ouvistes, se o que se ouve é imune ao fato, a nós não debes imputar aquilo que por outros foi feito por meio de vossa provocação.

Em sequência deitas reclamação de muitos sob Leôncio e sob Ursácio terem sido machucados, e sob Paulo e Macário outros terem sido mortos, e de, pelos sucessores daqueles, terem sido proscritos não sei quantos naquele tempo. O que nisso a nós, à Igreja Católica concerne? O que quer que objetais, vós o fazeis porque não quereis receber livremente a paz a Deus encomendada, avaliando mais cara a herança do cisma do que os ensinamentos propostos pelo salvador. Arguis com os operários da unidade: desaprovem a mesma unidade se podeis! Pois entendo que vós não negais ser a unidade o mais alto bem. A qual consistiria ser boa à nossa parte, quaisquer que sejam os operários, uma vez que o trabalho esteja feito. Pois o vinho é pisoteado e esmagado por operários pecadores e segue que daí é oferecido o sacrifício a Deus; o óleo também é confeccionado por pessoas sórdidas, não poucas mal viventes e falantes de coisas imundas, e ainda assim é despendido em sabor, em luz, e simplesmente ainda na santa crisma.

**Optatus de Milevis, *Contra Donatistas*
*Liber tertius, 4.***

Quicquid itaque in unitate facienda aspere potuit geri, uides, frater Parmeniane, cui debeat inputari. a nobis catholicis petitum militem esse dicitis ; si ita est, quare in prouincia proconsulari tunc nullus armatum militem uidit? Ueniebant Paulus et Macarius, qui pauperes ubique dispungerent et ad unitatem singulos hortarentur; et cum ad Bagaiensem ciuitatem proximarent, tunc alter Donatus, sicut supra diximus, eiusdem ciuitatis episcopus, inpedimentum unitati et obicem uenientibus supra memoratis obponere cupiens praecones per uicina loca et per omnes nundinas misit, circumcelliones agonisticos nuncupans, ad praedictum locum ut concurrerent inuitauit; et eorum illo tempore concursus est flagitatus, quorum dementia paulo ante ab ipsis episcopis inpie uidebatur esse succensa. Nam cum huiusmodi hominum genus ante unitatem per loca singula uagarentur, cum Axido et Fasir ab ipsis insanientibus sanctorum duces appellarentur, nulli licuit securum esse in possessionibus suis; debitorum chirographa amiserant uires, nullus creditor illo tempore exigendi habuit libertatem, terreabantur omnes litteris eorum, qui se sanctorum duces fuisse iactabant, et si in obtemperando eorum iussionibus tardaretur, aduolabat subito multitudo insana et praecedente terrore creditores periculis uallabantur, ut qui pro praestitis suis rogari meruerant, metu mortis humiles impellerentur in preces. Festinabat unusquisque debita etiam maxima perdere et lucrum computabatur euasisse ab eorum iniuriis, etiam itinera non poterant esse tutissima, quod domini de uehiculis suis excussi ante mancipia sua dominorum locis sedentia seruiliter cucurrerunt. Illorum iudicio et imperio inter dominos et seruos condicio mutabatur.

Unde cum uestrae partis episcopis tunc inuidia fieret, Taurino tunc comiti scripsisse dicuntur huiusmodi homines in ecclesia corrigi non posse; mandauerunt, ut a supra dicto comite acciperent disciplinam. Tunc Taurinus ad eorum litteras ire militem iussit atmatum per nundinas, ubi circumcellionum furor uagari consueuerat. in loco Octauensi occisi sunt plurimi et detruncati sunt multi, quorum corpora usque in hodiernum per dealbatas aras aut mensas potuerunt numerari. ex quorum numero cum aliqui in basilicis sepeliri coepissent, Clarus presbyter in loco Subbulensi ab episcopo suo coactus est, ut insepultam faceret sepulturam. unde proditum est mandatum fuisse fieri, quod factum est, quando nec sepultura in domo dei exhiberi concessa est.

Eorum postea conualuerat multitudo. sic inuenit Donatus Bagaiensis, unde contra Macarium furiosam conduceret turbam. ex ipso genere fuerant, qui sibi percussores sub cupiditate falsi martyrii in suam perniciem conducebant. inde etiam illi, qui ex aliorum montium cacuminibus uiles animas proicientes se praecipites dabant. ecce ex quali numero sibi episcopus alter Donatus cohortes effecerat! hoc metu deterriti illi, qui thesauros ferebant, quos pauperibus erogarent, inuenerunt in tanta necessitate consilium, ut a Siluestro comite armatum militem postularent, non per quem alicui uim facerent, sed ut

uim a Donato supra memorato episcopo dispositam prohiberent. hac ratione factum est, ut miles uideretur armatus. iam quicquid subsecutum est, uidete, cui debeat aut possit adscribi.

Habebant illic uocatorum infinitam turbam et annonam competentem constat fuisse praeparatam; de basilica quasi publica fecerant horrea expectantes, ut uenirent, in quos furorem suum exercere potuissent; et facerent, quicquid illis dementia sua dictasset, nisi praesentia armati militis obstitisset. nam cum ante uenturos milites metatores, ut fieri adsolet, mitterentur, contra apostoli praecepta competenter suscepti non sunt, qui ait: cui honorem, honorem, cui uectigal, uectigal, cui tributum, tributum; nemini quicquam debueritis. qui missi fuerant cum equis suis, contusi sunt, missi ab his, quorum nomina flabello inuidiae uentilasti. ipsi magistri fuerunt iniuriae suae, et quid pati possent, ipsi praerogatis iniuriis docuerunt. reuerterunt uexati milites ad numeros suos, et quod duo uel tres passi fuerant, uniuersi doluerunt. commoti sunt omnes, iratos milites retinere nec eorum praepositi ualuerunt. sic admissum est, quod in inuidiam unitati factum esse memorasti; haec et cetera uestra et suas causas habent et quas ostendi personas obnoxias. hoc nos nec uidimus quidem sed uobiscum audiuius. si auditus facit reos, tenemus uos socios, quia similiter audistis; si a facto auditus immunis est, quod ab aliis uobis prouocantibus factum est, nobis non debet imputari.

Querelam per ordinem deponitis sub Leontio, sub Ursacio iniuriatos esse quam plurimos, sub Paulo et Macario aliquos necatos, a sequentibus eorum nescio quos ad tempus esse proscriptos. quid hoc ad nos, quid ad ecclesiam catholicam pertinet? quicquid obiecistis, uos fecistis, qui pacem a deo commendatam noluistis libenter excipere cariore aestimantes hereditatem scismatis quam praecepta proposita saluatoris. arguistis operarios unitatis: ipsam unitatem inprobate, si potestis! nam aestimo uos non negare unitatem summum bonum esse. quid nostra, quales fuerint operarii, dummodo quod operatum est, bonum esse constet? nam et uinum a peccatoribus operariis et calcatur et premitur et sic inde deo sacrificium offertur; oleum quoque a sordidis et nonnullis male uiuentibus et imunda loquentibus conficitur et tamen in sapore, in lumine, etiam in sancto chrismate simpliciter erogatur.

Agostinho, Sobre as heresias

Livro Um

69.1 Donatianos ou Donatistas são aqueles que primeiro fizeram um cisma porque Ceciliano foi ordenado bispo da Igreja de Cartágo contra a sua vontade, que jogaram contra ele crimes sem prova, especialmente porque fora ordenado por entregadores das Escrituras Sagradas. Mas depois que a causa junto a ele foi dita e também finita de falsidade da coisa depreendida, com a dissensão pertinaz confirmada, o cisma converteram em heresia, como se, por causa dos crimes de Ceciliano, seja verdadeiros, seja, o que mais pareceu aos juizes, falsos, a Igreja de Cristo morresse para todo o mundo, onde foi prometida prestes a se realizar, mas além disso permanecesse na parte Africana de Donatus, [enquanto] extinta em outras partes das terras como se por contágio da comunhão. Ousam ainda rebatizar os católicos, com o que se afirmaram ser ainda mais hereges, quando não agradaria à Igreja Católica Universal rescindir os mesmos hereges do batismo comum.

69.2 O líder dessa heresia aceitamos ter sido Donato, o qual veio da Numídia e que dividiu a plebe cristã contra Ceciliano, com os bispos da mesma facção juntos a si, Majorinus ordenou bispo em Cartágo. Majorinus ao qual outro Donatus sucedeu na mesma divisão, o qual pela sua eloquência assim confirmou essa heresia, de forma que muitos tenham julgado eles terem sido chamados donatistas mais por causa do próprio. Sobrevivem escritos deles onde até mesmo pareceria ele ter opinião não católica a respeito da Trindade, mas que, embora da mesma substancia, julgasse o Filho menor que o Pai e o Espírito Santo menor que o Filho. Certamente, não foi uma multidão de donatistas levada nesse erro dele, que teve sobre a Trindade, e não é descoberto facilmente em meio a eles qualquer um que tivesse sabido ter percebido isso.

69.3 Aqueles hereges na urbe Roma eran chamados Montenses, aos quais daqui da África [os donatistas] costumavam enviar um bispo, ou proceder os bispos africanos deles daqui para lá, se talvez lhes agradasse ordenar-lo lá.

69.4 A essa heresia na África e àqueles [donatistas] pertencem os que são chamados Circuncelões, um tipo agreste de homens de audácia famosíssima, não só por perpetrarem imensos crimes em outros mas também por não pouparem nem a si [próprios] da mesma insana bestialidade. Pois se acostumaram a assassinar a si mesmos através de várias mortes, especialmente, nos precipícios, nas águas e nos fogos, e naquele furor poderiam seduzir outros quais, de ambos os sexos, para que fossem mortos por eles, algumas vezes ameaçando de morte, se não o fizessem. Certamente ainda

tais desagradam a muitos dos donatistas, mas nem se julgam ter contaminado a comunhão deles, que dementemente põem diante do mundo cristão os crimes dos desconhecidos africanos.

69.5 E entre os mesmos muitas outras divisões foram feitas, e a partir deles uns e outros separaram diversos grupos, dos quais a grande multidão restante não percebeu a separação. Mas, nos arredores de Cartágo, Maximianus foi ordenado contra Primianus por quase cem bispos do mesmo erro, mas por trezentos e dez remanescentes, com doze daqueles que na ordenação dele ainda estiveram em corporal presença, foi condenado por incriminação atrocíssima. Isso os compeliu a reconhecer poder ser dado o batismo de Cristo mesmo fora da Igreja. Pois [os donatistas] receberam em suas honras certos quais dentre aqueles [maximianistas], e com eles os que foram batizados fora da Igreja deles, sem nenhuma repetição de batismo em lugar algum. Nem desistiram de agir para que os corrigissem através da dos poderes públicos, nem temeram contaminar sua comunhão com os crimes deles, veemente exagerados pela opinião de seu concílio.

69. 1. DONATIANI vel DONATISTAE sunt qui primum propter ordinatum contra suam voluntatem Caecilianum Ecclesiae Carthaginensis episcopum schisma fecerunt, obicientes ei crimina non probata, et maxime quod a traditoribus divinarum Scripturarum fuerit ordinatus. Sed post causam cum eo dictam atque finitam falsitatis rei deprehensi, pertinaci dissensione firmata, in haeresim schisma verterunt, tamquam Ecclesia Christi propter crimina Caeciliani, seu vera, seu, quod magis apparuit iudicibus, falsa, de toto terrarum orbe perierit, ubi futura promissa est, atque in Africana Donati parte remanserit, in aliis terrarum partibus quasi contagione communionis extincta. Audent etiam rebaptizare Catholicos, ubi se amplius haereticos esse firmarunt, cum Ecclesiae catholicae universae placuerit nec in ipsis haereticis baptismum commune rescindere.

69. 2. Huius haeresis principem accepimus fuisse Donatum, qui de Numidia veniens, et contra Caecilianum christianam dividens plebem, adiunctis sibi eiusdem factionis episcopis, Maiorinum apud Carthaginem ordinavit episcopum. Cui Maiorino Donatus alius in eadem divisione successit, qui eloquentia sua sic confirmavit hanc haeresim ut multi existiment propter ipsum potius eos Donatistas vocari. Exstant scripta eius ubi apparet eum etiam non catholicam de trinitate habuisse sententiam, sed quamvis eiusdem substantiae, minorem tamen Patre Filium, et minorem Filio putasse Spiritum Sanctum. Verum in hunc quem de trinitate habuit eius errorem Donatistarum multitudo intenta non fuit, nec facile in eis quisquam, qui hoc illum sensisse noverit, invenitur.

69. 3. Isti haeretici in urbe Roma MONTENSES vocantur, quibus hinc ex Africa solent episcopum mittere, aut hinc illuc Afri episcopi eorum pergere, si forte ibi eum ordinare placuisset.

69. 4. Ad hanc haeresim in Africa et illi pertinent qui appellantur CIRCUMCELLIONES, genus hominum agreste et famosissimae audaciae, non solum in alios immania facinora perpetrando sed nec sibi eadem insana feritate parcendo. Nam per mortes varias, maximeque praecipitiorum et aquarum et ignium, seipsos necare consueverunt, et in istum furorem alios quos potuerint sexus utriusque seducere, aliquando ut occidantur ab aliis, mortem, nisi fecerint, comminantes. Verumtamen plerisque Donatistarum displicent tales, nec eorum communione contaminari se putant, qui christiano orbi terrarum dementer obiciunt ignotorum crimen Afrorum.

69. 5. Multa et inter ipsos facta sunt schismata, et ab iis se diversis coetibus alii atque alii separarunt, quorum separationem cetera grandis multitudo non sensit. Sed apud Carthaginem Maximianus contra Primianum ab eiusdem erroris centum ferme episcopis ordinatus, et a reliquis trecentis decem, cum eis duodecim qui ordinationi eius etiam praesentia corporali interfuerunt, atrocissima criminatione damnatus, compulit eos nosse etiam extra Ecclesiam dari posse baptismum Christi. Nam quosdam ex eis cum eis quos extra eorum Ecclesiam baptizaverant in suis honoribus sine ulla in quoquam repetitione baptismatis receperunt. Nec eos ut corrigerent per publicas potestates agere destiterunt, nec eorum criminibus per sui concilii sententiam vehementer exaggeratis communionem suam contaminare timuerunt.

CTh 16, 5, 52

30 de Janeiro de 412, Honório e Teodósio

(...) A não ser que a partir do dia de promulgação da lei todos os donatistas, tanto sacerdotes quanto clérigos e leigos, tenham retornado à [Igreja] católica, a qual sacrilegamente abandonaram, então serão coagidos a pagar multa em nome de nosso tesouro público um por um:

os ilustres, cinquenta moedas de ouro;
 os notáveis (*spectabilis*), quarenta moedas de ouro;
 os senadores, trinta moedas de ouro;
 os claríssimos, vinte moedas de ouro;
 os sacerdotais, trinta moedas de ouro;
 os principais, vinte moedas de ouro;
 os decuriões, cinco moedas de ouro;
 os negociadores, cinco moedas de ouro;
 os plebeus, cinco moedas de ouro;
 os circunceliões, dez moedas de prata

1. Os quais, a menos que pelos empregadores (*conductoribus*) sob os quais se mantêm, ou pelos supervisores (*procuratoribus*) tenham sido apresentados aos executores exigentes, os mesmos serão mantidos em pena. Para que homens de nossa casa²⁸⁰ não sejam considerados imunes à censura de qualquer modo. 2. Que uma muda marital também constrinja as esposas de cada um desses. 3. E com efeito, aqueles que de nenhuma forma tenham corrigido os danos, os seguirá o confisco de todas as capacidades. 4. A advertência do senhor dissuadirá os escravos e, uma pancada mais forte dos chicotes, os colonos da religião corrupta, a menos que os mesmos²⁸¹ prefiram reter as perdas acima mencionadas, ainda que sejam católicos (...)

(...) nisi ex die prolata legis omnes Donatistae, tam sacerdotes quam clerici, laicque Catholicae se, a qua sacrilege descivere, reddiderint, tunc ill(ustres) singillatim poenae nomine fisco nostro auri pondo quinquaginta cogantur inferre;

spectabiles, auri pondo quadraginta;
 senatores, auri pondo triginta;
 clarissimi, aurip ondo viginti;
 sacerdotales, auri pondo triginta;
 principales, auri pondo viginti;
 decuriones, auri pondo quinque;
 negotiatores, auri pondo quinque;
 plebei, auri pondo quinque;
 circumcelliones, argenti pondo decem.

1. Qui nisi a conductoribu, sub quibus commanent, vel procuratoribus, executori exigenti fuerint praesentati, ipsi teneantur ad poenam: ita ut nec domus nostrae homines ab huiuscemodi censura habeantur immunes. 2. Uxores quoque eorum maritalis segregatim multa constringat. 3. Eos enim, quos nequaquam inlata damna correxerint, facultatum omnium publicatio subsequetur. 4. Servos etiam dominorum admonitio, vel colonos verberum crebrior ictus, a prava religioner evocabit, ni malunt ipsi ad praedicta dispendia, etiam si sunt Catholici, retineri (...)

Atas da Conferência de Cartago de 411

Actes de La Conference de Carthage em 411. trad. Lancel, Serge. Paris: Édition Du Cerf, 1972, 1975, 1991. 4 vol (Sources Chrétiennes: 194, 195, 224, 373).

Capítulos das Atas²⁸²

III. 297²⁸³ Onde os donatistas dizem que o que fazem os circunceliões de maneira alguma concerniria aos sacerdotes.

Atas

²⁸⁰ Homens que agem em nome do imperador

²⁸¹ Senhores, escravos ou colonos? Senhores parece ser a opção mais óbvia.

²⁸² Feitos por um compilador chamado Marcelo

²⁸³ Trecho das atas que não sobreviveu

III. 174²⁸⁴ Navigius auxiliar do escritório dos números do vicário²⁸⁵, homem claríssimo e notável, recitou : “(...) Ou se julgam ter alguma coisa de verdade, não a defendam contra a paz pública com as violências furiosas dos circunceliões, mas pelo tranquilo retorno da razão. (...)”

Edito²⁸⁶

Mesmo após a vitória da verdade, certamente os donatistas saberão manter a mesma opinião dos bispos católicos e entendam poder tê-la sustentada consigo, com as conferências completas, as quais oferecidas perante eles, é retida pela a consciência pública, e agora é certo ser ofertada satisfatoriamente. Porém é certo ter sido preservada em todas as coisas a confiança do edito acima. A partir do que, cada bispo da comunhão de Donato que retornar aos próprios lugares sem nenhum distúrbio e moléstia, até que quando estabelecido nos próprios [lugares] ou ele seja revertido a uma verdadeira igreja, ou não atrase em, sem dissimulação, fazer satisfeitas as leis. Esses, porém, que conhecem ter em seus prédios turbas de circunceliões, que saibam, a menos que anseiem a de qualquer maneira refrear e reprimir a insolência deles, especialmente devem esses lugares ser logo ocupados pelo fisco, se de fato é consultada tanto à lei católica quanto à paz pública, para que a insanidade deles se acalme nesta parte.

Gesta conlationis Cartahginiensis

Incipiunt Capitula Gestorum (a Marcellus)

III. 297 Ubi dicunt donatistae quod circumceliones faciunt ad sacerdotes minime pertinet.

Gesta

III. 174 Navigius, audiutor numerorum officii viri clarissime et spectabilis vicarii recitavit: (...) Aut si putant se habere aliquid veritatis, non eam furiosis circuncelionum violentiis contra publicam quietem sed tranquilla rationis redditione defendant. (...)

Edictum

Ipsam vero catholicorum episcoporum etiam post victoriam veritatis, noverint donatistae manere sententiam et, completis conlationibus quas eis et ante oblatas publica conscientia retinetur, et nunc offerri sine dubitatione sat certum est, sese suscipi posse cognoscant. Superioris autem edicti fidem in omnibus certum est reservari. Unde unusquisque Donati communionis episcopus ad loca propria sine ulla debet inquietudine ac molestia remeare, quatenus in propriis constitutus aut ad unam veramque ecclesiam revertatur aut satis legibus facere sine dissimulatione non differat. Hii autem qui in praediis suis circumcelionum turbas se habere cognoscunt, sciant, nisi eorum insolentiam omnimodis comprimere et refrenare gestierint, maxime ea loca fisco mox occupanda; siquidem tam catholicae legi quam quieti publicae ut eorum conquiescat insania in hanc parte consulitur.

Vida de Santo Agostinho – Possídio, bispo de Calama

Capítulo X - O furor dos circunceliões

Os mesmos donatistas tinham ainda em quase todas as suas igrejas um tipo inaudito de homens, perverso e violento, ambulantes como se sob profissão de continências [ou: ambulantes das vizinhanças, como se a trabalho], que eram chamados Circunceliões. E eram em um imenso número e estabelecidos em turbas através de quase todas as regiões africanas. Que, imbuídos pelos maus professores com audácia orgulhosa e ilícita temeridade, algumas vezes não poupavam nem aos seus, nem a estranhos, que contra a justiça secular e sagrada se interpunham aos homens [envolvidos] em causas [judiciais]: e se não obedecessem eram cobertos por pancadas e danos gravíssimos. Armados com diversas lanças, bacantes pelos campos e grandes propriedades, não temiam acrescentar o derramamento de sangue. Mas enquanto a palavra de deus seria cuidadosamente pregada e quando seria mantida a razão da paz com esses que odiaram a paz, aqueles brigavam gratuitamente os interlocutores. E quando a verdade se revelava contra o dogma deles, os que queriam e podiam de lá se resgatavam, transferiam-se e uniam à paz e à unidade da Igreja com [todos] os seus que puderam. De onde aqueles que viam congregações serem diminuídas de seu erro, e invejavam aos avanços da Igreja, acendiam-se inflamados com gravíssima ira, e em grupos

²⁸⁴ Esta menção aos circunceliões ocorre na leitura de uma requisição feita pelos cecilianista à Corte, resultado da conferência de Cartago de 403. Isso é, a única menção no texto sobrevivente de 410 é uma leitura de um documento de lobby feito em 403.

²⁸⁵ Lancel, p 59, n. 3

²⁸⁶ Para a aplicação das sentenças, feito por Marcelino em 21 de junho de 411

realizavam perseguições intoleráveis contra a unidade da Igreja: levavam aos próprios sacerdotes e ministros católicos agressões diurnas e noturnas e saques de todos os tipos de coisas. Pois muitos servos de Deus debilitaram com pancadas. Em alguns ainda puseram vinagre e cal nos olhos, outros mataram. Daí que até mesmo pelos seus os Donatistas rebatizadores vinham a ser odiados.

Capítulo XII – Agostinho pelo erro do condutor evita armadilhas preparadas contra si.

E ainda verdadeiramente algumas vezes os mesmos circunceliões armados faziam cerco a Agostinho, escravo de Deus, ao longo das situações em que teria ido, talvez convocado, para visitar, instruir e exortar as plebes católicas, o que o mesmo fazia frequentemente. E uma vez sucedeu de forma que aqueles plenamente reforçados perderiam a captura: pois aconteceu, certamente pela providência de Deus, mas também pelo erro do homem condutor, que teria vindo por outra estrada do que aquela que tendia o sacerdote com seus companheiros, e, posteriormente, ele teve conhecimento de, através desse erro, ter se distanciado dos bandos ímpios, e com todos deu graças ao libertador Deus. E aqueles inteiramente de acordo com seu costume não poupavam nem aos laicos nem aos clérigos, como atestam as atas públicas. Ao mesmo tempo, não se deve silenciar sobre o que foi feito e acabado, através do esforço de um homem tão destacado na Igreja e do zelo pela casa de Deus, para o louvor de Deus contra os já mencionados donatistas rebatizadores. Quando, talvez, um dentre aqueles que aquele espalhara [como] bispos da Igreja, a partir de seu monastério e clero, visitaria a diocese da Igreja de Calama pertencente ao seu cuidado e predicaria as coisas que aprendera em nome da paz da Igreja contra aquela heresia, aconteceu que no meio do caminho teria ido para as armadilhas deles e, capturado com todos acompanhantes dele, com as coisas e os animais tomados, o tratariam por meio de injúrias e gravíssimo espancamento. A respeito do que o defensor da Igreja entre as leis não se silenciou, para que o avanço mais amplo da paz da Igreja não fosse impedido. E Crispinus, que foi bispo para esses mesmos donatistas na cidade e região de Calama, como se sabe de muito tempo renomado e instruído, foi recomendado que suportasse a multa em ouro constituída pelas leis publicas contra os hereges. O qual não concordante com as leis, quando se apresentou perante o procônsul teria negado [ser] herege, a necessidade se levantou, para que, com defensor da Igreja recuando, fosse resistido e convencido pelo bispo católico de ser o que negara que fosse; porque se isso fosse dissimulado pelo mesmo, talvez fosse acreditado pelos ignorantes [ser] o herege bispo católico, com aquele negando o que era. E assim nasceria a partir dessa leniência um escândalo junto aos fracos. E com o memorável pontífice Agostinho de todo modo pressionando, viriam ambos aqueles bispos de Calama para a controvérsia e provocariam um terceiro embate a respeito da própria comunhão oposta, com uma grande multidão de pessoas cristãs em expectativa, nos arredores de Cartago e por toda a África, pelo resultado do litígio, até que aquele Crispinus por uma sentença proconsular e publicada foi pronunciado herege. Do qual em favor aquele bispo católico intercedeu perante os magistrados, para que não suportasse a multa em ouro. E a ele foi impetrado o benefício. A partir do que quando o ingrato tivesse provocado ao píssimo príncipe, pelo imperador à moção foi respondido [dever] ser a dívida resolvida, e consequentemente foi ordenado, não dever existir absolutamente nenhum herege donatista em nenhum lugar e, em toda parte, deverem ser eles contidos à força de todas as leis empregadas contra os hereges. A partir do que tanto o juiz, quanto o tribunal, assim como o próprio Crispinus que minimamente foi fora cobrado, foram ordenados suportar dez libras de ouro aos oficiais do fisco imperial. Mas imediatamente pelos bispos católicos, e especialmente por Agostinho de santa memória, foram feitos esforços para que pela indulgência do imperador aquela condenação de todos fosse afastada. E com o Senhor ajudando foi realizado. Com a diligência e o santo esforço os quais muito cresce a Igreja.

Possidius

Vita Sancti Augustini

CAPUT X

Circumcellionum furor

Habebant etiam iidem Donatistae per suas pene omnes ecclesias inauditum hominum genus perversum ac violentum, velut sub professione continentium ambulantes, qui Circumcelliones dicebantur. Et erant in ingenti numero et turbis per omnes fere Africanas regiones constituti. Qui malis imbuti doctoribus audacia superba et temeritate illicita, nec suis, nec alienis aliquando parcebant, contra ius fasque in causis intercedentes hominibus: et nisi obedissent, damnis gravissimis et caedibus afficiebantur, armati diversis telis, bacchantes per agros villasque usque ad sanguinis effusionem accedere non metuentes. Sed dum verbum Dei sedulo praedicaretur, et cum his qui oderant pacem, pacis ratio haberetur, illi loquentem debellabant gratis. Et cum adversus eorum dogma

veritas innotesceret, qui volebant et poterant, sese inde vel eripiebant vel subducebant, et paci atque unitati Ecclesiae cum suis quibus poterant cohaerebant. Unde illi sui erroris minui congregationes videntes, atque augmentis Ecclesiae invidentes, accensi exardescabant ira gravissima, et intolerabiles persecutiones unitati Ecclesiae compactis faciebant: ipsisque Catholicis sacerdotibus et ministris aggressiones diurnas atque nocturnas, direptionesque rerum omnium inferebant. Nam et multos servos Dei caedibus debilitaverunt. Aliquibus etiam calcem cum aceto in oculos miserunt, aliosque occiderunt. Unde etiam suis iidem Donatistae rebaptizatores in odium veniebant.

CAPUT XII

Augustinus paratas sibi insidias errore duc[a]toris devitat

Aliquotiens vero etiam vias armati iidem Circumcelliones famulo Dei Augustino obsederunt, dum forte iret rogatus ad visitandas, instruendas et exhortandas Catholicas plebes, quod ipse frequentissime faciebat. Et aliquando contigit ut illi succenturiati hactenus perderent captionem: evenit enim Dei quidem providentia, sed ducatoris hominis errore, ut per aliam viam cum suis comitibus sacerdos quo tendebat venisset, atque per hunc postea cognovit errorem manus impias abisse, et cum omnibus liberatori Deo gratias egit. Et omnino suo more illi nec laicis nec clericis pepercerunt, sicut publica contestantur gesta. Interea silendum non est quod ad laudem Dei per illius tam egregii in Ecclesia viri studium domusque Dei zelum adversus praedictos rebaptizatores Donatistas gestum et perfectum est. Cum forte unus ex his, quos de suo monasterio et clero episcopos Ecclesiae propagaverat, ad suam curam pertinentem Calamensis ecclesiae dioecesim visitaret, et quae didicerat pro pace Ecclesiae contra illam haeresim praedicaret, factum est, ut medio itinere eorum insidias incurrisset, et pervasum cum omnibus illi comitantibus, sublati illis animalibus et rebus, iniuriis et caede eum gravissima affecissent. De qua re ne pacis amplius Ecclesiae proventus impediretur, defensor Ecclesiae inter leges non siluit. Et praeceptus est Crispinus, qui hisdem Donatistis in Calamensi civitate et regione episcopus fuit, praedicatus scilicet multi temporis et doctus, ad multam teneri aurariam publicis legibus contra haereticos constitutam. Qui resultans legibus praesentatus cum apud proconsulem se negaret haereticum, oborta est necessitas, ut illi recedente Ecclesiae defensore, a Catholico episcopo resisteretur et convinceretur eum esse, quod se fuisse negaverat; quoniam si ab eodem dissimularetur, forte Catholicus episcopus ab ignorantibus haereticus crederetur, illo se quod erat negante,

atque ita ex hac desidia infirmis scandalum nasceretur. Et memorabili Augustino antistite omnimodis instante, ad controversiam ambo illi Calamenses episcopi venerunt, et de ipsa diversa communione tertio conflictum secum egerunt, magna populorum Christianorum multitudo causae exitum et apud Carthaginem et per totam Africam exspectante, atque ille est Crispinus proconsulari et libellari sententia pronunciatus haereticus. Pro quo ille apud cognitorem Catholicus episcopus intercessit, ne auraria multa exigeretur, et ei est beneficium impetratum. Unde cum ingratus ad piissimum principem provocasset, ab imperatore relatione debitum est responsum solutum, et consequenter praeceptum, nullo prorsus loco haereticos Donatistas esse debere, et eos ad vim legum omnium contra haereticos latarum ubique teneri debere. Ex quo et iudex et officium, et idem Crispinus quod minime fuerit exactus, praecepti sunt denas auri libras fisci iuribus inferre. Sed protinus opera data est per Catholicos episcopos, praecipue per sanctae memoriae Augustinum, ut illa omnium condemnatio principis dimitteretur indulgentia. Et Domino adiuvante perfectum est. Qua diligentia et sancto studio multum crevit Ecclesia.

Isidoro Bispo de Sevilha Etimologias ou Origens

Livro VIII (Sobre a Igreja e suas seitas), capítulo 5 (Sobre as Heresias dos Cristãos) VIII.5.51-53

51. Denominados donatistas a partir de um certo Donato, que tendo vindo da Numídia enganou por meio de sua persuasão quase toda a África, clamando ser o Filho menor que o Pai e o Espírito Santo menor que o Filho. 52. os Bonosianos são ditos originados a partir do aparecimento de um certo bispo Bonossus, os quais clamaram ser Cristo filho adotivo e não próprio de Deus. 53. Os circunceliões assim ditos porque seriam agrestes, os quais eles chamam Cotopitas,²⁸⁷ mantendo a

²⁸⁷ Palavra de incerto significado que é semelhante á palavra “cutzupitani” recorrentemente utilizada

doutrina da heresia acima mencionada. Estes, pelo amor ao martírio, matam a si mesmos, para que violentamente abandonando esta vida sejam chamados mártires.

ISIDORI HISPALENSIS EPISCOPI ETYMOLOGIARUM SIVE ORIGINUM
LIBER VIII DE ECCLESIA ET SECTIS
V. DE HAERESIBVS CHRISTIANORVM

[51] Donatistae a Donato quodam Afro nuncupati, qui de Numidia veniens totam pene Africam sua persuasione decepit, adserens minorem Patre Filium, et minorem Filio Spiritum sanctum, et rebaptizans catholicos. [52] Bonosiaci a Bonoso quodam episcopo exorti produntur, qui Christum filium Dei adoptivum, non proprium adserunt. [53] Circumcelliones dicti eo, quod agrestes sint, quos Cotopitas vocant, supradictae haeresis habentes doctrinam. Hi amore martyrii semetipsos perimunt, ut violenter de hac vita discedentes martyres nominentur.

O Ticônio citado por Beato de Libana

São quatro os membros dos pseudoprofetistas... o outro é supersticiosos. A superstição é dita, por ser uma observação supérflua ou exagerada da religião constituída. E esses não vivem igualmente como outros irmãos, mas como se pelo amor do martírio destroem a si mesmos, de forma que se retirem dessa vida e também sejam denominados mártires. São chamados pelo vocábulo grego cotopitas, os quais nós latinos chamamos de Circunceliões, porque seriam agrestes. Rondam as províncias, porque não consentem estar em um único lugar, com um mesmo acordo com os irmãos e ter uma vida comum, para que com uma única alma e um único coração vivam pelo costume apostólico, mas como dissemos para circular diversas terras e contemplar os sepulcros dos santos, como se perante a salvação de sua alma. Mas nada tiram de proveito, porque fazem isso sem o conselho comum dos irmãos.

Tyconius *apud* Beatus of Libana, *In Apocalypsim* 5.53; in Traugott Hahn, *Tyconius Studien. Ein Beitrag zur Kirchen-und Dogmengeschichte des 4. Jahrhunderts* (Leipzig:Dietrich, 1900), 68 n.

1: pseudoprophetae quattuor membra sunt . . . alius est superstitiosus. Superstitio dicta est, eo quod superflua aut super instituta religionis observatio. Et isti non vivunt aequaliter ut ceteri fratres, sed quasi amore martyrum semetipsos perimunt, ut violenter de hac vita discedentes et martyres nominentur. Hi graeco vocabulo Cotopices dicuntur, quos nos latine Circumcelliones dicimus, eo quod agrestes sint. Circumeunt provincias, quia non sinunt se uno in loco cum fratribus uno esse consilio et unam vitam habere communem, ut anima una et corde uno vivant apostolico more, sed ut diximus diversas terras circuire et sanctorum sepulcra pervidere, quasi pro salute animae suae; sed nihil proderit, quia hoc sine consilio communi fratrum faciunt.

Agostinho. Epístolas:

Epístola 23.6-7;

Escrita entre 391 e 395 a Maximinus, chamando o bispo donatista que teria rebatizado um diácono cecilianista para um debate.

Ao meu diletíssimo e honorável irmão Maximinus, Agostinho, presbítero da Igreja Católica, saúda no Senhor.

6. Removamos do meio do caminho objeções vazias, que costumam serem jogadas pelas partes ignorantes umas contra as outras; se não mencionares os tempos de Macário, eu não mencionarei a selvageria dos circunceliões: se isso a ti não pertence, nem aquilo a mim. O espaço do Senhor ainda não foi ventilado; e não pode ser sem vassouras de palhas. Oremos e façamos o quanto pudermos, para que sejamos o frumento. Eu não posso me silenciar sobre o rebatismo de

por Agostinho para se referir aos donatistas em Roma, também chamados de “montenses” nessas menções: Epístola 53.1-2; Contra Litteras Pettiliani. 2.108.247; Epístola ad Catholicos 3.6 cf.

nosso diácono; pois sei o quanto seria pernicioso o meu silêncio. Pois não cogito percorrer tempos vaidosos em honras eclesiásticas, mas penso que eu explicações a respeito das ovelhas sob minhas responsabilidades devo retornar ao príncipe de todos os pastores. Se talvez não queira que essas palavras sejam escritas a ti, é preciso a ti, irmão, perdoar o meu temor. Pois muito temo que seu eu fique calado e dissimulado, outros também serão rebatizados por vocês. Portanto decidi cuidar dessa causa, o tanto quanto o Senhor julgar digno oferecer forças e capacidade, da seguinte forma, para que todos os que comungam nas nossas pacíficas reuniões conheçam o quanto a Igreja católica seria distante das heresias e cismas e o quanto deveria ser evitado o perigo dos joios ou das podas de sarmentos da vinha do senhor. Se aceites com ânimo disposto uma reunião comigo, de forma que conosco concordes as cartas de ambos sejam lidas aos nossos populares, exultarei uma alegria inefável. Se, porém, isso não aceita com ânimo equilibrado, o que eu poderia fazer senão ler, irmão, mesmo contigo de má vontade, nossas epístolas ao povo católico, que poderá ser mais instruído. Porque se você não estiver digno a responder, de fato decidi ler as minhas palavras, para que, conhecida sua falta de convicção, pelo menos se envergonhem ao se rebatizar.

7. E nem eu farei isso quando o exercito estiver presente, para que nenhum dos seus julgasse me ter desejado agir mais tumultuoso do que teria desejado a razão da paz; mas após a retirada do exército, para que todos que nos ouvem entendam não ser do meu propósito que os homens de má vontade sejam coagidos à comunhão de qualquer um, mas que o mais tranquilamente a verdade fique conhecida aos que a buscam. O terror dos poderes temporais cessará de nossa parte: que cesse também da sua parte o terror dos circunceliões congregados. Que ajamos sobre as coisas reais, ajamos com razão, ajamos sob a autoridade das Divinas Escrituras, o mais silenciosos e tranquilos quanto pudermos, que peçamos, busquemos, que batamos na porta para que encontremos e aceitemos, e seja aberta a porta a nós, de forma que talvez possa acontecer, que, com o Senhor auxiliador de nossos impulsos concordes e orações, comece ser abolida toda a deformidade e impiedade de nossas terras das regiões africanas. Se não acreditas que eu queira fazê-lo depois da retirada do exército, reescreva-me depois da retirada do exército. Se, pois, com o exército presente ao povo eu quiser ler minhas cartas, a minha carta revelada demonstrar-me-á um violador da fé. Que a misericórdia do Senhor averta isso dos costumes e de minha intenção, no que diz respeito ao que foi digno inspirar a mim pelo julgo Dele.

Epistolae: 23.6-7;

Scripta inter a. 391 et 395.

A. aestimationem suam aperiens Maximino, episcopo Donatistae, qui diaconum catholicum rebaptizare dicebatur, ut aut fateatur factum impium ac nefarium aut profiteatur se orthodoxum (n. 1-4), invitans illum ad pacificas disputationes ut Ecclesiae concordia sarciatur (n. 5-8).

Domino dilectissimo et honorabili fratri maximino, augustinus presbyter ecclesiae catholicae, in domino salutem

6. Tollamus de medio inania obiecta, quae a partibus imperitis iactari contra invicem solent; nec tu obiicias tempora Macariana, nec ego saevitiam Circumcellionum: si hoc ad te non pertinet, nec illud ad me. Area dominica nondum ventilata est; sine paleis esse non potest. Nos oremus, atque agamus quantum possumus, ut frumentum simus. Ego de rebaptizato diacono nostro silere non possum: scio enim quam mihi silentium perniciosum sit. Non enim cogito in ecclesiasticis honoribus tempora ventosa transigere, sed cogito me principi pastorum omnium rationem de commissis ovibus redditurum. Si forte nolles ut haec tibi scriberem, oportet te, frater, ignoscere timori meo. Multum enim timeo ne me tacente et dissimulante, alii quoque rebaptizentur a vobis. Decrevi ergo, quantum vires et facultatem Dominus praebere dignatur, causam istam sic agere, ut pacificis collationibus nostris omnes qui nobis communicant, noverint ab haeresibus aut schismatibus quantum catholica distet Ecclesia, et quantum sit cavenda perniciēs vel zizaniorum vel praecisorum de vite Domini sarmentorum. Quam collationem mecum si libenti animo susceperis, ut concordibus nobis amborum litterae populis recitentur, ineffabilis exultabo laetitia. Si autem id aequo animo non accipis, quid faciam, frater, nisi ut te quoque invito epistolas nostras populo catholico legam, quo esse possit instructor? Quod si rescribere dignatus non fueris, vel meas legere decrevi, ut saltem diffidentia vestra cognita rebaptizari erubescant.

7. Neque id agam cum miles praesens es, ne quis vestrum arbitretur tumultuosius me agere voluisse, quam ratio pacis desiderat; sed post abscissum militis, ut omnes qui nos audiunt intellegant non hoc

esse propositi mei ut inviti homines ad cuiusquam communionem cogantur, sed ut quietissime quaerentibus veritas innotescat. Cessabit a nostris partibus terror temporalium potestatum: cesset etiam a vestris partibus terror congregatorum Circumcellionum. Re agamus, ratione agamus, divinarum Scripturarum auctoritatibus agamus, quieti atque tranquilli quantum possumus petamus, quaeramus, pulsemus, ut accipiamus et inveniamus, et aperiatur nobis, ne forte fieri possit, ut adiuvante Domino concordēs conatus et orationes nostras, tanta deformitas atque impietas Africanarum regionum de nostris terris incipiat aboleri. Si non credis post discessum militum me velle agere, post discessum militum tu rescribe. Si enim ego praesente milite litteras meas legere populo voluero, prolata epistola mea demonstrabit me fidei violatorem. Quod misericordia Domini avertat a moribus atque instituto meo, quod mihi per iugum suum inspirare dignatus est.

Epistola 29.12;

Escrita ao fim de 395

Agostinho presbítero da igreja de Hippona, a Alípio, bispo de Tagaste, explica como ele pregou contra as práticas africanas de banquetes e bebidas festas em homenagem aos santos mártires e pede preces em ajuda contra os circunceliões que atacaram uma igreja.

Epístola do presbítero das regiões Hipponenses a Alípio, bispo de Thagaste, sobre o dia de nascimento de Leôncio, outrora bispo de Hippona.

12. Narrei a vós o mais brevemente quanto eu pude, aquilo que - quem duvidaria? – que tenhais desejado ouvir. Orem para que Deus seja digno de desviar por meio de nossos esforços todos os escândalos e desgostos. Realmente, em grande parte, nos acalmamos convosco com o entusiasmo do fervor, porque os tão numerosos dons da espiritual Igreja de Thagaste são anunciados. Ainda não vem a nave com os irmãos. Em meio a Hasnam, onde o irmão Argentius é o presbítero, os circunceliões invasores de nossa basílica destruíram o altar. Agora a causa está sendo julgada; a qual muito a vós pedimos que oreis, para que pacificamente seja julgada e para que convenha à Igreja Católica, de forma a oprimir as línguas sem paz dos hereges. Mandamos uma epístola ao Asiarcha. Beatíssimos, que perseverardes no Senhor, e que lembrardes de nós. Amem.

29.12;

Scripta exeunte a. 395.

A., Hipponensis ecclesiae presbyter, Alypio, episcopo Thagastensi, narrans quibus adhortationibus obtinuerit demum ut Catholici suae ecclesiae abhorrent ab inveteratis ac luxuriosis conviviis, quae in Sanctorum natalitiis apud Africanas ecclesias celebrare mos erat (n. 1-11) petitque ab eo ut precibus adjuvet causam, quae contra Circumcelliones agebatur (n. 12).

Epistola presbyteri hipponensium regionum ad Alypium episcopum Thagastensium, de die natalis leontii quondam episcopi hipponensis

Circumcelliones in ius vocati ob incensam Catholicorum ecclesiam.

12. Digessi vobis quantum breviter potui, quod vos audire desiderasse quis dubitaverit? Orate ut a conatibus nostris omnia scandala et omnia taedia Deus dignetur avertere. Magna sane ex parte vobiscum requiescimus cum alacritate fervoris, quia spiritalis Ecclesiae Thagastensium tam crebra nobis dona nuntiantur. Navis cum fratribus nondum venit. Apud Hasnam, ubi est presbyter frater Argentius, Circumcelliones invadentes basilicam nostram altare comminuerunt. Causa nunc agitur; quae ut pacate agatur et ut Ecclesiam catholicam decet, ad opprimendas linguas haereseos impacatae, multum vos petimus ut oretis. Epistolam Asiarchae misimus. Beatissimi, perseveretis in Domino, memores nostri. Amen.

Epistola 35.2;

Escrita pouco depois da carta anterior (396-397)

Novamente interpela Eusébio, para que através do bispo Proculiano rechace o diácono Primo em sua comunhão, e para que cuide de cercear a licença dos clérigos donatistas: além do que, para que ninguém reclame de si (Agostinho), fez com que sua palavra fosse portata àquele em notícia pelos escritos públicos, rogando para que Eusébio responda meticulosamente àquilo.

Ao senhor exímio e recebedor de mérito e diletíssimo irmão Eusébio, Agostinho.

2. Acrescento ainda outra coisa: um então subdiácono da Igreja de Spanianum, chamado Primo, quando, foi proibido do acesso indisciplinado às santimonias (freiras) e que desprezou os preceitos saudáveis e ordeiros, foi removido da ordenação clerical e o mesmo irritado contra a disciplina de Deus se transferiu para aqueles e foi rebatizado. E ainda duas santimonias, suas companheiras colonas numa propriedade dos cristãos católicos, ou o mesmo transferiu, ou seguidoras daquele, as mesmas também foram rebatizadas; e agora, com bandos de circunceliões e entre grupos errantes de mulheres, as quais porque não quiseram ter maridos já que não tinham disciplina, ele exulta orgulhoso em bacanais de detestável embriaguez de vinho, contente de estar amplamente aberta para si a licença dos maus hábitos, aos que, quando na Igreja Católica, fora proibido. E isso talvez Proculiano ignore. Portanto, que isso seja levado como notícia ao mesmo, através de tua seriedade e modéstia. Que ele o julgue ser removido de sua comunhão, aquele que não escolheu aquela comunhão por outra razão, senão porque perdeu o clericalato na Igreja Católica, por causa da desobediência e dos costumes perdidos.

35.2;

Scripta paulo post superiorem.

Rursus interpellat Eusebium, ut Primum diaconum a sua communione depellat (n. 1-2) utque Clericorum Donatistarum licentiam coercendam curet per Proculianum episcopum: alioquin ut de se nemo queratur, si hanc illi perferri in notitiam per publicos codices fecerit (n. 3-4), illum ut respondeat enixe rogans (n. 5).

Domino exímio meritoque suscipiendo et dilectissimo fratri eusebio, augustinus

2. Addo etiam aliud: Subdiaconus quondam Spaniensis Ecclesiae, vocabulo Primus, cum ab accessu indisciplinato sanctimonialium prohiberetur, atque ordinata et sana praecepta contemneret, a clericalu remotus est, et ipse irritatus adversus disciplinam Dei transtulit se ad illos, et rebaptizatus est. Duas etiam sanctimoniales concolonas suas de fundo catholicorum Christianorum, sive idem transtulit, sive illum secutae, etiam ipsae tamen rebaptizatae sunt; et nunc cum gregibus Circumcellionum inter vagabundos greges feminarum, quae propterea maritos habere noluerunt ne habeant disciplinam, in detestabilis vinolentiae bacchationibus superbus exultat, gaudens latissimam sibi apertam esse licentiam malae conversationis, unde in Catholica prohibebatur. Et hoc fortasse Proculeianus ignorat. Ergo per tuam gravitatem atque modestiam eidem in notitiam perferatur; iubeat eum, qui non ob allud illam communionem delegit, nisi quia in Catholica clericalatum amiserat, propter inobedientiam et perditos mores, a sua communione removeri.

Epístola 43.24;

Escrita com o ano de 396 terminando e o ano de 397 começando.

De toda impudência que os donatistas persistem no seu cisma, muitos teriam sido convencidos pelos julgamentos, especialmente com os concílios romano e de Arelate (Arles). Trata o mais amplamente a respeito do ímpio conciliábulo cartaginense, sobre a obstinação dos donatistas, sobre as apelações ao imperador; da equanimidade do papa Melchiades, de Lucilla e das maldades dos circunceliões.

A senhores diletíssimos e irmãos merecedores de mérito, Glórius, Eleusius, ambos Félix, Gramaticus e todos outros aos quais isso foi grato, Agostinho.

8.24.

Em suma interroguem a si mesmos: não são por eles tolerados as destruições e incêndios dos circunceliões, adoradores de cadáveres voluntariamente despencados e o gemido de toda África sob os incríveis males daquele Optatus por tantos anos? Já me abstenho de mencionar os latrocínios públicos e os poderes tirânicos das cidades e das grandes propriedades através das singulares regiões da África. Sem dúvida, vós mesmos dizeis melhor estas coisas a vós, ou nos ouvidos, ou abertamente, assim como tenha sido ao seu agrado. Decerto, onde quer que vertêsseis os olhos, se encontrará isso que digo, ou então o que eu calo. E nem daqui estes acusamos os quais lá vós estimais. Certamente, não desagradam a nós, porque toleram os maus; mas porque por causa do

cisma são intoleravelmente maus, por causa da ação de por altar contra altar, por causa da separação da herança de Cristo difusa no mundo todo, assim como tanto anteriormente foi prometido. Choramos e fazemos luto sobre a paz violada, a unidade golpeada, os batismos repetidos, os Sacramentos submetidos ao rito de sopro, que também são santos nos homens perversos. Se as quais prezam de pouca importância, que considerem os exemplos nos quais foi demonstrado do quanto Deus tenha prezado essas coisas. Os que fazem ídolo, que perecem com costumeira morte de gládio: os que verdadeiramente querem fazer o cisma, os líderes foram devorados com a Boca da terra, e consumida pelo fogo a turba que lhe dava o consentimento. Com a diversidade de castigos, é reconhecida a diversidade dos méritos.

43.24;

Scripta exeunte a. 396 vel ineunte a. 397.

Quanta impudentia Donatistae in suo schismate persistent tot iudiciis convicti, Romano atque Arelatensi Conciliis praesertim (n. 1-4). Latius agit de impio Carthaginensi conciliabulo, de Donatistarum obstinatione, de appellatione ad imperatorem (n. 5-14); de Melchiadis papae aequanimitate (n. 15-16), de Lucilla ac de Circuncellionum sceleribus (n. 17-27).

Dominis dilectissimis et merito praedicandis fratribus glorio, eleusio, felicibus, grammatico et caeteris omnibus quibus hoc gratum est, augustinus

8. 24. Ad summam seipsos interrogent: Nonne tolerantur ab eis caedes et incendia Circumcellionum, veneratores praecipitatorum ultro cadaverum, et sub incredibilibus mali unius Optati per tot annos totius Africae gemitus? Parco iam dicere singularum per Africam regionum et civitatum et fundorum tyrannicas potestates, et publica latrocinia. Melius enim vobis haec vos ipsi dicitis, sive in aurem, sive palam, sicut libitum fuerit. Quocumque enim oculos verteritis, occurret quod dico, vel potius quod taceo. Neque hinc istos quos ibi diligitis, accusamus. Non enim nobis displicent, quia tolerant malos; sed quia intolerabiliter mali sunt propter schisma, propter altare contra altare, propter separationem ab haereditate Christi toto orbe diffusa, sicut tanto ante promissaest. Violatam pacem, conscissam unitatem, iterata baptismata, exsufflata Sacramenta, quae in sceleratis quoque hominibus sancta sunt, plangimus et lugemus. Quae si parvi pendunt, intueantur exempla quibus demonstratum est quanti haec penderit Deus. Qui fecerunt idolum, usitata gladii morte perempti sunt: qui vero schisma facere voluerunt, hiatu terrae principes devorati, et turba consentiens igne consumata est. Diversitate poenarum, diversitas agnoscitur meritorum.

Epistola 51.3;

Escrita entre 399 e 400

Agostinho urge Crispinus, bispo da parte donatista na região de Calama, com vários argumentos propósitos a respeito do cisma, para caso possa, responder a esses argumentos por meio de cartas. Demonstrando as razões inconstantes dos donatistas ao agirem e queixando-se contra católicos falsos.

[De Agostinho a Crispinus] ausente no manuscrito

3. Igualmente, vós costumais dar a nós como objeção que vos perseguimos através de poderes terrenos. Coisas que não discuto, seja o que sereis merecedores em razão da brutalidade de tanto sacrilégio, seja o quanto a mansidão cristã nos moderaria. Eu digo isso: se aquilo é crime, porque gravemente perseguis os mesmos maximianistas através de juízes enviados a eles pelos imperadores, que nossa comunhão gerou através do Evangelho, e perturbais com barulho controvérsias, com o poder das ordens e com ímpeto dos auxiliares para longe de basílicas que possuíam, nas quais a mesma divisão os encontrou? Disputa na qual os vestígios recentes das coisas testemunham o que teriam sofrido por lugares particulares. Quais ordens teriam sido dadas indicam os registros escritos, quais fatos teriam acontecido clamam as terras nas quais ainda é proclamada a santa memória daquele Optato vosso tribuno.

51.3;

Scripta inter a. 399 et a. 400.

A. Crispinum, Donatianae partis episcopum apud Calamam (de quo cf. *Ep.* 105, 4; *Contra Cresc.* 3, 46 ss. et apud POSSIDIUM, *Vita August.* 12) urget, propositis de schismate aliquot argumentis, ad ea,

si possit, respondere per litteras (n. 1). Donatistarum inconstantem agendi rationem ostendens falsosque contra Catholicos questus (n. 2-5).

[CRISPINO AUGUSTINUS] deest in Mss.

Donatistae calumniantur se a Catholicis persecutionem pati.

3. Item soletis nobis obiicere quod vos per potestates terrenas persequamur. Qua in re non disputo, vel quid vos pro immanitate tanti sacrilegii mereamini, vel quantum nos christiana temperet mansuetudo; illud dico: si hoc crimen est, cur eosdem Maximianistas per iudices ab eis imperatoribus missos, quos per Evangelium genuit nostra communio, graviter insectati, de basilicis, quas tenebant, in quibus eos invenit ipsa conscissio, et controversiarum strepitu et iussionum potentatu et auxiliorum impetu perturbastis? In qua conflictatione quae passi sint per loca singula, recentia rerum vestigia contestantur; quae iussa sint chartae indicant, quae facta sint terrae clamant, in quibus etiam Optati illius tribuni vestri sancta memoria praedicatur.

Epistola 53.6

Escrita por volta de 400.

É refutada epístola de certo presbítero donatista, que esforçava-se em seduzir Generosus, católico de Constantina, simulando avisos por um anjo para que o mesmo fosse conduzido ao partido donatista, demonstrando a facção herética não ter nenhum vínculo com a sede de Pedro, a qual nenhuma causa justa teria abandonado.

Ao diletíssimo e honorável irmão Generosus, Fortunatus, Alípio e Agostinho, [estimam] saúde no Senhor.

3.6. No entanto não tanto nós presumamos a partir desses documentos, quanto das santas Escrituras, onde a herança de Cristo foi prometida até os confins da terra a todas as pessoas: de onde separados com esse cisma nefasto, jogam crimes na palha da colheita do senhor, mistura qual deve ser até o fim seja tolerada, até que com o juízo final todo o espaço da colheita seja arejado. De onde foi manifesto não pertencerem esses crimes, ou verdadeiros, ou falsos, aos grãos do Senhor, os quais por toda terra, isso é, este mundo, até o fim do tempo, é adequado crescer, assim diz, não o anjo falso no erro daquele, mas o Senhor no Evangelho. E por essa razão Deus retribuiu com mérito a esses donatistas míseros que jogavam muitos falsas e vãs acusações nos inocentes cristãos, que por todo o orbe foram misturados aos maus cristãos, tanto quanto é a sua ou seu joio. Assim, [os donatistas] condenariam pelo seu concílio universal os seus cismáticos Maximianistas condenadores de Primiano na região de Cartago, que batizaram fora da comunhão de Priminiano e rebatizaram depois [dos batismos] de Priminiano: e, depois de não pouco tempo, então elevariam alguns do conjunto deles às honras do seu bispado, Felicianus Mustitanus e Pretextatus Assuritanus, com Optato Gildoniano pressionando, junto com todos os quais os danados batizaram fora da comunhão. Mas se não são maculados por eles, que com a boca própria condenaram tanto como perversos quanto como sacrílegos, os quais compararam àqueles primeiros cismáticos que a terra enterrou vivos, quando com eles retornados comungam novamente em sua honra, em algum momento acordarão e entenderão com quanta cegueira e com quanta insanidade dizem ser maculado o mundo todo pelos crimes desconhecidos dos africanos e ter sido destruída a herança de Cristo com os pecados dos africanos pelo contágio da comunhão, herança que foi prometida presente em todas as pessoas, visto que não querem ser vistos destruídos e maculados ao mesmo tempo em que comungam com eles, dos quais julgaram os crimes reconhecidos.

53.6;

Scripta circa a. 400.

Confutatur epistola presbyteri cuiusdam donatistae, qui Generosum, catholicum Constantiniensem, seducere moliebatur simulans ab Angelo se monitum ut ipsum ad Donati partem adduceret (n. 1-3), demonstrans haeticam factionem nullum vinculum habere cum Petri sede, a qua nulla iusta causa discessisset (n. 4-7).

Dilectissimo et honorabili fratri generoso, fortunatus, alypius et augustinus, in domino salutem

3. 6. Quanquam nos non tam de istis documentis praesumamus, quam de Scripturis sanctis, ubi haereditas Christi usque ad terminos terrae promissa est in omnibus gentibus: unde isti nefario schismate separati, iactant crimina in paleam messis dominicae; quae necesse est usque ad finem

permixta toleretur, donec ultimo iudicio tota area ventiletur. Unde manifestum est ista crimina seu vera seu falsa non pertinere ad frumenta dominica, quae per totum agrum, id est istum mundum usque in finem seculi oportet crescere, sicut non falsus angelus in huius errore, sed Dominus in Evangelio loquitur. Ideoque in christianos innocentes, qui per totum orbem malis christianis tanquam paleae suae vel zizaniis permixti sunt, multa falsa crimina et vana iactantibus his miseris Donatistis merito Deus reddidit, ut Maximianistas apud Cartaginem schismaticos suos Primiani damnatores, extra Primianum baptizatores, post Primianum rebaptizatores universali concilio suo damnarent: ut ex eorum numero post non parvum tempus quosdam in honoribus episcopatus sui, Felicianum Mustitanum et Praetextatum Assuritanum cogente Optato Gildoniano susciperent, cum omnibus quos damnati extra baptizaverant. Quod si ab eis, quos ore proprio tanquam sceleratos et sacrilegos damnaverunt, et quos illis primis schismaticis, quos vivos terra obruit, compararunt, non maculantur, cum eis rursus in honore suo receptis communicant; evigilent aliquando, cogitent quanta caecitate et quanta insania dicant orbem terrarum ignotis Afrorum criminibus esse maculatum, et haereditatem Christi, quae promissa exhibita est in omnibus gentibus, peccatis Afrorum per contagionem communicationis fuisse deletam, quando se nolunt deletos et maculatos videri, dum eis communicant, quorum crimina cognita iudicarunt.

Epistola 76.2-3

Escrita ao fim de 403

Sob a pessoa da Igreja Católica Agostinho exorta todos os donatistas, para que retomando o senso retornem à comunhão católica, que fugiram, tanto quanto os joios, quando os mesmos se separariam do trigo.

2. Fingis vos fugir do joio misturado antes do tempo da colheita, porque vós sois nada mais que joio. Pois se o frumento fostes, toleraríeis o joio mesclado e não vos separaríeis da seara de Cristo. Sobre os joios na verdade é dito: *Porque a iniquidade abundará, a caridade de muitos refrigerará*; mas do trigo é dito: *aquele que perseverar até o final, este será salvo*. Por que acreditais ter crescido o joio e ter sido repleto o mundo, e, além disso, o trigo ter diminuído, mas só na África ter se mantido? Dizeis-vos cristãos, mas contradizeis Cristo. O mesmo disse: *permitam a ambos crescer até o momento da colheita*; não disse: que cresçam os joios e decresçam os frumentos. O mesmo disse: *o campo é este mundo*; não disse: o campo é a África. O mesmo disse: *a colheita é no fim dos tempos*; não disse: a colheita é o tempo de Donato. O mesmo disse: *os ceifadores são os anjos*; não disse: os líderes ceifadores são os circunceliões. Mas porque acuseis o trigo em favor dos joios, vós demonstrastes-vos ser joio e o que é mais grave, há tempo que vos separardes do trigo. Pois os vossos antecessores, dos quais perseverais na sacrílega divisão, uns quais, pelas atas municipais, entregaram os códices santos e instrumentos da Igreja aos municipais perseguidores, uns quais relevaram aqueles confessos e com eles comungaram e ambos, em Cartago, conveniaram em uma facção furiosa, a respeito do crime de entrega (traição) do qual os mesmos entre si já se conjuraram, condenaram [alguns] inauditos [em sua defesa], ordenaram bispo contra bispo, ergueram altar contra altar. Posteriormente enviaram cartas ao imperador Constantino, para que bispos transmarinos julgassem [o caso] entre os Africanos; dados os juízes que pediram, e julgando em Roma, não os obedeceram, e acusaram os bispos junto ao Imperador como se tivessem julgado mal. Novamente apelaram ao mesmo Imperador contra outros bispos enviados a Arelate [Arles]; ouvidos e descobertos mentirosos pelo mesmo, na mesma maldade permaneceram. Acordem para a salvação, amem a paz e retornem à unidade! De que maneira esses acontecimentos seriam? Quando quiserdes, tudo recitaremos.

3. Aquele comunga com o mal, que consente aos feitos dos maus, não quem tolera no campo do senhor o joio até à colheita, ou na palha até a última ventilação. Se odiastes os maus, vós mesmos sois mudados pela maldade do cisma. Se a mistura dos maus temíeis, não teriam mantido Optato vivendo em abertíssima iniquidade entre vós por tantos anos. Que, quando agora, dizeis mártir, resta que digais, porque está morto, que ele é Cristo. Finalmente, no que o mundo cristão ofendeu-vos, ao qual com furor nefasto decepastes? E no que bem mereceram de vós os Maximianistas, que, condenados por vós e expulsos de basílicas pelo julgamento público, recebestes em sua honra novamente. O que vos ofende a paz de Cristo, contra a qual vos dividis com aqueles que difamastes? E o que bem merece de vós a paz de Donato, em favor da qual suportais aqueles que condenastes? Felicianus Mustianus agora está convocso. Lemos ele ter sido anteriormente condenado em vosso concílio e por vós posteriormente acusado no julgamento do pro cônsul e atacado nas atas municipais da cidade de Mustitana.

76.2-3

Scripta exeunte a. 403.

Sub persona catholicae Ecclesiae A. cohortatur omnes Donatistas, ut resipiscentes redeant ad catholicam communionem (n. 1), quam fugerunt, tamquam zizania, cum ipsi potius a tritico se separaverint (n. 2-4).

Triticum ac zizania in Ecclesia.

2. Fingitis vos ante tempus messis fugere permixta zizania, quia vos estis sola zizania. Nam si frumenta essetis, permixta zizania toleraretis, et a segete Christi non vos divideretis. De zizaniis quidem dictum est: *Quoniam abundabit iniquitas, refrigescet caritas multorum*; sed et de tritico dictum est: *Qui perseveraverit usque in finem, hic salvus erit*. Quare creditis crevisse zizania et mundum replevisse, triticum autem decrevisse et in sola Africa mansisse? Christianos vos dicitis, et Christo contradicitis. Ipse dixit: *Sinite utraque crescere usque ad messem*; non dixit: Crescant zizania, decrescant frumenta. Ipse dixit: *Ager est hic mundus*; non dixit: Ager est Africa. Ipse dixit: *Messis est finis saeculi*; non dixit, messis est tempus Donati. Ipse dixit: *Messores Angeli sunt*; non dixit: Messores principes Circumcellionum sunt. Sed quia pro zizaniis triticum accusastis, vos esse zizania demonstrastis, et quod est gravius, ante tempus vos a tritico separastis. Maiores enim vestri in quorum sacrilega praecisione perseveratis, quidam Gestis municipalibus Codices sanctos et instrumenta Ecclesiae persecutoribus tradiderunt, quidam eos fatentes dimiserunt et eis communicaverunt, et utrique Carthaginem furiosa factione convenerunt, de crimine traditionis de quo ipsi inter se iam consenserant, inauditos damnaverunt, episcopum contra episcopum ordinaverunt, altare contra altare erexerunt. Postea litteras ad imperatorem Constantinum, ut inter Afros episcopi transmarini iudicaret, miserunt; datis iudiciis quos postulaverant et Romae iudicantibus non obtemperaverunt, episcopos apud Imperatorem tamquam male iudicaverint arguerunt. Ab aliis rursus episcopis ad Arelatum missis ad ipsum Imperatorem appellaverunt; ab ipso auditi et calumniatores inventi, in eodem scelere permanserunt. Evigilate ad salutem, amate pacem, redite ad unitatem. Haec vobis quemadmodum gesta sint, quando vultis, omnia recitamus.

Apostatae Donatistae in haereticorum communionem iterum recepti.

3. Ille communicat malis, qui consentit factis malorum, non qui tolerat in agro dominico zizania usque ad messem, vel paleam usque ad ultimam ventilationem. Si malos odistis, vos ipsi mutamini ab scelere schismatis. Si malorum permixtionem timeretis, Optatum inter vos in apertissima iniquitate viventem per tot annos non teneretis. Quem cum modo martyrem dicitis, superest ut eum, propter quem mortuus est, Christum dicatis. Postremo quid vos offendit orbis christianus, a quo vos nefario furore praecidistis? et quid vos promeruerunt Maximianistae, quos a vobis damnatos et per iudicia publica de basilicis proturbatos, in suo rursus honore recepistis? Quid vos offendit pax Christi, contra quam vos dividitis ab eis quos infamatis? et quid vos promeruit pax Donati, pro qua suscipitis quos damnatis? Felicianus Mustitanus modo vobiscum est. Legimus eum prius in vestro concilio damnatum, et a vobis postea in iudicio proconsulis accusatum, et in Mustitana civitate Gestis municipalibus oppugnatum.

Epistola 86.1

Escrita entre 406 e 409

Agostinho horta Ceciliano, governador da África, para que reprima por meio de seu edito os donatistas na região de Hippona e em locais vizinhos.

Ao senhor exímio e filho verdadeiramente merecedor e honorável aspirando à caridade de Cristo, Ceciliano, Agostinho bispo, envia saudações no Senhor

Animam-me a claridade de tua administração e a fama das virtudes, a louvadora diligência da piedade também cristã e a sinceridade na fé, as quais ofertas divinas atribuídas a ti tu desfrutas com Ele doador, do qual prometedor esperas [ainda] melhores, para que com essa locução epistolar o a agitação das minhas causas seja compartilhada com tua excelência. Pois tanto alegremo-nos ter tomado ações com eficácia pelas outras terras da África em direção à maravilhosa unidade da Igreja Católica, quanto nos condoemos pela região da Hippona Regia e os confins da Numídia a ela partes vizinhas não terem merecido ser ajudadas pelo teu edito governamental em vigor, senhor exímio e filho verdadeiramente merecedor e honorável aspirando à caridade de Cristo. Para que não seja preferivelmente imputada à minha negligência, que o fardo episcopal em Hippona sustento, julguei não dever me silenciar à tua magnificência. O quanto ainda a audácia herege se arroga no campo de Hippona, se tenhas sido digno de escutar, seja dos meus irmãos e colegas, que tais coisas poderão

narrar a tua Alteza, ou do presbítero enviado com cartas, com nosso Deus auxiliador, provirás com a dúvida distante para que o tumor de sacrílega vaidade melhor seria curado com medo do que por ser mutilado com a punição.

86;

Scripta inter a. 406-409.

A. hortatur Caecilianum, Africae praesidem, ut suo edicto Donatistas in regione Hipponensi atque in vicinis locis coerceat

Domino eximio, et in christi caritate vere meritoque honorabili ac suspiciendo filio caeciliano, augustinus episcopus, in domino salutem.

1. Administrationis tuae claritas et fama virtutum, pietatis quoque christianae laudanda diligentia et fida sinceritas, quae tibi divina munera eo donante gaudes tributa, a quo speras promittente potiora, excitaverunt me, ut hoc epistolari alloquio aestus causarum mearum cum Excellentia partirer tua. Quantum enim per alias Africae terras te unitati catholicae mirabili efficacia consuluisse gaudemus, tantum dolemus regionem Hipponensium Rectorum et ei vicinas partes confines Numidiae, praesidiali edicti tui vigore nondum adiuvari meruisse, domine eximie, et in Christe caritate vere meritoque honorabilis ac suspiciende fili. Quod ne meae potius neglegentiae deputetur, qui episcopalem sarcinam Hippone sustineo, tuae Magnificentiae non tacendum putavi. Quantum etiam in campo Hipponensi haeretica praesumat audacia, si ex fratribus et collegis meis, qui haec tuae Sublimitati narrare poterunt, vel ex presbytero quem cum litteris misi, fueris audire dignatus, adiuvante Domino Deo nostro, procul dubio providebis ut tumor sacrilegae vanitatis terrendo sanetur potius quam ulciscendo resecetur.

Epistola 87.4-7

Escrita entre os anos 405 e 411.

Agostinho exorta Emérito, bispo do partido donatista, para que atente e responda sobre qual justa causa eles tenham promovido o cisma e ainda que preferivelmente se lembrassem dos seus delitos não se queixassem de sofrer a perseguição.

Ao desejável e dileto irmão Emérito, de Agostinho.

4. Mas e vós, se não percebais isso, sereis todos tais como foi Optato [Optato de Timgad, “o Gildônico”] em vossa comunhão com vós não ignorantes: que isso se ausente do costume de Emérito, e dos outros tais, os quais entre vós não duvido estar muito alheios aos feitos daquele. Pois e nada contra vós objetamos, a não ser o crime do cisma, o qual perseverando no mal perseverando ainda tanto fizestes heresia. Contudo em quanto é pesado pelo juízo divino esse atentado, leia aquilo não duvido que tu tenhas lido. Descobrirás Dathan et Abiron devorados por uma fenda da terra, e todos outros, que a eles consentiram, consumidos pelo fogo aparecendo do meio deles. Portanto aquele mal o Senhor Deus denotou com um suplício imediato como exemplo de ser evitado, para que quando tais [pecadores] ele poupa pacientissimamente, revelaria qual [punição] reserva no juízo final. E nem reprendemos ainda vossas razões, se no tempo no qual Optato era jactado se enfurecer com potência insana, quando dele acusador seria o gemido de toda a África com vós lamentadores, se ainda tal és, qual a fama te designa, que Deus sabe a mim tanto crer quanto querer: portanto não reprendemos se, nesse tempo, para que não levasse muitos excomungados consigo e para dividisse vossa comunhão com furor do cisma, não quisestes excomungar ele. Mas isso mesmo é o que vos denuncia no juízo de Deus, irmão Emérito, que, quando vísseis ser tão grande mal ser dividido o parido de Donato, que seria avaliado mais preferível Optato sendo tolerado em comunhão, do que aquilo [o cisma] fosse admitido; permanecestes nesse mal, que foi perpetrado por vossos antecessores ao dividirem a Igreja de Cristo.

5. Esse talvez com a angustia de responder tentará defender Optato. Peço que recuses, irmão, recuses; não convém a ti e se a algum outro conviesse talvez, se ainda algo convém aos maus, a Emérito certamente não convém defender Optato. Mas talvez nem acusar dessa forma seja são. Valha-se da voz média e diga: *cada um carrega sua sacola. Tu quem és que julgas o escravo do outro?* Se, portanto ao testemunho de toda África, antes de fato, de todas as terras, em qualquer lugar que fervia a fama de Gildo, ao mesmo tempo portanto aquele [Optato] era notado, não ousastes nunca julgar Optato, para que não julgásseis impensadamente a partir de coisas desconhecidas, nós, finalmente, podemos ou devemos sobre eles que antes de nós viveram, ao vosso mero testemunho, levar temerária sentença a partir de coisas desconhecidas, como se pouco seja que as coisas ignotas vós inculcáveis, se as coisas ignotas não julgamos? Pois nem Optato, mesmo se talvez falsa inveja

tente, mas defendeis a ti, quando dizes: ignoro qual sorte de pessoa fosse este. Quanto mais, portanto, ignora o mundo oriental que sorte de pessoas tenham sido os africanos, do que os mais ignotos que acusas,? Igrejas ainda das quais, cujos nomes tens em livros e recitas, és desunido na dissensão nefasta. Se o vosso bispo de Thaumgadi, famosíssimo e pessimamente afamado, um colega dele do mesmo tempo, não digo de Cesária, mas de Sitifis, ignorava, de que modo a Igreja dos coríntios, dos efésios, dos colossenses, filipenses, tessalonicenses, antioquenses, de Ponto, da Galácia, da Capadócia e de outras partes do mundo pelos apóstolos edificadas em Cristo, podem ter conhecido os africanos traidores, quem quer que tenham sido eles, ou, porque não puderam, mereceram ter sido danadas por vós? E ainda com eles não comungais e dizeis não serem cristãos e tentam rebatizá-los. O que direi? O que reclamarei? Ou o que exclamaria? Se eu falo com o homem cordato, compartilho contigo os aguilhões dessa indignação. Pois vês certamente as coisas que eu diria, se quisesse dizer.

6. Por acaso vossos antecessores fizeram entre si um concílio e condenaram todo o mundo cristão, menos a si? E assim foi a isso levada o julgamento das coisas, para que o concílio dos Maximianistas, que foram divididos de vossa divisão, porque são pouquíssimos comparados a vós, não prevaleça contra vós; e vosso concílio prevaleça contra os povos, a herança de Cristo, e contra os confins da terra, dele possessão? Fico maravilhado se tem sangue no corpo, quem não enrubesça de essa coisa. Responda a essas palavras, peço: pois de alguns, os quais não pude não acreditar, ouvi-te pronto a responder se escrevesse a ti. Ainda um tempo atrás já enviei uma epístola, mas qual das duas tu recebeste ou respondeste e se talvez eu a tua não tenha recebido, não sei. Agora nesse meio tempo peço responder a essas, para que não hesites no que é visto por ti. Mas não desejo tolher-te outras questões; pois o começo de uma inquisição ordenadíssima sai daqui: por que seria feito o cisma?

7. Pois quando os poderes terrenos perseguem os cismáticos, por esta regra se defendem, assim como disse o Apóstolo: *quem resiste ao poder, resiste ao ordenamento de Deus; aqueles que resistem, além disso, recebem julgamento sobre si mesmos. Pois os líderes não são para ser temidos com respeito às boas obras, mas às más. Desejas não temer o poder? Faz o bem e terás louvor a partir daquele; pois ele é o ministro de Deus para ti e para o bem. Pois se tiveres feito o mal, teme: pois ele não porta o gládio sem razão; pois é o ministro de Deus, defensor da ira Dele contra quem age no mal.* Portanto, a pergunta completa é, se o cisma nada seja de mal, ou se não tivésseis feito o cisma, para que em nome da boa obra resistísseis ao poder, e não em nome do mal, a partir do que recebereis o julgamento sobre vós. Por isso o Providentíssimo Senhor não afirma somente: *Bem-aventurados [são] os que sofrem a perseguição...*, mas acrescenta: *...por causa da justiça.* Desejo saber de ti se, portanto, a justiça é como fostes feitos naquela dissensão, na qual ainda permanecéis, segundo as palavras que eu acima disse? Se, além disso, é iniquidade condenar sem ouvir o mundo cristão, seja porque não escutou o que escutastes, seja porque não foi comprovado a ele aquilo no qual acreditastes, ou acusastes sem documentação certa, e por essa razão quiseses rebatizar tantas Igrejas do mesmo Senhor, fundadas quando ele aqui esteve em carne e pela pregação e labor dos apóstolos Dele? Por que é lícito a vós nem reconhecer os vossos colegas africanos maus que simultaneamente vivem e ministram sacramentos; nem ainda saber, mas tolerar, para que o partido donatista não seja dividido; mas àqueles estabelecidos num canto remotíssimo do orbe não é lícito desconhecer o que vós sabeis, acreditais, escutais ou inventais sobre os africanos? Que tamanha perversidade é abraçar sua iniquidade e acusar a severidade do poder [terreno]?

87.4-7;

Scripta inter a. 405 et a. 411.

A. Emeritum, episcopum partis donatistae, hortatur ut adtendat ac respondeat qua iusta causa schisma moverint (n. 1-3) ac reminiscantur potius delicta suorum neque querantur se persecutionem pati (n. 4-10).

DESIDERABILI ET DILECTO FRATRI EMERITO, AUGUSTINUS.

4. Sed et vos, nisi hoc sentiatis, tales eritis omnes, qualis Optatus in vestra communione vobis non ignorantibus fuit: quod absit ab Emeriti moribus, aliorumque talium, quales apud vos esse non dubito longe a factis illius alienos. Neque enim vobis obicimus, nisi schismatis crimen, quam etiam haeresim male perseverando fecistis. Quanti autem divino iudicio pendatur hoc facinus, lege quod te legisse non ambigo. Invenies Dathan et Abiron hiatu terrae devoratos, caeterosque omnes, qui eis

consenserant, igne de medio eorum existente consumptos. Illud ergo scelus ad exemplum devitandi Dominus Deus praesenti supplicio denotavit, ut cum talibus patientissime parcat, quale ultimo iudicio reservet, ostenderet. Neque enim reprehendimus rationes vestras, si eo tempore quo vesana potentia furere iactabatur Optatus, cum eius accusator esset totius Africae gemitus congemiscentibus vobis, si tamen talis es, qualem te praedicat fama, quod scit Deus me et credere et velle: non ergo reprehendimus si eo tempore, ne multos secum excommunicatos traheret, et communionem vestram schismatis furore praecideret, eum excommunicare noluistis. Sed hoc ipsum est quod vos arguit in iudicio Dei, frater Emerite, quod cum videretis tam magnum malum esse, dividi partem Donati, ut Optatus potius in communionem tolerandus existimaretur, quam illud admitteretur; permanetis in eo malo, quod in dividenda Ecclesia Christi a vestris maioribus perpetratum est.

5. Hic fortasse respondendi angustia tentabis defendere Optatum. Noli, frater, noli obsecro; non te decet, et si aliquem alium forte deceat, si tamen quidquam decet malos, Emeritum certe non decet defendere Optatum. Sed fortasse nec accusare Ita sit sane. Utere voce media, et dic: Unusquisque sarcinam suam portat. Tu quis es, qui iudices servum alienum? Si ergo ad testimonium totius Africae, imo vero terrarum omnium quaquaversum Gildonis fama fervebat, simul enim et ille notus erat, non ausi estis umquam de Optato iudicare, ne temere de incognitis iudicaretis; nos tandem possumus aut debemus de iis qui ante nos vixerunt, ad vestrum tantummodo testimonium, temerariam de incognitis ferre sententiam, ut parum sit quod vos ignota criminamini, nisi et nos ignota iudicemus? Non enim Optatum, etiamsi forte falsa periclitatur invidia, sed te defendis, cum dicis: Ignoro qualis iste fuerit. Quanto magis ergo quales fuerint Afri, quos ignotiores arguis, Orientalis orbis ignorat? a quibus tamen Ecclesiis, quarum nomina habes in Libris et recitas, nefaria dissensione disiungeris. Si Thamugadensem episcopum vestrum famosissimum et pessime diffamatum, non dico Caesariensis, sed Sitifensis collega eius eiusdemque temporis ignorabat, quomodo traditores Afros, quicumque illi fuerint, Ecclesia Corinthiorum, Ephesiorum, Colossensium, Philippensium, Thessalonicensium, Antiochenorum, Ponti, Galatae, Cappadociae, caeterarumque orbis partium ab Apostolis in Christo aedificatarum, aut nosse potuit, aut damnari a vobis meruit, quia non potuit? et tamen eis non communicatis, et dicitis non esse Christianos, et eos rebaptizare conamini. Quid dicam? quid querar? aut quid exclamem? Si cum homine cordato loquor, indignationis huius aculeos tecum participo. Nam vides profecto quae dicerem, si vellem dicere.

6. An forte fecerunt inter se maiores vestri concilium, et damnaverunt praeter se totum orbem christianum? Itane ad hoc perducta est rerum existimatio, ut concilium Maximianensium, qui de vestra praecisione praecisi sunt, quia vobis comparati paucissimi sunt, non valeat adversus vos; et vestrum concilium valeat adversus gentes haereditatem Christi, et possessionem eius terminos terrae? Miror si habet in corpore sanguinem, qui de hac re non erubescit. Rescribe ad ista, quaeso: a nonnullis enim, quibus non potui non credere, audivi te rescripturum, si tibi scriberem. Iam etiam pridem misi unam epistolam, quam utrum acceperis vel ei responderis, et forte ego tuam non acceperim, nescio. Nunc interim peto ad haec respondere ne graveris, quod tibi videtur. Sed noli te in alias tollere quaestiones; hinc enim caput est ordinatissimae inquisitionis, cur schisma factum sit.

7. Nam et terrenae potestates cum schismaticos persequuntur, ea regula se defendunt, qua dicit Apostolus: *Qui potestati resistit, Dei ordinationi resistit; qui autem resistunt, ipsi sibi iudicium acquirunt. Principes enim non sunt timori bono operi, sed malo. Vis autem non timere potestatem? Bonum fac, et habebis laudem ex illa; Dei enim minister est tibi in bonum. Quod si malum feceris, time: non enim frustra gladium portat; Dei enim minister est, vindex in iram ei qui male agit.* Tota igitur quaestio est, utrum nihil mali sit schisma, aut utrum schisma non feceritis, ut pro bono opere potestatibus resistatis, non pro malo, unde vobis acquiratis iudicium. Propterea providentissime Dominus non ait: *Beati qui persecutionem patiuntur* tantum; sed addidit, *propter iustitiam*. Si ergo iustitia est quam operati estis in illa dissensione, in qua etiam permanetis, secundum ea quae supra dixi, nosse abs te cupio. Si autem iniquitas est orbem christianum damnare inauditum, vel quia non audivit quae vos audistis, vel quia non ei probatum est quod temere credidistis, aut sine certo documento accusastis, et ideo rebaptizare velle tot Ecclesias ipsius Domini, cum hic adhuc esset in carne, et Apostolorum eius praedicatione ac labore fundatas: quia vobis licet, aut nescire Afros collegas vestros malos simul viventes, simul Sacramenta tractantes; aut etiam scire, sed tolerare, ne pars Donati dividatur; illis autem in orbe remotissimo constitutis, non licet nescire quod vos de Afris aut nostis, aut creditis, aut audistis, aut fingitis? Quae tanta est perversitas amplecti suam iniquitatem, et potestatum accusare severitatem?

Epistola 88.1,6-8,10

Escrita entre 406 e 408.

Clérigos católicos de Hipona que demonstram a selvageria dos circunceliões sobre os

católicos a Januarius, bispo donatista, e a teimosia dos quais contra os decretos dos concílios: mais uma vez rogam para que o erro e a discórdia finalmente sejam em algum momento removidos. O estilo é de Agostinho, embora a epistola seja escrita em nome da comunidade de clérigos.

A Januarius, dos clérigos católicos da região de Hippona Régiria

1. Os vossos clérigos e circunceliões em perseguição de novo gênero e inaudita crueldade nos violentam. Que se o mal em lugar do mal retornaram, ainda assim contra a lei de Cristo agiram. Agora, verdadeiramente, com todos os fatos considerados, os nossos e os vossos, somos levados a este sofrer que foi escrito: Retribuíam a mim os males em lugar dos bens; e em outro salmo: com eles que odiaram a paz, era eu pacífico, com eles falei, debelavam-me gratuitamente. Pois quando em tão grande idade sejas estabelecido, nós julgamos-te otimamente ter conhecido que o partido de Donato, que primeiro nos arredores de Cartago era dito o partido de Majorinus, acusou antes Ceciliano, então bispo Cartaginense, perante aquele antigo Imperador, Constantino. Mas talvez para que não seja sua seriedade esquecida, ou que tu dissimules conhecer, ou ainda, que eventualmente não saibas [mesmo] (algo o que não supomos), então nestas nossas letras inserimos um exemplo da relação do procônsul Anulinus, quem a parte de Majorinus interpelava então, para que fossem enviados os crimes que opunham a Ceciliano, ao já mencionado imperador e ao mesmo procônsul.

6. Portanto não tendes porque reclamar a respeito de nós; e, contudo, a mansidão da Igreja Católica ainda inteiramente teria se acalmado pelas ordens dos imperadores, se vossos clérigos e circunceliões, perturbantes e devastadores de nossa quietude através de suas imensas improbidades e violências furiosas, não tivessem compelido essas serem recultivadas e movidas contra vós. Pois antes daquelas leis mais recentes tivessem vindo à África, sobre as quais reclamais agora, emboscadas nos caminhos para nossos bispos armaram, com imensíssimos golpes sacudiram nossos colegas clérigos, e nos laicos também infligiram ferimentos gravíssimos, e causaram incêndios aos edifícios deles. Ainda certo presbítero uma vez que da vontade livre e própria escolheu a unidade de nossa comunhão, [foi] raptado de sua casa, e por causa de sua decisão [foi] golpeado inumanamente e ainda em um lago imundo [foi] revolvido, vestido com arbustos, com certos machucando, certos rindo, teriam ostentado uma procissão de sua maldade; [foi] abduzido até onde quiseram, e depois de doze dias arduamente o liberaram. De onde nas atas municipais Proculeianus reunido a nosso bispo, quando teria dissimulado da causas sendo inquiridas, e tivesse sido novamente reunido de imediato, expressou a si disposto a nada mais dizer às atas. E hoje aqueles que fizeram isso são vossos presbíteros, até aqui o máximo que puderem aterrorizadores assim como perseguidores de nós.

7. Nem ainda sobre essas injurias e perseguições as quais então aguentou a Igreja Católica em nossa região, aos imperadores reclamou nosso bispo. Mas com o concílio realizado, satisfez-se com que pacificamente fosseis reunidos [conosco], para que, se pudesse acontecer, tivésseis entre vós uma reunião, e com o erro suprimido, a fraterna caridade da paz fosse regozijada pelo vínculo. E as mesmas atas instruem a tua Seriedade o que primeiro responderia Proculeianus na mesma convenção: que estivésseis prestes a fazer o concílio e ver ali o que devésseis responder; o que então posteriormente, quando por causa de sua promessa de novo seria reunido [junto ao bispo católico], ele expressaria às atas, recusando uma reunião pacífica. Então quando não cessava a brutalidade por todos notadíssima dos vossos clérigos e circunceliões, a causa foi pronunciada, e quando foi julgado herege com Crispinus, e pela mansidão católica nem a pena dez das libras de ouro que pelos imperadores fora constituída nos heréticos, foi permitido ele levar, ainda julgou devendo de apelar aos imperadores. A precedente improbidade dos vossos e a mesma apelação do próprio não extorquiou que se fizesse o que é uma resposta para a apelação dele [Proculeianus]? E, no entanto, nem depois da mesma [resposta] rescrita, com nossos bispos intercedentes perante o Imperador, ele foi multado com a mesma condenação de ouro. Por outro lado, nossos bispos mandaram delegados do concílio à comitiva [imperial], que obteriam para que não fossem mantidos todos os bispos e clérigos da vossa parte com a mesma condenação em dez libras de ouro, que foi constituída contra todos os hereges; mas só esses nos locais dos quais a Igreja Católica sofresse algumas violências por vós. Mas quando os delegados vieram a Roma, nesse momento as cicatrizes horrendas e recentíssimas do bispo católico de Bagaia comoveram o Imperador, de forma que fossem emitidas leis, tais quais as que foram enviadas. Com as quais advindas à África, quando em todo caso começásseis a ser pressionados, não em direção ao mal, mas ao bem, o que devíeis fazer a não ser enviar-vos aos nossos bispos, para que da mesma forma que os mesmos se aproximaram de vós, assim fossem aproximados por vós, e da reunião preferivelmente aparecesse a verdade?

8. Porém não só não fizestes, mas males piores a nós agora fazem. Não só com bastões nos quebram e com ferro nos cortam; mas também ainda jogam uma mistura de vinagre e cal nos olhos cegando-os com uma incrível premeditação de perversidade. Além do mais pilhando as nossas casas,

fabricaram armas terríveis e inumanas para si, com as quais percorrem diversos locais ameaçando e expirando mortes, rapinas incêndios e calamidades. Por tais coisas fomos compelidos a inicialmente reclamar a ti, para que tua Seriedade considerasse o quanto muitos dos vossos, ou até vós todos, que vós dizeis sofrer perseguição, sob as mesmas leis terríveis dos imperadores católicos, permanecem seguros em vossas posses e dos outros, enquanto que nós males tão inauditos sofremos de vós. Dizeis-vos sofrer perseguição e nós somos feridos pelos vossos armados com ferro e bastões. Dizeis-vos sofrer perseguição e nossas casas são devastadas com saque pelos vossos armados. Dizeis-vos sofrer perseguição e nossos olhos são cegados pelos vossos armados com vinagre e cal. Além de tudo, ainda se impõem mortes reciprocamente a si, querem que elas sejam odiosas para nos e gloriosas para vós. O que fazem a nós, eles não imputam a si e o que fazem a si, a nós imputam. Vivem como ladrões, morrem como circunceliões, são honrados como mártires; e ainda não ouvimos nunca de ladrões que cegassem aqueles que foram assaltados. Auferem mortos à luz, não auferem luz aos vivos.

10. Portanto este é o nosso desejo, que relatamos à tua Seriedade por cartas e pelos irmãos que enviamos. Que primeiro possa acontecer, que vos reunais pacificamente aos nossos bispos, para que com seja removido o mesmo erro, mas não os homens nos quais terá sido descoberto; para que homens não sejam punidos, mas corrigidos; para que vos aproximais agora, uma vez que desdenhastes da anterior reunião deles. Pois tanto melhor fazeis isso entre vós, para que enviais o que tereis feito conscrito e subscrito ao Imperador, do que se faça isso perante os poderes terrenos, que não podem se não atender às leis já dadas contra vós? Pois vossos colegas que navegaram, disseram ter vindo para serem ouvidos entre governadores. E nomearam Valentius nosso santo padre católico, que então estava na comitiva imperial, dizendo querer ser ouvidos por ele: o que o juiz não pudera conceder a eles, os quais já julgava segundo leis, que contra vós foram constituídas, nem aquele bispo [Valentius] viera assim, ou aceitara algum tal mandado de seus bispos. Portanto, quão melhor o próprio Imperador, que não foi submetido pelas mesmas leis e que tem o poder de trazer outras leis, quando a ele foi recitada vossa reunião, teria podido julgar a respeito da mesma causa inteira, embora outrora ela já tenha sido dita terminada? Mas queremos por isso queremos nos reunir convosco, não para que novamente a causa seja definida, mas para que àqueles que não sabem já seja demonstrada definida. O que, se os vossos bispos tivessem desejado fazer isso, perdeis e não preferivelmente adquiris dali? Se não que a desconfiança ao mérito [de vossa causa] seja repreendida, uma vez que vossa vontade se faça conhecida? Se talvez não julgais não ser lícito acontecer [uma reunião], quando não escapa a vós que ainda o Senhor Cristo dialogou com o diabo sobre a lei; que com o apóstolo Paulo não só os judeus, mas ainda os filósofos dos gentios conversaram a respeito da heresia dos estóicos e epicúreos? E talvez aquelas leis do Imperador não permitem-vos se reunir com nossos bispos? Eis! Renam vossos bispos que são da região de Hippona, onde sofremos tantos males pelos vossos. Pois quanto mais livre e relaxado para nós, que venham vossos escritos através dos vossos, do que as armas dos mesmos.

88.10;

Scripta inter a. 406 et a. 408.

Clerici Hipponenses catholici ad Ianuarius, episcopum Donatistam, expostulantes de Circumcellionum saevitia in Catholicos (n. 1; 6-9) eorumque contumacia contra conciliorum decreta (n. 2-5): iterum rogantes ut error ac discordia tandem aliquando tollantur (n. 10-12). Stilus est Augustini, licet communi clericorum nomine scripta sit epistola.

IANUARIO CLERICI CATHOLICI REGIONIS HIPPONENSIIUM REGIORUM.

Circumcellionum saevitia.

1. Clerici et Circumcelliones vestri novi generis et inauditae crudelitatis persecutione in nos saeviunt. Qui si malum pro malo redderent, etiam sic contra legem facerent Christi. Nunc vero, consideratis omnibus factis nostris et vestris, invenimur hoc pati quod scriptum est: *Retribuebant mihi mala pro bonis*; et in alio psalmo: *Cum his qui oderant pacem, eram pacificus; cum loquebar illis, debellabant me gratis*. Nam cum sis in tam grandi constitutus aetate, arbitramur te optime nosse quod pars Donati, quae primo apud Carthaginem pars Maiorini dicebatur, ultro accusavit Caecilianum, tunc episcopum Ecclesiae Carthaginensis, apud imperatorem illum antiquum Constantinum. Sed ne forte aut oblita hoc sit gravitas tua, aut te nosse dissimules, aut etiam, quod non putamus, forsitan nescias, exemplum relationis tunc Anulini proconsulis, quem pars Maiorini tunc interpellavit, ut ea crimina quae obiciebat Caeciliano, ad memoratum imperatorem ab eodem proconsule mitterentur, his nostris litteris inserimus.

6. De nobis ergo quod queramini non habetis; et tamen Ecclesiae catholicae mansuetudo, etiam ab his imperatorum iussionibus omnino conquieverat, nisi vestri clerici et Circumcelliones, per suas

immanissimas improbitates furiosasque violentias quietem nostram perturbantes atque vastantes, haec in vos recoli et moveri coegissent. Nam priusquam recentiores leges istae de quibus modo querimini, venissent in Africam, insidias in itineribus nostris episcopis tetenderunt, conclericos nostros plagis immanissimis quassaverunt, laicis quoque et plagas gravissimas inflixerunt, et intulerunt eorum aedificiis incendia. Presbyterum etiam quemdam quia propria et libera voluntate unitatem nostrae communionis elegit, de domo sua raptum, et pro arbitrio immaniter caesum in gurgite etiam coenoso volutatum, buda vestitum, cum quibusdam dolendum, quibusdam ridendum in pompa sui facinoris ostentassent, abductum inde quo voluerunt, vix post dies duodecim dimiserunt. Unde conventus municipalibus Gestis a nostro episcopo Proculeianus, cum ab inquirenda causa dissimulasset, et iterum continuo conventus esset, nihil se dicturum amplius Gestis expressit. Et hodie illi qui hoc fecerunt, presbyteri vestri sunt, adhuc nos insuper territantes, et sicut potuerint persequentes.

7. Nec tamen de his iniuriis et persecutionibus quas Ecclesia catholica in regione nostra tunc pertulit, imperatoribus conquestus est episcopus noster. Sed facto concilio placuit ut pacifice conveniremini, quo, si fieri posset, haberetis inter vos collationem, et errore sublato, fraterna caritas pacis vinculo laetaretur. Et in ipsa conventionem quid Proculeianus primo responderit, quod concilium facturi essetis, et illic visuri quid respondere deberetis; deinde quid postea, cum propter suam promissionem denuo conventus esset, Actis expresserit, recusans pacificam collationem, ipsa Gesta instruant Gravitatem tuam. Deinde cum vestrorum clericorum et circumcellionum notissima omnibus non cessaret immanitas, dicta causa est, cum Crispino iudicatus haereticus, nec poena decem librarum auri quae in haereticos ab imperatoribus fuerat constituta, per mansuetudinem catholicam ferri permissus est, et tamen ad imperatores appellandum putavit. Cuius appellationi quod ita responsum est, nonne vestrorum praecedens improbitas, et eadem ipsius appellatio extorsit ut fieret? nec tamen etiam post ipsum rescriptum, intercedentibus apud Imperatorem nostris episcopis, eadem auri condemnatione multatus est. Ex concilio autem nostri episcopi legatos ad comitatum miserunt, qui impetrarent ut non omnes episcopi et clerici partis vestrae, ad eandem condemnationem decem librarum auri, quae in omnes haereticos constituta est, tenerentur; sed hi soli in quorum locis aliquas a vestris violentias Ecclesia catholica pateretur. Sed cum legati Romam venerunt, iam cicatrices episcopi catholici Bagaitani horrendae ac recentissimae Imperatorem commoverant, ut leges tales mitterentur, quales et missae sunt. Quibus in Africam venientibus, cum utique non ad malum, sed ad bonum coepissetis urgeri, quid facere debebatis nisi et vos mittere ad episcopos nostros, ut quomodo vos ipsi convenerant, sic convenirentur a vobis, et potius collatione veritas appareret?

8. Non solum autem non fecistis, sed peiora mala nobis vestri nunc faciunt. Non tantum nos fustibus quassant ferroque concidunt; verum etiam in oculos extinguendos calcem mixto aceto incredibili excogitatione sceleris mittunt. Domus insuper nostras compilantes, arma sibi ingentia et terribilia fabricarunt, quibus armati per diversa discurrunt, comminantes atque anhelantes caedes, rapinas, incendia, caecitates. Quibus rebus compulsi sumus tibi primitus conqueri, ut consideret Gravitas tua quam multi vestrum, imo vos omnes, qui vos pati dicitis persecutionem, sub ipsis quasi terribilibus imperatorum catholicorum legibus in possessionibus vestris et alienis securi sedeatis, et nos a vestris tam inaudita mala patiamur. Vos dicitis pati persecutionem; et nos ab armatis vestris fustibus et ferro concidimur. Vos dicitis pati persecutionem; et nostrae domus ab armatis vestris compilando vastantur. Vos dicitis pati persecutionem; et nostri oculi ab armatis vestris calce et aceto exstinguuntur. Insuper etiam si quas mortes sibi ultro ingerunt, nobis volunt esse invidiosas, vobis gloriosas. Quod nobis faciunt, sibi non imputant; et quod sibi faciunt, nobis imputant. Vivunt ut latrones, moriuntur ut circumcelliones, honorantur ut martyres; et tamen nec latrones aliquando audivimus eos quos depraedati sunt, excaecasse. Occisos auferunt luci, non vivos auferunt lucem.

10. Hoc est ergo desiderium nostrum, quod tuae Gravitati per has litteras, et per fratres, quos misimus, allegamus. Primum si fieri potest, ut cum episcopis nostris pacifice conferatis, ut in quibus fuerit inventus, non homines, sed error ipse tollatur; ut homines non puniantur, sed corrigantur; ut vos modo conveniatis, quia eorum conventionem antea contempsistis. Quanto melius enim hoc inter vos facitis, ut quod egeritis conscriptum et subscriptum Imperatori mittatis, quam ut hoc apud terrenas potestates fiat, quae non possunt nisi iam datis contra vos legibus inservire? Vestri enim collegae qui navigaverant, apud praefectos dixerunt se audiri venisse. Et nominaverunt sanctum patrem nostrum catholicum episcopum Valentinum, qui tunc in comitatu erat, dicentes cum illo se velle audiri: quod eis non poterat iudex concedere, qui iam secundum leges, quae contra vos constitutae sunt, iudicabat; nec ille episcopus ita venerat, aut aliquod tale mandatum a suis episcopis acceperat. Quanto ergo melius ipse imperator, qui non est eisdem legibus subditus, et qui habet in potestate alias leges ferre, cum ei collatio vestra fuerit recitata, de tota ipsa causa poterit iudicare, quamvis iam olim dicta fuerit terminata? Sed ideo vos conferre volumus, non ut causa iterum finiatur; sed ut eis qui nesciunt iam finita monstretur. Quod si hoc facere vestri episcopi voluerint, quid inde perditis, et non potius

acquiritis, quia voluntas vestra innotescit, ne diffidentia merito reprehendatur? An forte putatis non licere fieri, cum non vos lateat quod Dominus Christus etiam cum diabolo de Lege locutus est; quod cum Paulo apostolo non solum Iudaei, sed etiam de haeresi Stoicorum et Epicureorum philosophi Gentium contulerunt? an forte istae leges Imperatoris, vos non permittunt nostros episcopos convenire? Ecce interim episcopos vestros qui sunt in regione Hipponensi, ubi a vestris tanta mala patimur, convenite. Quanto enim licentius et liberius ad nos, per vestros vestra scripta, quam eorum arma perveniunt?

Epistola 93.2

Escrita entre os anos 407 e 408

Agostinho, refutando uma carta de Vicentius bispo de Cartena, oriundo do cisma Rogatiano, demonstra o quanto seriam úteis as ordens imperiais para refrear os excessos furiosos dos donatistas e para defender as [regiões] católicas. Então diz de si em algum momento ter sido visto atuando, não pela força, mas com a razão e palavra de Deus, contra os hereges, mas na verdade ter mudado para melhor a opinião, por meio das opiniões e exemplos dos outros, corretamente ser julgadas as leis dos príncipes e corretamente imploradas contra os inimigos da fé; mas apenas isso faça com o espírito da correção, não com o esforço de vingança; e, além disso, expõe a respeito da unidade da Igreja contra os cismáticos, acima de tudo de muitas coisas contra a perversidade e o rebatismo dos donatistas.

De Agostinho ao Dilettíssimo Irmão Vincentius.

1.2 Portanto aqueles nossos inimigos atroz, que gravemente infestam a paz e a nossa tranquilidade com vários e pesados tipos de violências e armadilhas, se assim tolerássemos e desdenhássemos, então nada por nós seja cogitado e discutido que com tudo pudesse valer para aterrorizar e corrigi-los, teríamos devolvido o mal ao mal. Pois se alguém visse correr para o precipício seu inimigo feito um frenético com febres perigosas, então antes não devolveria o mal ao mal, se permitisse a ele correr, do que se preocupasse em estar agarrando e segurando ele? Então ainda pareceria a ele [o inimigo] muito molestatador e adverso, quando tivesse emergido muito útil e misericordioso: mas com a saúde claramente reparada tanto ele abundantemente daria graças a ele, quanto tivesse percebido ele ter minimamente poupado a si. Oh, se eu pudesse mostrar a ti, quantos muitos já católicos manifestos temos a partir dos próprios circunceliões, que condenam sua vida anterior e o erro miserável o qual eram julgados por si fazer em nome da Igreja de Deus o que quer que eles fizessem com inquieta temeridade! Os quais ainda não teriam sido conduzidos a essa sanidade, se não tivessem sido aprisionados como frenéticos pelos vínculos daquelas leis, os quais desagradam a ti. O que dizem a nós daquele outro tipo de morbidez gravíssima deles, que de fato não tinham audácia turbulenta, mas eram oprimidos por certa apatia ancestral? *Certamente dizeis a verdade, não há o que seja respondido, mas é duro deixar a tradição de nossos pais.* Não haviam de ser sacudidos saudavelmente pelas regras das moléstias temporais, para que tanto emergissem do sonho letárgico quanto acordassem na saúde da unidade? O quanto muitos deles próprios agora contentes conosco acusam o peso anterior de sua obra perniciosa, e admitem ter devido nós sermos molestatadores a si, para que não pudessem tanto no sono mortífero, quanto na morbidez do costume letárgico.

93. 2;

Scripta inter a. 407 et 408.

A. Vincentii e schismate Rogatiano episcopi Cartennensis epistolam refellens demonstrat quantum utiles ad refrenandos furiosos Donatistarum excessus sint imperiales iussiones et ad Catholicas defendendos (n. 1-16); dicit deinde sibi aliquando visum fuisse non vi cum haereticis sed verbo Dei et ratione agendum, verum sententiis aliorum exemplisque superatum mutasse sententiam et arbitrari principum leges recte implorari adversus hostes fidei, modo id fiat animo corrigendi, non studio vindicandi (n. 17-18); aliaque subicit de Ecclesiae unitate contra schismaticos (n. 19-34), permulta insuper contra Donatistarum perversitatem et rebaptismum (n. 35-53).

DILECTISSIMO FRATRI VINCENTIO, AUGUSTINUS

Quandoque et furiosos schismaticos terrendos ac corrigendos esse.

1. 2. Istos ergo atroces quondam inimicos nostros, pacem et quietem nostram variis violentiarum et insidiarum generibus gravibus graviter infestantes, si sic contemneremus et toleraremus, ut nihil omnino quod ad eos terrendos ac corrigendos valere posset, excogitaretur et argueretur nobis, vere malum pro malo redderemus. Si enim quisquam inimicum suum periculosis febribus phreneticum factum, currere videret in praeceps, nonne tunc potius malum pro malo redderet, si eum sic currere permetteret, quam si corripiendum ligandumque curaret? Et tamen tunc ei molestissimus et

adversissimus videretur, quando utilissimus et misericordissimus exstisset: sed plane salute reparata tanto uberius ei gratias ageret, quanto sibi eum minus pepercisse sensisset. O si possem tibi ostendere, ex ipsis Circumcellionibus quam multos iam catholicos manifestos habeamus, damnantes suam pristinam vitam, et miserabilem errorem quo se arbitrabantur pro Ecclesia Dei facere quidquid inquieta temeritate faciebant! qui tamen ad hanc sanitatem non perducerentur, nisi legum istarum quae tibi displicent, vinculis tamquam phrenetici ligarentur. Quid illud alterum genus morbi gravissimi eorum, qui turbulentam quidem audaciam non habebant, sed quadam vetusta socordia premebantur, dicentes nobis, Verum quidem dicitis, non est quod respondeatur; sed durum est nobis traditionem parentum relinquere: nonne salubriter regula temporalium molestiarum excutiendi erant, ut tamquam de somno lethargico emergerent, et in salutem unitatis evigilarent? Quam multi ex ipsis nunc nobiscum gaudentes, pristinum pondus perniciosi sui operis accusant, et fatentur nos sibi molestos esse debuisse, ne tamquam mortifero somno, ita morbo veterinosae consuetudinis interirent.

Epistola 105.3-4

Escrita entre 409 e o mês de setembro de 410

Exortando os donatistas à unidade, reprova os furores e as calúnias, assim como os crimes e ultrajes dos circunceliões. E demonstrando terem sido editadas contra eles leis justas e necessárias pelos imperadores católicos. Prova depender a santidade do batismo não dos méritos do sacerdote, mas da graça divina do serviço e, acima de tudo, a Igreja Católica ser conhecida nas palavras sagradas e ordenar ser tolerados os maus descobertos das comunidades.

Agostinho, Bispo Católico, a Donatistas

2.3. Se, porém, por essa razão desagradamos a vós, porque sois coagidos à unidade pelas ordens dos imperadores, isso vós o fizestes, que, onde quer que queiramos predicar a verdade, para que cada um seguro a ouça e voluntário a escolha, através de vossos violências e terrores nunca permitistes. Recusem-se a gritar e perturbar vossas almas; pacientemente se pode acontecer, considerem o que dizemos e recolham os feitos dos vossos circunceliões e clérigos, que sempre foram os líderes deles, e vereis que causa isso provocou sobre vós. De onde reclamais injustamente, porque forçastes para que todas aquelas coisas fossem ordenadas a vós. Pois para que não retornemos longamente muitas coisas do passado, considerem ao menos vossos atos recentes. Marcus presbítero de Casphaliana por ninguém coagido, foi feito católico pela própria vontade. Por isso os vossos perseguiram ele, e teriam matado, se a mão de Deus não tivesse suprimido as violências deles através de homens que chegaram de repente. Restitutus de Victoriana se transferiu à Igreja Católica por ninguém coagido. Por isso foi raptado de sua casa, espancado, jogado na água, vestido com folhas e não sei quantos dias foi mantido em cativeiro, e talvez nem fosse restituído à própria liberdade, se Proculeianus não visse já quase ameaçar exposição de si pela mesma causa. Marcianus de Urga escolheu a unidade católica pela própria vontade. Por isso, quando o mesmo teria fugido, vossos clérigos cobriram de pedradas o subdiácono dele, espancado até perto da morte, e as casas dos quais foram derrubadas em nome de sua perversidade.

2.4 O que mais dizemos? Enviastes há pouco um arauto, que clamava a Siniti: *quem quer que comungue com Maximiano, sua casa será incendiada*; que antes que o mesmo tivesse sido convertido à Igreja Católica e não muito tempo antes que retornasse de além mar, para que outra coisa enviamos a Siniti um presbítero, se não para que, molestando ninguém, visitasse os nossos e posicionado na sua casa de direito, predicasse a paz católica aos voluntários? O qual vós expulsaste dali com graves injurias. Que outra coisa fazíamos, quando um dos nossos, o bispo Possídio de Calama, ia à fazenda (fundo) de Figli, se não que os nossos fossem visitados, por mais que aqueles fossem poucos, e com a palavra de Deus ouvida, os que quisessem fossem convertidos à unidade de Cristo? Ao qual caminhante por sua estrada, emboscaram com comportamento de bandidos, e porque não pode cair na emboscada deles, com violência aberta quase incendiaram-no vivo com a casa à qual fugira na fazenda de (fundo) de Liveti, se, por causa do perigo à sua segurança, os colonos da mesma fazenda não extinguissem as chamas três vezes acesas. E ainda quando Crispinus por causa desse fato seria considerado herético em julgamento proconsular, não foi multado nas dez libras de ouro pela intercessão do mesmo bispo Possídio. Benevolência e mansidão às quais ingrato, ousou apelar aos imperadores católicos. A partir do que, muito mais inconvenientemente e veementemente, provocou contra vós essa ira de Deus da qual murmurais.

105.3-4;

Scripta intra a. 409 et mens. Septemb. 410.

Donatistas ad unitatem hortans illorum furores calumniasque ac nefaria Circumcellionum facinora exprobat (n. 1-5) et ostendens contra eos iustas ac necessarias leges a catholicis imperatoribus editas esse (n. 6-10). Baptismi sanctitatem non ex ministri meritis sed ex divini muneris gratia pendere probat (n. 11-13); Catholicam insuper Ecclesiam in Sacris Litteris agnosci (n. 14-15) ac demum repertos in ea malos tolerari oportere (n. 16-17).

AUGUSTINUS EPISCOPUS CATHOLICUS, DONATISTIS

2. 3. Si autem ideo vobis displicemus, quia per Imperatorum iussiones ad unitatem cogimini, hoc vos fecistis, qui ubicumque vellemus praedicare veritatem, ut eam quisque securus audiret et volens eligeret, numquam permisistis per violentias et terrores vestros. Nolite stridere, et perturbare animas vestras; patienter, si fieri potest, considerate quod dicimus, et recolite facta Circumcellionum vestrorum, et clericorum qui duces eorum semper fuerunt, et videbitis quae causa vobis hoc excitaverit. Unde iniuste querimini, quia vobis omnia ista ut iuberentur coegistis. Nam ut longe praeterita et multa non repetamus, saltem recentia facta vestra cogitate. Marcus presbyter Casphalianensis a nemine coactus, propria voluntate catholicus factus est. Quare illum vestri persecuti sunt, et pene occidissent, nisi Dei manus per homines supervenientes violentias eorum compressisset. Restitutus Victorianensis ad catholicam nullo cogente se transtulit. Quare raptus est de domo sua, caesus, in aqua volutatus, buda vestitus, et nescio quot dies in captivitate retentus est, nec libertati proprie fortasse restitutus esset, nisi iam pene propter ipsam causam Proculeianus sibi exhibitionem videret imminere. Marcianus Urgensis catholicam unitatem propria voluntate delegit. Quare subdiaconum eius, cum ipse fugisset, prope usque ad mortem caesum, clerici vestri lapidibus obruerunt, quorum domus pro suo scelere eversae sunt.

Donatistarum vexationes catholicos sacerdotes.

2. 4. Quid amplius dicamus? Modo praeconem misistis, qui clamaret Siniti: *Quisquis Maximino communicaverit, incendetur domus eius*: qui antequam ipse ad Catholicam conversus esset, et nondum de transmarinis remeasset, ad quid aliud presbyterum Siniti miseramus, nisi ut nulli molestus nostros visitaret, et in domo iuris sui positus, pacem catholicam volentibus praedicaret? quem vos inde cum gravi iniuria proiecistis. Quid aliud agebamus, quando unus nostrum Calamensis episcopus Possidius ibat ad fundum Figulinensem, nisi ut nostri, quamvis pauci qui illic erant, visitarentur, et audito verbo Dei ad unitatem Christi qui vellent converterentur? Cui ambulanti viam suam, latronum more insidiati sunt, et quia in eorum insidias cadere non potuit, eum aperta violentia in fundo Livetensi pene vivum cum domo quo fugerat, incenderant, nisi tertio suppositas flammis coloni eiusdem fundi propter periculum suae salutis exstinguerent: et tamen cum Crispinus propter hoc factum in proconsulari iudicio convinceretur haereticus, eiusdem episcopi Possidii intercessu decem libras auri non est exactus. Cui benevolentiae et mansuetudini ingratus, ad imperatores catholicos ausus est appellare. Unde hanc in vos iram Dei, de qua murmuratis, multo importunius et vehementius provocavit.

Epistola 108.14, 18-19

Escrita após a epístola 107, entre os últimos dias do ano de 409 e o mês de agosto de 410.

Agostinho expõe a Macróbio (bispo donatista) que em toda separação dos donatistas, na repetição do batismo, haveria injúria e vaidade, e exorta os cismáticos para que retornem à comunhão da Igreja Católica.

Agostinho ao senhor irmão dileto Macróbio

5.14 O que aquilo que acostumais-vos a vangloriar das perseguições sofridas? Se não é a pena que faz o mártir, mas a causa; quando foi dito: *abençoados aqueles que sofrem a perseguição*, foi acrescentado à toa: *por causa da justiça*. E ainda não vos vencem facilmente os Maximianistas na glória daquele título, que não só suportaram a perseguição convosco posteriormente, mas anteriormente e de vós? As palavras que já pouco tempo antes relembrei, são as dos advogados que acusavam Maximiano, com vosso colega Restitutus presente, o qual já fora ordenado no lugar de Salvius de Membressa, condenado com aqueles outros onze sem prorrogação, antes que o mesmo atravessasse os dias de prorrogação. Ainda Titano, quando passado o mesmo dia de prorrogação, acusou com palavras gravíssimas Felicianus e Pretextatus de toda a própria conspiração contra Primiano. Ademais o Concílio de Bagaia foi citado não só uma vez, nas atas proconsulares e depois nas municipais; sentenças despertadas, ordens ameaçadoríssimas impetradas, obrigação comunicada, auxílios das cidades concedidos, através dos quais aquilo que foi julgado seria implementado.

Portanto, o que conflitais conosco a respeito da perseguição ordenada, que aquela convosco não dividimos com igual juízo? Quando, pois, nem sempre quem sofre a perseguição chega ao sofrimento; assim vossos clérigos e circunceliões entre nós armaram [as coisas] de forma que vós suportásseis a perseguição, mas nós o sofrimento. Mas, como eu disse, contendei com os maximianistas a respeito daquela louvação, que recitam atas forenses contra vós, onde por meio de juízes com perseguições impeliram-nos: mas claramente concordastes posteriormente com certos deles corrigidos com tal coerção; de onde nem nossa concórdia é para ser sem esperança, se Deus ajudar, e ser inspirada em vós uma mente pacífica. E, pois, aquilo que se costuma dizer contra nós da vossa parte com boca mais maledicente do que verídica: *os pés velozes deles são para sangue verter*, mas antes, em meio a tantos latrocínios dos vossos circunceliões e vossos clérigos, nessas coisas nós fomos os experimentados, que com corpos humanos mutilados em atroz morte mancharam tantos lugares com nosso sangue: dos quais os generais, quando tu [era] ingressante nessa pátria, conduziram com suas formações de combate em cunha, conclamando “Deus é louvado” em meio a cantos, como se tivessem vozes, como uma trombeta de batalhas em todos os seus latrocínios. Ainda outro dia abalados e irritados pelos espinhos de tuas palavras, que jogaste pelo interprete púnico neles com honesta e genuína indignação da livre expressão, mais irritado com os feitos deles do que deleitado com seus obséquios, do meio da congregação, segundo pudemos ouvir deles que lá estiveram e que narraram, com motivações furibundas se retiraram, mas, após [a saída] desses pés velozes para verter sangue, não salgastes com nenhuma água os pavimentos, o que os teus clérigos consideraram dever ser feito após [a saída] do nossos.

6.18

A unidade é repelida, para que nós reivindicemos leis públicas contra as improbidades dos vossos (pois não desejo dizer “vossas”), e contra as mesmas leis seriam armados os circunceliões, contra as quais lutariam com aquele mesmo furor, que eles despertaram contra vós sempre que se enraiveciam contra essas. A unidade é repelida, para que contra os proprietários deles a audácia camponesa seja erigida e os escravos fugitivos, contra a disciplina apostólica, não só se alienem de seus senhores, mas ainda verdadeiramente ameacem aos senhores, e nem só ameaçariam, mas também com agressões violentíssimas os depredariam, com os agonísticos (*agonistici*), confessores vossos, autores, generais e líderes na mesma maldade, que com “Deus é louvado” adornam vossa honra, que com “Deus é louvado” vertem os sangue alheio; para que, por causa do ódio dos homens, com os vossos reunidos e também correndo em várias direções, prometêsseis-vos prontos a retornar as pilhagens àqueles, dos quais foram tomadas.²⁸⁸ Embora nem vós desejásseis que cumprísseis implementar isso, para que não sejais coagidos a ofender excessivamente a audácia daqueles, a qual vossos presbíteros julgaram necessária para si. Pois ao redor vosso se gabam dos seus méritos precedentes, eles que demonstram e enumeram perante aquela lei, com a qual regozijais retornada a liberdade a vós, os lugares e as basílicas que os vossos presbíteros mantiveram através daqueles, com as nossas devastadas e expulsas, de forma que se quisésseis ser severo com aqueles, pareceríeis ingratos com os benefícios deles.

6.19 A unidade é repelida para que quem quer que entre nós detratasse de portar a disciplina, fugissem em direção àqueles [circunceliões?] para se defender, de forma que sejam ofertados por vós serem rebatizados. Assim como aquele Rusticianus, subdiácono oriundo do campo, cuja causa eu fui compelido a escrever com grande dor e temor a ti, por causa dos hábitos réprobos e perversos, excomungado pelo presbítero dele, e ainda devedor de muitos naquela região, que, contra o vigor eclesiástico e contra os credores dele, não demandou qualquer proteção, que senão que fosse golpeado por ti novamente,²⁸⁹ e pelos mesmos [circunceliões?] fosse amado como se purificadíssimo. O tal nosso diácono, o mesmo excomungado pelo presbítero dele, agora teu predecessor aposentado rebatizou e fez vosso diácono, o qual, depois de não muitos dias, imiscuído da audácia daqueles mesmos perdidos, como desejava, foi morto numa agressão noturna, durante latrocínio e um incêndio seus, com embate de uma multidão que veio em auxílio. Estes são os frutos dessa divisão a qual não quereis sanar, repelindo assim a unidade, da mesma forma que a mesma divisão deveria ser repelida, que se sujou em si mesma, e por Deus condenada, mesmo se, em nome da mesma, não tenham acontecido outras coisas tão horrendas e nefastas.

²⁸⁸ No primeiro caso a promessa é feita aos circunceliões, no segundo caso é feita aos proprietários espoliados.

²⁸⁹ rebatismo como golpe contra a alma

Scripta post superiorem inter extremum a. 409 et mensem Aug. a. 410.

A. Macrobio exponit quae esset in iterando baptismo (n. 1-6) iniuria ac vanitas in tota Donatistarum separatione (n. 7-19)hortaturque schismaticos ad Ecclesiae ut redeant communionem (n. 20).

DOMINO FRATRI DILECTO MACROBIO, AUGUSTINUS

Martyrem non poena sed causa facit.

5. 14. Quid illud, quod soletis de sustentatis persecutionibus gloriari? Si martyres non facit causa, sed poena; cum diceretur: *Beati qui persecutionem patiuntur*, frustra est additum, *propter iustitiam*. Nonne vos etiam in huius tituli gloria Maximianistae facillime vincunt, qui persecutionem non solum postea vobiscum, sed prius et a vobis pertulerunt? Advocati accusantis Maximianum, vestro collega praesente Restituto, qui in locum Salvii Membressitani, cum caeteris illis undecim sine dilatione damnati, antequam ipse dies dilationis transiret, iam fuerat ordinatus, verba sunt quae iam paulo ante commemoravi. Titianus etiam die ipso dilationis transacto, Felicianum et Praetextatum de tota ipsa contra Primianum conspiratione verbis gravissimis accusavit. Concilium etiam Vagaiense non semel Gestis proconsularibus, ac deinde municipalibus allegatum est, excitata iudicia, impetratae minacissimae iussiones, postulatum atque praeceptum est, ad coercionem resistentes perducerentur, impertitum officium, concessa auxilia civitatum, per quae id quod iudicatum est, impleretur. Quid ergo nobiscum de imperata persecutione confligitis, qui vobiscum ista non aequo iure divisimus? Cum enim non semper qui persecutionem sustinet, perveniat ad passionem; sic inter nos composuerunt clerici et Circumcelliones vestri, ut vos persecutionem, nos passionem sustineremus. Sed, ut dixi, cum Maximianistis de ista laude certate, qui contra vos recitant Gesta forensia, ubi eos per iudices persecutionibus agitastis: sed plane cum quibusdam eorum tali coercionem correctis postea concordastis; unde nec nostra est desperanda concordia, si Deus adiuvare, et vobis pacificam mentem inspirare dignetur. Nam et illud, quod contra nos a vestra parte magis ore maledico quam veridico solet dici: *Veloces pedes eorum ad effundendum sanguinem*, nos potius ista in tantis latrociniiis Circumcellionum, clericorumque vestrorum experti sumus, qui corporibus humanis caede atrocissima laniatis, tot loca nostrorum sanguine cruentarunt: quorum duces, quando te ingrediente in hanc patriam, cum suis cuneis deduxerunt, Deo laudes inter cantica conclamantes, quasi voces, velut tuba praeliorum in suis omnibus latrociniiis habuerunt. Alio tamen die concussi ac stimulati aculeis verborum tuorum, quae in eos per punicum interpretem honesta et ingenua libertatis indignatione iaculatus es, factis eorum irritatus potius quam delectatus obsequiis, se de media congregatione, sicut ab eis qui aderant narrantibus audire potuimus, furibundis motibus rapuerunt, nec post eorum pedes veloces ad effundendum sanguinem, ulla aqua pavimenta salsavistis - quod post nostros clerici tui putaverunt esse faciendum.

18;

Donatistarum immanitas et saevitia.

6. 18. Fugitur unitas, ut nos adversus vestrorum (nolo enim vestras dicere) improbitates quaeramus publicas leges, et adversus ipsas leges armentur Circumcelliones, quas eo ipso furore contemnant, quo in vos eas cum furerent excitarunt. Fugitur unitas, ut contra possessores suos rusticana erigatur audacia, et fugitivi servi contra apostolicam disciplinam, non solum a dominis alienentur, verum etiam dominis comminentur; nec solum comminentur, sed et violentissimis aggressionibus depraedentur, auctoribus et ducibus, et in ipso scelere principibus agonisticis confessoribus vestris, qui ad "Deo laudes" ornant honorem vestrum, qui ad "Deo laudes" fundunt sanguinem alienum, ut vos propter hominum invidiam collectis vestris, atque discursis promittatis praedas eis, a quibus ablatae sunt, reddituros. Nec tamen et hoc velitis, ut valeatis implere, ne illorum audaciam, quam sibi putaverunt vestri presbyteri necessariam nimium cogamini offendere. Iactant enim praecedentia circa vos merita sua, demonstrantes, et enumerantes ante istam legem, qua gaudetis vobis redditam libertatem, quod loca et basilicas per eos presbyteri vestri vastatis nostris fugatisque tenuerunt, ut si in eos volueritis esse severi, beneficiis eorum appareatis ingrati.

Donati pars perditorum hominum confugium.

6. 19. Fugitur unitas, ut quicumque apud nos ferre detrectaverint disciplinam, ad illos fugiant defendendi, ut vobis offerantur rebaptizandi. Sicut iste de agro subdiaconus Rusticianus, cuius causa haec ad te scribere magno sum dolore ac timore compulsus, propter reprobos et perversos mores excommunicatus a presbytero suo, multorum etiam in illa regione debitor factus, et contra ecclesiasticum

vigorem, et contra creditores suos, aliud praesidium non quaesivit, nisi ut abs te iterum plagaretur, et ab ipsis quasi mundissimus amaretur. Iam talem diaconum nostrum, et ipsum a suo presbytero excommunicatum, decessor tuus rebaptizavit, et vestrum diaconum fecit, qui non post multos dies, eorumdem perditorum sicut desideravit commixtus audaciae, et in nocturna aggresione, in medio latrocinio atque incendio suo, subvenientis multitudinis concursu, peremptus est. Hi sunt fructus divisionis huius quam sanare non vultis, sic fugiendo unitatem, quemadmodum fuerat ipsa divisio fugienda; quae per seipsam foeda est, et damnabilis Deo, etsi propter ipsam haec et alia tam horrenda et nefanda non fierent.

Epistola 111.1

Escrita ao fim do ano de 409.

Agostinho consola o presbítero Victorianus para que tolerantemente sejam recebidas as coisas que os bárbaros, invasores da Itália e da Hispânia, traziam aos homens santos e às virgens sagradas. Demonstra que Deus teria permitido aqueles males, que os pagãos davam culpas à religião cristã, para que perante a si traga o martírio fiel a Cristo ao bom [homem]. Refere-se finalmente a que modo seria liberada a neta do sacerdote Severo, sujeita à servidão e demonstra a força imposta às virgens sacras resistentes não ferir a castidade daquelas.

Ao senhor e diletíssimo, desejadíssimo irmão e co-presbítero Victorianus, Agostinho saúda no Senhor.

Tuas palavras encheram com grande dor nosso coração, pelas quais pediste que eu respondesse algumas coisas por meio de uma obra prolongada; quando a tais males, mais são devidos prolongados gemido e lamento, do que livros prolixos devidos. Obviamente o mundo todo é afligido por tantas calamidades, que quase nenhuma parte das terras não seja, onde tais coisas, das quais escreveste, não sejam cometidas e provocadas. Pois há pouco tempo atrás, mesmo naquelas solidões do Egito, onde os irmãos escolhem monastérios separados de todo ruído, como se fossem seguros, são mortos por bárbaros. Já verdadeiramente não julgo ainda esconderem-se de vós as coisas nefárias que nas regiões da Itália e que nas Gálias tenham sido recentemente perpetradas; também sobre todas as províncias nas Hispanias, que por esses males longamente eram vistas intactas, já começaram tais coisas a ser anunciadas. Mas por que vamos tão longe? Eis que na nossa região de Hippona, uma vez que os bárbaros não a tocaram, os latrocínios dos clérigos donatistas e dos circunceliões devastam de tal maneira as igrejas, que talvez as ações dos bárbaros pareçam mais mansas. Pois que bárbaro poderia imaginar isso, que aqueles jogassem cal e vinagre nos olhos de nossos clérigos, dos quais ainda rasgaram os outros membros com horrendos golpes e feridas? Ainda outras casas foram depredadas e incendeiam, pilham os árduos frutos, derramam os húmidos, e a outras coisas ameaçando, ainda muitos impelem a se rebatizar. No dia anterior ao que ditei aquela [carta] a ti, a mim foram anunciadas [terem sido] rebatizadas por terrores desse tipo quarenta e oito almas de um lugar.

111.1;

Scripta extremo a. 409.

A. solatur Victorianum presbyterum ad toleranter accipienda quae barbari, in Italiam Hispaniamque inruentes, inferebant sanetis viris sacrisque virginibus (n. 1). Ostendit cur Deus illa mala, quae ethnici Christianae religioni culpae dabant, permetteret (n. 24), quid boni Christifidelium martyrium prae se ferat (n. 5-6). Refert deinde quo modo liberata sit Severi antistitis neptis quaedam in servitutem redacta ostenditque vim sacris virginibus repugnantibus illatam illarum non obesse castitati (n. 7-9).

DOMINO DILECTISSIMO ET DESIDERANTISSIMO FRATRI ET
COMPRESBYTERO VICTORIANO, AUGUSTINUS, IN DOMINO SALUTEM.

Immanes barbarorum caedes ac vastationes.

1. Litterae tuae impleverunt grandi dolore cor nostrum, quibus petisti ut prolixo opere aliqua responderem; cum talibus malis magis prolixus gemitus et fletus, quam prolixus libri debeantur. Totus quippe mundus tantis affligitur cladibus, ut pene pars nulla terrarum sit, ubi non talia, qualia scripsisti, committantur atque plangantur. Nam ante parvum tempus, etiam in illis solitudinibus Aegypti, ubi monasteria separata ab omni strepitu, quasi secunda delegerant, a barbaris interfecti sunt fratres.

lamvero quae modo in regionibus Italiae, quae in Galliis nefaria perpetrata sint, etiam vos latere non arbitror; de Hispanis quoque tot provinciis, quae ab his malis diu videbantur intactae, coeperunt iam talia nuntiari. Sed quid longe imus? Ecce in regione nostra Hipponensi, quoniam eam barbari non attigerunt, clericorum donatistarum et Circumcellionum latrocinia sic vastant ecclesias, ut barbarorum fortasse facta mitiora sint. Quis enim barbarus excogitare potuit quod isti, ut in oculos clericorum nostrorum calcem et acetum mitterent, quorum membra etiam caetera plagis horrendis vulneribusque sauciarunt? Depraedantur etiam domos aliquas et incendunt, fructus aridos diripiunt, humidos fundunt, et talia caeteris comminando, multos etiam rebaptizari compellunt. Pridie quam ista ad te dictavi, ex uno loco per huiusmodi terrores quadraginta et octo animae mihi rebaptizatae nuntiatae sunt.

Epistola 133.1

Escrita ao fim do ano de 411.

Agostinho [se endereça] ao tribuno Marcelinus, para que puna os donatistas em investigação pelos crimes atrozes contra os presbíteros cristãos aquém da pena capital, de forma que concorde com a mansidão da Igreja, de quem foi enviado em nome da utilidade.

Ao senhor exímio merecedor de mérito e caríssimo filho Marcelinus, Agostinho o saúda no Senhor.

1. Aqueles circunceliões e clérigos do partido de Donato, os quais o cuidado da ordem pública escoltara da [cidade] Hipponense ao julgamento perante os atos deles, pela tua nobreza os depoentes verificastes terem sido confessos inúmeros deles sobre homicídio, porque lincharam Resitutus, um presbítero católico, e também sobre o espancamento de Innocentius, outro presbítero católico, e sobre a extração do olho dele, e do decepamento de um de seus dedos. Daí uma máxima solicitação foi suscitada à mim, para que talvez pela tua Altivez não recomende que eles sejam punidos com tanta severidade das leis, que eles sofram o que infringiram. E portanto, com estas palavras chamo pela tua fé que tem em Cristo, pela misericórdia do mesmo Senhor Cristo, para que isso não façam, nem, de tudo, permita ser feito. Pois, mesmo que pudéssemos encobrir junto à destruição deles, que presentes sejam vistos em exame, não junto aos nossos que acusam, mas indiciações daqueles aos que concernia a vigilância da manutenção da paz pública; ainda não desejamos serem vingados os sofrimentos dos servos de Deus com sofrimentos pares, como se [fosse] uma segunda lei de Talião. Não porque proibamos tomar a licença dos crimes aos homens perversos; mas com isso mais queremos que baste, que vivos e com nenhuma parte mutilada, ou do desassossego insano sejam direcionados ao ócio da sanidade pela coerção das leis, ou que sejam podados de obras malignas de alguém por meio de útil trabalho. Certamente, isso se chama condenação; mas quem não entende mais pronta a expressar benefício do que sofrimento, quando nem seja deixada solta a audácia de enfurecer e nem seja subtraído o remédio do penitenciar.

133.1

Scripta circa exeunte a. 411.

Augustinus Marcellino tribuno, ut Donatistas in quaestione confessos atrociter facinorosi in Catholicos presbyteros puniat citra supplicium capitis, uti congruit Ecclesiae mansuetudini (nn. 1-2), pro cuius utilitate missus erat (n. 3).

DOMINO EXIMIO ET MERITO INSIGNI, ATQUE CARISSIMO FILIO MARCELLINO, AUGUSTINUS, IN DOMINO SALUTEM.

Talionis poenam Donatistis Marcellinus ne exigit.

1. Circumcelliones illos et clericos partis Donati, quos de Hipponensi ad iudicium pro factis eorum publicae disciplinae cura deduxerat, a tua Nobilitate comperi auditos, et plurimos eorum de homicidio quod in Restitutum, catholicum presbyterum commiserunt, et de caede Innocentii, alterius catholici presbyteri, atque de oculo eius effosso, et de digito praeciso fuisse confessos. Unde mihi sollicitudo maxima incussa est, ne forte Sublimitas tua censeat eos tanta legum severitate plectendos, ut qualia fecerunt, talia patiantur. Ideoque his litteris obtestor fidem tuam quam habes in Christo, per ipsius Domini Christi misericordiam, ut hoc nec facias, nec fieri omnino permittas. Quamvis enim ab eorum interitu dissimulare possemus, qui non accusantibus nostris, sed illorum Notoria ad quos tuendae publicae pacis vigilantia pertinebat, praesentati videantur examini; nolumus tamen passiones

servorum Dei, quasi vice talionis, paribus suppliciis vindicari. Non quo scelestis hominibus licentiam facinorum prohibeamus auferri; sed hoc magis sufficere volumus ut vivi et nulla corporis parte truncati, vel ab inquietudine insana ad sanitatis otium legum coercitione dirigantur, vel a malignis operibus alicui utili operi deputentur. Vocatur quidem et ista damnatio; sed quis non intellegat magis beneficium quam supplicium nuncupandum, ubi nec saeviendi relaxetur audacia, nec poenitendi subtrahatur medicina?

Epistola 134.2

Escrita por volta do fim do ano de 411.

Agostinho implora ao procônsul Apringius, para que puna mais suavemente os circunceliões pelas atrocidades nos confessores católicos do que mereçam, por onde a memória da mansidão eclesiástica e cristã se arrependa junto a si [mesma] pelos réus dos cumpridores das perversidades.

Agostinho ao senhor notável e com sublime mérito e excelentíssimo filho Apringius.

134.2 A preocupação daqueles que servem à disciplina pública, com o indiciamento avançado, conduziu certos circunceliões e clérigos donatistas através dos julgamentos e leis. Quando aqueles foram ouvidos por um homem preclaríssimo e tribuno Notável (spectabili) e secretário, teu irmão, meu filho Marcellinus, não aos suplícios das garras e das chamas, mas à coerção dos porretes, confessaram perpetrados por eles crimes horrendos contra meus irmãos e colegas presbíteros; porque certamente um deles apartado trucidaram, outro raptado de sua casa, com o olho arrancado e o dedo decepado, mutilaram. Quando descobrisse terem sido aqueles confessos destas coisas, e porque minimamente duvidasse ser sob juízo da tua segurança ser advindos, essas palavras apressei para tua Nobreza, com as quais oro e imploro pela misericórdia de Cristo, de forma que a respeito de tua maior e mais certa felicidade alegremo-nos, para que coisas iguais não sejam a eles retribuídas; embora as leis punindo não possam, com pedras golpeadas o dedo cortar e olho arrancar, quando aqueles puderam se enfurecendo. Daí eu estou seguro a respeito daqueles que confessaram isso ter feito, porque não retornarão essa vicissitude; mas temo que ou os mesmos, ou aqueles dos quais o homicídio foi escancarado, sejam condenados (multados) pela sentença de teu poder, cristão, rogo ao juiz e, bispo, advirto ao cristão que isso não faça.

134.2;

Scripta circa exeunte a. 411.

Augustinus Apringium proconsulem obsecrat ut Circumcelliones atrocita in Catholicos confessos mitius puniat quam mereant (nn. 1-2) memor Ecclesiasticae christianaeque mansuetudinis qua reos scelerum a se patratorem poeniteat (nn. 34).

DOMINO INSIGNI ET MERITO SUBLIMI, AC PRAESTANTISSIMO FILIO APRINGIO, AUGUSTINUS.

Capitali poena ne scelerati quidem plectendi.

2. Circumcelliones quosdam et clericos donatistas, cura eorum qui disciplinae publicae inserviunt, praemissa Notoria, ad iudicia legesque perduxit. Hi cum audirentur a viro clarissimo et spectabili tribuno et notario fratre tuo, filio meo Marcellino, non tormentis unguarum atque flammaram, sed virgarum coerciti, horrenda facinora in fratres et compresbyteros meos a se perpetrata confessi sunt; quod scilicet unum eorum exceptum insidiis trucidaverunt, alterum e domo raptum, oculo effosso digitoque amputato truncaverunt. Haec cum comperissem illos fuisse confessos, ideoque minime dubitarem sub iura tuae securis esse venturos, has ad tuam Nobilitatem litteras acceleravi, quibus deprecor, et per misericordiam Christi obsecro, sic de tua maiore atque certiore felicitate gaudeamus, ut eis paria non retribuatur; quamquam lapidis ictibus digitum praecidere oculumque convellere leges puniendo non possint, quod isti saeviendo potuerunt. Unde securus sum de iis qui hoc se fecisse confessi sunt, quod hanc vicissitudinem non reportabunt; sed ne vel ipsi, vel illi quorum homicidium patefactum est, per tuae potestatis sententiam multentur, hoc timeo, hoc ne fiat et christianus iudicem rogo, et christianum episcopum moneo.

Epistola 185. (12, 15, 25-27,30,41)

Livro sobre a correção dos Donatistas

Escrita por volta do ano de 417.

Agostinho a Bonifácio, tribuno da África (*comes* posteriormente, como a partir da Epístola 220), que demonstra: nada ter em comum com a heresia ariana a dos donatistas, nascida a pretexto da eleição de Ceciliano bispo de Cartago; ineptamente reclamarem os donatistas da perseguição das leis, já que primeiro teriam perseguido Ceciliano, e, portanto, não podem se dizer mártires; terem sido certamente salutares as leis levadas contra os donatistas, porque muitos deles teriam retornado à Igreja; terem sido reprimidos pela coerção da lei os crimes atrozes dos donatistas, ainda em ocasião cumprida da separação dos Maximianistas; ser a verdadeira religião dos magistrados proteger a segurança dos católicos também por meio da invocação da força, além disso ter se mudado a opinião anterior sobre os delitos dos donatistas considerados selvagens (nos quais ser recolhida uma morte horrenda pelo Maximianus, bispo católico), com o exemplo do apóstolo Paulo e também com a utilidade das leis dos imperadores contra hereges; a quem pertenceriam os bens da igreja e com que sentido deveria ser aceita a justiça ou justificação que referir-se-ia aos membros singulares de Cristo assim como ao corpo todo dele; com quanta solicitude a igreja chamaria de volta os hereges e que se cerca dos que se revertem a ela; ensina o pecado no Espírito Santo da rejeição da graça ser contido pela vontade obstinada.

Agostinho a Bonifácio

185.12 (3) Porém, os que não conhecem os costumes daqueles, julgam eles agora matarem a si mesmos, quando da insaníssima dominação deles, pela ocasião daquelas leis que foram constituídas em nome da unidade, tantas pessoas são libertas. Além disso, os que sabem o que eles se acostumaram a fazer, antes das mesmas leis, pelas mortes deles não surpreendem, mas relembram os costumes deles; extremamente, quando até então houvera o culto dos ídolos, vinham imensas batalhões de turbas às numerosíssimas solenidades dos pagãos, não para que quebrassem ídolos, mas para que fossem mortos pelos cultistas dos ídolos. Pois, se quisessem fazer aquilo por meio de um poder legítimo aceito, se aquilo se partisse pelas mãos deles, poderiam ter qualquer sombra do nome de mártires; mas a esse só vinham para que, com os ídolos [deixados] inteiros, os mesmos fossem mortos: pois cada um dos valentíssimos jovens indivíduos cultistas de ídolos, acostumaram-se a dedicar aos mesmos ídolos quantos que matassem. Ainda certos para serem trucidados se impunham a viajantes, prontos a correrem em até a eles, terrivelmente ameaçadores, a não ser que por eles fossem mortos. E às vezes violentamente extorquiam dos juízes transeuntes que fossem golpeados pelos executores ou por um magistrado. De onde certo sujeito é reportado ter iludido aqueles, de forma que os ordenaria serem amarrados e abandonados tal como para serem espancados, e, portanto, ileso e não ensanguentado evadiria o ímpeto deles. Já verdadeiramente fora um jogo para eles matar a si mesmos pelos precipícios abruptos e pelas águas e chamas. De fato, o diabo ensinou esses três tipos de morte a eles, para que desejosos de morrer, quando não descobrissem quem amedrontar de forma que fossem feridos pelo seu gládio, se arremessariam contra pedras, ou se dariam aos fogos e aos abismos marítimos. Porém, quem deve ser confiado ter ensinado essas a eles, possuindo o coração deles, se não aquele que sugeriu, como se a partir da Lei, ao nosso Salvador, para que se jogasse dos pináculos do templo? De quem a sugestão a si certamente proibiriam se portassem Cristo professor no coração. Mas porque em si deram lugar mais ao diabo, ou assim morrem como aquele rebanho de porcos, que uma turba de demônios dispôs da montanha ao mar, ou raptados por aqueles mortos e coletados pelo pio regato da mãe Católica, dessa forma seriam libertos, como foi liberto pelo Senhor quem o pai dele ofereceu para ser curado do demônio, dizendo que se acostumara ora cair na água, ora no fogo.

185.15 (4) E de fato antes que aquelas leis [contra os donatistas] fossem promulgadas pelos imperadores, crescia paulatinamente o ensinamento da paz e da unidade de Cristo, e cada um que, do mesmo modo, aprendia com isso, desejava, podia e transitava para fora daquela mesma parte; mesmo quando ainda grupos dementíssimos de homens perdidos perturbavam a tranquilidade em diversas situações entre aqueles [donatistas]. Que senhor não foi compelido a temer seu escravo, se ele²⁹⁰ tivesse fugido em direção ao patrocínio daqueles? Quem ao menos ousava ameaçar aos destruidores? Ou aos instigadores? Quem podia expulsar o consumidor das despensas, todo e qualquer devedor, que demandavam aqueles [grupos dementíssimos] auxílio e defesa? Com o temor dos porretes e dos incêndios bem como da morte presente, quando os livres se retirassem, as tábuas de registro dos péssimos escravos seriam quebradas. Anotações de extorsões eram devolvidas pelos devedores [aos credores]. Quaisquer que tivessem desprezado as palavras duras daqueles, por chicotes mais duros eram compelidos a fazer o que ordenassem. As casas dos

²⁹⁰ O senhor ou o escravo?

inocentes que os ofendessem, ou ao solo tombariam, ou pelo fogo queimariam. Certos homens de bem (*pater familias*), nascidos em lugar nobre e educados por generosa educação, apenas vivos foram levados após os ataques deles, e ao moinho presos para conduzir sua rotação, e tais quais jumentos desprezíveis foram impelidos pelo vergão. Pois o que valeu algum auxílio pelos poderes civis a partir de leis contra eles? Que oficial respirou em presença deles? Que cobrador de impostos arrecadou aquilo que aqueles não quisessem? Quem tentou vingar os que foram extintos pelos ataques deles, a não ser aquilo que a própria insanidade demandava punições a partir deles [mesmos], quando uns provocavam os gládios dos homens em si, para que fossem feridos por eles, os quais aterrorizavam com [a ameaça de] morte, outros se arremessavam em mortes voluntárias por toda a parte: pelos vários precipícios, outros pelas águas, outros pelas chamas, e com suplícios a si infligidos jogavam as almas bestiais fora de si?

185.25 (7)

No entanto, anteriormente a aquelas leis terem disso enviadas à África, com as quais foram coagidos a entrar no santo convívio, por não poucos irmãos era visto, dentre os quais eu estava, que embora a loucura dos donatistas enraivecia em toda a parte, não devendo ser pedido dos imperadores que ordenassem a mesma heresia não [mais] existir totalmente, estabelecendo punição a aqueles que quisessem estar nela; mas antes constituiriam isso: que aqueles que a verdade católica lendo [as Escrituras] determinassem e discursando predicassem não sofressem as violências furiosas deles. O que desse modo, se a lei de memória piíssima de Teodósio, quando promulgou em geral contra todos os hereges: *que quem quer que bispo ou clérigo deles descoberto seja em qualquer parte, fosse multado em dez libras de ouro*, assim confirmassem mais expressamente contra os donatistas, que se negavam hereges, julgávamos poder até certo ponto ser feito, de forma que não todos fossem feridos por essa multa, mas naquelas regiões deles nas quais a Igreja Católica sofresse algumas violências pelas mãos dos clérigos, Circunceliões ou pessoas deles: para que certamente após os protestos dos católicos que aquelas suportaram, os bispos ou outros ministros fossem retidos pelo cuidado das ordens para pagar a multa. Pois assim estimávamos a eles amedrontados e ousando nada fazer de tais coisas, poder livremente a verdade católica ser ensinada e mantida, de maneira que ninguém fosse coagido a ela, mas os que a quisessem, sem temor a seguissem, para que não tivéssemos católicos falsos e simuladores. E, contudo, outra coisa seria vista por outros irmãos, já mais avançados em idade, que se ocupavam de fato com o exemplo de muitas cidades e lugares, nos quais víamos uma igreja católica firme e verdadeira, que lá teria sido ainda constituída e confirmada por tais benefícios de Deus, enquanto os homens teriam sido coagidos à comunhão católica pelas leis dos imperadores mais antigos; porém, obtivemos aquilo que antes eu disse que preferivelmente fosse pedido dos imperadores: foi decretado no nosso concílio e delegados enviados à Corte Imperial.

185.26 (7)

Mas a misericórdia maior de Deus, que saberia o terror dessas leis e o quão seria necessária certa moléstia medicinal às almas corruptas ou frigiditas de muitos e àquela dureza que não pode ser emendada por meio de palavras, mas ainda um pouco de disciplina com severidade pode, fez isso de forma que os nossos delegados não poderiam obter a razão pela qual assumiram [ser delegados]. Pois já, a partir de outros lugares, certas reclamações gravíssimas dos bispos preveniram-nos, que muitos males foram suportados pelos mesmos, e [também] expulsos de suas sedes pelos seus; principalmente por causa da horrenda e incrível surra dada no bispo católico da Igreja de Bagaia, Maximianus, nossa delegação não teria o que pedia. Com efeito, já fora a lei promulgada, para que a heresia de tanta desumanidade dos donatistas, à qual ser poupada era visto ser mais cruel do que quando a mesma se enfurecia, não fosse permitida, nem tanto ser violenta, mas ser impune de tudo: não ainda por meio da pena capital, porque mesmo a mansidão cristã havendo de ser conservada em volta de indignos, mas com condenações pecuniárias propostas e o estabelecimento de exílio para os bispos e ministros deles.

185.27 (7) O bispo de Bagaia acima citado, claro, porque obteve, perante um juiz ordinário, por meio da sentença dita entre as partes, a basílica, a qual, quando teria sido católica, aqueles invadiram, com horrendo ímpeto e furor cruel irrompendo contra o altar imóvel, espancaram com bastões, dardos de todo tipo e finalmente com madeiras selvagememente arrancadas do mesmo altar; golpearam ainda com um punhal na virilha; ferida pela qual o fluxo de sangue o entregaria morto, se a maior selvageria daqueles não beneficiasse a ele com a vida. Pois quando teriam o arrastado gravemente ferido por sobre a terra, a poeira encerrada segurou o sangue na veia que transbordava,

da qual com a efusão caminhava para a morte. Então quando finalmente foi solto por eles, os nossos com salmos [sendo cantados] tentaram levar, aqueles acesos pela ira mais ardente, tomaram ele das mãos dos carregadores, com os católicos violentamente punidos e postos em fuga, os quais [aqueles] superavam com uma multidão enorme e se enfurecendo aterrorizavam facilmente. E suspenso em certa torre, já eles julgando ele ter morrido quando até então vivia, dali o arremessaram. Mas recebido por certo monte de entulho mole, e através da candeia visto a noite por alguns transeuntes, ele foi reconhecido, recolhido e transportado à casa religiosa, com grande cura empregada, foi restaurado daquele desespero depois de muitos dias: porém a perversa fama dos donatistas anunciara mesmo além mar ele ter sido morto. Lugar ao qual posteriormente quando foi, e apareceu com sua vida inesperada, com cicatrizes suas tão várias, tão grandes, tão recentes, mostrou não ter em vão a fama anunciado ele morto.

185.30 (7)

E assim com uma grande procissão de pessoas a verdadeira mãe contente receberia no seio, mas permaneceram turbas duras e persistentes naquela doença com animosidade infeliz. Dentre estes também muitos comungaram dissimulando. Mas aqueles que fingiam, paulatinamente acostumando-se e ouvindo o ensinamento da verdade, especialmente após a conferência e debate que aconteceu em Cartago entre nós e os bispos deles, foram corrigidos em grande parte. Certamente em certos lugares isso foi trabalhado por um tempo mais longo, onde uma multidão mais pertinaz e revoltosa permaneceu, aos quais não puderam resistir os poucos dos quais a opinião a respeito da comunhão era melhor, ou [onde] pela autoridade de poucos poderosos as turbas já mencionadas se submeteram ao mau partido. Dentre estes existem [os lugares] nos quais se trabalha até agora, num trabalho em que católicos, especialmente os bispos e clérigos, sofreram muitas coisas árduas e horrendas, as quais rememorar é tedioso; quando os olhos de uns foram arrancados e à certa mão e língua do bispo que foram decepadas; não poucos ainda foram trucidados. Silêncio a respeito dos cruéis linchamentos e depredações de casas, por meios de agressões e incêndios noturnos, não só contra habitações privadas, mas mesmo contra igrejas; e não faltaram aqueles que nas chamas quais jogariam os Livros do senhor.

185.35 (9)

Que, porém, objetam contra nós que as coisas deles desejaríamos e tomaríamos; mas se fossem católicos, na paz da e caridade conosco não só as suas coisas possuiriam, mas também as nossas! Porém são cegados pelo desejo de caluniar até o ponto em que não percebam o quanto as coisas que falam sejam contrárias entre si. Certamente os próprios dizem e invejosamente parecem reclamar a si mesmos que, pela ordem violenta das leis, os constrangemos para nossa comunhão; seguramente de modo algum faríamos isso quiséssemos possuir se as coisas deles. Que avaro busca posse compartilhada? Quem, inflamado pela cobiça de dominar, ou tomado pelo orgulho da dominação deseja um consorte? Certamente percebem de que modo os mesmos outrora seus, agora nossos associados e conjuntos a nós em fraterna dileção, mantenham suas coisas, não só as que tinham, mas ainda as nossas que não tinham: que ainda se somos companheiros pobres dos pobres, as coisas são nossas e daqueles; se, porém, possuímos coisas que privadamente seriam suficientes para nós, aquelas coisas não são nossas, mas dos pobres, dos quais a procuração dos pobres administramos de certo modo, não reivindicamos para nós por uma condenável usurpação a propriedade.

185.36 (9)

Portanto o que quer que era possuído em nome da Igrejas do partido de Donato, os imperadores cristãos pelas leis religiosas ordenaram contra as mesmas igrejas transportar para à Igreja Católica. Uma vez que, portanto, estejam conosco os pobres das mesmas igrejas que são nutridos pelas mesmas pequenas posses, é preferível que os mesmos [donatistas] postos fora das portas [das igrejas] deixem de ansiar outras coisas; mas que entrem na sociedade da unidade, para que governemos paritariamente, não aquelas coisas que tanto dizem suas, mas verdadeiramente as que são ditas também nossas. Pois foi escrito nos Atos dos Apóstolos: *Todas as coisas são vossas, porém, vós sois de Cristo e Cristo, porém, é de Deus*. Sob aquela cabeça, no corpo uno dele, somos um e a partir daquelas tais coisas façamos o que foi escrito nos Atos dos Apóstolos: *Havia neles uma única alma e um único coração; e ninguém dizia algo ser propriedade sua, pois todas as coisas eram comunais para eles*. Amemos o que cantamos: *eis quão bom e quão agradável irmãos conviverem como um!* Para que assim seja vivenciado e que saibam quão verdadeiramente a Mãe Católica clamaria por eles, pois o beato Apóstolo escreveu aos Coríntios: *não procuro pelas coisas que são vossas, mas procuro por vós*.

185.41 (9)

E a partir daquilo que foi escrito a respeito do dia do julgamento: “*Então resistirão os justos com grande constância contra aqueles que os oprimiram e levaram os trabalhos deles*”, certamente não deve ser entendido dessa forma: pois Canãa resistirá contra Israel, desde que Israel tenha tomado os trabalhos de Canãa, mas [assim]: Nabot resistirá contra Achab, uma vez que Achab tomou os trabalhos de Nabot, porque Canãa é ímpio, Nabot é justo. Pelo mesmo modo, o pagão não resistirá contra o cristão que tomou trabalhos dele, quando os templos foram espoliados dos ídolos ou destruídos, quando as leis dos imperadores católicos prevaleceram; mas o católico resistirá contra o herege que tomou os trabalhos dele, quando prevaleciam os furores dos ímpios circunceliões. Certamente a mesma Sagrada Escritura resolve a questão, a qual não disse: *Então os homens resistirão*, mas diz: *então os justos resistirão*, e portanto com *grande constância*, uma vez que com boa consciência.

185;

DE CORRECTIONE DONATISTARUM LIBER

Scripta versus a. 417.

A. Bonifacio, Africae tribuno (postea comiti, ut ex Ep. 220) commonstrans nil commune cum Ariana habere Donatistarum haeresim (nn. 1-3), ortam praetextu electionis Caeciliani, Carthaginensis episcopi (nn. 4-5); inepte legum persecutionem queri Donatistas, qui primi Caecilianum persecuti sint, idcirco martyres dici non posse (nn. 6-11); salubres vero fuisse leges contra Donatistas latas quae eorum plurimos ad Ecclesiam revocaverint (nn. 12-14); Donatistarum atrocissima facinora, etiam occasione Maximianistarum discidii patrata, legum coercionem reprimenda esse (nn. 15-18); magistratuum esse veram religionem tutari Catholicorumque incolumitatem vi quoque adhibita (nn. 19-24) se autem mutasse priorem sententiam consideratis efferatis Donatistarum delictis (in quibus Maximiani, catholici episcopi, horrenda recolitur caedes), exemplo Pauli Apostoli atque imperatorum legum contra haereticos utilitate (nn. 25-34); ad quos Ecclesiae bona pertineant et quo sensu accipienda sit iustitia vel iustificatio quod attinet ad singula Christi membra atque ad totum eius corpus (nn. 35-42); quanta sollicitudine haereticos Ecclesia revocet et ad se revertentes amplectatur (nn. 43-47); peccatum in Spiritum Sanctum obstinata gratiae reiiciendae voluntate contineri docet (nn. 48-51).

AUGUSTINUS BONIFACIO

12,

Sceleratus Donatistarum furor.

3. 12. Qui autem nesciunt consuetudinem illorum, putant eos modo seipsos occidere, quando ab eorum insanissima dominatione, per occasionem legum istarum quae pro unitate sunt constitutae, tanti populi liberantur. Qui autem sciunt et ante ipsas leges quid facere soleant, non eorum mirantur mortes, sed recordantur mores; maxime quando adhuc cultus fuerat idolorum, ad Paganorum celeberrimas solemnitates ingentia turbarum agmina veniebant, non ut idola frangerent, sed ut interficerentur a cultoribus idolorum. Nam illud si accepta legitima potestate facere vellent, si quid eis accidisset, possent habere qualemcumque umbram nominis martyrum; sed ad hoc solum veniebant, ut integris idolis ipsi perimerentur: nam singuli quique valentissimi iuvenes cultores idolorum, quis quot occideret ipsis idolis vovere consueverant. Quidam etiam se trucidandos armatis viatoribus ingerebant, percussuros eos se, nisi ab eis perimerentur, terribiliter comminantes. Nonnumquam et a iudicibus transeuntibus extorquebant violenter, ut a carnificibus vel ab officio ferirentur. Unde quidam illos sic illuisse perhibetur, ut eos tamquam percutiendos ligari et dimitti iuberet, atque ita eorum impetum incruentus et illaesus evaderet. Iamvero per abrupta praecipitia, per aquas et flammas occidere seipsos, quotidianus illis ludus fuit. Haec enim eos tria mortis genera diabolus docuit, ut mori volentes, quando non inveniebant quem terrerent, ut eius gladio ferirentur, per saxa se mitterent, aut ignibus gurgitibusque donarent. Quis autem illos haec docuisse credendus est, possidens cor eorum, nisi ille qui et Salvatori nostro, ut se de pinna templi praecipitaret, tamquam de Lege suggessit? Cuius suggestionem a se utique prohiberent, si magistrum Christum in corde portarent. Sed quia in se diabolus potius dederunt locum, aut sic pereunt quemadmodum grex ille porcorum, quem de monte in mare turba daemonum deiecit; aut illis mortibus erepti, et pio matris Catholicae gremio collecti, ita liberantur, quemadmodum est a Domino liberatus, quem pater eius a daemonio sanandum obtulit, dicens quod aliquando cadere in aquam, aliquando in ignem soleret.

4. 15. Et prius quidem quam istae leges a catholicis imperatoribus mitterentur, pacis atque unitatis Christi paulatim doctrina crescebat, et in eam quisque sicut discebat, et volebat, et poterat, ex ipsa parte transibat; cum tamen apud illos perditorum hominum dementissimi greges in diversis causis quietem innocentium perturbarent. Quis non dominus servum suum timere compulsus est, si ad illorum patrocinium confugisset? quis eversori minari saltem audebat? aut auctori? Quis consumptorem apothecarum, quis quemlibet poterat exigere debitorem, auxilium eorum defensionemque poscentem? Timore fustium et incendiorum mortisque praesentis, pessimorum servorum, ut liberi abscederent, tabulae frangebantur. Extorta debitoribus chirographa reddebantur. Quicumque dura illorum verba contempserant, durioribus verberibus, quod iubebant, facere cogeantur. Innocentium qui eos offenderant, domus aut deponebantur ad solum, aut ignibus cremabantur. Quidam patresfamilias honesto loco nati, et generoso cultu educati, vix vivi post eorum caedes ablati sunt, vel vincti ad molam, et eam in gyrum ducere, tamquam iumenta contemptibilia, verberare adacti sunt. Quod enim de legibus auxilium a civilibus potestatibus adversus eos aliquid valuit? quis in praesentia eorum officialis anhelavit? quis, quod illi nolissent, exactor exegit? quis eos qui eorum caedibus extincti sunt, vindicare tentavit, nisi quod propria de illis poenas poscebat insania, cum alii provocandis in se gladiis hominum, quos, ut ab eis ferirentur, morte terrebant, alii per varia praecipitia, alii per aquas, alii per ignes se in mortes voluntarias usquequaque mittebant, et animas ferale a se sibi illatis suppliciiis proiciebant?

25-27,

Quid antea A. senserit de poenis contra Donatistas.

7. 25. Verumtamen antequam istae leges quibus ad convivium sanctum coguntur intrare, in Africam mitterentur, nonnullis fratribus videbatur, in quibus et ego eram, quamvis Donatistarum rabies usquequaque saeviret, non esse petendum ab imperatoribus ut ipsam haeresim iuberent omnino non esse, poenam constituendo eis qui in illa esse voluissent; sed hoc potius constituerent, ut eorum furiosas violentias non paterentur qui veritatem catholicam vel praedicarent loquendo, vel legerent constituendo. Quod eo modo fieri aliquatenus posse arbitrabamur, si legem piissimae memoriae Theodosii, quam generaliter in omnes haereticos promulgavit: *Ut quisquis eorum episcopus vel clericus ubilibet esset inventus, decem libris auri multaretur*, expressius in Donatistas, qui se negabant haereticos, ita confirmarent, ut non omnes ea multa ferirentur, sed in quorum regionibus aliquas violentias a clericis, vel a Circumcellionibus, vel populis eorum, Ecclesia catholica pateretur: ut scilicet post protestationem Catholicorum qui fuissent ista perpessi, iam cura ordinum ad persolvendam multam episcopi sive ministri caeteri tenerentur. Ita enim existimabamus eis territis, et nihil tale facere audentibus, posse libere doceri et teneri catholicam veritatem, ut ad eam cogeretur nemo, sed eam qui vellet, sine formidine sequeretur, ne falsos et simulatores catholicos haberemus. Et quamvis aliis fratribus aliud videretur, iam aetate gravioribus, vel multarum civitatum et locorum exempla curantibus, ubi firmam et veram catholicam videbamus, quae tamen ibi talibus beneficiis Dei constituta esset atque firmata, dum per priorum imperatorum leges ad communionem homines catholicam cogerentur; obtinuimus tamen ut illud potius quod dixi, ab imperatoribus peteretur: decretum est in concilio nostro, legati ad Comitatum missi sunt.

7. 26. Sed Dei maior misericordia, qui sciret harum legum terror et quaedam medicinalis molestia quam multorum esset pravis vel frigidis animis necessaria, et illi duritiae quae verbis emendari non potest, sed tamen aliquantula severitate disciplinae potest, id egit ut legati nostri quod susceperant, obtinere non possent. Iam enim nos praeveniant ex aliis locis quaedam episcoporum querelae gravissimae, qui mala fuerant ab ipsis multa perpessi, et a suis sedibus exturbati; praecipue horrenda et incredibilis caedes Maximiani episcopi catholici Ecclesiae Bagaiensis effecit ut nostra legatio iam quid ageret non haberet. Iam enim lex fuerat promulgata, ut tantae immanitatis haeresis Donatistarum, cui crudelius parci videbatur quam ipsa saeviebat, non tantum violenta esse, sed omnino esse non sineretur impune: non tamen supplicio capitali, propter servandam etiam circa indignos mansuetudinem christianam, sed pecuniariis damnis propositis, et in episcopos vel ministros eorum exsilio constituto.

Maximianus, catholicus episcopus, horrende a Donatistis caesus.

7. 27. Supradictum quippe episcopum Bagaiensem, quoniam apud ordinarium iudicem, dicta inter partes sententia, obtinuerat basilicam, quam illi, cum catholica esset, invaserant, stantem ad altare irruentes horrendo impetu et furore crudeli, fustibus et cuiuscemodi telis, lignis denique eiusdem altaris effracti immaniter ceciderunt; pugione etiam percusserunt in inguine; quo vulnere sanguis effluens eum exanimem redderet, nisi ei ad vitam maior saevitia eorum profuisset. Nam cum graviter sauciatum per terram insuper traherent, exundanti venae pulvis obstrusus sanguinem abstinuit, cuius

effusione ibat in mortem. Deinde cum ab eis tandem relictum, nostri cum psalmis auferre tentarent, illi ira ardentiore succensi, eum de portantium manibus abstulerunt, male multatis fugatisque Catholicis, quos ingenti multitudine superabant, et facile saeviendo terrebant. Inde in quamdam turrem levatum, iam defecisse arbitantes, cum ille adhuc viveret, abiecerunt. Sed quodam molli aggere exceptus, et a quibusdam nocte transeuntibus per lucernam conspectus, agnitus atque collectus, et ad religiosam domum apportatus, adhibita magna cura, post multos dies ab illa desperatione recreatus est: occisum eum tamen fama scelere Donatistarum etiam trans mare nuntiaverat; quo posteaquam venit, et vita eius inopinatissima apparuit, cicatricibus, suis tam multis, tam ingentibus, tam recentibus, non frustra famam mortuum se nuntiasse monstravit.

30,

Haereticorum animos varie affecerunt Imperatorum leges.

7. 30. Ita cum magna agmina populorum vera mater in sinum gaudens reciperet, remanserunt turbae durae, et in illa peste infelici animositate sistentes. Ex his quoque plurimi simulando communicaverunt, alii paucitate latuerunt. Sed illi qui simulabant, paulatim assuescendo et praedicationem veritatis audiendo, maxime post collationem et disputationem quae inter nos et episcopos eorum apud Carthaginem fuit, ex magna parte correcti sunt. In quibusdam vero locis, ubi pertinacior et impacatior praevaluit multitudo, cui resistere non poterant pauciores quorum erat melior de communione sententia, aut turbae auctoritati paucorum potentiorum subditae in malam partem obtemperarunt, aliquanto diutius laboratum est. Ex his sunt in quibus adhuc laboratur, in quo labore multa Catholici, et maxime episcopi et clerici horrenda et dura perpassi sunt, quae commemorare longum est; quando quorundam et oculi exstincti sunt, et cuiusdam episcopi manus et lingua praecisa est; nonnulli etiam trucidati sunt. Taceo crudelissimas caedes, et domorum depraedationes, per nocturnas aggressiones et incendia, non solum privatorum habitaculorum, verum etiam ecclesiarum; in quas flammis non defuerunt qui et Codices dominicos mitterent.

Haereticos minime coartari violento imperio.

9. 35. Quod autem nobis obiciunt, quod res eorum concupiscamus et auferamus; utinam catholici fiant, et non solum quae dicunt sua, sed etiam nostra, in pace nobiscum et caritate possideant! Usque adeo autem calumniandi cupiditate caecantur, ut non attendant quam sint inter se contraria quae loquuntur. Ipsi certe dicunt, et invidiosissime sibi conqueri videntur quod eos in nostram communionem violento legum imperio coarctamus: hoc utique nullo modo faceremus, si res eorum possidere vellemus. Quis avarus quaerit compossessorem? quis dominandi cupiditate inflammatus, vel fastu dominationis elatus desiderat habere consortem? Ipsos certe attendant quondam suos, iam nostros socios et fraterna nobis dilectione coniunctos, quemadmodum sua teneant, non solum quae habebant, sed etiam nostra quae non habebant: quae tamen, si pauperum compauperes sumus, et nostra sunt et illorum; si autem privatim quae nobis sufficiant, possidemus, non sunt illa nostra, sed pauperum quorum procuracionem quodammodo gerimus, non proprietatem nobis usurpatione damnabili vindicamus.

Qui sint bonorum Ecclesiae participes.

9. 36. Quidquid ergo nomine Ecclesiarum partis Donati possidebatur, christiani imperatores legibus religiosis cum ipsis Ecclesiis ad Catholicam transire iusserunt. Cum ergo nobiscum sint earumdem Ecclesiarum pauperes qui eisdem possessiunculis alebantur, ipsi potius foris positi desinant concupiscere aliena; sed intrent in unitatis societatem, ut pariter gubernemus, non illa tantum quae dicunt sua, verum etiam quae dicuntur et nostra. Scriptum est enim: *Omnia vestra sunt; vos autem Christi; Christus autem Dei*. Sub illo capite, in uno eius corpore unum simus, et de istis talibus rebus faciamus quod scriptum est in Actibus Apostolorum: *Erat illis anima una et cor unum; et nemo dicebat aliquid proprium, sed erant illis omnia communia*. Amemus quod cantamus: *Ecce quam bonum et quam iucundum, habitare fratres in unum!* ut sic experiantur et sciant quam veraciter ad eos clamet mater Catholica quod scribit beatus Apostolus ad Corinthios: *Non quaero quae sunt vestra, sed vos*.

Non stabit haereticus adversus catholicum.

9. 41. Unde et illud quod de die iudicii scriptum est: *Tunc stabunt iusti in magna constantia adversus eos qui se angustiaverunt, et abstulerunt labores eorum*, non utique sic intellegendum est, quia stabit Chananaeus adversus Israel, cum Chananaei abstulerit labores Israel; sed stabit Nabuthaeus

adversus Achab, quoniam labores Nabuthaei abstulit Achab: Chananaeus quippe impius, Nabuthaeus iustus. Eodem modo, non stabit paganus adversus christianum qui abstulit labores eius, quando idolorum exspoliata vel diruta sunt templa; sed stabit christianus adversus paganus qui abstulit labores eius, quando martyrum strata sunt corpora. Sic ergo, non stabit haereticus adversus catholicum qui abstulit labores eius, quando praevaluerunt leges catholicorum imperatorum; sed stabit catholicus adversus haereticum qui abstulit labores eius, quando furores praevalebant impiorum Circumcellionum. Ipsa quippe Scriptura solvit quaestionem, quae non ait: "Tunc stabunt homines", sed: *Tunc stabunt iusti*: et ideo in *magna constantia*, quia in bona conscientia.

Contra Gaudêncio

I.(28)32

Palavras da Epístola: "Como é possível que exista essa perseguição, diz, que oprimiu tantos milhares de mártires inocentes até a morte? Pois cristãos, que segundo o evangelho estão prontos no espírito, mas enfermos na carne, com o atalho das fornalhas descoberto, suas almas foram retiradas da contaminação sacrílega, imitando o exemplo do presbítero Razias nos livros dos Macabeus; e não temiam em vão. Pois cada um que caísse na mão deles, não escapava. Mas que façam o quanto quiserem; porque é certo que não podem ser de Deus os que agem contra Deus."

A essas respondo: em tudo, confesse publicamente e veridicamente qual perseguição vós sofreis. Pois é a mesma a respeito da qual eu já disse, que foi evidentemente e satisfatoriamente expressa nas Santas Escrituras sobre certos ímpios, sobre os quais foi dito que sofrem a perseguição por causa de suas próprias ações: o que de fato pode-se dizer de vós convenientemente, mesmo se a mão de outros vos trucidassem por causa de vossas ações sacrílegas. Pois quaisquer homens ou bandidos réus de crimes capitais, quando são punidos por justas leis, não hão de dizer que sofrem de perseguição, se não de suas próprias ações. Mas agora com a mansidão cristã claramente poupando a vós, assim vossa demência se exalta dentro de vós, de forma que da mesma forma digas, que resgateis vossas almas "com atalho das fornalhas descoberto", de todo modo, máxima é a impudência se negais sofrerem vós a perseguição de vós mesmos; quando vós preencheis ambas coisas, e de onde justamente pereçais, porque pereceis. Mas assim dizes serem tantos milhares de homens que assim o fazem, como se ainda não seja essa uma pequena coisa, porque, desse modo, a África é libertada de vosso magistério. Pois é deles o tipo de homens aos quais podeis persuadir nesse mal, que se acostumaram a fazer essas coisas anteriormente, quando fervia maximamente a licenciosidade da idolatria em toda parte, quando se lançavam contra aquelas armas dos pagãos frequentadores de seus festivais. Porém, os jovens pagãos dedicavam aos seus ídolos quantos matassem: mas em bandos daqui e dali confluente àqueles, tanto quanto, à maneira de imensas bestas, se arremessavam às lanças opostas pelos caçadores no anfiteatro, enfurecidos morriam, e apodrecendo eram enterrados, e com charlatões eram cultuados. Além dessas coisas há as imensas rochas e horríveis precipícios de montanhas, enobrecidos pelos frequentíssimos mortos dentre os vossos: mais raramente o faziam pelas águas e pelos fogos; inúmeros rebanhos eram devorados pelos precipícios. Falo de coisas bem percebidas pelos homens de nossa idade. Pois quem desconhece esse tipo de homens, incansável em crimes horrendos, odioso das boas obras, crudelíssimo nas mortes alheias, vilíssimo nas suas, maximamente aterrador nos campos agrários, vagante dos campos agrários, e por causa de seu modo de vida, rondador das adegas rústicas, de onde toma o nome de circuncelião, opróbrio do erro africano famosíssimo em quase todo o mundo.

I.(29)33

Portanto, quem ignora quanto muitos a partir desse gênero anteriormente iam e pereciam através de diversas mortes, e agora em comparação daqueles quão poucos dos seus arderiam em chamas? Mas se julgas nos exigir ser comovidos, porque tantos milhares morreram desse modo; o quanto avalias nós termos de consolação, já que de tanta demência do partido de Donato, onde o erro da nefasta divisão, e ainda, em verdade, esse furor foram feitos leis, incomparavelmente e grandemente muitos milhares foram libertados? E, pois, nem esses que morrem pelo menos ao número daqueles são igualados, os quais, oriundos daquele gênero, já agora são mantidos pela ordem da disciplina, com o nome e a obra dos circunceliões perdidos, sujeitam-se a cultivar as terras, conservam a castidade, mantêm a unidade: o quanto menos aqueles perdidos são igualados ao número de ambos os sexos, não só dos rapazes e das garotas, dos jovens e das virgens, ainda verdadeiramente dos casados e dos anciões, dos quais inumeráveis a partir da nefasta dissensão dos donatistas atravessaram para a verdadeira paz de Cristo? Certamente aqueles que se incendeiam, não são tantos homens quanto são os locais cheios de povo, que da peste mortal daquele erro e furor, são desenterrados através dessa insistência da unidade sendo construída. E o que no mundo pode ser esse são conselho da misericórdia, de forma que, ao mesmo tempo com

aqueles, todos esses são conservados dos suplícios eternos da Geena, para que aqueles, muito poucos em comparação desses, não sejam queimados pelas chamas das suas fornalhas? Pois deve ser feito, com muitos desejos e esforços, de maneira que todos vivam com Cristo: mas se isso não pode se feito através do furor de alguns, pelo menos deve ser trabalhado para que não pereçam todos com o diabo.

Contra Gaudent.: I.

Non ergo ad mundum istum pertinemus nos, quia diligimus vos.

26. 29. Verba Epistolae: "Odio", inquit, "saeculi gaudemus, in eius pressuris non succumbimus, sed laetamur. Mundus hic non potest servos Christi diligere, qui Christum cognoscitur non amasse, Domino ipso dicente: *Si saeculum vos odit, scitote quia me primum odio habuit quam vos; si me persecuti sunt, et vos persequentur*. Ad haec responsio: Quomodo gaudentes odio saeculi, pressuris eius non succumbitis, sed laetamini, cum vos ipsos velitis occidere, ne molestias qualescumque patiamini; et mori eligitis; non ab aliis occisi pro veritate Christi, sed a vobis ipsis pro parte Donati? Ista Circumcellionum est insania, non martyrum gloria. Cum itaque appareant facta vestra, quid vobis verba usurpatis aliena? "Mundus iste", inquit, "non potest servos Christi diligere; qui Christum cognoscitur non amasse". Non ergo ad mundum istum pertinemus nos, quia diligimus vos. Sed servi Christi vos non estis, qui malum pro bono retribuentes, et malitiam vestram quando in nos exercere non potestis, in vos retorquentes, nec nos diligitis, et vos occiditis. Dominus autem quando dixit: *Si saeculum vos odit, scitote quia me priorem vobis odio habuit; si me persecuti sunt, et vos persequentur*, non vobis, sed illis dixit quibus praecepit, ut si eos persequerentur in ista civitate, fugerent in aliam: quod vos non facitis. Illis dixit, ad quas civitates confugerent usque in finem saeculi non defuturas, quas vos querimini vobis iam deesse, nec vultis fateri eos quibus haec dicta sunt vos non esse.

28.32;

Donatistae ultro se paganis occidendos ingerebant.

28. 32. Verba Epistolae: "Annon ista", inquit, "persecutio est, quae tot millia innocentum martyrum arctavit ad mortem? Christiani enim secundum Evangelium spiritu prompti, sed carne infirmi, a sacrilega contaminatione caminorum reperto compendio suas animas rapuerunt, imitati presbyteri Raziae in Machabaeorum libris exemplum; nec frustra timentes. Quisquis enim in eorum manus inciderit, non evasit. Sed quantum velint faciant; quod certum est, Dei esse non possunt qui faciunt contra Deum". Ad haec responsio: Apertissime omnino, quam persecutionem patiamini, et verissime confiteris. Ipsa est enim de qua iam dixi, quae in sanctis Scripturis de quibusdam impiis satis evidenter expressa est, de quibus dictum est quia persecutionem patiuntur ab ipsis factis suis: quod quidem dici de vobis convenientissime potest, etiamsi vos aliorum manus propter vestra sacrilegia trucidarent. Nam et latrones et quilibet homines rei criminum capitalium, cum iustis legibus puniuntur, non dicendi sunt persecutionem pati, nisi ab ipsis factis suis. Sed nunc plane cum parcente vobis mansuetudine christiana, ita in vos saevit vestra dementia, ut quemadmodum dicis, "caminorum reperto compendio" vestras animas rapiatis, omni modo vos a vobis ipsis pati persecutionem, nimia est impudentia, si negatis; quando vos utrumque completis, et unde iuste pereatis, et quod peritis. Sic autem dicis tot hominum millia esse qui hoc faciunt, quasi non etiam ista sit non parva causa, cur ab huiusmodi magisterio vestro Africa liberetur. Eorum est enim hominum genus, cui hoc malum persuadere potuistis, qui solebant antea facere, maxime cum idololatriae licentia usquequaque ferveret, quando isti Paganorum armis festa sua frequentantibus irruerant. Vovebant autem Pagani iuvenes idolis suis quis quot occideret: at isti gregatim hinc atque inde confluentes, tamquam in amphitheatro a venatoribus more immanium bestiarum venabulis se oppositis ingerebant, furentes moriebantur, putrescentes sepeliebantur, decipientes colebantur. Praeter haec sunt saxa immania et montium horrida praerupta, voluntariorum creberrimis mortibus nobilitata vestrorum: aquis et ignibus rarius id agebant; praecipitiis greges consumeantur ingentes. Aetatis nostrae hominibus res notissimas loquor. Quis enim nescit hoc genus hominum in horrendis facinoribus inquietum, ab utilibus operibus otiosum, crudelissimum in mortibus alienis, vilissimum in suis, maxime in agris territans, ab agris vacans, et victus sui causa cellas circumiens rusticanas, unde et Circumcellionum nomen accepit, universo mundo pene famosissimum Africani erroris opprobrium?

Nostra consolatio quod a tanta dementia partis Donati longe atque incomparabiliter plura millia liberantur.

29. 33. Ex hoc igitur genere quis ignorat quam multi antea per diversas mortes ibant et peribant, et nunc in illorum comparatione quam pauci suis ignibus ardeant? Sed si putas moveri nos oportere, quia isto modo tot millia moriuntur; quantum existimas nos habere consolationis, quod a tanta dementia partis Donati, ubi non solum nefariae divisionis error, verum etiam furor iste lex facta est, longe atque incomparabiliter plura millia liberantur? Neque enim isti qui pereunt, illorum saltem numero aequantur, qui ex ipso genere nunc iam tenentur ordine disciplinae, colendisque agris amisso Circumcellionum et opere et nomine inserviunt, servant castitatem, tenent unitatem: quanto minus coaequantur isti perditum numero utriusque sexus, non solum puerorum et puellarum, iuvenum et virginum, verum etiam coniugatorum et senum, quorum innumerabiles ex Donatistarum nefaria dissensione in pacem Christi veram et catholicam transeunt? Isti quippe qui se incendunt, nec tot homines sunt quot loca sunt populis plena, qui ab exitiali peste erroris illius et furoris, per hanc instantiam perficiendae unitatis eruuntur. Numquidnam obsecro sanum misericordiae potest esse consilium, ut simul cum illis isti omnes aeternis gehennarum suppliciis serventur, ne illi in istorum comparatione perpauci suorum caminorum ignibus exurantur? Ut enim omnes cum Christo vivant, magnis conatibus et votis agendum est: sed si hoc per quorundam furorem fieri non potest, saltem ut non omnes cum diabolo pereant, laborandum est.

Raziae exemplum discutitur.

31.36. Proinde etiam senior ille Razias, quem sibi isti exemplis sui sceleris destituti, de Machabaeorum libris tamquam imitandum se invenisse gloriantur, hoc facere debuit, quod in eisdem Litteris leguntur septem illi fratres etiam exhortante matre fecisse, ut comprehensus, et a lege Domini sui non aversus, omne quod ei applicitum esset acciperet, et in dolore sustineret, et in humilitate sua patientiam haberet. Quocirca humilitatem inter manus inimicorum non valens ferre, non plane sapientiae, sed insipientiae dedit exemplum, non Christi martyribus, sed Donati Circumcellionibus imitandum. Verumtamen si diligentius consideremus, et ab isto apparetis alieni. Iste quippe cum iam comprehenderetur ab hostibus, non habuit liberam fugam; ideo se gladio percussit, et cum perimere non potuisset, de muro se praecipitavit. Deinde abruptam petram, cum iam vivere non posset, adhuc tamen spirans, et corpus impetu movens, currendo, licet exsanguis, obtinuit: ubi utraque manu producta sua intestina discerpsit, dispersit, occubuit: turba ita circumdatus ut evadere non posset, et si vivere posset. Vos igitur qui nec Dominum auditis dicentem: *Fugite*, nec imitamini Raziam, qui voluit, nec potuit fugere: profecto quia non habetis illum in praecepto, nec habetis istum in exemplo. Quid, quod iste Razias secundum vestram rationem sine dubitatione culpandus est? Dixisti enim propter evangelicam sententiam, ubi Dominus ait: *Spiritus quidem promptus est, caro autem infirma*; vos ad caminorum fugisse compendium, quia videlicet infirmi estis perferre manus inimicorum, si ab eis comprehensi fueritis. Ergo illius qui se gladio graviter vulneravit, qui vulneratus murum petiit, qui se inde in cervicem praecipitem dedit, qui et postea potuit ad petram currere, in petra stare, intestina educere, carpere, spargere, numquid dici potest spiritus promptus, caro autem infirma? cuius non solum spiritus tam promptus apparuit, sed etiam caro tam firma, ut vix credibile sit eum facere voluisse ac valuisse quae fecit. Itaque vobis oportet iste displiceat, qui rationem vestrae infirmitatis sua firmitate perturbat. Porro si fugere valens, nec volens, in domum suam ligna congessisset, atque irruentibus inimicis ut eum comprehenderent, ignem supposuisset, seque cum suis aedibus concremasset, vobis quidem praebuisset exemplum, sed sibi acquisisset grande tormentum. Nunc autem quoniam fugere non valuit, aliquanto minus est fortasse sui sanguinis reus, quod sibi intulit mortem, quam comprehenso inimicus iam fuerat illaturus.

35. 45. Verba Epistolae: "Mundanae", inquit, "militiae numquam Deus exspectavit auxilium, qui solus potest de vivis et mortuis iudicare". Ad haec responsio: Non mundanae militiae Deus exspectat auxilium, quando regibus largitur potius beneficium, qui eis inspirat ut in regno suo curent fieri Domini sui praeceptum. Quibus enim dictum est: *Et nunc, reges, intellegite; erudimini, qui iudicatis terram: servite Domino in timore*; sentiunt suam potestatem ita Domino servire debere, ut ea potestate plectantur, qui nolunt eius voluntati servire. Quod autem de militibus facis invidiam, si utique ista cura, sicut iam docuimus, in Scripturis sanctis pertinere demonstratur ad reges, per quos id acturi sunt adversus rebelles Circumcelliones et insanos eorum sive participes sive principes, nisi per subditos milites?

De iustitia certamen est, non de pecunia.

38.51. De iustitia certamen est, non de pecunia. Cavete itaque ne forte dum putatis ad vos pertinere quod scriptum est: *Tunc stabunt iusti in magna constantia adversus eos qui se angustiaverunt, et abstulerunt labores eorum*; non hoc vobis contingat de laboribus vestris, sed potius quod alio loco scriptum est: *Labores impiorum iusti edent*. Neque enim stabunt contra vos Maximianistae, quorum

quando potuistis, basilicas abstulistis: aut stabunt contra vos Pagani quorum certe ubi potuistis, templa evertistis et basilicas destruxistis; quod et nos fecimus: aut stabunt adversum vos symphoniaci daemoniorum, quorum tibias et scabella fregistis; quod et nos fecimus. Sic nec vos stabitis adversus nos. In talibus quippe omnibus factis, non rapina concupiscitur, sed error evertitur. Sicut ergo non stabunt Chananaei adversus Israelitas, quamvis Israelitae abstulerunt labores eorum; sed stabit Naboth adversus Achab, quia delictum factum est, non praeceptum, ut labores iusti auferret iniustus: sic haeretici non stabunt adversus Catholicos, cum in rebus haeticorum christiani imperii iussa complentur; nec res eorum a Catholicis auferuntur, sed potius inquiruntur, eisque multa quantum fieri potest, correctis reddenda servantur: sed stabunt Catholici, non solum adversus Gentiles, a quibus martyres veri exspoliati sunt; verum etiam adversus Circumcelliones Donatistarum, quia et ipsi abstulerunt labores eorum. Verum de his pecuniariis laboribus facilius causa est, cum etiam illi quorum erant, ad pacem catholicam transeunt. Ecce quotidie, si quis ad nos transitum fecerit, reddimus pecuniam, vestem, fructus, vasa, rura, tecta vestrorum: vos quomodo nobis reddituri estis membra nostrorum?

Explicações dos Salmos, 132.3,6

3. Também os monges foram nomeados a partir da voz desse salmo, de forma que ninguém insulte a vós católicos a partir desse nome. Quando vós corretamente começardes a insultar aos hereges a respeito dos circeliões, de forma que se envergonhando sejam salvos, aqueles a vós insultarão a respeito dos monges. Em primeiro lugar, vede vós, se devem ser comparados; se é útil às vossas palavras, já trabalhais. Não é útil, se não para que corriais cada um para que escute; que apenas escute e compare. O que é útil às vossas palavras? Que sejam comparados ébrios com sóbrios, precipitados com cuidadosos (ou os que caídos com os firmes), enfurecidos com singelos, vagantes com congregados [em um lugar]. Mas ainda se acostumaram a dizer: o que o nome de monges quer para si? Quanto melhor, dizemos nós: o que o nome de circeliões quer para si? Mas, dizem, não são chamados circeliões. Talvez com um som corrupto do nome a eles denominamos. Estamos preparados para vos dizer o nome íntegro deles? Talvez sejam chamados circunceliões, não circeliões. Que claramente exponham o que são, se disso são chamados. Pois são ditos circunceliões, porque vagam ao redor de adegas: pois se acostumam a ir aqui e ali, nunca tendo lugar fixo; e a fazer as coisas que sabeis, e as coisas que aqueles, queiram ou não queiram, conhecem.

6. Portanto o que dizem aqueles que insultam a respeito do nome de monges? Talvez estejam preparados para dizer: “os nossos não são chamados circunceliões, vós assim denominastes aqueles com esse nome ultrajante; pois nós não os chamamos assim”. Dizem que os chamariam, e escuteis: os chamam de agonísticos (lutadores). Admitimos ao nome honesto também, se também corresponder às coisas. Mas, enquanto isso, que a vossa Santidade reconheça isso: que os que dizem a nós: “Mostrem onde estaria escrito o nome dos monges”, mostrem onde estaria escrito o nome dos agonísticos. Assim, dizem, os chamamos por causa da luta (*agon*). Pois lutam; e diz o apóstolo: *Lutei o bom combate (certâmen)*. Porque há os que combatem contra o diabo, e prevalecem, são chamados soldados agonísticos de Cristo. Portanto, se pelo menos fossem soldados de Cristo, e não soldados do diabo, dos quais é mais temido o “Deus seja louvado” do que o rugir de um leão. Esses ainda ousam insultar-nos, porque quando irmãos veem [outros] homens, dizem “Graças a Deus”. O que é, inquirem, “Graças a Deus”? És assim surdo, de forma que não saibas o que seja “Graças a Deus”? Quem diz: “Graças a Deus”, agradece a Deus. Vê se não deve um irmão agradecer a Deus, quando encontra um irmão seu? Pois não é um lugar de congratulação, quando se veem mutuamente os que habitam em Cristo? E ainda vós rides de nosso “Graças a Deus”; Muitos choram o vosso “Deus seja louvado”. Mas certamente retornastes a razão a respeito do nome, e por que denomineis agonísticos. Que assim se faça, como denominais; que assim se faça, apoiemos a tudo. Que Senhor garanta que aqueles lutem contra o diabo, e não contra Cristo, cuja Igreja eles persequem. Ainda, porque lutam, dizeis agonísticos: e descobris de onde denomineis, porque o Apóstolo disse: *Lutei a boa luta (agonem)*. Portanto, por que razão também não nos denominarmos monges, quando o salmo diga: “Eis quão bom e quão agradável é habitar em os irmãos como um?” Pois *Mónos* é entendido *um*, e não *um* de qualquer forma; pois também em uma turba se é *um*, mas unido com muitos pode ser dito *um*, mas não pode ser dito *Mónos*, isso é: único, pois *Mónos* é um único. Os que, portanto, assim vivem em unidade (*unum*), de forma que façam um homem único, de forma que seja para eles verdadeiramente o que foi escrito: “*uma alma e um coração*”; muitos corpos, mas não muitas almas; muitos corpos, mas não muitos corações; corretamente é dito *Mónos*, isso é, um único. De onde um também é curado por aquele no tanque (*Betesda*). Que respondam a nós e

exponham, os que insultam ao nome de monges, por que aquele, que foi descoberto na enfermidade tendo 38 anos, teria respondido isso ao Senhor: *Quando a água é agitada, não tenho quem me ponha [ali]; outro desce antes de mim*. Um descera, já outro não descia. Um único era curado; figurava a unidade da Igreja. Merecidamente insultam ao nome da unidade os que se separaram da unidade. Merecidamente a eles desagrade o nome de monges, porque eles não querem habitar em unidade com os irmãos; mas seguidores de Donato, renunciaram a Cristo. Estas palavras sobre o uno, e também sobre o uno único vossa Caridade ouviu; já seríamos agraciados com o Salmo, para que vejamos o que se segue. É breve; pode ser corrido por nós, o Senhor sugere em que medida. Pois, considero a partir daquelas palavras que foram ditas, poder suportar as coisas que se seguem, quão mais aquelas que parecem obscuras.

Ennarrationes in Psalmos 132.3, 4, 6

3. Ex voce huius psalmi appellati sunt et Monachi, ne quis vobis de isto nomine insultet Catholicis. Quando vos recte haereticis de Circellionibus insultare coeperitis, ut erubescendo salventur; illi vobis insultant de monachis. Primo si comparandi sunt, vos videte; si verbis vestris opus est, iam laboratis. Non opus est, nisi ut admoneatis unumquemque ut attendat; solum attendat, et comparet. Quid opus est verbis vestris? Comparentur ebriosi cum sobriis, praecipites cum consideratis, furentes cum simplicibus, vagantes cum congregatis. Sed tamen dicere consueverunt: Quid sibi vult nomen monachorum? Quanto melius dicimus nos: Quid sibi vult nomen circellionum? Sed non, inquit, vocantur circelliones. Forte corrupto sono nominis eos appellamus. Dicturi sumus vobis integrum nomen ipsorum? Forte circumcelliones vocantur, non circelliones. Plane si hoc vocantur, exponant quid sint. Nam circumcelliones dicti sunt, quia circum cellas vagantur: solent enim ire hac, illac, nusquam habentes sedes; et facere quae nostis, et quae illi norunt, velint, nolint.

6. Quid ergo dicunt illi qui nobis de nomine monachorum insultant? Fortasse dicturi sunt: Nostri non vocantur circumcelliones: vos illos ita appellatis contumelioso nomine; nam nos eos ita non vocamus. Dicant quid eos vocent, et audietis. Agonisticos eos vocant. Fatemur et nos honesto nomine, si et res conveniret. Sed interim illud videat Sanctitas vestra: qui nobis dicunt: Ostendite ubi scriptum sit nomen monachorum, ostendant ubi scriptum sit nomen agonisticorum. Sic eos, inquit, appellamus propter agonem. Certant enim; et dicit Apostolus: *Certamen bonum certavi*. Quia sunt qui certant adversus diabolum, et praevalent, milites Christi agonistici appellantur. Utinam ergo milites Christi essent, et non milites diaboli, a quibus plus timetur, Deo laudes, quam fremitus leonis. Hi etiam insultare nobis audent, quia fratres, cum vident homines, Deo gratias dicunt. Quid est, inquit, Deo gratias? Itane surdus es, ut nescias quid sit, Deo gratias? Qui dicit: Deo gratias, gratias agit Deo. Vide si non debet frater Deo gratias agere, quando videt fratrem suum. Num enim non est locus gratulationis, quando se invicem vident qui habitant in Christo? Et tamen vos Deo gratias nostrum ridetis: Deo laudes vestrum plorant homines. Sed certe reddidistis rationem de nomine, quare appelletis agonisticos. Ita fiat, ut appellatis; ita fiat, omnino favemus. Praestet Dominus ut illi contra diabolum certent, et non contra Christum, cuius persequuntur Ecclesiam. Tamen quia certant, dicitis agonisticos: et invenistis unde appelletis, quia dixit Apostolus: *Bonum agonem certavi*. Quare ergo et nos non appellemus monachos, cum dicat Psalmus: *Ecce quam bonum et quam iucundum habitare fratres in unum*? Quare ergo et nos non appellemus monachos, cum dicat Psalmus: *Ecce quam bonum et quam iucundum habitare fratres in unum*? *Mónos* enim unus dicitur: et non unus quomodocumque; nam et in turba est unus, sed una cum multis unus dici potest, *Mónos* non potest, id est, solus: *Mónos* enim unus solus est. Qui ergo sic vivunt in unum, ut unum hominem faciant, ut sit illis vere quod scriptum est, *una anima et unum cor*, multa corpora, sed non multae animae; multa corpora, sed non multa corda; recte dicitur *Mónos*, id est unus solus. Unde et ille unus sanabatur in piscina. Respondeant nobis et exponant, qui insultant nomini monachorum, quare ille qui inventus est triginta octo annos habens in infirmitate, hoc respondisset Domino: *Cum mota fuerit aqua, non habeo qui deponat me; alius ante me descendit*. Descenderat unus, iam alius non descendebat. Unus solus sanabatur; unitatem Ecclesiae figurabat. Merito insultant nomini unitatis, qui se ab unitate praeciderunt. Merito illis displicet nomen monachorum, quia illi nolunt habitare in unum cum fratribus; sed sequentes Donatum, Christum dimiserunt. Haec de uno, et uno solo audivit Caritas vestra; iam iucundemur cum Psalmo, ut

sequentia videamus. Brevis est; potest a nobis curri, quantum Dominus suggerit. Puto enim ex his quae dicta sunt, patere posse quae sequuntur, quamvis illa videantur obscura.

Apêndice B - Os sermões anônimos da África e da Gália

Há uma linha de comparação entre circunceliões e bagaudas que ainda demanda maiores investigações e que parece ser bem frutífera. Pois essa combinação, característica dos circunceliões, de ações contra as hierarquias sociais no campo com um cristianismo considerado rigorista me parece passível de aproximação da posição ideológica que fundamenta as críticas formuladas por Salviano de Marselha aos cristãos galo-romanos.

Fazer uma investigação sobre essa possível proximidade significa observar a existência de diferentes respostas cristãs na África e na Gália romanas às relações de patronagem na Antiguidade Tardia. De um lado, a perspectiva favorável ao patrocínio e à ordenação de cima para baixo da sociedade romana representada pelo cristianismo de filiação agostiniana (que opera tanto na visão histórica da sociedade quanto na teologia) é uma perspectiva muito bem estudada. Do outro lado, já não tão estudado, estão as manifestações cristãs geralmente consideradas rigoristas que reconhecem as ações dos de baixo como tendo uma lógica autônoma ou relativamente autônoma das ações dos de cima. A questão de fundo, que me parece ainda longe de alguma resposta satisfatória, é a que tradição cristã ou a que demanda social essas manifestações respondem. Afirmo isso porque uma maneira comum com a qual parte da historiografia lida com Salviano é desmerecê-lo como um fenômeno ideológico isolado e excêntrico. Porém, o que essa aproximação do rigorismo de Salviano com as demandas apresentadas pelos circunceliões parece indicar é que não há nada de excêntrico na obra do sacerdote de Marselha.

Uma ponte possível entre Salviano e os circunceliões é um conjunto bem numeroso de sermões e textos cristãos, a maioria anônima, cuja datação é da Antiguidade Tardia, muitos do século V, e que podem ser originários da África, mas que foram conservados em quantidade substancial na Gália. Esses textos apresentam uma visão cristã da sociedade muito mais próxima da de Salviano do que da de Agostinho. Eu soube da existência desses textos apenas recentemente, por meio da investigação das condições de vida do campesinato africano feita por Leslie Dossey, e, infelizmente, ainda não travei contato direto com eles (Dossey, 2010).

A seguir está uma lista das edições desses sermões e dos estudos feitos a partir deles:

Sermões anônimos individuais

- Machielsen, J. *Clavis patristica pseudepigraphorum medii aevi*, 1A-B: Homiletica. Turnhout: CSSL, 1990.
- Machielsen, J. *Clavis patristica pseudepigraphorum medii aevi*, 2A: Praefatio, theologica, exegetica. Turnhout: CSSL, 1994.
- Dekkers, E. *Clavis Patrum Latinarum*, 3^a ed. Turnhout: CSSL, 1995.
- Geerard, M. *Clavis Patrum Graecorum*. Turnhout: CSSL, 1974.
- Geerard, M. et alii. *Clavis Patrum Graecorum: Supplementum*. Turnhout: CSSL, 1998.
- Gryson, R. *Kirchenschriftsteller: Verzeichnis und Sigel; Aktualisierungsheft*. 1999. *Vetus Latina* 1/1 C. Freiburg, 1999.
- Gryson, R. *Kirchenschriftsteller: Verzeichnis und Sigel; Aktualisierungsheft 2004/1D*, Freiburg, 2004.
- Gryson, R. *Répertoire Général des auteurs ecclésiastiques latins de l'Antiquité et du Haut moyen-âge*. *Vetus Latina* 1/1 5 Freiburg, 2007.
- Frede, H. *Kirchenschriftsteller: Verzeichnis und Sigel. Vetus Latina: die Resten der altlateinischen Bibel*. 1/1 Freiburg, 1995.
- Coleções - Estudos dos Sermões nos manuscritos do El Escorial: PLS 4: 652 (Ano H Esc.)*
- Leroy, F. Les sermons africaines pseudo-augustiniens Caillau S.Y.i., 46 et Scorialensis 19 (Chrysostomus Latinus) sur l'épisode de Zachée. *Wiener Studien: Zeitschrift für klassische Philologie und Patristik* 106, pp. 215-22, 1993.
- Leroy, F. Vingt-deux homélies africaines nouvelles attribuables à l'un des anonymes du Chrysostome Latin (PLS 4) (Vienne. Ö.N.B. MS. Lat 4147). In: *Revue Bénédictine* 104, 1994, pp. 123-147.
- Leroy, F. L'homélie donatiste ignore du Corps Escorial (Chrysostomus Latinus, PLS IV Sermon 18) in: *Revue Bénédictine*, 1997, pp. 250-262.
- Leroy, F. Les 22 inédits de la catéchèse donatiste de Vienne: Une édition provisoire. In: *Recherches augustiniennes et patristiques*. 1999, pp. 149-234.
- Leroy, F. Complément et retouches à la 3^e édition de la *Clavis Patrum latinorum*: l'Homilétique africaine masquée sous le Chrysostomus Latinus Séverin de Céramussa et la catéchèse donatiste de Vienne. In: *Revue d'histoire ecclésiastique* 99.2, 2004, pp. 425-434.
- Alexander, J.S. Criteria for discerning donatist sermons. In: *Studia Patristica* 38, 2001, pp. 3-7.
- The donatist Compendium*
- Rouse, R. & McNelis. North African literary activity: a Cyprian fragment, the stichometric lists, and a Donatist compendium. In: *Revue d'histoire des textes*, 30, 2000, pp. 189-238.
- Coleções - Estudos dos manuscritos da Collectio Armamentaria*
= *Anon H Armamentaria* na nova Ed. CSSL por Leroy
- Bouhot, J-P. PLS 4: 651-652.
- Gregoire, R. *Homélieaires liturgiques médiévaux: Analyses de manuscrits*, Spoleto, 1980.
- Saxer, Une sermon medievale sur la Madeleine. *Revue Bénédictine* 80, 10970, pp. 17-50.

Wilmart Collectio

- Ps. Chrysostom. S. Wilmart.
- Wenk, W. Zur Sammlung der 38 Homilien des Chrysostomus Latinus (mit Edition der Nr.6, 8, 27, 32, und 33). *Wiener Studien Beiheft* 10. Vienna, 1988.
- Dolbeau, F. A propos d'un Agraphon: Reflexions sur la transmission de l'homilétique latine antique, avec édition du Sermo Sacerdotis Dei. In *Classical philology*, 98.2, 2003, pp. 160-174.
- Dolbeau, F. Augustin et la predication en Afrique: Recherches sur divers sermons authentiques. Apocryphes ou anonymes. *Collection des Études Augustiniennes. Série Antiquité* 179. Paris, 2005.
- Talley, T. *The origins of the liturgical year*. Collegeville, MN, 1986-1991.

Ps. Fulgentius of Ruspe

- Sermons (PL 65: 855-954 e PLS 1363 – S.) e *Ps. Augustine S. Dol*
- Gregoire, 1980
- Dolbeau, F. Sept sermons antiques d'un homélieaire latin d'Olomouc. In *Revue Bénédictine*, 111, 2001. Pp. 353-398.
- Dolbeau, F. À propos des sermons d'Olomouc: Un post-scriptum. In *Revue Bénédictine*, 112, 2002. Pp. 236-245.
- Lemarié, J. Un sermon inédit sur Matthieu 16, 13-19 de l'école de Fulgence de Ruspe. In *Revue des études augustiniennes et patristiques* 18, 1972, pp. 116-123.
- Lemarié, J. L'homélieaire carolingien de Mondsee, témoin de sermons d'un Pseudo-Fulgence. In Gryson, R. *Philologia sacra: Biblische und patristische Studien für Hermann J. Frede und Walter Thiele zu ihrem siebzigsten Geburtstag*. Freiburg, 1993.

- Lemarié, J. Nouveaux Fragments de sermons attribuables à um Pseudo-Fulgence. *Revue Bénédictine* 104, 1994, pp. 191-203.
Morin Collectio
 – PSL4 653ff
- Westra, L. The Apostles' Creed : Origin, history and some early commentaries. *Instrumenta Patristica et Medievalia: Research on the Inheritance of Early and Medieval Christianity*, 43, Turnhout, 2002.
- Vogué, A. Une citation de Cyprien dans le Chrysostome latin et chez le Maître. *Revue Bénédictine*, 89, 1979, pp. 176-178.
- Vogué, A. Une sentence de Cyprien citée par le Maître, le Chrysostome latin, Césaire et la *passio iuliani*. *Revue Bénédictine*, 91.3, 1981, pp. 359-362.
- Barr, H. Le sermon "Exhortatur" est-il de Saint Idelfonse? *Revue Bénédictine*, 67, 1957, pp. 10-33.
- Barré, H. Sermons mariaux inédits "in Natali Domini". *Marianum*, 1963, pp. 39-93.
- Morin, G. Recueils perdus d'homélies de S. Césaire de Arles. *Revue Bénédictine*, 1910, pp. 465-479. 470-471.
- Isola, A. I cristiani dell'Africa vandalica nei sermons del tempo (429-534). Milan, 1990.
- Lambot, C. Sermon inédit de Saint Agustin por une fête de martyrs dans un homilaire de type ancien. *Revue Bénédictine*, 68, 1958, pp. 187-199.
- Gregoire, R. Les Homéliaires du moyen âge. *Rerum Ecclesiasticarum Documenta, series maior*, fontes 6, Roma, 1966.

A existência dessa hipótese que reconhece uma parcela de textos cristãos como simpática às ações das classes subalternas não quer dizer que se deva assinalar imediatamente o cristianismo entre os motivadores ideológicos dessas insurgências, algo até plausível no caso dos circunceliões, mas não no caso dos bagaudas. Isso quer dizer que, dada a ubiquidade da produção ideológica cristã, existe nela espaço para contradições, dissensões e polissemia suficientes para que ela também reconheça as relações sociais da Antiguidade Tardia sob pontos de vista diversos dos da aristocracia e dos grandes proprietários.

O reconhecimento da existência dessas contradições e dissensões ideológicas dentro do cristianismo pode ser um campo de investigação a mais no que se refere ao contexto mais geral das regiões rurais romanas no qual se inserem essas duas tradições ou grupos de insurgências.

Bibliografia

Fontes

AGOSTINHO. *Epistulae*. Goldbacher, A. (ed.) CSEL 34.1, 34.2, 44, 57, 58, Vienna: 1895, 1898, 1904, 1911, 1923.

_____. *Epistulae* 1–29. Divjak, J. (ed.) CSEL 88, Vienna, 1981.

_____. *Gesta cum Emerito Donatistarum episcopo*. Petschenig, M. (ed.) CSEL 53. Vienna: 1910, p. 179–96.

_____. *Enarrationes in Psalmos* 51–100, 1: *Enarrationes in Psalmos* 51–60. Müller, H. (ed.) CSEL 94.1. Vienna: 2003.

_____. *Enarrationes in Psalmos* 101–150, 3: *Enarrationes in Psalmos* 119–133. Gori, F. (ed.) CSEL 95.3. Vienna: 2001.

_____. *Contra litteras Petilian*. Petschenig, M. (ed.) CSEL 52. Vienna: 1909, p. 1–227.

_____. *Contra partem Donati post collationem*. Petschenig, M. (ed.). CSEL 53. Vienna: 1910, p. 97–162.

_____. *Breviculus conlationis cum Donatistis*. Lancel, S. (ed.) CCL 149A. Turnhout: Brepols, 1974, p. 259–306.

_____. *Contra Cresconium libri quattuor*. Petschenig, M. (ed.) CSEL 52. Vienna: 1909, p. 325–582.

_____. *Contra epistulam Parmeniani libri tres*. Petschenig, M. (ed.). CSEL 51. Vienna, 1908, p. 17–141.

_____. *Contra Gaudentium Donatistarum episcopum libri duo*. Petschenig, M. (ed.) CSEL 53. Vienna: 1910, p. 201–274.

_____. *De haeresibus ad Quodvultdeum liber unus*, Plaetse, R. Vander. e Beukers, C. (ed.) CCL 46, Turnhout: Brepols, 1969, p. 283–345.

AMMIANUS MARCELLINUS. *Res gestae*. Rolfe, J. C. (ed.) 3 vols. Cambridge: Harvard University, 1935–9.

ANÔNIMO. *Querolus. Les Grincheux: Comedie de la Petite Marmite*. Tradução: Catherine Jacquemard-Le. Saos. Paris: Les Belles Lettres, 1994.

ANÔNIMO. “The Gallic Chronicle of 452: A New Critical Edition with a Brief Introduction.” Burgess, Richard ed. In: *Society and Culture in Late Antiquity Gaul. Revisiting the sources.*, por Ralph Mathissen e Danuta Shanzer, 52-84. Aldersot: Ashgate, 2001.

CONSTANCE DE LYON. *Vie de Saint Germain d'Auxerre*. Borius, René. Paris: Les Éditions du Cerf, 1965.

DIO CASSIUS. *Dio's Roman History*. Tradução: Ernst Cary. Cambridge: Harvard University, 1954-55.

EUTROPIUS. *Abrégé de l'histoire romaine*. Tradução: Maurice Rat. Paris: Garnier Frères, 1934.

FLAVIUS MERODIADES. "Flavius Merodades: a translation and historical commentary." Clover, Frank M. (ed.) *Transactions of the American Philosophical Society*, 1971, p. 1-78.

GESTA CONFLATIONIS CARTAGINENSIS ANNO 411. Actes de La Conference de Carthage em 411. Lancel, Serge. (ed.) Paris: Édition Du Cerf, 1972, 1975, 1991. 4 vol (Sources Chrétiennes: 194, 195, 224, 373).

HERODIAN. *History of the Roman Empire*. Tradução: Edward C. Echols. Berkeley: University of California, 1961.

HYDATIUS. *The Chronicle of Hydatius and Consularia Constantinopolitana. Two Contemporary accounts of the Final Years of the Roman Empire*. Burgess, R. W. ed. Oxford: Oxford University, 1993.

ISIDORO DE SEVILHA. *Etymologiae*. Lindsay, W. M. (ed.) 2 vols. Oxford: Clarendon, 1911.

JORDANES. *Getica*. In: MGH, AA, V.1. Mommsen, Theodore. (ed.) Berlin: 1882, pp. 53–138.

JERONIMUS *The Chronicle of St. Jerome*. Pearse, Roger. (ed.) 2005. http://www.tertullian.org/fathers/jerome_chronicle_00_eintro.htm (acesso em 18 de 04 de 2012).

PANEGYRICI LATINI : *Panegyriques latin*. Galletier, Édouard, trad. Paris: Belles Lettres, 1949.

PAULINUS PELLAEUS. *Eucharísticos*. in: BRANDES, Wilhelm. *Poetae Christiani Minores. Pars I. (Corpus Scriptorum Ecclesiasticorum Latinorum, Vol. XXVI)*. Vienna, 1888.

PLAUTUS ET ALII. *Complete Roman Drama*. Edição: G. E. Duckworth. 2 vols. New York: Random House, 1943.

POSSIDIUS. *Vita Augustini*. Pellegrino, M. (ed.) Alba: Edizioni Pauline, 1955.

PSEUDO-TYCONIUS *apud* Beatus of Libana, *In Apocalypsim* 5.53; in Traugott Hahn, *Tyconius Studien. Ein Beitrag zur Kirchen-und Dogmengeschichte des 4. Jahrhunderts* (Leipzig:Dietrich, 1900), 68 n.

OROSIUS. *Histoires: contre les païens*. Arnaud-Lindet, Marie-Pierre. (ed.) Paris: Belles Lettres, 1990-1991.

OPTATUS MILEVITANUS. *Traité contre les Donatistes*. 2 t (412, 413). Labrousse, M. (ed.) Paris: Les Editions du Cerf, 1995-1996.

RUTILIUS CLAUDIUS NAMATIUS. *Sur son retour*. Tradução: J Vessereau e F Préchac. Paris: Belles Lettres, 1933.

—. *De Redito Suo*. Ernst Doblhofer. (ed.) II vols. Heidelberg: Carl Winter Universitätsverlag, 1977.

SALVIEN DE MARSEILLE. *Ouvres II: Du gouvernement de Dieu*. Lagarrigue, Georges. (ed.) Paris: Les Editions du Cerf, 1975.

SEXTUS AURELIUS VICTOR. *Livre des Césars*. Tradução: Pierre Dufraigne. Paris: Belles lettres, 1975.

SIDONIUS APOLLINARIS. *Poèmes*. Paris: Les Belles Lettres, 1960.

ZOSIMUS. *Histoire Nouvelle*. Paschoud, François. (ed.). Paris: Les Belles Lettres, 1989.

Bibliografia Crítica

ANDERSON, Leslie. "Between Quiescence and Rebellion Among the Peasantry. Integrating the Middle Ground." *The Journal of Politics*, 1997., p. 503-532.

ANDERSON, Perry. *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2000 [1975].

ANDERSON, Perry. *Considerações Sobre o Marxismo Ocidental. Nas trilhas do Materialismo Histórico*. São Paulo: Boitempo, 2004.

ANDO, Clifford. *Imperial Ideology and Provincial Loyalty in the Roman Empire*. Berkeley: University of California, 2000.

ARCE, Javier. "La Penisola Iberica." In: Schiavone, Aldo. *Storia di Roma. vol. III: L'Eta tardoantica pt. II: I luoghi e le culture*. Torino: Einaudi, 1993, p.379-403.

AUGUSTINE. *Letters*. Edição: John E. Rotelle. Tradução: Roland J. Teske. 4 vols. New York: New City Press, 2001-2005.

AUGUSTINE. *Sermons. Newly discovered*. Edição: John E. Rotelle. Tradução: Edmund Hill. New York: New York City Press, 1997

ATKINSON, J. E. "Out of Order: The Circumcellions and Codex Theodosianus 16, 5, 52." *Historia*, 1992: 488-499.

BACCHIELLI, Lidiano. "La Tripolitania." In: Schiavone, Aldo. *Storia di Roma. vol. III: L'Eta tardoantica pt. II: I luoghi e le culture*, Torino: Einaudi, 1993, p. 339-349.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento – O contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, 1999.

—. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2001.

BANAJI, Jairus. *Agrarian Change in Late Antiquity. Gold, Labour, and Aristocratic Dominance*. Oxford: Oxford University, 2007.

BARTHOLOMEW, Philip. "Fifth-Century Facts." *Britannia*, 1982, p. 261-270.

BASTOS, Mário Jorge da Motta. "Escravo, Servo ou Camponês? Relações de Produção e Luta de Classes no Contexto da Transição da Antiguidade à Idade Média (Hispania Séculos V-VIII)." *Politéia. História e Sociedade*, 2010, p. 77-105.

BAYARD, Didier. "La sigillé d'Argonne, un paramètre essentiel pour l'établissement de la chronologie du Ve siècle dans le Nord de la Gaule." In: Delestre, Xavier. e Périn, Patrick. *La datation des structures et des objets du haut moyen âge*. Saint-Germain-en-Laye: Association française d'archéologie mérovingienne, 1998, p. 7–20.

BEARD, Mary., NORTH, John. e PRICE, Simon. *Religions of Rome*. 2 vols. Cambridge: Cambridge University, 1998.

BENJAMIN, Walter. "Sobre o conceito de história." In: *Obras Escolhidas. Magia e técnica, arte e política*, 222-232. São Paulo: Braziliense, 1996.

BERNSTEIN, Henry., e BYRES, Terence J. "From Peasant Studies to Agrarian Change." *Journal of Agrarian Change*, 2001, p. 1-56.

BHATTACHARYA, Sabyasachi. "History from Below." *Social Scientist*, 1983, p. 3-20.

BINNIS, J.W. (org.). *Latin literature of the fourth century*. London: Routledge, 1974.

BIRD, H. W. *Eutropius. Breviarium. Translated with an introduction*. Liverpool: Liverpool University, 1993.

BLOCH, Marc. "Comment e pourquoi finit l'esclavage antique." *Annales E.S.C*, 1947, p. 30-43; 161-170.

BORIUS, René. *Constance de Lyon. Vie de Saint Germain d'Auxerre*. Paris: Les Éditions du Cerf, 1965.

BOWDEN, William., e LAVAN, Luke. "The Late Antique Countryside: an introduction." In: BOWDEN, William., e LAVAN, Luke e MCHADO, Carlos. *Recent Research on the Late Antique Countryside*. Leiden: Brill, 2004, p., xvii-xxvi.

BOWERSOCK, Glen. BROWN, Peter. GRABAR, Oleg. *Late Antiquity. A Guide to the Postclassical World*. Cambridge: Belknap, 1999.

BRADLEY, Keith R. *Slavery and Rebellion in the Roman World. 140 B.C – 70 B.C*. Blomington: Indiana University, 1989.

BRASS, Tom. "Late Antiquity as Early Capitalism?" *Journal of Peasant Studies*, 2005, 118-150 ed.

BRISSON, Jean-Pierre. *Autonomisme e Christianisme dans l'Afrique romaine de Septime Sévère à l'invasion vandale*. Paris: E.de Boccard, 1958.

BROWN, Peter. "Christianity and Local Culture in Late Roman Africa." *Journal of Roman Studies*, 1968, p. 85-95.

—. "Religious Dissent in the Later Roman Empire: the case of North Africa." *History*, 1961, p. 83-101.

—. *Society and the holy in Late Antiquity*. London: Faber and Faber, 1982.

—. *Corpo e sociedade: o homem, a mulher e a renúncia sexual no início do cristianismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

—. *The Rise of Western Christendom. Triumph and Diversity, Ad 200-1000*. Oxford: Blackwell, 2003.

—. *Santo Agostinho. Uma Biografia*. Rio de Janeiro: Record, 2004 [1967].

BURGESS, R. W. ed. *The Chronicle of Hydatius and Consularia Constantinopolitana. Two Contemporary accounts of the Final Years of the Roman Empire*. Oxford: Oxford University, 1993.

BURGESS, Richard ed. "The Gallic Chronicle of 452: A New Critical Edition with a Brief Introduction." In: *Society and Culture in Late Antiquity Gaul. Revisiting the sources.*, por Ralph Mathissen e Danuta Shanzer, 52-84. Aldersot: Ashgate, 2001.

BURKE, Peter. *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.

BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. "Violência e "Terrorismo": Circunceliões na África Romana." *Boletim do CPA*, 2001, p. 121-146.

BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. "Circunceliões: Revolta Rural na África Romana?" In: Chevitarese, André Leonardo. *O Campesinato na História*. Rio de Janeiro: Dumará, 2002, p. 39-64.

BÜTTNER, Theodora. *Circumcelionen und Adamiten. Zwei formen mittelalterlicher Haeresie*. Berlin: Akademie-Verlag, 1959.

CAIRNS, Francis. *Generic composition in greek and roman poetry*. Edinburgh: Edinburgh University, 1972.

CALDERONE, Salvatore. "Circumcelliones." *Palavra del Passato*, 1967.

CAMERON, Alan. "Rutilius Namatianus, St. Augustine, and the date of *De redito Suo*." *Journal of Roman Studies*, 1967, p. 31-39.

CAMERON, Averil. GARNSEY, Peter. *The Cambridge Ancient History. Vol XIII The Late Empire AD 337-425*. Cambridge: Cambridge University, 1998.

CANER, David. *Wandering Begging Monks. Spiritual Authority and the Promotion of Monasticism in Late Antiquity*. Berkeley: California University, 2002.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. "Economia e Sociedade Antigas: Conceitos e Debates." *Clássica*, 1988, p. 5-20.

CARRIE, Jean-Michel. "Patronage et propriété militaire au IV^e s.: Objet rhétorique et objet reel du discours Sur les patronages de Libanius." *BCH*, 1976, p. 159-76.

CARRIE, Jean-Michel. "Le "colonat du Bas-Empire": un Mythe Historiographique?" *Opus*, 1982, p. 351-371.

CARRIE, Jean-Michel. "Un roman des origines: les généalogies du "colonat du Bas-Empire"." *Opus*, 1983, p. 205-51.

CECCONI. "Elemosina e propaganda. Un'analisi della 'macariana persecutio' nel libro III di Otato di Milevi." *Revue des Études Augustiniennes*, 1990, p. 42-66.

CHAVARRÍA, Alexandra, e LEWIT, Tamara. "Archaeological research on late antiquity countryside: A bibliographical essay." In: BOWDEN, William., e LAVAN, Luke e MCHADO, Carlos A. R. *Recent Research on the late antiquity Countryside*. 3-51. Leiden: Brill, 2004.

CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tabula rasa do passado? Sobre a história e historiadores*. São Paulo: Ática, 1995.

CLAUSING, Roth. *The Roman Colonate. The Theories of its Origins*. New York: Columbia University, 1925.

CLOVER, Frank M. "Flavius Merobaudes: a translation and historical commentary." *Transactions of the American Philosophical Society*, 1971, p. 1-78.

COURCELLE, Pierre. *História Literária das Grandes Invasões Germânicas*. Rio de Janeiro: Vozes, 1955.

DAVIES, Wendy. *Small Worlds: The Village Community in Early Medieval Brittany*. Berkeley: University of California, 1988.

DEARN, Alan. "Voluntary Martyrdom and the Donatist Church." *Studia Patristica*, 2003: 27-32.

DIESNER, Hans-Joachim. *Kirche und Staat in spätrömischen Reich: Aufsätze zur Spätantike und zur Geschichte der alten Kirche*. Berlin: Evangelische Verlagsanstalt, 1963.

DOCKES, Pierre. *Medieval Slavery and Liberation*. Chicago: : University of Chicago Press, 1982.

DOSSE, François. *A história em migalhas*. São Paulo: Ensaio, 1994.

DOSSEY, Leslie. *Peasant and Empire in Christian North Africa*. Berkeley: University of California, 2010.

DRINKWATER, J. e ELTON, H. *Fifth-Century Gaul: a crisis of Identity?* Cambridge: Cambridge University, 1992.

DRINKWATER, John. In: WALLACE-HADRILL, Andrew. "Patronage in Roman Gaul and the problem of the bagaudae." In: *Patronage in Ancient Society*. London: Routledge, 1989.

DRINKWATER, John. "The Bacaudae of the fifth-century Gaul." In: *Fifth-Century Gaul: a crisis of Identity?*, DRINKWATER, J. e ELTON, H. Cambridge: Cambridge University, 1992.

DUCKWORTH, George (org.). *Complete Roman Drama*. New York: Random House, 1943.

DUFF, John Wight., e DUFF, Arnold M. *Minor Latin Poets vol II*. Cambridge: Harvard University, 1934.

DYSON, Stephen L. "Native Revolts in the Roman Empire." *Historia*, 1971, p. 239-274.

- . *The Roman countryside*. London: Duckworth, 2003.
- ESTEPA, Carlos. *La transición del esclavismo al feudalismo*. Madrid: Akal, 1980.
- FENTRESS, Elizabeth. "La Numidia." In: SCHIAVONE, Aldo. (org.) *Storia di Roma. vol. III: L'Eta tardoantica pt. II: I luoghi e le culture*. Torino: Einaudi, 1993, p.351-362.
- Février, Paul-Albert. "Le Gallie Meridionali." In: SCHIAVONE, Aldo. (org.) *Storia di Roma. vol. III: L'Eta tardoantica. pt. II: I luoghi e le culture*. Torino: Einaud, 1993, p. 403-427.
- FIGUINHA, Matheus Coutinho. *Servos de Deus. Monasticismo, Poder e Ortodoxia em Santo Agostinho*. São Paulo: Annablume, 2009.
- FINLEY, Moses I. *Ancient Economy*. Berkeley: University of California, 1999 [1975].
- . *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- FITZGERALD, William. *Slavery and the Roman literary imagination*. Cambridge: Cambridge University, 2000.
- FLETT, Keith. "History Workshop Movement." *History Workshop*, 1991: 224-226.
- FLEURIOT, Léon. *Les Origines de la Bretagne*. Paris: Payot, 1980.
- FONTAINE, Jacques. *La naissance de la poésie dans l'occident chrétien*. Paris: Études Augustiniennes, 1981.
- FOWDEN, Garth. *Empire to commonwealth: the consequences of monotheism in Late antiquity*. Princeton: Princeton University, 1993.
- FRANGIOTTI, Roque. *História das Heresias (séculos I-VIII). Conflitos Ideológicos dentro do Cristianismo*. São Paulo: Paulus, 1995.
- FRANK, Andre Gunder. *Re-Orient. Global Economy in the Asian Age*. Berkeley: University of California, 1998.
- FRAZÃO, Elza Rossi de Aguiar. *Donatismo e os circunceliões na obra de Santo Agostinho*. São Paulo: FFLCH, 1976.
- FREND, W.H.C. *The Donatist Church*. Oxford: Oxford University, 1951.
- . "The Cellae of the African Circumcellions." *Journal of Theological Studies*, 1952, p. 87-89.
- . "Circumcellions and monks." *Journal of Theological Studies*, 1969, p. 542-549.
- GADDIS, Michael. *There is no Crime for Those Who Have Christ. Religious Violence in the Christian Empire*. Berkeley: University of California, 2005.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Sete aulas sobre linguagem, memória e história*. Rio de Janeiro: Imago, 2005.
- . *História e Narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- GALLIOU, Patrick. *L'Armorique romaine*. Brasparts: Bibliophiles de Bretagne, 1984.

GARNSEY, Peter. "Roman Patronage." In: McGill, S. Sogno, C e Watts, E. *From the Tetrarchs to the Theodosians: Later Roman History and Culture 284-450*. Yale Classical Studies 34. Cambridge: Cambridge University, 2010, p. 33-54.

GARNSEY, Peter, e WOOLF, Greg. "Patronage of the rural poor in the Roman world." In: WALLACE-HADRILL, Andrew. *Patronage in Ancient Society*. London,: Routledge, 1989.

GARRAFONI, Renata Sena. *Bandidos e Salteadores na Roma Antiga*. São Paulo: Anablume, 2002.

GEARY, Patrick. *O Mito das Nações. A invenção do Nacionalismo*. São Paulo: Conrad, 2005.

GHEDINI, Francesca. "L'Africa Proconsulare." In: SCHIAVONE, Aldo. (org) *Storia di Roma. vol. III: L'Eta tardoantica pt. II: I luoghi e le culture*. Torino: Einaudi, 1993, por 309-325.

GIARDINA, Andrea. "Marxism and Historiography: Perspectives on Roman History." In: WICKHAM, Chris. *Marxist History-writing for the Twenty-first Century*. Oxford: Oxford University, 2007.

GILIBERTI, Giuseppe. *Servi della terra: ricerche per una storia del colonat*. Torino: G. Chiapelli, 1999.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998..

—. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

—. *O Fio e os Rastros. Verdadeiro, falso e fictício*. São Paulo: Cia das Letras, 2007

GOFFART, Walter. *Barbarians and Romans, A.D. 418-584: The Techniques of Accommodation*. Princeton: Princeton University, 1980.

GONÇALVES, Ana Teresa Marques. "As Festas Romanas." *Revista de Estudos do Norte Goiano*, 2008, p. 26-68.

GONÇALVES, Ana Teresa Marques, e Ivan Vieira Neto. "Uranos, Cronos e Zeus: a Mitologia Grega e suas Diferentes Percepções do Tempo." *Mirabilia*, 2010, p. 1-17.

GONÇALVES, Ana Teresa Marques. "As Festas Imperiais na Roma Antiga: Os Decenalía e os Jogos Seculares de Septímio Severo." *Mneme. Revista de Humanidades*, 2002, p. 16-34.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere . Volume 5: Il Risorgimento italiano e notas sobre a História da Itália*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRESPLAN, Jorge Luis da Silva. *O Negativo do Capital. O conceito de crise na crítica de Marx à economia política*. São Paulo: Hucitec, 1996.

GREY, Cam. "Letters of recommendation and the circulation of rural laborers in the late Roman West." In: ELLIS, L. e KIDNER, F. L. *Travel, Communication and Geography in Late Antiquity*. Aldershot: Ashgate, 2004, p. 25–40.

- . “Demoniacs, dissent and disempowerment in the Late Roman West: some case studies from the hagiographical literature.” *Journal Of Early Christian Studies*, 2005, p. 39-69.
- . “Salvian, the ideal Christian community, and the fate of the poor in the fifth-century Gaul.” In: *Poverty in the Roman World*, por Margaret. Atkins e Robin. Osborne. Cambridge: Cambridge University, 2006.
- . “Revisiting the 'problem' of agri desert in the Late Roman Empire.” *Journal of Roman Archaeology*, 2007, p. 362-376.
- . “Contextualizing Colonatus: the Origo of the Late Roman Empire.” *Journal of Roman Studies*, 2007, p. 155-175.
- . “Two Young Lovers: An abduction marriage and its consequences in fifth-century Gaul.” *Classical Quarterly*, 2008, p. 286–302.
- . *Constructing Communities in the Late Roman Countryside*. Cambridge: Cambridge University, 2011.
- GUARINELLO, Norberto L. “Memória Coletiva e História Científica.” *Revista Brasileira de História*, 1994.
- . “Uma morfologia da História: as formas da História Antiga.” *Politéia-História e Sociedade*, 2003, p. 41-62.
- . “Escravos sem senhores: escravidão, trabalho e poder no mundo romano.” *Revista Brasileira de História*, 2004, p. 13-38.
- . “História científica, história contemporânea e história cotidiana.” *Revista Brasileira de História*, 2006, p. 227-248.
- HABERMAS, Jurgen. “Consciousness-Raising or Redemptive Criticism: the The Contemporaneity of Walter Benjamin.” *New German Critique*, 1979, p. 30-59.
- HALSALL, Guy. *Barbarian Migrations and the Roman West 376-568*. Cambridge: Cambridge University, 2007.
- HALSTEAD, Paul. “Traditional and Ancient Rural Economy in Mediterranean Europe: Plus ça Change.” *the Journal of Hellenistic Studies*, 1987, p. 77-87.
- HARRIES, Jill. *Law and Empire in Late Antiquity*. Cambridge: Cambridge University, 1999.
- HAWES, Gary. “Theories of Peasant Revoluton: A Critique and Contribution from the Philippines.” *World Politics*, 1990, p. 261-298.
- HEATHER, Peter. *The Fall of the roman Empire. A new History of Rome and the barbarians*. Oxford: Oxford University, 2006.
- HINDESS, Barry., e HIRST, Paul Q. *Pre-capitalist modes of production*. London: Routledge, 1975.
- HOBBSAWM, Eric. *Bandidos*. São Paulo: Paz e Terra, 2010 [1972].
- . *Sobre História*. . São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

- . “A Recepção das Ideias de Gramsci.” In: *Como mudar o mundo. Marx e o Marxismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2012, p. 302-310.
- HODGES, Richard. WHITEHOUSE, David. *Mohamed, Charlemagne & the origins of Europe*. Ithaca: Cornell University, 1983.
- HOPWOOD, Keith. “Bandits, elite and rural order.” In: WALLACE-HADRILL, Andrew. *Patronage in Ancient Society*. London: Routledge, 1989.
- HORDEN, Peregrine, e PURCELL, Nicholas. *The Corrupting Sea. A study of Mediterranean History*. Oxford: Blackwell, 2000.
- HUBERT, Henri. *Les Celtes depuis l'époque de La Tène et la civilisation celtique*. Paris: Renaissance du livre, 1932.
- JAY, Martin. *Marxism & Totality*. Berkeley: University of California, 1984.
- JOHNSTON, George Wesley. *The Querolus. A Syntactical and Stylistic Study*. Toronto: The Publishers Syndicate, 1900.
- JOLLY, Fabio. *A escravidão na Roma antiga*. São Paulo: Alameda, 2005.
- . *História e Retórica. Ensaio sobre historiografia antiga*. São Paulo: Alameda, 2007.
- JONES, A. H. M. “The Roman Colonate.” *Past & Present*, 1958, p. 1-13.
- . “Were Ancient Heresies National or Social Movements in Disguise?” *Journal of Theological Studies*, 1959, p. 286-297.
- . *The Later Roman Empire. 284–602*. Baltimore: Johns Hopkins, 1992 [1964].
- JULLIAN, Camille. *Histoire de la Gaule*. VIII vols. Paris: Hachette, 1926.
- KAUFMAN, Peter Iver. “Donatism Revisited: Moderates and Militants in Late Antique North Africa.” *Journal of Late Antiquity*, 2009, p. 131-142.
- KAYE, Harvey J. *The British Marxist Historians: An Introductory Analysis*. Cambridge: Polity Press, 1984.
- KONSTAN, David. *Roman Comedy*. Ithaca: Cornell University, 1983.
- KRAUSE, Jens-Uwe. *Spätantike Patronatsformen im Westen des Römischen Reiches*. München: C.H. Beck, 1987.
- KULILOWSKI, Michael. “Barbarians in Gaul, usurpers in Britain.” *Britannia*, 2000, p. 325-345.
- . *Gueras Góticas de Roma*. São Paulo: Madras, 2008.
- LAGARRIGUE, Georges. *Salvien de Marseille. Ouvres II: Du gouvernement de Dieu*. Paris: Les Editions du Cerf, 1975.
- LAMBERT, David. “The Uses of Decay: History in Salvian's De Gubernatione Dei.” *Augustinian Studies*, 1999, p. 115-130.

—. "The Barbarians in Salvian's *De Gubernatione Dei*." In: *Ethnicity and Culture in Late Antiquity*, por Stephen. Mitchell e Geoffrey. Greatrex. London: Duckworth, 2000.

LENSKI, Noel. "Assimilation and revolt in the territory of Isauria, from the 1st century Bc to the 6th century AD." *Journal of Economic and Social History of the Orient*, 1999, p. 413-465.

LEPELLEY, Claude. "Iuvenes et circoncillions: les deniers sacrifices humains de l'Afrique antique." In: *Aspects de l'Afrique Romaine. Les Cités. La Vie Rurale, Le Christianisme.*, por Claude. Lepelley. Bari: Edipuglia, 2001.

LEVEAU, Phillipe. "The Western Provinces." In: *The Cambridge Economic History of the Greco-Roman World.*, por Walter. Scheidel, Ian. Morris e Richard. Saller, 651-670. Cambridge: Cambridge University, 2007.

LEVEAU, Phillipe. Raynaud Claude. Sablayrolles, Robert. e Trément. Frédéric, *Les formes de l'habitat gallo-romain: terminologies et typologies à l'épreuve des réalités archéologiques*. Bourdeaux: Colloque AGER VIII - Toulouse, 2009.

LIM, Richard. "Christian Triumph and Controversy." In: Bowersock, G. Brown, P. Grabar, O. *Interpreting Late antiquity: essays on the post classical world*. Cambridge: Belknap, 2001, p. 196-218

LO CASCIO, Elio. *Terre, proprietari e contadini dello'impero romano*. Roma: La nuova Italia Scientifica, 1997.

LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"*. São Paulo: Boitempo, 2005.

LUKÁCS, Georg. *História e Consciência de Classes*. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1923].

MACCORMACK, Sabine. *The Shadows of Poetry. Vergil in the Mind of Augustine*. Berkeley: University of California, 1998.

MACMULLEN, Ramsay. "Celtic Reanaissance." *História*, 1965, p. 93-104.

—. *Enemies of the Roman Order. Treason, unrest and alienation in the Empire*. London: Routledge, 1992 [1966].

—. "Late Roman Slavery." *Historia*, 1987, p. 359-382.

Marcone, Arnaldo. "Il colonato del Tardo Impero: um mito storiografico?" *Athenaeum*, 1985, p. 513-520.

—. *Il colonato tardoantico nella storiografia moderna (da Fustel de Coulanges ai nostri giorni)*. Como: Edizioni New Press, 1988.

—. *Il lavoro nelle campagne*. Schiavone, Aldo. In: *Storia di Roma*. Vol. III. Torino: Guilio Einaudi, 1993, p. 823-843.

MARTINO, Francesco de. *Il colonato fra economia i diritto*. In: em Schiavone, Aldo. *Storia di Roma*. Vol. III. Torino: Giulio Einaudi, 1993. p. 789-822.

MARX, Karl. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011 [1858].

MASS, M. "Ethnicity, orthodoxy and community in Salvian of Marseilles." In: DRINKWATER, John. e ELTON, Hugh. *Fifth-century Gaul: A Crisis of Identity?* Cambridge: Cambridge University, 1992, p. 275-284.

MATHISEN, Ralph W. SHANZER, Danuta. *Society and Culture in Late Antique Gaul*. Aldershot: Ashgate, 2001.

MATTHEWS, John F. "Olympiodorus of Thebes and the History of the West (A.D. 407-425)." *Journal of Roman Studies*, 1970, p. 79-97.

—. *Western aristocracies and imperial court. AD 364-425*. Oxford: Oxford University, 1990.

MATTINGLY, David J., e HITCHNER, Bruce. "Africa: an Archaeological Review." *The Journal of Roman Studies*, 1995, p. 165-213.

MAZZARINO, Santo. *Aspetti sociale del quarto secolo*. Roma: L'Erma di Bretschneider, 1951.

—. "Se Puede Hablar de Revolución al Fin del Mundo Antiguo?" In: *La transición del esclavismo al feudalismo*, por Carlos Estepa, 131-145. Madrid: Akal, 1980.

—. *O fim do Mundo Antigo*. . São Paulo: Martins Fontes, 1991.

MCCARTHY, Kathleen. *Slaves, Masters and the art of Authority in Plautine Comedy*. Princeton: Princeton University, 2000.

MCKEOWN, Niall. *The Invention of Ancient Slavery?* London: Duckworth, 2007.

MESZÁROS, István. *O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MILLES, Richard. (org). *Constructing Identities in Late Antiquity*. London: Routledge, 1999.

MINOR, Clifford E. "Bagaudae or Bacaudae?" *Traditio*, 1975, p. 318-322.

—. "Bacaudae: a Reconsideration." *Traditio*, 1996, p. 297-307.

—. "Reclassifying the Bacaudade: Some Reasons for Caution. Part I: Who Were the Third Century Bacaudade." *The Ancient World*, 1997, p. 167-183.

—. "Reclassifying the Bacaudade: Some reasons for Caution. Part II. The Fourth Century Interim (286-407)." *The Ancient World*, 1999.

—. "Reclassifying the Bacaudade: Some Reasons for Caution. Part III. Ghost Bacaudade: The Britannian and Armorican Rebellions (ca 408-417)." *The Ancient World*, 2000.

—. "Reclassifying the Bacaudae: Some Reasons for caution. part IV: The 435-7 bacaudae revolt and the Barbarian Settlements of the 440s." *Ancient World*, 2004, p. 39-63.

—. "Reclassifying the Bacaudae: Some Reasons for Caution. Part V. Germanus of Auxerre, Armorica and the Bacaudae of the 440s." *Ancient World*, 2004.

—. “Reclassifying the Bacaudae: Some Reasons for Caution. Part VII. Salvian and the Bacaudae.” *Ancient World*, 2010, p. 115-143.

MIRKOVIĆ, Miroslava. *The Later Roman Colonate and Freedom*. Vol. 87. Philadelphia: Transactions of the American Philosophical Society, 1997.

MODERAN, Yves. *Les Maures et l'Afrique romaine (IVe-VIe siècle)*. Paris: Ecole Française de Rome- BEFAR, 2003.

MORRIS, Ian. “Mediterraneanization.” In: *Mediterranean Paradigms and Classical Antiquity*, por Irad Malkin. New York: Routledge, 2005.

MUHLBERGER, Steven. *The Fifth-Century Chroniclers. Prosper, Hydatius and the Gallic Chronicler of 452*. Leeds: Francis Cairns, 1990.

NERI, Valerio. *I Marginali Nell'Occidente Tardoantico. Poveri, 'infames' e criminali nella nascente società cristiana*. Bari: Edipuglia, 1998.

NIXON, C. E. V., e RODGERS, Barbara Saylor. *In Praise of Later Roman Emperors. The Panegyrici Latini. Introduction, Translation and Historical Commentary with the Latin text of R.A.B. Mynors*. Berkeley: California University, 1994.

NIXON, C.E.V. “Relations between Visigoths and Romans in fifth century Gaul.” In: *Fifth Century Gaul: a crisis of identity?* DRINKWATER, John. e ELTON, Hugh. Cambridge: Cambridge University, 1992, p. 64-74.

O'DONNELL, James. “Salvian and Augustine.” *Augustinian Studies*, 1983: 25-34.

OUZOLIAS, Pierre. *Les campagnes de la Gaule à la fin de l'antiquité*. Antibes: APDCA, 2001.

OUZOLIAS, Pierre. e VAN OSSEL, Paul. *Les campagnes de l'Île de France de Constantin à Clovis. Colloque de Paris. Rapports et synthèses de la Deuxième Journée. Document de travail, III*. Paris, 1997.

OUZOLIAS, Pierre. e VAN OSSEL, Paul. “Rural Settlement economy in northern Gaul in the Late Empire: an overview and assessment.” *Journal of Roman Archaeology*, 200, p. 133-160.

PAGE, Jeffery. *Agrarian Revolution: Social Movements and Export Agriculture in the Underdeveloped World*. New York: Free Press, 1975.

PALMER, Bryan D. *Edward Palmer Thompson: objeções e oposições*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

—. “Social History and the Current Conjuncture.” *Aula ministrada no Departamento de História da FFLCH/USP*. São Paulo, 2008.

PASCHOUD, François. *Zosime. Histoire Nouvelle*. Paris: Les Belles Lettres, 1989.

PASTOR, M. “Consideraciones sobre el carácter social del movimiento bagaudico en la Galia e Hispania a fines del Imperio Romano.” *Memórias de História Antiga*, 1978, p. 205-216.

PEARSE, Roger. *The Chronicle of St. Jerome*. 2005. http://www.tertullian.org/fathers/jerome_chronicle_00_eintro.htm (acesso em 18 de 04 de 2012).

PEYTREMANN, Edith. *Archéologie de l'habitat rural dans le nord de la France du IV^e au XII^e siècle, (Mémoires de l'Association Française de l'Archéologie Mérovingienne XIII)*. II vols. Saint-Germain-en-Laye: AFAM, 2003.

PIRENNE, Henri. *Maomé e Carlos Magno*. Lisboa: Dom Quixote, 1970 [1937].

POPKIN, Samuel. *The Rational Peasant: The Political Economy of Rural Society in Vietnam*. Berkeley: University of California, 1979.

POTTIER, Bruno. "Les Circoncelions. Un mouvement ascétique itinérant dans l'Afrique du Nord des IV^e et V^e Siècles." *Antiquités Africaines*, 2008, p. 43-107.

PRAKASH, Gyan. "Subaltern Studies as Postcolonial Criticism." *The American Historical Review*, 1994: p. 1475-1490.

PURDY, Sean. "Bertold Brecht, Public Housing, and Oral History." *The Oral History Review*, 2002, p. 83-86.

REDKNAP, Mark. "Medieval pottery production at Mayen." In: GAIMSTE, David R. M., REDKNAP, Mark. e WEGNER, Hans-Helmut. *Zur Keramik des Mittelalters und der beginnenden Neuzeit im Rheinland*. Oxford: BAR 1440, 1988, p. 3-37

REY-COQUAIS, J-P. "Domini et Circuncelliones: Code Théodisienne, 16, 5, 52: remarques de gammaire et interrogation sur le sens." *Africa Romana*, 1998, p. 447-456.

RICH, John., e SHIPLEY, Graham. *War and society in the roman world*. London: Routledge, 1995.

ROBERTS, Michael. "Barbarians in Gaul: the response of the poets." In: *Fifth-Century Gaul: a crisis of Identity?* DRINKWATER, J. ELTON, H. Cambridge: Cambridge University, 1992, p. 97-106.

ROBERTS, Michael. *The Jeweled Style. Poetry and Poetics in Late Antiquity*. Ithaca: Cornell University, 1989.

ROHRBACHER, David. *Historians of Late Antiquity*. London: Routledge, 2002.

ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

RUBIN, Zeev. "Mass Movements in Late Antiquity – Appearances and Reality." In: MALKIN, I. e RUBINSON, Z. W. *Leaders and Masses in the Roman World*. Leiden: Brill, 1995, p. 129-187.

RUDÉ, George. *Ideology and Popular Protest*. Chapel Hill: University of North Carolina, 1995.

SAMSON, R. "Rural slavery, inscriptions, archaeology and Marx. A response to Ramsay MacMullen's late Roman slavery." *Historia*, 1989, p. 99-110.

—. “Slavery, the Roman legacy.” In: DRINKWATER, John. e ELTON, Hugh. *Fifth-century Gaul: A Crisis of Identity?* Cambridge: Cambridge University, 1992, p. 218-227.

SÁNCHEZ LEÓN, Juan Carlos. *Los Bagaudas: Rebeldes, Demonios, Mártires. Revoltas Campesinas en Galia e Hispania durante el Bajo Imperio*. Jaén: Universidad de Jaén, 1996.

SANZ BONEL, Victor M. “La aportación pagana, Querolus y Rutilio Namauniano, al carácter cristiano de los bagaudas.” *Aragón en la Edad Media. Estudios de economía y sociedad*, 2000, p. 1471-1486.

SANZ BONEL, Victor M., e GRACIA, Gonzalo Lázaro. “La problemática Bagauda (Siglo V d.C.) en el Valle del Ebro: Reflexión Historiográfica.” In: Huesca, I. *Homenaje a Antonio Durán Gudio*, 1995, p. 741-761.

SAOS, Catherine Jacquemard-Le., trad. *Querolus. Les Grincheux: Comedie de la Petite Marmite*. Paris: Belles Lettres, 1994.

SARTRE, Jean-Paul. “Questão de método.” In: *Satre. Os pensadores vol. XLV*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

SAUMAGNE, Charles. “Ouvriers agricoles ou rôdeurs de celliers?” *Annales HE*, 1934, p. 355-364.

SCHEIDEL, Walter. “Slaves of the soil: review article.” *Journal of Roman Archaeology*, 2000, p. 727-732.

SCHIAVONE, Aldo. *Uma história rompida. Roma antiga e o Ocidente moderno*. São Paulo: Edusp, 2005.

SCOTT, James. *The Moral Economy of the Peasant: Rebellion and Subsistence in Southeast Asia*. New Haven: Yale University, 1976.

SECCO, Lincoln. *Gramsci e a Revolução*. São Paulo: Alameda, 2006.

SEGAL, Erich. *Roman Laughter. The Comedy of Plautus*. New York: Harper & Row, 1968.

SHAW, Brent D. “Bandits in the Roman Empire.” *Past and Present*, 1984, p. 3-52.

—. *Rulers, Nomads, and Christians in Roman North Africa*. London: Variorum, 1995.

Shaw, Brent D. “Rural Markets in North Africa and the Political Economy of the Roman Empire.” In: *Rulers, Nomads, and Christians in Roman North Africa*, por Brent D. Shaw, 37-83. Aldershot: Ashgate-Variourm, 1995 [1981].

—. “Who were the Circumcellions?” In: *Vandals, Romans and Berbers*, por A. Merrills. Aldershot: Aldershot, 2004, p. 227-258.

—. *Sacred Violence. African Christians and Sectarian Hatred in the Age of Augustine*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

SHIPLEY, Graham. VANDERSPOEL, John. MATINGLY, David. e FOXHALL, Lin. *The Cambridge Dictionary of Classical Civilization*. Cambridge: Cambridge University, 2006.

SIRKS, Boudewijn. "The Farmer, the Landlord and the Law in the Fitfth Century." In: MATHISEN, Ralph W. *Law Society and Authority in Late Antiquity*. Oxford: Oxford University, 2001.

SLUITER, Ineke., e ROSEN, Ralph M. "General Introduction." In: Sluiter, Ineke. Rosen, Ralph M. *City, Cuntryside, and the Spatial Organization of Value in Classical Antiquity*. Leiden: Brill, 2006, p. 1-12.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG, 2010.

STAERMAN, Elena M. "La caída del regimen esclavista." In: Estepa, Carlos. *La transición del esclavismo al feudalismo*. Madrid: Akal, 1980, p. 59-107.

STE. CROIX, G. E. M de. "Suffragium: From Vote to Patronage." *British Journal of Sociology*, 1954, p. 33-48.

—. *The class struggle in the Ancient Greek World*. Ithaca: Cornell University, 1998.

SZÁDECKY-KARDOSS, S. "Bagaudade." *Real Enciclopaedia Pauly Wissowa. Supplementum*, 1968, p. 346-354.

TENGSTRÖM, Emir. *Donatisten und Katholiken. Soziale, wirtschaftliche und politische Aspekte einer nordafrikanischen Kirchenspaltung*. Gotebörg: Gotebörg Universitat, 1964.

THOMPSON, E A. "Peasant revolts in Late Roman Gaul and Spain." *Past and Present*, 1952, p. 11-23.

—. "Fifth century facts?" *Britannia*, 1983, p. 272-274.

—. *Romans and barbarians – The decline of the Western Empire*. Madinson: University of Winsocnsin, 1982.

—. *Saint Germanus of Auxerre and the End of Roman Britain*. Woodbridge: Boydell, 1984.

THOMPSON, Edward Palmer. "The Poverty of Theory or An Orrery of Errors." In: *The Poverty of Theory and Ohter Essays*, por Edward Palmer Thompson. New York: Monthly Review Press, 1978.

—. *Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

—. *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

—. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. III vols. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

TILLEY, Maureen, trad. *Donatist Martyr Stories. The Church in Conflict in Roman North Africa*. Liverpool: Liverpool University, 1996.

—. *The Bible in Christian North Africa. The Donatist World*. Minneapolis: Fortress, 1997.

TRANOY, Alain. ed. *Hydace. Chronique. 2 vol.* Paris: Les Éditions du Cerf, 1974.

TUFFI, Sergio Rinaldi. "Le Gallie Setentrionali." In: SCHIAVONE, Aldo. (org) *Storia di Roma. vol. III: L'Eta tardoantica pt. II: I luoghi e le culture*. Torino: Einaudi, 1993, p. 429-441.

URBAINCZYK, Theresa. *Slave Revolts in Antiquity*. Stocksfield: Acumen, 2008.

VAN DAM, Raymond. *Leadership and Community in Late Antique Gaul*. Berkeley: University of California, 1985.

VAN OSSEL, Paul. *Établissements ruraux de l'Antiquité tardive dans le nord de la Gaule (51e Supplément à Gallia)*. Paris: Centre National de Recherche Scientifique, 1992.

—. "Rural Impoverishment in Northern Gaul at the End of Antiquity: The Contribution of Archaeology." In: BOWDEN, William. LAVAN, Luke. e MACHADO, Carlos A. R. *Social and Political Life in Late Antiquity*, Leiden: Brill, 2006.

VERA, D. "Morfologie Sociale e Culturali in Europa fra tardo antichità e alto medioevo." *Settimana di studio del centro italiano sull alto medioevo*, 1998, p. 293-345.

—. *Forme e Funzioni della Rendita Fondiaria nella Tarda Antichità*. In: GIARDINA, Andrea. *Società Romana e Impero TardoAntico*. Vol. I: *Instituzioni, Ceti, Economie*. Roma-Bari: Laterza, 1986, p. 367-447.

VERSNELL, H. S. *Inconsistencies in Greek and roman Religion 2. Transition and Reversal in Myth & Ritual*. Leiden: Brill, 1994.

VESSEY, Mark. "'Opus Imperfectum" Augustine and His Readers, 426-435 A.D." *Vigiliae Christianae*, 1998: 264-285.

VIDOVIC, Goran. *Dish to Cash, Cash to Ash: The Last Roman Parasite and the Birth of a Comic Profession. MA Thesis in Medieval Studies*. Budapest: Central European University., 2009.

WALLACE-HADRILL, Andrew. (org.). *Patronage in Ancient Society*. London: Routledge, 1989.

WARD-PERKINS, Brian. *The Fall of Rome: and the end of civilization*. Oxford: Oxford University, 2005.

WARD-PERKINS, Bryan. *Land, Laborand Settlement*. In: CAMERON, Averil. WARD-PERKINS, Bryan. e WHITBY, Michael *The Cambridge Ancient History*. Vol. XIV: *Late Antiquity: Empire and Successors A.D. 425-600*, por. 2000, p. 315-345.

WEBER, Max. "As causas sociais da decadência da cultura antiga." In: Cohn, Gabriel. (Org.) *Weber*, por São Paulo: Ática, 1983 [1896].

—. *Ensayos sobre sociología de la religión. Vol I.* . Madrid: Taurus, 1992.

WELLS, Peter S. *The Barbarians Speak. How the Conquered Peoples Shaped Roman Europe*. Princeton: Princeton University, 2001.

WHITTAKER, C. R. *Land, City and Trade in the Roman Empire*. Aldershot: Variorum, 1993.

—. "Agri Deserti." In: *Land, City and Trade*, por C.R. Whittaker. Ashgate: Aldershot-Variorum, 1993 [1976].

—. "Circe's Pigs: From Slavery to Serfdom in the Later Roman World." In: *Land, City and Trade in the Roman Empire*, por C.R. Whittaker, Aldershot: Variorum-Ashgate, 1993 [1987], p. 89-120.

—. "Land and Labor in North Africa." In: *Land, City and Trade in the Roman Empire*, por C.R. Whittaker, Aldershot: Variorum-Ashgate, 1993 [1978], p. 331-362.

—. "Rural labour in Three Roman Provinces." In: *Land, City and Trade in the Roman Empire*. Aldershot: Variorum, 1993[1980], p. 73-99.

—. "Landlords and warlords." In: SHIPLEY, John. e RICH, Graham. *War and society in the roman world*, London: Routledge, 1995. , p. 277-302.

WICKHAM, Chris. "The other transition: from the Ancient World to Feudalism." *Past and Present*, 1984.

—. *Framing the Early Middle Ages. Europe and the Mediterranean 400-800*. Oxford: Oxford University, 2005.

—. *Marxist History Writing in the Twentieth-First Century*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

—. "Memories of the Underdevelopment: What Has Marxism Done for Medieval History and What Can it Still Do?" In: WICKHAM, Chris. *Marxist History-writing for the Twenty first century*. Oxford: Oxford University, 2007.

WIGHTMAN, E. M. "Peasants and Potentates: An investigation of Social Structure and Land Tenure in Roman Gaul." *AJAH*, 1978, p. 97-128.

WOOD, Ian. "The Fall of Western Empire and the End of Roman Britain." *Britannia*, 1987, p. 251-262.

WOOD, Ian. "Continuity or Calamity: the constraints of literary models." In: DRINKWATER, J. e ELTON, H *Fifth century Gaul: a crisis of identity?* Cambridge: Cambridge University, 1992, p. 9-18

WOOD, Neal. "Populares and Circunceliones: the Vocabulary of 'Fallen Man' in Cicero and St. Augustine." *History of Political Thought*, 1986, p 33-51.

WOODS, David. "Amandus: rustic rebel or pirate prince?" *The Ancient History Bulletin*, 2001, p. 44-49.